UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

PATRÍCIA MARÍLIA FÉLIX DA SILVA

NAS RUAS DO LABOR:

Configuração do processo de trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil



Recife
2019

PATRÍCIA MARÍLIA FÉLIX DA SILVA

NAS RUAS DO LABOR:
Configuração do processo de trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Área de concentração: Mudança Social

Orientador: Remo Mutzenberg
Coorientador: Enrique de la Garza

Recife
2019

PATRÍCIA MARÍLIA FÉLIX DA SILVA

NAS RUAS DO LABOR:
Configuração do processo de trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº Dr. Remo Mutzenberg (Orientador)

_____
Profº Dr. Enrique de la Garza (Coorientador e examinador externo)

_____
Profº Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (Examinador Externo)

_____
Profº Dra. Lucinda Maria da Rocha Macedo (Examinadora Externa)

_____
Profº Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Examinador Interno)

A todas as pessoas em situação de rua, que, infelizmente, são protagonistas das consequências perversas da desigualdade social e da pobreza, especialmente às que entrevistei para este estudo.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, por ter sempre me estimulado a estudar, ensinando-me o amor pelo estudo. Nesse sentido, também lhe agradeço por toda sua manutenção e cuidado.

Agradeço a todas as pessoas em situação de rua que, voluntariamente, aceitaram participar deste estudo, muitas com entusiasmo para me conceder informações de sua vida e de suas dificuldades diárias, percebendo, neste ato, uma oportunidade de suas histórias, além de serem ouvidas, serem escritas e lidas por diferentes pessoas, em diversos locais. Tais pessoas reivindicavam enfaticamente que eu escrevesse sobre seus trabalhos, bem como as fotografasse, para que ficasse registrado que as pessoas em situação de rua são trabalhadoras.

A Maicon Maurício Vasconcelos Ferreira, pessoa com quem mais discuti esta tese, desde o período em que ela era apenas uma ideia, antes mesmo da elaboração do projeto para a seleção do doutorado, até o período final de preparação à defesa. Nesse sentido, agradeço-lhe por suas leituras atentas a partes significativas deste trabalho. A ele sou grata pela preocupação pela minha integridade física e fazer questão de me acompanhar na maioria das minhas idas ao campo de pesquisa, bem como por sempre se lembrar de mim quando estava estudando seus assuntos e, por acaso, encontrava algum texto que se relacionava à minha temática. Seu amor por mim, ao encontrar o meu por ele, fez-me mais feliz e tranquila nos momentos mais tensos de elaboração deste trabalho, os momentos que mais me exigiram reflexões.

A Pedro Silveira, poeta e militante, que, com leveza e compromisso com a justiça social, apresentou-me a realidade das pessoas em situação de rua que vivem e trabalham em torno do Holiday. Ele foi a principal pessoa que me acompanhou ao campo de pesquisa, apresentando-me à maioria dos/das atores/atrizes com quem eu faria entrevistas.

Ao meu orientador profº Dr. Remo Mutzenberg, por todas as orientações e leituras atentas deste trabalho, seguidas de indicações valiosas e propostas de mudança bastante significativas, somadas aos debates nas reuniões individuais e nas coletivas através do Grupo Sociedade Brasileira Contemporânea. Também lhe sou grata por sua organização quando os prazos burocráticos exigiam rapidez e eficiência.

À CAPES, pela concessão de bolsa durante todo o período do doutorado e, também, a Bolsa de Doutorado Sanduíche, através da qual pude estudar seis meses no México, país muito semelhante ao Brasil em termos de desigualdade social, pobreza e condições de trabalho. Essa experiência contribuiu significativamente para realização desta pesquisa.

No âmbito do doutorado sanduíche, sou infinitamente grata ao profº. Dr. Ricardo Fletes Corona, que aceitou me supervisionar em meu período de intercâmbio na Universidad de Guadalajara. Já no México, seu auxílio em termos de burocracias universitárias, apresentação a instituições que lidam com pessoas em situação de rua, bem como indicações bibliográficas e debates sobre minha temática, foi fundamental à minha estadia naquele país. Também sou grata a Lupita, Paola, Janete e Lily, pelos auxílios burocráticos.

No tocante a essas instituições, sou imensamente grata ao Colectivo Pro Derechos de la Niñez (CODENI) e ao Movimiento de Apoyo a Menores Abandonados (MAMA), por terem me apresentado as pessoas em situação de rua em Guadalajara. Ademais desse aspecto, sou grata à MAMA pela oportunidade em trabalhar voluntariamente com as pessoas em situação de rua, bem como pelas entrevistas e discussões sobre pobreza, desigualdade social e situação de rua no México e na América Latina. Especialmente, agradeço a Rogélio, Alfredo, Carolina, Cláudia, Elisa e Rafael. Gracias por todo!

A todas as pessoas em situação de rua que tive contato em Guadalajara-México, com quem pude aprender as especificidades da rua vivenciadas por indivíduos de diferentes localidades, tanto do México (Guanajuato, Sonora, Tijuana, Jalisco, Ciudad de México, Guerrero, Oaxaca, Chiapas etc), quanto da América Central (principalmente Honduras). Essas experiências sedimentaram meu conhecimento de que a situação de rua é um fenômeno internacional e, na América Latina, especialmente, a grande desigualdade social impulsiona milhares de pessoas às ruas e à imigração, tendo como alvo principal os Estados Unidos da América.

Ainda em termos de intercâmbio, sou fortemente grata ao profº Dr. Enrique de la Garza Toledo por ter aceitado que eu participasse de seu curso sobre Trabalho não Clássico e pela participação no grupo de estudos sobre a metodologia configuracionista, na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) – Iztapalapa – Ciudad de México, o que muito contribuiu à elaboração deste trabalho. Sou-lhe também imensamente grata por ele ter aceitado o convite para coorientar esta investigação e por suas orientações à mesma, presenciais, na UAM e no XIX Congreso ALAST em Bogotá, e via internet.

Agradeço, também, à oportunidade de coordenar, junto ao profº. Dr. Enrique de la Garza e à profa. Dra. Beatriz Soria, o Grupo de Trabalho "Trabalho não clássico (trabalho emocional, estético, cognitivo, subjetivo, imaterial)" neste congresso, experiência que contribuiu ao aprofundamento do meu conhecimento sobre a perspectiva teórico-metodológica do *trabalho não clássico* e, consequentemente, à escrita desta tese.

Ao Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (NEEPD), coordenado pelo profº. Dr. Michel Zaidan, pelos aprendizados sobre organizações de eventos e oportunidade de compartilhar meus estudos durante o doutorado. Um agradecimento especial às discussões profícuas no âmbito do POPULUS, em que articulamos pobreza, trabalho e lutas sociais, dimensões imprescindíveis à compressão do Brasil e, especialmente, ao meu tema de estudo. Nesse aspecto, agradeço principalmente a Maicon e a Aurélio pelas profundas problematizações que tivemos. Também, sou grata ao espaço tranquilo e propício a profundas reflexões que consiste a sede do núcleo. Por isso, sou grata ao profº por, além de compartilhar conosco seus conhecimentos acadêmicos, abrir a sala de seu núcleo para nossos estudos, pesquisas e demandas acadêmicas em geral, coisa rara de se ver nas universidades.

À Silke Weber por ter me apresentado Almeri Bezerra, com quem obtive informações sobre a contagem de meninas e meninos em situação de rua em Recife.

A Almeri Bezerra, por ter me recebido gentilmente em sua casa e pela conversa que tivemos sobre a situação de rua em Recife, bem como pelo material que me emprestou e pelo que me presenteou.

Ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População de Rua do Recife, pelas discussões a respeito da garantia de direitos das pessoas em situação de rua. Através de minha participação neste espaço, enquanto representante de instituição acadêmica, tive contato com muitas instituições e profissionais dedicados/as à luta para o fim da situação de rua. Igualmente, conheci muitas pessoas em situação de rua que, mediante sua participação no Comitê, me ensinaram na prática o poder da organização coletiva para reivindicação de direitos.

Agradeço aos/às professores/as que aceitaram fazer parte da banca de defesa desta tese.

“Todas as pessoas que trabalham com as mãos são parcialmente invisíveis, e quanto mais importante o trabalho que fazem, mais invisíveis são” (ORWELL, 2011, p.191).

“Me matan si no trabajo
Y si trabajo mi matan
Siempre me matan”
(Daniel Viglietti – Me matan si no trabajo)

RESUMO

A articulação entre desemprego, desigualdade socioeconômica e pobreza, característica do Brasil, tem perpetuado a precariedade no mundo do trabalho, com impactos diretos nas pessoas em situação de rua, cujos trabalhos, embora informais, contribuem à acumulação capitalista, considerando o indissociável entrelaçamento entre o formal e o informal. A heterogeneidade dessas pessoas, expressa nos motivos para entrarem, permanecerem e saírem dessa condição, é perpassada pela linha comum da pobreza extrema, a qual as submete a precárias situações de vida, a exemplo da ausência de moradia regular e de dificuldades para garantir a alimentação e a higienização pessoal. Ainda que o desemprego seja uma das principais causas para esta situação, pois a renda advinda do trabalho tem sido o principal meio para satisfação de necessidades, essas pessoas trabalham, executando diversas atividades laborais na informalidade, conforme se verificou em Recife, no centro da cidade e em Boa Viagem. Assim, esta pesquisa analisou a configuração sociotécnica do processo de trabalho das pessoas em situação de rua em Recife-Brasil, especificamente os trabalhos em torno dos/as barraqueiros/as da praia de Boa Viagem e a catação de materiais recicláveis, considerando a relação entre essas atividades e a dinâmica geral de acumulação capitalista e os efeitos desse processo na identidade laboral desses/as trabalhadores/as. Os dados foram coletados através de entrevista, grupo focal, observação e fotografia. Estes trabalhos foram analisados com base na perspectiva epistémico-metodológica delagarziana do *trabalho não clássico*, em articulação com o Configuracionismo Latino-americano, considerando que a dinâmica do processo de trabalho é influenciada tanto por estruturas quanto por aspectos subjetivos. Para tanto, esta investigação se baseou em três eixos analíticos: situação de rua, controle sobre o trabalho e identidade. Estes foram analiticamente articulados às dimensões da configuração sociotécnica, especificamente ao perfil da mão de obra, à organização laboral e às relações laborais. A partir do primeiro eixo, constatou-se que a situação de rua, e todos os aspectos que a envolvem, marcados pela pobreza, influenciam no processo de trabalho. A partir do segundo eixo, constatou-se uma multidimensionalidade no controle sobre o processo de trabalho. Quanto ao último, verificou-se que as pessoas em situação de rua se identificam como trabalhadoras e consideram suas atividades como um trabalho, num processo marcado pela ambuiguidade e pela oposição. Portanto, a tese defendida é que a situação de rua, articulada aos outros eixos, impacta no processo de trabalho dessas pessoas, inclusive em como se percebem como trabalhadoras, formando uma configuração sociotécnica.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Pobreza. Desigualdade social. Trabalho. Configuração. Identidade.

ABSTRACT

The articulation between unemployment, socioeconomic inequality and poverty, characteristic of Brazil, has perpetuated precariousness in the world of work, with direct impacts on homeless people, whose work, although informal, contributes to capitalist accumulation, considering the inseparable intertwining between formal and informal. The heterogeneity of these people, expressed in the reasons for entering, staying and leaving this condition, is permeated by the common line of extreme poverty, which submits them to precarious life situations, such as the absence of regular housing and difficulties to ensure nutrition and personal hygiene. Although unemployment is one of the main causes for this situation, as income from work has been the main means to meet needs, these people work, performing various informal work activities, as found in Recife, downtown and in Boa Viagem beach. Thus, this research analyzed the socio-technical configuration of the work process of homeless people in Recife-Brazil, specifically the work around the workers who trade in this beach and the collection of recyclable aluminum cans, considering the relationship between these activities and the general dynamics of capitalist accumulation and the effects of this process on the labor identity of the homeless people. Tha data were collected through interview, focus group, observation and photography. These works were analyzed based on the delagarzian epistemic-methodological perspective of non-classical work, in articulation with Latin American Configurationism, considering that the dynamics of the work process is influenced by both structures and subjective aspects. Therefore, this investigation was based on three analytical axes: street situation, control over work and identity. These were analytically articulated with the dimensions of the socio-technical configuration, specifically the profile of the workforce, labor organization and labor relations. From the first axis, it was found that the street situation, and all aspects that surround it, marked by poverty, influence the work process. From the second axis, there was a multidimensionality in the control over the work process. As for the latter, it was found that homeless people identify themselves as workers and consider their activities as work, in a process marked by ambiguity and opposition. Therefore, the thesis defended is that the street situation, articulated with the other axes, impacts on the work process of these people, including how they perceive themselves as workers, forming a socio-technical configuration.

Keywords: Homeless people. Poverty. Social inequality. Work. Configuration. Identity.

RESUMEN

La articulación entre desempleo, desigualdad socioeconómica y pobreza, característica de Brasil, ha perpetuado la precariedad en el mundo del trabajo, con impactos directos sobre las personas en situación de calle, cuyo trabajo, aunque informal, contribuye a la acumulación capitalista, considerando el entrelazamiento inseparable entre formal e informal La heterogeneidad de estas personas, expresada en las razones para entrar, quedarse y salir de esta condición, está impregnada por la línea común de pobreza extrema, que los/as somete a situaciones de vida precarias, como la ausencia de viviendas regulares y dificultades para garantizar la nutrición e higiene personal. Aunque el desempleo es una de las principales causas de esta situación, ya que los ingresos del trabajo han sido el principal medio para satisfacer las necesidades, estas personas trabajan, realizando diversas actividades laborales informales, como se encuentra en Recife, en el centro y en la playa de Boa Viagem. Así, esta investigación analizó la configuración socio-técnica del proceso de trabajo de las personas en situación de calle en Recife-Brasil, específicamente los trabajos hechos alrededor de los/as trabajadores/as que comercian con carretas en esta playa y la recolección de materiales reciclables, considerando la relación entre estas actividades y la dinámica general de la acumulación capitalista y los efectos de este proceso en la identidad laboral de estos/as trabajadores/as. Estos trabajos fueron analizados, a través de entrevistas, grupos focales, observación y fotografía, en base a la perspectiva epistemológica-metodológica delagarziana del trabajo no clásico, en articulación con el configuracionismo latinoamericano, considerando que la dinámica del proceso de trabajo está influenciada tanto por las estructuras como por los aspectos subjetivos. Esta investigación se basó en tres ejes analíticos: situación de la calle, control sobre el trabajo e identidad. Estos fueron articulados con las siguientes dimensiones de la configuración socio-técnica: perfil de la fuerza laboral, la organización laboral y las relaciones laborales. Desde el primer eje, se descubrió que la situación de la calle y todos los aspectos que la rodean, marcados por la pobreza, influyen en el proceso de trabajo. Desde el segundo eje, hubo una multidimensionalidad en el control sobre el proceso de trabajo. En cuanto a esto último, se descubrió que las personas sin hogar se identifican como trabajadores/as y consideran sus actividades como trabajo, en un proceso marcado por la ambigüedad y la oposición. Por lo tanto, la tesis defendida es que la situación de la calle, articulada con los otros ejes, impacta en el proceso de trabajo de estas personas, incluida la forma en que se perciben como trabajadores/as, formando una configuración socio-técnica.

Palabras clave: personas en situación de calle. Pobreza. Desigualdad social. Trabajo Configuración. Identidad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPs	Centro de Atenção Psicossocial
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IASC	Instituto de Assistência Social e Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ILD	*Instituto Liberdad y Democracia*
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MST	Movimento dos Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
PREALC	*Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe*
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Político Administrativa
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 16
2 ELEMENTOS QUE TECEM A COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO 27
2.1 Trabalho: qual sua definição? 27
2.2 Aspetos para compreensão da precariedade do trabalho 30
2.2.1 Crise do Fordismo, flexibilidade, mudança tecnológica e neoliberalismo 31
2.2.2 Precariedade: primórdios e atualização 36
2.3 Desemprego: entre a intensificação da precariedade na vida e no trabalho 46
2.4 O despertar analítico para um fenômeno denominado "informalidade" 50
2.4.1 Interpretações iniciais sobre a "informalidade" 52
2.4.2 Mudanças referentes ao uso do conceito "informalidade 62
2.4.3 Informalidade: não se trata do outro lado de uma dualidade 65
2.4.4 Alternativas ao conceito "informalidade" 69
2.5 *Trabalho não clássico*: perspectiva epistémico-metodológica para compreender o mundo do trabalho 74

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: TRABALHADORES/AS ENTRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL 82
3.1 Parâmetros (inter)nacionais na definição burocrática da pobreza 82
3.2 Aspectos multidimensionais para compreensão de pobreza 85
3.3 Interligação entre pobreza e desigualdade social 91
3.4 Pessoas em situação de rua enquanto reflexo da pobreza e da desigualdade social 99
3.4.1 Intentos de diminuir o quantitativo de pessoas em situação de rua através de políticas públicas 108

4 DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA E PROCESSO DE APROXIMAÇÃO AO EMPÍRICO 114
4.1 Perspectiva teórico-metodológica – Configuracionismo Latino-americano 116
4.2 Configuração sociotécnica 120
4.3 Caminhos percorridos na pesquisa de campo 123
4.3.1 Chegada ao campo de pesquisa 123
4.3.1.1 Boa Viagem 124
4.3.1.2 Centro do Recife 131
4.3.1.3 Duração da pesquisa de campo 131
4.3.1.4 Outras especificidades do campo 132
4.3.2 Encerramento da pesquisa de campo 133
4.4 Técnicas de pesquisa utilizadas para coleta de dados 133
4.4.1 Observação 133
4.4.2 Fotografia 134
4.4.3 Entrevista 136
4.4.3.1 Local de realização das entrevistas 138
4.4.3.2 Procedimentos gerais das entrevistas 141
4.4.3.3 Grupo Focal 142
4.5 Considerações éticas do estudo 144

5 QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DESTA PESQUISA 145

5.1 Breve história das pessoas entrevistadas 145
5.2 Trajetória de vida 166
5.2.1 Condicionamentos da infância, trabalho infantil e sobrevivência familiar 167
5.2.2 O trabalho antes da situação de rua 169
5.3 "A vida é assim, a vida é louca": trajetória de vida, pobreza e desigualdade social 172
5.3.1 Especificidades da situação de rua que impactam na realização de seus trabalhos 175

6 SITUAÇÃO DE RUA E CONTROLES MULTIDIMENSIONAIS NO PROCESSO DE TRABALHO 179
6.1 Configuração sociotécnica a partir da organização laboral 186
6.1.1 Organização no processo de trabalho na praia de Boa Viagem - dinâmica em torno do/a barraqueiro/a 186
6.1.1.1 Carregamento de carroças 191
6.1.1.2 Montagem de bar 194
6.1.1.3 Atendimento ao/à cliente 195
6.1.1.4 Manutenção do material de trabalho do/a barraqueiro/a 197
6.1.1.5 Mandados 199
6.1.2 Organização no processo de trabalho da catação de materiais recicláveis 200
6.1.2.1 Reciclagem com carroça própria 204
6.1.2.2 Catação de latas de alumínio recicláveis 206
6.1.2.3 Depósito de recebimento de materiais recicláveis 210
6.2 Configuração sociotécnica a partir de aspectos das relações laborais 212
6.2.1 Renda 212
6.2.1.1 "Mixaria": Insuficiência da renda para a manutenção 216
6.2.1.5 Alternativas à sobrevivência além do trabalho 218
6.2.2 Jornada de trabalho 220
6.2.3 Vínculo trabalhista 223
6.2.4 Impacto do trabalho nas condições de saúde 228
6.2.5 Trabalho em funções diferentes das atuais 235
6.2.5.1 Impedimentos para trabalhar em outra função 240
6.3 Relações de trabalho através de controles multidimensionais 242
6.3.1 Controle pelos/as clientes 243
6.3.2 Controle pelo local de armazenamento do material 244
6.3.3 Controle pelos/as patrões/patroas 244
6.3.4 Controle pelo Estado 245
6.3.5 Controle por transeuntes 246
6.3.6 Controle pelo/a próprio/a trabalhador/a 246
6.3.7 Aspectos simbólicos e construção do espaço social no controle dos trabalhos das pessoas em situação de rua 247
6.4 "Xingação" – precariedade como *modus operandi* do trabalho das pessoas em situação de rua 252

7 SENTIDOS DO TRABALHO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: ARTICULAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE TRABALHO, O VER-SE COMO (NÃO) TRABALHADOR/A E CONCEPÇÃO DO TRABALHO 258

7.1 Mosaico em transformação: a identidade do/a trabalhador/a 259

7.2 Formação identitária através da oposição 264
7.3 Formação identitária através da ambiguidade 279
7.3.1 Vergonha como ingrediente importante na formação identitária do/a trabalhador/a 294
7.3.2 Continuação da ambiguidade na formação identitária a partir da perspectiva futura: distância e proximidade matizadas em incertezas 297
7.3.3 Continuidade do trabalho na velhice: permanência do atual, não! Mas em outros *mais leves*, sim! 307
7.4 Aportes sobre a centralidade do trabalho na formação identitária 310

8 CONSIDERERAÇÕES FINAIS 318

REFERÊNCIAS 327
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista – Pessoas em situação de rua **..... 352**
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista – Barraqueiro da praia de Boa Viagem 355
APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 357
APÊNDICE D: Roteiro de Entrevista – Grupo Focal 359

INTRODUÇÃO

A presente tese é um desdobramento do meu interesse psicossociológico em analisar a vivência das pessoas em situação de rua. Direcionei meu olhar analítico para esta população a partir de 2011, quando estava no final da graduação em psicologia na UFPE. Naquele período, estava estudando como as pessoas têm se subjetivado a partir de práticas consumistas, as quais se referem à busca pela satisfação imediata de desejos e numa frequência cada vez maior. Ou seja, numa situação de constante falta, à qual se busca preencher com objetos, serviços, notícias sobre a vida de pessoas famosas etc. No universo de estudos sobre o consumismo, é comum a articulação com a realidade de pobreza e desigualdade social próprias do sistema capitalista, como se fossem realidades opostas, pois enquanto existem possibilidades de consumos luxuosos, milhões de pessoas vivem na insegurança de garantir suas refeições básicas diariamente. No entanto, estas práticas estão interligadas, uma vez que para existir níveis tão altos de riqueza é necessária a exploração e pobreza de milhares. Salienta-se que não se nega aqui uma lógica consumista também nas classes populares.

Nesse sentido, a partir da análise da sociedade consumista *vis-à-vis* a realidade de pobreza e desigualdade social no Brasil, cheguei às pessoas em situação de rua, as quais podem representar o extremo dessa opulência consumista, por serem indivíduos carentes do que se considera básico numa sociedade, isto é, alimentação e moradia. Para compreender melhor esta realidade, fiz estágio, enquanto graduanda em Psicologia, numa casa de acolhida para mulheres em vulnerabilidade social, incluindo a situação de rua, em Recife. A partir dessa experiência, escrevi minha monografia de conclusão do bacharelado em Psicologia, sob o título "(Re)inserção social para pessoas em situação de rua, a partir do trabalho, na sociedade do consumo". Posteriormente, fiz minha dissertação de mestrado em Sociologia com o título "Trabalho e Cidadania: uma alternativa às pessoas em situação de rua".

Construído por meio de múltiplas culturas, o Brasil, em decorrência de seu nível de desigualdade elevado, também é caracterizado por diferentes expressões da pobreza, como é o caso das pessoas em situação de rua, cuja realidade é reflexão desta tese, com foco analítico em Recife-Brasil. Situação de rua é um conceito que assume diversos significados. Pode se referir àqueles/as que trabalham durante todo o dia, ou parte dele, na rua, sem um ponto de apoio que ofereça um mínimo de descanso e condições para higienização e necessidades fisiológicas, incluindo pessoas de diferentes faixas etárias; crianças que, malgrado tenham casa, passam a maior parte do dia nas ruas, brincando, trabalhando, pedindo esmolas etc. Esses são apenas alguns exemplos do que pode ser uma pessoa em situação de rua. Neste

trabalho, o conceito de pessoas em situação de rua se refere aos indivíduos que têm as ruas como sua principal referência de socialização, passando a maior parte do tempo nelas, podendo incluir as noites, as quais também podem ser passadas em outros locais, a exemplo de albergues, casas de parentes, amigos/as ou as suas próprias às vezes[1], num período que pode ser recente ou antigo.

Estas pessoas se aglomeram nos centros urbanos e percorrem as principais ruas das grandes metrópoles, sem local fixo para se instalar, mesmo que tendam a eleger locais de sua preferência para pernoitar e/ou passar o dia. É característico desse grupo a errância, na qual os passos são movidos por busca de alimentos, segurança, oportunidade de desenvolver atividades que proporcionem alguma renda, a exemplo da busca por materiais recicláveis, diferentemente de outros/as que, em condições semelhantes, vivem numa casa, embora, em muitos casos, esta apresente condições iguais ou piores que as encontradas nas ruas. Nesse movimento errante, geralmente marcado por perdas, violações e frustrações, essas pessoas constroem uma trajetória caracterizada pela violência, tanto simbólica quanto física, que é marcada nos corpos, único bem que ainda lhes resta, através do qual está expressa sua subjetividade. São "experiências desestruturantes" (VARANDA & ADORNO, 2004, p.62).

A situação de rua se apresenta como uma alternativa para pessoas que já têm vínculos familiares e comunitários interrompidos e/ou fragilizados, vivenciando inúmeras dificuldades para se inserirem na dinâmica laboral e, desse modo, encontram-se numa circunstância em que, por motivos econômicos sociais e psicológicos, não conseguem reunir forças para se manter morando fixamente numa casa. Nesse processo de ida às ruas, o indivíduo sente como se já tivesse tentado todas as possibilidades para permanecer no estilo de vida considerado normal pela sociedade e, perante o histórico geracional de tentativas frustradas na busca por elevar o padrão de vida social, a situação de rua se apresenta como a consequência mais próxima de sua realidade.

Em complementação, para alcançar um nível de entendimento mais complexo da situação de rua, é preciso tomar a agência dessas pessoas como um ingrediente analítico imprescindível, uma vez que não são *fantoches/marionetes* das condições estruturais, como se estas, inexoravelmente, determinassem a situação de rua, por mais que se trate de uma circunstância em que as oportunidades são escassas. Destarte, a situação de rua é uma

[1] Por mais que pareça paradoxal, existem pessoas em situação de rua que têm casa. E, embora esse grupo seja minoritário, não pode deixar de ser mencionado. Há casos em que o indivíduo é obrigado a abandonar sua casa em função de dívidas de drogas, conflitos familiares, com a comunidade etc. Em outras situações, um indivíduo pode ter uma casa precária e distante e, por isso, ser impelido a abandoná-la para conseguir algo melhor e mais imediato nas ruas.

consequência da articulação, não necessariamente consciente, entre constrangimentos estruturais e dimensões simbólicas, considerando que a realidade, de acordo com o Configuracionismo Latino Americano (DE LA GARZA, 2012b), não é unidimensional, uma vez que essa articulação envolve estruturas econômicas, culturais, sociais etc., e, no campo simbólico, aspectos emocionais, cognitivos, morais, estéticos etc., formando um contexto permanentemente mutável em que ocorrem as interações sociais. É nessa teia que os indivíduos, enquanto agentes autônomos, depararam-se com múltiplas *oportunidades* para traçarem sua vida, numa dinâmica de constantes desequilíbrios entre as pressões estruturais e as simbólicas.

Já estando nas ruas, não necessariamente os indivíduos *gostam* dessa situação, mas desenvolvem autojustificativas através de processos (in)conscientes que acomodam esta realidade ao contínuo de sua vida, pois, do contrário, haveria uma forte negação do real que comprometeria sua estrutura psíquica. Isso não implica ausência de esforços por parte desses sujeitos para romperem com esta realidade e saírem da situação de rua.

Os indivíduos chegam a esta situação por diferentes motivos, bem como vivem de múltiplas maneiras e apresentam diversas dificuldades para construírem outras possibilidades de vida. No entanto, há uma linha em comum que perpassa toda essa heterogeneidade, ou seja, a pobreza extrema, a qual, agregada a peculiaridades individuais, marca o indivíduo em todos os seus níveis de vida (SILVA, 2009).

Toda esta situação, atrelada ao contexto macro, tende a gerar sofrimentos psíquicos que, inclusive, dificultam a saída dessa circunstância, a qual não se trata de um processo oriundo apenas do desejo e do consequente esforço, conforme se costuma observar na defesa de posturas baseadas em princípios meritocráticos. A dinâmica de saída das ruas depara-se com um caleidoscópio de dificuldades apresentadas em patamares micro e macro, num contexto de pobreza, desigualdades sociais e parcas alternativas de mobilidade social, cenário atrelado à carência e ineficácia de políticas públicas.

Estudar as pessoas em situação de rua é uma tarefa árdua, pois o/a pesquisador/a se depara com uma miríade de possibilidades de investigação, que podem ser desenvolvidas no campo da Psicologia, da História, do Direito, da Sociologia etc. Este trabalho, situado no campo da Sociologia, também poderia ser elaborado de infinitas maneiras, pois a mirada a esta população pode ser através de inúmeros problemas sociológicos. Seria possível, por exemplo, estudar este público sob um viés racial, visto que a maioria é negra (BRASIL, 2008). Também poderia focar na questão das drogas, pois nas ruas o contato com estas, tanto ilícitas quanto lícitas (como o álcool) é uma constante. Outra abordagem poderia ser a questão

de gênero, considerando que o perigo das ruas se agrava quando é direcionado às mulheres, num contexto machista, em que uma das consequências é expressa em violações sexuais.

Todavia, o recorte desta pesquisa foca o trabalho, demarcando esta tese no campo da Sociologia do Trabalho, com contribuições às análises das mudanças ocorridas no mundo laboral, bem como às discussões sobre a relação entre formalidade e informalidade, a precariedade e a formação da identidade laboral. Especificamente, tomo como ponto de partida os processos dos trabalhos das pessoas em situação e os analiso conceitualmente no âmbito da teoria delagarziana do *trabalho não clássico*, considerando a não dicotomia formal-informal, em acordo também com Oliveira (2013[2]) e Cardoso (2017, 2013).

Para melhor compreender a realidade dessas pessoas, esta tese também está ancorada em discussões sobre pobreza e desigualdade social. No que se refere à primeira, toma como eixo central a perspectiva que a considera como uma dinâmica intimamente ligada ao capitalismo (GOUGH, 1999), em que o exercício da cidadania é prejudicado (TELLES, 2001), conformando um quadro não apenas de carência material, mas de pobreza política (DEMO, 2003). Em termos de desigualdade social um dos autores que muito contribuem para a análise do Brasil é Florestan Fernandes, o qual, ao analisar este país, conclui que, no âmbito das relações internacionais, ele está inserido num capitalismo dependente e estruturado num sistema de grande desigualdade social que vincula condições de raça e classe social. Também se leva em consideração contribuições de Piketty (2014). Ao longo da tese, essas vinculações teóricas ao campo empírico serão melhor explicitadas.

Salienta-se que este enfoque não engessa a análise impedindo o diálogo com outros temas transversais, tais como os supracitados.

Diferentemente da crença de muitos setores da população, incluindo acadêmicos/as, as pessoas em situação de rua são trabalhadoras, consideradas assim inclusive pela própria definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal instituição elaboradora de censos e estatísticas no Brasil, a qual considera somente o desemprego aberto[3] em seus cálculos de medição do nível de desemprego no país. Não que o IBGE aborde as pessoas em situação de rua e investigue seus níveis de desemprego e/ou emprego, pois suas pesquisas são de base domiciliar. Mas, ao considerar apenas o desemprego aberto em sua metodologia, exclui a possibilidade da maioria das pessoas em situação de rua ser considerada

[2] A primeira versão deste texto de Francisco de Oliveira, Crítica à Razão Dualista, foi publicada em 1972.

[3]De acordo com esta modalidade de desemprego, conforme será mais bem explicada posteriormente, são desempregados os indivíduos que buscaram emprego nos últimos 30 dias em relação à semana de referência e não tiveram vínculo laboral na mesma, além de estarem aptos para firmarem vínculos empregatícios.

desempregada, visto que estas pessoas desenvolvem alguma modalidade de trabalho nas ruas, ainda que precário e assistemático.

Isso mostra ainda mais a face perversa do capitalismo, pois, ademais dos prejuízos vivenciados pelos/as que estão desempregados/as, há uma quantidade enorme de pessoas consideradas empregadas e que, no entanto, executam trabalhos muito precários, ganhando muito pouco e prejudicando enormemente sua saúde. Dessa maneira, as estatísticas oficiais sobre desemprego mascaram a realidade, num contexto de ausência de ações efetivas que objetivem modificar esse método. As políticas públicas, por sua vez, são criadas com bases nesses dados e, portanto, limitadas.

Com base nos conceitos do IBGE e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as pessoas em situação de rua podem ser consideradas trabalhadoras, uma vez que, para estas instituições, o conceito trabalhador/a se aplica a quem exerce atividades laborais, por mais que sejam assistemáticas e de ganho reduzido ou mesmo nulo. São trabalhadores/as, não obstante não estejam contabilizadas nos censos dessas instituições, os quais são realizados por domicílios, excluindo as pessoas que não têm casa e vivem e dormem nas ruas.

Durante o mestrado constatei que o trabalho é uma das principais vias para a saída dessas pessoas da situação de rua, pois a maioria está nesta circunstância devido ao desemprego. No entanto, ainda assim as pessoas desempenham algum tipo de trabalho nas ruas, contrariando o senso comum que não as considera trabalhadoras. A questão é que na maioria dos casos conseguem trabalhar apenas de modo assistemático e não recebem o suficiente para conseguir sair das ruas. Isso por vários motivos, incluindo limitações físicas e psicológicas, nível de escolaridade insuficiente, ou mesmo ausência de políticas públicas que enfoquem a inserção social pelo trabalho (SILVA, 2015).

Nesse sentido, este estudo se propôs a analisar a configuração sociotécnica do processo dos trabalhos executados pelas pessoas em situação de rua em Recife-Brasil, especificamente os trabalhos em torno dos/as barraqueiros/as da praia de Boa Viagem e a catação de materiais recicláveis, considerando a relação entre essas atividades e a dinâmica geral de acumulação capitalista. Segundo De la Garza (2017b), a configuração sociotécnica consiste numa perspectiva teórico-metodológica desenvolvida para analisar o processo de trabalho, em substituição aos modelos produtivos, a partir do pressuposto de que o trabalho se desenrola numa rede multidimensional, composto por níveis estruturais, subjetivos e interativos. Processo de trabalho se refere ao modo como o trabalho é realizado, incluindo etapas das atividades, sujeitos envolvidos, interações, subjetividades e construção identitária, numa

dinâmica em que, através da interação entre seres humanos e meios/instrumentos de trabalho, são produzidos bens, serviços, informações, conhecimentos e demais modalidades de produtos que tenham valor e sejam úteis à satisfação de necessidades.

Ademais, esta investigação teve os seguintes objetivos específicos: analisar os trabalhos realizados por essas pessoas, no que se refere às suas especificidades formais e informais dentro do universo do mercado empregatício, bem como as aproximações e os distanciamentos entre essas particularidades, mapeando as relações trabalhistas entre as próprias pessoas em situação de rua, com seus/suas possíveis clientes e empregadores/as e demais pessoas com as quais interagem, a fim de também compreender os processos de controle; verificar em que medida as trajetórias de vida das pessoas em situação de rua, incluindo sua inserção na pobreza, vivências de desemprego e sua característica errante, estão relacionadas com os trabalhos que executam; investigar os significados que essas pessoas atribuem aos seus trabalhos e como esse processo de construção de sentidos influencia na construção de sua identidade; analisar em que medida esses trabalhos estão relacionados com a dinâmica geral de acumulação capitalista.

Em relação a esses objetivos, o problema que conduziu esta investigação foi o de como analisar e explicar o processo de trabalho das pessoas em situação de rua, em que tal situação, marcada pela pobreza e atingida prejudicialmente pelos altos níveis de desigualdade social, constrange significativamente a dinâmica de trabalho desses/as trabalhadores/as, considerando que os efeitos desse processo incidem sobre a identidade laboral dos/as mesmos/as.

Com a imersão no trabalho de campo, aprimorei minha compreensão dos trabalhos realizados pelas pessoas em situação de rua, constatando a existência de diferentes modalidades destes e, dessa maneira, este estudo se focou nos trabalhos supramencionados. A denominação “trabalho em torno dos/as barraqueiros/as” referem-se às seguintes atividades: transporte de carroças do depósito até a praia, organização do material na praia – montagem do bar, convite de clientes para o consumo, atendimento aos/às clientes, reorganização do material nas carroças, mandados ao longo do dia, manutenção e fabricação de materiais usados no comércio da praia, catação de latas de alumínio recicláveis. Esta última modalidade também foi identificada no centro do Recife.

Esta pesquisa, ao analisar o processo dos trabalhos executados pelas pessoas em situação de rua, contribui para o entendimento do vínculo entre esses trabalhos e o processo geral de acumulação capitalista, os aspectos formais e informais no mundo do trabalho e a construção do significado do trabalho que realizam, a partir de sua trajetória de vida vinculada

com realidades de pobreza, desigualdade social, desemprego e trabalhos precários. Nesse sentido, colabora ao entendimento das especificidades desse grupo populacional que é diferente de outras pessoas que também compartilham a pobreza extrema e não adotam a situação de rua como alternativa.

O estudo de pessoas em situação de rua, em sua diversidade e profundidade, justifica-se por se tratar de um fenômeno urbano em crescimento nas principais cidades e metrópoles do Brasil, e do mundo em geral, evidenciando a dinâmica perversa de desigualdade social e pobreza, próprias do sistema capitalista. Estudar as peculiaridades desse grupo populacional, especificamente em relação aos trabalhos que desempenham nas ruas, justifica-se pela necessidade de problematizar a realidade dessas pessoas, que, detentoras de pouco, ou quase nenhum, capital econômico, cultural e social necessários ao sistema vigente, submetem-se cotidianamente a trabalhos precários para minimizar os prejuízos no exercício de sua cidadania, a exemplo do direito à sua satisfação de necessidades alimentares[4].

Importantes estudos na temática (SILVA, 2006, 2009; COSTA, 2009) indicam que a pobreza e as mutações no universo laboral, tais como o desemprego, são os principais motivos, articulados, para o ingresso na situação de rua. Silva (2006), em sua dissertação de mestrado "Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil – 1995-2005", verificou que as mudanças no mundo do trabalho estão associadas ao fenômeno população em situação de rua no Brasil, chegando à conclusão de que existe uma relação direta entre este fenômeno e o aumento do desemprego, visto que este está relacionado ao agravamento da desigualdade social e da pobreza. Igualmente, a partir dos dados da minha pesquisa de mestrado (SILVA, 2015), cujo objetivo foi investigar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua para saírem dessa circunstância através de um exercício cidadão, sobretudo mediante o trabalho, constatou-se que muitos/as estão nesta situação devido ao desemprego e, mesmo nas ruas, o trabalho informal precário surge como alternativa de sobrevivência, em suas diversas modalidades, como catação de materiais recicláveis e prostituição.

Mesmo que estejam nas ruas em função do desemprego, essas pessoas buscam desenvolver algum tipo de trabalho, diferentemente da crença comum de que vivem mormente de esmolas. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua, 70,9% das pessoas em situação de rua exercem algum tipo de atividade remunerada,

[4] De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, a alimentação está garantida enquanto um direito social, presente em seu artigo 6°.

contrastando com apenas 15,7% desta população que têm o ato de pedir dinheiro como meio principal de sobrevivência (BRASIL, 2008a).

Em relação à produção acadêmica brasileira nesta temática, Silva (2012) verificou que, no período de 1993 a 2010, foram produzidos 139 trabalhos no Brasil, referentes a dissertações e teses, sobre a temática "População adulta em situação de rua". O foco destes trabalhos, em sua maioria, recaiu sobre a compreensão da dinâmica dessas pessoas em seu processo de exclusão e suas dificuldades enfrentadas nas ruas. Constata-se, após consulta à bibliografia disponível sobre a temática, que, afora obras tangenciais deslocadas do foco de investigação apresentado, há uma quase inexistência de estudos que se debrucem sobre o tema aqui proposto, salientando-se seu ineditismo, sobretudo no contexto recifense.

Poucos estudos tratam dos trabalhos executados pela população em situação de rua, principalmente no que se refere ao seu processo e à precariedade das atividades que realizam. Destaca-se nesta temática, o artigo "O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais" (MATTOS, HELEONAI & FERREIRA, 2008), o qual discute a ausência de trabalho como uma motivação para ir às ruas, as características dos trabalhos que as pessoas em situação de rua realizam nas ruas e como esse trabalho possibilita a saída das ruas. Outras produções relevantes são as seguintes: SCHMITT & SCHWEITZER (2016); HENRIQUE, SANTOS & VIANNA (2013).

Em relação aos trabalhos importantes sobre esta população em Recife, destacam-se Oliveira (1989), Pinto (2000), Albuquerque (2009), Santos (2017), Almeida (2018). Porém, embora a população que se intenta pesquisar seja a mesma, o foco desta pesquisa é diferente. A importância de pesquisas que busquem a compreensão da dinâmica dessas pessoas também se justifica pela carência de censos referentes às mesmas, conforme será explicitado no capítulo 2º.

Diante da escassez de estudos sobre esta população, especialmente em Recife, o conteúdo investigado nesta tese, além das contribuições teóricas e metodológicas inovadoras à Sociologia do Trabalho, bem como sobre pobreza e desigualdade social, possibilita, como desdobramentos, traçar métodos de ação em termos de políticas públicas e criação de projetos que auxiliem no desenvolvimento e na transformação da sociedade, principalmente para as pessoas em situação de rua. Desse modo, o posicionamento da academia em investigar essa temática, através desta tese, reflete seu compromisso social em conduzir pesquisas cujos resultados apontem a proposições de mudanças em benefício social, conferindo à ciência um papel também ativo.

A tese está dividida em oito seções, incluindo esta introdução como **seção 1**. A **seção 2 – Elementos que tecem a compreensão contemporânea do trabalho -** inicia com a definição de trabalho e aborda suas características na atualidade, através de aspectos fundamentais da precariedade e da precarização do trabalho, para entendimento do que se denomina trabalho precário. Nesse sentido, ademais da discussão sobre os primórdios da precariedade, discute-se a conexão da dinâmica de trabalho atual com a crise do fordismo, a emergência da flexibilidade e das mudanças tecnológicas, bem como a intensificação da precariedade na vida e no trabalho através do desemprego. A partir da relação entre pobreza, desigualdade social e precariedade, discute-se a relação entre a formalidade e a informalidade no mundo do trabalho, destacando a indissociabilidade entre esses fenômenos. Nesse sentido, diante da apresentação da história do conceito *informalidade* e constatada sua débil aplicabilidade para compreensão do mundo do trabalho atual, defende-se o uso do conceito *trabalho não clássico* para melhor compreender a dinâmica laboral.

A **seção 3 - Pessoas em situação de rua, pobreza e desigualdade social –** trata do conceito de pobreza, em sua dimensão multidimensional e de forma interligada com a desigualdade social. Em seguida, aborda a problemática conceitual das pessoas em situação de rua, incluindo a dificuldade de serem quantificadas. Para melhor caracterizar a pobreza brasileira, são discutidas as políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua, argumentando que as limitações para criação e implementação destas, como aponta Movimento Nacional da População de Rua, também é responsável pela manutenção da pobreza e desigualdade social.

Na **seção 4 - Desenho teórico-metodológico da pesquisa e processo de aproximação ao empírico -**, para especificar a concepção de ciência que baseia a análise do objeto de estudo desta investigação, apresenta-se o Configuracionismo Latino-americano enquanto perspectiva teórico-metodológica adotada. Em conexão com esse prisma, esse capítulo discute o conceito de configuração sociotécnica, em termos de sua utilização para compreensão do processo de trabalho das pessoas em situação de rua, o qual foi analisado a partir de três eixos analíticos: situação de rua, controle sobre o processo de trabalho e identidade. Nesta seção, o trabalho de campo é descrito em seus detalhes e em suas escolhas metodológicas, embasando teoricamente os métodos para coleta de dados, a saber: entrevista, fotografia, observação, grupo focal. Também são apresentadas as considerações éticas do estudo, incluindo as especificidades da inserção no campo e o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE.

A **seção 5 - Quem são as pessoas em situação de rua desta pesquisa –** inicia, de forma mais detida, a análise sobre o processo de trabalho das pessoas em situação de rua, através da apresentação da trajetória de vida de cada entrevistado/a, como um método para compreender a dimensão "perfil da mão de obra" da configuração sociotécnica, no âmbito do eixo analítico "situação de rua". Nessa trajetória, são abordados os condicionamentos da infância, a sobrevivência familiar e os trabalhos desempenhados antes da situação de rua, inclusive no período infantil. O capítulo finaliza mostrando as especificidades da situação de rua que impactam na realização dos trabalhos dessas pessoas.

Na **seção 6 – Situação de rua e controles multidimensionais no processo de trabalho –** com base nos eixos analíticos "situação de rua" e "controle sobre o trabalho", é apresentada a articulação entre as dimensões "organização laboral", "perfil da mão de obra" e "relações laborais" na configuração sóciotécnica do processo de trabalho. Desse modo, inicialmente, é explicada a organização dos trabalhos em torno dos/as barraqueiros/as em Boa Viagem, incluindo a catação de latas de alumínio recicláveis, também realizada no centro do Recife. Em seguida, apresenta-se a relação entre essa organização e as relações laborais, expressas na jornada de trabalho - frequência, horário, rotina etc. -, no vínculo laboral, no rendimento e no impacto dos trabalhos nas condições de saúde, especificidades laborais que apresentam uma peculiaridade própria por se tratar de trabalhos realizados por pessoas em situação de rua, o que mostra a imprescindibilidade do eixo analítico "situação de rua". Assim, este capítulo mostra que o elo entre a organização laboral, o perfil da mão de obra e as relações laborais configura uma realidade que, por meio da indissociável imbricação entre as estruturas e os aspectos subjetivos, num contexto espaço-temporal próprio, exerce controles multivariados sobre o processo de trabalho das pessoas em situação de rua. Destarte, esta seção discute em que medida esses trabalhos são considerados *não clássicos*, a relação que estabelece com o debate formal-informal e como esses trabalhos estão vinculados à dinâmica geral de acumulação capitalista.

Uma vez que a análise do processo de trabalho também implica a autopercepção dos/as trabalhadores/as em sua dinâmica de trabalho, esta pesquisa também investigou como estes/as analisam a si próprios/as nesta prática. Por isso, a **seção 7 - Sentidos do trabalho para pessoas em situação de rua: articulação entre o processo de trabalho, o ver-se como (não) trabalhador/a e a concepção do trabalho –** apresenta os sentidos do trabalho das pessoas em situação de rua para elas mesmas, através do significado social do trabalho e de como a dinâmica deste, por assumir uma centralidade nas interações sociais, impacta em processos de socializações, aspectos morais, valores pessoais e os compartilhados socialmente

etc., em conexão com memórias do passado, perspectivas do presente, e expectativas do futuro, a exemplo da trajetória de vida, da manutenção atual e da aposentadoria e proteção social em geral, respectivamente. Conforme se observa no capítulo, esses sentidos são expressos através da ambiguidade e da oposição, através do eixo analítico "identidade", no qual as dimensões da configuração sociotécnica que mais se destacam são "perfil da mão de obra" e "relações laborais" na configuração sociotécnica. Ao problematizar a construção de significados por meio do trabalho, esta tese discute o significado de trabalhar nas ruas também por quem tem as ruas como principal articulador de suas relações sociais, a exemplo de quem vive e dorme nas mesmas.

Finalmente, serão apresentadas as considerações finais, na **seção 8**, com as conclusões dos resultados e propostas de continuação de pesquisas nessa área mediante o estudo de temáticas não aprofundadas nesta tese.

2 – ELEMENTOS QUE TECEM A COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO

Este capítulo tece alguns elementos imprescindíveis à compreensão do trabalho na contemporaneidade, especificamente os trabalhos desenvolvidos pelas pessoas em situação de rua. A apreensão do conceito de trabalho é importante ao entendimento dos demais conteúdos, na medida em que os posicionamentos e teorias elencadas para explicar a dinâmica atual do trabalho não estão soltos, como se estivessem desvinculados a um entendimento geral do trabalho, do trabalhar e do/a trabalhador. Por isso, esta seção inicia-se com uma definição do trabalho para, em seguida, discutir aspectos atuais que lhe estão articulados.

2.1 Trabalho: qual sua definição?

Há muitos trabalhos, muitas maneiras de trabalhar e muitos/as trabalhadores/as. Os processos de socialização pelos quais os indivíduos se constituem enquanto seres humanos envolvem dimensões múltiplas, tais como a linguagem, as emoções, a memória, a aprendizagem etc. Nesse palco, em que todos os vetores convergem à subjetivação do indivíduo, o trabalho se mostra como uma dimensão presente em diversos modos do indivíduo ser e se expressar no mundo.

A compreensão do trabalho, em todas suas nuances históricas, sociológicas, econômicas, psicológicas etc., é uma tarefa intelectual e empírica impossível, pois, mesmo que muitos/as pesquisadores/as, de diversos locais do mundo, empenhassem-se nesta tarefa, o resultado seria, no máximo, um excelente trabalho e, indubitavelmente, oriundo de muito esforço. Mas a compreensão total do trabalho, enquanto alvo, estaria distante de ser alcançado. Como o trabalho é permeado por contradições que envolvem processos relacionados a todas essas nuances, qualquer avaliação sobre o mesmo deve ser cuidadosa, a fim de evitar conclusões precipitadas sobre fatos não nitidamente contornados.

Por ser um tema de tamanha magnitude, são necessárias muitas pesquisas para entender partes desse universo e, portanto, contribuir ao entendimento mais amplo, sendo este modificado constantemente em virtude das mudanças incessantes. Assim, espera-se que esta pesquisa, de um público particular – as pessoas em situação de rua – e de uma região específica – Recife -, auxilie a compreensão da dinâmica do trabalho contemporânea.

O trabalho, de acordo com a perspectiva teórica marxista, é considerado o principal mediador entre o ser humano e a natureza, através de uma influência recíproca, em que o

primeiro busca a sobrevivência. Diferentemente das outras espécies, os seres humanos têm a capacidade de conceber previamente o que será transformado na natureza, podendo organizar mentalmente suas ações (MARX, 2011). Assim, para a espécie humana, o trabalho é fonte de realização, reconhecimento, prazer, interação social. É através dele que se cria a riqueza e os bens necessários à sociedade.

A Revolução Industrial foi um importante impulsionador para que o trabalho fosse mediado pelas relações de compra e venda da força de trabalho, expressas pelo fator salário, que é a remuneração paga ao/à trabalhador/a pela realização de suas tarefas. Há, também, trabalho não remunerado, geralmente exercido no âmbito doméstico, em sua maioria por mulheres, modalidade fundamental para assegurar a continuidade das atividades produtivas no sistema capitalista.

Seguindo a perspectiva marxiana, o trabalho pode ser dividido entre concreto e abstrato, sendo o primeiro caracterizado pelo valor de uso, em que os indivíduos realizam para satisfazer suas necessidades, reconhecendo-se no produto do mesmo. Já o trabalho abstrato é o que gera valor de troca, mediado pela compra e venda da força de trabalho, no contexto do sistema capitalista, o qual tem se desenvolvido pela acumulação crescente de lucro e o aprimoramento de maneiras para tornar o trabalho cada vez mais alienado e estranhado[5].

[5] Ao tratar do processo de trabalho abstrato, Marx utiliza dois termos: *Entäusserung* e *Entfremdung*. Os dois têm sido estudados profundamente por diferentes pesquisadores/as da obra de Marx, dentre os/as quais se destacam Ranieri (2000, 2001) e Costa (1999), para quem, tomando-se como base os Manuscritos Econômicos Filosóficos, esses dois termos consistem em categorias diferentes e não são sinônimos como se os dois pudessem ser invariavelmente traduzidos por "alienação",

A relação que o ser humano estabelece com a natureza, para transformá-la e conseguir satisfazer suas necessidades, é mediada pela consciência, num processo em que ocorre alienação, isto é, exteriorização desse ato já planejado mentalmente, o qual consiste no trabalho. Marx afirma que o processo de alienação também é identificado na religião, quando o ser humano projeta para fora aspectos de sua essência para conformar/criar um/a Deus/a, de modo que a alienação está relacionada à ideia de atividade, objetivação e exteriorização do ser humano. É nesse momento de exteriorização que o ser humano pode se realizar através de sua criação oriunda de seu trabalho. O problema, no capitalismo, reside no fato desse produto externalizado, advindo do trabalho, ser usufruído por outra pessoa diferente do/a trabalhador/a. Desse modo, o trabalho torna-se alienado porque o fruto dele é apropriado por outra pessoa. Daí o conceito de estranhamento (RANIERI, 2000).

Para Marx, o processo de estranhamento ocorre quando o produto do trabalho é objetificado. Essa objetificação consiste no fato do/a trabalhador/a perder o objeto fruto de seu trabalho, através de um processo de expropriação em que este objeto é apropriado pelo capital. Ao mesmo tempo, o estranhamento provoca a servidão do/a trabalhador/a em relação a este objeto (RANIERI, 2000).

Nos manuscritos, Marx advoga que existe uma mútua determinação entre trabalho estranhado e propriedade privada, relação que não existe apenas no capitalismo e sim em todo modo de produção em que há propriedade privada. Mas é no capitalismo que o estranhamento atinge seu máximo grau de realização e complexificação, de modo que para superar a relação entre estranhamento e propriedade privada é necessário superar o próprio sistema capitalista (MARX, 2009).

Alienação e estranhamento são dois elementos concêntricos, na medida em que o estranhamento ocorre porque houve um processo de alienação (RANIERI, 2000).

Verifica-se que a maioria das experiências de trabalho não tem sido realizada enquanto a satisfação de uma carência *per si*, mas como um meio para que os indivíduos, ao obterem rendimento, consigam garantir sua sobrevivência e a de seus/suas dependentes. Segundo Marx,

> o seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2009, p.83, grifos do autor).

Nesse sentido, o trabalho converte-se de uma "finalidade central do ser social" para "um meio de subsistência", em que a "a *força de trabalho* torna-se uma mercadoria", que objetiva a criação de novas mercadorias que valorizem o capital. O trabalho "converte-se em *meio* e não *primeira necessidade* de realização humana" (ANTUNES, 2009, p.232, grifos do autor). E nesse meio ocorre estranhamento do ser humano, em relação à mercadoria, a si mesmo e ao gênero humano.

Através desse processo de trabalho, uma das utilidades principais do/a trabalhador/a é gerar mais-valia. Para Marx,

> na produção capitalista, na medida em que o capital força o trabalhador a trabalhar além de seu tempo de trabalho necessário – isto é, além do tempo de trabalho que é requerido para a satisfação de suas próprias necessidades vitais como trabalhador -, o capital, enquanto relação de dominação do trabalho passado sobre o trabalho vivo, gera, produz o *mais-trabalho* e, com isso, o *mais-valor*. Mais-trabalho é trabalho do trabalhador, do indivíduo, além dos limites de sua necessidade (MARX, 2010, p.213, grifos do autor).

Ademais, "se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de viver para um outro" (MARX, 2009, p.86, grifo do autor). Ou seja, uma vez que o/a trabalhador/a se relaciona com o seu trabalho como um objeto estranhado, outras pessoas se apossam de seu trabalho numa relação de senhorio. Por mais que dispenda muita energia física em seu trabalho, não desfruta das riquezas produzidas, chegando mesmo a ficar cada vez mais pobre à medida que gera mais riqueza (MARX, 2009). E com a atual complexidade societária, na maioria das vezes o/a trabalhador/a nem tem clareza de quem está se beneficiando com a riqueza proveniente de seu trabalho.

O trabalho da maioria da população configura-se como um dos principais aspectos que gera tempo livre para uma minoria. Segundo Marx,

> Quando existe uma sociedade em que alguns vivem sem trabalhar (sem diretamente tomar parte na produção de valores de uso), é claro que a superestrutura inteira da sociedade tem como condição de existência o sobretrabalho do trabalhador. (...) O *tempo livre* do lado das partes da sociedade que não trabalham se baseia no *mais-*

> *trabalho* ou *trabalho extraordinário*, no *tempo de mais-trabalho* das partes que trabalham (...) O desenvolvimento de faculdades humanas de um lado baseia-se nos limites nos quais é mantido o desenvolvimento do outro lado. Nesse antagonismo se baseia toda civilização e desenvolvimento social até aqui (MARX, 2010, p. 207, grifos do autor).

Embora o "até aqui" de Marx se refira ao período da Revolução Industrial na Europa, essa realidade por ele analisada também pode ser constatada na contemporaneidade, sobretudo quando se toma os índices de desigualdade social no mundo. No caso da desigualdade socioeconômica, na maioria dos casos, o grupo que mais detém a riqueza é o que menos trabalha, ou não trabalha, e mais possui tempo livre para o cuidado de si e o que mais desfruta de boa qualidade de vida, incluindo vivências de alto luxo.

Em todo esse processo de alienação, o/a trabalhador/a, além de produzir mercadorias, torna-se ele/a próprio/a uma mercadoria, geralmente de baixo custo. "A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria" (MARX, 2009, p. 24). Enquanto mercadoria, o/a trabalhador/a gera mais-valia ao/à empregador/a e seu retorno financeiro é apenas assegurar que no dia seguinte retorne ao trabalho (MARX, 2010). A força de trabalho tem sido explorada ao máximo, para que também os lucros sejam máximos, numa dinâmica em que os desgaste por completo do/a trabalhador/a é evitado apenas para que ele/a não seja impedido/a de continuar desempenhando suas atividades laborais diárias.

Na lógica capitalista, esse limite tende a ser estabelecido pelos/as empregadores/as e pelo Estado, através de uma articulação que segue a lógica do mercado. O/a trabalhador/a, por sua vez, consegue participar de decisões que envolvem seu trabalho quando se articulam com outros/as trabalhadores/as em movimentos coletivamente organizados, para que, ao mesmo tempo em que pressionam por um padrão de vida minimamente digno com direitos assegurados, tenham a continuidade de seu vínculo trabalhista assegurado (MARX, 2010).

Assim, tem-se o enfoque dialético do trabalho, pois ao mesmo tempo em que é uma necessidade inerente ao ser humano e um direito social, tem sido desempenhado na sociedade capitalista de modo alienado e explorado.

2.2 Aspetos para compreensão da precariedade do trabalho

O trabalho, ao ser estabelecido como forma de extração de mais-valia para benefício de uma minoria reduzida, às custas de uma maioria que vive para trabalhar sem conseguir o descanso merecido nem a satisfação de suas necessidades, já é precário em si. Quando esse

processo se agudiza ao longo do tempo, num processo em que as condições do/a trabalhador/a são ainda mais prejudicadas, tem-se o processo de precarização (ALVES, 2007).

Nesse sentido, o foco desta tese recai mais sobre a precariedade, sobretudo por considerar que, segundo o autor, a precarização é uma dinâmica mais condizente ao contexto em que os/as trabalhadores/as, no geral, já haviam experimentado algum nível de inserção laboral em que eram maiores as possibilidades para exercício da autonomia, segurança de continuidade no vínculo empregatício e garantia de manutenção da sobrevivência, realidade não verificada na América Latina, incluindo o Brasil, *lócus* de elevado grau de relações laborais precárias (ALVES, 2007).

2.2.1 Crise do Fordismo, flexibilidade, mudança tecnológica e neoliberalismo

Atualmente, considera-se que o trabalho alcançou um padrão hegemônico com presença mundial, num contexto em que a mundialização do capital tem assumido dimensões inéditas, tendo o neoliberalismo como sustentáculo principal e materializado mediante a reestruturação produtiva e do trabalho. É desse modo que o capitalismo tem se mostrado na contemporaneidade, fomentando a cultura da flexibilidade, a qual, ao passo que gera mudanças em decorrência das inovações, mantém as relações salariais (DRUCK, 2011).

Nos últimos anos, a palavra *flexibilidade* também passou a fazer parte do cotidiano dos/as trabalhadores/as, a qual foi inserida no mundo laboral com a promessa de tornar a realização dos trabalhos mais fáceis, ao contrário da rigidez verificada no fordismo. A acumulação flexível surgiu num contexto de crises do taylorismo-fordismo, provocadas por inúmeros fatores, sendo alguns apontados por Harvey (1989).

O autor destaca a substituição de importações, medida através da qual um país fomenta o desenvolvimento de sua industrialização para que produza os produtos de sua necessidade e cesse de importá-los, a fim de diminuir os gastos, gerar mais empregos e aumentar a renda. Dessa maneira, os países que frequentemente exportavam tiveram um abalo financeiro, pois a industrialização fordista se tornou mais competitiva. Outro fator refere-se à incapacidade do fordismo e do keynesianismo superar as contradições próprias do capitalismo. Os pressupostos do keynesianismo foram atrelados ao fordismo na busca por superar as próprias crises deste, através de medidas como reformas e distribuição de rendas, operacionalizadas pela articulação entre sindicatos, capital corporativo e Estado. Este é o momento conhecido como a Era de Ouro do capitalismo, em que se verificava o Estado de Bem-Estar Social num contexto de defesa de promoção de justiça dentro do capitalismo.

Outro aspecto foi a quebra do Acordo de Bretton Woods[6], com sua consequente desvalorização do dólar. A operacionalização do fordismo também foi dificultada por sua rigidez, expressa em investimentos de capital fixo, seus planejamentos, mercados e contratos de trabalho. Outro ponto que provocou a crise no fordismo refere-se ao aumento nos preços do petróleo ocasionado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em decorrência da guerra árabe-israelense iniciada em 1973. Esse fato impulsionou uma contenção de energia em todos os segmentos da economia, provocando a necessidade de mudança tecnológica e organizacional no mundo do trabalho (HARVEY, 1989).

O colapso do fordismo também foi provocado pela maior visibilidade de suas contradições. Embora houvesse promessa de qualidade de vida satisfatória para todas as pessoas, esse modo de organização do sistema desenvolveu-se de forma distinta pelo mundo, em que o acesso a empregos privilegiados era desigual e muitos/as trabalhadores/as dependiam de baixos salários e tinham uma garantia frágil de emprego. Cada vez se tornou mais difícil manter a desigualdade social na penumbra, pois o aumento da criação de necessidades e o crescente estímulo ao consumo de massa descortinou a realidade na qual um número significativo de pessoas não era beneficiado pela promessa de felicidade fordista e muitos/as viviam em extrema pobreza (HARVEY, 1989).

Para não prejudicar os lucros, recuperar o padrão acumulativo e manter uma ordem no sistema capitalista, o fordismo foi preterido e passou-se a adotar um regime de acumulação flexível, com diferenças políticas e sociais, o que gerou intensa reestruturação na produção para intensificar o controle do trabalho. Dentre as principais estratégias corporativas de sobrevivência, constata-se a pulverização da produção para zonas de maior possibilidade de controle e exploração do trabalho (HARVEY, 1989).

Para além dessas questões apontadas por Harvey (1989) como fomentadoras do fim do período fordista, outros acontecimentos influenciaram essa mudança de organização produtiva. Nesse sentido, Leite (1994) argumenta que a resistência dos/as trabalhadores/as ao taylorismo, e depois ao taylorismo-fordismo, em diferentes países, foi um dos motivos fundamentais para esta mudança. A rígida burocracia no modo de operacionalizar as tarefas, os baixos salários, as dificuldades de organização sindical, o duro controle e a constante vigilância, dentre outros aspectos, compuseram um caldo que pressionou os/as trabalhadores/as para resistirem de maneiras cada vez mais variadas e em diferentes partes do

[6] Acordo realizado em 1944, na cidade Bretton Woods, que estabeleceu o dólar como moeda padrão no mercado internacional, sendo a moeda que poderia ser convertida em ouro. Em 1971, os Estados Unidos da América, sob o governo de Richard Nixon, quebrou o acordo ao desvincular o dólar do ouro. Ainda assim, o dólar continuou sendo uma moeda forte e utilizada como padrão no comércio mundial.

mundo. Foram protestos, greves e outras atitudes reveladoras de inquietação, de modo que a continuidade dos lucros num ambiente minimamente controlado estava sendo ameaçada (LEITE, 1994). Para a autora, esses aspectos denotam que as questões subjetivas também devem ser consideradas nos processos de inovação tecnológica.

A resistência, em consonância com a perspectiva trazida pela autora, não se refere apenas a uma ação coletiva organizada, a exemplo de uma greve e/ou atos de visibilidade mais geral, mas também às ações individuais, as quais nem sempre são perceptíveis. Mesmo que esses atos não possuam organização e finalidades notáveis, pressionam o sistema através de posições contrárias à dominação (LEITE, 1994).

Uma vez que os estudos sobre trabalho, através de posturas científicas em que o olhar analítico não mirava apenas a influência institucional sobre o processo de trabalho, passaram a enfocar também a resistência dos/as trabalhadores/as à produção, resultados de pesquisa surgiram mostrando que a mudança tecnológica não surgiu como um aspecto neutro advindo da necessidade de mudanças no desenvolvimento da produção do trabalho. Ficou cada vez mais notável que tal mudança também decorreu de conflitos cotidianos entre capital e trabalho na dinâmica da produção, especialmente no que se refere ao controle, pois a história do trabalho tem demonstrado que os/as trabalhadores/as desenvolvem capacidades para resisti-lo de maneiras diversas, individual ou coletivamente (LEITE, 1994).

A constatação da existência dessas questões foi um ingrediente chave para a inserção de tecnologias diferenciadas na dinâmica do trabalho, impingindo os/as trabalhadores/as à flexibilidade com o objetivo de aumentar o ritmo produtivo e o controle sobre o trabalho. Nesse sentido, Paugan constata que, após essa mudança tecnológica, há continuidade de riscos e dificuldades associados ao trabalho considerado tradicional, bem como da alienação e, ademais, que tais fatores seguem uma tendência de constantemente se renovar através da introdução de técnicas, maneiras organizativas do trabalho e dinâmicas de objetivação relacionadas a estes (PAUGAN, 2000). É importante salientar que, por mais que a tecnologia tenha uma influência significativa sobre o processo de precariedade, ela não deve ser encarada como um aspecto determinista, pois o indivíduo está inserido numa teia de relações causais multifatoriais (LEITE, 1994).

O trabalho flexível se tornou uma modalidade dominante em escala global. Um dos fatores que contribuiu para essa dominação foi o capital ter incorporado elementos do discurso proletário, como *participação social* e *cooperativa*, os quais, sob uma concepção burguesa, compunham empreendimentos de patrões/patroas para aniquilar direitos trabalhistas (HARVEY, 1989).

O próprio desenvolvimento capitalista não tinha mais condições de manter as promessas do Estado de Bem-Estar Social e, ao mesmo tempo, garantir seus lucros. Salienta-se que a realidade conhecida como Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) não se efetivou no Brasil e foi uma realidade apenas de algumas alguns países europeus, Estados Unidos da América, Japão e Austrália (GOMES, 2006), regiões consideradas desenvolvidas, nas quais a abrangência do amparo estatal, além de não ter sido universal, foi temporalmente limitada. Nas demais localidades, como o Brasil, as extremas dificuldades associadas a altos níveis de pobreza e desigualdade social se apresentaram mais gravemente.

De modo geral, em toda parte verifica-se o aumento da flexibilização e da precarização do trabalho. Ou seja, há mais pessoas realizando trabalhos precários e sem perspectivas de melhoria num curto prazo, que trabalham longas horas, em atividades cada vez mais precárias, com o objetivo da sobrevivência, tanto de si quanto de seus/suas dependentes. Esse quadro se verifica tanto no setor considerado *informal* quanto no *formal.*

Assim vive a maioria da população brasileira, e não apenas neste país, pois se trata de um fenômeno mundial, por mais que os agravantes sejam verificados na periferia, local, inclusive, onde se constatam os maiores níveis de desigualdade social, pobreza, desemprego e precariedade no mundo do trabalho.

O fenômeno da flexibilidade está associado ao **neoliberalismo**, o qual agrega um conjunto de medidas elaboradas para desenvolver o capitalismo, favorecer os mercados e gerar lucros e situações favoráveis aos/às capitalistas. Embora elaborado ainda no momento fordista por economistas europeus e estadunidenses contrários à implementação de ações protetivas do Estado, tais como o Estado de Bem-Estar Social, sua aplicabilidade só teve início após o declínio do fordismo e início da era flexível (ANDERSON, 1995). Na América Latina, o neoliberalismo teve significativa exequibilidade, com destaque para o governo Pinochet no Chile, que, inclusive, foi a "primeira experiência neoliberal sistemática do mundo", anterior às experiências europeias ocidentais pós-sócio-democracia e orientais pós-comunistas (ANDERSON, 1995, p.9).

Dentre os objetivos do neoliberalismo consta-se aumentar o desemprego, a fim de que que os/as trabalhadores/as, sob a ameaça de poderem ser substituídos/as por outros/as que estão à espera de uma vaga, executem suas tarefas com maior dedicação e tendam a não se organizar politicamente, a exemplo da atuação em sindicatos. Atrelado a este objetivo, tem-se o fomento à desigualdade social, para dinamizar as economias. As privatizações também são uma medida neoliberal, sob a justificativa de que haverá maior eficiência nos serviços e nas produções, isentando o Estado de gastos que, neste caso, ficam a cargo de indivíduos e grupos

que passam a administrar as empresas antes estatais. Também objetiva-se elevar as taxas de juros e baixar impostos sobre rendas altas. Tais objetivos são defendidos sob a justificativa de que o lucro das empresas será aumentado e, consequentemente, o PIB dos países, bem como a inflação será diminuída (ANDERSON, 1995).

De fato, segundo o autor, muitos desses objetivos foram alcançados, às custas de altos índices de pobreza e desigualdade social em diferentes partes do mundo. Ele também aponta que, por mais que os resultados negativos sejam, além de previstos, visíveis em todas suas facetas, o neoliberalismo tende a se alastrar, pois, além de posicionamentos políticos e econômicos, é um "movimento ideológico" espalhado mundialmente (ANDERSON, 1995).

Embora o neoliberalismo seja uma doutrina político-econômica apreendida igualmente em diferentes partes do mundo, o projeto neoliberal e o modelo econômico de base neoliberal são diferenciados a depender do país em que seja aplicado. No Brasil, a implementação do neoliberalismo foi resultado de luta de classes e entre frações de classes dominantes. As classes dominantes, compostas por frações de classes com interesses próprios e antagônicos, uniram-se contra a classe trabalhadora e, para não terem suas vantagens e lucros prejudicados, puseram em prática um projeto neoliberal para barrar a organização trabalhista realizada via sindicatos e movimentos sociais (FILGUEIRAS, 2006).

Na década de 1990, o Brasil se alinhou ao neoliberalismo, especificamente no governo de Fernando Collor, sendo o último país da América Latina a adotar este modelo. Esse foi o contexto em que o país começou a vivenciar privatizações, abertura econômica e um discurso contundente em defesa do liberalismo. O bloco dominante se fortaleceu, os grupos econômicos nacionais iniciaram um processo de transnacionalização e houve um aumento da subordinação da economia nacional à dinâmica capitalista internacional. Esse bloco é composto por diversas frações de classe, dentre as quais a hegemônica é composta pelo "capital financeiro internacional", pelos "grandes grupos econômico-financeiros nacionais" e pelo "capital produtivo multinacional". Ao projeto neoliberal também se associam a classe média alta e os/as ditos/as "novos/as ricos/as" (FILGUEIRAS, 2006).

O alicerce do projeto neoliberal é a lógica financeira, a qual subordina, inclusive, o Estado. Por mais que muitos grupos econômicos no Brasil não estejam necessariamente ligados ao capital financeiro, também são influenciados por este (FILGUEIRAS, 2006).

O neoliberalismo, enquanto projeto ideológico, tem se alastrado por diversos setores da sociedade brasileira, através de seu discurso de que o Estado tem gastado excessivamente com políticas favorecedoras das classes mais subalternas e, dessa maneira, prejudicando o fluxo econômico do país. Tal propagação nacional tem se efetivado ainda que esse projeto

seja contrário às reivindicações da classe trabalhadora, a qual tem sido gravemente prejudicada com essas mudanças (FILGUEIRAS, 2006).

A flexibilidade e o neoliberalismo são dinâmicas que geram níveis mais intensos de precariedade. Esta, enquanto fenômeno heterogêneo, é verificada tanto em trabalhos formais quanto informais, independentemente do local de realização das tarefas, podendo ser em domicílios, empresas pequenas, grandes etc. Quanto à proteção trabalhista, o alcance diminui à medida que há afastamento da formalidade. Os contratos de trabalho são os mais diversificados possíveis, podendo, inclusive, não abarcar uma renda salarial fixa.

2.2.2 Precariedade: primórdios e atualização

Na busca por explicar as mudanças ocorridas no mundo laboral e as novas formas de trabalho que têm emergido, o conceito *precariedade* tem sido bastante utilizado para compreender realidades díspares e semelhantes. Embora o termo tenha se popularizado apenas no final do século XX, não é recente essa modalidade de trabalho. Van der Linden (2014) mostra que já na bíblia há registros de trabalhos precários. Castel (1998) afirma que já em 1840 Buret utilizou a palavra *precariedade* para se referir às condições instáveis de trabalhadores/as na indústria francesa.

O próprio início da Revolução Industrial pode ser analisado como um processo de precarização, pois os/as trabalhadores/as eram forçados/as a abandonar sua maneira de trabalhar para se submeterem às novas regras impostas pelas grandes indústrias. Dentre as mudanças, destaca-se a aceleração no ritmo de trabalho, para que o nível de produção fosse quantitativamente maior num menor tempo. Diante da compartimentalização laboral excessiva, o sentido do trabalho e a autonomia se enfraqueceram cada vez mais, afetando negativamente as condições psicológicas dos/as trabalhadores/as, visto que não se reconheciam no trabalho realizado, nem tinham clareza do processo e produto final ao qual estava colaborando. Os salários seguiam uma linha decrescente. As atividades eram realizadas sob um controle extremo, a fim de que a disciplina no trabalho fosse mantida.

Antes da Revolução Industrial, uma característica notável dos trabalhos é a não regularidade, em consonância com o ritmo próprio de cada trabalhador/a, o/a qual controlava seus intervalos, os dias que trabalharia menos e os em que mais se esforçaria, inclusive escolhendo seus dias de descanso. Com a mudança na forma de produção, inúmeras práticas culturais dos indivíduos foram afetadas, com graves danos à sua qualidade de vida (THOMPSON, 1998).

No âmbito contextual da Inglaterra, Thompson averiguou que, como a sociedade estava iniciando o hábito de acompanhar o tempo por meio de relógios, gerentes das fábricas recebiam orientação para manipularem os relógios e, consequentemente, a jornada laboral fosse ainda mais extensa. Os/as trabalhadores/as, por sua vez, não tinham como saber o horário certo porque eram impedidos/as de usarem relógio nos espaços da fábrica (THOMPSON, 1998). Além desses danos e da exploração econômica, a Revolução Industrial também provocou opressão política (THOMPSON, 1987).

A escravidão no Brasil também é um exemplo notável de precariedade no país, em que os/as escravos/as eram compulsoriamente obrigados/as a trabalhar para que a metrópole obtivesse lucros. Nesse período, além do trabalho escravo, existiam diversos trabalhos, também precários, executados pelos ditos "homens livres", que poderiam ser tanto ex-escravos/as que conseguiam alforria quanto imigrantes portugueses/as que não conseguiam prosperidade na colônia.

Sobre este último caso, Souza menciona o trabalho realizado por não escravos/as na mineração, argumentando que havia atividades que não poderiam ser realizadas por escravos/as, porque, além de ser "anti-econômico desviar mão-de-obra da produção", poderia "colocar em risco a condição servil" (SOUZA, 1982, p. 63). Como exemplos dessas atividades realizadas por esse grupo populacional durante a escravidão, a autora aponta a preparação do solo para o plantio, o policiamento enquanto capitão do mato etc (SOUZA, 1982).

No argumento desta autora, esses indivíduos livres ocuparam um "'vácuo imenso'" (SOUZA, 1982, p. 63) que existia durante anos entre os/as escravos/as, ocupantes da camada inferior de classificação, e os/as senhores/as portugueses/as, classificados/as superiormente. Nessa perspectiva, o trabalho precário de homens/mulheres livres pobres não é visto como fundamental ao processo de escravização, como se, para esta funcionar, fosse necessário apenas o trabalho escravizado. Essa é uma leitura estruturalista da sociedade brasileira, que desconsidera a pluralidade da sociedade colonial.

O termo *precariedade* se tornou mais popular na década de 70, especialmente na França, utilizado como ferramenta analítica para compreender as mudanças no mundo do trabalho na produção e no setor empresarial, em que havia uma oposição entre o denominado trabalho precário e o típico. O *precário* servia para se referir às realidades de trabalho opostas ao padrão fordista de trabalho, especificamente os trabalhos não registrados, por tempo determinado e realizado em tempo parcial (CAIRE, 1982). O trabalho típico, por sua vez, referia-se a

> um emprego assalariado, em tempo completo, que se exerce num lugar único, protegido por uma série de regras oriundas da legislação ou de convenção coletiva, no qual o assalariado está vinculado a um empregador único por um contrato de trabalho normalizado[7]" (CAIRE, 1982, p. 135, tradução minha[8]).

Portanto, qualquer modalidade de trabalho diferente deste padrão, considerado normal, passou a ser tido como precário.

A articulação entre flexibilidade e precariedade é constatada no fato de que a proposta de trabalhos flexíveis só apresenta resultados benéficos para uma parcela ínfima da sociedade, pois a dinâmica flexível, ao invés de melhorar as condições de vida do/a trabalhador/a, trouxe-lhe prejuízo tanto em seu exercício de trabalho quanto em seus direitos.

Dentre os prejuízos, é possível elencar os seguintes: perdas de direitos e garantias; fronteira incerta entre ocupação e não ocupação; reconhecimento jurídico incerto das garantias; salários mais baixos; liberdade da empresa para modificar o horário de trabalho, podendo tanto subdividir o horário quanto modificá-lo sem consulta prévia ao/à trabalhador/a; mudança de função; contrato de curta duração; trabalho em casa (*homeoffice)*. Uma das justificativas para a implementação da modalidade flexível nos trabalhos consiste no argumento de que esta seria uma solução para o aumento dos empregos, fato que já tem sido negado por pesquisadores/as, como Vasapollo (2005).

A partir da década de 1990, a visão do que seria precariedade se ampliou e passou a considerar que o trabalho precário também atinge a subjetividade e a cultura dos/as trabalhadores/as, bem como suas formas de solidariedade e organização. No intuito de compreender os aspectos subjetivos envolvidos na dinâmica laboral, o conceito *trabalho imaterial* passou a ser bastante utilizado no campo dos estudos sobre trabalho no contexto pós-fordista, conforme se observa em Negri e Lazzarato (2001). Através desse uso conceitual, análises são focadas no campo das subjetividades, nas quais, verifica-se, há um elo entre criação de valor e formas de dominação e opressão. A subjetividade, entendida nesta perspectiva, não é determinada pelas relações de produção do trabalho imaterial, mas pela experiência corporeizada, a qual é constituída pela precariedade das novas condições de exploração (NEGRI & LAZZARATO, 2001).

Esses autores concordam que um pré-requisito importante para que o trabalho seja mais produtivo é que também se torne mais precário, sobretudo ao se mesclar ao tempo do não trabalho, ou seja, estar presente na vida do indivíduo no máximo de tempo e espaço.

---

[7] "un emploi salarié, à temps plein, s'exerçant en un lieu unique, protégé par une série de règles issues de la législation ou de la convention collective, dans lequel le salarié est lié à un employeur unique par un contrat de travail normalisé".

[8] Todas as traduções de outros idiomas foram feitas por mim.

“Encontramo-nos em tempo de vida global, na qual é impossível distinguir o tempo de trabalho e o tempo de prazer” (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p.13).

A apropriação do tempo é uma marca notável do trabalho precário atual, verificada através de uma linha ténue entre trabalho e não trabalho, em exemplos como a comunicação ininterrupta do/a trabalhador/a com outros/as de seu ambiente de trabalho, via celular e/ou computador, atendendo à exigência de estar disponível todo o tempo para executar tarefas laborais.

Para Lazzarato e Negri (2001), a constituição do pós-fordismo se deve ao fracasso do/a trabalhador/a fordista e ao fato do trabalho vivo ser cada vez mais intelectualizado, o que leva o trabalho imaterial a assumir um lugar de destaque internacionalmente, cuja reprodução na sociedade não se dá por meio de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade.

Tal como Gorz, Negri defende que o trabalho na atualidade tem se destacado por sua característica cognitiva, de maneira que não mais necessita de capital para sua reprodução. É especificamente a essa cognição que se refere ao defender a efervescência do trabalho imaterial, sem considerar que os aspectos subjetivos também envolvem emoção, estética, moral e outras dimensões com os raciocínios cotidianos (DE LA GARZA, 2017c).

Uma vez que, em concordância com Gorz, a força de trabalho se transformou numa intelectualidade de massa, o trabalho deixa de ser a base da produção e há o desaparecimento da lei do valor. Nesse contexto, Negri defende que, como a força de trabalho tem capacidade para organizar seu próprio trabalho, o mesmo é isento de controles e, nesse sentido, a exploração capitalista foi abolida pelo próprio desenvolvimento capitalista (DE LA GARZA, 2017c).

Ao contrário, De la Garza (2017c) critica Negri e afirma que o aparecimento de trabalhos informatizados aumentou o controle dos/as trabalhadores/as, ao segmentar o processo de trabalho entre uma minoria que controla o conhecimento operacional e a maioria que desempenha seu trabalho de modo rotinizado e precário. Nesse caso, o controle também passou a ser proveniente de clientes. Ademais, os trabalhos em que a subjetividade tem sido mais requerida também são explorados.

Ao defender que havia uma ênfase na financeirização, Negri defende que se deva enfatizar a luta pelo não trabalho e que, devido ao fato da maior parte das riquezas serem provenientes das finanças, o trabalho de produção tenderia a diminuir. Nesse processo, já não seria relevante a contradição capital/trabalho, pois os/as trabalhadores/as desempenhariam suas atividades de maneira autônoma e empreendedora, inclusive no que se refere à produção de sua subjetividade (NEGRI & LAZZARATO, 2001).

Com o tempo, houve um aumento significativo no uso do conceito *precariedade* e, portanto, uma multiplicidade de sentidos. Paugam (2000), um dos/as representantes dessa perspectiva, cria categorias para analisar as diferentes possibilidades de precariedade no trabalho.

Para esse autor, o trabalho, ao proporcionar aprendizado e exercício de atividades profissionais, assume uma função útil na sociedade, pois é por meio destas que há integração social, criação identitária e autorreconhecimento de utilidade nas relações sociais.

Considerando que a precariedade não pode ser avaliada apenas em termos objetivos, pois o indivíduo analisa sua posição no emprego também de modo subjetivo, Paugam defende que o trabalho ideal agrega três dimensões: *homo economicus, homo faber, homo sociologicus.* A satisfação do *homo economicus* se verifica no recebimento de um salário adequado ao suprimento das necessidades físicas e simbólicas. Enquanto *homo faber*, o indivíduo busca a realização nas tarefas realizadas, o prazer em desempenhar sua função. Por fim, o *homo sociologicus* se satisfaz quando as relações interpessoais no ambiente de trabalho são positivas (PAUGAN, 2000).

Dessa maneira, o indivíduo interage com o trabalho de maneira multidimensional e, consequentemente, avalia seu trabalho sob diversos aspectos, o que torna a análise da precariedade um desafio. Para Paugam (2000), a estabilidade é condição principal para evitar a precariedade, pois, mediante regularidade e continuidade no trabalho, permite planejamentos futuros, inclusive para mudança de emprego.

De modo geral, ele analisa o trabalho através de dois critérios: satisfação e reconhecimento no trabalho, por um lado, e estabilidade no emprego que possibilita o planejamento futuro, por outro. A partir da combinação desses critérios, cria uma tipologia com 4 (quatro) categorias para analisar o mundo do trabalho. A primeira, considerada ideal, é a "integração estável", na qual o indivíduo encontra-se satisfeito nas atividades no trabalho que realiza e, também, tem um vínculo empregatício estável. Depois, a "integração instável", em que, embora haja satisfação no trabalho, não há estabilidade no emprego. Também, "integração laboriosa", na qual não existe satisfação no trabalho, mas o vínculo empregatício está estável. Por fim, a "integração desqualificante[9]", circunstância em que nem há satisfação no trabalho nem estabilidade empregatícia (PAUGAN, 2000, p. 362).

O autor constata que esta quarta dimensão tem ganhado mais destaque, caracterizando um grupo de trabalhadores/as por ele denominado como "assalariados da precariedade", cuja

[9] "intégration assurée", "intégration incertaine", "intégration laborieuse", "intégration disqualifiante".

condição afeta diversos níveis da vida, até mesmo a organização coletiva para reivindicar melhorias e implementação de direitos.

Paugan conclui que, diante do caleidoscópio de possibilidades em que se apresenta a precariedade, é impossível haver um consenso universal em torno do conceito e que, portanto, cada local, região, país deve se empenhar em compreender sua própria realidade.

Diante da crise do capitalismo, cujo ápice foi o ano de 2008, multiplicaram-se os estudos sobre precariedade e surgiu a tese de que, na atualidade, há emergência de uma nova classe social, chamada *precariado* para se contrapor ao termo *proletariado*, tão utilizado para se referir aos/às trabalhadores/as no sistema capitalista (STANDING, 2011). Para o autor, esse é definido como um grupo de pessoas que adaptaram suas vidas a viver em empregos instáveis, geralmente inferiores em comparação à sua qualificação, além de investirem muito tempo na busca por emprego. Um/a dos/a atores/atrizes identificados/as nesta condição foram os/as migrantes, indivíduos que, independentemente de para qual país imigraram, tendem a ocupar os piores postos de trabalho neste, submetendo-se a vínculos trabalhistas rejeitados pela maioria dos autóctones (STANDING, 2011).

Castel (2010) também já havia utilizado o termo *precariado* para caracterizar os/as trabalhadores/as diante do enfraquecimento da sociedade salarial. A diferença entre Standing e Castel é que, enquanto o primeiro defendia que o precariado era uma nova classe social, Castel argumentava que se tratava de uma nova variação da classe trabalhadora.

Tanto Castel quanto Standing consideram que o precariado é um efeito das mudanças no sistema capitalista, provocadas pela inserção do neoliberalismo e do padrão flexível. Todavia, em concordância com Braga (2012), o precariado compõe as engrenagens do próprio sistema, inclusive no período de Estado de Bem-Estar Social vivenciado por alguns países. No Brasil, Braga (2012), ao analisar a situação do proletariado precarizado desde o período varguista até o lulismo, é uma referência importante para compreensão do conceito *precariado.*

Segundo Braga (2012), o precariado é formado por todos/as os/as trabalhadores/as precarizados/as, composto por quase todas as frações da "superpopulação relativa", também denominada de "exército industrial de reserva", termos elaborados por Marx em O Capital (MARX, 1996), o qual agrega as frações flutuantes, latentes, estagnadas e pauperizadas da classe trabalhadora. A população flutuante é composta pelo grupo que em um período é atraído e em outro é repelido pelas empresas. A latente agrega os indivíduos que estão na iminência de ingressarem no mercado de trabalho, sobretudo os oriundos da zona rural. A população estagnada está vinculada a alguma atividade empregatícia, mas de caráter muito

irregular, numa condição de vida abaixo do padrão normal médio dos/as demais trabalhadores/as (MARX, 1996). Dentro do grupo pauperizado está o chamado por Marx de "lumpempoletariado propriamente dito", composto por "vagabundos, delinquentes e prostitutas". Este grupo também agrega outras três categorias: "aptos para o trabalho", "órfãos e crianças indigentes" e "degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho" (MARX, 1996, p. 273).

Ao conceituar o precariado, Braga exclui essa população pauperizada, considerando que "ao decair para o pauperismo, esses trabalhadores deixam de cumprir qualquer função relevante relacionada à exploração econômica de classe, conformando-se com aquilo que Marx chamou de 'o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva'" (BRAGA, 2012, p. 19).

Ruy Braga, com base em Marx, argumenta que essas pessoas não contribuem ao processo de acumulação do capital, configurando-se enquanto "peso morto" (MARX, 1996, p. 273). Dentre esse grupo estão as pessoas em situação de rua, foco de minha investigação, através da qual tenho verificado que, contrariamente às afirmações acima, tais pessoas executam trabalhos nas ruas e, portanto, contribuem à acumulação capitalista, conforme será melhor discutido dos capítulos 4 e 5.

No Brasil, e na América Latina de modo amplo, os estudos sobre precariedade seguiram inicialmente a tendência francesa, considerando os trabalhos precários como atípicos. As interpretações sobre precariedade, com base no contexto europeu, buscaram compreender a suposta passagem do fordismo para o pós-fordismo, a qual, avaliam, tornou o trabalho vivo mais intelectualizado, e, como uma das consequências mais notáveis desse processo, a precariedade passou a abranger toda a forma de existência humana, sem focar apenas no âmbito laboral. Ademais, diante da crise do Estado de Bem-Estar Social, as propostas de redefinição da relação salarial foram materializadas em maior precariedade.

Diferentemente, este processo não se verificou na América Latina e, com base em autores como De la Garza, considera-se que nos países que compõem esta região não há crise do trabalho, mas crise de precarização das atividades. Para ele, há uma constante no número de assalariados/as e a inserção destes/as se verifica sobretudo do setor de serviços. Assim, a crise na América Latina está mais relacionada a fenômenos como desemprego, baixos salários reais e o caráter não estruturado da economia expresso no que se chama informalidade (DE LA GARZA, 2005).

O processo de precarização no Brasil, sempre existente, é intensificado e aprimorado pelo aumento da flexibilização no trabalho, em decorrência do aperfeiçoamento da

reestruturação produtiva no país, por volta da década de 1990, sob a justificativa de que os tempos atuais necessitam de inovação e adequação à modernidade (DRUCK, 2007, *apud* DRUCK 2011).

Na América Latina, a precariedade está associada à pobreza, pois a maioria dos trabalhos precários gera renda insuficiente, resultante do caráter instável e intermitente do trabalho. Ao tomar os jovens como exemplo, tem-se que neste grupo há uma forte relação entre o status social e o tipo de emprego no qual é possível a inserção. Os/as jovens dos status mais elevados geralmente são beneficiados/as pelas relações familiares e de amizade para conseguirem um emprego em que possam se aperfeiçoar para finalmente ingressar no mercado de trabalho conforme suas expectativas (LONGO & BUSSO, 2017).

Os/as jovens que possuem menor recurso financeiro tendem a ingressar em trabalhos mais extenuantes, que lhes exigem maior força física, que apresentam baixa flexibilidade de mudanças de horário para facilitar a conciliação com os estudos, que não fomentam um ambiente de trabalho para que o/a jovem trabalhador/a possa articular o desempenho de suas tarefas com aprendizados que contribuam à capacitação para ingresso em melhores empregos no futuro (LONGO & BUSSO, 2017). Esta situação é constatada até mesmo quando o trabalho para o/a jovem é conseguido via laços de parentesco e de amizade, pois sua rede social tende a lhe oferecer trabalhos de mais baixa qualidade. Desse modo, esta experiência funciona como uma preparação para o ingresso no mundo do trabalho precarizado, uma formação para serem *precariados*, cujas consequências negativas da flexibilidade atingem não apenas seu universo laboral, mas também toda a extensão de sua vida.

Embora a precariedade seja um traço comum no trabalho dos/as jovens, independentemente da pobreza, nem todos/as dispõem de alternativas para desvencilhar-se de seus tentáculos e transformar a vivência na precarização em um aprendizado, de tempo limitado, para inserção em vínculos empregatícios mais seguros e que proporcionem rendas mais elevadas (LONGO & BUSSO, 2017).

Atualmente, predominam estudos que mostram que a precariedade não é apenas o oposto do trabalho típico, pois outras dimensões foram agregadas à compreensão deste conceito. Segundo Longo e Busso (2017), nesses estudos são distinguidas três dimensões referentes à degradação da qualidade de emprego: precariedade do emprego, do trabalho e das relações laborais.

Os empregos precários referem-se àqueles incertos através dos quais o/a trabalhador/a não dispõe de condições para se planejar para o futuro, pois são regidos por contratos instáveis e/ou frequentemente interrompidos. Denomina-se trabalhos precários a situação em

que há degradação nas tarefas realizadas, prejudicando a capacidade transformadora do trabalho e o reconhecimento simbólico por estas. Essa modalidade de precarização atinge a subjetividade dos/as trabalhadores/as, pois, no geral, são direcionados/as a receber e a aceitar ordens, num processo em que ocorre perda de sentido do trabalho. A dimensão da precariedade atinente às relações laborais se verifica quando a organização coletiva dos/as trabalhadores/as é dificultada ou impedida. Não necessariamente essas três dimensões se apresentem de forma isoladas, pois em muitos acasos há sobreposição das mesmas (LONGO & BUSSO, 2017).

Para analisar o nível de precariedade de um emprego importa menos saber se ele é estável ou não, do que compreender quem o controla, porque se um/a trabalhador/a tem um vínculo empregatício estável, mas não tem controle sobre seu trabalho, vive numa situação de precariedade.

Muitos estudos sobre precariedade focaram a questão da identidade, defendendo que a flexibilidade promovida pelo vínculo de trabalho precário dificulta a formação de identidade relacionada ao trabalho, ou mesmo pessoal, tendo Sennet (2005) como exemplo. Há casos em que os/as trabalhadores/as, em precariedade, naturalizam as condições de seu emprego, pois a experiência de dinâmica instável é transmitida através de gerações e esse padrão é tido como normal, de modo que a perspectiva de trabalho estável tende a desaparecer nas novas gerações.

Junto a esses fatores, estudos apontam um déficit nas organizações sindicais, diante da fragmentação dos movimentos e de mudanças estruturais na economia, que geraram aumento de empregos em setores que tradicionalmente não têm experiência de sindicalismo, dificultando a organização coletiva. A tese de que o processo de precarização tem prejudicado a formação da identidade do/a trabalhador/a em torno de seu trabalho também é defendida por perspectivas teóricas tais como Castel (1997).

Por outro lado, resultados de investigações (GAYOSSO, 2012; DE LA GARZA, 2011b; DE LA GARZA, 2011c; LONGO & BUSSO, 2017; BARATTINI, 2009; SÁNCHEZ, 2015) têm demonstrado que a precariedade fomenta ações organizadas coletivamente para exigir melhorias, através de um processo que afirma e constrói identidades. Isto é, a precariedade ainda não atingiu por completo as formas de organização dos/as trabalhadores/as, nem implica uma relação direta com a fragmentação de sua identidade, assim como não necessariamente há um processo de naturalização e aceitação da precariedade por indivíduos cujas gerações anteriores tiveram experiências de trabalho precário.

Num contexto em que já existe uma economia não estruturada, que tende a gerar vínculos de emprego e trabalhos precários, a dificuldade de construção de pertencimento identitário não está relacionada apenas à fragmentação da classe trabalhadora, como se o trabalho fosse a única dimensão responsável pela formação de identidades e ações coletivas. O processo identitário ocorre através da articulação de diferentes mundos da vida, inclusive do trabalho, a despeito de um contexto de heterogeneidade na nova lógica produtiva. O distanciamento dos postos de trabalho dos indivíduos, bem como a alta circulação de um/a mesmo/a trabalhador/a por diferentes trabalhos, consiste em aspectos que podem dificultar a formação da identidade, mas não impedi-la. Dessa maneira, o problema do trabalho na América Latina nem se relaciona aos pressupostos de uma sociedade pós-industrial nem da pós-modernidade, mas à precaridade (DE LA GARZA, 2005).

Nesse sentido, o discurso de crise de trabalho não se aplica à realidade da América latina, pois nesta região o trabalho produtivo industrial e de serviços continua sendo um alicerce importante. Novamente, a crise é devida ao aumento do desemprego, à diminuição dos salários reais e ao crescimento da economia não estruturada, fatores que impactam diretamente no aumento e aprofundamento da precarização. Assim, pensar a precariedade no conjunto da sociedade, abarcando a vida produtiva e reprodutiva, dificulta a elaboração de um conceito capaz de explicar os processos de precarização no mundo no trabalho.

De modo geral, tem-se constatado que o capital tem objetivos que não necessariamente coadunam com os do/a trabalhador/a e, por isso, o sistema capitalista só terá êxito se for imposto, visto que os indivíduos não vão aceitar pacificamente a perda de sua liberdade ao preço de baixos salários e péssimas qualidades de vida, considerando que os efeitos da precariedade não são verificados apenas em termos de trabalho, mas também políticos, sociais, culturais, psicológicos[10]. Todos os trabalhos aqui analisados são caracterizados por essa precariedade

[10] Outra face da precariedade do trabalho é verificada no trabalho escravo atual, situação em que, sem que haja um sistema escravocrata admitido legalmente, um indivíduo trabalha sob ameaça ou coerção física e/ou simbólica, em condições degradantes e humilhantes. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta modalidade de trabalho é denominada trabalho forçado, ao qual existe deliberação para ser eliminado desde a Declaração da OIT sobre os princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998 (OIT, 2011).

De acordo com o relatório elaborado pela OIT em parceria com a Fundação *Walk Free* e a Organização Internacional para Migração, *Global Estimates of Modern Slavery*, em 2016 foram encontradas 40,3 milhões de pessoas em escravidão moderna no mundo, em atividades como construção civil, fábricas clandestinas, fazendas, barcos de pesca, indústria sexual etc. A maioria dessas pessoas são mulheres, numa porcentagem de 71% e para cada quatro pessoas encontradas nessas condições, uma é criança (ILO & WALK FREE FOUNDATION, 2017). De acordo com o *Global Slavery Index*, foram identificados, também em 2016, 369 mil trabalhadores/as em situação de escravidão no Brasil, sobretudo na agricultura.

As pessoas encontradas nessa situação apresentam as seguintes características: deslocadas de sua região de origem, a qual pode ser dentro do mesmo país ou em outro; baixa qualificação; pouca ou nenhuma

2.3 Desemprego: entre a intensificação da precariedade na vida e no trabalho

As situações de precariedade se agravam diante do desemprego[11], cuja taxa, no Brasil, além de já estar alta, tende ao crescimento, conforme se verifica no gráfico abaixo, o qual mostra as taxas de 2016, 2017, 2018 e primeiro semestre de 2019, período em que os dados desta tese foram levantados.

Gráfico nº: 1 - Desemprego



Fonte: IBGE (2019b)

No primeiro trimestre de 2017, o nível de desemprego no país, estimado em 13,7% (IBGE, 2017), atingiu 14,2 milhões, sendo o recorde da série histórica[12]. Nesse período, a região Nordeste teve o maior nível, ou seja, 16,3%, mantendo, portanto, a posição de região brasileira onde há maior nível de desemprego (IBGE, 2017). Esta é a maior taxa deste indicador desde 2002[13]. Na mesma direção, os dados do Cadastro Geral de Empregados e

---

escolaridade; condições miseráveis desde antes do estabelecimento do vínculo do trabalho. Por isso, são pessoas que têm maior inclinação para se aventurar em busca de uma oportunidade de trabalho. Pelos trabalhos que fazem, recebem uma renda baixíssima ou nula e, muitas vezes, contraem dívidas com os/as próprios/as empregadores/as, para garantir sua alimentação, estadia e mesmo materiais de trabalho. Em alguns casos, têm seus documentos retidos pelos/as empregadores/as e trabalham e moram em zona afastada de povoamento.

Quanto aos/às empregadores/as, geralmente, são pequenas empresas que assumem contrato com outra maior, estando o/a trabalhador/a em regime de terceirização, ou mesmo quarteirização. Quando o crime é descoberto, as grandes empresas buscam se eximir da culpa ao alegar o desconhecimento dos fatos, relegando toda responsabilidade apenas à empresa que contratou.

O marco legal para essa situação no Brasil, desde o Código Penal de 1940, caracteriza o crime de escravidão pelo cerceamento da liberdade do/a trabalhador/a. Em 2003, houve uma reforma no Artigo 149º deste código, deixando claro que o crime de fomentar trabalho escravo consiste em "reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto" (BRASIL, 2017, p. 60).

[11] A taxa de desemprego, segundo a PNAD Contínua, é trimestral, tomando uma amostra de 211 mil domicílios localizados em mais de 3.500 municípios. Nessa metodologia, considera-se 14 anos a idade mínima para o trabalho.

[12] http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml

[13] http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml

Desempregados (CAGED) mostram que no mês de março de 2017 houve mais demissões que contratações no mercado de trabalho[14].

Após esse período, a taxa de desemprego entrou em declínio, aumentou no primeiro trimestre de 2018 e novamente voltou a declinar a partir do segundo semestre. A diminuição do desemprego não significou aumento na quantidade de postos de trabalho disponíveis para os/as trabalhadores/as que os procurassem, mas que, ao contrário, diante da falta de oportunidades empregatícias, tem crescido o quantitativo de trabalhadores/as inseridos/as em outras modalidades vinculadas à categoria "ocupação". Nesse âmbito, o ano de 2018 registrou 32,9 milhões de trabalhadores/as na informalidade, 23,3 milhões de trabalhadores/as por conta própria e 6,2 milhões de empregados/as domésticos/as. Além da informalidade, também houve um aumento no número de trabalhadores sem carteira assinada. São trabalhadores/as, portanto, que desenvolvem maneiras alternativas de subsistência (IBGE, 2019).

Em comparação inter-regional referente aos quatro trimestres dos anos 2016, 2017 e 2018, o Nordeste foi a região que apresentou as taxas de desemprego mais elevadas em maiores quantidades de trimestres.

Quadro nº 1: Taxa de desocupação do Nordeste

Ano meses	**Jan-Fev-Mar**	**Abr-Mai-Jun**	**Jul-Ago-Set**	**Out-Nov-Dez**
2016	12,8	13,2	14,1	14,4
2017	16,3	15,8	14,8	13,8
2018	15,9	14,8	14,4	14,4

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

No âmbito do Nordeste, no mesmo período e de acordo com a mesma periodicidade, Pernambuco se destacou como o segundo estado nordestino que apresentou números mais elevados de desemprego, perdendo apenas para a Bahia. Em comparação nacional, sem agregar por regiões, Pernambuco ficou em terceiro lugar, perdendo para Bahia, que ocupou do segundo, e para o Amapá, que ficou em primeiro. O quadreo a seguir demonstra esses dados.

Quadro nº 2: Comparação entre os estados

Ano meses	**Jan-Fev-Mar**	**Abr-Mai-Jun**	**Jul-Ago-Set**	**Out-Nov-Dez**
2016	Bahia – 15,5	Amapá – 15,8	Bahia – 15,9	Amapá – 16,8
2017	Bahia – 18,6	**Pernambuco – 18,8**	**Pernambuco – 17,9**	Amapá – 18,8
2018	Amapá – 21,5	Amapá – 21,3	Amapá – 18,3	Amapá – 19,6

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

[14] http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml

Na lógica metodológica do IBGE, que considera apenas o desemprego aberto, os/as desempregados/as são apenas os/as integrantes da População Economicamente Ativa (PEA) que, além de não terem tido algum vínculo de trabalho na semana de referência, não tenham procurado emprego nos últimos 30 dias em relação a esta semana e estejam em condições de assumir algum emprego nesta semana. Essa metodologia exclui o desemprego oculto, tanto pelo trabalho precário, quanto pelo desalento. O primeiro abrange os indivíduos que, perante a dificuldade empregatícia, desempenharam alguma atividade nos últimos 30 dias em relação à semana de referência, mesmo que seja precária, assistemática e não rentável.

O desemprego oculto por desalento refere-se à situação em que os indivíduos não procuraram emprego nesta semana de referência, independentemente do motivo. Geralmente, o desestímulo a esta busca decorre das recorrentes frustrações em consegui-lo ou da oportunidade de desfrute do seguro-desemprego num contexto em que o/a trabalhador/a já vinha há muito tempo num ritmo de trabalho extenuante.

A grande maioria das pessoas em situação de rua é afetada pelo desemprego oculto, tanto o referente ao trabalho precário quanto o por desalento. Se no cálculo do IBGE também fosse considerado o desemprego oculto, a taxa de desemprego no país seria muito maior.

Segundo Hoffmann (1980), o termo *desemprego* começou a ser utilizado no final do século XIX, geralmente para se referir ao volume de força de trabalho não utilizada na zona rural. Estudiosos/as da temática reconhecem diferentes modalidades que o desemprego pode se apresentar.

Desemprego involuntário, termo utilizado na abordagem keynesiana para se referir à situação de um grupo de pessoas que, embora ofereçam sua força de trabalho aos salários vigentes, não encontram oportunidades para utilizá-la. Esse desemprego, em países desenvolvidos, apresentam o caráter cíclico, sendo mais expressivo em períodos de caída da demanda agregada (HOFFMANN, 1980).

Desemprego friccional ou flutuante, refere-se ao intervalo de tempo entre saída de um emprego e ingresso em outro, quando os/as trabalhadores/as estão mudando de emprego, tanto pelo local de trabalho quanto pela área de atuação. Esse tipo de desemprego tende a ser temporário, porque logo os/as trabalhadores/as são reabsorvidos/as pelo sistema (HOFFMANN, 1980).

Desemprego tecnológico, diante do desenvolvimento de novas técnicas de produção, algumas atividades e formações técnicas a elas relacionadas se tornam obsoletas, exigindo dos/as trabalhadores/as maior preparo para se inserirem nas novas maneiras de trabalhar (HOFFMANN, 1980).

Para Hoffmann (1980), essas modalidades de desemprego são insuficientes para explicar a realidade de países "subdesenvolvidos", para os quais o termo mais adequado é *desemprego estrutural*, "entendido como um componente do sistema e como gerado pelo próprio tipo ou modelo de desenvolvimento considerado" (HOFFMANN, 1980, p. 59).

Em razão da crise política e econômica no Brasil, tem ocorrido significativa diminuição de postos de trabalho, em sua maioria com carteira assinada, situação negativa à garantia de direito dos/as trabalhadores/as. Ao mesmo tempo em que crescem os vínculos de trabalhos intermitentes, através dos quais os/as trabalhadores/as ficam à mercê de empregadores/as para cumprirem uma jornada laboral, a qual influencia diretamente no ganho da renda mensal. Esse processo tem se agravado depois da Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467, aprovada em 13 de julho de 2017 e vigorando desde 11 de novembro do mesmo ano, a qual altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), vigente desde 1943.

Diante dessa situação, um agravante consiste nas diferenças de oportunidades que os indivíduos desfrutam, pois, segundo Guimarães (2009), a situação de desemprego não é suficiente para que um indivíduo seja um "bom demandante de emprego" (GUIMARÃES, 2009, p. 163). Para cumprir as exigências dessa categoria, é necessário percorrer um longo caminho até estar habilitado a concorrer às possíveis vagas que serão ofertadas, as quais, escasseadas, apresentam aumento no nível de pré-requisitos.

Seguindo as argumentações da autora, tem-se que a procura por emprego tende a gerar situações socialmente humilhantes, como ter que se submeter a chegar de madrugada nas agências de emprego e enfrentar filas enormes. É fundamental que o/a demandante esteja aparentando limpeza e com vestimenta considerada adequada para essa ocasião. Também é necessário possuir um currículo impresso. Embora essas condições pareçam simples para algumas pessoas, o nível de pobreza dificulta a preparação de muitas outras para este ritual, sendo, portanto, prejudicadas, visto que existem poucas iniciativas governamentais para auxiliá-las, como no caso das pessoas em situação de rua. Além desse momento inicial, no momento de análise dos perfis para as vagas disponíveis, são exigidos níveis técnicos e educacionais que estão ausentes para muitos/as. Ou seja, "falta à maior parte desses demandantes a biografia ocupacional almejada pelos ofertantes de vagas" (GUIMARÃES, 2009, p. 166-167).

Desse modo, diante do desemprego e da dificuldade para inserção empregatícia, muitos/as *inventam* possibilidades para conseguirem algum dinheiro, pois não podem permanecer nessa situação de desemprego por muito tempo numa sociedade altamente

monetarizada, de modo que além da análise do desemprego, convém analisar as formas de subemprego, conjugadas às reformas trabalhistas em curso no país.

2.4 O despertar analítico para um fenômeno denominado “informalidade”

Na América Latina, e no Brasil em particular, os estudos sobre o trabalho, especificamente inseridos no campo Sociologia do Trabalho, foram inicialmente centrados no contexto industrial, com pouca teorização e investigações empíricas direcionadas às demais alternativas de trabalho. Apenas por volta da década de 70 do século XX, no Brasil e na América Latina de forma mais ampla, é que os/as estudiosos/as da temática do trabalho começam a se direcionar para outros espaços além da fábrica (DE LA GARZA, 2011a), nos quais se verifica a proliferação do que se denomina “informalidade”.

Antes desse período, temas como “informalidade” eram mais relacionados a uma Sociologia Urbana, pois os estudos sobre o trabalho, no âmbito da Sociologia, focavam-se mais na industrialização e nas consequências dessa dinâmica, a exemplo do sindicalismo. Nos anos 1990, há uma acentuação do debate sobre a informalidade, em decorrência das transformações no setor produtivo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento e uso da informática, bem como às mudanças no mundo do trabalho provocadas pela ascensão do neoliberalismo (LIMA & ARAÚJO, 2016).

A “informalidade” consiste numa categoria de uso generalizado em debates acadêmicos e no cotidiano de modo que, para analisá-la criticamente, faz-se necessário um debate sobre a cronologia histórico-conceitual desse conceito, envolvendo aspectos epistemológicos acerca de sua complexidade sociológica. Ela pode ser analisada como um conceito “operacional e empírico” (DRUCK, 2011, p. 65), ou mesmo um “quase-conceito” (SILVA, 2003, p. 143).

O conceito *trabalho informal* passou a ocupar lugar de destaque nos debates acadêmicos por volta das décadas de 1960 e 1970, num contexto em que estudos, sob a direção da OIT, estavam sendo realizados em diversos países da África, a exemplo de Quênia, com o objetivo de compreender as principais características de trabalho neste continente (PORTES & HALLER, 2004). Dessa maneira, foram identificados vínculos de trabalho em precariedade demasiada, com baixos salários e quase nenhum direito, através de vínculos afastados da regulação do trabalho (PERES, 2015; KREIN & PRONI, 2010; VERAS, 2011). Esses trabalhos também foram identificados como de pequena escala, propriedade familiar, com parcos recursos, tecnologias rudimentares e de fácil acesso (DE LA GARZA, 2017a). A

partir dessas constatações, a OIT se constituiu num dos primeiros atores a utilizar o termo *informal*, mais precisamente setor informal, para se referir a tais trabalhos, analisados como contrários à *normalidade* do mundo do trabalho (PERES, 2015; KREIN & PRONI, 2010; VERAS, 2011). A lógica de funcionamento das atividades era um critério que as classificava enquanto formais ou informais. No caso, se fosse tipicamente capitalista era considerada formal (FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004).

No contexto da América Latina, a OIT, através do Programa Mundial de Emprego, havia constatado que o modelo de substituição das importações não apresentava uma oferta de trabalhos suficiente à população economicamente ativa do momento, gerando grande desemprego. Nesse contexto, os/as trabalhadores/as foram impulsionados/as a procurar outras formas para seu sustento, deparando-se com a possibilidade do trabalho autônomo como a alternativa mais viável à sua sobrevivência. Passaram a se vincular, portanto, ao que era considerado como trabalho informal. Assim, a OIT considerava que o setor informal era composto por esses indivíduos que não conseguiam se inserir em trabalhos formais, sobretudo em decorrência no crescimento demográfico nas cidades, provocado principalmente pelas migrações das zonas rurais às urbanas (TOKMAN, 2004).

De acordo com estudiosos/as do trabalho, como Cacciamali (2000), García (2006) e Tokman (2004), os indivíduos não poderiam permanecer na condição de desempregados/as porque não havia retaguardas do Estado em ações como o seguro-desemprego. Para evitar a persistência no desemprego, as pessoas tendem a criar maneiras compensatórias para conseguirem uma renda e subsistirem, por mais que este meio seja extremamente precário. Trata-se de um mecanismo para "ocultar" o desemprego (TOKMAN, 2004, p.178). O trabalho que executam é, em sua grande maioria, assistemático e precário, podendo ser analisado como *informal*.

Naquele momento, a informalidade era muito associada à pobreza e, assim, considerada como um fenômeno apenas de países mais pobres[15]. Inclusive, esta mesma instituição criou o *Programa Regional Del Empleo para América Latina y el Caribe* (PREALC), cujo objetivo era desenvolver este continente e garantir melhores condições de empregos e salários, acabando com as práticas de trabalhos informais.

Assim como a OIT, muitos estudos do PREALC, ao analisar o mercado de trabalho na América Latina, identificaram a existência de um grupo significativo de pessoas com

[15] Geralmente, esses países mais pobres também são considerados como periféricos, contrapostos à região de desenvolvimento avançado de capitalismo, considerada como o "centro". Nesse posicionamento, o "centro" e a "periferia" são definidos *a priori,* sem considerar criticamente as especificidades de cada área.

dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal, e, consequentemente, atuando no que também consideravam *setor informal*, a exemplo dos/as imigrantes supracitados/as. Portanto, para solucionar esta situação, seria necessário expandir o setor moderno da zona urbana, para que houvesse mais oportunidades de emprego e não mais necessidade de trabalhar no setor informal, ocasionando o desaparecimento deste (PERES, 2015; KREIN & PRONI, 2010).

Nesse período, a informalidade passou a ser considerada como uma caraterística do subdesenvolvimento, tratada como um problema, e que, portanto, deveria ser resolvido com políticas de industrialização e modernização. Na América Latina, especificamente, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) consiste num dos exemplos de instituições com esse pensamento. Numa concepção evolutiva, acreditava-se que o fenômeno da informalidade seria transitório, substituído posteriormente pela realidade de pleno emprego, com salários capazes de suprir todas as necessidades. Seria, portanto, um avanço do estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento (PORTES & HALLER, 2004).

2.4.1 Interpretações iniciais sobre a "informalidade"

A dinâmica de trabalho na América Latina, particularmente no Brasil, é melhor compreendida a partir de esforços analíticos que consideram o processo do sistema de produção vigente. Nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, em consonância com a tendência latino-americana, perspectivas teóricas foram elaboradas para compreender as especificidades deste continente, no qual, assim como em muitos outros especialmente europeus, observa-se a atuação do capitalismo como modo de produção. Uma das teorias mais consistentes e difundidas a respeito desse sistema é a de Karl Marx, a qual até o presente momento tem sido adotada para explicar as vicissitudes do capitalismo.

Por considerar que o capitalismo na América Latina possui particularidades e que, por isso, as formulações de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra não podem ser simplesmente utilizadas para compreender qualquer realidade, é que surgiu um conjunto de explicações sobre este continente, agrupadas sob a denominação Teoria da Dependência.

Elaborado por teóricos de distintas perspectivas como Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Francisco Weffort, Theotônio dos Santos, dentre outros/as, esse posicionamento teórico considera que o capitalismo na América Latina é periférico e dependente, produto de condições sociohistóricas próprias, a exemplo da

escravidão, o que gera consequências específicas sobre a pobreza e a desigualdade social nestes países. Aqui, nesta tese, não foi desenvolvida uma discussão sobre a teoria da Dependência, conquanto se reconheça a importância de considerá-la na tarefa de compreender a pobreza na América Latina.

Dentre outros aspectos, esta perspectiva dialoga com a Teoria da Marginalidade, no que se refere aos efeitos do capitalismo dependente e periférico sobre a vida dos/as trabalhadores/as e a maneira de trabalhar, analisando as causas de muitos/as destes/as não estarem inseridos/as no mercado de trabalho considerado "formal" e quais suas estratégias de sobrevivência. Considerando as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, especialmente no Brasil, a compreensão sobre a dinâmica do trabalho também articulou concepções teóricas que interligaram informalidade, marginalidade e pobreza.

Nesse contexto, uma perspectiva teórica que se destacou na busca pela compreensão desse fenômeno é a que trata do desenvolvimento, considerando que este continente se encontrava num momento de atraso e que, portanto, deveria se desenvolver, sobretudo industrialmente, para alcançar níveis econômicos e de qualidade de vida semelhantes ao de países considerados desenvolvidos, localizados principalmente no continente europeu.

Nesse sentido, a marginalidade é considerada como uma circunstância em que parte significativa da população circula pelas margens do núcleo duro da produção capitalista, ou nela está inserida de modo limitado. Em ambos os casos, a pobreza é uma marca notável, fruto dos baixos rendimentos decorrentes da situação de marginalidade no trabalho. Segundo Santos (2013), as análises sobre a pobreza estiveram tão ligadas às teorias da marginalidade, especialmente por volta da década de 1970, que pobreza e marginalidade eram vistas como sinônimo.

Uma das primeiras teorias sistematizadas sobre marginalidade, na América Latina, é a do argentino José Nun, o qual propôs uma releitura sobre a teoria marxiana de população no contexto capitalista. Marx, ao tratar do processo de acumulação do capital no contexto capitalista inglês, no capítulo XXIII d'O Capital, explica que a classe trabalhadora é dividida entre "exército ativo e exército de reserva", sendo o segundo referente à superpopulação relativa (MARX, 1996, p. 267).

Os avanços do capitalismo, atrelados às especificidades de cada região, influenciou Nun a constatar que o conceito "exército industrial de reserva" é limitado para compreender a realidade da América Latina, considerando que a teoria do capitalismo de Marx é parcial para uma região específica e trata de um modo peculiar de capitalismo, a saber: o competitivo

(NUN, 1994). Nessa perspectiva, malgrado as leis econômicas permaneçam as mesmas, a fase atual, do capitalismo monopolista, também chamado de financeiro, gera um conjunto populacional dentro da superpopulação relativa que não tem a função de exército industrial de reserva.

Ele concorda que a classe trabalhadora é composta tanto pelo grupo que está ativamente no trabalho quanto pelo que está fora, à espera de uma oportunidade de inserção empregatícia, compondo o exército industrial de reserva, por motivos de estagnação, latência e flutuação, situações já caracterizadas por Marx. Mas, além dessas categorias, há outra denominada por ele de "massa marginal", referente à parte da população que, ao passo que é gerada pelo próprio sistema capitalista, não exerce função para este. É, portanto, a "parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa[16]" (NUN, 1994, p.143). Nesse caso, não há sinonímia entre exército industrial de reserva e superpopulação relativa.

Especificamente, a massa marginal é composta pelas seguintes categorias:

> a) Uma parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo; b) a maioria dos trabalhadores que se "refugiam" em atividades terciárias de baixos salários; c) a maioria dos desocupados, e d) a totalidade da força de trabalho mediada ou imediatamente "fixada" pelo capital comercial. Desde já, o "resto" dos grupos a), b) e c) segue produzindo os efeitos diretos e indiretos próprios de um exército industrial de reserva (NUN, 1994, p.173, grifos do autor[17]).

Para Nun, a massa marginal é "supérflua" e não contribui ao processo de acumulação capitalista (NUN, 1994, p. 171). O autor deixa claro que o exército industrial de reserva e a massa marginal são conceitos separados apenas no âmbito conceitual. No caso dos/as desocupados/as, por exemplo, é possível que tenham a função de exército industrial de reserva para o setor competitivo e, ao mesmo tempo, sejam uma massa marginal no que se refere ao monopolista. Além disso, é possível que essa mão de obra sobrante esteja ocupada em outro setor.

No entanto, através das investigações empírico-teóricas realizadas, esta tese defende que esse grupo populacional denominado por Nun de "massa marginal" não é supérfluo nem afuncional ou disfuncional à acumulação capitalista. Nesse aspecto, Milton Santos é um dos autores que já apontavam para esta questão, ao argumentar que "longe de ser afuncional, a "massa marginal" desempenha um papel no processo da acumulação, não só a nível local

[16] "parte afuncional o disfuncional de la superpoblación relativa".
[17] "a) una parte de la mano de obra ocupada por el capital industrial competitivo; b) la mayoría de los trabajadores que se "refugian" en actividades terciarias de bajos ingresos; c) la mayoría de los desocupados, y d) la totalidad de la fuerza de trabajo mediata o inmediatamente "fijada" por el capital comercial. Desde luego, el "resto" de los grupos a), b) y c) sigue produciendo los efectos directos e indirectos propios de un ejército industrial de reserva."

como também a nível nacional, mas, acima de tudo, em escala mundial" (SANTOS, 2013, p.39, grifos do autor). Ou seja, esta população pobre, dita "marginal", não está à parte da sociedade, como se não contribuísse à economia desta. Ao contrário, sua contribuição é notável mediante abaixamento dos salários e elevação dos excedentes de empresários/as, facilitando a acumulação de capital tanto dentro de limites nacionais quanto internacionais. Ademais, esta contribuição se torna ainda mais notável por este agrupamento populacional compor a maioria da população.

Outro teórico que trouxe contribuições fundamentais à teoria da marginalização foi o peruano Aníbal Quijano, para quem a análise do capitalismo na América Latina deve lançar mão de aspectos para além dos limites desta região. Tal como Nun, parte do conceito "exército industrial de reserva" para analisar o movimento de inserção e afastamento dos/as trabalhadores/as referente ao mercado de trabalho. Ele observou que o conjunto de trabalhadores/as ausente do mercado de trabalho não mais cumpre a função de "reserva", mas de uma população sobrante, sem possibilidade de ser (re)incorporada à produção porque é carente de formação técnica, sendo, portanto, "mão de obra marginalizada", o que é diferente do "exército industrial de reserva".

A revolução tecnológica, com sua influência na estrutura produtiva e na atividade econômica, tem papel ativo nesse processo, pois, ao não gerar mudanças homogêneas na produção, surtem efeitos desiguais no desenvolvimento das indústrias e, consequentemente, impactam no modo desigual de inserção no mundo do trabalho (QUIJANO, 1994). É por isso que há um grupo de trabalhadores/as que desempenham atividades de significação à produtividade "praticamente nula ou completamente decrescente[18]" (QUIJANO, 1994, p.193). Há uma marginalização da mão de obra e, também, de funções e de relações econômicas, de modo que há um conjunto de atividades situadas nas margens do sistema, denominadas de "polo marginal" (QUIJANO, 1994, p. 194).

Para ele, o polo marginal é composto por "ocupações de mínima produtividade, que usam recursos residuais de produção ou outros não residuais mas em escala muito limitada, que requerem qualificações cuja significação é já obsoleta ou está em curso de sê-lo, no que se refere às necessidades respectivas dos níveis dominantes das ocupações do sistema[19]". Também, por "ocupações completamente desligadas da produção direta de bens e, portanto,

[18] "Prácticamente nula o completamente decreciente".
[19] "Ocupaciones de mínima productividad, que usan recursos residuales de producción u otros no-residuales pero en escala muy limitada, que requieren calificaciones cuya significación es ya obsoleta o está en curso de serlo respecto de las necesidades respectivas de los niveles dominantes de las ocupaciones del sistema."

da produção de valor, que exigem nenhuma ou muito baixa qualificação e que, por isso, tendem a ser instáveis[20] (QUIJANO, 1994, p. 194, traduções minhas).

Nesse caso, as relações de trabalho também tendem a ser instáveis, devido à estruturação precária, em termos de salários, direitos, estruturas etc. "Dessa maneira, a população marginalizada o é tanto porque está impedida de ocupar as funções de maior produtividade do sistema, como porque está forçada a se refugiar em uma estrutura de atividade econômica que, como tal também é marginalizada[21]" (QUIJANO, 1994, p. 194).

O polo marginal é composto, ou tende a ser, por elementos que em sua maioria estão desligados de uma relação direta com a função produtiva e apenas uma minoria desses tem funções marginais na produção, sequenciando que "as relações de produção entre o 'polo marginal' e o 'núcleo dominante' do sistema são fragmentárias e indiretas". Já com os níveis mais baixos da estrutura produtiva, que se referem à parte do polo marginal composta por elementos relacionados à produção marginal, a relação é direta. Nesse caso, a mais-valia gerada é apropriada pela pequena burguesia, porque para os setores nucleares do capitalismo, a "grande burguesia", "é insignificante e não necessária[22]" (QUIJANO, 1994, p. 196, grifos do autor).

> Em conjunto, o "polo marginal" da economia, longe de constituir um "setor" separado e ainda oposto ao "setor integrado", é o nível mais baixo da estrutura de atividade econômica geral do modo de produção capitalista contemporâneo e está relacionado diretamente com os processos de realização da mais-valia para os níveis médios e baixos do sistema e fragmentariamente com o processo produtivo[23] (QUIJANO, 1994, p.196, grifos do autor).

A população marginalizada, que compõem o polo marginal, por não produzir diretamente mais-valia para a grande burguesia, está sob uma relação de exploração indireta com esta. Porém, entre esses dois grupos, população marginalizada e grande burguesia, há um vínculo indireto de dominação desta última sobre a primeira. Esse processo acontece sobretudo por dois motivos. Primeiramente, uma vez que a população marginalizada desempenha atividades precárias voltadas a quem tem baixa renda, há o fomento de um mercado que acaba beneficiando a burguesia. Outro motivo é que o afastamento da população

---

[20] "Ocupaciones completamente desligadas de la producción directa de bienes y por lo tanto de la producción de valor, que exigen ninguna o muy baja calificación y que, por eso, tienden a ser inestables."

[21] "De esa manera la población marginalizada lo es tanto porque está impedida de ocupar los roles de mayor productividad del sistema, como porque está forzada a refugiarse en una estructura de actividad económica que, como tal es también marginalizada".

[22] "es insignificante y no necesaria"

[23] "En conjunto, el "polo marginal" de la economía, lejos de constituir un "sector" separado y aún más opuesto al "sector integrado", es el nivel más bajo de la estructura de actividad económica general del modo de producción capitalista contemporáneo y está relacionado directamente con los procesos de realización de la plusvalía para los niveles medios y bajos del sistema y fragmentariamente con el proceso productivo."

marginalizada das ocupações produtivas, e do salário oriundo, destas facilita um aumento da acumulação de capital por parte da burguesia.

Através dessa relação entre a burguesia e a população marginalizada, apenas a primeira é beneficiada pelos avanços tecnológicos implementados no mundo do trabalho, enquanto que esta população, no máximo, tem acesso ao assistencialismo, o qual garante apenas um padrão mínimo de sobrevivência, para evitar e/ou diminuir a possibilidade de conflitos (QUIJANO, 1994) "Nisso reside o paradoxo de uma sociedade cuja capacidade produtiva e cuja riqueza é cada dia maior, mas também é a mesma em que uma proporção crescente da população é submetida a uma situação de crescente pobreza relativa[24]" (QUIJANO, 1994, p. 197).

A partir desse processo, constata-se que a dinâmica da sociedade não opera mediante um dualismo estrutural, como se houvesse uma segregação entre um setor integrado e um setor marginal. Ao contrário, a sociedade é formada por teias interligadas, tendo o Estado como principal articulador, cuja função expressa é gerir os conflitos entre os diferentes setores e grupos opostos, não obstante sua ação prioritária recaia em atender aos interesses da classe dominante.

Para Quijano, essa segregação no processo produtivo configura uma maneira de viver sob o capitalismo com características próprias, a saber: a marginalidade. Ele reconhece que esta situação não é totalmente uma novidade, pois a história do capitalismo mostra que em vários momentos uma parte da força de trabalho não estava inserida no mercado de trabalho hegemônico e, para manter sua sobrevivência, buscava meios alternativos para conseguir renda. Em alguns casos, os efeitos dessas situações eram até piores à qualidade de vida dos/as trabalhadores/as. Mas, a diferença é que enquanto esses momentos eram conjunturais e transitórios do próprio sistema, a marginalidade analisada aqui tem o "caráter permanente e irreversível[25]" (QUIJANO, 1994, p. 200).

Malgrado a economia da América latina tenha sido incorporada ao capitalismo desde o início da colonização, o desenvolvimento industrial teve início tardiamente comparando-se aos demais países capitalistas. Por isso, diferentemente do capitalismo desenvolvido na Inglaterra, a partir do qual Marx cunhou o termo "exército industrial de reserva", Quijano (1994) argumenta que na América Latina a tendência foi a formação de um grupo de

[24] "en eso reside la paradójica situación de una sociedad cuya capacidad productiva y cuya riqueza es cada día mayor, pero donde una proporción creciente de la población es sometida a una situación de creciente pobreza relativa" (197)

[25] "permanente e irreversible"

trabalhadores/as marginais e não de um exército industrial de reserva, pronto para substituir o exército ativo.

No Brasil, um dos autores que se destacou no campo teórico da Marginalidade foi Lúcio Kowarick. Para ele, a dinâmica da marginalização está relacionada ao processo de acumulação do capital, pois as ditas populações marginais funcionam em articulação com este e com o restante da população, pois ele não trata a marginalidade como algo separado do todo social.

A marginalidade não se trata de um desajuste entre partes da sociedade, como se fosse um desequilíbrio, uma vez que é formada pela "articulação estrutural necessária e intrínseca de um modo específico de acumulação capitalista que se dá no quadro de uma economia dependente e monopolista" (KOWARICK, 1975, p. 20). Ou seja, ao passo que a marginalidade é gerada pelo sistema, é imprescindível a este. Trata-se de um processo inerente à acumulação capitalista gerador de fenômenos como desemprego, subemprego e até mesmo a formação de um exército industrial de reserva, característico da zona urbana de trabalho de diferentes cidades latino-americanas, não obstante haja diferenças temporais, espaciais e entre países.

Quanto às modalidades de trabalho inseridas na marginalidade, Kowarick identificou as seguintes, todas na zona urbana:

- Trabalhadores/as que não conseguem vender sua força de trabalho no mercado e, por isso, estabelecem-se no setor terciário por conta própria, através de pouca ou nenhuma especialização, a exemplo dos/as comerciantes autônomos/as e dos/as prestadores/as de serviços;

- Trabalhadores/as que, perante a dinâmica de retração-expansão do capitalismo provocadas por motivos estruturais e conjunturais e os impactos na absorção de mão de obra, não conseguem vender sua força de trabalho de modo regular e exercem atividades laborais de modo intermitente;

- "Trabalhadores que se inserem em setores produtivos estagnados ou decadentes onde impera um baixo índice de capitalização, cujo exemplo típico é a produção artesanal e a indústria a domicílio" (KOWARICK, 1975, p. 20).

Para Kowarick, a marginalização é definida pela forma de inserção do sistema produtivo e não pela remuneração dos indivíduos. (No entanto) A posição que o indivíduo ocupa no mercado de trabalho está umbilicalmente relacionada à sua classe social, devido ao processo "cumulativo" de marginalização, ou seja, a privação de acesso a determinados recursos tende a impactar na privação de outros. Em outros termos, a pobreza e todas as

privações advindas desta, tais como a carência de estímulos ao desenvolvimento de competências e capacidades, influencia significativamente nas oportunidades de emprego. “Numa sociedade de classes a oportunidade de obter recursos raros não se distribui ao acaso” (KOWARICK, 1975, p. 32). Ao contrário, ela é fortemente influenciada pelas diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais, o que os mune, ou os afasta por outro lado, de riqueza, poder, prestígio ou quaisquer outros instrumentos que possibilite acesso aos recursos disponíveis. Por isso que a marginalidade é composta pelo afastamento conjunto de diferentes áreas (KOWARICK, 1975). Com base na divisão social por classes sociais, há os/as trabalhadores/as “marginais” e os “não-marginais”, sendo os/as primeiros/as vinculados/as a formas não típicas de trabalho generalizada pelo capitalismo, em termos de relações trabalhistas e suporte tecnológico.

Uma vez que a lógica do capitalismo é a produção ascendente de mais-valia, a exploração é acionada como uma prática eficaz para o alcance deste objetivo, o que leva à desigualdade na distribuição de renda e à consequente pauperização dos/as trabalhadores/as encontrados/as nesta circunstância e ao benefício do aumento da riqueza limitado a uma parcela menor da sociedade.

Não obstante a agência dos indivíduos seja um elemento de significativa influência na escolha de sua modalidade de trabalho, a dinâmica estrutural também deve ser considerada, enquanto práticas que limitam as ações individuais. Desse modo, a análise do porquê um indivíduo está inserido num trabalho “informal”, “por conta própria”, deve se basear na articulação entre fatores individuais e estruturais.

No âmbito da marginalidade, as formas tradicionais de produção não foram desarticuladas, mas agregadas às ditas “novas”, como partes articuladas de um mesmo modo de acumulação capitalista. Em consonância com posicionamentos como os de Francisco de Oliveira, não se trata de duas estruturas, como se uma fosse moderna e a outra tradicional/arcaica/marginal. Dessa maneira, as modalidades de trabalho não capitalistas não agem como um peso morto na geração de riquezas, visto que são partes integrantes deste, e junto com as formas “novas” compõem um “*único modo de produção*” (KOWARICK, 1975, p. 85, grifo do autor).

Diante disso, diversas teorias surgiram na América Latina para interpretar a condição do capitalismo nesta região, considerando que o sistema que gera marginalidade, além de ser capitalista, tem como uma de suas principais características o fato de ser formado sobre bases da dependência.

O capitalismo desenvolvido na América Latina não agregou a maioria dos trabalhadores ao que seria considerado como o setor formal de produção, gerando altos níveis de subemprego. Também de desemprego, pois as inovações tecnológicas inseridas na industrialização geram diminuição de postos de trabalho, que já nem existiam em quantidade suficiente para agregar os/as trabalhadores/as disponíveis, e consequente aumento do desemprego. Claro que o sistema capitalista, em si, já tem a acumulação capitalista como objetivo intrínseco, o que gera altos níveis de exploração para lográ-lo. Mas a condição de dependência própria deste continente tende a acirrar as contradições desse sistema.

Atrelada à condição de dependência, é preciso considerar as condições próprias no continente, pois o processo de substituição de importações potencializado pela industrialização não consiste no único fator ao surgimento da marginalidade. No caso do Brasil, por exemplo, a escravidão consiste num fator imprescindível à compreensão da sociedade atual.

Assim, nem a indústria nem o setor terciário tem conseguido agregar a força de trabalho disponível, gerando quadros diversos de marginalidade. Esta situação prejudica mais gravemente setores da população que sofrem investidas excludentes por parte de setores estatais e empresariais do país, conforme se verificou no caso dos/as negros/as[26].

A despeito das mudanças ocorridas no capitalismo ao longo dos anos, Kowarick argumenta que a fase monopolista do capitalismo não difere tanto da competitiva e que a busca pela acumulação se mantém com base na exploração do trabalho para a produção de mais-valia.

Diferentemente de autores como Nun e Quijano, cuja defesa é de que há integrantes da superpopulação relativa que não funcionam como exército industrial de reserva, tanto por não possuírem a aptidão necessária para substituir os/as trabalhadores/as integrados/as no mercado de trabalho predominantemente capitalista quanto por não pressionarem os salários destes/as, Kowarick defende que mesmo os/as trabalhadores/as inseridos/as no cenário marginal contribuem ao processo de acumulação capitalista. “Além de exército de reserva, aparecem no cenário urbano desempenhando um conjunto de atividades” (KOWARICK, 1975, p. 171-172).

Os setores “marginais” contribuem à engrenagem capitalista, inclusive através de sua prática de consumo (KOWARICK, 1975). Portanto, são importantes à expansão do

[26] Não é objetivo deste estudo fazer uma análise pormenorizada do difícil processo de integração dos negros na sociedade brasileira, o que levaria a outras discussões, a exemplo das cotas raciais como medida reparadora aos danos acometidos a esta população.

capitalismo, sistema que consegue reunir formas tanto capitalistas *per si* quanto não tipicamente capitalistas, através de uma simbiose entre essas duas, sem o objetivo de acabar com alguma.

Ao contrário da tese que defende a relação entre informalidade e subdesenvolvimento, outras teorias foram elaboradas para explicar o fenômeno do trabalho informal. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Soto (1987), o qual, analisando a realidade peruana da década de 80 com apoio do *Instituto Liberdad y Democracia* (ILD), conclui que a presença significativa de trabalhos informais na capital do país deve-se a fatores como migração da zona rural para a urbana, pois muitos/as envolvidos/as neste tipo de trabalho também são migrantes. As migrações foram incentivadas pela possibilidade de viver qualitativamente melhor, ou seja, desfrutar de possibilidades de melhores empregos, salários, residências e escolaridade. Na mesma direção, a OIT já havia constatado que a informalidade é um meio utilizado pelos/as migrantes para garantirem sua sobrevivência (ILO, 2002).

Para Soto (1987), a principal característica verificada dos trabalhos ditos informais foi a ilegalidade perante o Estado, a qual consiste numa alternativa para quem não dispõe de privilégios políticos e econômicos para regularizar suas atividades laborais. Por isso é que a maioria dos/as imigrantes, carentes de capital econômico e de formação técnica, reinventavam maneiras de trabalhar, por mais que estas estivessem à margem das leis.

Crítico das intervenções do Estado, Soto (1987) argumentou que o aspecto burocrático e regulamentarista deste favorecia apenas a uma minoria da população, nomeadamente às pequenas elites, que mantém uma relação de dependência mútua com o Estado. A maioria da população, por sua vez, sem condições de cumprir regras estatais e sem apoio do Estado, utilizava-se de meios ilegais para satisfazer objetivos legais, ligados ao sustento de si e de seus/suas dependentes. É através da informalidade, que esses/as trabalhadores/as criam suas próprias regras, denominadas por Soto (1987, p. 47) de “normatividade extralegal”.

Portanto,

> não são informais os indivíduos, mas seus feitos e atividades. A informalidade não é também um setor preciso nem estático da sociedade, mas uma zona de penumbra que tem uma extensa fronteira com o mundo legal e onde os indivíduos se refugiam quando os tributos para cumprir as leis excedem seus benefícios (SOTO, 1987, pp. 45-46).

Situação semelhante também é verificada no Brasil, em que a burocracia estatal dificulta que muitas pessoas legalizem sua instituição comercial e, portanto, trabalhem de maneira considerada ilegal para o Estado. Muitas vezes, o/a trabalhador/a nem inicia o processo de legalização porque não possui o mínimo de capital para esta empreitada e,

portanto, opta por trabalhar na ilegalidade para obter alguma renda e, assim, ter condições pensar em cumprir os requisitos estatais.

2.4.2 Mudanças referentes ao uso do conceito “informalidade”

As atividades denominadas *informais* tendem a estar associadas à precariedade, e, “geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social” (KREIN & PRONI, 2010, p. 7).

A precariedade, portanto, tem se apresentado como o eixo dinâmico da acumulação capitalista, cujo padrão, embora tenha sofrido significativas mudanças, continua sendo a busca por lucros infinitos, a qual consiste no motor que move o centro das decisões políticas e econômicas. Essas mutações no capitalismo não impossibilitaram que velhas dinâmicas subsistissem na atualidade, conformando uma situação em que há uma mescla entre modos de trabalho e emprego de diferentes momentos históricos. É o velho e o novo em processo de mútua influência. São novas e velhas formas da precariedade (DRUCK, 2011). Assim, as pessoas em situação de rua são exemplos vivos de como contribuem ao processo de acumulação do capital, através dos diversos trabalhos que executam nas ruas.

Por isso, a informalidade também é vista como sinônimo de precariedade, flexibilidade, vulnerabilidade ou outros termos semelhantes. No entanto, estas características, indiscutivelmente mais prejudiciais aos/às trabalhadores/as, são experiências que podem ser constatadas em vínculos formais e informais, legais e ilegais, bem como em outras expressões do trabalho, tanto em países considerados desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Estas práticas *informais*, juntamente ao desemprego, às subcontratações e às terceirizações, têm sido agravadas pelo processo de reestruturação produtiva e de globalização, com graves prejuízos ao/à trabalhador/a (ANTUNES, 2009, 2011, 2014; ANTUNES & ALVES, 2004; HARVEY, 1989; VASAPOLLO, 2005; SENNETT, 2005; HIRATA, 2011; VEJAR, 2013).

No caso das pessoas em situação de rua, o principal motivo para estarem nessa circunstância é a pobreza, sobretudo a pobreza extrema, a qual é gerada pela junção de ausência de políticas públicas com a carência financeira individual. Nesse contexto, marcado fortemente pela visão capitalista, liberal e meritocrática, geralmente o emprego estável age como uma via importante para manutenção da sobrevivência. Diante da ausência de políticas públicas eficazes, incluindo políticas de emprego, moradia, saúde, alimentação, indivíduos ou famílias inteiras são impelidos à situação de rua. Chegando a essa circunstância, tais

indivíduos se deparam com múltiplas possibilidades para garantir sua sobrevivência, dentre as quais está o trabalho, executado pela maioria destes, pois, conforme já apontado acima, a necessidade da subsistência impele os indivíduos a buscarem maneiras alternativas de busca de renda e, portanto, não persistir no desemprego.

Depois que a OIT difundiu este conceito *informalidade* em diversas partes do mundo, outros conceitos também surgiram como alternativa para explicar o fenômeno da maior visibilidade dos trabalhos precários, de modo que há uma infinidade de pesquisas e debates sobre essa temática. De acordo com Víctor Tokman (1995; 2004, *apud* García, 2006), existem três interpretações mais relevantes sobre o fenômeno da informalidade, a saber: foco na forma de produção, modernização com exploração e institucional-legal.

A primeira se refere aos casos em que as unidades produtivas não contratam mão de obra assalariada, mas contratam trabalhadores/as de maneira esporádica e sob vínculos precários; não há busca por lucros exorbitantes, mas por uma renda; dispõem de pouco capital e de simples tecnologia; há pouca complexidade na divisão do trabalho; há ausência de demarcação clara entre as tarefas; não há uma jornada fixa de trabalho, pois depende do grupo familiar, assim como do ritmo de trabalho. Para esta corrente de pensamento, além do setor informal ser muito heterogêneo, podem existir diferentes relações entre a formalidade e a informalidade.

Para os/as que conceituam informalidade de acordo com a perspectiva da "modernização com exploração", a fundamentação de suas análises está nas mudanças do sistema de produção internacional. O interesse principal é a busca pela competência e pelo crescimento da produtividade, através de práticas recorrentes de flexibilização e descentralização do processo de produção e, portanto, com o objetivo de reduzir os custos laborais, emprega diferentes modos de subcontratação, tais como os vínculos assalariados que não asseguram os direitos previstos na CLT.

No que se refere à perspectiva institucional-legal, considera-se a intervenção governamental, incluindo legislações e burocracias. Nesse sentido, o trabalho é considerado informal quando não atinge as exigências nem de leis próprias ao mercado de trabalho, nem de trâmites burocráticos. Neste aspecto, os limites entre informalidade e ilegalidade são muito tênues.

A OIT, e todas as organizações inseridas nela, a exemplo do PREALC, conceitua informalidade de acordo com a primeira interpretação. Na 90ª Conferencia da OIT, em 2002, essa organização passou a adotar o termo *economia informal*, ao invés de *setor informal*, reconhecendo que, diferentemente da ideia inicial de que a informalidade se referia a apenas

um setor, esta estava presente em diversos setores urbanos e rurais, compondo uma dinâmica informal, com relações trabalhistas muito precárias, presentes em todo o mundo de maneira heterogênea e complexa, inclusive nos países mais industrializados (TOKMAN, 2004).

Segundo esse mesmo autor, a economia informal abarca as seguintes realidades:

> os trabalhadores por conta própria em atividades de subsistência, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores a domicílio e aos de fábricas clandestinas onde se apresentam como trabalhadores assalariados, assim como aos trabalhadores independentes de microempresas (TOKMAN, 2004, p. 217)[27].

Todas essas modalidades apresentam em comum as características a seguir: "não estão reconhecidos nem protegidos pela lei, seu nível de vulnerabilidade é elevado e carecem de segurança (do mercado laboral, do emprego, ocupacional, no trabalho, de capacitação, de renda e de representação[28])" (TOKMAN, 2004, p. 217). A economia informal também inclui todos/as trabalhadores/as que exercem suas atividades sem proteção, não têm sua carteira de trabalho assinada, não estão cobertos/as por seguros de trabalho, como a previdência social no Brasil, inclusive em grandes empresas consideradas comprometidas com a formalidade, dentre outras irregularidades.

Assim, a OIT, após o reconhecimento da importância em melhor conceituar a realidade de informalidade, passou a investir suas ações para diminuir o "déficit de trabalho decente" em todo o mundo, partindo da constatação de que a maioria dos trabalhos são desempenhados sem o mínimo de condições adequadas, não sendo considerados *decentes* e, portanto, precários. O termo "trabalho decente" foi formalizado pela OIT em 1999, como síntese da missão dessa instituição, para se referir ao trabalho que, além de ser produtivo, garante aos/às trabalhadores/as estabilidade, segurança, crescimento, dignidade, equidade, aprendizagem e condições de liberdade e organização para garantia de seus direitos e conquistas de outros. É um trabalho que permite a satisfação de necessidades pessoais e familiares tais como educação, saúde, moradia, segurança e alimentação. Considera-se trabalho decente, também, o que garante proteção social em casos de desemprego, acidentes, doenças etc., bem como uma aposentadoria adequada à continuidade da garantia desses direitos (ABRAMO, 2015).

---

[27] "los trabajadores por cuenta propia en actividades de subsistencia, los trabajadores domésticos, los trabajadores a domicilio y a los de fábricas explotadoras donde se les presenta como trabajadores asalariados, así como a los trabajadores independientes de microempresas."

[28] "no están reconocidos ni protegidos por la ley, su nivel de vulnerabilidad es elevado y carecen de seguridad (del mercado laboral, del empleo, ocupacional, en el trabajo, de capacitación, de ingresos y de representación".

2.4.3 Informalidade: não se trata do outro lado de uma dualidade

Para o objetivo desta tese, destaca-se a perspectiva teórica que compreende que a visão dicotômica do trabalho, entre formal e informal, pouco ou nada contribui para o entendimento do mundo do trabalho. Os argumentos teóricos e empíricos surgidos na Sociologia Brasileira para explicar esse fenômeno defendem que a informalidade, além de não ser uma dimensão à margem do capitalismo, conforma a realidade do Brasil há muito tempo, como se constata na abordagem elaborada por Oliveira (2013). Pesquisadores/as como Tavares (2002) também chegaram a essa conclusão.

Outro aporte basilar para compreender o trabalho informal no Brasil é encontrado em Prandi (1978), o qual operacionalizou sua análise sobre o Brasil mediante o conceito "conta-própria", termo que se refere às atividades cujo desempenho demanda quase que exclusivamente da força de trabalho do/a trabalhador/a, isto é, não necessita de outros meios de trabalho, além de depender de pouca ou nenhuma capitalização. "São os artesãos, os pequenos vendedores, notadamente os ambulantes, os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos, os prestadores de serviços pessoais e muitos outros conhecidos da paisagem das cidades brasileiras, pequenas e grandes" (PRANDI, 1978, p. 25). A modalidade de trabalho à qual consegue se vincular está relacionada à sua qualificação, que em geral é baixa.

Esse/a trabalhador/a, tanto na produção quanto na prestação de serviços, trabalha com o objetivo primordial da sobrevivência, num ritmo de trabalho acelerado, associado a uma baixa aquisição de renda, conjunção de fatores que não cooperam à acumulação para si e, mais bem, sequenciam "condições materiais precárias" (PRANDI, 1978, p. 25). São pessoas que compartilham o baixo nível de consumo e níveis graves de pobreza (PRANDI, 1978). "Desprovidos de capital mínimo ou de habilitação profissional para alterar sua condição, estes trabalhadores passam a projetar em futuro mais remoto a redenção de sua miséria" (PRANDI, 1978, p. 34).

Mesmo que nessa modalidade de trabalho haja o benefício da acumulação para esses/as trabalhadores/as, não ocorre segundo os mesmos padrões de grandes capitalistas. Essa, portanto, é a realidade da maioria do conjunto que está sob o termo "conta-própria", diferentemente da minoria que, há que se mencionar, está incluída neste termo e é bem-sucedida economicamente, composta mormente por profissionais liberais e técnicos/as não assalariados/as (PRANDI, 1978).

Enquanto um fenômeno intrínseco ao capitalismo, a informalidade não consiste numa dinâmica atípica, como se fosse uma característica própria de países e regiões com maiores índices de pobreza e desigualdade social, espaços geralmente também denominados como subdesenvolvidos. Por ser inerente ao sistema, não é passageira, nem vinculada apenas à fase "subdesenvolvida" para logo depois se esvanecer na fase "desenvolvida". A própria dinâmica do subdesenvolvimento como um todo consiste na expansão do capitalismo e é constitutiva deste (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Oliveira (2013), as perspectivas analíticas sobre a dinâmica brasileira baseadas no viés do subdesenvolvimento defendem que o Terciário é "inchado", que consome o excedente e cuja atuação no processo produtivo é tida como um peso morto (OLIVEIRA, 2013, p. 53). Ao contrário desse posicionamento, Oliveira (2013) constatou que o crescimento do Terciário não é *"contraditório",* nem um *"obstáculo"* à acumulação, pois é constitutivo do processo de acumulação capitalista, a partir do pressuposto de que esta não ocorre apenas na gênese do sistema, visto ser estrutural ao mesmo. É justamente a acumulação que consiste no objetivo primordial da industrialização.

Ao invés de "inchamento", o que se verifica no Terciário é a existência de uma força de trabalho com baixa remuneração que transfere mais-valia ao processo de acumulação (OLIVEIRA, 2013). Assim, a dinâmica da informalidade com seu processo de acumulação do capital que lhe é constitutivo não é sinônimo de marginalização, visto ser inerente à estrutura de formações econômicas de países como o Brasil (OLIVEIRA, 2013; PRANDI, 1978).

Para Oliveira (2013, p. 58, grifos do autor), os trabalhos informais, "longe de serem excrescência e apenas depósito do 'exército industrial de reserva', são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda". E, "ao que tudo indica, não tendem a desaparecer" (KOWARICK, 1975, p.173).

Quanto ao conceito *exército industrial de reserva*, atualmente constata-se sua limitação para compreender a realidade, com base em dois motivos principais, de acordo com Cardoso (2017). Primeiramente, justifica-se a não adequação desse conceito porque a participação dos/as trabalhadores/as na indústria tem diminuído. Outro motivo é que muitas pessoas desempregadas não desejam um vínculo empregatício na indústria. Assim, é importante mencionar a diferença entre *exército industrial de reserva* e "*reserva de força de trabalho"*, uma vez que ainda se constata a realidade de muitos/as trabalhadores/as desempregados/as esperando alguma oportunidade para inserir-se em algum emprego (CARDOSO, 2017, p.39).

Essa adequação ao processo de acumulação também foi defendida por Prandi (1978), ao constatar que o/a trabalhador/a não é um "peso morto" como se não exercesse impacto na acumulação. O trabalho por conta própria, malgrado não faça parte das relações de produção capitalista, não está fora do circuito produtivo, pois os/as trabalhadores/as nesta modalidade estão diretamente ligados/as ao processo de produção e reprodução do trabalho social (PRANDI, 1978). O/a trabalhador/a por conta própria não apenas contribui à acumulação, mas também à "reprodução da sociedade brasileira como sociedade capitalista" (PRANDI, 1978, p.35). Por trás dessa reprodução existe uma estrutura de relações sociais que conformam as classes sociais (PRANDI, 1978).

O quantitativo de trabalhadores/as por conta própria é suficiente para manter os salários baixos e, também, considera-se que é um número suficiente para evitar o desemprego e, portanto, pressionar o sistema. A manutenção dos trabalhos por conta própria ao passo que assegura a permanência e a intensidade da exploração, evita o conflito de classes. É importante que existam trabalhadores/as por conta própria porque, por estarem envolvidos/as em alguma modalidade de trabalho, independentemente de almejarem ou não o trabalho assalariado, não engrossam o grupo dos/as que estão destituídos de trabalho. Por isso, essas atividades também contribuem à exploração do trabalho assalariado (PRANDI, 1978).

Toda a dinâmica laboral está sob domínio do capital, que permite que o grupo de trabalhadores/as sob conta própria possa continuar exercendo sua atividade e se beneficiar da acumulação, ainda que em pequenos níveis e numa diferença discrepante quando comparado ao ganho dos capitalistas. No entanto, as atividades por conta própria podem ser destruídas a qualquer momento, se for interesse do capital. Caso o capital tenha interesse em desempenhar as mesmas atividades realizadas pelos/as trabalhadores/as conta própria, estes/as serão prejudicados/as por não terem condições de competir. Nessa circunstância, ou mudam de função ou se tornam assalariados/as realizando função semelhante a que faziam (PRANDI, 1978).

O trabalho por conta própria não é realizado apenas como substituição ao assalariamento, mas também como complementação para aumento da renda. No caso da complementação, como o objetivo é satisfazer as necessidades pessoais e da família, com o dinheiro recebido, o trabalho por conta própria se torna um trabalho não pago, pois é justamente o complemento referente à renda proveniente do trabalho assalariado. Por isso, o trabalho informal é inerente ao próprio sistema de acumulação capitalista e não algo como que ocorre à revelia deste (PRANDI, 1978).

A integração da dinâmica informal com o todo capitalista não é uniforme, pois cada país tem suas especificidades e, conquanto o capitalismo no Brasil seja uma expansão do capitalismo geral, sua prática não consiste em cópia do modelo clássico. Diferentemente do capitalismo em sua versão clássica, no Brasil foi necessário a criação de uma periferia em que predominavam "padrões não-capitalísticos", como no Terciário, para que o próprio sistema capitalista fosse beneficiado (OLIVEIRA, 2013, p. 69).

Com o avanço do capitalismo, muitos/as teóricos/as do trabalho começaram a questionar o conceito de informalidade, uma vez que as mudanças políticas, econômicas e sociais evidenciaram que a dicotomia entre formal e informal é limitada e equivocada para compreensão crítica da realidade. Ademais, a ideia de que o informal pertenceria apenas aos setores atrasados não mais se fundamentava, porque este modelo de economia se mostrou muito evidente em diversas partes do globo. Desse modo, diversos/as investigadores/as se dedicaram a estudos empíricos e teóricos sobre esta temática, gerando muito material analítico.

Outros estudos e perspectivas teóricas, na Sociologia do Trabalho, passaram a apontar que as expressões da informalidade não se relacionavam exclusivamente aos países da dita "periferia" e que também não era apenas uma fase anterior ao desenvolvimento econômico. Assim, "para uma perspectiva mais crítica, a existência do trabalho *informal* não pode ser dissociada das estratégias de acumulação de capital" (VERAS, 2011, p. 197, grifos do autor). Ou seja, "a informalidade passa a envolver o núcleo mesmo da acumulação capitalista" (VERAS, 2011, p. 214), pois está "inteiramente integrada nos circuitos de valorização do capital" (CARDOSO, 2017, p.7).

Assim, mediante profundas reflexões sobre o mundo do trabalho, constatou-se que o fenômeno *informalidade* não se opõe ao desenvolvimento empregado pelo sistema capitalista, mas faz parte do mesmo, como seu par inseparável (OLIVEIRA, 2013).

Segundo este mesmo autor,

> o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma "inchação", nem de nenhum segmento "marginal" da economia (OLIVEIRA, 2013, pp.54-55, grifos do autor).

Dessa maneira, o que é considerado moderno, o formal, está umbilicalmente associado ao informal, visto como atrasado. Além disso, "o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'" (OLIVEIRA, 2013, p.32, grifos do autor).

Para o autor, essa aparente dualidade está relacionada à dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento, a qual parte do pressuposto de que, no caso de países como o Brasil, o subdesenvolvimento é uma fase e que o progresso sucederá com o investimento em desenvolvimento econômico. Entretanto, "o 'subdesenvolvimento' é precisamente uma 'produção' da expansão do capitalismo", num contexto em que "antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas" (OLIVEIRA, 2013, pp. 32-33, grifos do autor). Assim, a desigualdade no Brasil não é apenas desigual, mas combinada.

Cardoso (2013, 2017), ao analisar o mundo do trabalho atual, utiliza a metáfora de uma galáxia, na qual diferentes experiências de trabalho estão integradas pelo fio do capitalismo que as une mediante cadeias bastante complexas envolvendo múltiplas dimensões. Tal galáxia, em forma de espiral, tem um buraco negro no centro, o qual é responsável pela identidade da galáxia em termos de dimensão, forma e movimento. A dinâmica da galáxia depende da massa e da densidade, esta última se referindo à proximidade entre os elementos. Quanto mais próximos do centro, mais coesos e densos são os elementos, regulados pelos principais mecanismos que coordenam a galáxia, de modo interligado, a saber: mercado, Estado, informação e sociabilidade. Neste buraco negro está o Tesouro estadunidense, que exerce força centrípeta em relação a todo espaço galáctico.

Uma vez que a força de atração do buraco negro é proporcional à distância referente ao mesmo, quanto mais distante desse centro, mais rarefeito é o elemento, como é a economia dita "informal". Nesse caso, o mecanismo imperante é a sociabilidade, em detrimento dos demais elementos, pois a maioria dos contratos de trabalho é baseada em relações pessoais e familiares, além de não ser legalizada. Ainda assim, "a periferia, mesmo a mais periférica, já não é indiferente para o centro" (CARDOSO, 2013, p. 37-38). Assim, "a financeirização do capitalismo permite a extração do excedente até mesmo de atividades antes pensadas como 'pré-capitalistas', porque organizadas não pela lógica do lucro, mas da sobrevivência dos trabalhadores" (CARDOSO, 2017, p.7, grifos do autor).

2.4.4 Alternativas ao conceito "informalidade"

Na análise desses trabalhos, conceitos são criados numa ótica de não descartar o uso do *informal*, mas agregar termos adjacentes na busca por melhor qualificar a realidade atual. É o caso do conceito *Nova Informalidade* de Pérez-Sáinz, baseado na constatação da heterogeneidade do mercado de trabalho e teorizado mediante três cenários da América

Central. O primeiro diz respeito às atividades autônomas como meio de sobrevivência. Conforme o autor, a novidade seria o acréscimo de setores da população considerados como *novos pobres*, referentes aos que, diante de crises e de políticas de ajuste, desvincularam-se do trabalho estável, considerado *formal*. O segundo se refere ao deslocamento produtivo, em que empresas formais, objetivando a flexibilidade e a redução de custos, subcontratam outras que atuam informalmente. Já a terceira está relacionada à aglomeração de pequenas empresas dinâmicas, geralmente em áreas mais rurais, nas quais as relações socioespaciais estão mais próximas (PÉREZ SÁINZ, 1995, 1998).

Ao se constatar a persistência de vínculos de trabalho precários, a exemplo daqueles que não oferecem segurança na execução das atividades e também não garantem os direitos trabalhistas, a opção pelo termo *nova informalidade* demarca a diferença da antiga informalidade, pois, na contemporaneidade, a informalidade agrega elementos que também estão nos marcos da formalidade.

No Brasil, este conceito tem sido utilizado em algumas análises[29]. Para Lima e Soares (2002), o trabalho informal agrega os indivíduos expulsos do mercado formal à modalidade de trabalhadores/as da velha informalidade. Dedecca e Baltar (1997), ademais dessa conceituação, acrescenta a tarefa autônoma para empresas formais, bem como a criação e redefinição de novas atividades econômicas. Nessa mesma linha de problematizar o *informal,* Cacciamali (2000) fala de *processo de informalidade*.

No Brasil, dentro dos estudos sobre informalidade, Cacciamali (2000) constata duas perspectivas recorrentes nos trabalhos realizados. A primeira considera a estrutura produtiva de modo dual, em que as empresas informais, por apresentarem escassez de capital, apenas dispõem de técnicas obsoletas, gerando baixa produtividade e remuneração. Para superar essas dificuldades, o governo tem investido na qualificação de microempresários/as e proporcionado linhas de crédito às micro e pequenas empresas para seu desenvolvimento e, assim, estarem mais preparadas para se inserir no âmbito da formalidade. Do outro lado estão as empresas formais que não se deparam com esses desafios, embora seja possível que tenham vivenciado essas dificuldades em momentos anteriores.

Já a segunda abordagem está embasada nos conceitos de mudanças estruturais e da vinculação do setor informal ao processo mundial de acumulação de capital. Nesse sentido, preocupa-se com as especificidades de cada contexto, como o local e o nacional, bem como os efeitos dessa dinâmica nas maneiras de organização da produção e das diversas formas de

[29] Para mais exemplos, ver Oliveira (2005); Lopes (2008).

inserção dos/as trabalhadores/as no mercado de trabalho, incluindo o assalariamento. Ademais, os/as atores/atrizes envolvidos/as nesse setor não se inserem na lógica de busca pelo lucro propriamente dito, mas pela sobrevivência. Para essa perspectiva, as mudanças estruturais na economia, no mundo do trabalho e na sociedade em geral redefinem as relações de produção, a inserção dos/as trabalhadores/as na produção, os processos de trabalho e instituições. Assim, todo esse processo referente à dinâmica *informal* é denominado *processo de informalidade*, que "deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais" (CACCIAMALI, 2000, p.164).

Ainda segundo a autora, desse *processo de informalidade* decorrem dois fenômenos importantes. O primeiro se refere à reorganização do trabalho assalariado, em que as relações de trabalho são reformatadas através de ações como o não registro do trabalho assalariado em órgãos governamentais, a exemplo dos responsáveis pela previdência social; e de contratos de trabalho em divergência com os requisitos exigidos pelo Ministério do Trabalho. Em todas essas situações, verifica-se a vulnerabilidade como um denominador comum, expressa em relações de trabalho inseguras, incerteza quanto à renda, ausência de regulamentação de trabalho e proteção social, flexibilidade em horários e funções desempenhadas, baixo salário, dentre outras características prejudiciais ao/à trabalhador/a (CACCIAMALI, 2000). O segundo fenômeno se refere ao "auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que, por apresentarem dificuldades de reemprego, ou de ingresso no mercado de trabalho, ou por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas" (CACCIAMALI , 2000, p. 164).

A diversidade e difícil compreensão do mundo do trabalho também são conceituadas pelos opostos legal/ilegal, justo/injusto, além do formal/informal, os quais estão ligados às dinâmicas jurídica, moral e econômica, respectivamente (Noronha, 2003). Mesmo separadas didaticamente, não há um limite claro, sendo cada vez mais difícil sustentar o *informal*, embora haja conceitos como *Nova Informalidade* e *Processos de informalidade.* Inclusive, para Pérez-Sáinz (1998, p.69), "o conceito de informalidade está se convertendo, progressivamente, em uma reminiscência do passado sem maior utilidade para explicar o presente e, sobretudo, para imaginar o futuro[30]".

As empresas, para saírem das crises provocadas pelo próprio capitalismo, têm buscado cada vez mais maneiras de continuarem auferindo seus lucros, fazendo uso, portanto, de

[30] "el concepto de informalidad se está convirtiendo, progresivamente, en una reminiscencia del pasado sin mayor utilidad para explicar el presente y, sobre todo, para imaginar el futuro".

práticas muito precarizadas, como a diminuição da força de trabalho, bem como empregando trabalhadores/as através de contratos precários. Nesses casos, têm-se as situações de terceirização, contrato por horas, por comissões, por temporada (a exemplo do aumento das contratações em épocas de maiores vendas, como o período natalino), não cumprimento dos direitos trabalhistas básicos, tais como a contribuição à previdência. A "nova informalidade, melhor dizendo relações sociais de produção precarizantes, tem significado uma deterioração das condições de vida e de trabalho de amplas massas de trabalhadores, tanto no mundo desenvolvido como no subdesenvolvido[31]" (DE LA GARZA, 2017a, p. 62).

A manutenção dessa realidade é favorecida pela desorganização dos sindicatos e a aliança desses com o governo em detrimento dos/as trabalhadores/as, bem como pela ausência de políticas públicas favoráveis aos/às trabalhadores/as. No caso brasileiro, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, houve um enfraquecimento dos sindicatos, a exemplo das maiores centrais sindicais do país. O mesmo aconteceu com movimentos que tinham atuação de esquerda, como o Movimento dos Sem Terra (MST). Muito dessa debilidade de organização política se deveu às promessas de que, com a chegada do PT ao poder máximo (presidência), a situação dos/as trabalhadores/as iria melhorar no país, o que fez com que a combatividade anterior dessas organizações não fosse mantida[32]. No entanto, por mais que se constatem algumas reformas e melhorias pontuais, a situação de precariedade e pobreza permaneceu. Salienta-se que o enfraquecimento dos sindicatos é um fenômeno mundial e que vem ocorrendo desde as décadas de 1980 e 90, em decorrência de mudanças estruturais, como o neoliberalismo e o padrão de flexibilidade no trabalho. E, ao mesmo tempo, reconhece-se que a saída desse partido do governo tem piorado a situação dos/as trabalhadores/as.

---

[31] "nueva informalidad o bien relaciones sociales de producción precarizantes han significado un deterioro de las condiciones de vida y de trabajo de amplias masas de trabajadores, tanto en el mundo desarrollado como en el subdesarrollado"

[32] Se o Governo Lula tivesse empregado um reformismo forte, provavelmente teria havido um grande acirramento entre a burguesia e as classes populares. Por isso, o lulismo, sem deixar de fazer reformas, beneficiou o subproletariado para que este, diante da grande situação de pobreza e privações a que estava submetido, não se revoltasse e passasse a exigir de forma organizada os seus direitos. É nesse sentido que Singer fala de um reformismo fraco, que também tem um cariz desmobilizador. Reformismo, portanto, que deu continuidade às reformas neoliberais, a exemplo da reforma da previdência dos/as funcionários/as públicos/as (SINGER, 2012).

Embora o projeto neoliberal no Governo Lula não tenha se efetivado em linhas consensuais, Filgueiras (2006) argumenta que o mesmo conseguiu angariar apoios e evitar grandes oposições, com base em práticas políticas de conciliação de classes. Com a chegada do PT ao governo, o caráter combativo do partido é diluído em práticas como a cooptação de lideranças de sindicatos e movimentos sociais. O PT, seguindo a linha dos demais partidos, passa por um processo de estatização, no qual há um grau acentuado de profissionalização no partido, isto é, em que os/as militantes movidos/as por razões político-ideológicas são transformados/as em cabos eleitorais que atuam em diferentes cargos estatais, inclusive em práticas de aparelhamento sindical e estudantil.

Para De la Garza (2017a), ao invés de caracterizar esses vínculos como *nova informalidade,* é importante reconhecer que ainda se trata de vínculos formais, mas no âmbito de uma maior precariedade. "Utilizar o conceito de informalidade para estas novas relações de produção precárias no capitalismo avançado não é apropriado, porque, ao invés desta suposta informalidade, trata-se de uma nova formalidade precarizante" (DE LA GARZA, 2017a, p. 64)[33].

Isso porque os trabalhos relacionados a essa *nova informalidade* são diferentes dos que são realizados em negócios pequenos, geralmente de organização familiar. Ao contrário, a novidade não se deve às precárias situações às quais os/as trabalhadores/as estão inseridos/as, porque isso também já existia, mas ao fato das grandes empresas capitalistas serem consideradas formais e modernas, nas quais os/as empregados/as estão sob normas trabalhistas, embora estas sejam muito falhas em atender aos direitos dos/as trabalhadores/as.

Desse modo, considerando a não capacidade analítica da dicotomia entre formal e informal, constata-se que todos/as colaboram para o capital, inclusive aquelas pessoas que vivem de subsídios governamentais. Ou seja, não cabe analisar essa realidade com base em conceitos como os de *exclusão*, porque "não há, em verdade, exclusão. O sistema *inclui a tudo e a todos,* fazendo-o, apenas, de maneira diferente, e certamente desigual" (CARDOSO, 2017, p. 22, grifos do autor).

Essa desigualdade, portanto, está muito relacionada ao local de nascimento, por exemplo, tanto no que se refere ao núcleo familiar quanto ao grupo em que o indivíduo está inserido, como a cidade, país etc., possibilitando acesso diferenciado aos recursos disponíveis, à produção e ao consumo, que confere capacidades diferenciadas para determinar suas vidas e influenciar, ou não, nas decisões de impacto mundial. Esse é um dos motivos, inclusive, para a existência de migrações entre diversas partes do globo, a exemplo do fluxo de pessoas da América Central e México para os Estados Unidos, do Haiti e da Venezuela para o Brasil. Por não terem oportunidades, a exemplo da inserção em um emprego, é que muitos/as arriscam suas vidas, geralmente sendo rejeitados/as pelo governo do país de destino e pela população em geral. Isso porque as fronteiras internacionais para os pobres, e vítimas da desigualdade social, são muito demarcadas, diferentemente do livre trânsito dos/as que circulam pela riqueza.

[33] "Utilizar el concepto de informalidad para estas nuevas relaciones de producción precarias en el capitalismo avanzado no resulta procedente, porque más que esta supuesta informalidad se trata de una nueva formalidad precarizante."

Essa desigualdade de oportunidades também é constatada no fato de que a inserção empregatícia está muito relacionada às redes de sociabilidade, independentemente de o vínculo ser *formal* ou *informal*. Cardoso (2017) demonstrou esse argumento com base em estudos realizados pela Pesquisa de Dimensões Sociais das Desigualdades/2008, da Pesquisa sobre Economia Informal Urbana (ECINF)/2003 e também da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/2013.

De forma similar, Guimarães (2009) defende que o acesso às informações sobre possibilidades de inserção empregatícia é desigual. Em pesquisa realizada pela autora, em 2001, em São Paulo, mostrou que mais da metade dos/as entrevistados/as considerava os contatos pessoais como forma fundamental para se conseguir algum emprego. Posteriormente, em 2004, através de outra pesquisa, a pesquisadora constatou que mesmo os/as que disseram buscar emprego por vias impessoais, como agências de emprego, haviam conseguido o último vínculo empregatício através de suas redes de contato, como o circuito familiar, de vizinhança e de colegas de trabalho. Nesse sentido,

> a articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho está longe de ser automática, e nem mesmo se realiza por mecanismos unicamente mercantis de difusão da informação; ela é, e em grande medida, um subproduto de outras relações sociais que não têm uma dimensão mercantil (GUIMARÃES, 2009, p. 163).

2.5 *Trabalho não clássico*: perspectiva epistémico-metodológica para compreender o mundo do trabalho

Nos últimos anos houve muitas alternativas para compreender as diversas modalidades de trabalho realizadas em contextos de informalidade. No entanto, segundo de la Garza (2017a), o enfoque dessas tentativas incide sobre os aspectos sociodemográficos do trabalho e, portanto, não problematizam as relações sociais de produção, nem o significado das relações laborais. Dessa maneira, conclui-se que conceitos como *trabalho informal* e *informalidade* não têm o potencial explicativo para uma análise crítica do mundo do trabalho. É importante dizer que a informalidade é um conceito operacional e empírico (DRUCK, 2011), instrumental e vazio de significado *per si*, porque na prática há uma integração dialética entre o formal e o informal. Embora a dinâmica de reestruturação produtiva e o consequente processo de flexibilização tenha aumentado a informalidade, é importante assinalar que as atividades informais já são inerentes ao processo de acumulação capitalista no Brasil, ou seja, à expansão do mercado e da economia de modo geral.

Assim, uma alternativa para compreender a realidade atual referente às diferentes maneiras de trabalhar pode ser através do conceito *trabalho não clássico,* desenvolvido por Enrique de la Garza. Para ele, a diferença entre *clássico* e *não clássico* é porque, enquanto o primeiro é teorizado através do ambiente clássico da indústria, o segundo se refere às diversas modalidades de trabalho verificadas na atualidade, nas quais há constantes variações da dinâmica das atividades realizadas e das relações sociais no universo do trabalho, em que o/a cliente e outros/as atores/atrizes também podem estar envolvidos/as no processo de produção, distribuição e controle (DE LA GARZA, 2017a).

Para este autor, além dos conceitos clássicos de trabalho, inicialmente elaborados em contextos industriais, atualmente, devido às inúmeras mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no sistema capitalista, outras categorias devem ser destacadas.

O conceito *trabalho não clássico* não se propõe a ser um substituto para o conceito *informalidade*, visto que o aspecto não clássico do trabalho é constatado em trabalhos tanto formais quanto informais. Por não clássico, ao contrário, entende-se como uma postura epistémico-metodológica que se propõe a ampliar a compressão do trabalho, através de peculiaridades próprias do ambiente em que tais trabalhos são desempenhados.

A maioria dos estudos sobre trabalho privilegiou abordar os trabalhos assalariados e executados em ambientes fechados e delimitados espacialmente, semelhantes aos de fábrica (DE LA GARZA, 2005, 2011a, 2012a). Segundo De la Garza (2009, 2010, 2012a), a restrição do conceito de trabalho ao assalariado esteve relacionada a duas concepções teóricas principais. Uma é a neoclássica, para a qual o trabalho é o assalariado, em que há compra e venda de trabalho mediada por um salário. Outra foi a marxista clássica que, embora considerasse a existência de outros modelos de trabalho para além do assalariado, direcionou seu foco analítico a este, inclusive defendendo a ideia de que a classe trabalhadora a ele relacionada seria a responsável por fazer a revolução.

Durante o século XIX e parte considerável do XX, as teorizações sobre o trabalho estiveram centradas nos trabalhos realizados maquinisticamente em um ambiente de fábrica, em que os/as trabalhadores/as se aglomeravam para realizar suas tarefas em um local fechado, numa dinâmica em que a jornada laboral estava separada de outras dimensões da vida do sujeito. Tal postura teórica defendia uma linha evolutiva no mundo do trabalho, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo, na qual haveria um avanço da situação em que o processo produtivo dependia dos saberes do/a trabalhador/a e não da máquina, para a situação em que o/a trabalhador/a, ademais da subordinação ao capital ao vender sua força de trabalho, estaria também subordinado/a aos ritmos maquínicos. Seguindo esta linha, o/a trabalhador/a se

transformaria em fordizado e taylorizado, pois, além da submissão à máquina, estaria submetido/a à administração científica que introduziu a padronização e a simplificação do trabalho. Depois, ter-se-ia a toyotização do/a trabalhador/a, através do foco no trabalho em equipe, reintegração de tarefas e mobilidade interna. Atualmente, a linha evolutiva chegaria ao/à trabalhador/a informatizado/a, inserido/a em processos de trabalho através de conexões virtuais *on line*. O clássico, teoricamente oposto ao "não clássico", refere-se a esta linha de desenvolvimento evolutivo (DE LA GARZA, 2012a).

Além desses aspectos, a noção clássica está associada à postura conceitual de que o produto do trabalho é material, objetivado fisicamente e separado do/a trabalhador/a, cuja produção é realizada num espaço-tempo próprio, separado do espaço-tempo da circulação, da venda e do consumo.

Em coexistência a este/a trabalhador/a clássico/a, existiam diversas modalidades de trabalhadores/as não vinculados/as a grandes empresas capitalistas. Mas havia uma tendência para que a Sociologia do Trabalho não empreendesse os mesmos esforços teóricos e metodológicos a essas atividades e quando o fazia era através da aplicação das mesmas categorias aplicadas ao universo fabril (DE LA GARZA, 2012a).

Salienta-se que a inclinação maior aos trabalhos clássicos também esteve atrelada ao jogo político-econômico através do qual os países considerados desenvolvidos se empenhavam na produção nacional com vistas ao fortalecimento e à autonomia do país. Esse processo, portanto, também influenciou os sujeitos a se identificarem com a estrutura produtiva, em uma sociedade industrial e assalariada, sobretudo no contexto do norte da Europa (DE LA GARZA, 2012a).

O trabalho não clássico, por sua vez, abarca uma heterogeneidade de atividades que envolvem aspectos antes não problematizados pelo campo clássico. Uma das características do trabalho não clássico refere-se à impossibilidade de, em algumas atividades, separar produção, circulação e consumo na produção imaterial, a exemplo do teatro, concertos musicais e demais espetáculos, uma vez que nesses casos é necessário que o público esteja presente no ato da produção, que é ao mesmo tempo ato de circulação e consumo, três fases comprimidas em um mesmo ato. São trabalhos, portanto, cujo produto não pode ser armazenado, pois estão no âmbito subjetivo, pois mais que nestes também haja mesclas com outros produtos tangíveis. Ademais, o produto desse trabalho não pode ser armazenado. Em Marx já havia discussão a respeito dessa modalidade de trabalho, ao problematizar o teatro e o ensino do/a professor/a. Outro aspecto do trabalho não clássico é a produção simbólica sem a necessária participação do público, como no caso da produção de software, em que se tem um

produto que é material e simbólico. No trabalho não clássico também há sobreposições entre o mundo da reprodução e o da produção, a exemplo de trabalhos a domicílio e dos realizados em espaços públicos (DE LA GARZA, 2012a).

Em relação a esse último aspecto, existe uma ampla variedade de atividades realizadas nas ruas, todos os dias, tanto por pessoas que não têm uma casa/um lar nos moldes convencionais, que é o caso das *pessoas em situação de rua*, as quais são foco deste estudo, como outras que passam quase todo o tempo nas áreas urbanas trabalhando e apenas regressam a suas casas para dormir, incluindo indivíduos de diferentes faixas etárias.

No tocante à evolução tecnológica supracitada, há trabalhos não clássicos não submetidos aos avanços tecnológicos, em que a interação, tanto com clientes quanto com demais agentes no geral, é o principal mediador do processo de trabalho. Ao mesmo tempo, também há outros que utilizam tecnologias modernas, que podem, inclusive, ser taylorizados e toyotizados (DE LA GARZA, 2012a).

Assim, o trabalho não clássico, enquanto perspectiva teórico-metodológica, pode ser utilizada para analisar diferentes modalidades de trabalho, independentemente do nível tecnológico aplicado nele, bem como no tempo de existência do trabalho na sociedade. Ou seja, tanto podem existir trabalhos não clássicos que sejam formais, não precarizados, típicos, protegidos, estruturados, padrões, quanto informais, precários, inseguros, atípicos. Na teoria do trabalho não clássica, o trabalho clássico não seria sinônimo desses termos, porque as distinções (formal e informal, típico e atípico, precário e não precário, etc.), a partir desses conceitos, tomam como referência a ocupação e a unidade produtiva, aspectos não suficientes para compreensão sociológica dos processos de trabalho (DE LA GARZA, 2012a).

Destarte, o conceito *trabalho não clássico* pode ser empregado em ambientes de indústria, de serviços, da agricultura etc., podendo incluir os considerados formais, realizados em empresas de *fast food* como McDonalds, assim como os que estão mais próximos da *informalidade*, a exemplo dos analisados nesta tese, que são pouco estudados pela Sociologia do Trabalho e também não são prontamente associados à dinâmica geral de acumulação capitalista (DE LA GARZA, 2010).

Portanto, sob a perspectiva do trabalho não clássico, a análise integrada e comparativa de todos os trabalhos pode ser efetuada sob o conceito "construção social da ocupação", independentemente de ser assalariada ou não. É a partir da construção social da ocupação que é possível analisar o universo laboral como um todo, sem se limitar às interações diretamente vinculadas à compra e venda da força de trabalho (DE LA GARZA, 2012a).

Nesse caso, o papel dos/as clientes é um aspecto fundamental que foi desprezado pela perspectiva clássica do trabalho. A intervenção destes/as pode ser a parte fundamental do processo articulado de produção e consumo de trabalho simbólico, conforme já mencionado para o caso de espetáculos. Também, pode-se considerar o/a cliente como essencial à complementação do trabalho, o que seria considerado como "trabalho do cliente". Nessa dimensão, tem-se o exemplo da McDonalds, em que, diante da ausência de profissionais que sirvam a refeição ao cliente, este/a tem que buscá-la e levá-la à mesa. O mesmo se passa em supermercados, em que o/a cliente precisa colocar suas compras num carrinho, levá-las ao caixa e, em alguns estabelecimentos, pesar as que forem necessárias e, ao fim, embalá-las. A presença do/a cliente também é necessária em outras áreas de serviços, como de saúde, de cuidados etc. Semelhantemente, o avanço tecnológico permitiu, também, o aumento do trabalho do/a cliente, sob o discurso de autonomia, verificado em atividades como compra de passagens pela internet, pagamento de contas, reserva de hotéis etc. (DE LA GARZA, 2012a).

Em toda produção há componentes objetivos e subjetivos. Os aspectos simbólicos, por sua vez, podem ser emotivos, morais, estéticos, cognitivos, de razão cotidiana, científica etc., agrupados de maneira peculiar a depender da modalidade de trabalho, o que resulta que algum desses pode ser mais expressivo do que outros, por mais que estejam todos articuladamente em influência mútua. Tais dimensões simbólicas são expressas nas interações entre os sujeitos, mediatas e imediatas, independentemente de serem em copresença física ou viabilizada por aparatos tecnológicos. Essas duas modalidades de interação podem ser verificadas tanto nos trabalhos cujo produto seja material quanto nos que o produto é meramente simbólico (DE LA GARZA, 2012a).

> A diferença histórica entre trabalho e não trabalho não pode ser determinada pelo tipo de atividade ou de objeto, mas se é geradora de produtos úteis em articulação com certas relações sociais de subordinação, cooperação, exploração ou autonomia. Esta localização permite, junto a outros níveis da cultura e o poder, indagar de maneira mais precisa como se dá significação social ao trabalho, como se define o que é trabalho frente ao que não o é, como se valoriza o trabalho em termos morais, emocionais, estéticos, cognitivos, identitários e econômicos[34]. (DE LA GARZA, 2012a, p. 113).

A partir do leque de possibilidades analíticas elencadas pela base conceitual do trabalho não clássico, faz-se necessário problematizar e repensar conceitos habitualmente

[34] "la diferencia histórica entre Trabajo y no Trabajo no puede ser determinada por el tipo de actividad o de objeto, sino por ser generadora de productos útiles en articulación con ciertas relaciones sociales de subordinación, cooperación, explotación o autonomía. Esta ubicación permite, junto a otros niveles de la cultura y el poder, indagar de manera más precisa cómo se da significación social al Trabajo, cómo se define que es Trabajo frente al que no lo es, como se valora el trabajo en términos morales, emocionales, estéticos, cognitivos, identitarios y económicos"

manejados na Sociologia do Trabalho. O primeiro se refere ao controle no processo de trabalho. Este conceito ganhou notoriedade por volta da década de 1950, 1960 e 1970, com a problematização do intenso controle identificado no trabalho taylorizado, ao ser comparado com o/a trabalhador/a artesão/ã autoempregado/a, ou mesmo com o/a assalariado/a de estratos hierárquicos superiores (DE LA GARZA, 2012a).

A maneira clássica de analisar o controle foi muito influenciada pela ciência política estadunidense, cuja fonte teórica está no conceito de poder weberiano, definido como a capacidade arbitrária de impor vontade própria numa relação social contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa imposição. Desse modo, todos os aspectos do processo produtivo poderiam ser controlados, tais como: insumos, tempo de trabalho, distribuição do espaço físico, conhecimentos, interações, subjetividades, (des)vínculo ao trabalho, ascensão, salários, participação nos sindicatos etc. No âmbito marxista, um dos autores fundamentais para a compreensão do controle foi Braverman, para quem o exercício do controle no sistema capitalista é mais geral, pois o objetivo do capital é dominar o/a trabalhador/a no processo produtivo (DE LA GARZA, 2012a).

No geral, o poder é exercido tanto de modo personalizado quanto por meio de regras organizacionais. No tipo de trabalho não clássico realizado em espaços públicos, como os analisados aqui, o controle pode ser proveniente de diferentes fontes, previsíveis e imprevisíveis, pois como se trata de um espaço aberto, os acontecimentos possíveis são incomensuráveis. Portanto, os controles podem ser referentes ao uso do espaço físico, ao tipo de produto e serviço gerado, à jornada laboral e, dentre outros fatores, ao trabalho como um todo (DE LA GARZA, 2012a).

Outro conceito se refere à regulação laboral, que foi desenvolvida nos trabalhos formais para proteger os/as trabalhadores/as em seus direitos e limitar as ações de empregadores/as. No caso dos trabalhos não clássicos não assalariados, os/as trabalhadores/as correm os riscos de trabalharem sem direitos, diante do não registro de sua ocupação. Por outro lado, existem possibilidades de suas atividades serem alvo de legislações, pois, por serem realizadas em ambientes públicos, estão submetidas a outras leis, como o Código de Trânsito e outras que influem sobre o uso da cidade (DE LA GARZA, 2012a).

O controle e a regulação laboral, na perspectiva do trabalho não clássico, estão agregados através do conceito “construção social da ocupação”. No que se refere aos trabalhos não clássicos realizados nas ruas, a construção social da ocupação não se limita aos agentes diretamente relacionados no processo de trabalho, como o/a cliente e o/a trabalhador/a. Como se trata do espaço da rua, tem-se um ambiente muito complexo com

múltiplas interações, todo o tempo, envolvendo diferentes atores/atrizes que, diretamente ou não, conscientemente ou não, interferem no processo de trabalho e colaboram à construção social da ocupação. Estes/as podem ser agentes públicos, moradores da localidade, transeuntes (que ocupam tal espaço pelos mais diversos motivos: passeio; rota ao trabalho ou ao estudo; compras; resolução de questões burocráticas, de saúde etc.), ou mesmo outros/as trabalhadores/as em situação laboral semelhante, de modo que há diferentes pressões e controles cotidianos sobre estes/as trabalhadores/as frequentemente. É necessário considerar, inclusive, a possibilidade de existência de teias relacionais que dificultam e/ou proíbem a execução do trabalho, a exemplo de grupos de milícia, gangues, associações etc., que imponham regras para o uso do espaço público, incluindo a obtenção de rendimentos. Além de leis que impedem algumas categorias de trabalho em espaços públicos, como ruas, transportes públicos, praças etc. (DE LA GARZA, 2012a).

Esses trabalhos são desterritorializados, pois revolucionam conceitos como jornada de trabalho, uma vez que em alguns casos o/a trabalhador/a pode iniciar suas atividades no horário que lhe for mais conveniente, tendo maior controle sobre as horas que pretende trabalhar e a respectiva renda auferida. Essa liberdade também implica em que tenha que arcar com as consequências da possibilidade de trabalhar poucas horas por dia. Mas, em contrapartida, também podem trabalhar mais num dia e descansar no outro.

Nessa perspectiva, há uma inovação a respeito do controle sobre o processo de trabalho, cujo foco analítico não se restringe ao ambiente da empresa, conforme se verifica na maioria dos estudos sobre trabalho. Nesse caso, clássico, o controle é exercido por gerentes e chefes, numa relação estritamente hierarquizada. Mesmo que o controle também seja proveniente de trabalhadores/as em posição hierárquica similar, ou mesmo inferior, as relações são estabelecidas num ambiente laboral em que as ações são minimamente previsíveis.

Diferentemente, em se tratando dos trabalhos não clássicos, o controle é multidimensional, pois é exercido através de múltiplos vetores, exercido inclusive pelos/as clientes. O vetor controlador pode ter origens nem sempre esperadas pelo/a trabalhador/a, sobretudo quando as atividades são realizadas no ambiente de rua. Nos trabalhos que são realizados na presença do/a cliente, como no caso dos/as flanelinhas, o/a trabalhador/a é pressionado/a mediante diversas maneiras, podendo ser, inclusive, denunciado/a às autoridades estatais em caso de irregularidades que extrapolem a já ilegal cobrança para estacionar em um local público.

Em todos esses trabalhos não clássicos é possível identificar elementos contribuidores à execução das tarefas situados em dimensões que ultrapassam fronteiras técnicas. Ou seja, são aspectos emocionais, estéticos, cognitivos, morais etc., que estão em todas as atividades, em níveis diferenciados a depender da natureza do trabalho. A partir da constatação dessas peculiaridades do mundo do trabalho, estudiosos/as têm desenvolvido teorias com focos específicos em alguns desses aspectos. Todavia, o que De la Garza (2017c) argumenta é que, para se compreender a totalidade do mundo do trabalho na atualidade, é limitante considerar apenas alguns desses, como muitos/as teóricos/as fizeram. Ou seja, na análise de qualquer trabalho é possível identificar dimensões estéticas, emocionais, cognitivas, éticas, dentre outras, as quais se organizam para caracterizar um determinado trabalho e a postura do/a trabalhador/a. No caso do/a vendedor/a em transporte público, por exemplo, verifica-se sobretudo elementos estéticos e emotivos, os quais influenciam significativamente nas decisões do/a cliente pela compra ou não dos produtos e/ou serviços ofertados.

Na perspectiva do trabalho não clássicos, ao invés do conceito de Modelo Produtivo, considera-se mais pertinente analisar o processo de trabalho como uma **configuração sociotécnica** formada pelas dimensões perfil da mão de obra, nível tecnológico, organização do trabalho, relações laborais e culturas do trabalho, as quais se articulam através de relações fixas e frouxas, e sob a possibilidade de influências estruturais contraditórias, bem como das ações dos sujeitos que envolvem conflitos, negociações, consensos, dissidências, através de códigos simbólicos que abrangem cognições, emoções, morais, estéticas, raciocínios cotidianos, formais e científicos que geram configurações de relações dentro das configurações sociotécnicas (DE LA GARZA, 2012a).

3 – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: TRABALHADORES/AS ENTRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A compreensão dos trabalhos das pessoas em situação de rua é uma tarefa que exige, *pari passu*, uma análise desses sujeitos. Ao investigar o processo de trabalho dessas pessoas, é fundamental, também, uma análise do modo como sua trajetória impacta em seus trabalhos, bem como a percepção de si mesmas diante dos trabalhos que realiza. Por isso, a análise do trabalho, em suas múltiplas formas de se manifestar, está atrelada à trajetória de vida dessas pessoas e à autopercepção delas em torno do trabalho, ambas marcadas pela pobreza

Por serem os/as trabalhadores/as pessoas em situação de rua, a instrumentalização de outros conceitos também foi importante para compreender a realidade estudada, a saber: pobreza e desigualdade social. Ressalta-se que não foi objetivo desta tese a análise desses conceitos, nem todas as relações que podem ser estabelecidas com as pessoas em situação de rua, que são muitas. Ou seja, elementos conceituais da pobreza e da desigualdade social foram tomados para compreender o trabalho das pessoas em situação de rua.

3.1 Parâmetros (inter)nacionais na definição burocrática da pobreza

Para compreender o contexto das situações de rua é imprescindível analisar as dimensões da pobreza e da desigualdade social. Por isso, o objetivo deste capítulo é conceituar a pobreza, a desigualdade social, bem como a relação dessas dimensões na realidade de pessoas em situação de rua, considerando que o emaranhado desses aspectos expressa diferentes níveis de injustiça social que sustentam o sistema capitalista.

A pobreza consiste numa situação universal, conhecida e analisada por diversos ramos acadêmicos e governamentais, mas que, no entanto, é difícil de ser conceituada, gerando múltiplas visões e consequentes desavenças de entendimento. Muitas são as teorias que buscam explicar essa dimensão, mediante diversos conceitos e paradigmas epistemológicos. Igualmente, há uma frequência de produção mundial de documentos para divulgar o nível de pobreza dos países, em termos de compreensão do surgimento do fenômeno, bem como avanços e retrocessos nas alternativas para combatê-lo. Essa busca universal para compreender a pobreza motivou a elaboração de ferramentas analíticas com potencial para comparar os diferentes países.

Nesse sentido, tem-se a Linha de Pobreza, medida criada pelo Banco Mundial[35] e adotada por diversos países, a qual define que uma pessoa pobre é quem recebe menos de uma quantia estabelecida por esta instituição.

Em 1990, em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, o Banco Mundial adotou o padrão internacional de US$ 1,00[36] diário por pessoa para medir a pobreza. Este valor, medido internacionalmente considerando os preços de 1985 e sofrendo ajustes de acordo com a moeda local através da Paridade do Poder de Compra (PPC), já era utilizado nos estudos sobre pobreza. Diante das mudanças no custo de vida nos diferentes países, houve a necessidade de ajustar esta quantia para que a medida da pobreza fosse mais fidedigna à realidade. Em 2015, com base no PPC de 2011, o Banco Mundial aumentou sua linha de pobreza internacional para US$ 1,90 (ONU BRASIL, 2017).

Ao constatar que esta medida, além de ser ajustada com o tempo, deve considerar as especificidades de cada país, o Banco Mundial passou a adotar, a partir de 2017, duas medidas diferentes, mantendo o padrão diário. Assim, enquanto a medida para os países de renda média-baixa equivale a US$ 3,20, para os países de renda média-alta, em que se inclui o Brasil, o valor é US$ 5,50 (WORLD BANK GROUP, 2018). De acordo com esses padrões, 26,5% da população brasileira, referente ao ano de 2017, estavam em situação de pobreza, porcentagem equivalente a quase 55 milhões de brasileiros/as, quantitativo que tem aumentado ao considerar que em 2016 era 25,7% (IBGE, 2018c). Salienta-se que, para fins de alcance dos objetivos internacionais de acabar com a pobreza mundial, incluindo a extrema, até 2030, o padrão continua sendo US$ 1,90.

No Brasil, não há uma linha oficial de pobreza, nem de pobreza extrema, mas apenas linhas administrativas utilizadas para fins de políticas públicas. De acordo com o Decreto nº 8.794 de 2016, a pobreza extrema e a pobreza são definidas pela renda familiar per capta de até R$ 85,00 e R$ 170,00 mensais, respectivamente. Esses valores são utilizados para o Bolsa Família e o Plano Brasil sem Miséria (BRASIL, 2016). Outra linha de pobreza, aplicada para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas idosas e com deficiência, define a renda *per capta* familiar abaixo de ¼ do salário como situação de pobreza (BRASIL, 1993).

[35]Instituição internacional composta por 189 países, criada em 1944 e com sede em Washington – Estados Unidos da América, que atua no objetivo de reduzir a pobreza, através de ações como o empréstimo de dinheiro.

[36] A título de comparação, cada dólar, no momento de finalização desta tese, estava custando, em média, R$ 3,96. Este valor é para compra na cidade de Recife. Fonte: https://www.melhorcambio.com/cotacao/compra/dolar-turismo/recife

O valor da primeira linha representa menos de um sexto do salário mínimo vigente, que é de R$ 954,00[37], quantia que já é insuficiente para cobrir todos os gastos necessários de uma família, ainda que pequena, considerando o alto custo de vida do país, de modo que, diferentemente do padrão do Banco Mundial, mesmo quem ganha um salário mínimo no Brasil é considerado pobre. ¼ do salário, valor da segunda linha, também é uma quantia muito baixa.

Segundo o DIEESE, baseando-se em cálculos inflacionários e de necessidades da cesta básica, o salário mínimo em 2018 deveria ser de R$ 3.706,56, em média[38]. Em 2017, a média deveria ser R$ 3.744,52, quando o salário valia R$ 937,00 (DIEESE, 2018). Assim, mesmo com políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família[39], considerado modelo para muitos países com altos níveis de desigualdade social, ainda existem milhares de brasileiros/as vivendo variadas situações de pobreza.

Outra medida internacional também importante à compreensão da pobreza é o Mapa da Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo esta instituição, um país é identificado no Mapa da Fome se for constatado que mais de 5% de sua população ingere menos calorias do que o recomendado, cuja média é de 2000 a 2500 calorias para homens e 1500 a 2000 para mulheres. Em 2014, o Brasil saiu pela primeira vez deste mapa, registrando 3%. Obviamente que este valor calórico é apenas um parâmetro, uma vez que é necessário considerar especificidades corporais e culturais. De toda maneira, a alimentação é um dos fatores primordiais para avaliar o nível de pobreza de um indivíduo/família/comunidade, pois a dificuldade para garantir a autossobrevivência e a de seus/suas dependentes em termos nutricionais é um forte indicativo de que o indivíduo é carente de condições e recursos para satisfazer outras necessidades, a exemplo da educação. De acordo com a FAO el al. (2018), estima-se que em 2017 havia 821 milhões de pessoas no mundo em desnutrição.

No Brasil, em 2006, foi sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346), a qual institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no art. 1º, com o objetivo de "assegurar o direito humano à alimentação adequada" (BRASIL, 2006). O artigo 2º esclarece que esse direito é fundamental de todos os seres humanos, bem como é próprio de sua dignidade, e, como já está presente na

[37] Salário Mínimo vigente em 2018.
[38] Valor resultante da média dos 12 meses do ano.
[39] Programa Federal de transferência de renda às pessoas mais pobres do país, de acordo com critérios de renda per capta. Este objetiva superar as situações de vulnerabilidade e pobreza. Atualmente, são 13,9 milhões de brasileiros/as beneficiados/as (CAIXA, 2018).

Constituição Federal, é dever do Estado garantir que toda a população esteja em condições de segurança alimentar e nutricional.

Dados gerais sobre a pobreza, imprescindíveis para análises abrangentes sobre uma dada comunidade ou mesmo comparações internacionais, são ainda limitados à compreensão ampla do fenômeno, pois há implicação de muitas variáveis, tanto em dimensões objetivas quanto subjetivas. A pobreza envolve dimensões políticas, éticas, psicológicas, sociais, raciais, estéticas etc., não se restringindo apenas à econômica.

As linhas de pobreza, importantes para uma compreensão mais geral do fenômeno, além de minimizar o que pode ser considerado pobre e pobreza, são limitadas quanto ao entendimento multidimensional da pobreza, pois a renda não é o único critério indicativo de pobreza. Tais linhas não são como um espelho da realidade, pois são estabelecidas por organismos internacionais que desconhecem as especificidades da pobreza. Por isso, ao analisar objetivos e metas de tais organizações, a cautela é um princípio imprescindível, pois a concepção de pobreza e o método como ela é quantificada são duas atitudes necessárias ao processo analítico.

3.2 Aspectos multidimensionais para compreensão de pobreza

A palavra "pobreza" é originária do latim, da palavra *paupertas*, utilizada na Idade Média para se referir à carência e à precariedade (MOLLAT, 1966). Em inglês, *poverty*; em francês, *pauvreté*; em italiano, *povertà*; em espanhol, também *pobreza.* Em todo o mundo não existe apenas uma modalidade de pobreza, mas múltiplas, sendo mais acertado falar-se de "pobrezas". Segundo Mollat (1989, p. 5),

> pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem.

O Brasil, com mais de 209 milhões de habitantes (IBGE, 2018b), o 5º maior do mundo em extensão territorial, com cinco regiões climático-culturais diferentes, costumes e sotaques variados, até mesmo línguas diferentes[40], é um país onde se observam pluralidades de expressões da pobreza. As pessoas em situação de rua, por se concentrarem principalmente

[40] No último Censo do IBGE, em 2010, foi constatado que a população indígena fala 274 idiomas (IBGE, 2018a).

nas áreas urbanas do país, compartilham uma pobreza típica dessas localidades, mesmo que possam ser originárias de zonas rurais e já tenham vivenciado modalidades de pobreza próprias deste local e ainda carreguem influências destas.

Pobreza não consiste apenas em privação de carência material, visto que compreende um modo de vida, uma forma de ser no mundo, de subjetivar-se, com consequências notáveis no corpo e na mente. Indubitavelmente, ser pobre é possuir pouco ou nenhum recurso para compra de alimentos, produtos de higiene pessoal e de autocuidados, condições que agem em conjunto na prevenção de doenças e, consequentemente, propiciam um corpo e uma mente saudável. A interferência da pobreza no bem-estar mental tem forte potencialidade para provocar ansiedades e sentimentos de culpabilização pelo fracasso de não conseguir os recursos almejados.

Por outro lado, mas sem se referir a uma oposição e sim ao mesmo aspecto sob outra perspectiva, considerando a pobreza como um caleidoscópio formado por múltiplos determinantes e apresentado através de inúmeras maneiras, tem-se que "ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter e sobretudo de ser" (DEMO, 2003, p.38).

É nesse sentido que pobreza é definida enquanto pobreza política, situação em que as pessoas atingidas pela pobreza não participam democraticamente da construção de ações voltadas à resolução dos problemas ocasionados pela pobreza. Sem se referir apenas a uma carência econômica, a pobreza se configura enquanto uma categoria política, em que ser pobre consiste em frágeis vivências de cidadania ou mesmo distanciamento da mesma (TELLES, 2001; YAZBEK, 1999).

A pobreza no Brasil é um fenômeno complexo e difícil de ser demarcado, fruto da articulação de diferentes aspectos histórico-sociais, que, cada qual com sua especificidade, atuam convergentemente à continuidade e ao agravamento da situação de pobreza no país. Dentre esses, ressaltam-se os seguintes, em conformidade com Telles (2001): práticas excludentes e autoritárias no país em diversas dimensões, cuja consequência principal é o fato dos direitos não serem reconhecidos como referência na economia e na política; longo período de crise e desorganização político-econômica, cuja estimativa de solução só é possível após o transcurso de gerações; a perspectiva de um projeto de modernização ao invés possibilitar igualdade entre as pessoas tende a dividir a sociedade entre uma maioria prejudicada em seus direitos e apenas um pequeno grupo beneficiado pelas melhorias da modernidade. Junto a essas questões, tem-se a desorganização do Estado.

Devido à tradição hierárquica no Brasil, através da qual a maioria da população é posta em posição subjugada e com pouquíssimas possibilidades de vivências de direitos e

liberdades (TELLES, 2001; CARVALHO, 2008), os direitos ainda são tratados e aceitos como favores e benefícios concedidos por um governo específico. São raízes profundas e bem ramificadas de um passado que insiste em continuar presente.

Desse modo, a pobreza no Brasil consiste numa realidade que abarca não apenas o desfavorecimento econômico, pois também inclui aspectos morais de como os sujeitos são vistos e percebidos. Ainda não se identifica igualdade no país, pois a cultura de hierarquia atua de modo veemente para manter as desigualdades e, consequentemente, os privilégios de quem está no lado dos/as beneficiados/as. São gerações e gerações compartilhando a pobreza, com pouca perspectiva de conseguir romper esse ciclo, nem para o indivíduo nem para seus/suas descendentes. Assim que, a experiência de direitos civis do/a pobre é escassa ou nula. As pessoas não são tratadas como iguais e que, portanto, deveriam ter iguais oportunidades e serem beneficiadas igualmente (TELLES, 2001).

Ao contrário, é justamente com base na profunda desigualdade existente no país e pela permanência da mesma, para que os/as privilegiados/as não sejam prejudicados/as, que as políticas sociais têm atuado, isto é, como paliativo (TELLES, 2001). Nesse sentido, as políticas sociais de caráter distributivos servem sobretudo para manter os *status quo* e evitar eventuais iniciativas de organização dos/as pobres para reivindicarem seus direitos, que é, primeiramente, poder participar das decisões que impactam na coletividade. São, portanto, práticas de "amansar o pobre" (DEMO, 2003, p. 38). É neste sentido que os direitos sociais são vistos como favor, e não com base no pressuposto dos direitos civis (TELLES, 2001). Portanto, "a carência material é a casca externa da desigualdade social, cujo cerne está na "pobreza política": tal reconhecimento seria suficiente para perceber que o combate à pobreza não passa em primeiro lugar pela assistência, mas pela reinvenção da cidadania do excluído" (DEMO, 2002, p. 35, grifo do autor).

A flexibilização e a precarização do trabalho, como características que marcam fortemente a difícil integração no mercado de trabalho, estão diretamente associadas à geração e à manutenção da pobreza. Até mesmo os/as que estão integrados/as no mercado de trabalho, em sua maioria, estão inseridos/as na pobreza, pois os salários e as condições de políticas públicas no país não permitem a fácil saída da mesma (TELLES, 2001). "Desemprego, instabilidade e precariedade nos vínculos de trabalho são circunstâncias geradoras de pauperização" (TELLES, 2001, p. 100).

Uma vez que a pobreza está relacionada à não conquista de direitos, e que os espaços de negociação e mobilização política continuam cerceados e reprimidos pelo Estado, ainda mais com o aumento da expressão de ideologias fundamentalistas e retrógradas no país, tanto

na população em geral quanto em instâncias burocráticas governamentais, o fim da insustentável e inadmissível situação da pobreza parece um objetivo difícil e distante de ser alcançado. A resolução da pobreza deve envolver o processo de tomada de conscientização do direito à democracia de forma universal, bem como, em concordância com Dagnino (2004), não apenas reivindicar os direitos já garantidos legalmente, mas também que os indivíduos tenham espaço para efetivarem outros direitos ainda não pensados nem escritos pelo Estado. É o direito a terem direitos, a pensarem e desenvolverem direitos de acordo com as mudanças em sua realidade.

A formação da pobreza no Brasil não se constitui a partir da dicotomia entre incluídos/as e excluídos/as, pois "a sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos" (MARTINS, 2002, p.11).

Na análise da pobreza sob uma perspectiva multidimensional que não considera apenas o recurso econômico em sua definição, Amartya Sen é uma referência importante nesse sentido, por defender que a pobreza está relacionada à ausência de capacidades. Ao refletir sobre a desigualdade social, constatou que o sustentáculo desta situação consiste na diferença de capacidades dos indivíduos, as quais estão diretamente relacionadas às oportunidades, em diferentes aspectos e em diversas partes do mundo, pois os seres humanos têm oportunidades diferentes a depender do grupo a que pertencem. Capacidades referem-se a condições físicas e mentais para tomar escolhas, abandonar algo, construir, em suma, é poder fazer ou não mais fazer algo, por meio do exercício da liberdade para se construir a vida da maneira que optar, mediante exercício da autonomia (SEN, 2001).

Trata-se, portanto, da situação em que o indivíduo tem liberdade em ter condições para exercer as capacidades, atuar conforme seus desígnios, sem restrições de acesso aos instrumentos e bens que julgar necessários. Desse modo, a liberdade é condição e resultado do desenvolvimento e a privação desta impede a realização de capacidades. Ou seja, a pobreza se configura como ausência de liberdade.

Malgrado ele concorde que a renda seja "claramente uma das causas principais da pobreza" (SEN, 2000, p. 109) e um fator importante que influi na desigualdade, também é necessário considerar peculiares individuais como idade e papéis sexuais e sociais, as particularidades familiares, além do contexto geográfico e social, as condições epidemiológicas etc. (SEN, 2000). Todas essas condições influenciam significativamente no surgimento de oportunidades e nas capacidades desenvolvidas (SEN, 2000, 2001). Por isso, "a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como

baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza" (SEN, 2000, p. 109). Assim, as ações governamentais, em diferentes partes do mundo, devem focar em favorecer o desenvolvimento de capacidades nas pessoas, para que encontrem oportunidades reais e, assim, tenham condições de decidir suas atuações.

Diante da constatação de que a pobreza mundial tem permanecido e prejudicado a qualidade de vida de muitas pessoas em diferentes locais do planeta, organismos internacionais como a ONU têm elaborado estratégias e estabelecido metas para erradicá-la. Como exemplo, têm-se a Agenda que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deverão ser executados até 2030, elaborados na sede desta instituição, Nova York, em 2015, no momento em que comemorava seu 70º aniversário. A erradicação da pobreza, incluindo a extrema, é o primeiro desses objetivos, conforme se observa num trecho da declaração deste acordo:

> Decidimos acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, até 2030; combater as desigualdades dentro dos países e entre eles; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para o crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, a prosperidade compartilhada e o trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e as capacidades nacionais (ONU, 2016, p. 2-3).

A pobreza consiste num significativo desafio, tanto no que se refere a sua definição quanto às maneiras de combatê-la. Ela, que implica, dentre outros, em prejuízos materiais e de autonomia dos indivíduos, é definida como posição de pertencimento às camadas sociais desfavorecidas, em termos de dificuldades para acessar os recursos mais prementes, como moradia e alimentação, de modo que sua característica varia conforme a sociedade. Para Gough (1999), a pobreza está relacionada à carência no âmbito das necessidades básicas, as quais, para o autor, se não forem satisfeitas haverá prejuízos ao indivíduo, pois esta saciedade consiste em precondições universais que possibilitam a participação numa sociedade sem limitações em termos de saúde física e de autonomia na agência, referida à capacidade de fazer escolhas sobre o que fazer e como deve ser feito.

Uma das dificuldades de satisfação dessas necessidades reside no fato de, contra elas, haver um movimento enraizado em diversas partes do sistema capitalista em favor das necessidades do capital, que consistem na máxima aquisição de lucros, independentemente do bem-estar das pessoas ser preterido (GOUGH, 1999). Diante da convergência de ações à realização das necessidades do capital, a compra da força de trabalho, numa dinâmica de exploração desta, constitui-se numa prática constante e sistemática, degradando o/a

trabalhador/a mediante sua alienação. Nesse processo, visto que o homem e a mulher se relacionam com o produto de seu trabalho como um objeto estranhado, este produto é apossado por outra pessoa mediante uma relação de senhorio, de modo que a acumulação do capital tem permanecido entre os grupos detentores de poder econômico e político.

Desse modo, tem-se que o desempenho das necessidades do capital gera pobreza, ou seja, esta consiste numa condição intrinsecamente relacionada ao capitalismo[41] e à sua consequente produção de mais-valia. Quanto mais o/a trabalhador/a dispende energia executando o seu trabalho e, consequentemente, o nível de geração e acúmulo de riqueza é aumentado, mais se agrava o nível de pobreza. Ou seja, "o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão" (MARX, 2009, p.80).

Como tais necessidades variam de acordo com a sociedade, pesquisadores/as sobre esta temática, com destaque para Townsend (1962), diferenciaram a pobreza entre relativa e absoluta. Assim, enquanto a última "está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física", "ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital", a pobreza relativa, por sua vez, "define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão" (ROCHA, 2006, p.11). Ao se analisar pobreza, deve-se atentar à dinâmica da sociedade; por exemplo, a condição de pobre em um país desenvolvido é diferente da verificada num país subdesenvolvido. "No Brasil, o conceito operacionalmente relevante é o de pobreza absoluta, já que um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas" (ROCHA, 2006, p.43).

A pobreza neste país, e no continente latino-americano, de modo geral, apresenta peculiaridades que precisam ser consideradas, pois, segundo O'Donnell (1999, p.69), "A situação social da América Latina é um escândalo[42]". De acordo com Fernandes (1981), o capitalismo desenvolvido no Brasil é de caráter dependente, ou seja, organizado de maneira em que a elite do país, submetida à burguesia internacional, garante benefícios da modernidade apenas para o seu grupo, constituído como minoria do país. A maioria da população, por sua vez, compartilha da destituição de direitos mínimos, como educação, saúde, moradia, trabalho etc.

Por meio dessa associação assimétrica entre a burguesia nacional e a internacional, as práticas desta última são baseadas em expropriação e exploração do país dependente,

[41] Salienta-se que mesmo antes do surgimento do capitalismo havia situações de pobreza, pois sempre houve grupos que buscavam se destacar na sociedade, mesmo que isso significasse a superexploração de outros/as.
[42] "La situación social de América Latina es un escándalo."

especialmente os/as trabalhadores/as, os/as quais, mediante trabalho alienado e superexplorado, geram mais-valia para as duas burguesias, num processo não de autonomia, mas de heteronomias, em que as relações, incluindo os conflitos, são realizadas entre classes sociais, e não nações (FERNANDES, 1981).

3.3 Interligação entre pobreza e desigualdade social

A situação de pobreza, por sua vez, está umbilicalmente associada à desigualdade social, pois, conforme Demo (2003) também observou, a pobreza consiste em expressão de uma realidade em que os bens necessários à sobrevivência são privilégios de um grupo minoritário, ao passo os/as demais sofrem as consequências injustas desse processo de acumulação.

De acordo com Cattani (2018), a concentração de riqueza tem se aumentado nas últimas décadas, sem que haja esforços efetivos para diminui-la. Essa situação, que deveria ser vista como injusta, ao contrário, tem se perpetuado sem muita pressão de caráter revoltoso e denunciativo, sob a ideia, de base meritocrática, segundo a qual a riqueza é fruto de muito esforço e trabalho e, portanto, não está relacionada à pobreza.

No entanto, "a riqueza concentrada está sempre associada a privilégios e, muitas vezes, ligada a fraudes, corrupção, sonegação e outros crimes, além da velha conhecida exploração do trabalho" (CATTANI, 2018, p.11). Desse modo, a concentração de renda é uma afronta à democracia e impede a existência de sociedades livres, justas e autônomas.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e não apenas na atualidade, pois sua concentração de renda entre as pessoas com maiores rendimentos é uma constância antiga. Salama (2002) já constatou que a dinâmica de globalização e neoliberalismo, ao contrário da promessa de reduzir as desigualdades econômicas mundiais, potencializou um vertiginoso aumento destas. Em seus estudos, constatou que "a liberalização da economia nos anos 90 não diminuiu as desigualdades entre as rendas do trabalho nas economias latino-americanas" (SALAMA, 2002, p. 33). À medida que o processo de financeirização aumenta, tem-se uma acentuação da desigualdade social, principalmente entre trabalhadores/as que têm qualificação e os/as que não têm, num contexto de aumento do desemprego (SALAMA, 2002).

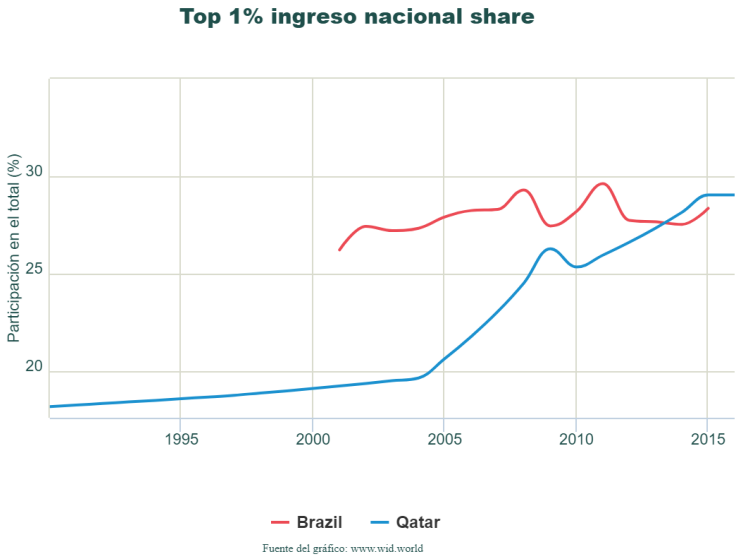
Em 2018, Piketty e seus/suas colaboradores/as divulgaram dados sobre a desigualdade social no mundo, através de um estudo realizado com 59[43] países, e o Oriente Médio, desde

[43] Os países foram os seguintes: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bahrein, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa do Marfim, Dinamarca, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha,

1870 até 2016. Nem todos os países tinham dados disponíveis para todos esses anos, a exemplo do Brasil, sobre o qual só foi possível ser analisado a partir de 2001. O estudo utilizou dados disponíveis sobre contas nacionais, dados de pesquisa, dados fiscais e rankings de riqueza[44]. Os dados desta pesquisa estão armazenados na plataforma World Wealth and Income Database (Base de dados mundial sobre Riqueza e Renda).

Considerando a renda do 1% mais rico de cada país, o Brasil foi avaliado, em 2015, como o segundo mais desigual, em que 28,35% de sua renda está concentrada neste grupo populacional. O Brasil perdeu o posto de primeiro mais desigual apenas para Qatar, cuja porcentagem foi 29,03%, muita próxima inclusive. O gráfico a seguir mostra mais nitidamente a comparação entre a desigualdade no Brasil e em Qatar.

Gráfico nº 2: Porcentagem de renda do 1% mais rico no Brasil e em Qatar



Fonte: World Wealth and Income Database.

O *Informe sobre la desigualdade global* revela que, conforme em dados de 2016, os/as 10% mais ricos/as no Brasil têm posse de 55% da renda nacional. Nessa mesma pesquisa, o

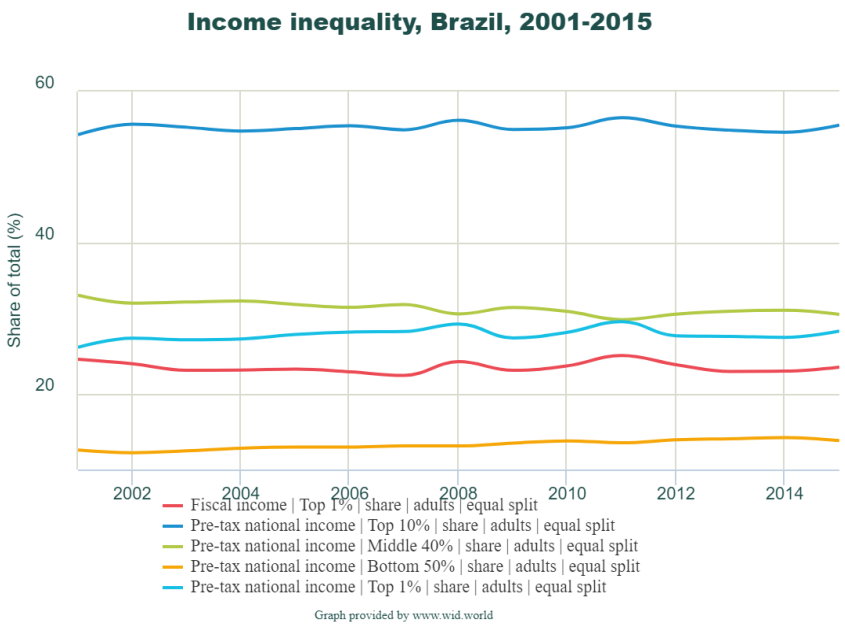
Estados Unidos da América, Finlândia, França, Gana, Iémen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Irlanda, Itália, Japão, Jordânia, Kênia, Coreia, Kuwait, Líbano, Malásia, Maurício, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Omã, Países Baixos, Palestina, Polônia, Portugal, Qatar, República Árabe da Síria, República Checa, Reino Unido, Rússia, Seychelles, Singapura, Suécia, Suíça, Taiwan, Tanzânia, Turquia, Uganda, Uruguai, Zâmbia, Zimbábue. Os demais ficaram de fora devido à limitação de dados sobre a temática investigada, ou de os apresentarem de um modo em que não é possível compará-los internacionalmente. Essa ausência de dados sobre renda e riqueza consiste num maiores desafios ao exercício da democracia, uma vez que não há transparência sobre os rendimentos do país, incluindo sua origem, posse e áreas em que são investidos.

[44] A plataforma World Wealth and Income Database foi criada e organizada por pesquisadores/as de diferentes partes do mundo, a qual, ao disponibilizar dados e análises sobre diferentes países, contribui para o entendimento da desigualdade social no mundo.

Oriente Médio foi apontado como a região mais desigual do mundo, em que os/as 10% mais ricos/as têm posse de 61% da renda. De modo geral, desde a década de 1980, a desigualdade econômica tem aumentado mundialmente (PIKETTY el al, 2018). Uma das conclusões apresentadas neste Informe é que "se no futuro as condições atuais se mantiveram sem mudanças, a desigualdade em escala mundial continuará crescendo[45]" (PIKETTY el al, 2018, p. 14, tradução nossa).

O Brasil não é apenas um dos países mais desiguais do mundo, mas também um dos que se tem mantido estável em sua alta desigualdade social ao longo dos anos, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico nº 3: Desigualdade social no Brasil ao longo dos anos



Fonte: World Wealth and Income Database.

Conforme se observa, o grupo dos/as 10% mais ricos/as do país manteve sua concentração da renda alta, sofrendo um aumento de 54,3% em 2001 para 55,6% em 2015. Situação semelhante se verifica com o 1% da população mais rica, cuja porcentagem em sua posse variou de 26,2% em 2001, para 28,3% em 2015. O grupo dos 40% que se encontra no meio também manteve estabilidade na posse da renda do país, com uma leve diminuição de 33,1% em 2001 para 30,6% em 2015. Por outro lado, metade da população tem detido a

[45] "Si en el futuro las condiciones actuales se mantuvieran sin cambios, la desigualdad a escala mundial continuaría creciendo."

menor quantia da renda e, quando se compara 2001 com 2015, houve apenas um pequeno aumento, de 12,6% para 13,9%, respectivamente.

Esses dados indicam que a desigualdade sócio-econômica no Brasil é caracterizada pela estabilidade e que, por mais que tenha havido melhorias na qualidade de vida dos/as mais pobres, a distância abissal entre o grupo que ganha mais e o que ganha menos ainda permanece grande. A desigualdade no Brasil não mudou entre 2001 e 2015, constatando que as políticas de distribuição de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ainda não foram suficientes para diminuir a situação desigual no Brasil[46].

Semelhantemente, uma das conclusões do estudo de Souza (2016) é que o Brasil, pelo menos no período por ele analisado, de 1926 a 2013, apresenta uma alta concentração dos rendimentos na fração do 1% mais rico do país, tomando como base analítica dados do imposto de renda. Além da ênfase na construção e aplicabilidade de políticas públicas, Piketty et al (2018) defende que uma forma de combate significativo à desigualdade social é através do aumento da tributação para os indivíduos que tenham maiores rendas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil está na 9ª posição como o país mais desigual do mundo, dentre 189 países, tomando como base o índice de Gini (PNUD, 2018a). O alto nível de desigualdade social no país também foi constatado pela Oxfam, principalmente no que se refere aos anos 2017 e 2018, em que foi constatado retrocesso na diminuição das desigualdades sociais e, ao contrário, houve aumento da desigualdade de renda do trabalho (OXFAM BRASIL, 2018). Em 2016 e 2017 o Índice de Gini não sofreu redução, o que sequenciou a primeira estagnação em 15 anos, período em que sempre houve queda em relação ao ano anterior.

O panorama brasileiro também é de retrocesso referente à mortalidade infantil, pois em 2016 apresentou um aumento em sua taxa que não ocorria desde 1990 (OXFAM BRASIL, 2018). Nesse período, o IDH do Brasil se manteve praticamente igual, 0,744 em 2013 (PNUD, 2014), 0,754 em 2015 (PNUD, 2016) e 0,759 em 2017 (PNUD, 2018b), na posição inalterada, 79ª, numa lista de 187 países no primeiro ano, 188 no segundo e 189 no terceiro.

A pesquisa da Oxfam também constatou que enquanto a renda dos/as mais ricos/as têm aumentando, a dos/as mais pobres tem diminuído. A discrepância de renda também pode ser avaliada através do recorte racial, pois, com base em dados de 2016 e 2017 do IBGE, a renda dos/as brancos/as era menor que a dos negros/as, tanto entre os/as pobres quanto entre os/as ricos/as. Semelhantemente, a renda entre homens e mulheres tem permanecido desigual

[46]http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1916858-desigualdade-no-brasil-nao-caiu-desde-2001-aponta-estudo.shtml

e, comparando os anos 2016 e 2017, com base em dados do IBGE, observa-se o primeiro aumento em 23 anos na discrepância de renda entre essas duas categorias. Pernambuco foi identificado como um dos estados mais desiguais do Brasil (OXFAM BRASIL, 2018).

Constata-se, no país, uma maior arrecadação tributária sobre bens e serviços e menos sobre bens e patrimônio, de modo que as pessoas mais pobres são responsáveis pelo maior pagamento de impostos. Porque esses impostos estão embutidos nos produtos e serviços e são repassados a todas as pessoas, independentemente de serem ricas ou pobres (OXFAM BRASIL, 2018).

O sistema tributário brasileiro não considera a capacidade contributiva de cada brasileiro/a, visto cobrar altos impostos para quem dispõe de pouca renda e baixos impostos para quem tem muita. De acordo com dados da OCDE, considerando os membros e aliados desta instituição, a média de tributos sobre renda e patrimônio é de 40% da carga tributária bruta. No Brasil, os impostos arrecadados através desta modalidade correspondem a aproximadamente 22% do total. Em relação aos impostos advindos de bens e consumo, enquanto a média aproximada para o restante dos países é mais inferior, correspondendo ao valor aproximado de 33%, no Brasil quase 50% dos impostos pagos se referem a esta modalidade (OXFAM BRASIL, 2018). Semelhantemente, Pikkety et al (2018) constataram que a quantidade de impostos arrecadados sobre a renda, tais como herança, não consiste num número relevante no contexto amplo da tributação dos países de elevada desigualdade social.

A conjunção de todos esses fatores, somados a outros que conformam a realidade brasileira, demonstram que os níveis de desigualdade social no Brasil, além de permanecer em altos patamares, têm aumentado (OXFAM BRASIL, 2018).

Uma das medidas fundamentais para reduzir as desigualdades sociais no Brasil consiste em priorizar mudanças na política fiscal (OXFAM BRASIL, 2018; PIKKETY ET AL, 2018). Nesse sentido, o foco deve ser no aumento da arrecadação através do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e do imposto sobre patrimônio, com exceção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que já é muito alto e regressivo. Também deveria haver diminuição nos tributos sobre bens e serviços e em relação à folha de pagamentos, bem como aumentar os impostos sobre transações financeiras (OXFAM BRASIL, 2018).

Ao mesmo tempo, o governo deveria investir em gastos sociais como saúde e educação, para que as pessoas tenham melhor qualidade de vida sem comprometer sua renda, pois tal investimento é responsável pela melhor distribuição da riqueza, identificada na maior redução do Índice de Gini. E as transferências diretas, tais como o Programa Bolsa Família,

deveriam continuar, para que as pessoas beneficiadas possam ter oportunidade de se organizarem para sair dos marcos da pobreza (OXFAM BRASIL, 2018).

Dessa maneira, o país caminharia para uma reforma tributária progressiva (OXFAM BRASIL, 2018). "A tributação progressiva não apenas reduz a desigualdade de maneira direta, mas também diminui os incentivos para capturar frações crescentes de renda e de riqueza, ao limitar sua magnitude[47]" (PIKETTY ET AL, 2018, p.15).

Na contramão dessas propostas, alguns retrocessos têm sido identificados no Brasil. Em 2016, foi aprovada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece um teto para controle de gastos públicos por 20 anos, a partir de 2017, denominada de PEC 55 na Câmara dos Deputados e PEC 241 no Senado. Sob o argumento de um ajuste fiscal para evitar crises econômicas, esta PEC tem dificultado investimentos públicos em áreas como saúde e educação. Desse modo, há uma forte tendência para que medidas como estas ocasionem o aumento da desigualdade social.

Por conseguinte, a pobreza no Brasil não é decorrente de escassos recursos ou ausência de riqueza nacional, pois este país apresenta um PIB próximo ao de países de desenvolvimento capitalista avançado. Mas, é resultante da extrema desigualdade social atrelada à ineficiência de políticas públicas para combater esta situação, sendo, portanto, uma questão política (IVO, 2008; PEREIRA, 2006). Outrossim, "as desigualdades são indispensáveis para o bom funcionamento do sistema capitalista" (CATTANI, p.547, 2009). A existência de pessoas em situação de rua, no Brasil, denota essa desigualdade, definida como uma "escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes" (NASCIMENTO, 2003, p. 58).

Indivíduos pertencentes a classes sociais mais despossuídas, como as pessoas em situação de rua, apresentam grande dificuldade em percorrer trajetórias empregatícias e educacionais que os levem a desfrutar de condições de vida mais satisfatórias. É possível considerar que estas pessoas sejam constituídas a partir do que Souza (2012a) denomina *habitus* precário, caracterizado pela ausência de predisposições psicossociais que refletem "na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das precondições cognitivas" adequadas para atender demandas geradas pelo contexto em que se está inserido, no caso, o capitalismo (SOUZA, 2012a, p.171).

São os estilos de vida, portanto, que funcionam como marcadores para o acesso a diferentes oportunidades. Em função da maneira como se constituíram ao longo de sua vida,

[47] "La tributación progresiva no sólo reduce la desigualdad de manera directa, sino que también disminuye los incentivos a capturar fracciones crecientes de ingreso y de riqueza, al limitar su magnitud".

há um grupo significativo de pessoas no Brasil, no qual se incluem as pessoas em situação de rua, que são consideradas inaptas ao mercado de trabalho formal, pois carecem de requisitos essenciais a este, a exemplo da disciplina e da aparência organizada. Constituídas dessa maneira, são, de acordo com Souza (2009, 2012b), denominadas provocativamente de "ralé", ralé estrutural. Sendo estrutural, não se trata de algo pontual e passageiro, como efeito de uma conjuntura, todavia compõe o alicerce que estrutura a sociedade brasileira. Ademais, esta situação de desigualdade social, como mostra Souza, é vista como algo natural, num contexto de produção e reprodução da pobreza e desta desigualdade.

Segundo Piketty (2014), em todas as sociedades a desigualdade da renda consiste na resultante de dois tipos de desigualdade, uma em função do trabalho e outra devido ao capital. A primeira refere-se à desigualdade de salários, enquanto a segunda é relacionada à desigualdade de heranças, de propriedades, e do processo dos mercados financeiros e imobiliários. O autor argumenta que, na maioria das sociedades, a desigualdade de capital mostra-se mais significativa. No caso das pessoas em situação de rua, seu grau extremo de pobreza é causado tanto pela desigualdade de trabalho, quanto pela de propriedade, uma vez que, segundo Carvalho (2008), a gravidade da desigualdade social no Brasil é tão grande que gera altos níveis de pobreza, incluindo a miséria. E essa desigualdade tende a ser naturalizada, num processo de produção e reprodução de acesso diferenciado às oportunidades.

O entendimento da complexidade da desigualdade social deve considerar a dinâmica e os interesses de classe, visto que os/as desfavorecidos/as na balança dessa desigualdade, os/as subalternos/as, compartilham de diversos prejuízos em sua qualidade de vida. Enquanto categoria analítica, o conceito de classe social utilizado neste trabalho é ancorado na perspectiva marxista, em diálogo com Thompson, para o qual a classe social não é uma categoria abstrata desvencilhada da realidade concreta, porém é fruto de relações e tensões históricas vivenciadas pelos indivíduos, uma resultante de experiências partilhadas em comunidade. De acordo com Thompson (2001, p.277), "classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas", num processo histórico de luta de classes.

A classe, na perspectiva adotada aqui, define-se como um grupo de pessoas que compartilham modos de vida semelhantes, constituindo-se através de uma identidade que as diferenciam de outros grupos, possibilitando inserções culturais diferenciadas, numa dinâmica condicionada tanto pelo modo de produção e detenção do capital, quanto pela cultura, pela política e pelos espaços sociais de modo geral. Segundo Wright (2015), nessa abordagem

leva-se em consideração tanto a propriedade ou não dos recursos, quanto a apropriação dos resultados advindos destes. Ademais, "o que você *tem* determina o que você *obtém*", e "o que você *tem* determina o que você *tem que fazer para obter o que obtém*" (WRIGHT, 2015, p.36, grifos do autor).

A exploração, por sua vez, é o mecanismo gerador dessas duas condições, a qual opera a partir de relações de interdependência profunda, em que "o bem-estar material dos exploradores depende de forma causal das privações materiais dos explorados", tornando os interesses desses/as atores/atrizes não apenas diferentes, mas antagônicos (WRIGHT, 2015, p.39). Essa situação, portanto, ocorre porque os recursos produtivos não são acessíveis de maneira igualitária, pois, enquanto os/as explorados/as são destituídos/as dos mesmos, os/as exploradores/as os detém e controlam seu uso, o que força os/as primeiros/as a venderem sua força de trabalho por preços baixíssimos, reproduzindo a reificação própria do capitalismo.

A coisificação do trabalho e os consequentes níveis de pobreza são de grande interesse dos detentores de capital, os quais tendem a se beneficiar porque, além de no geral serem detentores dos meios de produção, tem relações privilegiadas com o Estado, através das quais conseguem se valer de vias legais para manterem a exploração. Portanto, entre o polo explorador e o explorado, considerando todas as nuances entre esses dois lados, há um intenso e constante conflito de interesses irreconciliáveis, os quais são desenvolvidos a partir do compartilhamento de experiências cotidianas similares. Essas experiências podem gerar o reconhecimento de objetivos comuns entre um grupo e, também, o sentido de pertencimento a uma classe social.

Para compreender a formação da sociedade de classes no Brasil é imprescindível a análise do difícil processo de integração do/a negro/a (FERNANDES, 1978), cuja importância aqui se justifica porque "a proporção de negros (...) é substancialmente maior na população em situação de rua" (BRASIL, 2008a, p.7), a qual compõe de forma significativa o grupo de trabalhadores/as que estão na *reserva*, isto é, à espera de inserção empregatícia (CARDOSO, 2017).

Com a abolição da escravatura, não houve significativas práticas de inclusão dos/as ex-escravos/as na sociedade capitalista (de classes), sendo, inclusive, preteridos/as aos/às imigrantes. "Homens e mulheres continuavam 'escravos da necessidade'" (CARDOSO, 2010, p.74, grifo do autor), realizando as piores modalidades de trabalho, em termos de baixos salários e precárias condições laborais no geral (FERNANDES, 1978). Eram, portanto, os "elementos residuais do sistema social" (FERNANDES, 1978, p.46), em situações de extrema

pobreza, miséria e desigualdade social, dinâmica que configurou a formação de um grupo populacional excedente não absorvido pelo capitalismo dependente (MOTTA, 2012).

Essa situação persiste até os dias atuais, impactando na grande dificuldade que os/as negros/as enfrentam para ingressarem no mercado de trabalho (HASENBALG, 1979; BAIRRO, CASTRO & SÁ BARRETO, 1990; CACCIAMALI & HIRATA, 2005; ABRAMO, 2006; SILVA, 2010; SANTOS & SCOPINHO, 2011; MARTINS, 2012; DIEESE & SEADE, 2018; GOMES ET AL, 2019). Desempregadas ou vinculadas a empregos precários, essas pessoas estão mais dispostas a enfrentar situações de humilhações adversas, com forte prejuízo no exercício da autonomia. Salienta-se que as relações sociais não se baseiam unicamente no trabalho, mas também nos lazeres e na participação na cultura de modo geral. Todavia, para a grande maioria, é a partir do trabalho que as pessoas conseguem inserção em espaços como os mencionados, à exceção de um pequeno agrupamento populacional que desfruta da maior parcela de riqueza mundial e de outros/as "que aceitam suportar o opróbrio social" ficando distantes do trabalho e da renda advinda dele (CASTEL, 1998, p.578).

Uma vez que o mundo está cada vez mais globalizado, as experiências e modos de organização social também tendem a se globalizar. Não é diferente com a pobreza. Compreender a pobreza que envolve as pessoas em situação de rua em Recife é uma tarefa que exige esforço intelectual para atrelar esta realidade com a dinâmica do Brasil e deste com o resto do mundo, numa análise detalhada e acurada que ultrapasse os limites locais e nacionais.

Considerando que mundialmente o capitalismo tem se sobressaído como um sistema organizador do modo de produção, do consumo e também das experiências culturais e individuais, é necessário que a análise sobre a pobreza leve em conta esse processo complexo. As estratégias para acabar com a pobreza e as desigualdades sociais também devem ser empreendidas em escala internacional, através, segundo Piketty (2018), de ações diretas como a implementação de políticas públicas efetivas e a transparência de informações das atividades econômicas.

Inseridas nesse contexto de pobreza e desigualdade social, estão as pessoas em situação de rua.

3.4 Pessoas em situação de rua enquanto reflexo da pobreza e da desigualdade social

Presentes nas principais cidades do mundo, inclusive em países economicamente ricos como os Estados Unidos da América, as pessoas em situação de rua são vistas pela maioria da

população como parte integrante da paisagem social, motivo pelo qual muitas vezes são naturalizadas pelos transeuntes, tanto turistas como moradores/as da localidade. Sua presença geralmente tem uma notabilidade maior quando são encaradas como possível ameaça à segurança ou incômodo pela sua aparência e cheiro não condizentes com os padrões de higienização e estética compartilhados pela sociedade em geral. Dificilmente são classificadas como trabalhadoras, mas quase sempre como pedintes.

As pessoas em situação de rua consistem num agrupamento de pessoas difícil de ser conceitualizado, visto que formam um grupo composto por indivíduos provenientes de diversos contextos, motivados por diferentes questões a encararem a vida nas ruas como alternativa. Ainda assim, apresentam alguns elementos em comum, como a pobreza extrema (SILVA, 2009), a precariedade nos vínculos familiares, que podem estar fragilizados ou mesmo interrompidos (ESCOREL, 1999; SILVA, 2009), bem como a

> a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saídas das ruas (SILVA, 2009, p 136).

Ademais, as pessoas em situação de rua comungam "a ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho" (BRASIL, 2008b, p. 8). Portanto, trata-se de pessoas que entram nessa circunstância devido ao desemprego ou mesmo subemprego, agregados a fatores de caráter mais individual, tais como conflitos familiares. E, considerando que "as pessoas ocupam espaços e têm de viver na terra em algum lugar e de alguma forma" (Harvey, 2011, p. 122), há algumas que vivem nas ruas. Essas pessoas também apresentam frágeis vínculos familiares e de pertencimento comunitários.

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)[48] realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua para compreender as principais características dessas pessoas e, dentre outros resultados, apresentou os principais motivos

[48] O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou esta pesquisa em 71 cidades brasileiras, entre agosto de 2007 a março de 2008. As cidades Recife, São Paulo e Belo Horizonte não participaram da amostra, por já terem desenvolvido pesquisas semelhantes em anos anteriores. E Porto Alegre também não participou devido ao fato de estar envolvida numa pesquisa de cunho municipal. Depois que Michel Temer assumiu a presidência, ainda durante seu governo interino logo após o Golpe, este ministério foi fundido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, compondo o Ministério Social, cujo objetivo passou a ser lidar com a reforma agrária e os problemas sociais. Após o impeachment e continuação do Governo de Temer, essas mudanças se mantiveram. No Governo Bolsonaro, este ministério passou a se denominar Ministério da Cidadania, ao qual foi incorporado o Ministério do Esporte, o da Cultura e o do Trabalho.

para o ingresso na situação de rua, cujas porcentagens são as seguintes: problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Desse modo, os resultados induzem à conclusão de que o fator preponderante para a entrada na situação de rua consiste no uso de álcool e/ou drogas.

No entanto, ao analisar pormenorizadamente a metodologia da pesquisa, conforme o fez Costa (2009), constata-se problemas significativos no modo como a questão que gerou esses dados foi elaborada. A pergunta foi a seguinte: "Quais os principais motivos pelos quais você passou a viver / morar na rua / albergue?". Em seguida, as alternativas apresentadas eram: "1 – Perda de moradia; 2 – Ameaça/Violência; 3 – Problemas com pai/mãe/irmãos; 4 – Separação/Decepção Amorosa; 5 – Alcoolismo/Drogas; 6 – Desemprego; 7 – Trabalho; 8 – Tratamento de Saúde; 9 – Preferência/Opção própria; 10 – Outro: _____; 11 – Não sabe/Não lembra; 12 – Não respondeu" (COSTA, 2009, p. 80).

Conforme se observa nas alternativas, enquanto há itens correlacionados que estão separados, há outros que estão agregados, o que gera resultados enviesados. No primeiro caso, têm-se as opções 6 e 7 e as 3 e 4. É justamente por conta desses problemas que o item 5, que agregou "Alcoolismo" e "Drogas", foi o que mais se destacou, o que provavelmente teria sido diferente se estivesse desmembrado. Da mesma forma, os resultados também teriam sido diferentes se "Problemas com pai/mãe/irmãos" e "Separação/Decepção Amorosa", por um lado, e "Desemprego" e "Trabalho", por outro, estivessem articulados. Em suma, de acordo com Costa (2009), esta pesquisa contribui para o estigma a que são submetidas essas pessoas, por lhes serem constantemente atribuído o uso de álcool e/ou outras drogas como motivo para estarem nem situação de rua.

Segundo Vieira et al. (2006), a realidade desse grupo se verifica de três maneiras: ficar na rua, que se refere a uma situação circunstancial; estar na rua, consistindo numa situação recente; ser da rua, atinente à moradia nas ruas de modo quase definitivo. Sob essas características, essa população é composta por pessoas de ambos os sexos e de idades variadas, incluindo desde crianças recém-nascidas até idosos/as.

Há algumas que possuem transtorno mental. Também se verifica o consumo de álcool e outras drogas. Esse último aspecto muitas vezes é apontado erroneamente como uma das principais causas para a situação de rua. Entretanto, muitos/as integrantes dessa população fazem uso dessas substâncias depois que já estão nas ruas, sobretudo para mitigar o sofrimento vivenciado cotidianamente, a exemplo da fome e a frustração por não conseguir um emprego e/ou atendimento da Assistência Social.

As pessoas em situação de rua, em sua grande maioria, vivem em zonas urbanas, em decorrência das facilidades encontradas neste local para sua sobrevivência. No último censo nacional do IBGE, realizado em 2010, 84,4% da população brasileira viviam em zonas urbanas. Para o Nordeste, o quantitativo ficou marcado em 73,1%. Os dados mostram que o processo de urbanização tem crescido no país. Em 2000, o censo identificou a porcentagem de 81,2% de área urbanizada no país e, em 1991, 75,6%. O aumento também foi identificado na região nordeste, cujos números foram 69,1% e 60,7% respectivamente (IBGE, 2011). Ao passo que ocorre esse crescimento, o quantitativo de pessoas em situação de rua no país também se eleva, conforme é demonstrado pelos poucos e limitados censos sobre esta população realizados nas principais cidades onde esse público vive.

A ONU define a situação de rua da seguinte maneira:

> A situação de rua é uma crise global de direitos humanos que requer uma resposta global urgente. Vem afetando todos os contextos socioeconômicos – as economias desenvolvidas, emergentes e em desenvolvimento, na prosperidade e austeridade. Trata-se de um fenômeno diverso, que afeta diferentes grupos de pessoas de diferentes maneiras, mas com características comuns. É um sintoma da incapacidade dos governos 2 de reagir às crescentes desigualdades entre as rendas, a riqueza e o acesso à terra e à propriedade, bem como incapacidade de dar uma resposta efetiva aos problemas da migração e da urbanização. A situação de rua se produz quando a moradia é tratada como uma mercadoria e não como um direito humano (ONU, 2015, p. 2).

O quantitativo de pessoas nesta situação costuma ser alto e tende a aumentar na maioria dos lugares, como se verifica através dos dados apresentados a seguir como exemplos. Nos Estados Unidos da América, o número aumentou. Tomando os estados da Califórnia e de Nova York, em 2017 foram contabilizadas 134.278 e 89.503 pessoas, respectivamente. No estado de Nova York, a maioria das pessoas em situação de rua está na cidade Nova York, a saber: 76.501[49]. Também em 2017, na Cidade do México, foram contabilizados 6.734[50]. No mesmo ano, em Buenos Aires, foi realizado o Primeiro Censo Popular de Pessoas em Situação de Rua, que identificou 4.394 pessoas nessa situação[51].

Na Europa, uma das instituições que analisam a situação das pessoas em situação de rua no continente e propõe mudanças a este público é a Federação Europeia de Associações

[49] Dados da Aliança Nacional para o fim da Situação de Rua (National Alliance to end Homelessness). Esta é uma organização sem fim lucrativo que, através da elaboração de dados e pesquisas, pretende contribuir para o fim da situação de rua nos Estados Unidos da América. Para maiores informações: https://endhomelessness.org/

[50] Censo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Secretaría de Desarrollo Social – SEDESO) da Cidade do México.

[51] Para maiores informações, consultar o documento intitulado "Presentación del Informe del Primer Censo Popular de Personas en Situación de Calle" (Apresentação do Informe do Primeiro Censo Popular de Pessoas em Situação de Rua), disponível em: http://observatoriociudad.org/?s=noticia&n=143

Nacionais que trabalham com as pessoas em situação de rua (FEANTSA)[52], segundo a qual este público tem crescido na maioria dos países, à exceção da Finlândia, que diminuiu em 18% o número de pessoas em situação de rua, de 2009 a 2016, demonstrando ser o único país, dentre os pesquisados, que conseguiu executar medidas para acabar com a situação de rua em seu território (FEANTSA & FOUNDATION ABBÉ PIERRE, 2018).

A seguir, um quadro que demonstra o quantitativo de pessoas em situação de rua na Europa.

Quadro nº 3: Pessoas em situação de rua na Europa

PAÍS	ESTATÍSTICA	FONTE	PERÍODO
Alemanha	860.000	Bag Wohnungslosenhilfe e.V.	2016
Áustria	15.090	Austrian Ministry of Social Affairs	2016
Bélgica	3.386	La Strada	2016 - 1 noite de novembro
Dinamarca	6.635	The Danish National Centre for Social Research	2017 - 1 semana
Espanha	16.437 – Média de pessoas acolhidas, por dia, em abrigos de emergência.	Spanish National Institute of Statistics	2016
Finlândia	6.644 pessoas e 325 famílias em situação de rua. Destes, 5.455 vivem em casa de amigos ou parentes e 425 foram encontrados dormindo nas ruas ou em abrigos emergenciais.	The Housing Finance and Development Centre of Finland (ARA)	2016 - 1 noite de novembro
França	20.845 – Número de pessoas que ligou para o serviço de emergência do país	Fédération des Acteurs de la Solidarité, Barometer of 115 emergency calls	2017 – 1 mês – junho-julho
Grécia	17.000 - na província Ática 500.00 - de acordo com a Tipologia ETHOS.	INE Observatory	2015
Hungria	10.206 – dormindo nas ruas ou em abrigo de emergência	Budapest Methodological Centre of Social Policy (BMSZKI)	2016 - 1 noite de fevereiro
Irlanda	8.857 – em acomodações de emergência do Estado	Department of Housing, Planning and Local Governmen	2017 - Novembro
Itália	50.724 – número de pessoas que requereram assistência como comida, abrigo e instalações de banho	ISTAT	2014 – 1 mês entre novembro e dezembro
Lituânia	4.569 – em abrigos de emergência e acomodações temporárias	Statistics Lithuania	2016 – 1 noite
Luxemburgo	2.763 – em acomodações dos serviços de cuidado a adultos.	Luxembourg Ministry of Family Affairs, Integration and the Greater Region	2017 – 1 dia em março

[52] Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri.

Países Baixos	60.120 – em acomodações de emergência	Federatie Opvgang	2016
Polônia	33.408 – 6.508 dormindo nas ruas e 26.900 em abrigos emergenciais	Polish Ministry of Family, Labour and Social Policy	2017 – 1 noite em fevereiro
República Checa	68.500 119.000 pessoas estão em risco de perder suas casas	Federatie Opvgang	2016
Reino Unido – Inglaterra	4.751 - dormindo nas ruas 78.170 – acomodações temporárias	Department for Communities and Local Government (DCLG)	2017 – 1 noite em março
Reino Unido - Irlanda do Norte	18.628	Department for Communities	2015-2016
Reino Unido – Escócia	17.797 pedidos de assistência às pessoas em situação de rua 10.899 lares em acomodações temporárias	Scottish Statistics	2017 – abril a setembro
Reino Unido – País de Gales	7.128 famílias consideradas em risco de estar em situação de rua em 56 dias. 6.891 famílias em situação de rua.	Welsh Government	2015-2016
Suécia	33.250 – segundo a tipologia ETHOS Neste quantitativo, 5.935 dormindo nas ruas ou em abrigos emergenciais	Ministry for Health and Social Affairs	2017 – 1 semana

FONTE: Dados provenientes de FEANTSA e FOUNDATION ABBÉ PIERRE (2018).

A Global Homelessness Statistics[53] apresenta dados sobre a realidade da situação de rua em todos os continentes, conquanto haja limitações, pois as informações são concedidas pelos países, que apresentam metodologias próprias.

Vale salientar que a apresentação desses dados aqui é apenas ilustrativa do quantitativo desta população ao redor do mundo e que eles não são suficientes para uma análise comparativa entre os diferentes países e as cidades, pois cada levantamento tem sua metodologia própria, inclusive no modo de conceituar o fenômeno "pessoas em situação de rua".

No Brasil, os dados referentes às pessoas em situação de rua ainda são limitados. O IBGE, instituição que realiza censos nacionais, adota a metodologia domiciliar e como essas pessoas não possuem domicílio, não são incluídas em suas pesquisas, apesar deste instituto realizar censos desde 1872. Por mais que haja pesquisas isoladas para conhecimento desse público, à exceção da Pesquisa Nacional de 2008, com todas suas limitações, ainda não há um estudo nacional abrangente desta população. Neste ano, foram contabilizadas 31.922 pessoas em situação de rua com mais de 18 anos de idade. Este levantamento se restringiu a 71 cidades brasileiras. Recife, São Paulo e Belo Horizonte ficaram de fora por já terem realizado

[53] Ver: https://homelessworldcup.org/homelessness-statistics/

levantamentos parecidos em anos recentes e Porto Alegre por estar participando de uma pesquisa municipal (BRASIL, 2008a). Em 2015, o IPEA, de posse de dados de 1.924 municípios do país através do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), estimou que neste ano houvesse 101.854 pessoas em situação de rua (NATALINO, 2016).

Em relação aos números atuais, o quadro a seguir traz alguns exemplos de pesquisas realizadas em diferentes cidades brasileiras.

Quadro nº 4: Quantitativo de pessoas em situação de rua em diferentes cidades do Brasil

CIDADE	NÚMEROS	PERÍODO	FONTE
São Paulo	15.905, sendo 7335 na rua e 8570 acolhidas.	Fevereiro a março de 2015	São Paulo (2015)
Belo Horizonte	4.553	2017	Fontes (2018)[54]
Belém	822	2015 e 2016	FUNPAPA (2018)
Brasília	Entre 3.000 e 6.000	2017	Leite (2018)
Rio de Janeiro	4.628	2018	SMASDH & IPP (2018)
Salvador	Entre 14.513 e 17.357	2016	Projeto Axé (2017)

FONTE: elaboração própria

Em Pernambuco não há números atuais, mas algumas iniciativas merecem destaque. O Centro Interuniversitário de Estudos da América Latina, África e Ásia (CIELA) realizou algumas contagens de meninos e meninas em situação de rua na Região Metropolitana do Recife, em 1991, 1993 e 1999 (MELLO, 1999). Também houve algumas contagens por parte da prefeitura. Em 2004, foram contabilizadas em Recife 653 pessoas em situação de rua (SILVA, 2006); em 2005, 1.390, das quais 888 eram adultas.[55] A diferença entre esses dois anos é porque em 2004 não foram contabilizadas as pessoas em situação de rua que estavam em casas de acolhida e em albergues. Em 2016, a Prefeitura do Recife entrevistou 945 pessoas em situação de rua em Recife.

A despeito da ausência de censos atualizados em Pernambuco, sabe-se que no Estado há 4.500 pessoas registradas no Cadastro Único e 7.285 atendidas nos Centros POPs de Recife (ARAÚJO, 2018). No âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua do Recife (atuando sob a Lei nº 18.503/2018), tem-se discutido a necessidade urgente de realizar um censo sobre esta população e a resposta de representantes do Estado é que não há recurso financeiro para esta

[54] Essas informações foram confirmadas em várias notícias publicadas na internet, a exemplo deste jornal citado. O Censo realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, por sua vez, não foi encontrado.
[55] http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php

finalidade. Como paliativo, a Prefeitura está realizando uma pesquisa limitada, iniciada, em agosto de 2019, a partir de uma contagem que abordará as pessoas em situação de rua apenas no horário das 23 às 4h da manhã para, posteriormente, extrair uma amostragem desses dados e realizar uma pesquisa mais qualitativa. No entanto, os resultados dessa pesquisa serão apenas sobre as pessoas em situação de rua que "dormem" nas ruas, excetuando-se, inclusive, a grande parte das crianças e adolescentes em situação de rua, que costumam ficar nas ruas no período diurno.

Desse modo, o Conselho de Direitos Humanos, baseados na Carta das Nações Unidas, ao reconhecer que

> o direito de uma moradia adequada não é realizada para muitos ao redor do mundo e que milhões continuam vivendo em moradias abaixo do padrão e que muitos mais estão em situação de rua ou em risco imediato de estar, bem como reconhecendo que esta situação deve ser encarada com urgência e mediadas imediatas pelos Estados devem ser tomadas, em acordo com os compromissos e obrigações de direitos humanos internacionais já existentes e com o suporte, onde for necessário, da comunidade internacional.

convida todos os países a assumirem o compromisso de modificar esta situação, inclusive em consonância com a Agenda 2030 (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 2018, p. 24[56]).

Em função de seu grande território, mas não apenas disso, o Brasil apresenta diferentes culturas e, por conseguinte, formas variadas de pobreza, pobreza extrema e desigualdade social, bem como diferentes modos de reagir a essas adversidades. O caso das pessoas em situação de rua é um exemplo dessa pobreza, que se constitui num fenômeno tipicamente urbano, peculiar às grandes cidades e metrópoles (VARANDA & ADORNO, 2004). Essas pessoas vivem em locais urbanos bastante movimentados, geralmente bairros centrais de importantes cidades, uma vez que nestes pontos suas chances de sobrevivência são maiores, por conseguirem mais facilmente maneiras de se alimentar e ganhar dinheiro, tanto em trabalhos quanto pedindo. Por se tratar de um fenômeno global, esta realidade também se verifica em outros países, como Bolívia (VELASCO, 2015), Argentina (ROSA, 2013), México (STRICKLAND, 2012) e Estados Unidos (BLAU, 1992).

A urbanização, por mais que seja uma contribuição importante ao desenvolvimento, tem sido planejada sobretudo para aumentar os níveis de crescimento econômico de uma localidade, de modo que a aparente falta de controle do crescimento desordenado das cidades

[56] "Concerned that the right to adequate housing is not realized for many throughout the world and that millions continue to live in substandard housing and millions more are homeless or at immediate risk of homelessness, and recognizing that this situation should be addressed by urgent and immediate measures by States, in accordance with existing international human rights commitments and obligations and with the support, where necessary, of the international community".

está vinculada ao projeto capitalista. "O 'anárquico' do crescimento urbano não é "caótico" em relação às necessidades de acumulação" (OLIVEIRA, 2013, p. 59). Consoante Prandi (1978, p.88),

> O que grande parte dos estudiosos da sociedade urbana não entende é que a periferia dos grandes centros, as favelas, os cortiços etc., não são anormalidades da vida urbana. São componentes importantes da vida urbana sob o capitalismo. Sua existência permite completar o ciclo do capital. São expressões da distribuição da riqueza material e, ao mesmo tempo, decorrência do processo como um todo.

A característica predominante desse desenvolvimento na América Latina, por sua vez, tem sido a que gera nível profundo de desigualdade social. De acordo com Corona (2011, p. 34), "nossa região latino-americana é um dos exemplos mais confiantes de como num espaço tão rico e diverso, social, cultural e em termos de diferentes espécies de seres vivos, o sistema econômico tem contribuído para gerar a região mais desigual do planeta[57]".

Ademais, segundo Aguirre (2011), o bem-estar e a qualidade de vida de uma comunidade não deve estar embasada no desenvolvimento como reta de chegada, mas como um processo de mudança social, uma vez que o desenvolvimento benéfico à sociedade não é linear, mas rizomático, abrangendo todas as esferas da sociedade, a exemplo da cultura, ao invés de priorizar apenas os aspectos econômicos.

A situação de rua, por mais que rompa com as regras alicerçadas na moral pelo trabalho disciplinado, em que os indivíduos são estimulados constantemente a manterem o foco na obtenção de dinheiro e consequentemente no consumo, apresenta suas próprias regras. No geral, estas são implícitas, mas nem por isso apresentam baixo controle. É possível dizer que se trata de uma cultura de rua, uma vez que diversas práticas são compartilhadas, institucionalizadas e reforçadas de modo pré-reflexivo e não consciente. Comportamentos e atitudes para preservar a segurança física, rituais de alimentação e higienização são exemplos dessas práticas. Segundo Certeau (2008), é na implicitude das relações no cotidiano que as dinâmicas sociais mais significativas se desenrolam, através de redes nas quais há diferentes e criativas estratégias e táticas de sobrevivência.

Nessas inter-relações múltiplas do ambiente de rua, é possível constatar diferentes processos de trabalho. Segundo Marx (1996), o processo de trabalho, característico dos seres humanos, é uma relação destes com a natureza para transformá-la e produzir objetos de valor de uso, os quais, no âmbito do sistema capitalista, serão transformados em valores de troca. Nesse sentido,

---

[57] "Nuestra región latinoamericana es una de las muestras más fehacientes de cómo en un espacio tan rico y diverso, social, cultural y bióticamente, el sistema económico ha contribuido a generar la región más desigual del planeta".

> O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, p.303).

Acrescente-se que no universo do mundo do trabalho, não são todos os trabalhos realizados diretamente em contato com a natureza, sobretudo porque as transformações da modernidade, referentes à velocidade e à inovação constante, exigem diferentes maneiras de elaboração dos produtos, incluindo dinâmicas que envolvem serviços cujo produto final é algo subjetivo. No caso das pessoas em situação de rua, os produtos que entram em contato para realizarem seu trabalho são decorrentes de produtos anteriores de outros processos de trabalho, a exemplo da lata de alumínio.

3.4.1 Intentos de diminuir o quantitativo de pessoas em situação de rua através de políticas públicas

Como uma maneira de possibilitar a essas pessoas formas de vida diferentes das ruas, grupos organizados têm pressionado o Estado para a criação de políticas públicas direcionadas a este público, para que possam, portanto, exercer seus direitos de cidadania.

As políticas públicas para pessoas em situação de rua estão inseridas no campo da Assistência Social, a qual é reconhecida enquanto um direito apenas na Constituição de 1988, considerada uma Constituição Cidadã. Assim, a assistência social, juntamente à saúde pública e à previdência social, está integrada ao Sistema de Seguridade Social do Brasil. No entanto, uma vez que não é suficiente um direito estar descrito e especificado numa lei para que esta seja, de fato, aplicada, foi necessária a organização de diversos trabalhadores e militantes de diversas organizações, ligadas à assistência social, para que fosse implementada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, n° 8.742. E, em seguida, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004. Conforme argumenta Telles (2001), criação desta lei esteve atrelada ao surgimento de fóruns que fomentaram a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas.

Apenas em 2005 houve uma alteração na LOAS para abarcar o segmento da população em situação de rua. Assim, o parágrafo único do art. 23 foi alterado, deixando claro que “na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II às pessoas que vivem em situação de rua” (BRASIL, 2009a). Desse modo, o Estado tardiamente passou a ser obrigado a criar programas voltados a este público, sob uma

perspectiva articulada com outros serviços estatais, tais como saúde, educação, emprego. Também em 2005, já previsto na LOAS, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de gerir todas as operacionalizações da Assistência Social no Brasil, tendo como premissa uma gestão participativa para articular esferas municipais, estaduais, federais e o Distrito Federal. Este sistema objetiva a materialização da LOAS, a qual assegurou o direito à assistência social, numa amplitude universal, como política pública.

Apenas em 2008 foi criada uma política específica para atender as pessoas em situação de rua, ou seja, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o objetivo de "orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos" (BRASIL, 2008, p.2). Salienta-se que essa política foi criada há mais de 100 anos depois da implementação da República no Brasil, processo ocorrido em 1889. E nem mesmo a constituição de 1988, considerada cidadã, observou este segmento populacional, já existente há muitos anos.

O marco importante da elaboração desta política é o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em Brasília, em 2005, organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que no momento estava vinculada ao MDS. Neste encontro, que agregou gestores/as da assistência social, representantes de movimentos sociais e pessoas em situação de rua, discutiram-se maneiras de acabar com esta realidade no Brasil, o que resultou em estratégias para a elaboração de políticas públicas efetivas voltadas a esta população, bem como o impulso para a primeira pesquisa de cunho nacional sobre este público, a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua[58] (BRASIL, 2015).

A partir de uma reivindicação do Movimento Nacional de População de Rua, em conjunto com outros/as representantes da sociedade civil presentes no 2º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2009, surge o decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro deste ano (BRASIL, 2009b), referente à formalização desta política nacional, a qual consiste numa proposição e exigência desta reivindicação[59]. Este movimento foi criado em 2005, com apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, num contexto de efervescência de debates sobre a realidade das pessoas em situação de rua e o reconhecimento

[58] No intervalo de agosto de 2007 a março de 2008 foi realizada, por iniciativa do MDS, a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, única até o momento de abrangência nacional, embora seja restrita a 71 cidades brasileiras.

[59] Informações obtidas na "Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil", encaminhada pelo Movimento Nacional da População de Rua em conjunto com demais representantes da sociedade civil presentes no 2º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_0064a_Republica_Federativa_do_Brasil.pdf>

da necessidade de organização desta categoria, em razão da chacina da Praça da Sé, a qual se refere à brutal agressão a 15 pessoas em situação de rua que dormiam na praça homônima, em São Paulo, resultando em sete óbitos, em agosto de 2014 (MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA, 2010)[60]. Trata-se de um avanço no sentido da dissolução da imagem da população em situação de rua, e do/a pobre no geral, como carente e desprotegido/a na sociedade para ser um/a ator/atriz político/a que exige e reivindica seus direitos. No entanto, é necessário ressaltar que este movimento, por mais que esteja crescendo e ganhando notoriedade no país, ainda não agrega a maioria das pessoas em situação de rua. Enquanto em estados como Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte esse movimento está mais fortalecido, em Pernambuco apenas está em sua fase inicial de articulação. Além deste Movimento, esta população também tem atuado em fóruns, comitês, assembleias etc.

No caso de Recife, uma das instituições responsáveis para o atendimento às pessoas em situação de rua é o Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), autarquia municipal, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, cujo objetivo é fortalecer a política de assistência social desta cidade. A atuação do IASC se configura através de seus equipamentos de intervenção, como as casas de acolhida, local de realização da pesquisa. Os atendimentos do IASC baseiam-se nos serviços de Proteção Social Especial (PSE) - média e alta complexidade - da PNAS. Também existem os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro-POP). Atualmente, Recife dispõe de dois desses equipamentos: Centro POP Glória, no bairro Santo Amaro; Centro POP Neuza Gomes, no bairro Madalena.

Mesmo com esse avanço no campo das leis, o Estado ainda está muito aquém de cumprir os compromissos firmados, sobressaindo-se práticas de assistencialismo e filantropia, em detrimento da autonomia e inclusão social. Muitas vezes, por exemplo, verifica-se o Estado transferindo suas obrigações para Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais, embora muitas vezes tenham objetivos sérios para lidar com grupos desfavorecidos, geralmente embasam suas ações na filantropia. É comum a prática de não garantir todos os direitos aos/às trabalhadores/as contratados/as para prestarem serviços nestas instituições, sobretudo pelo argumento de insuficiência de recurso. Ademais, há uma grande exploração do voluntariado, tanto de pessoas estrangeiras quanto de habitantes locais.

De acordo com Montaño (2002), as ONGs compõem o chamado Terceiro Setor, o qual tem a pretensão de substituir a Sociedade Civil na garantia de direitos da população. Todavia,

[60] Maiores aprofundamentos sobre este movimento podem ser consultadas em DE LUCCA (2007), MELO (2011, 2016, 2017).

Montaño (2002) argumenta, considerando a sociedade civil sob o viés gramsciano, que este setor age em contrário a ela, pois não atua na organização desta, pela base, para exigir do Estado a efetivação de seus direitos. Segundo Telles (2001), a noção de responsabilidade pública tem sido erodida e, desse modo, aumenta-se a participação de instituições como ONGs, fomentando a prática filantrópica e o enfraquecimento de lutas para a exigência do Estado em garantir os direitos. Desse modo, há uma descaracterização na cidadania enquanto prática do exercício de direitos, pois "no lugar de sujeitos de direitos, entra em cena a figura do usuário de serviços" (TELLES, 2001, p.161). Assim, o tratamento dado aos/às pobres não consiste em garantia de direitos, mas em atendimento de necessidades.

Todo esse processo é eximiamente verificado na realidade das pessoas em situação de rua, conquanto haja uma política pública específica para este público, que objetiva a elaboração de diretrizes para o atendimento destas pessoas com eficácia na garantia de direitos.

Esta política em questão traz, como um dos desafios, a caracterização da população em situação de rua, devido à heterogeneidade desse grupo, aspecto supramencionado. Considerando o caleidoscópio de possibilidades da situação de rua, esta política tem como um de seus objetivos, presentes no art. 7º do Decreto 7.053, "assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda" (BRASIL, 2009b). No entanto, tem-se constatado que este objetivo ainda não tem sido executado com êxito, visto que há falhas no processo de integração das políticas públicas, tanto em termos de planejamento quanto de operacionalização. Esta falha se verifica em toda a rede de Assistência Social do país.

Sabe-se que um dos principais motivos para a situação de rua, bem como uma das maiores dificuldades para as pessoas que estejam nesta circunstância mudarem suas vidas, consiste no desemprego. Dessa maneira, cresce a necessidade de um preparo cada vez mais intenso para ingressar no mercado de trabalho, envolvendo exigências não apenas em aspectos técnicos e físicos, mas também estéticos e emotivos. São novas exigências do mercado que nem todos conseguem acompanhar. E no caso das pessoas em situação de rua, ainda não há políticas efetivas para possibilitar a inserção dessas pessoas no universo do trabalho.

Outro objetivo, igualmente parte do art. 7º, do Decreto 7.053, que também não tem sido cumprido, é o que visa "criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde [SUS] para qualificar a oferta de serviços." Na prática, as

pessoas em situação de rua encontram diversas dificuldades em usufruir do SUS[61], muitas vezes por não possuírem documentos oficiais e não terem um endereço fixo, que são critérios para realização de cadastro neste sistema. Para além desse aspecto, em várias ocasiões, esses indivíduos não têm sido tratados com ética, infringindo-se outro objetivo que pretende "desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos".

Ao contrário do que preconiza a política aqui debatida, além das pessoas em situação de rua terem muitos de seus direitos recorrentemente infringidos, são vítimas de maus tratamentos por agentes representantes do Estado, a exemplo da polícia. Infelizmente, essa tem sido uma prática comum no Brasil, em diversas cidades, em que as pessoas são ostensivamente tiradas das ruas e/ou tendo seus pertences levados[62].

Com o fim da escravidão, por exemplo, foi criada uma lei para punir quem estivesse pelas ruas, como medida para evitar que os recém-libertos, destituídos de oportunidades de emprego, pudessem ficar nas mesmas. Segundo o decreto-lei 3.688 de 1941, em seu artigo 59, é proibido "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita" (BRASIL, 1941). Apenas em 2012, foi aprovado um projeto na Câmara dos Deputados para revogar este artigo. Porém, como ainda não foi aprovado no Congresso Nacional, até o momento este artigo vige, apesar de ser apreciado como inconstitucional pelos juristas e em grande desuso, sobretudo depois da constituição de 1988[63].

Nesse sentido, malgrado se defenda, na letra da lei brasileira, uma cidadania ampla a toda população, verifica-se que a participação social tem dependido primordialmente da condição socioeconômica, dificultando o exercício do direito, o acesso às políticas públicas e

[61] Saliente-se que este sistema de saúde, considerado um padrão internacional no âmbito da saúde pública, vem passando por inúmeras problemáticas, sobretudo porque os governos dos últimos anos, independentemente de partido político, influenciados por tendências neoliberais, não têm priorizado os investimentos necessários nesta área, gerando inúmeras situações de descaso aos cidadãos brasileiros, cujos exemplos vão desde filas quilométricas para marcação de simples consultas a mortes por infecções hospitalares e não atendimento prestado em tempo hábil. Juntamente a este caldo de infração de direitos, setores importantes do SUS têm sido entregues à iniciativa privada, através, por exemplo, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), uma empresa pública de direito privado, criada pela Lei Federal nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011.

[62] Como exemplo, é possível consultar as seguintes notícias:
https://ponte.org/moradores-de-rua-sao-alvo-de-repressao-e-limpeza-social-denuncia-julio-lancellotti/
http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/25/em-nota-associacao-de-juizes-repudia-politica-higienista-de-doria-na-cracolandia/

[63] http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/viriato-um-dos-ultimos-processados-por-vadiagem-diz-sempre-trabalhei.html

a espaços sociais. O Art. 6º da política ora analisada prevê “a participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas” (BRASIL, 2009b). Entretanto, constata-se que a grande maioria das pessoas em situação de rua não tem exercido uma cidadania ativa, sendo-lhes imposta uma dinâmica de passividade diante das políticas públicas que lhes são direcionadas, embora, numa “estrutura jurídica-democrática, o cidadão não é simplesmente destinatário das políticas públicas, mas o principal ator de sua criação e implementação” (PENNA, 2011, p.212).

4 – DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA E PROCESSO DE APROXIMAÇÃO AO EMPÍRICO

O desenvolvimento de uma pesquisa consiste numa atividade complexa, que envolve diversas etapas, as quais, inter-relacionadas, vão desde a elaboração do projeto à apresentação dos resultados. Fazer uma pesquisa é um desafio de olhar para uma realidade complexa e analisá-la criticamente, a partir do pressuposto de que nesta teia de relações múltiplas existem dinâmicas heterogêneas que, por esta razão, não serão todas apreendidas pelo/a pesquisador/a no momento em que a pesquisa é realizada, pois este/a está envolto/a por inúmeras limitações, a exemplo da física, financeira, psicológica, além das teórico-metodológicas.

Uma pesquisa empírica dá-nos a oportunidade de mesclar a fase da coleta de dados com o estudo de teorias, pois se essas duas etapas forem realizadas separadamente corre-se o risco de não haver elo entre a fundamentação teórica e os achados empíricos. Ao passo que o aprofundamento da teoria influencia a coleta de dados, o material encontrado direciona o/a pesquisador/a para análises teóricas mais profundas.

Em todo esse processo de pesquisa, o método consiste num sustentáculo, o qual guia o modo tanto como os dados serão levantados quanto como serão analisados, em conexão ininterrupta com o marco teórico. Antes da entrada no campo, é importante que o/a pesquisador/a já tenha definido seu método de investigação, o que não impossibilita modificações posteriores durante a realização da pesquisa. Assim, considera-se que problematizar os aspectos metodológicos de uma pesquisa consiste em tarefa fulcral à reflexão da mesma.

Os métodos utilizados e o enfoque teórico de uma pesquisa consistem em duas facetas fundamentais, e indissociáveis, na produção de conhecimentos. Cada problema de pesquisa pode ser trabalhado mediante diferentes métodos, bem como analisado a partir de diversas perspectivas teóricas. Ademais, um mesmo método de pesquisa possibilita diferentes resultados, a depender da conjunção entre pesquisador/a, abordagem utilizada e contexto analítico. A escolha entre método e perspectiva teórica a ser adotado para os problemas de pesquisa depende da conjunção entre a especificidade do/a pesquisador/a e do objeto de estudo.

A produção de conhecimento científico é suscetível a constante reformulação, sobretudo porque a realidade analisada não é estática, mas apresenta frequentes alterações. Diante disso, o/a pesquisador/a não deve se apegar a um método de maneira intransigente, como se a realidade só pudesse ser analisada através de uma única via. Ao contrário, é exigida

do/a pesquisador/a grande sensibilidade ética para encarar os dados como estando em constante metamorfose.

Com base nestes princípios, esta pesquisa foi realizada através da interconexão constante entre o estudo teórico, a pesquisa de campo e a escrita, esta última como um passo importante para que detalhes sobre a compreensão do objeto de estudo não saíssem da memória pelo inevitável esquecimento ao longo do tempo.

Os aspectos teóricos apresentados nos capítulos anteriores contribuem para o entendimento do fenômeno estudado nesta tese, os quais serviram como pistas no processo de demarcação mais precisa das questões investigadas. Isto é, não foram concebidos como moldes/formas, considerando que esta pesquisa não objetivou nem executou a aplicação/reprodução/testagem de teorias no campo empírico.

Após a demarcação do objeto de pesquisa - ***o trabalho das pessoas em situação de rua*** -, embora a aproximação ao empírico tenha sido guiada por noções teóricas que forneciam uma compreensão do fenômeno, a imersão no campo e o desenrolar da pesquisa, com suas tensões e especificidades, exigiu maior aprofundamento teórico para analisar as particularidades emergidas, considerando o trabalho das pessoas em situação de rua em Recife como algo único, localizado temporal-espacialmente, apesar de se situar numa estrutura global. Dessa maneira, esta tese é fruto da relação mutuamente influenciável entre teoria e empiria, de modo que os capítulos anteriores, embora inicialmente escritos antes da pesquisa de campo, foram modificados e enriquecidos por esta.

Como as pessoas em situação de rua desempenham uma infinidade de trabalhos, cada um com seu processo de trabalho próprio e ao qual atribuem sentidos peculiares, foi necessário selecionar quais trabalhos deveriam ser estudados, o que resultou na escolha da **reciclagem** e dos **trabalhos realizados em torno dos/as barraqueiros/as em Boa Viagem**, que são objeto de análise, cuja dinâmica configuracional é influenciada por aspectos multidimensionais.

Para que uma pesquisa seja compreendida, possa ser avaliada e criticada, é necessário explicitar suas escolhas metodológicas, incluindo as teorias e os métodos de pesquisa, até mesmo a concepção de ciência e de produção de conhecimento. Assim, este capítulo busca tornar inteligível o processo de aproximação do teórico com o empírico, através da exposição do método utilizado para compreender o trabalho e os/as trabalhadores/as, bem como acessar essas pessoas e as atividades que fazem.

4.1 Perspectiva teórico-metodológica – Configuracionismo latino-americano

Refletir sobre metodologia numa tese não consiste apenas em pensar em técnicas de aproximação ao empírico, ao campo, aos dados ou outros termos semelhantes. Os aspectos metodológicos de uma tese estão proximamente relacionados à fundamentação ontológica, epistemológica e teórica (DE LA GARZA, 2018). Ontologicamente, diz-se do modo como se percebe a realidade, das concepções nas quais o/a pesquisador/a se baseia para compreender os fenômenos e, em termos epistemológicos, poder construir conhecimentos e contribuir ao estudo de temáticas acadêmicas específicas. Segundo Álvarez e Serrano (2016, p.15), "o problema epistemológico é da relação de conhecimento entre sujeitos e realidade[64]". Assim, os fundamentos metodológicos também se aproximam dos teóricos ao analisar os modos como se relacionam as estruturas, subjetividades e ações.

A realidade é algo infinitamente múltiplo para ser compreendida apenas sob um viés analítico, pois, ademais de haver diferentes problemáticas sobre um mesmo fenômeno, como é o caso das pessoas em situação de rua, há uma constante interação entre os aspectos subjetivos e os objetivos, incluindo a postura científica do/a próprio/a pesquisador/a, a qual nunca é neutra. Por isso, é importante situar desde o início as lentes utilizadas nesta tese para analisar o objeto de pesquisa estudado, delimitando, assim, a perspectiva teórico-metodológica adotada.

Esta tese está guiada por princípios epistemológicos críticos atuais que consideram tanto as estruturas quanto a subjetividade. Nesse sentido, a perspectiva Configuracional Latino-americana (De la Garza, 2012b) apresenta aporte substancial para a análise do objeto de estudo deste trabalho, pois defende que qualquer aspecto da realidade deva ser analisado considerando o contexto estrutural e a agência do sujeito, diferentemente de muitas teorias que focam apenas uma dessas dimensões, a exemplo das que estão incluídas no chamado campo da *pós-modernidade*. Inserida numa concepção crítica atualizada, esta abordagem configuracional não se baseia numa lógica hipotético-dedutiva, segundo a qual os fenômenos são explicados por uma lógica estritamente causal. Ao contrário, com a mudança de fundamento epistemológico proposto por esta abordagem teórico-metodológica, considera-se que um mesmo fenômeno pode ser causado por diferentes variáveis, não sendo todas facilmente identificadas sem um estudo consistente e profundo.

[64] "El problema epistemológico es de la relación de conocimiento entre sujetos y realidad."

Por volta dos anos 80 e 90 do século XX, iniciaram-se na América Latina reflexões críticas sobre as metodologias nas ciências sociais, salientando-se problematizações sobre a criação de significados e o papel do sujeito, com destaque para as abordagens hermenêuticas. O marxismo, que nessa região ainda estava sob forte influência de sua vertente estruturalista, sofreu muitos ataques e foi rechaçado em todas as suas vertentes como sendo um método retrógrado.

Muitas das críticas o acusavam de ser uma perspectiva defensora de um determinismo econômico. Porém, de acordo com Boron (2006), essas posturas estavam (e ainda estão) embasadas em uma análise incorreta dos termos utilizados por Marx em seus escritos originais em alemão. Nesse idioma, existem dois verbos que se aproximam semanticamente: *bedingen* e *bestimmen*. Enquanto o primeiro significa condicionar, o segundo se refere a determinar. Marx, ao se referir às influências da economia, utilizou o primeiro verbo, que também poderia ser traduzido por requerer, pressupor ou implicar (BORON, 2006).

Outra parte das críticas também se deve ao fato de seus/suas acusadores/as se remeterem apenas a uma vertente marxista, pois teóricos como Thompson, desde a década de XX, já defendia que, para o marxismo, as estruturas não determinam, mas "pressionam" as ações dos indivíduos (THOMPSON, 1981).

As referências ao marxismo não podem tomá-lo como uma perspectiva unitária, pois sob esta mesma denominação há posicionamentos diferentes e também contraditórios, como é o caso de Althusser por um lado e Gramsci, Thompson e a Escola de Frankfurt por outro (De La Garza, 2012b). Nesses últimos casos, além da consideração das estruturas, há uma ênfase no sujeito, diferentemente de outras posturas estruturalistas, consideradas *ortodoxas*.

Os próprios marxistas, já no início do século XX, começaram a fazer várias críticas ao método da Economia Política, transcendendo-o com posturas que enfatizavam o lugar do sujeito e a construção de significados, sem, no entanto, abandonar a análise macro. Uma das principais tarefas desse marxismo consistiu em reivindicar o papel ativo dos sujeitos nas análises teórico-metodológicas, diante da não possibilidade de negar a capacidade destes em tomar decisões com base em processos de construção de significados (De la Garza, 2012b).

Diante dessa discussão, no início do século XXI ganha destaque o Configuracionismo Latinoamericano, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica baseada em elementos do marxismo e também da hermenêutica. Com o compromisso de fazer ciência discutindo os fundamentos epistemológicos desta, o Configuracionismo Latinoamericano nasce do debate com o positivismo, ou seja,

> vem da reivindicação de ver a realidade em movimento, mas não em um devir finalista e sim em função do sujeito objeto, da não negação do conceito de estrutura mas sim do estruturalismo, do reconhecimento dos processos de objetivação que não são independentes dos subjetivos, mas que não se reduzem a estes[65] (De la Garza, 2012b, p. 254).

Tais estruturas, por sua vez, não são consideradas entidades fixas e neutras, distantes das ações individuais, pois se moldam mediante a práxis dialética entre os sujeitos e seu contexto, considerando a dimensão cultural, política, econômica, religiosa, artística etc.

Assim, o Configuracionismo usa, como conceitos centrais, o movimento, o espaço e a configuração, diferenciando-se do determinismo, do estruturalismo e do objetivismo, mas sem cair em perspectivas subjetivistas, por mais que esteja comprometido com a criação de sentidos. Por configuração, compreende-se as relações entre estruturas, subjetividades e interações, numa busca por reconstrução da totalidade. Mas uma totalidade restrita à explicação do objeto de pesquisa, partindo de uma postura de uso não dedutivo da teoria, mas reconstrutivo. Isto é, não se analisa os dados como algo já "dado", mas em processo, "dando-se", pois "o problema principal não é dar conta do dado, mas do dado dando-se e não como simples tornar-se, mas como articulação da vontade com condições dadas-dando-se[66]" (DE LA GARZA, 2001, pp. 111-112). Assim, configuração é entendida como "rede, não apenas social, mas também de códigos subjetivos, de estruturas, com continuidades e descontinuidades[67]" (DE LA GARZA, 2018, p. 14).

Segundo essa perspectiva, há três pressões sobre o dado empírico, também denominadas de "tripla hermenêutica". Primeiramente, têm-se os conceitos teóricos, os quais, considerados enquanto inseridos no nível mais abstrato, influenciam o mais concreto, que se refere aos dados empíricos. Salienta-se que, nesse caso, é possível que a teoria seja uma construção de aspectos observáveis e também não observáveis, de modo que a análise dos dados a partir da teoria pode vir tanto de algo observável quanto não observável, a depender dos contextos. Também há pressões provenientes do/a investigador/a e do/a investigado/a. Em todas essas pressões estão em jogo as subjetividades. No caso do/a entrevistado/a, por exemplo, suas respostas dependem da maneira como compreendeu a pergunta e de como avalia o que deva ser a resposta. Por isso os dados são caracterizados tanto por componentes objetivos quanto subjetivos, existindo através de relações mediadas. Nesta perspectiva, que se

[65] "Viene de la reivindicación de ver a la realidad en movimiento pero no en un devenir finalista sino en función del sujeto objeto, de la no negación del concepto de estructura pero si del estructuralismo, del reconocimiento de los procesos de objetivación que no son independientes de los subjetivos pero que no se reducen a estos."
[66] "el problema principal no es dar cuenta de lo dado, sino de lo dado-dándose e no como simple devenir, sino como articulación de la voluntad con condiciones dadas-dándose".
[67] "red, no sólo social, sino de códigos subjetivos, de estructuras, con continuidades y discontinuidades, funcionalidades y contradicciones".

propõe a ser construtora de teorias, "o dado empírico não verifica os conceitos, mas ajuda a reconstrui-los, a descobrir novas relações, porque estas já estão nos próprios dados como relações empíricas. Essas novas relações, por sua vez, podem ajudar a reconstruções de aspectos não observáveis[68]" (De la Garza, 2012b, p. 256).

Nessa direção, os sujeitos pesquisados, que neste caso são as pessoas em situação de rua, não podem ser analisados como objeto de estudo isento de qualquer influência, como faziam os positivistas mediante seu método hipotético-dedutivo. Ao contrário, é imprescindível considerar como os sujeitos se veem a si mesmos inseridos/as na complexa realidade e, especificamente, como se veem enquanto trabalhadores/as, ou *pessoas que executam atividades em troca de uma renda*. Esta pesquisa, além de discutir aspectos gerais como pobreza, desigualdade social e mundo do trabalho, também está implicada em analisar a realidade a partir da maneira como pensam os sujeitos, de como se posicionam no mundo e como analisam sua vida e seu contexto em geral. É uma busca por apreender o modo de ser de pessoas em situação de rua a partir de sua própria mirada, possibilitando que elas falem e reflitam sobre o seu trabalho.

Por isso a importância de compreender em que medida a trajetória de vida colabora na execução de seus trabalhos atuais, pois as oportunidades - pessoais, familiares e comunitárias - são elementos imprescindíveis ao entendimento da posição social ocupada pelo indivíduo. As pessoas em situação de rua geralmente chegam a essa circunstância por acúmulos de fracassos relacionados à vivência de pobreza que marcam diferentes gerações de sua família. No Brasil, seguindo a tendência da América Latina, como se verifica um processo de desigualdade social bastante profundo, existem poucas oportunidades de mobilidade social, sobretudo pela insuficiência e ineficácia das políticas públicas, constatando-se a realidade em que a maioria das pessoas pobres estão inseridas em famílias caracterizadas pela pobreza intergeracional, ocasionada pela conjugação entre fatores estruturais e modos subjetivos de reagir a eles, em que os primeiros exercem maior peso.

Os elementos teórico-metodológicas da perspectiva Configuracionista, portanto, permitem que essa tese seja desenvolvida considerando tanto as pressões das estruturas quanto as subjetividades, através de uma totalidade em que há influências mútuas entre essas duas dimensões. Ou seja, as estruturas que pressionam os sujeitos consistem em processos instituídos modelados pelas ações dos indivíduos, que já entraram nesse processo sob

[68] "El dato empírico no verifica los conceptos sino ayuda a reconstruirlos, a descubrir nuevas relaciones porque estas ya están en los propios datos como relaciones empíricas pero pueden ayudar a reconstrucciones de no observacionales".

influências estruturais. Subjetividade e estrutura, portanto, são campos mutuamente influenciáveis.

Nesse sentido, sobre a renda do trabalho, por exemplo, não se analisa apenas a percepção do/a trabalhador/a sobre a mesma, mas também o valor recebido em referência aos padrões do Salário Mínimo e do quanto seria suficiente para assegurar sua sobrevivência e a de seus dependentes. Ou seja, nessa perspectiva não convém uma análise somente da subjetividade dos indivíduos, mesmo considerando que esta também seja formada por pressões estruturais. Trata-se de um "giro metodológico", em que a hermenêutica, ao passo que não é ignorada, também não é a única maneira de compreender a realidade (DE LA GARZA, 2018, p.12).

Da mesma forma, a análise dos processos de trabalho se baseará na compreensão ampliada da realidade, segundo a qual as relações trabalhistas – entre os/as trabalhadores/as e entre estes/as e empregadores/as e clientes – não sofrem constrangimentos apenas estruturais, uma vez que também são guiadas por padrões culturais, morais, estéticos, emocionais, econômicos etc., criados e recriados através de ações individuais e coletivas, formando instituições que exercem influência sobre os indivíduos, que novamente colaboram para a construção das estruturas. O configuracionismo latino-americano propõe que o modo de fazer ciência nem seja baseado em perspectivas positivistas, nem subjetivistas e, tampouco é um método fechado, como se fosse possível aplicar uma técnica de análise de dados a qualquer situação empírica. Assim,

> mais que um método para toda ocasião poderíamos falar de princípios epistemometodológicos e teóricos, que estão mais próximos da ontologia e da epistemologia que da ciência positiva, e que teria que se descobrir a forma que podem adotar cada objeto concreto[69] (DE LA GARZA, 2018, p.13).

Com base nessa perspectiva, essa tese também objetiva analisar o sentido que as pessoas em situação de rua atribuem aos trabalhos que realizam e como essa construção de significado impacta suas identidades, podendo influenciar seus comportamentos em diferentes espaços de interação social.

4.2 Configuração sociotécnica

Atrelado à compreensão de ciência pelo configuracionismo latino-americano e ao entendimento do mundo do trabalho a partir da perspectiva teórica do trabalho não clássico, o

[69] "Más que un método para toda ocasión podríamos hablar de principios epistemometodológicos y teóricos, que están más cerca de la ontología y la epistemología que de la ciencia positiva, y que tendría que descubrirse la forma que pueden adoptar para cada objeto concreto".

processo de trabalho das pessoas em situação de rua foi analisado através do conceito *configuração sociotécnica* (DE LA GARZA, 2017b). Ao estudar sobre esse processo de trabalho, concluí que a Teoria do Trabalho não-clássico consiste numa ferramenta de grande utilidade para compreensão desse fenômeno e, nesse sentido, os dados indicaram-me que um modo bastante pertinente de os analisar seria através da perspectiva teórica da configuração sociotécnica, elaborada por De la Garza (2017b).

Esse conceito foi elaborado no âmbito dos estudos sobre modelos de produção aplicados em grandes indústrias e durante muito tempo os sujeitos não eram analisados enquanto integrantes do modelo de produção, pois as mudanças eram vistas apenas em termos estruturais (DE LA GARZA, S/D).

As estruturas são frutos de práticas plurais, incluindo religião, economia, política etc., que se objetivam e, por sua vez, exercem influência sobre as ações e formação das subjetividades. Por serem as estruturas formadas a partir da contradição, a imprevisibilidade é uma constante e, portanto, os significados não são dados, mas construídos por sujeitos concretos em situações concretas, num contexto de interações sociais, em que os significados gerados não se restringem ao âmbito econômico (DE LA GARZA, 2014, 2017b; HERNÁNDEZ, 2017). Nesse sentido, as estruturas não determinam a ação, mas a pressionam (DE LA GARZA, 2012b; HERNÁNDEZ, 2017), com base no que já foi defendido por Thompson (1981).

Com as transformações no mundo laboral e o crescimento do setor de serviços, as ferramentas conceituais propostas por esses modelos passaram a se mostrar limitadas. É nesse ponto que o conceito de configuração sociotécnica inova ao propor maneiras de analisar ambientes laborais a partir de dimensões mais amplas, a saber: **nível de tecnologia, organização, perfil laboral, relações laborais, culturas do trabalho** (DE LA GARZA, 2017b).

Por ser configuração, não se trata de um modelo fechado, como se fosse possível aplicá-lo indiscriminadamente no campo empírico. Por configuração, entende-se uma rede composta por fragmentações, contradições e disfuncionalidades e que, portanto, não é sistêmica. Essa configuração deve ser compreendida como uma rede de articulações num contexto maior em que as estruturas têm papel importante, através dos níveis macro, meso e micro (DE LA GARZA, 2017b).

Embora esses conceitos tenham sido utilizados inicialmente para compreender o trabalho formal na indústria de grande porte, é possível estendê-lo para compreender as atividades ditas informais. Isso porque as dimensões da configuração sociotécnica do

processo de trabalho das pessoas em situação de rua configuram as atividades dessas pessoas, as quais têm um caráter produtivo que fomenta o turismo na praia de Boa Viagem, no caso das atividades laborais realizadas em torno dos/as barraqueiros/as. Em se tratando da coleta de latas de alumínio, tanto é possível compreender esse processo de trabalho em Boa Viagem, quanto no centro do Recife.

Os estudos sobre trabalho informal tendem a focar no aspecto da sobrevivência dos agentes que o executam, ou mesmo encará-lo como uma modalidade econômica situada às margens da produção capitalista. Ao contrário, o que esse estudo propõe, com base na perspectiva teórica da configuração sociotécnica, é estudar o processo do trabalho, considerando como as pessoas se veem nessa dinâmica.

Para fazer uma reconstrução configuracional de um processo de trabalho, é importante identificar diferentes níveis da realidade e manter uma abertura metodológica. Assim, para compreender o processo do trabalho das pessoas em situação de rua em Recife, esta pesquisa teve início pelos seguintes pontos de partida: quem são as pessoas em situação de rua, quais os trabalhos que costumam fazer, em que local estes trabalhos são executados, quais as principais relações que estas pessoas estabelecem em seu momento e lugar de trabalho, como os trabalhos são executados, quais os principais limites para execução desses trabalhos, quais as relações entre tais trabalhos e a condição de rua.

O conjunto desses pontos de partida conforma a realidade multidimensional em que está inserido o processo de trabalho. Por se tratar de um processo complexo, o uso da configuração sociotécnica enquanto perspectiva teórico-metodológica é pertinente porque oferece ferramentas necessárias à compreensão do fenômeno, ao permitir que este seja analisado em suas múltiplas faces que incluem ambiguidades, incertezas, rupturas e demais aspectos próprios do que é analisado (DE LA GARZA, 2001).

Diante do exposto, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de **três eixos analíticos,** os quais mantém relação com a perspectiva teórico-metodológica da configuração sociotécnica. O primeiro consiste na **situação de rua**, aspecto que caracteriza todos/as os/as trabalhadores/as entrevistados/as e que, mais do que um simples atributo, molda a trajetória pessoal, influencia as interações e configura o processo de trabalho. Outro eixo se refere ao **controle no processo de trabalho**, no qual foi analisada a dinâmica de trabalho em termos de aspectos e de sujeitos que exercem interferência na condução do mesmo. Esses dois eixos foram analisados a partir das dimensões “perfil da mão de obra”, “organização laboral” e “relações laborais”. O terceiro eixo buscou analisar como os/as trabalhadores/as em situação de rua se identificam com o trabalho, ou seja, como esta dimensão interfere na formação da

identidade, a qual resvala no processo de trabalho. Aqui, a análise decorreu através das dimensões “perfil da mão de obra” e “relações laborais”. Desse modo, no âmbito da teoria da configuração sociotécnica, as dimensões trabalhadas nessa pesquisa foram as seguintes: perfil da mão de obra, relações laborais e organizações laborais. Estes eixos não determinam nem moldam o processo de trabalho, mas o configuram.

Na próxima seção, é apresentada a maneira como me aproximei ao empírico e, em seguida, nos capítulos 4, 5 e 6, verifica-se a discussão mais ampla do processo de trabalho através da análise de sua configuração sociotécnica.

4.3 Caminhos percorridos na pesquisa de campo

Uma pesquisa de campo para ter êxito deve ser guiada pelos objetivos da investigação, de modo que o exame da coerência entre estes e os resultados parciais obtidos deve ser uma prática constante. Da mesma forma, todos os achados devem ser confrontados ao marco teórico escolhido para interpretar a realidade estudada, a fim que seja possível averiguar se este é satisfatório, bem como avaliar a necessidade de ampliá-lo, restringi-lo ou mesmo modificá-lo.

4.3.1 Chegada ao campo de pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em dois locais de Recife: nas proximidades do edifício Holiday, no bairro de Boa Viagem; e no centro da cidade, abrangendo a Rua do Imperador, a Praça Dezessete, a Praça da Independência (mais conhecida como Praça do Diário) e a Praça Maciel Pinheiro. O centro foi escolhido por ser o local que mais agrega pessoas em situação de rua. Já a escolha por Boa Viagem adveio do interesse em compreender a dinâmica de trabalho das pessoas em situação de rua que viviam ao redor do Edifício Holiday.

Nos dois lugares, o objetivo inicial foi identificar os principais trabalhos desempenhados pelas pessoas em situação de rua. Como foram identificados muitos trabalhos, tanto nas entrevistas e no grupo focal quanto na pesquisa de campo de maneira ampliada, o procedimento metodológico adotado foi selecionar os mais representativos, considerando que todos compartilham características em comum, a saber: assistematicidade, ganho de pouca renda, realizados em espaços públicos tais como as ruas, num ambiente em que os pares também compartilham a pobreza extrema.

A condução da pesquisa foi mais centrada em Boa Viagem porque a dinâmica deste local ofereceu a possibilidade de acompanhar a vivência das pessoas em situação de rua em diferentes visitas, o que me deu uma compreensão mais alargada do processo de seus trabalhos. A manutenção do centro do Recife enquanto fonte para a pesquisa de campo deve-se à constatação de que neste local havia a prática de uma modalidade de trabalho que, além de possuir características semelhantes aos demais executados pelas pessoas em situação de rua, tinha um processo de trabalho também similar a uma das modalidades de trabalho encontradas em Boa Viagem, a saber: a reciclagem de latas de alumínio.

Como são locais diferentes da cidade do Recife, em cada ponto foi adotada uma estratégia própria.

4.3.1.1 Boa Viagem

Boa Viagem é um bairro da zona sul de Recife, localizado na Região Político Administrativa (RPA) 6[70]. Neste bairro, tem-se o Edifício Holiday, que, pela sua localização estratégica, armazena as "carroças" de muitas pessoas que trabalham na orla da praia, as quais, além da própria carroça de tração humana, são compostas por cadeiras, mesas, guarda-sóis e demais utensílios a serem utilizados no oferecimento de serviços (como venda de bebidas e comidas) aos/às frequentadores/as da praia. Por este armazenamento, o/a dono/a da carroça paga uma quantia ao síndico do prédio.

Este edifício, cuja construção foi finalizada em 1956, ano de sua inauguração, é um dos mais antigos de Boa Viagem. Por ser composto por apartamentos pequenos, do tipo quitinete, tinha o objetivo de abrigar pessoas mais aos fins de semana ou mesmo pequenas temporadas de trabalho e estudo. Logo quando foi inaugurado, destacou-se por sua beleza arquitetônica em formato de lua e por ser um dos mais altos até o momento, tendo 17 andares e 476 apartamentos. Com o tempo, pessoas mais pobres foram ocupando o espaço e, sem terem condições financeiras para manutenção do prédio, a degradação do espaço foi aumentando, causada pela ausência de reformas, por exemplo. Atualmente, o local é considerado uma "favela vertical" (FREITAS, 2015; TV Jornal, 2018).

O Edifício Holiday está localizado entre prédios, casas, hotéis e pontos de comércio luxuosos, contribuindo à visualização da desigualdade social na cidade, como se observa nas

[70] Recife é uma cidade dividida em seis RPAs, com o objetivo de faciliar a formulação e execução das políticas governamentais. A RPA-6 abrange os seguintes bairros: Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina, Ibura, Jordão, Cohab.

fotos abaixo. Seu endereço é Rua Salgueiro, nº 73, Boa Viagem. As fotografias a seguir mostram aspectos de como é o edifício.

Fotografia nº 1 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 19/02/2019, às 11h02.

Fotografia nº 2 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 17/03/2019, às 16h25.

Fotografia nº 3 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 08/04/2018.

Fotografia nº 4 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora: 12/10/2016 às 16h58.

Fotografia nº 5 – Vista a partir do Holiday



Fonte: Foto da autora, 17/03/2019, às 15h51.

Fotografia nº 6 – Vista a partir do Holiday



Fonte: Foto da autora, 17/03/2019, às 15h58.

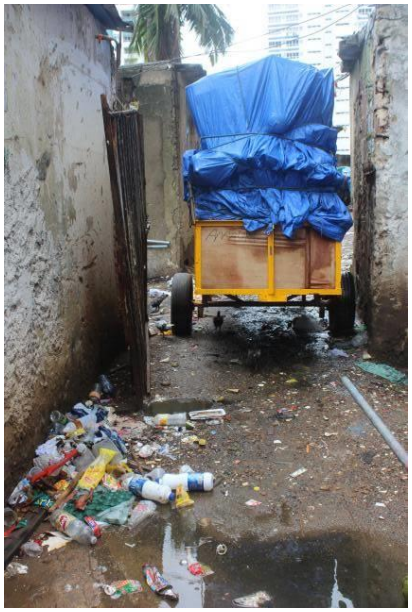
O local onde são armazenadas as carroças é extremamente sujo, fétido e insalubre, com odor forte, denotando que não houve reformas, arrumações e limpeza há muito tempo, em contraste com a riqueza e o luxo ao redor.

Fotografia nº 7 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 09/10/2016, às 8h09.

Fotografia nº 8 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 08/04/2018, às 11h12.

Fotografia nº 9 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 17/03/2019, às 17h44.

Fotografia nº 10 – Edifício Holiday



Fonte: Foto da autora, 17/03/2019, às 15h43.

O Holiday também serve como apoio para elaboração de alimentos do cardápio dos/as barraqueiros/as, pois desde 2009 a Prefeitura do Recife proibiu, por questões de higiene, a manipulação e preparação de alimentos na praia[71].

Devido às dificuldades do edifício, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, em concordância com a Prefeitura do Recife, com base em relatórios da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e do Corpo de Bombeiros, nos quais há informações de que a permanência no edifício resulta ser muito perigosa porque há riscos de incêndios e desabamentos, decretou a desocupação imediata do edifício para realização de reparos estruturais. Contra a vontade dos/as moradores/as, o edifício foi desocupado, inclusive todas as lojas que funcionavam no térreo e, consequentemente, os/as comerciantes da praia tiveram que buscar outro local para armazenar suas carroças. Os/as moradores temem que esta ação seja uma consequência da especulação imobiliária.

Com o fechamento do Holiday, a rotina das pessoas em situação de rua que viviam aos arredores do prédio foi modificada, sobretudo em termos de local para se abrigarem durante o período noturno, acesso a banheiros e transporte de carroças. A compreensão dessas mudanças não foi alvo desta investigação, de modo que pesquisas nesse sentido são imprescindíveis.

Além do Holiday, há outros espaços nas proximidades que servem como depósito para armazenamento das carroças, também sob a condição de um pagamento mensal, como um localizado perto do Shopping Recife e outro próximo ao Supermercado Extra. Este último é na Rua Desembargador João Paes, quase na esquina com a Avenida Engenheiro Moisés Ferreira. A parte inferior do prédio tem esta finalidade, enquanto que a superior serve como moradia. Um dos entrevistados, Bruno, costuma puxar carroças deste último.

[71] Para maiores informações, consultar o Decreto Nº 24.844 de 04/11/2009.

Fotografia nº 11 – Depósito para carroças



Fonte: Foto da autora.
29 de dezembro de 2018, às 10h08.

Fotografia nº 12 – Depósito para carroças



Fonte: Foto da autora.
29 de dezembro de 2018, às 10h08.

Fotografia nº 13 – Depósito para carroças



Fonte: Foto da autora.
29 de dezembro de 2018, às 10h08.

Fotografia nº 14 – Depósito para carroças



Fonte: Foto da autora.
29 de dezembro de 2018, às 10h08.

Tal como no Holiday, o local é insalubre e com grande propensão para causar doenças e ferimentos aos trabalhadores[72].

Mesmo diante de outros depósitos, as pessoas em situação de rua se concentram em torno do Edif. Holiday, para o trabalho e os demais aspectos da vida, como alimentação, dormida, descanso, divertimento. A escolha deste local para realização da pesquisa é decorrente da observação de que, dentre as pessoas que exercem a função de carregar as "carroças", verifica-se um quantitativo significativo de pessoas em situação de rua. É neste edifício, também, que dormem muitas dessas pessoas, geralmente no térreo, ou mesmo em algum apartamento por algumas noites, a depender das relações sociais estabelecidas. Além

[72] Apenas homens foram identificados na realização desta tarefa.

da dormida no edifício propriamente dito, muitas dessas pessoas costumam dormir em seus arredores, para que estejam próximos do *lócus* de possibilidades de trabalho.

Frequentemente dormem na calçada de uma sorveteria localizada na Rua Ribeiro de Brito, quase na esquina com a Avenida Conselheiro Aguiar. Há um acordo entre essas pessoas e o dono do estabelecimento, através do qual a dormida é permitida sob a condição de fazerem a segurança do local. Também costumam dormir nos seguintes locais: calçada de edifícios localizados na Avenida Boa Viagem (geralmente na quadra entre a Avenida Ribeiro de Brito e a Avenida Ernesto de Paula Santos), marquise do Banco do Brasil na Avenida Conselheiro Aguiar.

A dinâmica de trabalho das pessoas em situação de rua foi observada em horários diferentes, desde as primeiras horas do dia, em que as barracas estão sendo montadas na praia, até ao final do mesmo, em que estas são guardadas. Nesse intervalo de tempo, essas pessoas costumam realizar outras modalidades de trabalho, também inerentes à dinâmica da praia, que foram sendo constatadas no decorrer da pesquisa de campo e, portanto, foi possível ter uma visão mais complexa da dinâmica do trabalho nesta localidade, conforme se verifica nas seções adiante.

O contato para iniciar a pesquisa nesta área foi mediado por Pedro Silveira[73], um ex-barraqueiro, que trabalhou na orla desta praia durante mais de 30 anos. Ele foi uma peça chave porque é muito conhecido e respeitado pelos/as demais barraqueiros/as e pessoas em situação de rua que vivem pelas proximidades do Holiday e demais trabalhadores/as da praia atuantes entre o Edif. Holiday e o Edif. Acaiaca, tanto os/as que eram contemporâneos ao seu período de trabalho quanto os/as mais novos/as. A atuação dele como guia contribuiu para minha compreensão do funcionamento das vendas, do local de armazenamento das carroças, os conflitos entre os/as trabalhadores/as e entre estes/as e os órgãos públicos, a renda média auferida etc. Inclusive, foi por esta área que iniciei a pesquisa de campo.

Todas as vezes em que cheguei ao local acompanhada por Pedro, fui muito bem recebida. A entrada no campo com alguém assim tende a facilitar a condução da pesquisa porque as pessoas dão mais credibilidade ao estudo e sentem-se mais confiantes na relação com o/a pesquisador/a. Foi assim que aconteceu comigo. Nas idas em 2016 e em 2017, fui

[73] Sob a permissão de Pedro da publicação de seu nome, salienta-se que este foi uma pessoa imprescindível ao meu conhecimento dessa realidade de trabalho de pessoas em situação de rua na praia de Boa Viagem. Acrescente-se que Pedro é um poeta do bairro Várzea, em Recife, local onde aprendeu, com suas experiências, a compreender o mundo e interpretá-lo de forma crítica, reconhecendo as injustiças e desigualdades sociais resultantes do capitalismo. Criador da Biblioteca Itinerante Livre (BIL), atuou promovendo o incentivo à leitura em seu bairro, juntamente a seu personagem Bicho Alfabeto. Atualmente, por estar morando em Petrolina, sua atuação tem se concentrado nesta cidade.

todas as vezes acompanhada por Pedro. Em 2018, ele me acompanhou uma vez, juntamente com Maicon, meu esposo, que seria meu novo acompanhante, por motivos de segurança. Neste dia, Pedro informou às pessoas da localidade que eu iria dar continuidade à pesquisa e que poderiam me receber tranquilamente, tanto se eu fosse sozinha ou com algum/a acompanhante. Depois desse dia, Maicon me acompanhou em algumas vezes e fui sozinha na maioria das idas. Ele também conseguiu estabelecer um *rapport* com as demais pessoas, de modo que, em sua ausência, elas perguntavam o porquê dele não ter ido.

A partir da relação estabelecida com essas pessoas, a confiança delas em nós e na minha pesquisa foi aumentando gradativamente, situação denotada através de sua prática em nos revelar informações de sua vida a cada encontro, em se tratando de retificar, confirmar ou ampliar a partir da introdução de novos conteúdos. Assim, em encontros anteriores ou posteriores à entrevista, eles/as tinham a prática de nos explicar algum detalhe de sua vida.

No primeiro dia que visitei o Holiday e seus arredores, em 05 de Abril de 2016, com o objetivo de explorar, mapear e conhecer esta realidade, defrontei-me com a dinâmica de trabalho em torno da orla de Boa Viagem, a qual envolve múltiplos/as atores/atrizes, tais como os/as barraqueiros/as, carregadores de carroça, flanelinhas etc. Nesse contexto, vi e ouvi, já nesse primeiro encontro, que as pessoas em situação de rua que por ali vivem, também contribuem, de formas múltiplas e, nem por isso visíveis, ao processo de trabalho que existe nesta localidade.

Neste dia, logo cedo, por volta das 6h30, encontrei Pedro em frente ao Supermercado *Carrefour*, na Avenida Moisés Ferreira, e seguimos em direção à orla, onde já foi possível ver algumas carroças pesadas sendo transportadas. Conversamos com alguns/mas trabalhadores/as que atuam na praia, incluindo pessoas em situação de rua. Estas últimas[74] falaram da especificidade de estar em situação de rua numa praia, a exemplo de dormir na areia e acordar "boiando" devido à maré alta. Ao perceber que poderia perder uma garrafa de cachaça (Pitú), enterrá-la na areia para resgatá-la ao amanhecer. Outro fato curioso é a realidade de dormir enterrado na areia.

Já neste primeiro dia foi possível constatar o forte vínculo das pessoas em situação de rua com o álcool, especificamente a Pitú e a Caninha do Interior, que são mais baratas e provocam um efeito infalível. Esta última é uma bebida alcóolica vendida numa garrafa de 500 ml por R$2,50, mais conhecida como "buchudinha". É comum este líquido fazer parte do café da manhã dessas pessoas, sendo, inclusive, preferível a algum alimento. Conforme o

[74] Uma dessas pessoas, Caroço, faleceu durante a pesquisa de campo.

andamento da pesquisa, verificou-se que o uso do álcool, na maioria das vezes, consiste numa maneira de lidar com a realidade difícil que é a situação de rua. É comum o uso de drogas para mitigar a fome, por exemplo.

4.3.1.2 Centro do Recife

No centro do Recife, escolhi os locais de maior circulação de pessoas em situação de rua: Rua do Imperador, Praça Dezessete, Mercado São José, Praça da Independência (mais conhecida como Praça do Diário), Praça Maciel Pinheiro. Nestes locais, minha forma de abordagem foi sentar-me no local e observar o movimento, com foco nas pessoas em situação de rua. Ao eleger alguém nessa condição para abordar, não perguntava inicialmente se a pessoa estava em situação de rua para evitar constrangê-la, mas se ela vivia pelo local e por onde morava. Assim, ao certificar-me que a pessoa estava em situação de rua, explicava minha pesquisa e perguntava se ela teria interesse em participar. Em alguns casos, não fui bem recebida e a pessoa demonstrou não querer conversar. Nesta localidade, fui acompanhada por Maicon na maioria das vezes, uma vez por Pedro Silveira, o mesmo que me acompanhou em Boa Viagem, e sozinha outras.

4.3.1.3 Duração da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira, entre abril de 2016 a março de 2017, de caráter mais exploratório, em que mapeei os principais trabalhos realizados pelas pessoas em situação de rua. Em Boa Viagem, conheci a realidade das pessoas em situação de rua ao redor do Edifício Holiday, bem como os principais trabalhos que executam nessa área, a exemplo do carregamento de carroças. Nesse período, realizei sete visitas e seis entrevistas em Boa Viagem. No centro do Recife, foram três visitas e três entrevistas.

Na segunda etapa, de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019, na qual as entrevistas foram todas baseadas no novo roteiro (apêndice A), foram realizadas 22 visitas em Boa Viagem, com oito entrevistas e um grupo focal; em Recife, foram seis visitas, com quatro entrevistas. E uma visita a Olinda, com uma entrevista, lugar escolhido para testar o novo roteiro, por ser uma cidade diferente do local de pesquisa. A coincidência é que, posteriormente, encontrei o entrevistado (Gilberto) na orla de Boa Viagem junto às demais pessoas nesta situação que vivem nas proximidades do Edif. Holiday, trabalhando na mesma função que muitos em situação de rua neste local, ou seja, puxar carroças, numa prova

interessante do quanto as pessoas em situação de rua são errantes. Como esta entrevista foi realizada satisfatoriamente e o entrevistado foi encontrado no mesmo lócus de pesquisa, decidi agregá-la aos dados.

As visitas a campo tiveram duração variada, numa média aproximada de quatro horas cada, nas quais foram realizadas entrevistas gravadas, conversas, fotografias e observações.

4.3.1.4 Outras especificidades do campo

Tanto em Boa Viagem quanto no centro do Recife, evitei ir sozinha para realizar esta pesquisa por questão de **segurança**, pois meus/minhas próprios/as entrevistados/as diziam para eu agir com cuidado diante dos grandes riscos proporcionados pelas ruas, salientando que havia muitas pessoas perigosas[75] neste espaço. Como exemplo, numa das vezes em que eu estava sozinha próximo ao Holiday, na orla, disseram que não iriam me deixar ir nesta condição à parada de ônibus. E, mesmo tendo dito que iria à Pracinha de Boa Viagem (pois teria que me sentar em algum lugar para fazer os relatos do campo), fui acompanhada por Porfiro[76]. Salienta-se que esse evento ocorreu por volta das 17h40, um horário considerado tranquilo para circular por estes espaços.

Em todas as minhas idas nunca tive grandes problemas oriundos da insegurança. Apenas uma vez em que, mesmo acompanhada de Pedro, na Praça Dezessete, um homem tentou puxar minha mochila, na qual estava minha câmera fotográfica e outros pertences. Mas as demais pessoas em situação de rua me defenderam e alguns homens o puseram para correr. Em Boa Viagem, foi providenciado um **lanche** para a maioria dos encontros, pois, por mais que eu não tivesse condições de levar muita comida e bebida, avaliei que esta ação seria necessária, visto que na maioria das vezes essas pessoas estavam com fome, sobretudo na parte da manhã. Os lanches geralmente eram bolachas, biscoitos, leite, suco, pão, mortadela, bolo, frutas, variando os itens conforme o dia.

---

[75] Esta pesquisa não objetiva reforçar o estigma da rua, com todos os sujeitos que nela vivem, como sendo naturalmente perigosa. Ao contrário, esse registro é para mostrar que o/a pesquisador/a independentemente do seu local de pesquisa, precisa tomar medidas que lhe garantam sua integridade física e a continuidade do estudo.

[76] Nesta tese, os/as entrevistados/as são tratados/as através de nomes fictícios. Para os/as da praia de Boa Viagem, a escolha foi baseada na obra O Cortiço, de Aluísio Azevedo. A escolha dos nomes não obedeceu a uma relação direta entre as personagens e os/as entrevistados/as, pois se trata apenas de uma comparação superficial entre a realidade apresentada no livro e a analisada nesta tese. Inclusive, o próprio Edif. Holiday poderia ter sido denominado de O cortiço, considerando a aproximação das dificuldades vivenciadas pelas personagens da obra e pelos do Holiday, cuja trama em ambos os espaços é mediada por relações laborais. Mais adiante verifica-se um pouco da história de vida de cada um/a desses/as entrevistados/as.

No centro do Recife eu não costumava levar comida para que minha pesquisa de campo não fosse confundida com uma “comunidade”, termo conferido à prática de doação de alimentos, muito comum nesses locais, inclusive nos horários em que eu estava realizando a pesquisa.

4.3.2 Encerramento da pesquisa de campo

A pesquisa de campo em Boa Viagem foi encerrada ao constatar que as respostas às perguntas haviam chegado num nível de saturação, ou seja, que havia repetição nas respostas referentes à compreensão do meu objeto de pesquisa. Obviamente, há outras modalidades de trabalho neste local que não foram apreendidos neste estudo. Já no centro do Recife, a pesquisa de campo foi cessada depois da realização de entrevistas com algumas pessoas em situação de rua que trabalham na reciclagem de latas de alumínio. A pesquisa, nas duas localidades, poderia ter continuado para que outras questões fossem aprofundadas. No entanto, os limites temporais do doutorado determinaram sua finalização.

4.4 Técnicas de pesquisa utilizadas para coleta de dados

4.4.1 Observação

Em todos os locais de pesquisa, utilizei-me dessa técnica para melhor compreender a realidade. Para cumprir esta tarefa, escolhia um local minimamente confortável e me sentava para observar a realidade ao meu redor. Buscava ficar atenta ao máximo de detalhes, incluindo interações sociais, clima, paisagens naturais e construídas. Observar é uma prática de recorte, pois os aspectos observados dependem da percepção de quem observa e, ademais, as análises e interpretações destes estão intrinsecamente vinculadas a posturas subjetivas, que envolvem vivências e experiências pessoais e trajetória acadêmica. Essas premissas vão na contramão de uma pretensa postura de neutralidade na pesquisa.

Todavia, considerar esses aspectos não significa ausência de procedimentos científicos durante a observação. A depender do grupo com quem eu lidava, uma postura observacional diferente era adotada. Em Boa Viagem, houve uma tendência para que a observação se mesclasse à participação, pois eu observava enquanto conversava com as pessoas em situação de rua e outros/as agregados/as. Nesse processo, pouco utilizei o caderno de anotações. Usei mais a fotografia e a conversa. Também houve momentos em que a observação esteve mais

atrelada a anotações e a pouca interação social. No centro do Recife, o procedimento de observação seguiu mais a segunda modalidade.

Atrelado à observação, têm-se o relato dos aspectos observados. Assim, enquanto estava no campo, fazia o máximo de anotações possíveis. Posteriormente, de preferência no mesmo dia para que a memória não falhasse, fazia o relato completo das minhas percepções da visita. Quando não dispunha de tempo para escrever imediatamente após o contato, fazia o relato por meio de áudio para depois analisá-lo e escrever sobre a visita. Também costumava conversar com quem estivesse me acompanhando nas atividades sobre nossas vivências no campo, quer seja Pedro, quem me apresentou o campo, ou Maicon, que costumava me acompanhar nessas tarefas.

4.4.2 Fotografia

A fotografia, uma ferramenta que em si mesma oferece diferentes possibilidades analíticas, não foi aqui analisada *per se*, mas como um subsídio de complementação às técnicas supracitadas, como uma maneira de ilustrar os dados. A fotografia, ao possibilitar o congelamento de características específicas da realidade, contribui para análises destas posteriormente. E, desse modo, aspectos não vistos e/ou percebidos no momento de captação da imagem podem ser apreendidos no momento de análise dos dados. Com a permissão deles/as, fotografei-os/as durante seu trabalho e também em outros momentos de seu cotidiano.

A fotografia também foi uma maneira de aproximação dos/as entrevistados/as e destes/as entre si, pois a maioria se empolgava para posar para as fotos, com o objetivo de recebê-las reveladas posteriormente. Nas fotos, empenharam-se em mostrar sua maneira de trabalhar, ou seja, como agem como flanelinhas no estacionamento, a quantidade de latas recicláveis recolhidas, o carregamento de carroças, a organização das cadeiras e guarda-sóis na areia.

Também demonstraram entusiasmo em registrar, em fotografias, seu ambiente de interação diária, a cachaça que costumavam beber, os cachorros com quem conviviam, os/as companheiros/as barraqueiros/as, amigos/as que porventura estivessem visitando o local, e a si mesmos em diferentes poses. Um dos entrevistados, por exemplo, pediu várias fotos na praia simulando que estava jogando como um goleiro, pois seu sonho é ser jogador de futebol.

Fotografia nº 15 - Gilberto simulando um goleiro



Fonte: Foto da autora, 28/04/18, às 09h12.

Fotografia nº 16 – Água de coco



Fonte: Foto da autora, 12/05/2018, às 7h13.

Fotografia nº 17 – Reveillon[77]



Fonte: Foto da autora, 01/01/2019, às 00h19.

Fotografia nº 18 – Reveillon – Rita, Botelho e Jerônimo.



Fonte: Foto da autora, 01/01/2019, às 01h36.

[77] A pesquisa de campo também foi realizada durante o *réveillon*, por ser um dos períodos em que a praia de Boa Viagem costuma ter mais visitantes, tanto na noite do dia 31 e madrugada do dia 01, quanto no dia 01 no período diurno. Nesse período, há barraqueiros/as que trabalham apenas à noite e pela madrugada, uns/mas que trabalham apenas no período diurno do dia 01 e outros/as que trabalham nesses dois turnos. Nessas duas jornadas, há pessoas em situação de rua que contribuem para o funcionamento do comércio na praia. Para essa festividade, essas pessoas tiveram à sua disposição cadeiras e mesas de uma barraqueira para quem costumavam trabalhar. As comidas foram preparadas por Rita, em sua casa, e as bebidas foram compradas coletivamente. Também receberam doações por parte de barraqueiros/as e pessoas ao redor que também estavam festejando a virada do ano.

Fotografia nº 19 – Rita, Jerônimo e uma barraqueira.



Fonte: Foto da autora, 17/03/2019, às 15h23.

Fotografia nº 20 – Porfiro, Jerônimo e o cachorro deste.



Fonte: Foto da autora, 20/05/18, às 10h59.

Interessante, também, foi o momento em que recebiam as fotografias reveladas, pois demonstravam contentamento ao verem-se nessas imagens e, muitas vezes, presentearam algum/a barraqueiro/a com uma foto. Outros/as disseram que iriam guardar as fotos para presentear às suas mães quando as vissem.

4.4.3 Entrevista

A entrevista tem sido um instrumento de coleta de dados frequentemente empregado em pesquisas. Ainda que este método seja amplamente utilizado, não há um padrão ao qual todos/as pesquisadores/as devam seguir, visto que se deve atentar aos elementos contextuais e interpessoais. Fontana e Frey (2003) apontam-nos algumas diretrizes para a realização de entrevistas que possibilitam um desempenho satisfatório na pesquisa.

De início, eles mencionam o acesso ao *lócus* de pesquisa (*setting*), no qual se deve adentrar em conformidade com o contexto, a fim de facilitar a interação e concessão de informações. Entretanto, saliente-se que o/a pesquisador/a, por mais que se esforce,

dificilmente obterá êxito em ser considerado/a integrante do grupo que pretende investigar, a menos que já faça parte do mesmo anteriormente à pesquisa. De toda forma, este já é um passo importante ao estabelecimento de *rapport*, processo em que se estabelece empatia com o/a entrevistado/a. Uma atitude empática consiste numa situação em que o indivíduo busca se colocar no lugar do/a outro/a, para compreender o funcionamento deste/a, no que se refere aos seus anseios, conflitos, crenças, etc. Salientando-se que nunca será possível ser esse/a outro/a.

No âmbito desta diretriz, é preciso conhecer a linguagem e a cultura dos/as entrevistados/as para evitar mal-entendidos e interpretações errôneas, sobretudo mediante o uso de termos desconhecidos pelo público-alvo, o que pode denotar desrespeito e presunção. Outra sugestão é que o/a entrevistador/a se apresente inclinado/a para aprender com as experiências do/a outro/a. Igualmente, recomenda-se a entrada no campo de pesquisa em companhia de um/a integrante do grupo a ser estudado, ou que tenha relação próxima com este. Esta companhia, por sua vez, facilita a aplicabilidade do ganho de confiança, processo imprescindível à espontaneidade dos/as entrevistados/as e à sensação de segurança dos/as mesmos/as de que estão participando de uma pesquisa séria. Essas sugestões dificultam o equívoco do/a pesquisador/a ser confundido/a com um/a espião/espiã.

Por fim, em qualquer circunstância, o/a pesquisador/a deve guiar-se pelas seguintes orientações: "fazer notas regular e prontamente; escrever tudo, sem se importar caso não pareça importante no momento; fazer o possível para tentar não ser percebido enquanto faz as anotações; analisar todas as notas frequentemente[78]" (FONTANA & FREY, 2003, p. 79).

Em algumas situações, não é recomendado que o/a pesquisador/a faça anotações no campo, pois é possível que esta atitude retire a espontaneidade do/a entrevistado/a, além deste/a sentir-se constrangido/a por acreditar que está sendo analisado/a. No entanto, é imprescindível que as anotações sejam realizadas o mais breve possível após a entrada no campo, pois é normal que a memória vá gradualmente perdendo nitidez, ocasionando, inclusive, a formação de falsas memórias, fato que tornaria a análise dos dados comprometida.

Todas estas diretrizes, as quais foram seguidas nesta pesquisa, são elementos importantes que facilitam a colaboração dos/as entrevistados/as ao estudo. No tocante à apresentação, enquanto pesquisadora, fiz o esforço para evitar a sobreposição da academia durante a realização da entrevista, evitando que os conceitos de trabalho, informalidade, pobreza e desigualdade social (principais conceitos da pesquisa) interferissem na condução da

[78] "(a) take notes regularly and promptly; (b) write everything down, no matter how unimportant it may seem at the time; (c) try to be as inconspicuous as possible in note taking; and (d) analyze their notes frequently."

pesquisa, a fim de colher o que, de fato, os/as entrevistados/as acreditam. "O pesquisador deve estar hábil para se colocar no lugar dos entrevistados e observar a situação do ponto de vista destes, em vez de sobrepor seu mundo da academia e seus preconceitos sobre eles[79]" (FONTANA & FREY, 2003, p. 78).

As entrevistas foram baseadas num roteiro semiestruturado (APÊNDICE A) elaborado por mim e sob orientações de meus orientadores. Em função das primeiras entrevistas e de suas análises prévias, bem como do aprofundamento teórico da investigação, este roteiro foi melhorado e aplicado a partir das entrevistas realizadas em 2018. Todas as transcrições foram realizadas por mim, pois esse processo, embora extremamente cansativo e demorado, é fundamental para melhor compreensão da condução da pesquisa, da autoavaliação do/a pesquisador/a, e, através de entonações de voz, bem como palavras e frases ditas pela metade, compreender melhor o processo de interação ocorrido durante a entrevista. Assim, a realização das transcrições consistiu num procedimento basilar ao processo analítico desta tese.

Para melhor compreender as transcrições, foram utilizados marcadores elaborados em outro momento de pesquisa (SILVA, 2015), conforme se verifica no quadro abaixo:

Quadro nº 5: Marcadores de transcrição

[…]	Trechos da entrevista inaudíveis.
(…)	Recortes na transcrição.
___	Os sublinhados referem-se a destaques de trechos realizados por mim.
Letras maiúsculas	Ênfase na letra, sílaba ou na palavra realizada pelo/a entrevistado/a.
-	Corte na fala, seja pelo/a falante, ao mudar rapidamente o conteúdo, seja por interrupção do/a ouvinte.
Letras repetidas	Sílaba pronunciada de modo prolongado.
[ ]	Frase ou palavra entre colchetes marcam observações realizadas para melhor entendimento do contexto.
,	O uso da vírgula obedece mais às pausas durante as falas do que às regras gramaticais.

FONTE: Silva (2015).

4.4.3.1 Local de realização das entrevistas

No centro do Recife, as entrevistas foram realizadas nos seguintes locais: Rua do Imperador, Praça Dezessete, Mercado São José, Praça da Independência (mais conhecida como Praça do Diário) e Praça Maciel Pinheiro.

[79] "The researcher must be able to take the role of the respondents and attempt to see the situation from their viewpoint, rather than superimpose his or her world of academia and preconceptions upon them."

Em Boa Viagem, na primeira fase da pesquisa de campo, em 2016 e 2017, os encontros e as entrevistas, em sua maioria, foram realizados na "casa" de Piedade, onde as pessoas em situação de rua da localidade costumavam se reunir logo cedo para conversarem e compartilharem alguma bebida alcoólica. A seguir, fotografias deste local, em dias diferentes. Um dos fatores da mudança na organização dos seus pertences é a ação da Prefeitura em constantemente levar seus objetos, numa tentativa de impedir que morasse neste lugar, que consiste numa calçada em frente ao Edif Holiday.

Fotografia nº 21 – Casa de Piedade



Fonte: Foto da autora, 06/11/2016.

Fotografia nº 22 – Casa de Piedade



Fonte: Foto da autora, 29/01/2017.

Posteriormente, em 2018, o ponto de encontro foi o calçadão da praia, embaixo de uma árvore (conhecida em Recife como "Castanhola" ou "Coração de negro"), conforme se observa nas fotografias abaixo:

Fotografia nº 23 – Onde passavam o dia.



Fonte: Foto da autora, 19/02/2019, às 10h52.

Fotografia nº 24 – Onde passavam o dia.



Fonte: Foto da autora, 20/05/2018, às 11h10.

Essas pessoas têm o costume de ficar grande parte de seu dia neste local, estratégico por estar na sombra, próximo aos/às barraqueiros/as com quem têm melhor relação e em frente a um estacionamento público no qual também é possível trabalhar como flanelinha. Depois de transportarem as carroças, ficam neste local conversando e bebendo a "buchudinha". Alguns/mas têm o costume de se deslocarem em direção ao Acaiaca para tirar coco de uma plantação na areia. A água de coco é tomada no local e alguns cocos são levados para os/as demais. Também compartilham os alimentos recebidos, de barraqueiros/as, pessoas que lhes dão de forma esporádica e outras de modo mais sistemático. Por volta das 13h, 14h, alguns/mas saem pela areia para catar latinhas recicláveis, as quais são vendidas num depósito localizado no térreo do Holiday. No final da tarde carregam as carroças de volta ao prédio. Sob esta árvore, como ponto de apoio, também deixam seus pertences, por mais que a Prefeitura tenha o hábito de apreendê-los, como já ocorreu com um carrinho de supermercado de um dos entrevistados, Jerônimo, no qual guardava seus pertences.

Assim, essas pessoas vivem a situação de rua na orla de uma das praias brasileiras mais visitadas por turistas nacionais e internacionais, numa das áreas de km² mais caro do país. É aí que vivem suas angústias, felicidades, medos, raivas. Também é aí que alguns/mas já sofreram acidentes, como é o caso de Agostinho. Este, semanas depois de ter-me concedido uma entrevista, foi atropelado por dois automóveis, um seguido do outro. Nenhuma das pessoas que estavam dirigindo lhe prestou auxílio e a motorista que provocou a segunda batida ficou rindo do acidentado, como se estivesse em uma cena cômica. Ao final, a motorista teve que se esconder num dos prédios da orla, com medo dos companheiros de Agostinho. Depois saiu, esquivando-se de suas responsabilidades. Agostinho, depois de 13 dias de internação, ficou com uma perna muito ferida e de difícil cicatrização e sem ânimo para dar início ao processo de Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

De modo geral, essas pessoas vivem ao redor do Holiday, na maioria das vezes sendo consideradas como um incômodo aos/às ricos/as moradores/as deste bairro luxuoso de Recife, em busca do autossustento e da tranquilidade, muitas vezes só conseguida mediante drogas, sejam lícitas ou ilícitas.

4.4.3.2 Procedimentos gerais das entrevistas

Foram entrevistadas 19 pessoas em situação de rua, sendo 11 em Boa Viagem[80], sete no centro do Recife e uma em Olinda, a qual foi agregada aos dados porque o entrevistado também foi encontrado em Boa Viagem, conforme já mencionado no item 3.3.1.3. Desse modo, pode-se dizer que 12 entrevistados/as são da realidade de Boa Viagem e sete do centro.

O tempo de cada entrevista variou de oito minutos e 27 segundos a duas horas 11 minutos e 40 segundos, sendo a média de 40 minutos. Essa diferença de duração foi decorrente da disponibilidade dos/as entrevistados/as, considerando que em alguns casos as entrevistadas foram realizadas durante seu turno laboral, bem como a própria impaciência e resistência ao método de pesquisa. Além das entrevistas gravadas, realizei outras sem o roteiro, tanto em Boa Viagem quanto no centro do Recife, com perguntas gerais para ter uma compreensão mais ampla da situação de rua.

Em Boa Viagem, para garantir a confidencialidade, evitar interferências dos/as demais e facilitar o entendimento posterior, as entrevistas individuais foram realizadas em local mais afastado do grupo, a uns cinco metros de distância, ainda no calçadão. Outras entrevistas foram realizadas em locais diferentes, como na casa de Piedade, com o cuidado de realizar este procedimento num local mais afastado dos/as demais. O térreo do Holiday também foi local de realização de entrevistas.

No centro do Recife e em Olinda também se seguiu o procedimento de garantir que as entrevistas não fossem realizadas na presença de outras pessoas, o que nem sempre foi possível. Mas, de modo geral, não houve interrupções significativas na condução das entrevistas, em nenhuma localidade.

O critério de seleção para os/as entrevistados/as não foi probabilístico, porque não houve conhecimento prévio do total de pessoas em situação de Rua em Recife, além de constituírem num grupo de difícil acesso. A seleção foi baseada em abordagem direta, ou seja, ao chegar ao local de convívio das pessoas em situação de rua, perguntar-lhes se tinham interesse e disponibilidade em participar da pesquisa. Esse procedimento foi adotado em Boa Viagem e no centro do Recife.

Ao constatar que o grupo de pessoas em situação de rua que viviam ao redor do Holiday costumavam estar juntas durante parte considerável do dia e que circulavam por

[80] Das entrevistas de Boa Viagem, três não foram utilizadas na análise por não apresentarem conteúdos suficientes para esta finalidade, pois consistem em registro de breves relatos sobre a vida de cada entrevistado (coincidentemente, foram três homens). Se essas fossem utilizadas, o total de entrevistas seria 22.

locais fáceis de serem encontradas, decidi fazer mais visitas a essa localidade a fim de complementar os dados obtidos nas entrevistas e compreender de forma mais ampla o trabalho dessas pessoas, a partir da observação das atividades que realizavam, da maneira como falavam das mesmas e de seu modo de viver no geral. Esse aspecto, portanto, acarretou uma especificidade ao trabalho de campo realizado em Boa Viagem.

Também foi realizada uma entrevista com Pedro Silveira, na condição de ter sido barraqueiro na praia de Boa Viagem, com o objetivo de compreender a dinâmica de trabalho neste local. Tal entrevista foi realizada com base no roteiro que está no apêndice B.

Como forma de assegurar a participação voluntária e esclarecida dos/as participantes, as entrevistas foram realizadas sob assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), o qual se encontra no apêndice C.

4.4.3.3 Grupo Focal

A técnica do grupo focal foi escolhida por se apresentar como uma alternativa para apreender aspectos das vivências dos indivíduos que são mais difíceis de compreender através da técnica da entrevista. Isso porque o grupo focal, embora tenha o enredo baseado numa temática pré-definida pelo/a pesquisador/a, caracteriza-se por permitir que os indivíduos interajam entre si e, portanto, expressem comportamentos e crenças de uma maneira semelhante ao que fariam em momentos diferentes da situação de estar participando de uma pesquisa. Nesse sentido, os dados advindos desta técnica tendem a ser caracterizados por qualidade elevada.

Além disso, os/as participantes desfrutam de maior grau de liberdade para decidir o conteúdo e a direção do grupo focal, vivenciando um empoderamento em relação ao processo de pesquisa. Essa interação tende a ser mais espontânea do que na entrevista, uma vez que há uma diminuição da influência do/a pesquisador/a, o/a qual tem sua atenção dividida a todos/as participantes, através de relações horizontais que perpassam todo o grupo. Atreladas a este caso, há as influências mútuas entre os pares, de modo que os dados de um grupo focal não podem ser analisados como oriundos de pessoas individualmente, mas a partir de uma multivocalidade, uma vez que as intervenções são influenciadas pelo comportamento coletivo e a construção social dos significados. A distância entre pesquisador/a e pesquisado/a também é diminuída em função do grupo focal ser menos estruturado e menos diretivo.

Todavia, é preciso que fique compreensível aos/às participantes, desde o início, o papel do/a moderador/a na condução do grupo focal, que, embora não vise a guiar as respostas

através de ingerências, também não desempenha uma função neutra no jogo das interações. A tarefa principal do/a moderador/a, ao conduzir o grupo, é facilitar as trocas, provocar interações e reflexões, num ambiente de conforto. Proporcionado este ambiente, o importante é observar a desenvoltura da linguagem, considerada "como espaço interativo, materializado em discursos e enunciados em processo de transformação constante". Ademais, "tal espaço ganha vida à medida que os sujeitos do discurso agem uns sobre os outros e sobre a própria linguagem em contextos socioculturais e históricos específicos" (SILVA, 2012, p. 175).

Este método caracteriza-se por oferecer "um ambiente seguro onde eles podem compartilhar ideias, crenças e atitudes na companhia de pessoas oriundas do mesmo contexto socioeconômico, ético e de gênero[81]" (MADRIZ, 1998, p.364). São nessas interações interpessoais que os conceitos e percepções dos indivíduos, sobre a realidade, adquirem contornos mais nítidos e, assim, podem ser observados e analisados com maior acuidade. "A singularidade do grupo focal é que eles permitem cientistas sociais observarem o processo sociológico mais importante – interação humana coletiva[82]" (MADRIZ, 1998, p. 365). Para tanto, o/a pesquisador/a precisa estar atento/a às vozes e aos sentimentos dos/as participantes, estando aberto/a, inclusive, para reconsiderar seu ponto de vista.

As mesmas orientações para a entrevista também servem para o grupo focal, com o acréscimo de que, neste caso, o/a pesquisador/a necessita empreender mais atenção, uma vez que está lidando com um grupo de pessoas, cada uma com suas especificidades.

Segundo Madriz (1998), o grupo focal consiste num método que possibilita as pesquisas caminharem na direção de se contrapor às teorias sociais elitistas que têm servido para perpetuar desigualdades sociais e a reproduzir discriminações. Por conseguinte, ao elevar a criticidade da pesquisa, este método contribui à luta por justiça social, ao favorecer que os grupos subjugados tenham espaço de fala.

Perante toda esta riqueza de detalhes e de interações, o/a pesquisador/a se depara com dificuldades que precisam ser superadas, a exemplo da grande quantidade de informações num período de tempo limitado.

Nesta pesquisa, o grupo focal foi realizado com pessoas em situação de rua que já haviam sido entrevistadas, juntamente a outras que estavam no local e foram convidadas a participar. O local de realização foi a orla da praia, na areia, com apoio de cadeiras e mesa de uma das barracas, onde também foi comprado um lanche para facilitar a interação na

[81] "A safe environment where they can share ideas, beliefs, and atitudes in the company of people from the same socioeconomic, ethnic, and gender backgrounds."
[82] "The singularity of focus groups is that they allow social scientists to observe the most importante sociological process – collective human interaction."

atividade. O grupo focal foi conduzido por mim, com apoio de Maicon. O momento foi gravado com dois gravadores, para facilitar a posterior transcrição[83]. O roteiro do grupo focal (apêndice D) foi elaborado com base no roteiro da entrevista. A gravação do grupo focal também foi transcrita por mim, pelos mesmos motivos apresentados na seção da entrevista.

Participaram nove pessoas do grupo focal, das quais quatro também participaram através de entrevista.

4.5 Considerações éticas do estudo

Com a anuência do meu orientador e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, esta pesquisa pode ter início sem ter passado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE. No entanto, após reflexões, mesmo com o processo de coleta de dados já tendo iniciado, decidi submeter meu projeto ao Comitê. Nesse sentido, os dados coletados a partir de março de 2017 estão respaldados pela aprovação deste Comitê, cujo número do parecer é 1.928.478.

[83] Infelizmente, um dos áudios foi excluído involuntariamente. No entanto, este acontecimento não comprometeu a compreensão dos dados obtidos mediante este método.

5 - QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DESTA PESQUISA

Para compreender a configuração sociotécnica do processo de trabalho das pessoas em situação de rua, é importante analisar, inicialmente, o **perfil laboral**, tarefa empreendida neste capítulo, ao apresentar as pessoas em situação de rua entrevistadas, e também no capítulo 6, ao discutir a identidade desses/as trabalhadores/as. A dimensão do perfil da mão de obra é imprescindível para compreensão do processo desses trabalhos porque essas pessoas, além de terem a pobreza extrema como característica em comum, frequentemente utilizam esse aspecto para justificar as dificuldades na busca e na execução dos trabalhos. Por isso, é de fundamental importância compreender o fenômeno "pessoas em situação de rua", especificamente as pessoas aqui entrevistadas.

Considera-se, nesta investigação, que o processo de trabalho não envolve apenas questões técnicas, operacionais e objetivas, como se estas estivessem desvencilhadas da subjetividade, dos aspectos próprios de cada sujeito. Por isso, inicialmente, é analisada a **trajetória de vida** dos/as entrevistados/as, partindo do pressuposto de que esta apresenta fios que tecem a dinâmica atual desses indivíduos, incluindo seu universo laboral.

São apresentados aspectos da história familiar de cada entrevistado/a, com destaque para as estratégias de sobrevivência, as quais podem incluir a realidade de trabalho infantil por parte deste/a. Destacam-se as modalidades de trabalhos executados pelos/as entrevistados/as, desde a infância e a adolescência até o momento da entrevista, sobre o qual esta tese detém suas análises. Nessa trajetória, elementos tais como baixa escolaridade, fraca rede de contatos e uso de álcool e/ou outras drogas tendem a condicionar a inserção em trabalhos precários.

Ao constatar que a análise complexa de uma dada realidade precisa considerar tanto as interações peculiares quanto as estruturas, o uso do configuracionismo enquanto perspectiva teórico-metodológica apresenta-se como de extrema relevância. Assim, o entendimento da pobreza, e de como esta está vinculada à desigualdade socioeconômica, consiste em ingrediente chave para compreender as pessoas em situação de rua e, consequentemente, do processo de trabalho a que estão vinculadas.

5.1 - Breve história das pessoas entrevistadas

Esta seção apresenta as pessoas em situação de rua entrevistadas, incluindo aspectos de sua biografia, para complementar o entendimento da relação destas com o mundo do

trabalho. Essas histórias são repletas de fissuras e aparentes contradições, aspectos inerentes ao processo da narrativa, no qual o indivíduo escolhe os elementos que deseja revelar sobre si, muitas vezes confundindo o/a entrevistadora/a de maneira nem sempre consciente. Inicialmente, tais informações são apresentadas resumidamente no quadro abaixo.

Quadro nº 6 - Informações resumidas sobre as pessoas em situação de rua desta pesquisa

NOME	IDADE	RAÇA/COR[84]	ESCOLARIDADE	LOCAL DE ORIGEM	TEMPO QUE ESTÁ NA RUA	TRABALHOS QUE REALIZA	TEMPO NO TRABALHO
Alexandre	42	Mulato	1ª série	Vitória de Santo Antão - PE	Um ano	1. Transporte de carroças 2. Catação latas de alumínio 3. Flanelinha	N.E.
Jerônimo	39	Moreno claro[85]	Alfabetização	Rio Grande do Norte	20 anos	1. Transporte de carroças 2. Catação latas de alumínio 3. Flanelinha	1. Três meses 2. Entre dois e três anos. 3. Desde os 16 anos, mais ou menos.
Porfiro	33	Antes: branco Agora: "marrom"	5ª série	Recife	"Desde criança"	1. Montagem de bar 2. Catação latas de alumínio	N.E.
Bruno	37	Moreno	Ensino Fundamental	Vitória de Santo Antão - PE	Desde criança oscila entre a casa e a rua	1. Transporte de carroças 2. Catação latas de alumínio 3. Flanelinha 4. Construção civil – Pedreiro	1. 15 anos 2, 3, 4 – N.E.
Bertoleza	30	Indígena	5ª série	Recife - PE	Dos 12 aos 20 anos de idade. E dos 28 aos 30.	1. Ajuda à barraqueira, na montagem de bar e atendimento aos/às clientes. 2. Faxina 3. Catação latas de alumínio	1. Cinco meses. 2, 3 – N.E.
Piedade	48	N.E[86].	4ª série	N.E.	20 anos	1. Flanelinha	N.E.
Josenildo	34	N.E.	Fundamental incompleto	Palmares - PE	Um ano e meio	1. Transporte de carroças 2. Catação latas de alumínio	N.E.
Gilberto	43	Branco	1ª série	Alagoas	10 anos, aproximadamente, entre PE e AL.	1. Transporte de carroças 2. Catação de latas de alumínio e garrafas PET	1. N.E. 2. Desde que começou a usar crack[88].

[84] As denominações como estão no quadro referem-se exatamente às respostas dadas pelos/entrevistados/as.
[85] Em outro momento da pesquisa de campo disse que era "mulato", explicando que nem é negro nem branco.
[86] N.E. – Não especificou.
[88] Não especificou a data. Disse que fazia esta atividade com o objetivo de comprar crack.

						3. Prostituição 4. Auxílio a um comerciante[87]	3. Desde o período em que vivia em Alagoas. 4. Menos de um mês.
Ana	49	Morena Clara.	Fundamental incompleto	Rio de Janeiro (não lembra a cidade)	N.E. – Muitos anos	1. Catação de latas de alumínio 2. Transporte de frutas[89] 3. Mandados para comerciantes ao redor	N.E.
Lucas	Entre 36 e 44[90]	Negro	Não especificou. "Estudei até certos períodos"	Salvador-BA	Cinco anos aproximadamente.	1. Venda de pulseiras artesanais. Ele as compra para revendê-las.	N.E.
Samuel	29	N.E.	Ensino Médio	Recife - PE	19 anos – entre casa de familiares e a rua. No dia da entrevista, estava há quatro meses initerruptamente.	Não estava trabalhando no momento.	N.A[91].
Fernando	18	N.E.	2 ª série	São José da Coroa Grande - PE	Quatro anos – entre casa e a rua. No dia da entrevista, estava há três meses initerruptamente.	1. Venda de pipocas nos transportes públicos da RMR, especificamente nos BRT.	N.E.
Moisés	43		1º ano do Ensino Médio	Barra de Santa Rosa - PB		1. Catação de latas de alumínio. 2. Flanelinha (vigia e lava os	1. N.E. 2. Um dia.

[87] Ele auxilia um dono de fiteiro na compra de seus materiais para revenda, a exemplo de água mineral, pipoca, salgadinho etc.
[89] Essa atividade consiste em transportar bacias com frutas até o local onde estas serão vendidas, num trajeto percorrido de aproximadamente 1 km. O ponto inicial é a parada de ônibus onde os/as vendedores/as descem, provenientes de outras cidades da RMR, tais como Igarassu.
[90] Ele demonstrou não ter certeza de sua idade pois, ao passo que afirmou ter 44 anos, também disse que nasceu em 1981, do que é possível depreender que tenha entre 36 e 44 anos.
[91] Não se aplica.

						carros)[92]	
Leandro	32	N.E.	1ª série	Carpina	17 anos	1. Catação de materiais recicláveis com carroça própria.	N.E.
Laura	50 ou 51	Mulaata, morena, um pouco escura.	6ª série	Recife	10 anos	1. Catação de lata de alumínio 2. Prostituição 3. Faxina[93] 4. Feira – venda de feijão[94]	
Agostinho	39	Moreno claro	6ª série	Itaquitinga	Mais ou menos três anos		
Firmo	52	Branco	N.E.	Natal - RN	> 22 anos	1. Transporte de carroças 2. Catação de lata de alumínio e outros produtos recicláveis com carroça própria, com a qual também realiza fretes.	1. N.E. 2. Cinco anos
Rita	49	Negra	Magistério incompleto	Recife	14 anos em situação de rua, entra a casa e a rua.	1. Catação latas de alumínio 2. Mandados aos/as barraqueiros/as 3. Venda de água mineral	N.E.
Romão	48	Pardo	N.E.	Catende - PE	N.E.	1. Manutenção das carroças, cadeiras, guarda-sóis e outros objetos utilizados pelos/as barraqueiros/as. 2. Pedreiro, serviços elétricos, limpeza de fossa.	13 anos aproximadamente.

FONTE: Elaboração própria

[92] Antes desse estacionamento, ele vendia pipoca e água mineral no Mercado São José. No momento da entrevista, ele estava se organizando para retomar essas vendas no estacionamento.
[93] As faxinas eram realizadas para sua família.
[94] Ela trabalhava na feira que fica ao lado do Mercado São José, numa barraca de verduras que vende inhame, batata, feijão etc. Na época da Páscoa, também há coco e bredo para vender. Sua função específica é desbulhar feijão.

A seguir, uma breve história de cada pessoa entrevistada.

Alexandre – 42 anos – Boa Viagem

Nasceu em Vitória de Santo Antão, munícipio da Mata Sul, situado a 53 km de Recife. Lá, e em cidades próximas, como Amaraji, teve uma infância de muita pobreza e trabalho precarizado. Estudou até a primeira série do Ensino Fundamental. Trabalhou num engenho próximo da cidade Amaraji, no corte de cana. Quando ele trabalhava na usina só ficava empregado durante seis meses porque não havia demanda nos demais.

Saiu de casa aos 14 anos, depois da morte de seu pai. Trabalhou como motorista de caminhão, profissão que atualmente tem muito orgulho, salientando que dirigia um caminhão com duas caixas de marcha: "Era um caminhão duro". Nesse trabalho conheceu muitas cidades brasileiras, inclusive no Estado do Amazonas, onde viveu maritalmente com uma mulher. Seu trabalho nos caminhões era por metas e se não as cumprisse tinha sua renda comprometida.

Disse que ficou nas ruas depois que se separou de uma mulher com quem viveu em Escada - PE, um município a 60 km de Recife.

Tem duas filhas adolescentes, uma de 18 anos que está com a mãe e outra de 17 que está com uma irmã sua.

Quando se separou da mulher em Escada, devido a uma traição desta, foi morar com a família em Amaraji, mas logo saiu para morar sozinho em Recife porque seus irmãos implicavam com ele, sobretudo por questões financeiras. "Aí a minha família, começou a falar merda, num sei que, tal, tá ligado, né, que num é todoo os irmão que apoia o cara, né?"

Alexandre permaneceu pouco tempo morando sozinho, não aguentando essa circunstância porque sentia depressão. Esse é seu argumento para estar em situação de rua, porque pode conversar e interagir com as pessoas. "Se eu for contar a minha história é muita coisa demais que acontece".

Ele está há um ano em situação de rua: "só um ano que eu tô na rua". O uso do termo "só" levanta a reflexão de que o sentido de tempo provavelmente seja diferente para quem não viva em situação de rua, considerando que um ano seja muito tempo para viver nesta condição. Assim que chegou para morar na rua, ficou na pracinha de Boa Viagem. Migrou da pracinha para o Holiday para fugir da violência, argumentando que onde vive atualmente é mais tranquilo. Disse que já está acostumado a viver na rua.

Jerônimo - 39 anos – Boa Viagem

Nasceu no Rio Grande no Norte; não especificou a cidade. Fez a alfabetização. Logo na fase inicial de sua infância sua família fugiu deste estado, para Pernambuco, depois que seu pai assassinou uma pessoa. Ficaram uns dias no Terminal Integrado de Passageiros (TIP), em Recife, e depois conseguiram se instalar em São Lourenço da Mata. Nesta cidade, seu pai cometeu outro assassinato e novamente saiu fugitivo. Porém, desta vez, Jerônimo não foi com a família, mas ficou abandonado no terraço de um vizinho, sem acordo prévio com este. Nesse período, Jerônimo ainda era criança (não especificou a idade). O vizinho e sua família cuidaram de Jerônimo, mesmo aplicando-lhe constante violência. Jerônimo viveu com esta família até os 16 anos aproximadamente.

Saiu fugido desta cidade depois que roubou um armazém e o dono deste lhe perseguiu para lhe matar. Após a fuga, ficou durante oito anos numa casa de recuperação para usuários de drogas, na Estância, bairro do Recife. Depois foi para o centro do Recife. Quando saiu da casa de recuperação, alugou um quarto em Afogados e, posteriormente, como não tinha mais condições de pagá-lo, ficou em situação de rua. Desde que está em Recife também já teve experiência de viver maritalmente com uma mulher, mas por pouco tempo. Morou com uma mulher e depois ficou em situação de rua. Atualmente tem uma companheira, Rita, a qual começou a ficar em situação de rua depois que o conheceu.

Jerônimo não tem contato com sua família, nem a que lhe deixou em São Lourenço da Mata, nem a que lhe criou nesta cidade. Sobre filhos/as, uma ex-companheira sua lhe disse que ele teve um filho com ela, mas ele não tem certeza e, de todo modo, não tem contato com ela e a criança.

Jerônimo disse que está em situação de rua há aproximadamente 20 anos.

Porfiro - 33 anos, embora não tenha certeza de sua idade – Boa Viagem

Nasceu em Recife. Estudou até a 5ª série. Morou durante muitos anos em Garanhuns, com sua avó e seu avô adotivo/a materno/a (que registraram sua mãe). Ele não conheceu o pai biológico. Quando tinha 17 anos, esta avó adotiva faleceu, e, por indicação de sua mãe, foi morar em Recife, pois ele ficaria sem parentes em Garanhuns. Sua mãe e sua avó materna biológica moram, desde esse período, na comunidade Bruno Veloso, em Boa Viagem.

Logo quando chegou ao Recife, ficou apenas dois dias na casa de sua mãe e depois foi às ruas - “Porque eu num acostumo não! Em casa não.” Diz que gosta da rua e conhece que

nesta tem momentos bons, referentes à alegria e à liberdade, e momentos ruins, quando as pessoas o tratam mal. Sua família mora muito perto do Holiday, numa distância menor do que 10 minutos a pé.

Porfiro está em situação de rua desde criança, ainda em Garanhuns. “Negócio dee, de colega, que disse que é colega! Aí fui se aproximando, até hoje. (...) Me chamava: “(...) bora dá um rolé?! Tomar uma por aí!” (...) Eu digo: "bora!" Aí fui me acostumando, me acostumando. Até hoje.”

Viveu com uma companheira durante quase cinco anos, período interrompido com a morte desta, em decorrência do consumo de álcool. Ele disse que quando morava com ela não ficava nas ruas. Depois da morte, teve depressão e ficou internado por um tempo.

Por conta do álcool, ele já foi internado mais de seis vezes, em diferentes cidades, como Caruaru e Garanhuns.

Quando realizei a entrevista ele estava doente, com Tuberculose, mas afirmou que não iria à casa de sua mãe, para que esta não diga que ele só vai quando está nesta condição. Meses depois, Porfiro foi internado numa instituição para usuários de drogas. Até o último dia de visita ao campo, ele continuava internado, de acordo com as pessoas com quem ele convivia ao redor do Edif. Holiday.

Bruno - 37 anos – Boa Viagem

Nasceu em Vitória de Santo Antão. Começou a estudar aos 18 anos e só cursou até a primeira ou segunda série do Ensino Fundamental (não se lembra exatamente). Depois que um avô, uma avó e um tio morreram, sua família e ele se mudaram para a Região Metropolitana do Recife, residindo em diferentes bairros. Seu pai morreu quando ele ainda era criança.

Atualmente, mora entre sua casa nos Coelhos e as ruas nas proximidades do Holiday. “De vez em quando durmo aqui. Tem hora que eu durmo mais em casa, tem hora que eu durmo aqui. Passo uns dia aqui ou uma semana. (...) Aqui eu durmo na sorveteria. Passa comunidade, dá sopa a gente”. No dia da entrevista, ele disse que iria dormir em sua casa: “hoje não, vou pra casa. Vou levar ela pro posto pra extrair o dente”. Refere-se à Miriam, sua companheira. Em outro momento: “fico dormindo na rua, atéé chegar o sábado e o domingo pra trabalhar. Quando aparece uma carrocinha, uma carroça assim a gente vai, aí eu levo”.

Bruno morou com sua família até chegar à maioridade. Mas quando era criança tinha o hábito de fugir de casa, principalmente depois que sua mãe lhe agredia fisicamente, em razão

de ele não ter cumprido sua ordem de vender pastilhas. Ao invés disso, ele costumava chupá-las e presentear outras pessoas com as mesmas. Depois que saiu de casa, já viveu maritalmente com várias mulheres.

Bruno mantém relação com sua família, sobretudo sua mãe, a quem visita e onde faz refeições constantemente. Disse que sua mãe costuma reclamar por esta situação, mas ele argumenta para ela que costuma ajudá-la financeiramente com frequência.

Bertoleza – 30 anos – Boa Viagem

"Você sabe o que o sistema faz, ignora!
E trás problema psicológico, tensão é "foda".
Descaso, humilhação transtorno permanente".
(A Família – Castelo de Madeira)

Nasceu em Recife. Já morou em Natal e em João Pessoa. Nesta última cidade também ficou em situação de rua. Estudou até a 5ª série. Tem transtorno mental, motivo pelo qual diz que não consegue estudar. "Sou esquizofrênica. Dizem os médicos, né? Pra mim não, pra mim eu num sou não". Morou com a família até os 12 anos e depois dos 20 aos 28. O intervalo de 12 aos 20 estava nas ruas, "por aí, perambulando", entre as cidades Natal, João Pessoa e Recife. Saiu de casa por ser preterida em relação a seu irmão. O estopim para esta ação foi uma "pisa" que levou do pai aos 12 anos.

Foi criada pela avó e pelo avô, a quem chama de mãe e pai, pois sua mãe tinha transtorno mental e costumava ser internada em hospital psiquiátrico. Era agredida pelo pai constantemente. Sua mãe cometeu suicídio há 11 anos, cujo motivo Bertoleza atribui ao transtorno mental: "ela se cortava e eu me queimo".

Ela tem contato com sua família, incluindo avô, avó, irmão e filha, que moram em Casa Amarela. Bertoleza não tem boa relação com o irmão, porque ele a agride. Além da filha que vive com sua avó e seu avô, ela tem outra filha que vive com outra família, com quem não tem contato pois foi processo de adoção.

Por sua condição de transtorno mental, recebia auxílio do BPC, mas lhe fora cortado. Quando o tinha, o dinheiro era usado mormente por sua família. Ela faz tratamento num CAPS, o qual lhe passou alguns medicamentos, mas ela os toma de modo assistemático porque disse que não tem o dinheiro da passagem para ir lá buscá-los. Ela também apresentou o argumento de que não vai na casa de sua avó e de seu avô porque quando vai lá tem que lhes dar dinheiro. Em contrapartida, ela não buscou tratamento em outro CAPS mais perto,

como o de Boa Viagem, por exemplo. Isso porque ela diz que apenas o médico que lhe atende entende seu caso. Embora ela não esteja fazendo um tratamento sistemático no CAPS, disse que quando vai lá é atendida pela equipe. Mas, em conversas posteriores, disse que a psicóloga se nega a atendê-la no período da tarde, mesmo que não esteja ocupada. E Bertoleza disse que não consegue chegar mais cedo. Ela também já ficou internada algumas vezes no Hospital Ulisses Pernambucano.

Durante muitos anos, Bertoleza trabalhava na prostituição, prática que lhe fornecia renda para ajudar sua família. Também consumia drogas com esse dinheiro. Nesse período, fez tratamento num CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas).

Atualmente, mora com seu companheiro numa garagem do Edif. Holiday, a qual pertence à barraqueira para quem ela trabalha. Inclusive, a barraca desta fica armazenada na garagem. "Mas, vivo aqui com ele, bem dizer na rua, porque a gente sai de noite pra dormir na rua porque aqui pinga muito e alaga e a gente não tem onde dormir". Este local fica próximo de onde são guardadas as carroças, um dos locais mais sujos do edifício. Por morar numa garagem, às vezes aparece o termo "casa" nas falas de Bertoleza, tal como no exemplo: "O meu marido é que sustenta a casa". Meses depois da data desta entrevista, a dona da garagem permitiu que Bertoleza e seu companheiro tivessem acesso a outro espaço conjugado que permanecia trancado. Com esta mudança, sua condição de moradia melhorou, conquanto ela ainda considerasse estar em situação de rua.

Seu companheiro tem uma casa no interior do Estado, para onde Bertoleza e ele vão raramente. Mas, em conversas posteriores com Bertoleza, ela contou que a ex-companheira de seu companheiro está morando na casa e colocou todos os móveis de Bertoleza no quintal.

Romão[95] – 48 anos – Boa Viagem

Nasceu em Catende, cidade localizada a 140 km de Recife, na Mata Sul. Nesta cidade, trabalhou como cortador de cana. Companheiro da entrevista acima, morava numa garagem do edifício Holiday. Depois, junto a sua companheira, mudou-se para uma casa alugada nas proximidades de Boa Viagem.

[95] Não há muitas informações da trajetória pessoal de Romão porque ele não respondeu a todas as perguntas da entrevista, sob o argumento de que não tinha tempo. Salienta-se que, durante muitos meses, tentei fazer a entrevista com ele várias vezes.

Piedade – 48 anos

Não especificou seu local de nascimento. Ela morava com uma amiga, mas depois da morte desta não pode mais morar na casa e ficou em situação de rua. Morou em frente ao Holiday por mais de cinco anos, na calçada de um prédio, com seu colchão, uma cobertura de madeira improvisada, um carrinho de supermercado, outros utensílios e dois cachorros. Antes de chegar a este local, ficou em situação de rua em vários lugares da Região Metropolitana do Recife. “Saí rodando o mundo todo. Terminei parando aqui”.

No período em que permaneceu nesse local, sua irmã já lhe visitou dizendo-lhe que ela poderia voltar. Mas Piedade disse que não pode regressar porque não tem boas relações com a irmã e a casa é desta, pois depois que o irmão delas foi preso a mãe teve que vender a casa e não pode comprar outra depois. Sobre o tempo que estava nas ruas, disse que já faziam mais de 20 anos, período em que ficou em diferentes locais de Recife.

A entrevista foi realizada em 09 de outubro de 2016. No início de 2018 ela foi assassinada após uma briga, de uma maneira que seus/suas companheiros/as não souberam (ou não quiseram) explicar.

Josenildo – 34 anos – Boa Viagem

Nasceu em Palmares, município da Mata Sul de Pernambuco, a 122 km de Recife. Quando tinha 12 anos de idade, sua mãe faleceu e ele foi morar com sua avó paterna, em Ribeirão, município vizinho. Depois seu pai o levou para o Recife para morar com ele.

Envolveu-se com uma mulher e passaram a viver maritalmente. Depois a agrediu e foi preso. Ao sair do presídio, voltou à casa de seu pai, pois o relacionamento amoroso com sua companheira já havia sido rompido. Posteriormente, passou a morar na rua, alternando os pontos na praia de Boa Viagem, dentre os quais estão as proximidades do Holiday. Disse que estava há aproximadamente um ano e meio em situação de rua, como “andarilho”, devido a conflitos com o pai.

Seus trabalhos na praia de Boa Viagem começaram junto a seu pai, o qual tinha uma carroça. Mas, como não recebia o que considerava justo, decidiu cessar este trabalho.

> Escravidão passou parceiro! A gente tem amizade, tem. Mai trabalho é fora, à parte! Se eu, pra ter sua amizade, tenho, mas fazer trabalho, dinheiro meu véi! Negócio de "vá fazer isso, aquilo, num sei o quê". E? Cadê? Se eu quiser vestir, eu visto uma bermuda, um negócio, e aí? É pra eu trabalhar só de graça, de graça e nada do dinheiro? Num pode, né!? Por isso que eu num quero morar na casa do meu pai.

Ele relatou que quando morava com sua família passou por muitas dificuldades financeiras, ao ponto de ter que pedir esmolas e pegar “tripa de galinha” do lixo para cozinhar em casa. “Vê que situação!”.

Firmo – 51 anos – Boa Viagem

Nasceu em Natal - Rio Grande do Norte - e viveu com o pai e a mãe até os 14 anos, quando saiu de casa para não viver sob as ordens rigorosas do pai e foi morar em Recife, nas ruas. Chegando em Boa Viagem, aprendeu a carregar as carroças até a praia e realizou este serviço por muito tempo. No momento da entrevista, não estava fazendo esse carregamento de carroças. Ele tinha uma carroça própria com qual trabalhava coletando materiais recicláveis. Meses depois, cessou este trabalho e voltou a colaborar com os/ barraqueiros/as carregando carroças.

Atualmente, sua família mora em Jaboatão dos Guararapes, município que compõe a Região Metropolitana do Recife. Firmo tem quatro irmãs e dois irmãos. Seu pai já tinha falecido e sua mãe estava com 95 anos de idade. Apenas um irmão o visitava no Holiday, o qual o convidava para retornar a morar com a mãe, ao que Firmo sempre recusava. Firmo disse que sua mãe frequentemente lhe convida para morar com ela, mas ele diz que não tem interesse porque prefere estar nas ruas. Ele tem um filho de 14 anos, que vivia com a mãe.

Durante a entrevista, disse que não voltaria a morar com a mãe porque uma ex-esposa sua estava morando com ela, de quem registrou, como pai, um filho de cinco meses de idade. Em momento posterior, disse que não mora com a mãe porque não se sente confortável com a situação de seus irmãos trabalharem e ele não. Explicou que, como estava carregando carroças para os/as barraqueiros/as, teria que viver pela redondeza do Holiday, porque se morar com sua mãe não tem como conciliar com este serviço.

Tomando como referência todos os encontros com Firmo, ele apresentou justificativas diferentes para estar em situação de rua. Assim, ao analisar a trajetória de vida das pessoas em situação de rua, é possível identificar que, a depender do momento e das circunstâncias, elas apresentam diferentes justificativas para permanecer nas ruas, bem como diferentes motivos que as impedem de sair das mesmas.

Agostinho – 39 anos – Boa Viagem

Agostinho nasceu em Itaquitinga, município localizado na Mata Norte de Pernambuco, a 85 km do Recife. Logo após o nascimento, morou na zona rural de um município vizinho, Tracunhaém, localizado a aproximadamente 62 km do Recife. Nos primeiros dias de vida, seu pai e sua mãe lhe deram para que uma mulher o adotasse, porque ele tinha uma doença (não especificou qual era). Quando tinha 13 anos, mais ou menos, mudou-se para Passira com sua família adotiva, onde morou até por volta dos 37 anos. Estudou até a 6ª série do Ensino Fundamental.

Tem dois irmãos e uma irmã biológicos. Sua mãe biológica mora atualmente em Itaquitinga e sua mãe adotiva faleceu. Ele se separou da companheira por boatos de traição (ele não especificou quem foi o/a causador/a). Tem uma filha de 18 anos e um filho de 12, que vivem com mãe em Passira e com quem se comunica por telefone. Disse que envia a pensão do filho porque ainda é menor de idade, mas no momento está impossibilitado por ausência de recurso financeiro. A relação com a ex-companheira não é boa, por causa dos atrasos na pensão do filho. Disse manter boa relação com as demais pessoas da família.

Quando saiu de Passira ficou morando próximo ao Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA), em um quarto alugado na comunidade Roda de Fogo, para que fosse possível realizar pequenos trabalhos informais neste centro de abastecimento. Nesse período, viveu maritalmente com uma mulher e vivenciou a religião evangélica.

Saiu da CEASA por conflitos com um colega e em seguida ficou em situação de rua nas proximidades do Holiday. Disse que não tem lugar certo para ficar: “eu num marco lugar certo não”. Geralmente dorme na calçada de uma farmácia ou de uma sorveteria, nas proximidades do Holiday.

Rita – 49 anos – Boa Viagem

Nasceu em Recife. Começou a ficar em situação de rua depois que conheceu Jerônimo, seu atual companheiro. Nesse período, ele já estava em situação de rua, dormindo alguns dias em pensão. Ela começou dormindo alguns dias na rua, a convite de seu companheiro, para beberem até o dia amanhecer. “E fui ficando, fui ficando. Quando pensei que não eu tava na rua!”

Quando morava com sua família, disse que sua relação com esta era “o ó do ocó”. Ao comentar a relação com seu pai e com sua mãe, Rita relatou situações problemáticas com

ambos, apesar de haver aspetos contraditórios em sua narrativa. Ela disse que seu pai não aceitou sua primeira gravidez, aos 14 anos de idade. Mas depois afirmou que o processo de rejeição partiu da mãe, pois seu pai "era um 10". No entanto, mais adiante relatou casos de agressão de seu pai contra sua mãe, sendo necessária sua intervenção, inclusive para bater no pai.

Além de sua mãe, seu pai tinha outra esposa e com cada uma tinha uma quantidade de filhos/as, de modo que ele alternava a moradia entre as duas casas e as duas famílias. Por parte de sua mãe, Rita tem quatro irmãs.

Segundo Rita, seu pai dava mais atenção, inclusive financeiramente, à outra família. À sua família, seu pai contribuía com uma quantia limitada por mês, entregue à sua mãe, mesmo tendo consciência de que o valor não seria suficiente para as despesas mensais. Por isso, ela vivenciou muitas dificuldades na infância. "Oxente, eu já comi oiti com farinha". Atualmente, ela tem contato frequente com sua família. Sua mãe mora sozinha e seu pai é falecido.

Ela tem quatro filhos e duas filhas. Um de seus filhos mora com ela, outro mora com a avó paterna dele, os/as demais são casados/as.

Rita já trabalhou em muitas casas como empregada doméstica, faxineira e preparadora de congelados.

Em situação de rua, já viveu em várias localidades, entre o centro do Recife e Boa Viagem.

Rita não fica todos os dias na rua, pois mora com o filho numa casa alugada. "Virou um vício. Virou um vício. Eu tô em casa dá vontade de vir pra rua". É provável que o motivo principal para que ela continue nas ruas seja para estar perto de seu companheiro, Jerônimo, a quem já ofereceu a possibilidade de sair das ruas, mas até o momento não obteve êxito. Ela não permanece muitos dias seguidos nas ruas porque seus filhos vão lhe buscar, através do que ela denomina "o resgate de Rita".

Gilberto[96] – 43 anos – Boa Viagem

"Se eu tivesse tido chance seria jogador"
(A Família – Brinquedo Assassino)

Nasceu em Alagoas; não especificou a cidade. Neste estado, morou em Atalaia, um município localizado a 50 km de Maceió. Estudou até a primeira série do Ensino

[96] Embora a entrevista com Gilberto tenha sido realizada em Olinda, está agrupada às demais de Boa Viagem por ele também ter sido abordado nesta localidade, conforme já explícito anteriormente.

Fundamental. Tem três irmãos e uma irmã, cada qual de um pai. Um de seus padrastos já morou com sua família e a convivência não foi boa. Ele batia em sua mãe e quase lhe agrediu.

Aos 16 anos foi ao Paraná e voltou aos 18, tempo em que ficou na casa de uma irmã. Novamente, foi aos 30 e ficou durante três anos. Quando essa irmã morava em Maceió, já havia morado na casa dela.

Ele tem uma relação próxima com as drogas, especialmente o crack e a bebida alcoólica. Em um momento, disse que começou a usar crack depois que sua esposa o deixou. Depois disse que começou próximo dos 10 anos de idade, período em que saiu de casa. A complexidade de sua narrativa acentua-se mais com outra informação de que saiu de casa aos 25 anos. Por estas referências confusas, foi difícil mensurar tanto o tempo que Gilberto usa crack quanto o que ele está em situação de rua. Mesclado a essa história, disse que sua mãe já lhe internou 14 vezes em clínicas para dependente de drogas, muitas destas vinculadas à religião cristã-protestante, e, por não suportar seu envolvimento com o crack, pediu para que ele saísse de casa. Também mencionou que é muito desprezado pelos irmãos, inclusive já tendo sido agredido por eles. Disse que já frequentou a "cracolândia" de Maceió, onde já esteve em situação de busca por comida no lixo. No momento da entrevista disse que não estava usando drogas, devido ao tratamento recebido no Programa Atitude.

Tem transtorno mental e costuma se automutilar com vidro e garfo.

Não deu um motivo claro para vir a Pernambuco, dizendo que foi apenas porque tinha vontade de conhecer Recife e Olinda. Chegou até Recife através de carona e caminhando.

Já trabalhou em São Paulo, numa usina e, na Bahia, no corte de cana. Para São Paulo, ele disse que foi quando tinha mais de 30 anos, mas não soube precisar a idade.

Não tem mais notícia da mãe, nem mesmo se está viva. Perdeu contato com o pai quando tinha cinco anos. Disse que já fazem seis anos aproximadamente que não tem contato com a família, sobretudo porque perdeu o número de telefone das pessoas. Mesmo quando tinha relação com a família, não era num contexto harmônico e tranquilo, nem mesmo na infância. Sente mágoa da família, pelos seus irmãos o terem espancado e pela sua mãe lhe ter posto para fora de casa. Mas, mesmo assim, disse amar a família. Quando questionado se tem filhos/as, disse não saber.

A entrevista foi realizada em Olinda, no coreto localizado no centro da Praça do Carmo, local onde ele estava dormindo nos últimos dias, juntamente a outras pessoas em situação de rua. Em momento anterior, Gilberto estava vivendo embaixo de uma árvore (castanhola/coração de negro), na orla da praia do Carmo. Antes de ir para Olinda, estava vivendo em Recife, nas proximidades do Parque Treze de Maio.

Laura - 50 ou 51 anos (não soube dizer ao certo) – Centro do Recife

Nasceu em Recife. Tem três irmãos e uma irmã. Morou com o pai e a mãe. Casou-se e separou-se. Tem três filhos e três filhas, dos/as quais falou com orgulho que, como têm casa, ela teria para onde ir, caso quisesse sair das ruas, pois eles/as gostam dela. "Eu tenho família, mas eu num gosto não, eu gosto da rua mermo. (...) É porque eu, eu, eu gosto muito é de meus homi. (...) Dee chambregar, ter homi, sei lá... Gosto de uma vida fácil! (...) Aí eu num gosto muito de tá em casa". Para demonstrar que já teve experiências de vida contrárias à que vive, relatou que foi religiosa, membra de uma igreja protestante. Mas concluiu: "eu gosto muito de rua, sei lá, eu conheço assim, [muita gente". Em outro momento, disse que foi às ruas por conflitos familiares, porque a esposa de seu ex-companheiro tomou seus/suas filhos/as e passou a criá-los/las.

Ela não mora com a família porque diz que não se sente bem na companhia desta. "Durante o dia eu fico beem, me dou bem, tudinho, com tudinho. Trabalho, tudinho, num tenho medo não. Mas quando chega a noite eu fico um pouco meio assustada, que eu era muito, perseguida durante a noite". Disse que já morou três meses com uma irmã, mas não gosta. A mãe de Laura mora com sua outra filha e, quanto ao seu pai, não tem notícias deste.

Disse passar todas as noites no Hospital da Restauração (HR), na sala de espera, junto às outras pessoas acompanhantes, para evitar ficar nas ruas. Antes do HR, passava as noites em locais como bares, calçadas e pensões. Neste último caso, quando fazia os programas com os homens. Quando trabalhava num bar dormia lá mesmo, na calçada, quando este estava fechado.

Fernando – 18 anos – Centro do Recife

Nasceu em São José da Coroa Grande, a 118 km de Recife, na Mata Sul de Pernambuco. Desde criança não mora com sua família, mas em casas de acolhida. Não conhece nem a mãe nem o pai. Tem pouco contato com sua família – "minha família é meio complicada". Ele tem um irmão, que também viveu em casas de acolhida, com o qual a relação é "mais ou menos", pois costumavam brigar entre si. Fernando conheceu sua família há 10 anos, momento em que, por intermédio da instituição em que estava acolhido, visitou seu tio, sua tia e sua avó. Foi aí que descobriu que sua mãe havia falecido e que seu pai está em situação de rua. Ele apresentou os seguintes argumentos para não morar com sua família:

falta de confiança desta para com ele, diante de seu histórico de infrações; conflitos com um tio; sua não ajuda financeira à família. Fernando disse que por várias vezes pediu para dormir na casa desta apenas uma noite e que teve seu pedido negado. Assim, ele se relaciona apenas com os/as companheiros/as da rua – "amizade com os cara daqui só".

Desde criança, fixou sua moradia em três espaços, principalmente: instituições para crianças e adolescentes abandonados/as, instituições para menores infratores/as e a rua, aonde costumava fugir dessas instituições. Já ficou detido, por roubo, num Centro de Internação Provisória (CENIP) e numa Casa de Semiliberdade (CASEN), ambas instituições da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE). No momento, disse que ainda tem vontade de morar em algum abrigo, a fim de que tenha oportunidade de estudos e de alimentação.

Disse que uma das dificuldades para não conseguir emprego é porque não está com posse de seus documentos pessoais, os quais, segundo suas suspeitas, podem estar numa CASEN onde ficou recluso. No entanto, ele teme ir lá procurá-los porque, como fugiu desta instituição, acredita que pode haver a possibilidade de ser detido e/ou sofrer outra penalidade.

Leandro – 32 anos – Centro do Recife

Nasceu em Carpina, cidade da Mata Norte de Pernambuco, localizada a 45 km de Recife. Sua família é de Araçoiaba, onde morou todo o período antes de se deslocar para Recife. Ao chegar nesta cidade, começou a trabalhar na coleta de papelão com seu irmão mais velho. Depois, ficou em situação de rua, e, dentre outros hábitos, começou a cheirar cola. "Eu era menino de rua". Em concordância com Rizzini e Butler (2003), "menino de rua" é um termo para se referir a crianças e adolescentes que circulam pelas cidades, distantes da família. Leandro ficou um período na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM)[97].

Seu pai e sua mãe já morreram quando ele tinha aproximadamente 22 anos. Ele tem uma filha de 13 anos de idade, a qual costuma encontrar uma vez por mês. Tem dois irmãos e uma irmã; por parte de pai, tem outros irmãos, com quem teve ainda menos contato. Já morou na casa de uma irmã em São Lourenço da Mata, mas saiu porque não tinha boa relação com o esposo desta.

[97] Atualmente, esta instituição se chama Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa). Seu objetivo é aplicar medidas socioeducativas a crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais.

Leandro dorme na rua e passa os fins de semana na casa de seu irmão mais velho, em Igarassu[98]; geralmente vai nos sábados e retorna na segunda pela manhã. Antes, costumava permanecer os finais de semana em Araçoiaba. Ele não tem uma boa relação com a esposa desse irmão. Disse que, mesmo colaborando com R$ 50,00 por semana, não é bem recebido na casa. Quando ele está em Igarassu, sua carroça fica guardada num depósito. De modo geral, resume a relação com sua família como sendo "mei lá e mei cá, né?". Depois: "Cada um faz por si, né?". O contato com a família diminuiu depois da morte do pai e da mãe.

O principal motivo para ele não ir mais vezes para Igarassu é porque a passagem de ônibus é cara e ele não tem condições de pagá-la com o dinheiro da coleta de materiais recicláveis. Disse que mesmo que tivesse uma casa própria, se ela fosse distante, também não voltaria, pelo mesmo motivo. Quando me refiro à possibilidade de ele morar pelo centro, para que não precise gastar dinheiro com passagem, ele disse que preferiria em Igarassu, mesmo só retornando nos finais de semana, para não morar em favelas, já pressupondo que a única possibilidade de ele morar no centro seria numa favela. Especificou que também não gostaria de morar em palafitas.

Moisés – 43 anos – Centro do Recife

Nasceu em Barra de Santa Rosa – PB, cidade localizada a aproximadamente 192 km de João Pessoa. Tem uma irmã por parte de mãe e 22 ou 23 (não sabe ao certo) irmãos e irmãs através do pai.

Após o falecimento de sua mãe, quando ele ainda era muito jovem, passou a morar com seu pai e sua madrasta, num ambiente em que era bastante maltratado. Em razão das intrigas familiares, passou a viver em situação de rua. "Sóó, pressão, pisa, sem ter amor. Então a melhor maneira que eu encontrei pra ter uma vida um pouco livre foi saindo de casa e indo pras ruas". "Eu saí de casa porque eu trabalhava muito e num aguentava de apanhar e trabalhar. Às vezes eu chegava em casa, o almoço era 11 e mei-, 11h, se eu chegasse de 11h30 minha madrasta botava a comida pro cachorro".

Ao analisar toda essa violência a que era submetido, isentou o pai de eventuais culpas. "Meu pai, eu num culpo ele por nada. Meu pai, ele sempre foi um guerreiro que quis sempre o bem da família dele". Ao mesmo tempo, deu informações de que as condutas do pai contribuíam para o ambiente belicoso do lar, a exemplo da prática deste quebrar móveis e

[98] Município da Região Metropolitana do Recife, localizado há 27 km do centro do Recife.

objetos dentro de casa quando estava bêbado. Também revelou que o tratamento recebido pelo pai não contribuía para sua saída da situação de rua, ao relatar que, embora este tivesse quatro casas numa rua, não permitia que Moisés morasse numa delas, sob o argumento de que este último tinha o hábito de beber bebida alcoólica. "Vim beber depois de maior, de tanto peso, tanta angústia, tanta coisa ruim".

No geral, reconhece que sofreu muitas privações durante seu crescimento. "Passei muita dificuldade, que eu morei no sertão da Paraíba. Então chegava um tempo que você num tinha o que comer, chegava um tempo que você só tinha feijão e farinha pra comer e dava graças a Deus. Então a mistura ia ser um preá, é um, [um roedor[99]."

A primeira vez que ficou em situação de rua foi em João Pessoa, dos 14 aos 16 anos. Saiu e foi trabalhar como jardineiro, morando em algumas casas onde trabalhava. Depois, intercalou esse tipo de moradia com a situação de rua. Já trabalhou como jardineiro, cuidador de animais, auxiliar de escritório e pintor. Inclusive, exerceu esta última profissão quando esteve em São Paulo. Também ficou em situação de rua nesta cidade.

Posteriormente, morou com uma mulher com quem estava envolvido amorosamente e, após a separação, novamente ficou em situação de rua, desta vez em Recife. Disse que, como sua ex-esposa lhe estava dificultando o contato com sua filha, resolveu se afastar, indo para outra cidade. Tem duas filhas, uma de 22 anos que vive em São Paulo e outra menor, em João Pessoa.

A relação com sua família é considerada negativa, pois ele é bem recebido apenas se tiver dinheiro.

No período da entrevista, estava juntando dinheiro para alugar uma casa para morar com Fernando.

Samuel – 29 anos – Centro do Recife

Nasceu em Recife. Está há 19 anos vivendo entre as ruas e a casa de sua família, principalmente de uma irmã. Disse que o motivo para ir às ruas é "opção", "escolha". Salienta-se que, nesse processo de "escolha", diante das alternativas que lhe foram apresentadas não houve possibilidade de morar em outra casa, quer seja de um/a familiar quer seja através de aluguel. Dessa última vez que ficou em situação de rua, estava morando com uma irmã no bairro recifense Estância.

[99] Uma vez que não existe a prática cultural de comer esse animal, também conhecido como porco da Índia, há um consenso de que alimentar-se do mesmo é sinal de extrema dificuldade financeira.

Seu pai era comerciante e conheceu sua mãe quando esta trabalhava como profissional do sexo na Praça da Independência – Recife, mais conhecida como Praça do Diário. O pai foi um cliente da mãe. Por Samuel ser homossexual, não tem boa relação com o pai, o qual costuma dizer, com base em sua atual religião evangélica (mais intensificada por ser pastor de uma igreja), que o filho vai para o "inferno".

Atualmente, sua mãe mora numa zona periférica de Recife e seu pai numa cidade do interior de Pernambuco. À exceção do pai, considera boa a relação com a família, incluindo mãe, padrasto, filha, irmãs, primos/as etc., com quem costuma se relacionar frequentemente. Ele tem uma filha que vive com a mãe dele. Tem dois irmãos por parte da mãe e quatro por parte do pai. Quando ele visita sua mãe, ela pede muito para que ele volte, mas ele diz não ter interesse.

Ele disse que teve oportunidade na vida, mas teve "um grande tropeço" ao "ir pela cabeça de amigos". Samuel não explicou qual foi este "tropeço".

No momento da entrevista, ele não estava trabalhando, constituindo numa exceção dentre os/as entrevistados/as.

Lucas – Entre 36 e 44 anos – Centro do Recife

Nasceu em Salvador – BA. Além de Recife, já ficou em situação de rua nas cidades Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, durante um tempo longo que não consegue precisar. "Ah, eu já tô fora de casa já, eu vou fazer já uns, uns, já uns cinco... Eu num tenho lembrança não, sei que tem muito tempo que eu tô fora de casa." Apesar de ela ter dito que está em situação de rua há anos, esse tempo refere-se à última vez em que foi às ruas, pois disse que também já ficou nessa situação quando era "novo". Para Lucas, o motivo principal para estar em situação de rua é a bebida alcóolica.

Seu pai e sua mãe morreram há 25 anos. Depois desse acontecimento, foi morar com um irmão mais velho. Tem um filho e uma filha, que estão morando com sua irmã. O contato que tem com sua família é por telefone, através do Centro POP, com uma frequência mais alargada para evitar emoções fortes como o choro.

Tem uma indenização advinda de um acidente ocorrido no exercício de seu trabalho como tratorista. O dinheiro dessa indenização, cujo valor ele não quis revelar, fica sob administração de sua irmã, para garantir o sustento de seu filho e de sua filha. Disse que não fica perto da irmã porque gosta de viver por conta própria. "Eu gosto de viver d'eu mermo."

Durante sua infância, seu pai trabalhava na Petrobras e depois passou a administrar uma pousada própria. Sua mãe, por sua vez, vendia acarajé. Depois da morte do pai e da mãe, o patrimônio ficou sob controle da irmã mais velha.

Não ficou claro o porquê de sua vinda a Recife. Disse que veio em busca de casa de recuperação para usuários/as de drogas e, ao mesmo tempo, afirmou que em Salvador há muitas instituições com esta finalidade.

Ana Lúcia - 49 anos "Aparento ter mais, mas eu tenho essa idade" - Centro do Recife

Nasceu no Rio Janeiro e morou em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, até se mudar para o Recife. Tem quatro irmãs e sete irmãos. Disse que terminou os estudos e que fez o Exame de Admissão. Até 1971 existia o Exame de Admissão de Brasil, que servia como uma passagem dos primeiros anos do ensino básico para o Ginásio. Atualmente, o Ginásio corresponde ao Ensino Fundamental II.

Antes dos 18 anos veio ao Recife para trabalhar como empregada doméstica, função que desempenhou em diferentes residências. Relatou mais de 18 vínculos empregatícios como empregada doméstica, não sendo todos com carteira assinada. Tem oito filhos, dos quais alguns estão no Rio de Janeiro e outros em Recife.

Depois do falecimento de seu esposo, morou um período na casa de uma amiga, saindo logo depois de ter sido roubada pela filha desta. Posteriormente, ficou em situação de rua, período em que começou a dormir na Rua do Sol - Recife.

Ela tem uma perna com uma ferida muito grande e de difícil cicatrização. Disse que é fruto de uma mordida de rato.

O contato que tinha com a família era por telefone, especialmente a mãe e o pai que estão no Rio de Janeiro, mas depois que o casarão pegou fogo ela perdeu o número de telefone dele/a e desde então não tem notícias de ambos, nem mesmo se ainda vivem. Disse não se lembrar de nenhum número porque desenvolveu esquecimentos depois de uma queda em que bateu com a cabeça no chão.

O Casarão era um imóvel abandonado na Avenida Martins de Barros, ao lado do Cais do Imperador, na beira do Rio Capibaribe, em frente à Praça Dezessete, por um lado, e ao Shopping Paço Alfândega, por outro.

Além dessas pessoas, participaram da pesquisa mais cinco através do grupo focal: Libório, Alex, Miranda, Domingos, Botelho. Não foi possível saber detalhes da vida deles

porque os dados obtidos pelo grupo focal limitaram-se às suas experiências de trabalho. As outras pessoas que também participaram desta atividade foram: Rita, Jerônimo, Porfiro e Alexandre.

Como se notará adiante, a análise dos dados não se baseará em todas as entrevistas uniformemente, pois não foi possível concluir as perguntas com todos/as, além do fato de que as primeiras entrevistas tiveram mais um caráter exploratório, a fim de adentrar ao campo e conhecer os limites e possibilidades de atuação.

Através das entrevistas, observações e grupo focal, analisou-se as interações sociais entre pessoas em situação de rua, e, especificamente, foi explorada a relação dessas pessoas com o trabalho em geral e com àqueles que desempenham nas ruas, processo que facilitou a compreensão de diferentes sentidos que estas pessoas atribuem ao trabalho.

Outrossim, as interações analisadas mediante as observações e proporcionadas pelo grupo focal, agregadas aos aspectos observados nas entrevistas, facilitou o entendimento dos principais locais de circulação dessas pessoas, ou seja, dos lugares onde costumam trabalhar, dormir, alimentar-se, higienizar-se, etc., bem como as instituições públicas e privadas que acessam, atentando ao processo de negociação realizado por essas pessoas para eleger as localidades, o qual incluiu concordâncias e discrepâncias de opiniões.

5.2 – Trajetória de vida

Analisar a trajetória de vida das pessoas em situação de rua é considerar que aspectos como escolaridade, local de nascimento, uso de drogas, raça, gênero etc., atrelados às particularidades individuais, estão diretamente relacionados à expressão da pobreza e ao modo como os indivíduos reagem a ela. Cada aspecto mereceria ser aprofundado, mas este não é o objetivo desta investigação. Com foco específico no trabalho, este tópico busca pistas analíticas na trajetória laboral dos/as entrevistados/as, bem como as estratégias de sobrevivência de sua família, para compreender sua situação de trabalho atual. A trajetória de vida está relacionada às modalidades de trabalho aos quais estas pessoas se inserem, o que confere a esta categoria um alto grau de importância para compreender os processos de trabalho. Essa trajetória está relacionada tanto à precariedade de vida quanto à laboral.

5.2.1 Condicionamentos da infância, trabalho infantil e sobrevivência familiar

Para melhor compreender os trabalhos das pessoas em situação de rua, o exercício de analisar a história de vida dessas é fundamental, pois fornece elementos elucidativos e indicativos da situação atual desses indivíduos. Todos/as eles/as, por mais que tenham uma história de vida peculiar, compartilharam realidades de pobreza extrema, o que impulsionou quase todos/as a trabalharem na infância. "A gente era pobre demais, muito fraco demais. A gente viveu uma vida muito fraca. 10 filhos, minha mãe. E a gente fumoo, cortar cana". (Alexandre). A seguir, um quadro com os trabalhos desenvolvidos pelos/as entrevistados/as quando ainda eram crianças e/ou adolescentes.

Quadro nº 7: Trabalho infantil realizado pelos/as entrevistados/as

NOME	TRABALHO DESEMPENHADO[100]
Alexandre	Corte de cana de açúcar em engenho.
Jerônimo	Plantio de macaxeira.
Bruno	Venda de picolé e pastilhas.
Fernando	Venda de chicletes e de rosas feitas, por ele, com palha de coqueiro.
Laura	Empregada doméstica.
Gilberto	Ajudava a mãe no corte de cana e, a partir dos nove anos, começou a trabalhar dessa maneira e também num armazém.
Leandro	Corte de cana numa usina.
Bertoleza	Prostituição.
Porfiro	Flanelinha.
Lucas	Trabalhava num mercado de peixe da Ceasa.
Rita	Ajudava a mãe a passar roupas para outras pessoas.
Romão	Cortador de cana, na companhia do pai.
Ana Spinelli	Empregada doméstica
Moisés	Trabalhos domésticos extenuantes, tais como carregamento de água na cabeça. "Eu era o burro de carga".

FONTE: Elaboração própria

No caso de Laura, ela disse que sua mãe lhe tentou impedir de trabalhar como empregada doméstica, mas, embora a mãe não quisesse que sua criança, aos 10 anos, exercesse esse trabalho, o fato desta ter persistido na ideia é um forte indicativo de situação de pobreza e, ao mesmo tempo, uma inclinação para superá-la.

A profunda precariedade em que está inserida a maioria das famílias gera constante insegurança sobre a continuidade da sobrevivência, o que causa impactos danosos e compromete o bem-estar físico e psicológico de seus/suas integrantes, tendo como provável horizonte a pauperização. A necessidade de sobrevivência, num contexto em que os direitos

[100] Os/as entrevistados/as que não aparecem no quadro estão ausentes porque não especificaram esta questão. Foram cinco: Agostinho, Galego, Josenildo, Piedade e Samuel.

não são garantidos pelo Estado, tais como o acesso a um trabalho digno, todos os membros da família transformam-se em população ativa. (TELLES, 2001).

No trabalho infantil são exigidas da criança e do/a adolescente posturas e responsabilidades próprias da faixa etária adulta. Até que o/a menor compreenda esta condição, pode sofrer muito pelos seus comportamentos considerados errados e fora do esperado por quem administra/ordena seu trabalho. É o caso de Bruno, por exemplo, que não tinha disciplina de vendas, pois costumava chupar as pastilhas e/ou dá-las a outras pessoas, o que fazia com que sua mãe lhe agredisse fisicamente.

Trabalhar durante a infância consiste numa prática perniciosa que dificulta enormemente o desempenho escolar e o consequente preparo à vida adulta, pois o trabalho, nesses moldes, consiste numa atividade imposta justamente num momento em que o indivíduo precisa de criatividade para desenvolver suas capacidades. Como pontuou Adorno (1993), as crianças nesse contexto são desprovidas do aspecto lúdico da infância, momento imprescindível a um desenvolvimento saudável. Em concordância com Yazbek (1999), a situação de muitas crianças e adolescentes serem empurradas ao trabalho precocemente impacta na dificuldade desses indivíduos em conseguirem se capacitar para trabalhos competitivos e garantidores de uma melhor inserção social na vida adulta.

Na esteira dessa precarização, têm-se as dificuldades vivenciadas pelos pais e mães dos/as entrevistados/as, denotando-se uma transmissão das condições adversas. No quadro a seguir, é possível verificar como vivia a família. Com raras exceções, todos os/as entrevistados/as compartilhavam a precariedade.

Quadro nº 8: Sobrevivência familiar

NOME	SOBREVIVÊNCIA FAMILIAR
Alexandre	Seu pai trabalhava no corte da cana de açúcar.
Jerônimo	Sua família de São Lourenço fazia artesanato com palha de dendê.
Porfiro	Seu avô tinha uma oficina em que trabalhava como ferreiro. Sua mãe fazia faxinas e também realizava troca e venda de objetos, como roupas, móveis etc.
Laura	Seu pai era aposentado. Tinha trabalhado como servente na fábrica da Pilar[101]. Sua mãe trabalhou como empregada doméstica quando era solteira e, quando casou, passou a trabalhar como lavadeira de roupas, trabalho conhecido como "roupa de ganho".
Fernando	Não mencionou este aspecto. Ele pouco teve contato com sua família, conhecendo-a apenas aos 10 anos, depois de sua mãe já ter falecido. Também não conhecia seu pai.
Bruno	Sua família era muito pobre e não tinha emprego. Seu pai faleceu quando ele ainda era criança. Brunocontribuía na renda familiar com venda de picolé e balas ("pastilhas"). Ele e a sua família também pediam esmolas nos semáforos.
Gilberto	A sobrevivência de sua família dependia do trabalho de sua mãe no corte de cana e em atuação como empregada doméstica. Seu pai era caminhoneiro. Ele saiu um dia de casa e não mais voltou.
José	Sua família trabalhava na roça, limpando mato. Também no corte de cana de açúcar numa

[101] Empresa especializada no ramo alimentício, tais como biscoitos e bolachas.

Leandro	usina.
Samuel	Seu pai era comerciante e sua mãe era profissional do sexo.
Rita	Seu pai era portuário e, embora tivesse um salário que ela considera bom, a maior parte desta renda era para a outra família. Sua mãe lavava e passava roupas para outras pessoas.
Ana	Seu pai tinha uma pequena mercearia e sua mãe vendia doces e salgados.
Romão	Seu pai era cortador de cana.
Lucas	Seu pai era dono de pousada. Sua mãe vendia acarajé.
Moisés	Seu pai era pedreiro e sua madrasta dona de casa. Depois ele passou a produzir bolachas, bolos, rapaduras e semelhantes para vender.

FONTE: Elaboração própria

Ao relatar como sua família fazia para sobreviver, Brunodisse:

> primeiro, a gente começou pedir esmola no sinal, né?! A gente passou numa, numa situação ruim assim, como é? Assim deee, pobre, pobre! Agora todo mundo é casado, têm seus filho, todo mundo mora nas suas casa agora, pronto! Mas a gente já passou uma necessidade, uma necessidade MUITO grande. Porque, eu já cheguei a comer caldo de feijão com farinha! Caldo de feijão! Minha mãe saía assim, entregando. Pegava eu, deixava eu na casa da minha tia, outro meu irmão, minha irmã deixava na casa de outras pessoa, de parente, assim né?! Pronto. Aí a gente foi crescendo, crescendo, crescendo, pronto.

5.2.2 O trabalho antes da situação de rua

Os trabalhos que realizavam antes de estarem em situação de rua também eram precários, assemelhando-se ao de sua família. Alguns desses trabalhos já foram realizados depois de vivenciarem a situação de rua, porém num período anterior à situação de rua atual.

O quadro a seguir mostra esses trabalhos.

Quadro nº 9: Trabalho desempenhado antes da situação de rua atual

NOME	TRABALHO DESEMPENHADO
Alexandre	Trabalhou como caminhoneiro pelo país. Também já foi padeiro, forneiro, pasteleiro, soldador e maçariqueiro.
Jerônimo	Vendeu caneta no semáforo enquanto morava em Afogados. Trabalhou como flanelinha quando estava em tratamento numa Comunidade Terapêutica, num estacionamento de uma escola próxima desta, em dias de concurso público. Também já trabalhou em artesanato e em fábrica de lajes.
Porfiro	Trabalhou como flanelinha em Garanhuns. Trabalhou num depósito de material reciclável localizado no térreo do Holiday, organizando e amassando as latas para serem enviadas a empresas maiores. Ele trabalhava e dormia no mesmo local, ficando trancado durante a noite, para que o dono tivesse segurança de que o depósito não seria assaltado se a chave ficasse sob a responsabilidade de Porfiro. Neste depósito ficou menos de um ano. Atualmente, o depósito pertence a outra pessoa. Depois, Porfiro ficou tomando conta da casa de praia do dono do depósito, localizada no Janga, onde também passou a morar. Ele não apenas vigiava a casa, como também organizava toda a manutenção da mesma, como providenciar água através do carregamento de baldes, fazer faxinas, varrer a casa, dar banho no cachorro, dentre outras atividades semelhantes. Disse que saiu de lá, depois de mais de dois meses, porque estava com saudade das pessoas do Holiday.
Bruno	Trabalhou na construção civil, como servente de pedreiro. E constantemente fazia pequenos serviços nesta função. Também costumava trabalhar como flanelinha e lavador de carros.
Bertoleza	Trabalhou como prostituta dos 12 aos 28 anos, interrompendo depois que começou a se relacionar com seu atual companheiro. Também trabalhou assando peixe para uma mulher no

	Holiday, alimento que compõe o cardápio de uma barraqueira na praia. Também limpava a casa da dona da peixaria. Logo cedo, ela ia à casa da mulher fazer a faxina. Depois ia trabalhar na peixaria e, por fim, voltava à casa da mulher para fazer o jantar. Passou entre um e dois meses, porque não aguentou o ritmo de trabalho.
Laura	Logo quando começou a viver nas ruas, trabalhou vendendo lanches numa banca. "Eu vendi pipoca, eu negociei com pipoca, salgadinho, água mineral, éé, doce de leite, doce de goiaba, eu negociei com essas coisinha assim, Nego Bom. Eu lucrava, todo dia eu tinha meu dinheiro". Trabalhava num bar e saiu porque não aguentou o ritmo, sobretudo depois que a dona se recusou a pôr alguém para ajudá-la. Uma das atividades que ela tinha que fazer e que não poderia mais era buscar água em um poço, tarefa que já estava lhe causando dores no estômago. Trabalhou para um homem que vendia arrumadinho[102] no centro de Recife, na função de cortar as verduras para o vinagrete. Laura também já trabalhou, em 10 casas diferentes, como cozinheira, empregada doméstica, cuidadora de idosas, lavadeira e passadeira de roupas.
Gilberto	Trabalhou num armazém de uma usina açucareira, na esteira de açúcar. Carregava sacos de 50 kgs. Também como pintor de casas, jardineiro e varredor. Ficou dois anos numa Usina e mais seis meses em outra. Também já trabalhou fazendo artesanatos com palito de picolé e pregador de roupa. Ele já saiu solicitando trabalhos nas casas.
Agostinho	Já trabalhou em supermercado, nas funções de balconista, comprador, atendente e vendedor, especialmente no setor de frios (carnes, queijos etc.). Também já trabalhou de serviços gerais na CEASA.
Fernando	Seu primeiro trabalho foi a venda de rosas artesanais feitas com palha de coqueiro, em Porto de Galinhas, quando ele tinha aproximadamente 15 anos. Ainda quando era menor de idade, trabalhou vendendo chicletes, mercadoria que ele pegava com um dono de uma barraca nas proximidades. Também já vendeu pipocas nos semáforos. No âmbito do artesanato, também já pintou azulejos.
Firmo	Trabalhou no transporte de carroças assim que chegou ao Holiday.
Aldemir	Cabeleireiro e massagista
Samuel	Tratorista
Rita	Garçonete num bar no Cais de Santa Rita
Ana Spinelli	Empregada doméstica
Romão	Cortador de cana. Também já trabalhou numa construtora.
Piedade	Matadora de galinha.
Moisés	Pintor. Auxiliar de escritório.

FONTE: Elaboração própria

De todas essas experiências de trabalho, nove (Alexandre, Bruno, Gilberto, Lucas, Ana, Rita, Agostinho, Moisés e Romão) tiveram a formalidade da carteira assinada, denotando o caráter precário desses vínculos empregatícios. Como disse Laura: "Só assim, clandestino mermo". Sobre esta experiência de trabalhar de modo "clandestino", Gilberto disse que "num presta não, porque se acontecer um acidente?"

A precariedade também é verificada no salário, pois mesmo o que ganhava mais, Alexandre, tinha que trabalhar muito, e de forma muito esforçada, para ganhar pouco. A seguir, um quadro que mostra o rendimento recebido por esses trabalhos no momento em que trabalhavam e mais algumas especificações.

Quadro nº 10: Rendimento advindo dos trabalhos realizados

Alexandre	R$ 1200,00 por mês. Poderia ganhar até R$4000,00, a depender de seu esforço.
Jerônimo	R$100,00 por quinzena numa fábrica de lajes. Permaneceu entre dois e quatro anos.

[102] Trata-se de um prato típico nordestino que é composto pela mistura entre arroz, feijão, farofa e vinagrete.

Porfiro	Como flanelinha, não se lembra do valor que recebia. Disse que só trabalhava até ganhar o suficiente para comprar a cachaça. No depósito de bebida, seu ganho era assistemático, podendo ser R$10,00 ou R$20,00, acrescido de algumas refeições. Na chácara, não recebia dinheiro, apenas alimentação, moradia e alguns presentes.
Laura	No trabalho com o arrumadinho, recebia R$35,00 por dia e mais R$5,00 para comprar seu café da manhã.
Bertoleza	R$ 200,00 por quinzena, trabalhando na peixaria e na casa da dona desta.
Bruno	Como servente de pedreiro, ganhava entre R$50,00 e R$60,00, trabalhando cinco dias por semana. Como flanelinha e lavador de carros, ganhava entre R$20,00 e R$30,00 por dia.
Gilberto	Realizava trabalhos assistemáticos, recebendo um valor por dia. Como varredor, ganhava R$25,00; como pintor, entre R$20,00 e R$ 30,00. Na usina, com carteira assinada, recebia R$ 1.200,00 por mês. Na usina em que não trabalhava desta maneira, recebia R$800,00. Quando fazia artesanatos com palitos de picolé, ganhava em torno de R$ 600,00 por semana.
Agostinho	R$1200,00 na CEASA quando tinha a carteira assinada. Depois, ganhava R$80,00 por jornada, trabalhando das 00h até às 12h da segunda, descarregando alimentos. Eram R$60,00 mais R$ 20,00 do café da manhã.
Firmo	

FONTE: Elaboração própria

A relação entre trabalhos extenuantes e a permanência da pobreza através de gerações já é um fato constatado por investigações como as de Zaluar (2000[103]), a qual identificou que, entre a população pobre há um compartilhamento, e mesmo aceitação, da pobreza como sendo algo natural, da ideia de que devem trabalhar muito para garantir sua sobrevivência. Igualmente, ela identificou que, para manter sua família, trabalhadores/as pobres realizavam mais esforços e numa carga horária maior do que a normatizada pelas leis trabalhistas.

Por mais que vejamos que os trabalhos sejam precários, nem sempre esse fato é notado por aquele/as que executam as atividades. É o caso de Porfiro, que, quando trabalhava na chácara, seu pagamento consistia em comida, bebida e local para dormir. Porfiro, mesmo sem receber dinheiro, considera que era bem pago. “Mas ele era uma pessoa boa, uma pessoa boa. (...) Casa, comida e lá eu num tava na rua, sempre fala-, falava muito, é, com a minha mãe”.

De acordo com o Configuracionismo Latino-Americano, a análise de um aspecto da realidade deve levar em conta tanto a percepção do sujeito quanto os fatos objetivos em relação ao contexto em que se desenrola. Nesse caso, por mais que Porfiro diga que era bem compensado por seu trabalho, é necessário considerar que o dono da chácara atuava em desacordo com os direitos trabalhistas. Por outro lado, o bem-estar de Porfiro não depende apenas de fatores estruturais, mas também de sua visão a respeito do desenrolar de sua própria vida, sobretudo pelo fato dele dizer que estava num bom trabalho e que era feliz por isso, enfatizando que até ganhava presentes do dono da chácara.

[103] A primeira edição desta obra foi publicada em 1985.

Já no caso de Bruno, há o reconhecimento de que, mesmo sendo há muito tempo, o valor recebido era muito pouco, por mais que tivessem as horas extras, caso trabalhasse nos sábados. “Era muito bara-, é muito pouco dinheiro. Agora, agora o dinheiro é grande. Agora uma diária de um servente é 100”. Ele disse que, mesmo ganhando tão pouco, sua carteira de trabalho era assinada, o que parece estranho.

5.3 “A vida é assim, a vida é louca[104]”: trajetória de vida, pobreza e desigualdade social

Por mais que existam diferentes motivos para as pessoas estarem em situação de rua, é importante mencionar que todos/as os/as entrevistados/as compartilham a pobreza extrema, tal como já pontuou Silva (2009). Tal compartilhamento já vem desde o contexto familiar, em diferentes níveis e contextos culturais e geográficos. Tal pobreza está inserida num campo de profundas desigualdades sociais. Ao explicar os motivos de pessoas estarem em situação de rua, Moisés falou o seguinte: “uma parte é revolta com a sociedade, outra parte é revolta com a família. A revolta com a sociedade é a falta de igualdade social. Por que um tem que andar todo, cheio de nhen, nhen, nhen e o outro tem que andar miserável? Por que num pode ser igual?”

Embora essa constatação não impossibilite a mudança social e o rompimento da pobreza, como vivemos numa sociedade que não oferece iguais oportunidades para que seja possível que os indivíduos desenvolvam suas capacidades e desfrutem de liberdade e autonomia para escolherem seu modo de vida (SEN, 2001), é muito difícil que a barreira da pobreza seja rompida.

Um agravante para essa realidade é que os constrangimentos estruturais, ao serem significativamente relacionados com a formação da pobreza, também influenciam no desenvolvimento psicossocial dos indivíduos, em termos de seus estilos de vida e na maneira como compreendem a pobreza e lidam com ela. O conceito *habitus precário* (Souza, 2012a) traz elementos elucidativos para compreender que uma determinada situação de pobreza é formada por processos objetivos e subjetivos, na medida em que o modo de ser dos indivíduos é formado tanto por fatores estruturais quanto pelo sentido atribuído a estes e os posicionamentos advindos dessa dinâmica.

A análise da trajetória de vida dos/as entrevistados/as tem mostrado que a situação de pobreza, com todos seus condicionantes estruturais (políticos, econômicos, culturais, sociais

[104] Frase de Gilberto, durante a entrevista.

etc.), é intimamente relacionada ao modo de inserção laboral. Numa sociedade, como o Brasil, em que o item *dinheiro* é uma ferramenta importante para o usufruto de direitos básicos como saúde e educação, há uma corrida mais acentuada para ocupar os postos de trabalhos mais bem pagos, por isso considerados os melhores. Nessa busca, a escolaridade é um critério fundamental, porque muitos desses empregos exigem conhecimentos específicos, geralmente testados através de seleções públicas, além das redes de contato que são responsáveis por grande parte das inserções empregatícias.

Dado esse contexto, há um estímulo para que os indivíduos se preparem desde cedo, principalmente no que se refere à escolaridade. Um dos principais problemas é que no Brasil, país com uma das maiores desigualdades socioeconômicas, não há oportunidades iguais para que todos/as os/as habitantes possam se aperfeiçoar em termos de escolaridade; inclusive, há uma grande quantidade de pessoas não alfabetizadas.

Ao mesmo tempo, as relações sociais tendem a se basear num discurso meritocrático, segundo o qual todas as pessoas têm condições e oportunidades iguais, cabendo-lhes, portanto, esforçarem-se e persistirem em seus objetivos, de modo que a pobreza passa a ser vista como um fracasso individual, cabendo ao/à pobre a culpa "merecida". No entanto, este discurso age como um véu que embaça ou mesmo impossibilita a compreensão de que há múltiplos fatores que intervêm na e mantém a grande desigualdade social no país, véu que também dificulta compreender que esta é um sustentáculo da pobreza e que as complexas interações sociais tendem a naturalizar tanto a desigualdade social quanto a pobreza.

Através do conceito *habitus precário* (SOUZA, 2012a), compreende-se que os indivíduos que vivenciam a pobreza, além de pertencerem a grupos caracterizados pela baixa renda, tendem a compartilhar a ausência de predisposições sociopsicológicas para atender aos requisitos básicos, referentes à sociedade em que estão inseridos, para trilharem um caminho que lhes ofereça possibilidades de saírem da pobreza. Como explicado no capítulo 1, a disciplina para os estudos e para o trabalho é uma predisposição importante, não estimulada entre as pessoas que compartilham o *habitus precário*. Vale salientar que essa ausência de predisposições não é uma marca universal, sobretudo diante das diferentes possibilidades de pobreza, mas é uma chave explicativa importante de ser considerada e que tem feito sentido para o caso das pessoas em situação de rua analisadas aqui.

A relação entre a precariedade de vida e a inserção entre trabalhos precários também foi identificada por Bosi (2008), ao analisar o caso dos/as trabalhadores/as da reciclagem.

Diante desse contexto, é imprescindível a intervenção do Estado para diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, através de mecanismos tais como as políticas públicas. O

que as pessoas em situação de rua, e as pobres de maneira geral, reivindicam, que já são seus direitos, e o Estado tem falhado no cumprimento sob argumentos diversos pautados na questão fulcral de que as verbas para esta finalidade são limitadas, são aspectos básicos que já deveriam ser asseguradas numa sociedade que se diz democrática. “A igualdade social é uma coisa simples que as pessoas quer, um trabalho e uma moradia (Moisés)”.

Após a constituição de 1988, direitos de Assistência Social, assim como de Previdência e de Saúde, foram garantidos sem a necessidade de vinculação com o mundo do trabalho, o que trouxe a esperança de muitos/as desempregados/as e trabalhadores/as informais terem seus direitos assegurados. No entanto, anos se passaram e essa proposta inovadora, atrelada à uma promessa de modernidade, ainda não foi efetivada (TELLES, 2001). Como argumenta Martins (2002), a promessa do capitalismo de integrar todas as pessoas pela igualdade não foi cumprida.

Além da assistência, que deve ser encarada como um recurso para atender demandas pontuais e emergenciais, é necessária a criação e manutenção de espaços democráticos nos quais as pessoas em situação de rua, e as pobres no geral, possam participar com protagonismo de articulações e decisões referentes à organização geral da sociedade e, particularmente, a aspectos próprios de sua vida. Nesse sentido, Demo (2003) argumenta que a via mais efetiva para o/a pobre sair da condição de pobreza é através da consciência de sua situação, de pobre. É, por meio da autocrítica, que o/a pobre terá condições para analisar a realidade em que está inserido/a e, assim, poder modificá-la, através de uma cidadania coletiva. “Não é possível combater a pobreza sem o pobre, conservando-o como objeto de esmolas ou simples beneficiário. Antes de tudo é preciso conseguir que o pobre faça e se faça oportunidade, alcançando-se a sujeito de sua própria história, sabendo ler criticamente sua condição social” (DEMO, 2003, p. 38).

Diante da lentidão do Estado, certamente programada, em cumprir os direitos já assegurados, algumas pessoas em situação de rua já têm a consciência de que todas as pessoas que sofrem com a pobreza e as desigualdades sociais devem se organizar para, através do exercício cidadão, exigir o compartilhamento das riquezas produzidas e a consequente vida digna a todos/as.

> Porque depois que a gente tá no sofrimento, se a gente virar a cabeça eles num vão segurar a gente mermo. A sociedade num vai segurar a gente mermo. Imagina todas favela virada, a cabeça. Todos os presídio virado, tudo de uma vez só. O país inteiro! Você pode botar exército o que for, mas a sociedade vai sentir o impacto (Moisés).

5.3.1 Especificidades da situação de rua que impactam na realização de seus trabalhos

A própria situação de rua faz com que muitos/as não consigam se adaptar ao sistema de emprego preponderante no capitalismo. É muito difícil manter uma disciplina quando o "lar" já é agitado *per si*, configurado como um ambiente de intensa circulação de pessoas, seja em torno do trabalho e do estudo, principalmente no período diurno, seja em busca de diversão e relaxamento, sobretudo à noite. Portanto, a situação de rua impulsiona o indivíduo a constantes “tentações”, tornando ainda mais difícil a adaptação às regras e às posturas necessárias para inserção empregatícia e educacional. Assim, para as pessoas em situação de rua, o cumprimento dessas regras exige uma disciplina ainda maior, sobretudo porque tal disciplina não foi desenvolvida na maioria dos contextos familiares.

Inclusive, é comum pessoas em situação de rua relatarem que conhecem alguém que conseguiu emprego e, no entanto, não se adaptou às regras deste e o abandonou, mesmo que esta atitude tenha implicado redução no rendimento. No entanto, é importante salientar que, para muitos indivíduos, a diminuição na renda não consiste numa situação tão mais precária que a oferecida por muitos postos de trabalho.

A grande movimentação de pessoas nas ruas em torno do trabalho e do estudo não é garantia de estímulo às pessoas em situação de rua para a inclinação a essas duas dimensões. Para o êxito nesta ação não basta que as pessoas em situação de rua observem o desempenho dos/as demais, pois é necessário que o estímulo tenha impactos significativos e alcances psicológicos para elas, fazendo-lhes sentido e, portanto, atingindo a constituição de sua subjetividade.

Enquanto uma das manifestações da pobreza, a situação de rua tem suas especificidades, embora seja próxima de outras realidades, a exemplo de outra face da pobreza urbana verificada nas favelas, onde as pessoas tendem a compartilhar carências de serviços como creches e escolas, saneamento, asfaltamento de ruas, atendimento de saúde, mobilidade etc., já pontuadas em Yazbek (1999). Pode-se dizer que a situação de rua é uma continuação da favela, da pobreza, das inúmeras misérias vividas em locais insalubres e mal planejados da cidade. Também foi verificado que há pessoas em situação de rua que antes viviam em zonas rurais, onde as políticas públicas não eram suficientes para combater a pobreza e evitar a situação de rua. A continuidade da pobreza, em grande intensidade e em larga abrangência, aflora o questionamento a respeito da efetividade das políticas públicas que objetivam combatê-la (YAZBEK, 1999).

A ida de muitos indivíduos às ruas é uma busca por mudança de vida, pois sabem que se continuarem em casa[105] poucas oportunidades terão. Inclusive, conforme identificado em trabalho anterior (SILVA, 2015), há o costume de famílias inteiras ficarem em situação de rua na época do Natal, para conseguirem doações, aproveitando que neste período do ano há um aumento da solidariedade[106].

A situação de rua é realmente diversa, a qual agrega, até mesmo, pessoas que têm uma casa para morar, se não própria, mas de pessoas próximas, onde poderiam viver. O problema é que tais casas geralmente são de familiares, com os/as quais existem conflitos. Nesses casos, algumas pessoas em situação de rua ora consideram que moram numa casa, ora na rua, como no exemplo de Laura. O caso de Bertoleza, que mora numa garagem, conforme mencionado anteriormente, também traz de modo mais borrado o limite entre a casa e a rua.

Bruno é uma exceção, pois tem sua casa própria. Do outro lado, Jerônimo é o único que não tem uma referência de casa, pois, além de não ter sua casa própria, não tem contato com pessoas de sua família, nem mesmo as conhece. Sua única referência de família é sua companheira Rita, com quem já teve a experiência de viver numa casa, mas que, até o momento, não tiveram êxito.

A vida nas ruas é uma frequente mescla entre o público e o privado, de modo que, ao contrário do pensamento errôneo de que a situação de rua é fácil de ser apreendida, o entendimento dessa situação exige muito esforço analítico. Cada pessoa tem suas idiossincrasias, "cada cá tem o seu problema" (Alexandre). "Todo nós aqui tem um problema, na família. Nós num veve assim também porque nós gosta não, nós quer não. Porque nós podia até beber em casa, ou na área de casa, ou na calçada, ou em frente de casa, entendeu?" (Porfiro[107]). Por isso, não há uma homogeneidade no fenômeno situação de rua, fato reconhecido pelos próprios indivíduos nesta condição. Para Alexandre, por exemplo, há quem viva constantemente se escondendo, "corrido", e há quem tenha um estilo de vida dentro dos padrões aceitáveis. Sobre si, reconhecendo-se no segundo tipo, afirmou: "minha vida, meu livro aberto".

O perigo constante da rua também foi apontado como uma situação que precariza ainda mais a vida, especificamente o trabalho. Nesse último caso, é comum o roubo de latinhas de alumínio coletadas, bem como de outros materiais de trabalho, como isopor

[105] Nos casos em que há uma casa onde poderiam morar.
[106] Esta realidade também foi descrita em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/12/21/interna_vidaurbana,771839/em-busca-de-presentes-de-natal-familias-ocupam-ruas-para-ganhar-doaco.shtml?fbclid=IwAR2ZYdI1OmREsl9Zr4Ka1344JwmgGDyQUp6MwKYtKapPJMAQeVu3kLTGA-U
[107] Intervenção de Paulo na entrevista realizada com Galego.

utilizado para venda de água mineral e/ou Cremosinho[108]. Além dos roubos de outros pertences, como dinheiro e bolsas, as quais geralmente contêm roupas e documentos pessoais. Para evitar o perigo, foi apontado que uma das alternativas é "num roubar. Não mexer em nada do que é dos outro. (...) Andar na sua, na linha" (Firmo). E, ao mesmo tempo, é fundamental não mostrar fraqueza, a fim de adquirir respeito por parte dos pares.

Por isso, é necessário atenção às próprias regras da rua. "A rua ensina!" (Firmo). Este entrevistado disse isso em contraposição a estar "preso dentro de casa". É a própria situação de rua que ensina as modalidades de trabalho, tanto a reconhecê-las enquanto tais quanto os seus procedimentos. **"**O cara passa fome na rua se quiser, (...) porque têm os corre da latinha, têm os restaurante pra pegar comer. (...) Têm as casa pra pedir" (Gilberto). A rua foi comparada a um colégio, uma escola, uma faculdade, até mesmo a um presídio, outro local constantemente mencionado como um que exige grandes aprendizados de sobrevivência. "Viver na rua é uma área perigoosa." (Firmo).

Diante desse perigo, é um desafio escolher um local tranquilo para dormir. Há os/as que preferem dormir em conjunto e os/as que preferem sozinhos, escolha que depende das experiências anteriores de cada um/a. Mas, o que determina a preferência do local é a sensação de segurança. De modo geral, a dormida não é garantida, muito menos em boas condições, e, consequentemente, a saúde dessas pessoas vai se deteriorando, sobretudo quando se soma a uma jornada extenuante de trabalho.

> Já tô com 48 ano. Já me sinto muito cansaada, passando noite de soono, num durmo direito. Que aqui ninguém dorme direito na rua, não! E aqui é que num dorme mermo! Que essas menina quando vem dali, oh, da avenida, que faz programa, vem direto pra aqui. "Piedade!" Aí fica me acordaando. "Vamo beber! Num sei o que. Quer dá um tiiro?! Num sei o que". Eu: "meu irmão, num tô afim de beber, nem quero dar tiro não!" Mas ficam perturbando, perturbando, perturbando. Tudo doidona, tudo beba. Aí pronto! Quem é que dorme? Passa um, passa outro. Arrastando os pés, fazendo medo. Passa outro, uma brigando com a outa aí, se enrolando na rua. Ninguém dorme não. Cachorro late de um jei-, de um lado, a outra, a cachorra corre atrás dos carro. Tem quem durma não (Piedade).

A garantia da alimentação consiste em outro desafio verificado na situação de rua, o qual é amenizado pelas doações de alimentos que costumam receber diariamente nas ruas, as quais são denominadas pelas pessoas em situação de rua por "comunidades", geralmente organizadas por ONGs e instituições religiosas. Ademais, é comum se alimentarem das sobras de restaurantes, que podem ser acessadas tanto através do recebimento por parte de funcionários/as, quanto pela catação nos lixos destes estabelecimentos. Nesse segundo exemplo, Roberta relatou que por vezes tem que competir com cavalos por estas sobras, pois é

[108] Cremosinho é um tipo de sorvete vendido num saquinho, muito consumido na Região Metropolitana do Recife. Há, também, variações como o Cremosinn.

comum que donos desses animais vasculhem os lixos para garantir a alimentação destes. "'Antes de você pegar aqui eu já peguei aqui há muito tempo, viu!? Que eu inaugurei esse restaurante'", disse Roberta uma vez para um dono de cavalos.

O envolvimento com as drogas também é algo que interfere na escolha e na condução dos trabalhos. Todos/as os/as entrevistados/as fazem uso de alguma droga, lícita e/ou ilícita. Identificou-se o uso mais frequente de álcool e crack.

Durante sua trajetória de vida, constatou-se que essas pessoas tendem a circular por instituições como prisões, CAPS e manicômios, clínicas de reabilitação para usuários de drogas, albergues, Centros POP, etc. A circulação por esses espaços tende a fazer com que os indivíduos percam documentos pessoais e/ou outros pertences. Além dessas instituições, é importante salientar que tais pessoas também circulam por espaços de trabalho, como demonstra esta tese. São trabalhos precários, informais e não clássicos, os quais geram valor e contribuem ao processo de acumulação capitalista.

Mesmo diante das especificidades de cada indivíduo, há o compartilhamento da pobreza, pois "tem rico na rua não" (Leandro). É uma pobreza, intimamente relacionada às desigualdades sociais do país, que gera incerteza, uma incerteza perene, em diversos âmbitos da vida, incluindo o trabalho e os rendimentos possíveis provenientes deste. Diante desta indefinição, constatou-se o hábito cultural de atribuir os fatores inexplicáveis a uma divindade. "Porque o dia-a-dia de amanhã, a gente num sabe de nada, só pertence a Deus". (Gilberto).

Sabendo dessa dificuldade, é importante a criação e aplicabilidade de políticas públicas que ofereçam oportunidades educacionais e empregatícias às pessoas em situação de rua para que possam desenvolver suas capacidades e exercício autônomo, e, assim, desfrutarem de um leque maior de possibilidades para elegerem sua forma de viver.

Ainda assim, é possível que as pessoas em situação de rua façam associação entre sua qualidade de vida e a felicidade, sobretudo quando comparam sua vida com a de outros/as que consideram que estejam em pior situação. "Eu tô feliz assim, né?! Eu tô com vida, tô com saúde, minha saúde, do meu jeito, mas tô, né?! Tô andando. Têm pessoas que tão piores do que eu, né?!" (Rita).

A trajetória de vida das pessoas em situação de rua está atrelada tanto à precariedade de vida quanto a de trabalho. São essas particularidades, imersas no quadro geral de pobreza, que constituem os indivíduos entrevistados aqui, bem como suas experiências laborais na atualidade, as quais são discutidas a seguir.

6 – SITUAÇÃO DE RUA E CONTROLES MULTIDIMENSIONAIS NO PROCESSO DE TRABALHO

Mesmo com todas as dificuldades de desemprego e de constante precarização no e do trabalho, as pessoas em situação de rua, ao contrário da crença comum, são trabalhadoras em sua grande maioria. “A maioria aqui corre atrás das coisas durante o dia. Um cata latiinha, o outro vai pra feira de troca, o outro tá lá no, lá no, lá no, lavando carro como eu, esse aqui já tá lá no metrô. E têm vários aí, espalhados por aí, váários que trabalha no metrô, num é?” (Moisés). “Todos eles que eu conheço trabalha [referindo-se às pessoas em situação de rua]. Agora que eu num conheço num sei não” (Gilberto). Estes indivíduos compõem o cenário urbano das principais cidades brasileiras, executando diferentes tipos de trabalho extenuante e precarizado, os quais estão inseridos na dinâmica do mercado de trabalho atual, composta por trabalhos não convencionais, *não clássicos.* À exceção de Samuel, todas as pessoas em situação de entrevistadas estavam trabalhando no momento.

Por mais que existam diferentes motivações para estas pessoas trabalharem, o principal ingrediente que as movem nesse sentido são as questões de sobrevivência. Como Exemplo, Porfiro, ao ser questionado como sobrevive, responde: “Isso aí eu num sei nem explicar. Como é que eu sobrevivo? (...) O sol tano na praia, porque tá chovendo”. Ou seja, ele sobrevive do seu trabalho e de suas relações sociais, ambos determinados pelo clima de sol na praia, condição que faz com que haja maiores ofertas de trabalho neste local.

Num contexto em que não há garantia de direito à alimentação, moradia, saúde, educação, a sobrevivência diária das pessoas em situação de rua é decorrente de seus esforços individuais para acessarem recursos materiais, os quais geralmente são conseguidos pela via do trabalho. No entanto, como este é um direito escasso e não garantido especialmente a quem sofre discriminação, a exemplo dessas pessoas, o acesso a trabalhos é viabilizado mediante relações interpessoais, em que a solidariedade, a lealdade, a afetividade e a moral são ingredientes que, matizados, condicionam as oportunidades de acesso ao mundo do trabalho. É através da rede de conhecimentos, calcadas na confiança, que essas pessoas conseguem seus “bicos”. “Aí quando eles [barraqueiros/as] vê que é uma pessoa de confiança, manda os menino pegar as carroça” (Rita – GF[109]).

[109] Todos os trechos extraídos do Grupo Focal, quando não apresentados em forma de diálogo, serão indicados pela sigla GF, referente à Grupo Focal.

Uma vez que os trabalhos que conseguem são insuficientes para garantir sua sobrevivência, as pessoas em situação de rua se valem de práticas assistencialistas e filantrópicas, geralmente no âmbito da religião, somadas às ações estatais de caráter reduzido. Quanto ao Estado, que deveria garantir os direitos dessa população, suas ações existentes têm apresentado abrangência e eficácia limitada, sem atender as necessidades dessa população.

Este capítulo discute a configuração do processo de trabalho das pessoas em situação de rua em Recife no que se refere à sua organização e às relações sociais estabelecidas. O processo de trabalho, na perspectiva marxista, consiste no conjunto de atividades que geram um produto ao qual lhe são atribuídos valores de uso e de troca. Este produto, independentemente de ser material ou imaterial, é logo inserido na cadeia capitalista através da circulação e do consumo. É nesse sentido que os trabalhos analisados nesta investigação contribuem ao processo de acumulação capitalista, por mais que não sigam os padrões clássicos do fazer laboral. A condição de rua é uma característica marcante para esse distanciamento.

Este estudo, ao analisar os trabalhos das pessoas em situação de rua em Recife, não foca em todos os trabalhos que realizam, pois seria uma tarefa que, além de pretenciosa sem garantia de sucesso diante da pluralidade de trabalhos que executam, demandaria mais tempo e esforço do que o previsto para o doutorado, comprometendo a análise comparativa entre todas as atividades.

Então, de acordo com o nível representativo das atividades dos/as entrevistados/as, para analisar o processo de trabalho, foi escolhido um conjunto de atividades que, integradas, contribuem ao comércio da praia de Boa Viagem. No exercício analítico, elas foram denominadas de "**atividades em torno dos/as barraqueiros/as**", a saber: transporte de carroças, organização do material na praia, convite de clientes para o consumo, atendimento aos/às clientes, reorganização do material nas carroças, mandados ao longo do dia, manutenção e fabricação de materiais usados no comércio da praia, catação de latas de alumínio recicláveis. Na pesquisa de campo no centro do Recife, foi constatado que a catação de latas de alumínio também assumia um lugar de destaque, motivo pelo qual o processo dessa modalidade de trabalho é analisado tanto a partir da realidade de Boa Viagem quanto do centro do Recife.

O estudo das pessoas em situação de rua proporciona infinitas possibilidades de problemas sociológicos. E, quando se opta por analisar os trabalhos realizados por essa população, o/a pesquisador/a também se depara com muitas modalidades destes, confrontando-se com inúmeras questões, como foi constatado nesta investigação. Por isso,

muito provavelmente, se a pesquisa continuasse, ou se tivesse sido realizada por mais de uma pessoa, outras modalidades de trabalho seriam verificadas e, portanto, a seleção para o estudo seria diferenciada.

A seguir, um quadro que mostra o quantitativo de pessoas vinculadas a cada modalidade de trabalho aqui investigada.

Quadro nº 11: Modalidades de trabalho

Modalidade de trabalho	Quantitativo	Quem
Transporte de carroças	Sete	Alexandre, Jerônimo, Bruno, Josenildo, Firmo, Agostinho, Gilberto.
Organização do material na praia	Seis	Agostinho, Rita, Jerônimo, Porfiro, Alexandre, Bertoleza.
Convite de clientes para consumo	Duas	Jerônimo, Bertoleza.
Atendimento aos/às clientes	Uma	Bertoleza
Reorganização do material		Todos que transportam carroças acabam contribuindo para esta tarefa, conquanto que não seja algo que ocorra com a mesma frequência que o transporte. Bertoleza, por trabalhar no atendimento aos/às clientes durante todo o dia, também colabora nesta atividade.
Mandados	Nove	Todos/as que trabalham em torno dos/as barraqueiros/as.
Manutenção de materiais	Um	Romão
Catação de latas recicláveis	Oito	Alexandre, Jerônimo, Porfiro[110], Bruno, Bertoleza, Josenildo, Rita, Gilberto, Roberta, Moisés, Laura.

FONTE: Elaboração própria

Tais trabalhos também são realizados por outros grupos populacionais que não as pessoas em situação de rua, fato inclusive confirmado no trabalho de campo. Mas este estudo também não objetivou analisar a modalidade de trabalho como um todo, envolvendo outras pessoas que não estejam nesta situação. Ou seja, a análise foca apenas no trabalho realizado pelas pessoas em situação de rua, nem em todos os trabalhos que realizam, nem na modalidade de trabalho em si a que estão vinculadas. É justamente na interseção entre os trabalhos e tais pessoas que este estudo foca, conforme exemplificado na figura a seguir:

Figura nº 1: Especificação dos trabalhos analisados nesta tese

[110] Na entrevista, disse que a frequência em que coleta latas recicláveis é "vez em quando". Ao mesmo tempo, deu a entender que fazia muito tempo que não realizava mais esta atividade, quando disse: "num sei nem o tempo mais, visse!"



Como não há garantia de continuidade de nenhum dos trabalhos realizados, além da renda obtida por eles ser muito baixa, é comum que as pessoas em situação de rua estejam envolvidas em diferentes modalidades de trabalho. “Apareceu óia eu tô de dentro” (Romão). “Eu pego um carro, pego uma carroça, eu, pego latinha, entendeu?” (Alexandre). “Cato latinha, puxo carroça, faço um favor, um mandado, comprar [...], vou chamar o criente. E assim vai levando a vida. Quando dá 3h vou buscar o almoço, que o pessoal dá.” (Jerônimo). Jerônimo também trabalha como flanelinha com Alexandre. A escolha pela atividade a ser desempenhada depende das oportunidades que lhes são apresentadas. “Eu ando, eu trabalho, eu faço uma manutenção numa coisa, faço na outra. Eu limpo ventilador, óia! [Ela tem um jeito peculiar para ironizar de si mesma] Agora eu tenho um trabalho lá na favela, de limpar ventilador, aqueles ventilador grande.” (Rita).

Essas diferentes modalidades de trabalho, embora não sejam objeto analítico desta pesquisa, são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro nº X 12: Outros Trabalhos

Modalidade de trabalho	Quantitativo	Quem
Flanelinha	Cinco	Alexandre, Jerônimo, Bruno, Moisés, Agostinho
Pedreiro	Duas	Bruno, Romão
Eletricista	Uma	Romão
Limpeza de fossa	Uma	Romão
Faxina	Duas	Bertoleza, Laura
Coleta de outros materiais recicláveis além das latas	Três	Gilberto, Firmo e Leandro[111]
Prostituição	Duas	Gilberto, Laura
Auxílio a pequenos comerciantes	Duas	Gilberto, Roberta
Venda de água mineral	Duas	Moisés, Rita
Venda de Pipoca	Uma	Moisés
Feira	Uma	Laura
Transporte de frutas	Uma	Roberta

FONTE: Elaboração própria

[111] Os entrevistados não coletavam os mesmos tipos de materiais recicláveis. Gilberto: garrafas PET. Leandro: papelão, plástico e papel branco. Galego: garrafas PET, papelão, plástico, ferro, cobre, latas de alumínio, metal e bolsas usadas.

Do total de entrevistados/as, quatro nem trabalhavam em atividades em torno dos/as barraqueiros/as de Boa Viagem nem em coleta de latas de alumínio recicláveis: Piedade, Lucas, Fernando e Leandro. Suas atividades eram flanelinha (Pareirão), venda de pulseiras artesanais (Lucas), venda de pipocas (Fernando) e coleta de papelão (Leandro)[112].

Dessa maneira, muito das respostas dos/as entrevistados/as também advém de suas experiências nessas outras modalidades de trabalho, ou mesmo no não trabalho. No entanto, esse aspecto não invalida a análise do processo de trabalho das modalidades laborais aqui focadas.

Todas essas atividades são assistemáticas, em níveis variados. Inclusive, por esse motivo, muitas vezes as atividades nem são consideradas como um trabalho em si, mas como algo passageiro, uma "óia[113]", aspecto discutido no capítulo seguinte. Igualmente, requerem grande dispêndio de tempo e energia, tanto física quanto psicológica. Através delas não é possível obter grandes rendimentos, de modo que há uma grande probabilidade da situação de pobreza continuar por toda a vida.

Todos esses trabalhos podem ser analisados de acordo com o conceito *trabalho não clássico*, pois apresentam as seguintes características:

- São realizados em ambientes diferentes dos que classicamente são considerados locais de trabalho. Ou seja, as atividades são realizadas em espaços públicos, como ruas parques, ônibus, metrôs etc.;

- O local de trabalho é decidido pelo/a trabalhador/a. Os/as que catam materiais recicláveis, por exemplo, estabelecem seu roteiro autonomamente, embora, para serem exitosos/as, não possam fugir de onde é mais propenso encontrar produtos que possam ser vendidos;

- Não há uma relação clara com um/a empregador/a, pois geralmente são atividades realizadas por conta própria, consideradas como autônomas;

- As interações sociais cotidianas são estabelecidas com diferentes pessoas, como moradores/as da localidade, transeuntes, funcionários/as do Estado, etc.;

- São atividades desempenhadas em zonas limítrofes entre o legal e o ilegal, a exemplo dos/as *flanelinhas*;

- As jornadas de trabalho são flexíveis.

---

[112] Também, durante o trabalho de campo, foram verificadas outras modalidades de trabalho realizadas por outras pessoas em situação de rua não entrevistadas, a saber: venda de facas de maneira itinerante, frete de mercadorias de clientes de supermercados, ajudante de vendedor de livros.

[113] "Oia" é uma forma de se referir a trabalhos passageiros e sem vínculo formal.

O caráter heterogêneo dos trabalhos executados por essas pessoas deve-se à característica *sui generis* de situação de rua, marcada pela pobreza extrema que tende a conduzir à errância e, consequentemente, ao desempenho de funções variadas para garantia da sobrevivência. “Quem veve na rua num tem nem estado, nem cidade certa não. E bairro certo não. Você pode achar ele numa rua e ele tá na outra (...). Fica, é feito macaco, pulando [de galho em galho” (Jerônimo – GF). “Trecheiro e macaco]”. (Rita – GF).

Esta circunstância também exerce forte influência sobre o local e a modalidade de trabalho, fazendo com que as pessoas em situação de rua tendam a se inserir em trabalhos nas proximidades de seu local de vivência. Por outro lado, o próprio trabalho também impõe seus constrangimentos. Jerônimo, por exemplo, circulou por diferentes pontos da cidade para conseguir exercer a atividade de flanelinha, em lugares como a pracinha de Boa Viagem, o Recife Antigo (na Rua da Moeda e ao redor do Shopping Paço Alfândefa), próximo à Faculdade Boa Viagem. Disse que o motivo principal para essas mudanças decorreu da normatização, pela Prefeitura, dos estacionamentos públicos através do sistema Zona Azul[114].

Tanto os trabalhos selecionados para esta pesquisa quanto os demais realizados pelos/as entrevistados/as estão relacionados à trajetória de vida destes/as. A precariedade tem sido uma temática bastante discutida no mundo do trabalho, tanto no que seria o formal quanto no informal, categorias que pouco têm sido úteis à compreensão dos aspectos precários no universo laboral. O que poderia se pretender uma dicotomia – formalidade versus informalidade – consiste numa miscelânea a partir da qual é difícil, ou mesmo impossível, extrair algum dos elementos em estado puro. Ao invés do foco nesses conceitos para compreender se uma experiência de trabalho é positiva - formal- ou negativa - informal – analiticamente faz mais sentido abordar o termo “precariedade”. É desse modo que esta pesquisa analisa o processo de trabalhos desempenhados por pessoas em situação de rua, considerando que são não clássicos e caracterizados pela precariedade.

Um trabalho pode ser precário em termos das **atividades desempenhadas**, por serem extenuantes, degradantes, perigosas etc. Também pode ser precário no que se refere à **jornada laboral**, tanto por ser larga demais, além da permitida em lei, ou mesmo alargada através dos subterfúgios de horas extras. Neste último caso, ainda pior quando tais horas não são convertidas em acréscimo no salário ou de outra maneira que beneficie o/a empregado/a, mas são manejadas de acordo com o arbítrio do/a patrão/patroa. A precariedade do trabalho

[114] Trata-se de um sistema de estacionamento público na cidade do Recife, em que o/a condutor/a paga um valor para permanecer por um tempo estabelecido. O controle é realizado por talões com informações de dia e horário, que devem estar dentro do carro para fácil visualização pelos/as guardas de trânsito.

também se verifica no **baixo rendimento** recebido, incluindo o salário mínimo, o qual não garante uma qualidade de vida satisfatória. Outra maneira de precarizar o trabalho é através do **vínculo**, quando não há uma experiência formal de carteira assinada ou, mesmo havendo essa formalização, o vínculo é precário, como nos casos em que os salários são ainda mais baixos que o mínimo. Todos esses atributos propiciam efeitos no corpo, na mente e nas relações interpessoais, prejudicando as condições de vida do/a trabalhador/a e sua atuação no trabalho de modo geral.

A situação de rua, *per se*, é propícia ao aumento da precariedade na dinâmica laboral, o que faz com que os aspectos mencionados acima sejam mais intensificados. Conforme já mencionado, a trajetória pessoal e familiar, configurada pela pobreza, tem relação direta com a precariedade nos trabalhos atuais.

Também, analisa-se como a precariedade de vida, atrelada à precariedade no trabalho, influenciam a percepção que as pessoas em situação de rua têm do trabalho e de si mesmas inseridas nesse processo trabalho, ou seja, como as modalidades de trabalho que executam impactam na formação de sua identidade, o que, dentre outros aspectos, incide no (não)interesse dessas pessoas para mudarem de trabalho.

Esta investigação foi desenvolvida a partir de três eixos analíticos, já mencionados anteriormente, a saber: situação de rua, controle no processo de trabalho e formação da identidade a partir do trabalho. O primeiro começou a ser discutido no capítulo anterior e continua aqui. O segundo também é discutido neste capítulo e o terceiro no próximo. Estes eixos conformam e constrangem tanto a execução das atividades quanto a constituição subjetiva dos indivíduos

Para compreender o processo de trabalho dos trabalhos desempenhados pelas pessoas em situação de rua, selecionados neste estudo, este capítulo parte da descrição das atividades com base no pressuposto de que este procedimento é indispensável e central para análise de uma configuração sociotécnica. Nessa descrição, os trabalhos foram analisados a partir de uma configuração sociotécnica, levando-se em consideração, a organização, o perfil laboral e as relações laborais. A discussão sobre o perfil laboral desses/as trabalhadores/as foi discutido no capítulo anterior e será complementada no seguinte, ao abordar o modo como os/as mesmos/as se subjetivam mediante o trabalho.

6.1 Configuração sociotécnica a partir da organização laboral

A compreensão do processo de trabalho requer a análise de como ele é organizado, em se tratando de identificar possíveis etapas para execução de tarefas que compõem o trabalho em sua totalidade e os principais agentes responsáveis por executar as tarefas demandadas. A tecnologia empregada também é importante no processo de trabalho, pois facilita a execução de tarefas e tende a agilizar o mesmo.

Tanto a organização quanto a tecnologia, no âmbito da configuração sociotécnica, assumem importância no processo do trabalho. Nesta pesquisa, a dimensão "tecnologia" não foi analisada. Ressalta-se apenas que o nível tecnológico identificado no processo de trabalho foi baixo, pois a execução das tarefas não se realizava através de inovações sofisticadas. Ao contrário, o corpo, com suas diversas possibilidades de exploração, incluindo o esforço físico, foi a ferramenta mais utilizada nas modalidades de trabalho aqui analisadas.

6.1.1 Organização no processo de trabalho na praia de Boa Viagem - dinâmica em torno do/a barraqueiro/a

A orla de Boa Viagem, que compreende uma extensão aproximada de 7 km, nos limites entre os bairros Pina, ao norte, e Piedade, ao sul, é uma das partes mais turísticas do Recife, e mesmo do Estado de Pernambuco. Ao analisar a história do Recife, constata-se que a zona de Boa Viagem e Pina, conhecida como praia da Candelária, foi uma das últimas do Recife a receber pessoas para o banho de mar, inclusive quando se compara a Olinda, que foi uma das primeiras. Não porque Olinda fosse melhor, mas era mais acessível (ARAÚJO, 2007).

Até as primeiras décadas do século XX, o acesso a Boa Viagem era muito difícil, geralmente realizado através de botes pela parte do mar que divide o Cabanga (bairro do centro do Recife) do Pina. Desse modo, essa região ainda era pouco habitada, frequentada mais pela elite pernambucana em comemorações anuais específicas, geralmente em torno da Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem[115]. Nesse período, a relação com as praias ainda não era em torno do lazer, mas sobretudo terapêutica, visto que as pessoas iam em busca dos "banhos salgados" para obterem curas físicas e mentais (ARAÚJO, 2007). .

[115] A igreja é localizada no local atualmente conhecido como "Pracinha de Boa Viagem".

Ainda na primeira metade do século XX, houve um aumento na busca pelo aluguel de casas nas praias do Pina e de Boa Viagem, no período do verão, por parte da elite, a fim de aproximar-se da natureza e calmaria das praias desta região e evitar o agito urbano do centro do Recife ou mesmo de Olinda. A partir da construção da ponte do Pina e da Av Imbiribeira, bem como da oferta de aluguéis de carros e o aumento de transportes públicos para a zona sul, a praia de Boa Viagem começou a ficar mais popularizada (ARAÚJO, 2007). .

Com o desenvolvimento dos acessos à praia de Boa Viagem, a concepção de praia também mudou. Não se tratava apenas de um lugar associado à saúde, à busca pela ligação com a natureza e à tranquilidade. Mas, as praias também se tornaram meios de sociabilidade. Concomitantemente, o comércio começou a se desenvolver e casas passaram a ser construídas. Mas a elite continuava sendo maioria nesta localidade, pois as classes populares ainda enfrentavam dificuldades de acesso, devido ao caro valor dos aluguéis dos carros e à insuficiência dos transportes públicos (ARAÚJO, 2007).

Atualmente, constata-se que a praia agrega hábitos de lazer, de exercícios físicos e de comércio. Quanto ao lazer, são comuns os seguintes: banho de mar, banho de sol para o bronzeamento, encontros amistosos para compartilhamento de comidas e bebidas etc. Atrelado ao lazer têm-se os exercícios físicos, tais como vôlei, musculação, corrida, caminhada, outros exercícios aeróbicos etc.

Nesta área estão localizados muitos hotéis luxuosos e muitas ofertas de lazer direcionadas a turistas, incluindo passeios para outros pontos turísticos do estado. Esta zona, repleta de edifícios pomposos, de grande altura a ponto de dificultar a circulação do vento e prejudicar a qualidade de vida da cidade, também concentra grande parte da elite pernambucana. Por outro lado, em Boa Viagem vivem muitas pessoas das classes populares, espalhadas pelas comunidades do bairro, denominadas Bruno Veloso, Borborema, Entra Apulso, Ilha do Destino, Tancredo Neves. A praia de Boa Viagem também atrai pessoas vindas de outros bairros da Região Metropolitana do Recife, sobretudo nos finais de semana, momento em que a área fica muito movimentada, principalmente no período de setembro a fevereiro. A seguir, algumas fotografias da praia.

Fotografia nº 25: Praia de Boa Viagem



Fonte: Foto da autora.
09 de outubro de 2016, às 9h52.

Fotografia nº 26: Praia de Boa Viagem



Fonte: Foto da autora.
09 de outubro de 2016, às 9h52.

Fotografia nº 27: Praia de Boa Viagem



Fonte: Foto da autora.
29 de janeiro de 2017, às 8h35.

Fotografia nº 28: Praia de Boa Viagem



Fonte: Foto da autora.
12 de outubro de 2016, às 16h21.

Fotografia nº 29: Praia de Boa Viagem



Fonte: Foto da autora.
29 de dezembro de 2018, às 8h56.

Fotografia nº 30: Praia de Boa Viagem



Fonte: Foto da autora.
06 de maio de 2018, às 7h43.

Pelos motivos acima, a praia de Boa Viagem concentra um grande comércio relacionado ao lazer e à prática de exercícios físicos. Em toda faixa de areia, há a oferta de

serviços de cadeiras, guarda-sóis, comidas e bebidas por parte de barraqueiros/as. Estes/as comercializam, no geral, água de coco, refrigerantes, cervejas, caipirinhas[116], peixes e outros frutos do mar, batatas-fritas, arrumadinho etc. Também há um grande fluxo de vendedores/as avulsos/as que oferecem picolés, ostras, amendoins, castanhas, óculos de sol, bronzeadores e protetores solares, roupas de praia etc. Ainda na areia, há trabalhadores/as que utilizam carroças para a venda de comidas como queijo coalho assado, abacaxi, entre outros produtos. Alguns/mas desses/as ficam em pontos fixos e outros ficam transitando pela areia. No calçadão há vários quiosques onde são vendidos lanches.

Todo esse movimento na praia começou a borbulhar por volta da década de 1970, em que os/as comerciantes chegavam oferecendo cerveja, refrigerantes e esteiras para os/as banhistas se sentarem e/ou deitarem. Diferentemente da atualidade, em que os/as comerciantes ficam parados/as no seu ponto, naquele período eles/as eram móveis, caminhando em busca de clientes. Ainda não havia barraca (informações obtidas na entrevista com Pedro, um dos primeiros barraqueiros).

Com o passar do tempo, deu-se o processo de fixação, em que os/as comerciantes, popularmente conhecidos/as como barraqueiros/as, colocavam suas barracas e demais objetos e começavam a comercializar, do que surgiu uma forte dinâmica comercial em torno destes sujeitos. Também teve início a intervenção do Estado e, por meio da Prefeitura do Recife, começou-se a regularização desse serviço, atrelada à cobrança de impostos e a algumas medidas normativas. Dentre estas, tem-se o horário estabelecido em que o/a barraqueiro/a pode oferecer seus serviços na areia, que não pode ultrapassar das 17h, embora não haja um cumprimento rígido dessa regra. Outro ponto refere-se à proibição de elaboração de comidas na areia, a exemplo da prática de assar peixe. Por esse motivo, as comidas são elaboradas em locais diferentes, incluindo o Edif. Holiday.

O trabalho do/a barraqueiro/a tem início com a chegada de seu material à areia, que pode ser providenciado por conta própria ou com a ajuda de terceiros. Na primeira opção, há casos em que o/a barraqueiro/a tem seu próprio transporte para trazer seu material ou ele[117] mesmo arrasta sua carroça de algum depósito até a areia. Já no segundo caso, há contratação de mão de obra para o carregamento da carroça. Em alguns casos o contratado deixa a carroça já na areia e, em outros, deixa-a no calçadão, para que o/a dono/a a puxe para a areia ou consiga outra maneira de fazê-lo. O acesso do calçadão à areia é por meio de rampas, em

[116] Bebida tipicamente brasileira, composta pela mistura de cachaça Pitú e limão, com a adição de açúcar sendo opcional.
[117] Apesar de não ter sido foco desta investigação, não foi identificado o transporte de carroças por alguma barraqueira, mas apenas por barraqueiro. No entanto, esta informação precisaria ser melhor investigada.

alguns lugares, e degraus, em outros, de modo que, obviamente, as carroças chegam à areia pela via das rampas. Foram verificados apenas homens na realização deste trabalho.

A seguir, fotos que ilustram o início do trabalho na praia.

Fotografia nº 31 - Carroça chegando



Fonte: Foto da autora
09 de outubro de 2016, às 6h08.

Fotografia nº 32 – Carroça na praia



Fonte: Foto da autora
08 de abril de 2018, às 7h.

Fotografia nº 33: Início do expediente



Fonte: Foto da autora
08 de abril de 2018, às 7h23.

Fotografia nº 34: Início do expediente



Fonte: Foto da autora
06 de maio de 2018, às 7h35.

Além do carregamento de carroças, o trabalho nas barracas demanda outras atividades, cuja realização envolve, também, as pessoas em situação de rua. Trata-se de montar o bar e desmontá-lo no final do expediente, convidar clientes para descer à areia e usufruírem dos serviços ofertados pela barraca, servi-los, realizar mandados para o/a barraqueiro/a a exemplo da compra de gelo, buscar alimentos preparados no Holiday que servirão aos/às clientes,

encher pneu da carroça, fazer reparos nos materiais de trabalho do/a barraqueiro/a etc. Este é um ambiente de trabalho complexo que envolve diferentes atores/atrizes em ações que colaboram ao processo de acumulação capitalista. Desse modo, a praia de Boa Viagem é composta pela mescla entre turismo, lazer e trabalho árduo. É justamente este último aspecto que é foco desta investigação, especificamente ao trabalho das pessoas em situação de rua.

6.1.1.1 Carregamento de carroças

O trabalho de muitos/as barraqueiros/as depende de pessoas disponíveis para carregar suas carroças, pois as mesmas, segundo todos que as carregam, são muito pesadas, variando entre 300 a 900 kg, de acordo com os entrevistados. Josenildo disse não ter noção do peso, pois, segundo ele, vai arrastá-la e não a suspender. As carroças começam a ser transportadas no início do dia, por volta das 5h, e o processo de levá-las de volta tem início às 16h aproximadamente. Das 12 pessoas entrevistadas em Boa Viagem, oito trabalhavam no transporte de carroças: Josenildo, Agostinho, Jerônimo, Bruno, Porfiro, Alexandre, Firmo e Gilberto[118].

Os entrevistados que trabalham nesta função começaram por meio de indicações de sua rede de contato. “Eu soube por causa quee, eu num vou ficar na rua [...] pra lá e pra cá com a bolsa nas costas, entendeu? Aí tem uma mulher que me chamou pra, é, pra pegar, pra trabalhar na, na, carregar na praia, aí eu puxava a Kombi dela, entendeu?” (Alexandre). Antes de começar o trabalho propriamente de puxar carroças, Alexandre dirigia uma Kombi que transportava materiais para uma barraqueira. Nesta atividade, ganhava R$ 20,00 por semana e, considerando baixo o valor recebido, abandonou a função. Diante disso, constatou que seria mais vantajoso juntar latinhas de alumínio recicláveis. Logo em seguida, agregou o carregamento de carroças e a função de flanelinha.

Carregar uma carroça, seja ela mais ou menos pesada, depende de algumas habilidades e boa condição física para sustentar e empurrar o peso. Segundo Jerônimo, o procedimento é o seguinte: “primeiro, baixar o braço da carroça, fazer um impulso, pra frente, depois levanta o braço e o pneu fica, ela fica maneira. Primeiro baixa, faz o impulso, depois levanta um pouquinho pra ela ficar, nessa altura mais ou menos do peito, aí ela fica maneirinha. Aí você, embala, vem se embora”. A seguir, uma fotografia que exemplifica o procedimento relatado por Jerônimo.

[118] Este foi entrevistado em Olinda, mas depois foi encontrado em situação de rua em Boa Viagem.

Fotografia nº 35: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora,
29 de Dezembro de 2018, às 6h16.

Fotografia nº 36: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora.
12 de Maio de 2018, às 6h54.

Bruno, ao explicar a técnica que usa para puxar as carroças, revela que um dos fatores que contribuem para aumentar a dificuldade desta tarefa é o mau estado de conservação das mesmas. "Tem carroça que é pesada e tem carroça que é maneira, né?! Tem carroça que é muito pesada, tem carroça que fica estralano a, o rolamento, fica prendendo, aí você tem que botar aquela força todinha. Aí pronto". Uma das pessoas que faz manutenção das carroças, Romão, disse que os/as barraqueiros/as só levam as carroças para manutenção quando a situação já está muito agravada.

Mesmo com todas as dificuldades, já reconhecidas pelos mesmos, eles se submetem a este trabalho diante da escassa possibilidade de ganharem alguma renda. "Tem que puxar mermo, né?! De todo jeito, né?!" (Alexandre). Os entrevistados reconhecem que se trata de um trabalho precário e degradante, posicionamento observado na proposta de Alexandre para que as carroças sejam levadas à praia através de reboque. Por outro lado, diante da grande dependência deste tipo de trabalho, alguns defendem sua continuidade porque é mediante este que conseguem alguma renda.

Geralmente, devido ao grande peso das carroças, o transporte destas é realizado com a ajuda de outra pessoa e a renda conseguida é dividida. Jerônimo, por exemplo, disse que costuma puxar as carroças com Alexandre, dividindo com este a renda recebida. Pergunto se é possível ele puxar sozinho e me diz que não: "dá pra puxar, agora é muito pesado. Você podee, se prejudicar, pegar uma hérnia... É muito peso! Tem que ter uma pessoa pra ajudar". Alexandre explicou que, enquanto um empurra atrás, o outro guia na frente. Porfiro é uma das pessoas que apenas ajuda a empurrar a carroça, pois diz que não tem força para carregá-la. Brunoconstitui-se numa exceção, pois afirmou que prefere carregar sozinho para não ter que

dividir o dinheiro com alguém. . “Eu dou 5, 10, pra me ajudar, entendeu? (...) Quando tem aí carroça pesada mermo.” (Bruno).

A seguir, fotos que mostram o carregamento de carroças por pessoas em situação de rua.

Fotografia nº 37: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora, 06 de maio de 2018.
Carroça transportada por Alexandre na frente e Jerônimo e Agostinho atrás.

Fotografia nº 38: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora, 09 de outubro de 2016.
Carroça transportada por Caroço.[119]

Fotografia nº 39: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora, 12 de maio de 2018.
Carroça transportada por Jerônimo na frente, Porfiro e Agostinho atrás.

Fotografia nº 40: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora, 28 de abril de 2018.
Gilberto, entrevistado em Olinda, ajudando a empurrar uma carroça em Boa Viagem.

[119] Carroço é original do Rio Grande do Norte. Antes de Recife, morava em Natal, no bairro Alecrim. Não fiz a entrevista com ele porque ele faleceu, foi atropelado. Seus/suas companheiros/as não sabiam maiores detalhes, apenas que “morreu”. Este tipo de acontecimento não costuma receber um tratamento investigativo eficiente, pois é tratado como a morte de um “qualquer”.

Fotografia nº 41: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora, 13/11/2016, às 07h08.
Carroça transportada por Firmo na frente e Carroço atrás.

Fotografia nº 42: Transporte de carroças



Fonte: Foto da autora, 20/05/2018, às 06h55.
Carroça transportada por Alexandre.

6.1.1.2 Montagem de bar

Depois que as carroças já estão na areia, inicia-se o trabalho do que os/as entrevistados/as denominam "montagem do bar", ou seja, organizar todas as cadeiras, guarda-sóis, mesas, lixeiras etc., para a chegada dos/as clientes. Para intensificar a vinda destes/as, algumas pessoas são designadas para ficarem no calçadão, ou mesmo do outro lado da avenida, para convidá-los/as, já de pronto oferecendo-lhes os serviços. Porfiro, que não carrega carroças porque diz não aguentar o peso delas, é uma das pessoas que trabalha na montagem de bar. Esta atividade também é realizada pelas pessoas que têm uma maior atuação no carregamento de carroças, como é o caso de Alexandre e de Jerônimo. Além desses, também trabalhavam nesta função Porfiro, Agostinho e Bertoleza.

A seguir, fotos que mostram o trabalho de montagem do bar.

Fotografia nº: 43: Montagem de bar



Fonte: Foto da autora.
20 de maio de 2018, às 8h15. Porfiro.

Fotografia nº 44: Montagem de bar



Fonte: Foto da autora.
20 de maio de 2018, às 8h53. Jerônimo.

Porfiro aprendeu a montar com um ex-cunhado. “Eu armo bar, esse que passou aqui eu ajudo ele. Ajudo os pessoal na praia”. Ele disse que arma o bar de vários/as barraqueiros/as. “Eu cavo buraco, boto o guarda-sol (...) boto as cadeiras.” Uma de suas exigências para realização de seu trabalho é poder beber alguma bebida alcoólica. “Eu só monto direito se eu tiver be- bebeno. Só se eu tiver bebeno. E se eu num tiver bebeno, eu num pe-, e- e-, eu num pego nem nuum, num guarda-sol sequer” (Porfiro). A situação de envolvimento com álcool não anula a condição de Porfiro ser um trabalhador. Costumeiramente, ele bebe a “buchudinha” e/ou Pitú. Diferentemente, Leandro, entrevistado do centro de Recife, pontuou que não bebe álcool enquanto está trabalhando. Porfiro também faz mandados para os/as barraqueiros, como a compra de gelo. Já atuou servindo às pessoas e chamando clientes para o bar, mas no momento não faz mais essas atividades.

Semelhantemente a este processo de organizar o bar, tem-se sua desmontagem e reorganização dos materiais na carroça.

Fotografia nº 45: Atendimento ao cliente



Fonte: Foto da autora
20 de maio de 2018, às 13h56.

Fotografia nº 46: Atendimento ao cliente



Fonte: Foto da autora
20 de maio de 2018, às 16h19.

6.1.1.3 Atendimento ao/à cliente

Outra modalidade de trabalho com o/a barraqueiro/a é ajudando-o/a no atendimento ao/à cliente. Nessa modalidade foi identificada a atuação de Bertoleza. Ela trabalha numa barraca, próximo ao Holiday, na qual se vende coco, cerveja, refrigerante, batata-frita, peixe etc. Além de Bertoleza, trabalha a dona, seu esposo e às vezes outra pessoa. Segundo Bertoleza, quem administra e toma as decisões é ela e não ele. Os dados sobre a trajetória de vida e o trabalho de Bertoleza foram obtidos em diferentes momentos. Além da entrevista inicial, tivemos mais dois encontros com ela em que foi possível complementar a entrevista e ampliar minha compreensão sobre sua história de vida. Também observei seu trabalho em

dois dias, cada um durante um turno. Ela disse que gostaria que a barraca fosse montada todos os dias, para que ela pudesse trabalhar mais e, assim, aumentar sua renda. Desse modo, não precisaria do BPC.

Durante toda a jornada de trabalho, Bertoleza monta o bar no início do dia e o desmonta ao final; ajuda no transporte de materiais; atende aos pedidos dos/as clientes; limpa e organiza o espaço, retirando o lixo com frequência; auxilia os/as clientes em atividades como o banho de chuveiro; faz as contas dos gastos dos/as clientes, recebe dinheiro e o repassa à dona. Quando o pagamento é com cartão, o/a cliente vai diretamente ao caixa, controlado pela dona.

Sobre seu trabalho, Bertoleza descreveu:

> Na praia eu gosto porque é atendimento. Eu sou atendente. "Me dê uma cerveja!" Eu vou lá, pego a cerveja. "Qual a cerveja? Schin"- Não. "Itaipava ou Skol?" Aí a pessoa diz. Aí eu vou e pego. Aí dou. "Uma guaraná!" "Qual é a guaraná? Coca-Cola, Sukita, Soda ou Guaraná Antártica?" Porque me ensinaram Guaraná Antártica. Eu não sabia que era guaraná, era Antártica. Aí eu sei, aí eu pergunto: "É guaraná Antártica, é Sukita, Skol". Não! "Sukita, guaraná, coca ou soda?" Aí a pessoa diz. Aí eu vou e pego. "Eu quero um peixe". Aí eu digo pra dona da, da barraca: "óia, a moça quer um peixe". "Qual é o peixe?" Aí tem lá na comanda. Aí ela vai e pede. O coco ela não deixa eu abrir, porque é com faca. Ela sabe do meu problema[120], não deixa eu abrir com faca, não deixa eu pegar em faca.

Nesse processo de trabalho, é esperado que a atendente, Bertoleza, não apenas compreenda o pedido e faça a solicitação e posterior entrega do mesmo o mais rápido possível. Também são requeridas habilidades estéticas, manifestadas em sua postura ao se apresentar ao/à cliente, sua vestimenta e sua aparência em geral. Igualmente, espera-se desenvolturas emocionais próprias do cargo que está exercendo, independentemente da condição psíquica da atendente no momento. Essa é uma modalidade de trabalho que pode ser compreendida através do conceito Trabalho não clássico.

No primeiro dia da observação, por volta das 13h30, iniciou-se o processo de organização para terminarem os trabalhos. Às 14h50, aproximadamente, os materiais já estavam quase todos organizados no calçadão da praia, restando apenas um guarda-sol armado, três cadeiras e uma mesa, para atender a dois clientes. Quando já estavam terminando o expediente, o dono colocou a carroça no calçadão com poucas cadeiras. E, quando a carroça já estava no calçadão, ele organiza as demais cadeiras e os guarda-sóis. A dona pediu para Bertoleza varrer a praia, porque diz que não gosta de deixa-la suja.

Às 16h já não havia mais clientes e todos/as se direcionaram ao Holiday para guardar o material, distribuído nas mãos de todos. Bertoleza, por exemplo, arrastou um carrinho de

[120] Como mencionado anteriormente, Bertoleza tem transtorno mental.

supermercado com objetos de trabalho. A carroça com a maioria dos objetos ficou no calçadão à espera de outra pessoa para carrega-la. O ato de observar o trabalho de Bertoleza envolveu pouca interação, apenas no início, na minha chegada, e ao final, quando ela já estava organizando o material no calçadão para transportá-lo ao Holiday.

Nesta observação também constatei outras nuances de seu processo de trabalho. A barraca também oferece banho de chuveiro. Quando este está quebrado, o/a cliente pode usar o da barraca vizinha, o que denota um mínimo de solidariedade entre os/as barraqueiros/as. O mesmo aconteceu com a venda de coco, quando uma cliente pediu coco e, como não tinha, a dona pediu para Bertoleza buscar em outra barraca. Também, é comum haver trocas de produtos, como cervejas e refrigerantes de marcas diferentes.

A seguir, fotos do trabalho de Bertoleza:

Fotografia nº 47: Atendimento ao/à cliente



Fonte: Foto da autora.
20 de maio de 2018, às 13h05

Fotografia nº 48: Atendimento ao/à cliente



Fonte: Foto da autora.
20 de maio de 2018, às 13h54

6.1.1.4 Manutenção do material de trabalho do/a barraqueiro/a

Em Boa Viagem, quando os instrumentos de trabalho dos/as barraqueiros apresentam algum defeito, as pessoas em situação de rua também estão implicadas na manutenção e no conserto destes. Elas contribuem para o conserto das carroças, das cadeiras, dos guarda-sóis, além de costumeiramente levarem as carroças para encher seus pneus. Uma das principais pessoas responsáveis nesta tarefa é Romão, o único entrevistado dessa modalidade de trabalho.

Em relação às carroças, ele costuma consertar seu eixo, geralmente realizando troca deste. A lida com o eixo e os consertos relacionados à cantoneira são os mais frequentes. Ele remodela carroças, aumentando-as, diminuindo-as e/ou modificando algum acessório. Também constrói carroças do zero. Os materiais mais utilizados são: cantoneira de alumínio,

cano de policloreto de vinila (pvc), zinco para as laterais e o fundo da carroça. Ele costuma passar grande parte de seu tempo soldando uma barra de ferro para ligar o zinco às cantoneiras. As carroças são levadas para conserto quando estão em condições bem deploráveis, “quando tá nas últimas, já” (Romão). Por esse motivo, as pessoas envolvidas no carregamento das carroças estão submetidas a constantes riscos de acidentes, como ferimentos. Ele trabalha com outras carroças, como as que servem para vender cachorro-quente. Muitos desses serviços são realizados com materiais que ele compra antecipadamente, tais como disco para cortar ferro e eletrodo. Os consertos, em geral, são realizados ao lado da garagem onde ele vive com sua companheira Bertoleza. Também podem sê-los na praia, a exemplo do conserto da tampa de poços.

Também conserta cadeiras e guarda-sóis utilizados na praia. Em relação às cadeiras, o trabalho consiste mais em troca de pinos e emendas no pano do assento. Os consertos dos guarda-sóis geralmente são em suas aspas, que podem ser de madeira ou de alumínio. Ele também cobra pelo serviço do enchimento dos pneus das carroças, sendo R$ 2,00 o preço aproximado.

Romão também está envolvido em outros trabalhos, tais como a limpeza do local onde ficam armazenadas as carroças, encanação, pintura, limpeza de fossa, construção de portão, conserto de tampas de poço na praia, os quais são utilizados pelos/as barraqueiros/as para guardarem seus pertences e terem acesso à água.

Ademais, ele é um dos principais responsáveis por manter limpos e seguros os materiais do dono da garagem onde vive, pois além de impedirem roubos com sua presença, constantemente faz manutenção nas grades de segurança, com solda, por exemplo.

A seguir, fotos que exemplificam seu trabalho.

Fotografia nº 49 – Conserto de guarda-sol



Fonte: Foto da autora, 19/02/2019.

Fotografia nº 50 – Conserto de guarda-sol



Fonte: Foto da autora, 19/02/2019.

6.1.1.5 Mandados

Além das atividades supramencionadas, há um conjunto de tarefas ainda mais invisibilizadas, porque, em termos de escala de informalidade, estão mais ao extremo do que seria informal. Tais tarefas foram agrupadas sob o rótulo de “mandados”, que são os “favores”, trabalhos rápidos, solicitados às pessoas em situação de rua. Mesmo sendo atividades ainda mais assistemáticas do que as que realizam, não obstante as consideram como um trabalho. Todos/as os/as entrevistados/as de Boa Viagem, incluindo os/as participantes apenas do grupo focal, realizavam esta atividade. No centro do Recife, identificou-se Roberta e Laura.

Na praia de Boa Viagem, os barraqueiros/as aproveitam ao máximo, e frequentemente, o trabalho das pessoas em situação de rua, que costumam permanecer todo o período de expediente dos barraqueiros em locais próximos a eles, disponíveis para prestação de diferentes serviços ao longo do dia. Aparentemente, para um/a observador/a desatento/a e não conhecedor/a da dinâmica local, estas pessoas estariam apenas se confraternizando, pois costumam permanecer em baixo da árvore já citada compartilhando bebida alcoólica, cigarro e alimento.

No entanto, para além desse processo interativo, elas estão disponíveis para realização de trabalhos, chamados por elas de “mandados”. Estão disponíveis para realização dos mais diversos tipos de trabalhos ocultos, a saber: compra de produtos que auxiliam nas vendas, tais como gelo e açúcar; cerveja e refrigerante no depósito; encher pneus das carroças; trocar dinheiro, prática que consiste na troca de uma nota alta pela mesma quantia em notas menores e/ou moedas, para facilitar o pagamento pelos/as clientes. Muitas dessas pessoas ficam embaixo de uma árvore já mencionada anteriormente, numa posição estratégica por ser próximo aos/às barraqueiros/as a quem já lhes prestam algum serviço.

“Mas no meu caso, ‘eu te dou 2 real, vai ali no depósito’. ‘Compra num sei que’. ‘Aí eu te dou 2 real’. ‘Vai ali no depósito, num sei que’". Eles precisa. "Aí ‘tu vai ali’”. (Rita). Rita também costuma entrar no depósito de carroças para averiguar se o/a dono/a da carroça esqueceu um determinado objeto em sua carroça.

> Oh Rita, eu deixei, esqueci um negócio pendurado na carroça ontem. Vai ver se tá lá!" É um trabalho. É 2 real que eu ganho só pra olhar, se o negócio tá. Porque às vez, vai levar as carroça, aí bota um radinho, bota um negócio assim num saco, aí pendura. Eles também bebe, né?! Bebe não, se amostra! (Rita).

Porfiro costuma comprar gelo e trocar dinheiro para os/as barraqueiros/as. “Que eu tenho que tá, sol quente mermo, tá em movimento. Se mandar eu pegar um saco de gelo é do-,

é dois conto[121] (...) Eu vou lá. 'Agora eu quero dois conto'". (Porfiro) Ele explicou que não costuma cobrar pela segunda atividade.

Nem sempre as pessoas em situação de rua recebem dinheiro pela realização dessas atividades. Em alguns casos, não obstante, a ausência de dinheiro não impede tais pessoas de considerarem esta ação positiva, sob a justificativa de que tanto já são beneficiadas por quem as contratou (a exemplo de barraqueiros/as em Boa Viagem e donos/as de fiteiro no Centro do Recife) quanto porque esperam precisar dessa pessoa no futuro. Tais benefícios podem consistir em alimentos, bebidas alcóolicas, cigarros ou mesmo a oportunidade de trabalhar para eles/as em troca de dinheiro através de outras atividades. Diante desses benefícios, o não recebimento de dinheiro em alguns momentos também pode ser opcional. De toda forma, a realização desses mandados é permeada pela troca.

6.1.2 Organização no processo de trabalho da catação de materiais recicláveis

Embora a reciclagem seja uma modalidade de trabalho que também é realizada em torno do comércio na praia de Boa Viagem viabilizado pelos/as barraqueiros/as, está alocada em seção separada porque se trata de uma atividade que também é realizada em outros espaços, como no centro do Recife. Mesmo em Boa Viagem, na dinâmica da reciclagem analisada, constatou-se o trabalho com outros tipos de materiais que não necessariamente estão vinculados aos/às barraqueiros/as, conforme será tratado adiante. Enquanto materiais recicláveis, este estudo focou na lata de alumínio, por mais que tenha sido identificada a coleta de outros materiais recicláveis, com destaque para o papelão no caso de Leandro e Firmo.

A grande produção e circulação de mercadorias nas cidades tem gerado uma volumosa quantidade de "lixo", item que já compõem a paisagem "natural" das urbes. Pensando na complexidade do sistema capitalista, o processo tem início na produção, passa pela circulação até que chegue ao consumo. Depois do consumo, há o descarte. Produz-se, circula-se, consome-se e descarta-se demais. Evitar que esses materiais se acumulem no planeta não é uma questão que envolve apenas empresários/as, mas também defensores/as do meio

[121] A expressão "conto" para se referir a dinheiro, no Brasil, passou a ser habitual no início do século XX. Conto era sinônimo para um milhão. Naquele período, a moeda também se chamava "real" e, como estava bastante desvalorizada, a maioria dos produtos custavam mais do que um milhão de reais, quantia mais facilmente chamada de "um milhão de réis". Assim, um milhão de reais, de réis, equivalia a um conto. O país vivenciou mudanças em sua moeda, mas a expressão "conto" permaneceu. Em 1942, no governo de Vargas, foi criada a moeda Cruzeiro, em que um Cruzeiro equivalia a mil reais/réis/1 conto. Desde 1994, a moeda vigente no Brasil é o Real.

ambiente, em escala global, de modo que muito se tem discutido a respeito de um desenvolvimento sustentável que não foque apenas no crescimento do PIB, mas que também tenha propostas de melhoria na sociedade sem prejudicar a garantia dos direitos humanos, muito menos infringir a dignidade dos indivíduos.

Nessa cadeia, o lixo perde sua qualidade de mercadoria, pois nem tem valor de uso, nem de troca. Mas o produto reciclável, no caso aqui especificamente a lata de alumínio, não se transformou em lixo. Para quem o descarta, sim, poderia ser lixo. Mas não para quem trabalha em sua coleta, independentemente da etapa. A lata e o papelão são, portanto, mercadorias, com valor de uso e de troca.

Quando nos deparamos com o que é denominado como "lixo", existe quase uma unanimidade em não considerar o encadeamento que envolve este objeto, o qual, no âmbito da perspectiva marxista, é considerado uma mercadoria, na medida em que possui tanto valor de uso quando de troca. O que poderia ser apenas uma lata de alumínio para armazenar líquidos, como cerveja e refrigerante, exerce função específica no âmbito do capitalismo. É uma lata que está numa cadeia produtiva que abrange diferentes sujeitos e uma ampla complexidade de produção, assim como o papelão e outros produtos recicláveis. A análise do objeto reciclado como uma mercadoria também foi realizada por Bosi (2008) e Lacerda (2014).

É comum encarar os produtos descartados apenas como "lixo", ou, no máximo, como um recurso para ganho de renda imediato, no caso de alguns/mas catadores/as. Laura foi uma das entrevistadas que deu um passo além ao dizer que a lata de alumínio não é apenas uma lata de alumínio.

> É uma coisa muito difícil, porque você pega as latinha que num é sua, entendeu? Foi de outra pessoa, o dinheiro foi daquela pessoa, a pessoa comprou, bebeu, num, num se interessou, jogou, né? Então, você vai, lucra com as latinha, você vai juntando, juntando, juntando, você lucra. (...) Então você tá tendo a mão amiga daquelas pessoa quee, quee, bebeu a cachaça, que bebeu uma guaraná, uma Coca-Cola. Você tá lucrando através dela. Aquelas pessoa tá dando a mão amiga a você, sem saber, sem saber quem você é (...) Joga, você vai e pega, né?! Então você tem que olhar, pegar com muito carinho também, com muito cuidado. (Laura)

Esta lógica apresentada por Laura incita problematizações interessantes. A maioria das pessoas, ao comprar um determinado líquido, não reflete que também está comprando o recipiente, no caso, a lata de alumínio, ou seja, que a mercadoria é tanto o líquido quanto a lata. Quase nenhum/a consumidor/a dá importância à lata como se fosse um bem adquirido, de modo que, após o término do líquido, há o processo considerado "natural" de se desvencilhar da lata, como se automaticamente sobrasse apenas o "lixo", o que seria descartado.

Laura complementa seu argumento dizendo que, além do benefício em conseguir material para a reciclagem, costuma receber um pouco do líquido que estava armazenado nas latas.

> Oxe, eu, eu lucro muito. (...) Tem gente que bota a latinha na minha mão, com gua- refrigerante, metade do refrigerante gelada, sabe que eu tôô, com sede, que num tenho condições de comprar água mineral, água mineral é cara, um real uma garrafa. Tem dia que a gente num tá com um real pra comprar uma, uma, uma garrafa d'água. (...) Tanto a gente tomaa, o líquido, como a gente guarda a latinha pra vender. Eu, eu lucro muito nesse negócio. (Laura).

Dessa maneira, nem tudo que é descartado é realmente "lixo", pois pode ser reutilizado e é justamente nesta direção que tem atuado os/as milhares de catadores/as espalhados/as pelo mundo.

O termo 'catador/a de materiais recicláveis' abarca uma infinidade de possibilidades de atuação, sobretudo ao se considerar que diferentes materiais podem ser reciclados, tais como cobre, aço, alumínio, garrafas de politereflato de etileno (PET), papel, papelão, vidro etc. No Brasil, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), esta atividade já é formalizada e reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a partir do termo "catador de material reciclável" – código 5192-05, cuja descrição sumária é a seguinte: "catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis" (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010, p.805).

No Brasil, existem aproximadamente 800 mil catadores/as de materiais recicláveis (MNCR, 2009). Trata-se de uma atividade laboral que ganhou contornos mais visíveis especialmente depois de ações como o I Congresso Nacional dos Catadores de Papel, ocorrido em Belo Horizonte (1999); a formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001; o reconhecimento da profissão pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo incluída na CBO, em 2002; a inclusão no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos – 2010.

Esse processo de catação de materiais recicláveis existe há muito tempo, considerando que a desigualdade sócioeconômica é um fenômeno antigo. Para Bosi (2008), embora o ato de buscar utilidades no lixo, no Brasil, seja antigo, não atingia tantas pessoas quanto atualmente. É apenas por volta da década de 1980 que essa prática se torna mais recorrente, sendo o trabalho principal de muitos indivíduos e não apenas uma atividade para complementação de renda.

No Brasil, a reciclagem se tornou mais pujante depois que passou a interessar à lógica do capital, isto é, quando trabalhadores/as sem renda e sem emprego, em diversas partes do

país, passaram a trabalhar arduamente nesta função e a depender da renda advinda da coleta. Como essa prática gerou grandes dividendos aos/às capitalistas, ficou constatado que a reciclagem consiste numa maneira significativa de garantia e aumento dos lucros.

Esse processo, como argumenta Bosi (2008), esteve menos atrelado aos três aspectos inerentes ao discurso da reciclagem, a saber: a emergência de um novo comportamento perante o lixo, atrelado à tal "consciência ecológica"; legislação ambiental direcionada a esta questão; investimento para que as empresas recolham seu lixo de modo seletivo.

É justamente o aumento da força de trabalho disponível para o processo da reciclagem que potencializa o desenvolvimento tecnológico neste quesito, o qual recebeu investimentos porque, de acordo com os interesses capitalistas, os lucros são maiores nesse processo do que seria na fabricação de novos produtos (BOSI, 2008). Portanto, todo este processo não necessariamente está atrelado à sustentabilidade, por mais que os discursos e as elaborações legais sejam o oposto.

Assim, o capital encontrou na reciclagem, especificamente no trabalho dos/as catadores/as, a maneira mais vantajosa de aumentar os lucros, em decorrência do barateamento do processo de produção. O destaque do Brasil em matéria de reciclagem não é verificado em todos os setores, mas apenas no que é mais lucrativo para os/as catadores/as, numa demonstração de que a reciclagem nesse país é menos pelo discurso sustentável do que por necessidades imediatas de sobrevivência num contexto de desemprego, pobreza e desigualdades sociais. O descaso para com os produtos orgânicos revela esta postura, como aponta Varussa (2006). No Brasil, por mais que haja leis que incentivem a coleta seletiva, o descarte ainda não segue o destino previsto legalmente.

A reciclagem, sob a roupagem de prática politicamente correta que gera benefícios a toda a população, consiste numa prática que esconde uma modalidade de trabalho precário. Se, por um lado, empresas são beneficiadas e têm seus lucros aumentados, por outro, há uma legião de trabalhadores/as que trabalham de modo extenuante, sob o sol e a chuva, na maioria das vezes sem proteção mínima, como luvas, com sérios riscos de doenças e ferimentos. Os/as entrevistados/as não utilizam equipamentos de segurança. Ou seja, a crítica às formas atuais de reciclagem significa, também, uma crítica ao capital.

Na cadeia de catação de materiais recicláveis, há os/as catadores/as, os/as compradores/as donos/as de depósitos, os/as compradores/as vinculados/as a alguma empresa responsável por tratar o material para que fique apto a ser utilizado novamente, os/as compradores/as que utilizarão o material na fabricação de novos produtos para serem comercializados etc.

Dentre os/as catadores/as, observam-se aquelas pessoas que catam com sua própria carroça, com carroça alugada/emprestada, com carroça que pertence a um depósito etc. Há, também, indivíduos que catam pequenas quantidades por dia, sem precisar fazer uso de carroça, a exemplo das pessoas que trabalham em busca de latas de alumínio. Como modalidade de catação realizada pelos sujeitos desta investigação, identificou-se os/as trabalhadores/as que fazem catação de materiais recicláveis usando sua própria carroça e os que catam latas de alumínio utilizando apenas sacolas plásticas, geralmente de tamanho grande.

Os/as catadores/as podem se organizar em torno de alguma associação ou trabalharem individualmente. Leandro, por exemplo, já foi convidado para trabalhar numa cooperativa, mas preferiu seguir autonomamente. No segundo caso, conforme se constatou entre as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, os/as catadores/as podem compartilhar o momento de trabalho com algum/a companheiro/a e/ou realizar esta tarefa realmente sozinho.

6.1.2.1 Reciclagem com carroça própria

O trabalho com carroça própria consiste no/a trabalhador/a ter sua própria carroça e utilizá-la para coletar materiais recicláveis pelas ruas da cidade. Os itens coletados podem ser diversos, a depender do interesse do/a catador/a e do que encontram pelo caminho.

A seguir uma foto de Firmo com sua carroça.

Fotografia nº 51: Firmo com sua carroça



Fonte: Foto da autora. 13/11/2016, às 6h49.

Conforme se observa, Firmo coleta diferentes materiais recicláveis, os quais, como disse na entrevista, podem ser ferro, plástico, papelão, cobre, latas de alumínio, garrafas PET, metal e até mesmo bolsas usadas. Ele enche sua carroça com materiais recicláveis e, quando esta está cheia, vende-os num depósito e recomeça a coleta. Em algumas vezes, deixa sua carroça guardada no depósito. Ao explicar que cada material tem um preço diferente, disse que prefere coletar latas de alumínio, porque se ganha mais com este material. Quanto ao papelão, por exemplo, disse que cada quilo custa R$ 0,10. “A gente pega por pegar” (Firmo).

Leandro também trabalha com sua carroça própria, coletando papelão, plástico e papel branco. Inicialmente, ele usava uma carroça emprestada de um dono de depósito. Esse tipo de empréstimo é comum, através do qual as pessoas que se utilizam das carroças aceitam o acordo de só vender o material coletado para o depósito que lhe emprestou a carroça. Assim se sucedia com Leandro. Ele explicou que o empréstimo só é realizado para pessoas em quem o/a dono/a do depósito confia. O uso de drogas já é um grande empecilho para o empréstimo. Sua carroça atual foi presente de um dono de depósito para quem ele trabalhou por muitos anos. Quando o/a trabalhador/a tem sua própria carroça, pode vender seu material onde lhe for mais vantajoso. Leandro vende num depósito localizado em Santo Amaro. Para Leandro, há diferença de tratamento ao/à trabalhador/a quando a carroça é própria deste/a ou lhe é emprestada por parte do/a dono/a, sendo pior no segundo caso. Ele sentiu essa diferença, ao comparar as duas situações já vividas por ele.

A seguir, uma foto de Leandro com sua carroça.

Fotografia nº 52: Leandro com sua carroça



Fonte: Foto da autora. 02/03/2017, às 21h21.

Leandro junta aproximadamente 300 quilos de material na carroça. Somando-se o peso da mesma, ele carrega cerca de 400 kg diariamente. No peso que ele carrega também estão incluídos dois galões de água, que ele usa para sua higiene pessoal, como banho.

Para que sua carroça não seja roubada à noite, ele dorme em cima do cabo da mesma. Ele disse que já roubaram uma carroça do depósito que estava sob sua responsabilidade. “Levaram com uma feira básica, 8 kg de cobre e ela cheia de papelão. Mas eu tinha tomado uma. De-, de-, caí aqui e deixei ela aí. Aí, tem que levar mermo!”. Nesta fala tem-se a naturalização do roubo.

Ele disse que gostaria de ter um espaço, como um terreno, para juntar grande quantidade de papelão e vender diretamente na fábrica, pois dessa maneira lucraria mais. Como ele necessita vender todas as vezes que enche a carroça, vende no depósito, porque a fábrica não aceita pequenas quantidades. Segundo Leandro, esta compra a partir de duas toneladas por vez.

6.1.2.2 Catação de latas de alumínio recicláveis

A catação de latas de alumínio recicláveis é uma prática frequente em diferentes cidades e países, com maior visibilidade em zonas urbanas, onde há maior consumo de bebidas e comidas armazenadas nesse tipo de recipiente.

O Brasil é um dos países que mais recicla latas de alumínio no mundo. Em comparação com Japão, Estados Unidos e a média europeia, é o que mais recicla e tem seguido uma tendência crescente, observada na série de 2003 a 2016, em que o país passou de um percentual de reciclagem de 89% das latas produzidas para 97,7% (ABAL, 2017).

O início do uso de latas de alumínio para armazenamento de líquidos, e circulação no mercado, foi nos Estados Unidos da América, em 1959, através da cervejaria Bill Coors. No Brasil, essas latas entraram no mercado em 1989 (ABRALATAS, 2018a). Este alumínio é proveniente da bauxita (CONSTANTINO, el al, 2002).

Desde então, os/as empresários/as têm sido beneficiados/as, pois foi constatado que esse material é tanto mais prático para eles/as quanto para os/as consumidores/as. No primeiro caso, a praticidade no uso do alumínio se deve ao fato das embalagens serem mais leves e favorecer a rapidez no processo de congelamento do líquido, além de ser um material propício à reciclagem, dentre outras vantagens. Para os/as consumidores/as, o uso das latas de alumínio também promove praticidade em situações como o armazenamento na geladeira e o

transporte. Ademais, há redução no consumo de energia, o que colabora à preservação do meio ambiente (ABRALATAS, 2018b).

A reciclagem de alumínio gera um significativo ganho energético, pois são consumidos apenas 5% da energia elétrica que é utilizada no processo primário. Também há economia de bauxita, porque para cada tonelada de alumínio reciclado, são economizadas três toneladas desse material (CEMPRE, 2018). Segundo Hisatugo e Marçal Fernando (2007), a economia é de cinco toneladas de bauxita para cada tonelada de alumínio reciclado. Mesmo que as fontes divirjam sobre a quantidade de bauxita economizada, o fato é que a economia é bastante significativa. Outra vantagem é que o mesmo alumínio pode ser reciclado várias vezes. Por esses motivos, desde que o Brasil decidiu pelo uso das latas de alumínio, houve um aumento no número de investidores/as deste setor no país (ABRALATAS, 2018b).

A posição de primeiro lugar do Brasil, como o país que mais recicla latas de alumínio no mundo, indica menos um compromisso com o meio ambiente do que uma situação de grande desemprego atrelada a subempregos com baixos salários, condições que inclinam muitas pessoas a catarem tais latas para obterem renda, quer seja complementando-a quer seja tendo nesta atividade sua fonte principal de rendimento. Ao mesmo tempo, o Brasil é um dos países com mais graves falhas na coleta seletiva, o que, mais uma vez, indica que a prática de reciclagem no país está mais associada à pobreza e ao desemprego.

O procedimento de sair para catar as latas envolve, inicialmente, providenciar uma grande sacola de plástico, uma carroça ou outro objeto que sirva como recipiente, e direcionar-se aos lugares propícios para se encontrar o material, como bares e locais onde são realizados eventos que agregam grande quantidade de pessoas. É necessário, primeiro, averiguar se a pessoa responsável pelo comércio das bebidas também está juntando latinhas, pois, em caso afirmativo, as latas não podem ser levadas.

Quando a lata ainda está com o líquido, cerveja ou refrigerante, o/a catador/a o derrama, amassa a lata e a coloca em seu recipiente, tal como uma sacola. Em alguns casos, o líquido também é bebido pelos/as catadores/as. O processo de amassar pode ser realizado neste momento ou posteriormente.

Os/as entrevistados/as de Boa Viagem realizam esta tarefa na orla da praia, podendo transcender os limites do bairro, indo ao norte, para o Pina e, ao sul, para Piedade. Para eles/as, a catação de latinhas geralmente é durante o período da tarde, momento em que há mais latas vazias em função do consumo de refrigerantes e cervejas por parte dos/as clientes que usufruem os serviços dos/as barraqueiros/as. O/a catador percorre toda a extensão da orla, observando as mesas e as latas vazias.

> Catar latinha é o seguinte, a-, aqui na praia, você po-, depoi-, depois de mei dia, 11h, você pode sair nas mesa, aí o pessoal-, tem o cestozinho de lixo? Tá chei de latinha. É só você pedir: "posso pegar a latinha?" Se autorizar você pegar, você pega. Agora se o cliente dizer: "não, que eu ainda vou fazer a conta", aí você num pode pegar, porque ele vai acertar conta ainda e tudo. Agora que tiver jogado [...] e disser: "pode?" "Pode pegar!" Aí você pega. (Jerônimo).

Frequentemente, esse trabalho é realizado na companhia de outra pessoa, que também está catando. Nesse processo, cada pessoa leva seu saco para colocar suas latinhas e, consequentemente, o lucro é individual. Quando o processo é realizado junto a/à seu/sua companheiro/a amoroso/a, o lucro é dividido. Da mesma maneira, agem com o dinheiro que recebem das pessoas durante o trabalho de catação.

No centro do Recife, a coleta das latas é realizada nas principais ruas e praças, com foco em restaurantes, bares, lanchonetes, fiteiros e demais estabelecimentos comerciais onde são vendidas refeições.

Segundo Gilberto, para catar as latinhas, é necessário "correr mermo! Andar", pois quanto maior o trajeto percorrido, aumentam-se as chances de conseguir mais latinhas. Ele disse que cata "pro todo canto aqui na cidade". Mas quando solicitado para especificar os lugares, citou os Quatro Cantos[122], Bultrins[123], Janga, Maria Farinha[124].

Dificilmente essas pessoas dispõem de um local para armazenar suas latinhas e esperar para vender depois que tiver uma quantia significativa, em função de seu comportamento errante. Por esse motivo, as coletas são vendidas no mesmo dia, geralmente ao final do dia de trabalho. Nesse sentido, ao refletir sobre a importância de seu trabalho na catação, Roberta responde: "Eu seria mais importante se eu tivesse no meu canto, porque eu ia ser bem melhor, porque eu ia botar minhas coisinha ali tudo direitinho, arrumadinha, amassadinha e depois chamava o caminhão pra pegar." (Roberta). A condição de rua, portanto, dificulta o trabalho de catação de latas de alumínio. Ela guardava as latas num local escondido, perto de onde ficava, para evitar que fossem roubadas. Após juntar uma quantidade razoável, costumava entregá-las para um amigo, também em situação de rua, vendê-las num depósito no bairro Afogados.

Em termos de exceção, Laura armazena grande parte de seu material na casa de sua filha. E, no dia a dia, vende aos poucos, porque não tem como juntar grandes quantidades. Semelhantemente, Gilberto pontuou: "porque se eu guardar pro outro dia, às vezes eu, quando eu tô bêbado, vem um irmãozinho de rua, vê e aí le[va" (Gilberto). Para exemplificar esta

[122] Ponto turístico no Centro Histórico de Olinda, formado pelo cruzamento de quatro ruas.
[123] Bairro da cidade de Olinda.
[124] Janga e Maria Farinha são bairros da cidade Paulista.

realidade, ele relatou uma situação desse tipo que lhe aconteceu no carnaval do ano anterior à entrevista realizada com ele, a saber: 2017.

Por ser uma atividade que não requer anuência de alguém para ser realizada, somando-se ao seu procedimento simples, tende a ser realizada por muitos/as trabalhadores/as em situação de rua, em geral como modalidade de trabalho secundária. De acordo com o que já pontuou Reynals (2002), a catação de materiais recicláveis é uma atividade com características simples porque nem exige capital inicial e pode ser iniciada a qualquer momento.

Roberta, por exemplo, começou a juntar pela praticidade, diante do fato de que muitas pessoas ao seu redor bebiam grande quantidade de cerveja. Como morava no "Casarão[125]", encontrou facilidade para juntar o material. "Eu ia botando dentro de um saco, foi ali que eu comecei a juntar latinha. E eu vi que, que dava dinheiro. Antigamente eu nem ligava pra latinha". No momento da entrevista, os locais principais para Ana catar latas eram os bares e restaurantes. "Assim, vai na lanchonete! Nos restaurante, como eu faço. Eu vou aí de 4h da tarde. A menina já bota o saco de latinha ali. Eu tiro as latinha ali, pronto" (Roberta).

É comum que o início na catação de latinhas esteja associado a uma experiência traumática de necessitar de dinheiro e não ter, pois esta atividade costuma ser uma das primeiras possibilidades de fonte de renda para as classes mais populares. Este é o caso de Jerônimo, que explica:

> Nesse dia? Saiu, de comer, e ninguém quis dar. Aí a gente sentou lá embaixo, ficamos eu e Rita[126], um olhando pro outro. Aí apareceu uma mulher e deu uma quentinha a gente. (...) Aí a gente olhou assim, [...] "vamos catar latinha!" Aí a gente veio pela praia catando latinha. Aí foi encontrando latinha. Aí viu que deu certo, aí pronto, até hoje.

Jerônimo enfatiza a sobrevivência vinculada a essa prática: "Sobreviver! Eu vi os outro pegano, "vou pegar também!" Vou ficar com fome, é? (Jerônimo).

A mesma motivação é verificada na fala de Alexandre:

> rapaz, eu comecei a pegar latinha foi quando eu sai de casa. Aí cheguei aqui disse: "poxa, cara, depois de, desse tempo todinho, vou pegar latinha? Vamos pagar!" Comecei juntar latinha, e, pra comer, que eu tava com fome. Roubar, num roubo. Pedir, eu num te-, num sou muito cara de ficar pedindo nada a ninguém. [...] latinha nas barraca e juntei um monte, de latinha, aí vendi. Quando vendi a primeira latinha deu pra eu comer, tomar uma coca e fumei um cigarro e fui dormir. (Alexandre).

A contribuição da coleta de latas de alumínio recicláveis para o autossustento não se limita à venda deste material, pois este também foi apontado, por Gilberto, como uma

[125] Casarão era um local de moradia de Roberta, conforma já explicitado anteriormente, na seção sobre sua trajetória.
[126] Sua companheira.

alternativa para elaboração de artesanatos, como cinzeiro e miniaturas de motocicletas, através dos quais é possível a aquisição de uma renda e o reconhecimento do/a trabalhador/a no produto originado.

Desse modo, verifica-se que a prática de catação de latinha é antes movida por uma questão de sobrevivência do que qualquer outra, a exemplo do discurso relacionado ao desenvolvimento sustentável. Prática, portanto, que é possibilitada pela demanda dentro do ciclo de produção.

Após análise das experiências de catação de latas de alumínio recicláveis em Boa Viagem e no centro do Recife, constata-se que o processo de trabalho nessas duas localidades é semelhante, caracterizado principalmente pelo ato de percorrer o máximo de distância possível em busca do material e consequente venda ao final do dia.

6.1.2.3 Depósito de recebimento de materiais recicláveis

O depósito consiste num local onde os/as catadores vendem seus materiais recicláveis. O/a dono/a do estabelecimento, por sua vez, junta uma quantia grande para vender a empresas responsáveis pelo processo de reciclagem. Existem vários depósitos espalhados pela Região Metropolitana do Recife. Para as pessoas entrevistadas de Boa Viagem, o depósito de referência para venda de materiais recicláveis estava localizado no térreo do Holiday. No centro do Recife, os locais eram mais variáveis, a depender do local por onde as pessoas estivessem transitando no momento[127].

Em termos de aspectos positivos na relação com o depósito, foi identificado apenas o tratamento inicial ao receber esses/as trabalhadores/as, a exemplo de Gilberto, o qual disse que o dono o trata bem, inclusive oferecendo-lhe água gelada no momento de sua chegada. Outro benefício é poder deixar o dinheiro com o dono do depósito e resgatá-lo posteriormente, como é o caso de Leandro que costuma deixar seu dinheiro e pegá-lo quando vai à casa de seu irmão, para evitar ser roubado.

Nesse tipo de atividade, é necessária muita atenção no momento da venda do produto, para evitar a ludibriação por parte do/a comprador/a. No caso do papelão, Leandro disse que se ele estiver molhado, alguns quilos são descontados do total. Como exemplo, Leandro explicou que se o montante deu 70 quilos, o/a dono/a do depósito desconta 10. O valor

[127] No centro do Recife, foram citados os seguintes depósitos: um localizado próximo da sede do Galo de Madrugada, outro nas proximidades do camelódromo e outro próximo à entrada do bairro Joana Bezerra. Em Olinda, tomando como referência o local de entrevista de Gilberto, foi citado um depósito localizado próximo do Supermercado Atacadão.

descontado é arbitrado pelo/a dono/a do depósito, sem garantia de que o peso do papelão, quando estiver enxuto, será equivalente ao valor pesado quando estava molhado menos o que foi descontado. Ele disse que os/as próprios/as donos/as de depósito, quando vão vender à fábrica, molham o papelão.

No caso das latas de alumínio, são comuns relatos de balança adulterada em benefício do/a dono/a do/a dono/a do depósito. Quase todos/as os/as entrevistados/as que catam latinha relataram, no momento da entrevista, problemas na relação com o/a dono/a do depósito, especialmente no que se refere ao não pagamento correto pelo peso das latinhas. Laura, por exemplo, disse que o dono do depósito onde vendia as latas "é uma pessoa normal", dando a entender que o relacionamento com ele era tranquilo. Depois, quando perguntei se ela teve algum conflito com ele, disse:

> porque assim (...) eles se aproveitam muito, né?! (...) sempre eles querem tiraar, da gente, entendeu? Quer crescer muito, aí é normal isso, mas a gente, mas eu acho difícil a gente lutar tanto e depois ele ficar com o, oo, dar o peso normal, e eles fica sempree, é, tirando, é-é, a balança do tempo, ficaa, é, diminuindo o peso, sabe? Calcula a balança pra ficar só naquilo, de dá um, pronto, quando dá um quilo só dá menos, só dá menos, só dáá, grama, grama, grama. Quando vem dar um quilo, a pessoa já, já tem, já éé, já tem passado, entendeu?! Quando vem dar um quilo já tem passado dee, já tá quase dois quilo. Entendeu? Eles fica roubando a balança, fica diminuindo peso. (Laura).

Diante disso, Laura já brigou com ele, mas depois voltou a vender em seu depósito, provavelmente por falta de opção e/ou por ele oferecer o melhor preço da localidade. Disse que ele ainda continua cobrando de forma indevida, sempre apontando que o peso é menos do que o real. Laura também vivenciou, em outro depósito, esta situação de receber menos do que o peso marcado na balança. Como autojustificativa, ela disse que não se importa com estas ocorrências, pois concilia a catação com outras atividades. "Mas eu] num ligo muito não, porquee, eu trabalho em muitas coisa, e-, agora pra quem vive dessas coisa é ruim, é difícil" (Laura). Salienta-se que no período da entrevista ela não estava em condições físicas de trabalhar na feira, onde, através da venda de feijão, possuía um vínculo laboral mais estável.

Alguns/mas, como Jerônimo, embora tenham afirmado durante a entrevista que a relação com o/a dono/a do depósito fosse positiva e que este pagava o valor correto, em momentos posteriores, em conversa mais informal e no grupo focal, disseram que, frequentemente, o dono de depósito paga indevidamente.

Nesse sentido, conquanto haja posturas de conformidade com a situação dada, em que a consideração do preço baixo é vista como algo natural, "é só aquela quantidade mermo" (Gilberto), há o uso de estratégias de resistência para evitar o prejuízo. Dentre estas, destaca-

se a relatada pelos/as entrevistados/as da praia, que consiste em colocar areia e pedra nas latas de alumínio para aumentar o peso delas e garantir que o lucro seja próximo do valor correto, considerando já o desconto efetuado no momento da pesagem. “Nós enche de areia, as latinha e amassa” (Porfiro – GF). “Ela rouba de um jeito a gente rouba do outro!” (Rita – GF).

6.2 Configuração sociotécnica a partir de aspectos das relações laborais

Em todos os trabalhos examinados aqui, a análise por meio da configuração sociotécnica, em sua dimensão das relações sociais, identificou a precariedade como um fio que liga todas as modalidades. A precariedade, conceitualmente difícil de ser delimitada, foi expressa através de diferentes maneiras. Neste estudo, as atividades realizadas são consideradas trabalhos precários devido aos seguintes aspectos: renda, jornada de trabalho, vínculo trabalhista, condições de saúde.

6.2.1 Renda

A renda, enquanto elemento básico e frequente nas relações sociais, consiste num meio efetivo que possibilita acesso às oportunidades e, dessa maneira, figura como um dos aspectos mais efetivos para analisar a dinâmica material dos indivíduos, das famílias e da sociedade como um todo. Por estar diretamente relacionada às condições materiais, a posse da renda ou ausência da mesma sequencia modos peculiares de vida que, ao serem observáveis sem muita dificuldade, podem indicar a qualidade de vida do/a (des)possuidor/a, inclusive em termos de pertencimento a classes sociais. Há um contínuo entre a miséria e a riqueza, o qual é percorrido através da (não)posse do dinheiro, de maneira que a análise da renda é um elemento imprescindível para compreender a precariedade do trabalho e da vida (PRANDI, 1978). Conquanto haja exceções, os/as trabalhadores/as por conta própria tendem a receber um rendimento menor do que os/as assalariados/as, atrelado à uma menor assistência pelo Estado.

A renda mensal recebida por esses/as trabalhadores/as é baixa, em geral menor do que um salário mínimo, valor que já é extremamente baixo para os padrões brasileiros, conforme já especificado anteriormente. O alto grau de assistematicidade, verificado nos trabalhos analisados aqui, torna difícil mensurar os rendimentos oriundos dos mesmos. Além de não haver um valor fixo pelas atividades executadas, muitas delas não apresentam regularidade. A

dificuldade é ainda maior porque, diante da extrema escassez, há uma tendência para que as pessoas em situação de rua não demorem a começar a gastar o dinheiro recebido.

Ainda que não tenha sido possível saber exatamente o rendimento diário, semanal e/ou mensal dessas pessoas, foi possível ter uma visão geral do mesmo, considerando que cada modalidade de trabalho aqui analisada tem uma especificidade, tanto no rendimento quanto na forma de pagamento.

O valor cobrado pelo **transporte de carroças** é variável, pois depende do destino da carroça e do/a dona/a da mesma. Geralmente é pago uma única vez, considerando o percurso de ida e de volta. Pelas falas dos entrevistados, as carroças levadas para perto do Holiday custam uma média de R$10,00 e, quando são transportadas para mais distante, como perto do Edifício Acaiaca, localizado a 900m do Holiday, custam entre R$15,00 e R$20,00. O preço também varia de acordo com o tamanho e o peso da carroça. O (não)reconhecimento do grande esforço despendido durante o trajeto, por parte do/a barraqueiro/a, é outro fator que influencia o valor do transporte. Considerando-se todas essas variáveis, o preço final fica entre R$10,00 e R$25,00, ida e volta.

O momento do pagamento é realizado, na maioria das vezes, ao final do dia, depois que a carroça é levada de volta ao local de armazenamento. É comum o/a barraqueiro/a ficar devendo, sob o argumento de que não lucrou durante sua jornada de trabalho, deixando para efetuar o pagamento no dia seguinte ou mesmo em dias posteriores. Quando Alexandre foi questionado se não receberia mesmo tendo trabalhado, ele respondeu: “trabalhei, mas ela vai pagar como? Quem vai matar ninguém pra pagar? Né não?” Ele argumentou que os/as barraqueiros/as não podem ser culpabilizados/as por não terem tido lucro e que esta situação é normal, justificando que o respeito e a consideração vinda destes/as é o maior ganho. Um dos benefícios relatados refere-se ao resto de comida que ele e seus/suas companheiros/as costumam ganhar dos/as barraqueiros/as.

Diferentemente dessa postura conciliadora, Brunocriticou o não pagamento: “têm uns que passam uns dias assim sem pagar, ganhando dinheiro.” (Bruno). Segundo ele, há uma recorrência na seguinte fala: "não, que o movimento foi fraco! Amanhã eu lhe dou, num sei o quê!" Ainda assim, ele disse que mesmo com a possibilidade de não receber no dia em que trabalha, prefere trabalhar dessa maneira porque “se eles num me pagar, no outro dia eles me paga” e conclui: “fazer o quê? Aí tem que aguentar, né?!”. Mas, também explicou que “se demorar pra pagar a gente também num leva a carroça deles não. Só leva se pagar”.

Em geral, o trabalho de puxar as carroças gera um rendimento baixo e, todos entrevistados reconheceram que se trata de uma tarefa que exige dispêndio de muito esforço.

Mesmo os que inicialmente não faziam críticas, a exemplo de Alexandre, afirmaram em momentos posteriores que este trabalho é muito extenuante e mal pago.

No tocante à coleta de **latas de alumínio recicláveis**, quase todos/as os/as entrevistados/as afirmaram que vendiam o quilo de latas por R$3,00. Laura disse que vende a R$3,50; Gilberto por R$2,50, R$ 3,00, R$ 3,50 e R$ 4,50, a depender do local; Firmo por R$ 3,00 ou R$ 3,50. A principal diferença no preço deve-se ao fato dos depósitos serem diferentes[128].

Em comparação aos materiais recicláveis no geral, as latas de alumínio tendem a ser mais vantajosas, tanto por serem mais facilmente encontradas quanto pelo preço pago por sua compra. Mas, algumas pessoas em situação de rua coletam os materiais recicláveis que estiverem disponíveis no momento, pois a necessidade de dinheiro é imediata. Seguindo esta tendência, Gilberto disse, inicialmente, que prefere catar as latas, mas depois disse que "o que vim na frente, vaai!"

A renda auferida com esse trabalho depende da quantidade de esforço empreendido pelo/a trabalhador/a. Mesmo ganhando o máximo considerado possível, o lucro ainda é baixo para os padrões inflacionários do país. Alexandre, por exemplo, disse que quando o movimento está bom ganha R$ 10,00 por dia. Em cidades como Recife e Olinda, o período de carnaval é um dos mais fecundos durante o ano para o trabalho com latas de alumínio. Gilberto disse que recebe mais nesse período, exemplificando que, em 2017, recebeu R$70,00 em um dia nessa atividade de catação. Quando não é carnaval, disse que consegue, no máximo, R$30,00 por dia, se houver muito esforço. "Isso é, se tiver correria mermo, [se num andar..." Caso contrário, a renda conseguida será ainda mais baixa, insuficiente até mesmo para uma refeição simples.

Como se observa, o valor pago pela venda de materiais recicláveis é muito baixo, na contramão dos lucros que grandes empresas obtêm com esse serviço. O Brasil é um dos países que mais reciclam no mundo e, no entanto, o trabalho do/a catador/a é um dos mais discriminados no país, seja em relação aos/às trabalhadores/às que atuam nas ruas, seja o caso dos/as que trabalham em grandes aterros urbanos. Salienta-se que o rendimento do/a trabalhador/a implicado/a no trabalho de reciclagem tende a ficar menor porque, diante do aumento da pobreza e da diminuição dos empregos, há mais pessoas no trabalho da coleta e, consequentemente, maior escassez de materiais recicláveis. Um dos entrevistados, Leandro,

[128] Quanto às garrafas PET, Gilberto as vende por R$ 0,20 o quilo. Leandro disse que o preço do papelão é R$ 0,13, o papel branco R$ 0,20 e o plástico R$ 0,40

apontou para essa questão, ao mencionar o aumento de carroceiros/as trabalhando no centro do Recife.

Sobre **o atendimento aos/às clientes**, a média da diária é R$ 50,00.

Para realizar a **manutenção** dos materiais de trabalho dos/as barraqueiros/as, Romão recebe entre R$50,00 e R$200,00 por tarefa. O valor cobrado pela troca de um eixo, por exemplo, custa R$ 120,00. Por mês, a média de seu rendimento é em torno de R$ 600,00.

A média do valor recebido pela **montagem de bar** é estimada em R$ 10,00 por dia.

Em relação aos **mandados**, geralmente paga-se pequenas quantias por tarefas específicas, a exemplo de R$ 2,00 para compra de gelo.
o valor é ainda mais baixo e incerto.

As rendas advindas das outras atividades realizadas por essas pessoas também é baixa[129].

Nessas relações laborais foi identificada a prática de o/a barraqueiro/a diminuir, arbitrariamente, o valor pago pelo trabalho realizado por pessoas em situação de rua, como no exemplo de Porfiro, o qual recebia R$ 40,00 pela atividade de montagem de bar e, posteriormente, passou a receber R$ 7,00, dinheiro que, segundo ele, só lhe serve para a cachaça. A precariedade do trabalho tende a piorar em situações em que o/a barraqueiro/a não paga pelos serviços realizados por essas pessoas. Em algumas situações, ele/a já informa de antemão que não terá dinheiro para pagar-lhes, oferecendo-lhes a possibilidade de retribuição em comida e/ou bebida alcóolica. Em casos como esse, Porfiro costuma fazer o acordo de pegar uma Pitú no depósito para que o/a barraqueiro/a pague pelo produto.

Todos/as os/as entrevistados/as afirmaram receber pouco dinheiro pelos trabalhos realizados, à exceção de Alexandre, o qual, ao ser questionado sobre o valor que recebia por mês, respondeu: “dá pra ganhar uns três mil conto por mês”. Logo justificou, como se quisesse passar a ideia de que seu estilo de vida é incompatível com sua renda por uma razão: “é porque é gasto demais. A gente come na rua, entendeu? Comida cara”. No entanto,

[129] Gilberto recebia R$ 20,00 a R$ 50,00 por programa de prostituição e R$ 20,00 por dia em que realizava tarefas para um dono de fiteiro; Bertoleza recebia R$ 10,00 a R$ 20,00 por faxina; Laura recebia R$ 3,00 a R$ 5,00 por faxina (O rendimento de Laura a partir das faxinas é ainda mais baixo porque esta atividade é realizada para sua família, a qual evita lhe dar dinheiro para que ela permaneça mais tempo em casa) e R$ 20,00 a R$ 40,00 por programa de prostituição; Fernando recebia R$ 50,00 a R$ 100,00 por dia nas vendas de pipoca; Galego recebia R$ 50,00 a R$ 60,00 cada vez que pesava sua carroça com materiais recicláveis, cuja periodicidade era uma média de três vezes por semana; Rita recebia aproximadamente R$ 56,00 em cada dia que vendia água mineral; Piedade recebia R$ 30,00 a R$ 40,00 por dia como flanelinha, considerando que só trabalhava aos Moisés; Agostinho recebia R$ 35,00 a R$ 50,00 por dia como flanelinha; Roberta recebia R$ 2,00 por cada transporte de bacia carregada de frutas; Jerônimo e Alexandre recebiam, juntos, R$ 15,00 a R$ 20,00 por cada dia de trabalho como flanelinha. Moisés e Lucas não especificaram. Samuel estava sem trabalhar no momento.

seguindo a perspectiva do Configuracionismo latino-americano, segundo o qual a compreensão da realidade deve ser guiada por concepções objetivas e subjetivas, ao analisar sua vida de modo geral, é difícil crer que ele receba este valor mensalmente. Por exemplo, próximo ao Dia das Mães ele estava bastante animado com a perspectiva de visitar sua mãe e poder entregar-lhe fotografias suas que eu havia produzido. Porém, depois que passou esta data comemorativa, ele me disse que não pode fazer esta visita devido à falta de dinheiro para comprar um presente para ela. Desse modo, depreende-se que Alexandre tenha superestimado o valor que recebe por mês, quer seja de modo consciente, para esconder sua situação de pobreza, quer seja não consciente.

Outrossim, o fato de essas pessoas viverem no limite da sobrevivência diariamente, sem perspectiva de ganhos maiores no futuro, com grandes dificuldades para garantir direitos básicos, como a alimentação, há uma tendência para considerar valores baixos como sendo altos. É o caso de Gilberto que considera alto o valor de R$50,00 por programa sexual, enfatizando que esta quantia só é paga por alguém "estribado".

6.2.1.1 "Mixaria": Insuficiência da renda para a manutenção

A renda do trabalho é um dos elementos primordiais para analisar a precariedade do mesmo, a qual sequencia precariedade no estilo de vida denotada na maneira como é utilizada. A maioria dos/as entrevistados/as disse que o dinheiro recebido não é suficiente para a sobrevivência, o qual se acaba de maneira não perceptível. "Porque a gente pega uma, uma mixaria" (Bruno). Em geral, o dinheiro recebido é gasto com demandas de **sua manutenção** e/ou de seus/suas **dependentes**, incluindo os animais, pois é comum as pessoas em situação de rua viveram em companhia de cães/cadelas. O primeiro caso se refere à comida, a produtos de higiene pessoal, ao transporte, até mesmo ajuda em alguma casa de familiar por lá viver alguns dias da semana etc. Em relação à comida, uma das práticas corriqueiras consiste na "panelada"[130].

Quanto aos/às dependentes, foram citadas a filha, a avó, a mãe, a companheira (também em situação de rua) e a ex-companheira. Quem tem companheiro/a na rua tende a compartilhar a com ele/a a busca pela sobrevivência, através de uma relação de ajuda mútua.

[130] Esta prática, geralmente realizada coletivamente, refere-se ao ato de cozinhar na rua, utilizando utensílios e métodos de cozimento alternativos, tais como de latas de alumínio. Como exemplo, no dia da entrevista de Gilberto, ele mostrou, orgulhoso, um fruta-pão que havia comprado com o dinheiro recebido por seu trabalho (especificamente a ajuda que presta a um dono de fiteiro). Ele disse que iria cozinhar esse alimento numa lata de ervilha.

Diante da grande assistematicidade e do baixo quantitativo recebido, contatou-se que é difícil que as pessoas em situação de rua utilizem o dinheiro em planejamentos para saída da rua. Dois entrevistados, Fernando e Moisés, enquadram-se neste caso, ao afirmarem que estavam se organizando para alugar um quarto. A situação de rua é um agravante significativo para o ato de poupar dinheiro, pois a maioria dos indivíduos nessa circunstância não possui conta bancária e, assim, precisa manter o dinheiro consigo, em submissão ao perigo constante de assaltos, furtos e perdas. Nesse sentido, uma das estratégias é deixar o dinheiro sob a posse de alguma pessoa de confiança que viva numa casa, ou mesmo escondê-lo em algum local, como no caso de Fernando, que costuma guardar seu dinheiro na casa de alguma pessoa "conhecida", sem que esta saiba, pois ele "entoca".

Os/as entrevistados/as também separam uma parte do dinheiro para o lazer, muitas vezes associado ao álcool, a uma "cervejinha", uma "cachacinha", como disse Bruno, numa fala representativa de muitas pessoas em situação de rua. Salienta-se que o uso do álcool, além de ser uma forma de divertimento, consiste numa das principais maneiras de encarar a dificuldade das ruas. Outra forma de divertimento é a prostituição, como no caso de Gilberto[131].

Dos/as que disseram que o dinheiro seria suficiente para a seu sustento (Lucas, Ana, Alexandre, Gilberto), não incluíram os gastos com alimentação, considerando a possibilidade de receber doações de comida ("comunidades") e sem incluir a necessidade de dormir em outro local que não seja a rua. Ou seja, foram considerados apenas os gastos necessários para manter o padrão de vida atual. Nesse sentido, Ana afirmou: "Não, num é suficiente não, mas pelo menos, é, como é que se diz? Éé, você tem um trocadinho na mão. Ee, como é que diz? É, pra mim, é e num é, né?! É e num é." (Ana). Ela mesma se questiona sobre a expressão "é e não é":

> É e num é o que? (risos) (...) É e num é tem que ter um significado. Eu num posso dizer "é e num é". Que vou, num vou, vou, num vou. Então, num vai. Éé suficiente. Dáá. Dá direitinho, né?! Eu fazia entrega de, de uma pizza por 1 real. Lá na Dantas Barreto, ganhava um copo de suco. Eu era tão feliz. "Irmã, tu é doida irmã! Vai levar um pizza por 1 real?!" Eu disse: "eu vou, com amor e carinho". Carregava frete, dia de sexta-feira lá na rua da Palma."

Para ela, a suficiência está relacionada à satisfação de algumas necessidades, ainda que não seja suficiente para lhe possibilitar a saída das ruas. Ou seja, ela já considera uma vantagem ganhar nem que seja R$1,00, pois já consiste numa renda que lhe servirá para algo.

[131] Ele trabalha na prostituição, em relações com homens. É por meio dela que também se diverte, em relação com mulheres. A prostituição, enquanto modalidade de trabalho, não é analisada neste estudo.

Alexandre, outro exemplo dos que disseram que a renda recebida seria suficiente para a sobrevivência, afirmou: “dá pra gente comer, sobreviver”. Ele disse que até daria para pagar um apartamento no Holiday[132], mas que não faz isso porque não tem costume de morar sozinho. No entanto, em momentos posteriores, ele apresentou várias dificuldades financeiras, inclusive relatando a falta de dinheiro para visitar a mãe.

Já Gilberto disse que o dinheiro que recebe daria para ele se manter se não gastasse muito, sobretudo com álcool. “Eu gasto demais. Bebo todo dia, toda hora se tiver cana pra eu comprar. Vão terminar botar eu dentro do tanque lá na, no, na Vitória de Santo Antão (risos), na Usina que faz a cana”. Ele disse que quando fica “meio doido da cabeça” direciona-se a uma cidade mais afastada, Cabo, para beber com amigos, sendo esta mais uma justificativa apresentada para seus gastos. Quando é solicitado para fazer as contas de quanto ganha por semana, disse que o valor se aproxima de R$ 400,00 por mês, o que, no Brasil, é muito baixo para o autossustento, especialmente ao se considerar o alto nível da inflação.

6.2.1.5 Alternativas à sobrevivência além do trabalho

Como o dinheiro proveniente do trabalho é insuficiente, a sobrevivência é complementada por outros meios. Uma forma comum das pessoas em situação de rua se alimentarem é através das “**comunidades**”, termo utilizado para se referir à prática de doação de comidas nos principais focos de concentração de pessoas em situação de rua em Recife, geralmente organizadas por grupos religiosos. O número de “comunidades” no centro do Recife é maior do que em outras partes da cidade, ou mesmo em comparação com outras cidades. Uma vez que a maioria das “comunidades” se concentra no período noturno, é comum as pessoas pegarem o máximo de alimentos possível e guardarem para o dia seguinte. Essa forma de recebimento de alimentos também atrai moradores/as de bairros pobres vizinhos, os quais se aglomeram nos principais pontos de doação do centro do Recife, confundindo-se com as pessoas em situação de rua que já vivem por lá.

Semelhante às “comunidades” há o recebimento de **doações** de roupas, alimentos, remédios, dinheiro e outros itens de necessidade, por parte de pessoas individualmente, ou pequenos grupos, que não chega a constituir uma “comunidade”.

Também há **pontos fixos** de recebimentos de alimentos. No centro do Recife, além dos Centros POP, foram identificados os seguintes: Cristolândia, Centro de Apoio aos

[132] Neste edifício, os alugueis são aproximadamente R$ 400,00 por mês, valor inferior à média de Boa Viagem, onde o valor médio das moradias mais baratas é superior a R$ 1000,00 mensais.

Moradores de Rua (C Amor). Em Boa Viagem, os/as entrevistados/as citaram uma igreja católica localizada próximo à Avenida Moisés Ferreira. Tanto em Boa Viagem quanto no centro do Recife, os restaurantes consistem num ponto fixo para o pedido de comida, muitas vezes já existindo um acordo prévio com o/a dono/a do estabelecimento.

Também, em Boa Viagem, há o "**resgate de alimentos**" dos supermercados da redondeza, o Extra e o Minuto. A prática consiste em se direcionar aos supermercados, por volta das 5h da manhã, e esperar a coleta do lixo pelo transporte responsável. Quando este chega e coleta os materiais considerados "lixo", as pessoas prontamente se voltam ao transporte para "resgatar" o máximo possível dos alimentos considerados válidos para o consumo, antes que sejam triturados e armazenados nas dependências do transporte. Nem todos esses alimentos apresentam data de validade vencida. Interessante que esta prática só foi revelada, por Bertoleza, no final da pesquisa de campo, depois de já ter tido algumas conversas com ela. Ao contrário, as demais pessoas costumavam dizer e ratificar que tinham muitas possibilidades de recebimento de comida e que a alimentação não era um grande problema para elas. Alguns desses alimentos coletados são doados a outras pessoas, também, em situação de pobreza, que moram nas comunidades ao redor. Também é comum a venda dos mesmos, sobretudo de produtos considerados especiais, como queijos. Além da venda, também foi identificada a troca desses alimentos por outros produtos, a exemplo da bebida alcóolica. Os/as barraqueiros/as também costumam se beneficiar desses alimentos, tanto através da compra quanto da doação.

Há, também, **o recebimento de comida por parte de quem oferece o trabalho**. Na praia, é comum os/as barraqueiros/as doarem restos de comida de clientes às pessoas em situação de rua. "Como essas comida, pronto, vem o peixe, aí vem o feijão macassa e o arroz. Os pessoal num gosta de feijão macassa. Aí deixa. Num come. Tem gente que só belisca o peixe" (Porfiro)

A **mendicância** também consiste numa via para conseguir dinheiro e/ou alimentação.

> Se tiver, as coisa tiver mei, é, difícil, eu, eu peço. Eu peço. "Tô com fome". "Pessoal, bom dia, boa tarde, num trabalhei hoje, poderia arrumar qualquer trocado?" Aí, mas, têm uns, o pessoal num dá não, né? "Bora ali que eu compro, que eu num dou dinheiro não!" Que pensa que é pra usar droga, cachaça. Mas só quee, e-, eu peço, se, mais pra comer, se for paa beber, eu falo ao pessoal. Os pessoal fala: "vou le dar porque você falou a verdade. Você falou a verdade". Pega e me dá. (Porfiro).

Salienta-se que nem todas as pessoas em situação de rua sentem-se à vontade para pedir esmolas e que muitas evitam veementemente esta prática.

6.2.2 Jornada de trabalho

A jornada de trabalho dessas pessoas não segue um padrão uniforme em virtude das diversas atividades a que estão vinculadas. A não existência de uma jornada fixa em trabalhos informais também já foi constatada por autores como Antunes (2013, 2011). Por mais que não haja uma constância em sua jornada de trabalho, essas pessoas criam sua rotina e tendem a segui-la, a menos que infortúnios como doenças e acidentes as impossibilitem.

A carga horária **semanal** desses/as trabalhadores/as é bastante assistemática, variando em função do perfil individual (condições de saúde, disposição etc.), da característica do trabalho e da oferta de trabalhos. “Rapaz, isso aí, depende. Porque né só eu que puxo não. [...] Depende do dono da carroça chamar e mandar trazer. Pode ser-, tem dia que eu num puxo nenhuma”. Por isso, considerando as incertezas, muitas pessoas em situação de rua trabalham o máximo de dias possíveis, mesclando diferentes atividades.

Os trabalhos disponíveis em torno do/a barraqueiro/a de Boa Viagem dependem da frequência em que montam suas barracas para trabalharem. Por isso, os/as trabalhadores/as em situação de rua dessa região não têm uma jornada fixa de trabalho, nem semanal nem diária. A quantidade de trabalho depende do movimento de clientes na praia, o qual impulsiona o trabalho dos/das barraqueiros/as, que costuma ser mais intenso nos finais de semana, nos feriados, nas férias e no verão. É sobretudo neste último que a intensidade aumenta, quando há mais sol e, consequentemente, mais visitantes. “No verão eu trabalho sol a sol” (Bertoleza). Já no inverno, a maior carga de trabalho é nos finais de semana, como no caso de Bertoleza em que, nesse período, trabalha apenas nos sábados e Moisés.

Em relação aos outros trabalhos que realizam, há alguns cujo vínculo exige uma sistematicidade cotidiana, tais como a ajuda a um dono de fiteiro, realizada por Gilberto (todos os dias) e o da feira realizado por Laura (segunda a sábado). No momento da entrevista ela estava sem poder exercer este trabalho por motivo de doença.

A jornada de trabalho da catação de materiais recicláveis, por sua vez, depende da disponibilidade do/a trabalhador/a, o/a qual define seus horários de acordo com seus interesses. “Eu mermo trabalho pra mim mermo” (Firmo). No entanto, para que a catação tenha maiores êxitos, faz-se necessário considerar os horários em que há maiores possibilidades para encontrar materiais recicláveis nas ruas, inclusive em eventos festivos, como carnaval, shows e demais festas em finais de semana.

Nesse sentido, houve quem empreendesse uma sistematicidade maior diante das incertezas cotidianas, como foi o caso de Jerônimo, Alexandre, Brunoe Gilberto, que catavam

latas de alumínio todos os dias e José Leandro que coletava papelão de segunda a sexta. Com a mesma frequência, Fernando também trabalhava todos os dias na venda de pipocas. No estacionamento, como flanelinha, Agostinho trabalhava seis dias por semana e folgava um, geralmente a segunda ou a terça-feira, em função da ressaca originária da grande bebedeira do domingo para a segunda.

A catação de materiais recicláveis também era executada com uma sistematicidade menor, como nos casos de Firmo e Laura, que não trabalhavam na coleta todos os dias. No dia da entrevista, por exemplo, ele não trabalhou. Igualmente, durante todo o trabalho de campo, ele foi encontrado vários dias sem trabalhar. No caso de Laura, ela explicou que não anda pelas ruas com o objetivo de fazer essa atividade, justificando que é porque já tem outro trabalho. "Num tem dia na semana não. Latinha você pode pegar o dia que você quiser" (Laura). Disse que junta as latinhas à medida que as encontra: "viu a latinha jogada, você vai, pega, bota na bolsa, juntando".

Os outros trabalhos também não seguem uma jornada estabelecida de trabalho. É assim com as faxinas de Bertoleza, em que, quanto ao dia da entrevista, ela tinha feito faxina no dia anterior. Gilberto, em seu trabalho na prostituição, explicou que seu ritmo de trabalho "depende do frango, se ele me quiser todo dia... (risos e gargalhadas)" Mais à frente diz: "se vir uns 10, me dê dinheiro, vai vir os 10 (risos)".

Mesmo diante dessa assistematicidade, frequentemente essas pessoas fazem algum trabalho, por mais que cada dia seja um diferente. "O negócio é num ficar parado, né?" (Romão). "Rapaz, eu trabalho todo dia. Depende dee, se me chamar, né? Num tem tempo de trabalhar, que eu num trabalho fichado". (Alexandre)

Quanto à jornada **diária**, geralmente são muitas horas, numa média de 9h por dia.

A depender do/a trabalhador/a, a jornada é composta por diferentes atividades. No caso de Jerônimo, logo cedo, por volta das 5h, começa a puxar as carroças e realiza esta atividade por cerca de três horas. Das 13h às 16h, aproximadamente, cata latas de alumínio na praia, as quais são vendidas logo em seguida no depósito, local onde também toma banho. Em seguida, carrega as carroças de volta ao Holiday. Por fim, trabalha no estacionamento como flanelinha, das 17h ou 17h30 às 21h ou 22h. Se houver algum carro no estacionamento que ultrapasse esse horário, ele não o olha mais. Em alguns dias, seu trabalho no estacionamento termina às 20h, justificando que "aí já tá com o dinheiro da cachaça, aí compra a cachaça". No momento da entrevista ele não estava catando latas porque estava acometido por conjuntivite e a areia não poderia bater em seus olhos. A jornada de Alexandre é semelhante, visto que compartilha com Jerônimo a realização de muitas dessas atividades.

O empenho no trabalho de atendimento aos/às clientes dura uma média de 10h por dia. “Eu me alevanto 5 da manhã. Boto os guarda-sol pra baixo, (...) Boto as cadeira, arrumo tudinho, depois, eu despacho, depois eu faço conta, depois, eu dermonto a barraca e venho me embora.” (Bertoleza).

A jornada de trabalho dos mandados também é larga, compreendendo todo o tempo em que os/as barraqueiros/as estão trabalhando.

O período diário dedicado à catação de latas de alumínio recicláveis também costuma ser largo, podendo ultrapassar 12h. A carga horária diária desta atividade varia de acordo com os objetivos individuais, inclusive podendo ser à noite.

Em relação aos outros trabalhos, também empreendem uma larga jornada de trabalho.

Constata-se que, em todas essas atividades, o ritmo de trabalho é diretamente proporcional à renda conseguida. Tendo clareza dessa premissa, alguns/mas se esforçam mais ou menos, a depender do objetivo previsto para o dia, semana, mês. A sistematicidade e intensidade tende a aumentar quando as pessoas têm algum objetivo para realizar e precisam de renda. “Quando chega o dia de pagar, aí que agonia, num instante eu arrumo”, disse Rita, que trabalha de modo mais intenso quando está perto de datas para efetuar pagamentos.

A previsão anual é fraca ou nula, pois essas pessoas frequentemente trabalham para suprir as necessidades imediatas, geralmente as que são mais difíceis e/ou demoradas de conseguir via doações e através do Estado. Como exemplo, tem-se o uso do dinheiro em drogas e em alimentação, a primeira mais relacionada ao prazer e a segunda à manutenção. Salienta-se que, no segundo caso, há doações e “comunidades” que ajudam a suprir essa carência.

A condição de rua dificulta a manutenção de uma jornada de trabalho, tanto diária quanto semanal, pois não oferece condições para o indivíduo organizar a si e aos seus materiais de trabalho, como no caso de Fernando que explicou ser muito difícil permanecer com um isopor nas ruas e manter uma rotina de trabalho. Além desse aspecto, é necessário considerar as limitações pessoais, agravadas e/ou adquiridas no ambiente da rua. Portanto, as pessoas em situação de rua tendem a realizar as atividades de acordo com a disponibilidade com que lhes aparecem, bem como com a intensidade de suas necessidades, conforme Rita explicou que costuma ampliar sua jornada laboral quando se aproxima a data dela realizar pagamentos.

6.2.3 Vínculo trabalhista

A incerteza da moradia está intimamente relacionada à incerteza no trabalho. Uma vez que o indivíduo não tem uma casa onde possa se abrigar de modo minimamente seguro, guardar seus pertences e, assim, poder se organizar para cumprir as demandas exigidas pela vida, é difícil poder garantir algum comportamento sistemático. Esse fator dificulta o estabelecimento de acordo para realização de quaisquer trabalhos. “Se tiver carroça a gente puxa, se num tiver num puxa não” (Alexandre). Esta afirmação é confirmada pelo parceiro de trabalho, Jerônimo, o qual explicou que o serviço fica sob responsabilidade de quem se apresentar primeiro ao/à barraqueiro/a. “O que vale (...) o dono da carroça quando chega, quem ele ver primeiro ele chama” (Jerônimo).

Na mesma direção, Brunoafirmou: “quem chegar primeiro, assim, chegou o primeiro barraqueiro, aí manda logo levar: "leva minha carroça, Bruno!" Aí chega o outro: "Bruno, depois tu leva a minha!" Aí pronto, aí fica tudo esperando a, na, na areia, aqui na praia, enquanto a gente vai puxando as carroça”. Nesse dia, ele explicou que iria puxar cinco carroças, se um rapaz não tivesse chegado em sua frente e se responsabilizado por duas.

Com a montagem de bar o processo é semelhante, pois, conquanto já existam as pessoas certas para montar o bar, não há um acordo fixo, pois os/as barraqueiros/as contratam quem estiver presente no momento. “Isso daí eu num me garanto com ela não. Sabe por quê? Porque ela pode chamar qualquer uma pessoa, que eu num sei onde durmo, entendeu? Eu moro em qualquer lugar, que nem eu falei. Então você já viu aquela música de Renato Russo[133]?” (Porfiro).

Diante da incerteza do que conseguirá realizar durante o dia em termos de trabalho, o hábito de se acordar cedo foi apontado como fator importante para garantir alguma renda, prática que condiciona as atividades diárias e interfere na autonomia.

Por outro lado, a dinâmica de trabalho dessas pessoas em situação de rua com o/a barraqueiro/a formata uma relação em que este/a desenvolve confiança em algumas dessas pessoas e, assim, de maneira informal, alguns puxadores de carroça são denominados como “oficiais”, através de um acordo entre estes e o/a barraqueiro/a. “Oficial é aquele que fica puxando a carroça daquele barraqueiro. (...) Oficial é oficial. A pessoa que tem que levar aquela carroça mermo.” (Bruno). Ele próprio disse que é oficial de “um bocado de carroça”.

[133] Referência à música Pais e Filhos, de Legião Urbana, composta por Renato Russo, Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá. Ele se referiu especificamente ao trecho que diz: “eu moro na rua, não tenho ninguém. Eu moro em qualquer lugar”.

Dentro dessa relação, o/a barraqueiro/a já deixa combinado com o puxador se deseja que este transporte ou não sua carroça até a orla. Quando o/a barraqueiro/a já sabe que não virá no dia seguinte, avisa com antecedência para não levarem sua carroça. Caso não avise e sua carroça seja transportada, o trabalhador receberá o dinheiro. E, se a carroça for levada sem o pedido do/a barraqueiro/a, não há pagamento. Em outra situação, quando o puxador já sabe que não estará disponível no dia seguinte, comunica logo ao/à barraqueiro/a e deixa acertado com ele/a para outra pessoa carregar a carroça em seu lugar.

Mesmo que haja um acordo entre o/a barraqueiro/a e o puxador, às vezes este permite que outra pessoa carregue a carroça em seu lugar, para ajudá-lo. Ou seja, ele cede sua possibilidade de trabalhar e, consequentemente, ganhar dinheiro, para que um colega seu também consiga alguma renda. “Tem muita gente que fica aí pedindo pra puxar carroça, pra pegar carroça. Mas eu de vez em quando dou umas carrocinha, né, pra eles pegar, né?! Que ele precisa também, né?! "Vai, pega, pega essa carroça! Mas num é pra se acostumar não!"” (Bruno). Por outro lado, a situação em que outro puxador se antecipa ao “oficial” para transportar a carroça é motivo para instauração de conflitos entre ambos. Há casos em que o trabalhador inicia o serviço ajudando o “oficial” a empurrar a carroça e, na ausência deste, assume seu lugar, como aconteceu com Jerônimo. Esta prática, portanto, evidencia a existência de hierarquias no processo de trabalho, as quais costumeiramente são seguidas para evitar conflitos e assegurar a permanência das atividades laborais.

A incerteza também está relacionada à não definição da quantidade de carroças a serem carregadas. “Depende, assim, quando aparece um barraqueiro pra levar, aí eles manda levar: ‘leva a carroça!’ Aí quando num aparece, fica assim, parado”. (Bruno). Alexandre disse que puxa geralmente entre duas e três carroças, junto com seu parceiro Jerônimo.

A relação com quem oferece emprego, pessoa normalmente chamada de patrão/patroa, é um dos aspectos importantes para a análise da precariedade do trabalho, pois revela os limites e possibilidades de atuação laboral. A relação da população em situação de rua com quem lhes oferece o trabalho geralmente é de submissão, pois são estas últimas quem determinam como e quando o trabalho será realizado, bem como o valor da renda recebida. Embora se tratem de vínculos de trabalho não formais, que prescindam de contrato por escrito legal e formal, a ligação estabelecida entre as duas partes segue um mínimo de diretrizes ordenadoras reconhecidas por ambas. Dentre estas, destacam-se o horário da jornada de trabalho, o valor do pagamento e o procedimento das atividades.

No contexto trabalhista, esses/as empregadores/as são denominados/as de patrões/patroas. Mas nem todos/as os/as entrevistados/as os/as consideram dessa forma. “Eu

num sou empregada de ninguém", disse Rita em tom de orgulho por não estar submissa a pessoas direcionando seu trabalho. De fato, ela desenvolve suas atividades por conta própria, especificamente a catação de materiais recicláveis, os mandados para barraqueiros/as e a venda de água mineral.

Mesmo entre os/as que estabelecem um vínculo com alguém que lhe proporciona um emprego, não existe necessariamente o tratamento por patrão/patroa, como é o caso de Bruno: "Num trato nem meu patrão, né?! Assim, um colega, né?! Se ele manda levar a carroça tem que levar, né?!" (Bruno). Igualmente, Jerônimo afirmou: "meu patrão não! Porque ele num chama só eu! Tem uma hora que eu num tiver vai ter outro. Patrão, a gente considera como patrão quem trabalha fixo. A gente num trabalha fixo". Nessa percepção, o vínculo fixo está associado à formalidade, condição necessária para o estabelecimento da relação patrão/patroa-empregado/a.

Para continuar justificando seu posicionamento, Brunoacrescentou: "eu vou se quiser". Nesta fala, constata-se um nexo entre a relação de trabalho com um/a patrão/patroa e a ausência de autonomia para decidir quando irá trabalhar, pois, mesmo que os dias para carregamento de carroças sejam determinados pelos/as barraqueiros/as, o carregador decide se irá trabalhar para ele/a ou não. Num contrato de trabalho formal, o/a trabalhador/a também é livre para decidir se trabalhará ou não, mas as sanções são maiores, pois pode envolver a perda de emprego. No caso dos entrevistados aqui, se deixarem de carregar uma carroça, terão como consequência o não recebimento da renda. Mas, caso faltem muitos dias nessa atividade, o/a barraqueiro/a pode fazer o acordo para que outra pessoa seja a "oficial" e, de algum modo, também "perderão seu emprego".

No julgamento das pessoas em situação de rua, o vínculo estabelecido com esses/as "patrões/patroas" é marcado pela ambivalência entre considerar que têm boa intenção, por um lado, e reconhecer o padrão de precariedade a que estão submetidos/as, por outro. "É uma pessoa que gosta de ajudar o próximo. Sabe que a gente veve na rua, aí já, manda a gente pegar a carroça já por isso. Já, uma óia pra comprar almoço, pra tomar a bicadinha[134], comprar um barbeador, uma coisa, outra". (Jerônimo). Semelhantemente, Bertoleza defende que tem um relacionamento favorável com sua patroa, sendo ela inclusive quem guarda seu dinheiro para que ela possa utilizá-lo em momentos de maiores necessidades como a compra de gás e/ou ajuda à sua família. Dos R$ 50,00 que Bertoleza recebia por dia trabalhado na barraca, usava R$ 30,00 principalmente com sua filha e sua avó (que ela a trata como mãe) e

[134] Expressão que se refere à bebida alcoólica.

guardava R$ 20,00 para o inverno, período de fraco movimento na praia. No dia da entrevista, período de inverno, fazia três semanas que ela não trabalhava. Interessante é que Bertoleza, embora não soubesse a quantia que tinha guardada com sua patroa, demonstrava confiança nesta e não apresentava temor na possibilidade de ser ludibriada.

Nessa mesma direção, Porfiro argumentou que, embora haja o costume do/a barraqueiro/a ficar lhe devendo pelos serviços prestados, é uma pessoa prestativa. Como exemplo, mencionou que no dia anterior à entrevista uma barraqueira para quem trabalha lhe pagara um almoço porque ele estivera muito doente. Para ele, este ato foi muito significativo porque foi num dia de chuva, em que o movimento da praia é muito baixo, e, dessa maneira, "ontem ela tirou o que ela num tinha". Assim, Porfiro inclina-se a assumir um posicionamento conformista ao elaborar para si uma explicação do porquê a barraqueira não ter dinheiro para lhe pagar, sem fazer uma avaliação crítica de que seu trabalho não tem sido valorizado. Ele também tende a ser resignado ao avaliar a relação como sendo "normal", considerando como algo normal o ato de desrespeito objetificado no grito. Disse: "só que ela grita muito, vi?!" Logo em seguida, concluiu o raciocínio dizendo que já estava acostumado com ela.

Essa dificuldade no pagamento, ao contrário, é reconhecida e criticada por outras pessoas em situação de rua, como Bruno: "têm uns que fica, mei chaato, uns que é difícil de pagar, outros, éé, fica falando que o movimento é fraco, num tem dinheiro. Assim, a gente tem que esperar." Ele complementa: "é normal assim, eles manda levar e pronto. De vez em quando eles dá umm, uma, uma cachaça, dá um, um, um pouquinho de comer a gente". Trata-se de uma relação em que há uma mescla entre considerar essas pessoas em situação de rua como trabalhadoras e pagar-lhes o valor devido, por um lado, e considerá-las apenas pela sua condição de pobreza e que, como precisam de ajuda, solicitar que transportem as carroças e realizem demais tarefas consiste num favor, pois, assim, será possível que recebam alguma quantia monetária e/ou outro tipo de ajuda.

Assim, o "patrão/patroa", em alguns casos, foi considerado/a como o agente que propicia humilhação ao/à trabalhador/a, numa relação em que a dependência deste/a ao/à primeiro/a é tanto para conseguir emprego quanto no que se refere à definição do valor de seu salário. Mas, para além da relação binária trabalhador/a-patrão/patroa, é necessário salientar que o valor do salário é definido pelo Estado. Ou seja, não apenas o/a patrão/patroa, mas o Estado também age com posturas contrárias às necessidades dos/as trabalhadores/as.

Dessa maneira, uma vez que o salário tende a ficar desvalorizado com o tempo, os/as trabalhadores/as tendem a trabalhar mais horas, o que pode incluir diversas atividades, para

manter seu padrão básico de sustento[135]. Em relação às pessoas em situação de rua, nem esse padrão é mantido, pois a renda conseguida é para evitar que ultrapassem a fronteira entre a vida e a morte. Por isso que entre os/as mais pobres é mais comum a realização simultânea de um conjunto de atividades, em que é possível atrelar trabalho assalariado com algum por conta própria, mais de um assalariado ou mais de um por conta própria. No caso das pessoas em situação de rua ainda mais, pois o nível de assistematicidade em suas atividades é mais elevado.

Tal padrão nem chega a incluir experiências de lazer e ócio, as quais também são um direito. Os/as trabalhadores/as vivem para o trabalho, esforçam-se muito e, o que poderia ser paradoxal, continuam na pobreza. São, portanto, trabalhadores/as pobres. Digo que "poderia" porque este esquema não consiste numa falha/um erro/uma exceção, visto que é inerente ao próprio sistema.

É preciso analisar que a oferta de trabalho por esses/as "patrões/patroas", embora tenha traços de caridade, é um ato umbilicalmente vinculado à busca por vantagens pessoais. Laura foi uma das que reconheceu essa posição: "minha patroa é doida por mim. (...) Eu lucro muito pra ela". Mas o reconhecimento desse lucro ficou ofuscado perante os elogios proferidos a ela:

> Aa gente tem almoço, tem café, tudo por fora. Tudo por fora. Aí quando a gente larga tem o dinheirinho da gente, o trocadinho da gente, pra gente se virar. Eu mermo, dá pra eu me virar porquee, ela cuida da gente, né?! A gente que trabalha com ela a gente temo almoço, temo café. Temo tudo de bom. Aí, o dinheiro que a gente pega é só pra guardar mermo, gastar em alguum, em outras coisa por aí. (Laura).

Ademais, Laura mencionou que, mesmo sem poder trabalhar, por causa da dor no braço, frequenta a barraca de sua patroa para não perder o vínculo. "Eu sempre vou, falo com ela, pra num perder meu emprego" (Laura).

Essa relação de afeto dificultava Laura observar a precariedade de seu trabalho, analisar que, inclusive, o esforço repetitivo realizado nele sequenciava as dores em seu braço e a impossibilidade de continuar trabalhando no momento, por mais que ela reconhecesse que é querida pela "patroa" justamente por essa sua maneira de trabalhar. "Mas, minha patroa

[135] Embora a renda recebida por essas pessoas não seja baseada direta e formalmente no salário mínimo, nas relações laborais baseadas na informalidade também há uma tendência para atrelar o preço dos serviços ao salário mínimo. Tomando o transporte de carroças como exemplo, tanto o barraqueiro/a quanto o carregador têm uma noção do quanto se deve pagar por este serviço, a qual, compartilhada coletivamente, conduz esses dois agentes a um acordo quanto à realização da tarefa, por mais que o segundo tenda a ser mais prejudicado. Desse modo, se o salário de desvaloriza, a maioria das demais formas de pagamento por trabalhos também tendem a seguir este padrão.

conta muito comigo. Porque eu nuum, saio pra fumar, essas coisa que as outra faz, num saio não. (...) Enquanto as outra vai no banheeiro, fuma direto, sai pra fumar, tudinho" (Laura).

Semelhantemente, Gilberto disse que o dono do fiteiro, para quem ele compra os materiais de venda, é uma boa pessoa, ressaltando que recebe comida dele pela manhã e no horário do almoço, bem como água para beber. Ele considera essa pessoa como patrão, sob a seguinte justificativa: "porque eu tô trabalhando pra ele".

Outro elemento necessário nesta relação é a confiança. Conforme Jerônimo pontuou: "se o dono manda você buscar é porque é seu amigo, considera você. Então ele manda você pegar a carroça dele porque ele tem confiança" (Jerônimo).

O/a barraqueiro/a, e demais indivíduos que oferecem trabalhos às pessoas em situação de rua, embora também esteja em situação de trabalho precário, exercem relações capitalistas com essas pessoas, na medida em que buscam extrair mais-valia do processo de trabalho, numa dinâmica em que os lucros obtidos não são divididos de forma justa com as pessoas em situação de rua que lhes prestam serviço. Ao contrário, justamente por constatarem que essas pessoas estão numa pobreza extrema, buscam pagar o mínimo possível, sabendo que elas tendem a aceitar porque estão em situações limites de fome e de satisfação de outras necessidades.

6.2.4 Impacto do trabalho nas condições de saúde

Com as transformações no mundo do trabalho, tem aumentado e se diversificado o nível de precariedade laboral e, consequentemente, ocasionado drásticas consequências na saúde física e mental dos/as trabalhadores/as, através de perdas de direitos antes conquistados por pressões de grupos e movimentos sociais. No caso das pessoas em situação de rua, a sensação da precariedade é mais elevada em decorrência das condições próprias da rua, tais como dormida assistemática, higiene pessoal não assegurada, ausência e/ou dificuldade de local para guardar seus pertences, dificuldade para alimentar-se etc., também verificadas em Silva (2015).

As dimensões física e psíquica têm que estar em harmonia na realização de qualquer atividade. Em algum descompasso, o indivíduo sofre consequências variadas, que podem ir desde dores físicas e incômodos mentais pontuais e passageiros até mesmo casos mais graves com prejuízos à continuação da rotina ou mesmo à falência (NEFFA & DENDA, 2017).

Na situação de rua, dificilmente os indivíduos conseguem esconder seus corpos, de modo que é possível observar o estado de saúde, tanto físico quanto mental, quase que constantemente. Como o corpo consiste no único bem que estas pessoas possuem que não lhes pode ser retirado, é através deste, sobretudo, que são identificadas marcas da situação de rua, da pobreza, da carência de cuidados básicos. Segundo Frangella (2009), o corpo consiste numa teia que demarca os limites da privacidade. Assim, em exposição frequente ao sol e à chuva, atrelado à não utilização de equipamentos de proteção individuais, tais pessoas têm sua saúde prejudicada cotidianamente.

O impacto dos trabalhos precários na saúde dos/as entrevistados/as é significativo, impingindo marcas e consequências prejudiciais à qualidade de vida, notáveis através do corpo. Nas modalidades de trabalho analisadas, foram identificadas, as seguintes situações: cansaço frequente, carregamento de peso acima do recomendado, exposição a possibilidades de ferimentos, péssimas condições de higiene e doenças.

Durante toda a pesquisa de campo, o **cansaço** foi frequentemente apontado, por todos/as, como um aspecto presente na execução dos trabalhos, caracterizados com adjetivos como “muito cansativo” (Jerônimo). Alexandre, especificamente sobre seus trabalhos com as carroças, disse que “cansa. É muito pesado demais.”

Bruno relatou seu cansaço da seguinte maneira:

> me sinto, de vez em quando, é, dor nos braços assim, quando eu num como nada. Eu só melhoro quando como uma banana (...) Melhoro (...) me repouso aqui, pronto. Aí eu fico repousando aqui, durmo um pouquinho, a tarde todinha. Quando chega na hora de aco-, de levar carroça, eu me acordo de 3h, de três pra quatro hora, que é a hora que o barraqueiro começa a sair, pronto.

Quando termina todo o trabalho, Brunotoma um banho com sua companheira, troca de roupa e faz uma refeição. A comida a ser comprada depende da quantia de dinheiro, podendo ser já pronta em bares e restaurantes, como cuscuz, macaxeira, sopa, ou pão e mortadela no supermercado quando a posse de dinheiro é menor.

É comum haver redução na carga de trabalho devido ao cansaço. “Têm dias que eu num trabalho não que eu tô cansado demais” (Alexandre). Nesse caso, estava se referindo ao seu trabalho como flanelinha, o qual, em alguns dias, não é executado em virtude de seu cansaço. Quando lhe perguntei se esse cansaço é por causa da bebida, ele respondeu: “Não, num é bebida. É a maresia, a praia. Éé, é, num dorme direito. [...] sábado à noite, num dorme direito. A gente num dorme, na rua ninguém num dorme direito. É um olho no padre e outro na missa.” (Alexandre).

No final do dia, após a realização das atividades, o cansaço é sentido com maior intensidade. “Só dá vontade de se dei-, tomar uma e se deitar. Porque o corpo fica todo cansado” (Jerônimo). “Aí depois vem o cansaço, eu me sento. Aí me sento aqui e começo a cochilar, cochilar. Daqui a pouco vou tomar meu banho. Aí me sento pra descansar pra tomar meu banho”. (Ana). “Com um cansaço] enorme. Dá vontade de dormir” (Rita).

Ao especificar como é o cansaço que sente, Jerônimo esclareceu: “dói o músculo todinho] Os músculos fica todo dolorido.” E acrescentou: “sinto no músculo, às vez a hérnia dói também, as perna, dói. Aí a gente tem que se deitar pra relaxar o corpo.” Ele também afirmou que sente dores nas pernas, mãos e nos braços, além de muito calor durante o dia.

O cansaço é agravado quando o indivíduo já tem um problema de saúde, como assinalou Jerônimo em relação à sua hérnia, Ana sobre sua perna e Rita referente à sua febre reumática. “É nas parte do joelho, isso aqui, os dedo, entendeu? Dá uma câimbra. É por conta da doença, a febre reumática.” (Rita).

O cansaço está diretamente relacionado a dores em diferentes partes do corpo. “Dói tudo” (Leandro). Laura disse que sente dor nos olhos e que, para amenizá-la, precisa usar óculos escuros durante seu trabalho de debulhar feijão na feira, no qual sente mais cansaço, em comparação com a catação de latinhas e a prostituição. Gilberto sente dores na coluna. Porfiro costuma sentir dores de cabeça. Alexandre foi o único que disse não sentir dores durante a execução de seus trabalhos, embora tenha relatado de modo significativo seu cansaço. Gilberto disse não sentir em apenas uma modalidade dos trabalhos que realiza: prostituição. Leandro disse que sua rotina diária de subir e descer pontes, é muito cansativa. O cansaço também foi associado à fraqueza e à indisposição.

A convicção de que as atividades que realizam provocam grande nível de cansaço é comum a essas pessoas, as quais, nem por isso, baseiam-se no cansaço como justificativa para se ausentarem do trabalho, pois sabem que sua renda e seu consequente sustento dependem da realização de seus trabalhos. Assim, vivem numa vida permeada pelo cansaço, encarando-o como algo inerente da vivência humana. “No outro dia você tá nova de novo. Começa tudo de novo e vem o próximo cansaço e assim vai.” (Rita). O reconhecimento de que não pode sucumbir ao cansaço e o entendimento de suas limitações de saúde são dois aspectos que, por mais que pareçam paradoxais, compõe o modo de ser desta trabalhadora. Modo que é agravado cotidianamente pelas vivências das ruas. “Por causa do meu problema de saúde, eu num posso andar muito, assim. Eu num posso andar muito. Eu num posso ficar na frieza.” (Rita).

Esta situação de cansaço tende a se agravar porque não há garantia de descanso ao final do dia, tanto pela incerteza do local de dormida quando pela violência das ruas. Fernando relatou que ao final do dia, mesmo cansado, não encontra possibilidades para dormir, pois teme que seu isopor – instrumento de seu trabalho – seja furtado, juntamente com seu dinheiro. “Eu num consigo dormir em paz” (Fernando).

Muitos trabalhos realizados pelas pessoas em situação de rua não são leves, de modo que é comum carregarem **peso acima do recomendado** para seu porte físico e para suas condições. Elas têm consciência desse fato, mas ainda assim se submetem a esse trabalho. “E então! É a pior coisa do mundo é arrastar o carrinho nessa areia. [...] Que emperra, a rodinha dele emperra na areia” (Rita). Ela se referiu ao seu trabalho de venda de água mineral. “Não posso por causa da minha perna, mas a necessidade me obriga eu ir” (Ana). Mesmo andando com dificuldade, por causa de sua grande ferida na perna, Ana carregava bacias enormes com frutas por um trecho de quase 1 km. Ela carrega uma média de duas bacias por dia. A foto a seguir demonstra o quanto o carregamento de carroças é pesado.

Fotografia nº53:Peso da carroça



Fonte: Foto da autora, 13/11/16, às 6h59.

É comum a formação de calos nas mãos, um indicativo visível de que o trabalho foi muito extenuante. “Olha aqui minha mão cheia de calo aí.” (Alexandre). “Tá toda estorada” (Alexandre – GF). “É trabalho, minha patroa, tem que trabalhar! Olha aí, aqui mermo, oh, cheia de calo aí! Um dois, três... Trabalhar, encher a mão de calo” (Josenildo). Porfiro tem calos nas mãos, em decorrência dos buracos que cava na areia para colocar o guarda-sol.

A seguir, fotos que mostram os calos.

Fotografia nº 54: Calos advindos do trabalho



Fonte: Foto da autora, 06/05/18.

Fotografia nº 55: Calos nas mãos de diferentes pessoas em situação de rua – Boa Viagem.



Fonte: Foto da autora, 14/06/18.

Esses trabalhos, desprotegidos, frequentemente provocam **ferimentos** e acidentes.

> Já levei uns cortezinho (...) Assim, né, de, às vez de, às vez de, de lata mermo. Eu botava a mão, num prestava atenção, de vidro, né?! Porque tem que prestar atenção, né?! Por isso que é bom uma luva, porque você tá protegida, né?! Aí eu pego um palitinho, daqueles palitinho que ele come, que é do japonês. (...) Aí eu saio riscando assim, né?! Pra ver. (Ana).

Em alguns casos, tais sinais podem ser motivo de orgulho. “Corte de homem! De macho, pow!” (Alexandre). Ele se referiu aos cortes nas mãos por causa das carroças, demonstrando orgulho correspondente a uma sociedade patriarcal.

No transporte de carroças em Boa Viagem, muito desses ferimentos estão relacionados ao local de armazenamento destas, que dispõe de **péssimas condições de higiene**. “Ali, aquele Holiday ali. Atrás do Holiday eles botam essas carroça aí. É rato, é rato em cima,

passando por cima do pé da gente, é mijo de rato! É capaz de pegar uma doença no pé, capaz, tem hora que corta ali!" (Bruno).

Porfiro compartilhou uma experiência de ter se ferido por animal peçonhento em seu trabalho de montagem de bar: "Já, sem mentira nenhuma, já dois escorpião já me ferrou". Esses animais entram no material das barracas devido ao local insalubre em que estas são armazenadas, ou seja, detrás do edifício Holiday. "Tá empestado. Óia, aqui pa pessoa entrar aí dentro tem que ter muito cuidado, olhar muito pro chão. Aq-, aqui é empestado. Empestado, empestado (...) Todo tipo de inseto". Porfiro foi picado por escorpião duas vezes, todas na praia, quando a carroça já havia sido transportada e o turno laboral era de montagem do bar. O animal estava dentro de um guarda-sol, o que demonstra que nem para os/as clientes é seguro se aproximar desses materiais. Sentar numa cadeira, por exemplo, pode ser uma via de contaminação. Ademais, há cobras, aranhas, lacraias, muitos/as ratos/as e muitas baratas. "Óia, e o pior que eles brigando um com os outros. E- eu nunca tinha visto não. Eles ficam assim em pé, oh" (Porfiro). Ele se refere ao comportamento dos/as ratos/as. Salienta-se que já houve morte por leptospirose no local.

Nesse ambiente também há muita lama, causando, inclusive, choques elétricos. "Oxe! Faz medo, agora, tempo assim, óia, entrar ali dentro só presta entrar de bota, por causa do lameiro. Muita lama, muita lama" (Porfiro). O tempo referido é o inverno. Segundo Alexandre, trata-se de uma "favela em pé", termo também compartilhado por outras pessoas, incluindo moradores/as. Porfiro relata que numa das vezes que essa área foi limpa foram necessários três dias para tirar a sujeira. "Três dia; Só enchendo as caçamba e levando" (Porfiro). Embora conscientes dessa imundície e do potencial perigo advindo dela, a maioria entra descalça neste espaço, inclusive Porfiro, que tanto enfatizou a necessidade do uso de botas.

A despeito desses trabalhos serem vistos como uma oportunidade para o ganho de alguma renda, há o reconhecimento dos riscos na realização dessas atividades

> Aí esquece as coisa aí. Já é um trabalho que eu tô fazendo. 4h da manhã, dentro do depósito, chei de rato, os gabiru deste tamanho. Eu entro mermo, os rato faz rerere (simula o baralho dos ratos), é um pra cá, um pra lá. A gente só pode entrar de sandália. Só pode entrar de sandália porque, tu sabe, né?! Lepistopi- lepistopirose (LEPSTOSPIROSE) E tem bota, também, pros menino. Tem bota e tem luva. Tá até lá em casa, eu levei pra lavar. Já lavei, mas esqueci de trazer. (...) Mas eu faço o caminho direitinho, pra num pisar na lama, por causa da lespitopirose, o mijo do rato, essas coisa, fica protegido. É um trabalho! (Rita).

Além do Holiday, a sujeira também está presente em outros espaços de execução dos trabalhos. No processo de catação de latas recicláveis, já aconteceu de Gilberto sujar suas mãos com fezes de cachorro e de humanos.

Além dos aspectos mencionados acima, os trabalhos precários aqui analisados tendem a gerar **doenças**, tanto físicas quanto mentais. Alexandre foi o único que disse nunca ter sido acometido por alguma doença. Quem já tem alguma enfermidade, a tendência é que esta se agrave pelo intenso esforço. Jerônimo é um exemplo, cuja hérnia foi gravemente afetada, causando-lhe dores e desconfortos.

Tais doenças dificultam ou mesmo impedem as pessoas em situação de rua a continuarem o desempenho de suas atividades. Quando isso acontece, o sustento fica dependendo de amigos/as da rua, algum/a companheiro/a amoroso/a e doações como de restaurantes e/ou moradores em geral.

Devido às dores provocadas pela sua hérnia, Jerônimo já esteve nesta situação. Após ser picado por um escorpião, Porfiro ficou sem poder trabalhar e recebeu ajuda dos/das "colegas" da praia para comer, salientando que é comum a solidariedade mútua entre eles/elas. Brunojá foi afetado pela Chikungunya e não pode trabalhar, passando alguns dias de repouso. O mesmo empecilho lhe aconteceu após uma furada de prego em seu exercício de pedreiro. Quando não consegue trabalhar, costuma pedir comida em restaurante ou em casas.

Laura adquiriu uma bursite por seu esforço repetitivo no trabalho com os feijões. Em razão dessa enfermidade, ela tem sentido dores fortes no braço desde que levou uma paulada de seu namorado quatro meses antes da entrevista. Por isso, está sem poder trabalhar desbulhando feijão. Ela disse que ele se confundiu, achando que ela estava se abaixando para mostrar suas partes íntimas para uns homens que estavam próximos, quando o que aconteceu foi que ela se abaixou para apanhar uns pertences seus que haviam caído. Parece que ela acredita que seria justo a paulada caso tivesse se abaixado para mostrar seu corpo aos homens, como se houvesse casos em que a mulher merece apanhar, postura denotada em sua fala a seguir: "a gente se vê de vez em quando, eu num ligo não, que eu gosto dele também".

Quando ela trabalhava no bar costumava levar topadas de tanto correr para conseguir cumprir bem as tarefas. Mesmo assim ela continuava trabalhando.

Gilberto disse que nunca adquiriu alguma doença através dos trabalhos atuais, em que está em situação de rua. Mas quando foi questionado se o sol lhe prejudica, disse que seus lábios estão com muitas feridas em razão do mesmo. Sobre este quadro, já passou por consulta médica, ainda em Alagoas, e foi aconselhado a usar protetor labial de cacau e boné, mas não usa essas proteções. Nesse período, ele já trabalhava nas ruas.

Constata-se que os trabalhos precários geralmente sequenciam doenças, as quais impedem e/ou dificultam a continuação das atividades e, consequentemente, a manutenção de si e de seus/suas dependentes é prejudicada.

O lidar com doença advinda do trabalho já faz parte da realidade dessas pessoas antes mesmo de estarem em situação de rua. Gilberto, por exemplo, já sentiu tontura quando trabalhava num armazém. Também já adoeceu no momento em que trabalhava nas usinas e, mesmo assim, foi trabalhar.

6.2.5 Trabalho em funções diferentes das atuais

Ao reconhecerem que as atividades que realizam são precárias, os/as entrevistados/as apontaram o desejo de trabalhar em outra função, considerada por eles/as melhor, por mais que, fazendo-se uma comparação geral dos trabalhos executados na sociedade, em termos de dispêndio de energia e de renda adquirida, conclua-se que as atividades escolhidas também estejam no rol da precariedade. São funções como ajudante de pedreiro, venda de chaveiros, venda de frutas, etc, o que torna comum o trânsito dessas pessoas entre trabalhos precários, com vínculos formais ou não, sem necessariamente melhorarem suas condições de vida e a de seus/suas dependentes, mas apenas garantindo a sobrevivência, também precária, de si e destes/as. Assim, constata-se o contentamento com o pouco, diante da crença de que sonhar alto é incompatível com seu estilo de vida. Nesse processo, observa-se uma forte correspondência entre a autoestima e a (não) manifestação de desejo pela mudança de trabalho, de modo que quanto maior a autoestima mais as pessoas em situação de rua demonstram interesse em realizar atividades que sejam menos precarizadas, ao contrário da situação em que muitas outras, por já estarem desestimuladas pela lógica da dinâmica do trabalho, não expressam significativo interesse em mudar de trabalho.

O desejo pelo trabalho formal foi um aspecto mencionado. “O que eu penso éé, sair, né? Arrumar um serviço fichado. Se o meu serviço fosse fichado, vê! (...) um zelador, ou um ajudante de pedreiro” (Leandro). Para Bertoleza, seu “sonho” é ter um trabalho de carteira assinada.

Muitas vezes, o trabalho desejado consiste em algum já realizado anteriormente, pois, conquanto o trabalho não seja o ideal, é visto como o melhor diante de todas as possibilidades que já lhes foram ofertadas. Alexandre exemplifica este aspecto, pois afirmou que gostaria de trabalhar como “munquero”, profissão que ele já exerceu, referente ao profissional que opera um caminhão Munck. Este é composto por um guindaste, em sua parte traseira, cuja

finalidade é levantar e mover cargas pesadas. Na mesma direção, Gilberto disse que gostaria de voltar a trabalhar com pesos em usina açucareira, ou em depósito de construção. Outrossim, Agostinho tem vontade de voltar a trabalhar nas funções que realizava num supermercado.

Há casos em que a pessoa em situação de rua já atua na função que disse que gostaria de atuar, mas pontuou que seu interesse é que esta atuação fosse formal, como é o caso de Bruno.

> Minha vontade de trabalhar em outra área, vamos dizer assim, eu tenho, gosto dessa profissão de pedreiro. Eu Amo essa profissão. Sabe como eu aprendi a trabalhar de pedreiro? Quando aparece qualquer servi-, negócio de serviço lá perto de casa: "Bruno, tem uma cerâmica pra tu sentar!" "Bruno, tem um negócio pra tu fazer!" Oxe, eu vou logo correndo. Vou logo arrumando minhas ferramenta, é colher de pedreiro, tudo, maquita, furradeira, talhadeira, tudo, régua, tudo! Saio ajuntando tudo.

Bruno realmente disse se identificar com essa profissão e que gostaria de trabalhar numa construção como pedreiro e ter carteira assinada. Mas afirmou que não o fazia porque não era um profissional. “É porque, venha cá, eu num sou um profissional, entendeu? Num posso chegar numa construção dessa assim e dizer "eu sou um pedreiro". Pedreiro todo mundo é, né?! Aí dizer assim: "não, eu soou..."-” Embora haja cursos profissionalizantes que formam pedreiros para atuarem na Construção Civil, tanto para iniciantes quanto para quem deseja o aperfeiçoamento, muitos pedreiros desenvolvem seu conhecimento técnico através de relações familiares e comunitárias, a partir das quais se inserem em trabalhos formais e informais.

A contratação de um pedreiro depende da experiência e do currículo, com ou sem comprovação na Carteira de Trabalho, ademais das redes de influência. Ao passo que Brunogosta muito da profissão, sente-se inseguro na realização da mesma e não possui redes sociais fortes que lhe possam inserir neste universo. Pela fala a seguir, constata-se que, de fato, Brunonão se sente um pedreiro profissional.

> Assim, minha profissão é essa assim. Chegar num, numa obra assim, graande, uma firma grande assim, numa construção de um prédio, dizer que eu sou pedreiro, se eu fazer alguma coisa errada, eu vou ser expulso na merma hora. Eu num posso dizer que sou um pedreiro. Sou assim, talvez de meia colher, né?! Ou senão, "não, eu sei fazer um reboco, sei fazer, sentar uma cerâmica". Isso sim. Que tem pedreiro que é profissional, que ele dá aqueles acabamento, aqueles negócio tudinho, como, profissional, né?! (Bruno)

Alguns/mas desejariam trabalhar em outra função por prazer, tal como Gilberto, que demonstrou uma paixão por futebol. Quando revelou esta vontade, falou mais baixo, como se estivesse com vergonha. Além da dificuldade em alcançar um sonho que parece ser grande e inacessível, é importante mencionar a ausência de incentivo para que este indivíduo se depare

com outras possibilidades de existência e, dessa maneira, seja possível criar diferentes alternativas de vida. Salienta-se que ele já foi jogador do Esporte Club Primavera, em São Paulo. Quando o encontrei na orla de Boa Viagem, ele pediu para ser fotografado simulando que estava atuando como um goleiro, função que gostaria de desempenhar num time de futebol.

Houve quem não demonstrou certeza se desejaria trabalhar em outra função, pois apresentou disposição para diferentes modalidades de trabalho. Porfiro, logo de início, disse que não sabia se tinha interesse de trabalhar em outra função. “Nunca pensei não. Mas disposto pra trabalhar eu sou. (...) Se aparecer alguém pra me chamar, tenho.”

O desejo por um trabalho diferente, que seja considerado melhor, foi visto como uma constante entre os/as entrevistados/as. “Tenho. É um sonho (...). Eu queria vender almoço, gosto de cozinhar. Eu sei cozinhar.” (Rita). “Eu tenho vontade de aprender costurar [...] fazer crochê. Eu comecei fazer crochê, mas num terminei não.” (Ana). Alexandre, ao ser questionado, logo respondeu: “quem que num pensa, trabalhar, né? Todo mundo pensa, né?” Nesta fala, constata-se que, em seu ideário, todas as pessoas objetivam trabalhar, colocando o trabalho numa posição destacada do processo de socialização. E, quando solicitado para responder se ele, especificamente, pensa, disse: “É lógico que eu penso! Todo dia eu penso, né?”

O não interesse por diferentes trabalhos pode decorrer da autopercepção de que limitações físicas limitam o exercício de tarefas diferenciadas. Tem-se como exemplo Jerônimo, o qual argumentou que não tem vontade de trabalhar em outra função porque está impossibilitado em virtude de possuir uma hérnia umbilical. Mais à frente ele disse que poderia trabalhar em outra área, contanto que esta não envolvesse peso. “Se for pra trabalhar com peso, não. Pra ir pra outra área? Vou! Qualquer área. Agora com peso eu num posso por causa da hérnia”. Esse argumento denota que, em seu imaginário, o trabalho deve ser realizado mediante grande esforço físico. Quando lhe foi assinalado seu ato de puxar carroça pesada, considerando sua enfermidade, ele justificou a existência de diferenças no exercício dessa atividade: “mas porque, a carroça eu puxo peso, eu num posso levantar peso”. Continuou explicando a diferença: “levantar, ela pode estrangular [a hérnia] ... Agora puxar, dá pra puxar. Mas levantar... é que é o perigo”.

O não interesse também foi identificado como um aspecto que revela conformidade com a situação atual. “Quero ficar na minha área mermo. Porque se eu trabalhar na outra área, num vou ficar satisfeito. (...) vou ficar todo baratinado (...) Você num va-, num vai ter aquele lazer que você tem” (Firmo). A satisfação no trabalho está relacionada ao fato do/a

trabalhador/a dispor de um ambiente tranquilo para realizar suas tarefas, estabelecer boas relações com seus pares e dispor de certa margem de controle para realizar suas atividades e manejar possíveis imprevistos surgidos de acordo com sua visão de como deva ser o trabalho. A satisfação também está relacionada à recompensa financeira demonstrada num valor salarial satisfatório em comparação ao padrão da sociedade. Outro aspecto que satisfaz o/a trabalhador/a na realização de seu trabalho é o reconhecimento moral por parte dos pares e da sociedade em geral (NEFFA & DENDA, 2017).

Dentre as possibilidades de trabalho que Firmo visualiza para si, todas são cerceadoras de liberdade e, como as retribuições financeiras e pessoais também são poucas, ele concluiu que não vale à pena sacrificar sua liberdade pelo trabalho e as consequências advindas deste, preferindo trabalhar para si mesmo, continuando em sua função. "Pra mim mermo. Se eu trabalhar em outra área num compensa não. Vou ser humilhado, ser, querer ser obrigado a fazer o que num, não! E eu, na minha carrocinha, eu faço sozinho. Num sou humilhado por ninguém, ninguém manda em mim, nada." (Firmo). Ele disse que não se "acostuma" a outra modalidade de trabalho.

O trabalho precário, assalariado ou não, sempre gera sofrimento e fadiga, pois o/a trabalhador/a tem que realizar suas atividades sob ordens, executar tarefas não planejadas e nem desejadas, além de terem que ser criativos/as para lidar com as adversidades do espaço laboral e superar as dificuldades impostas pelas falhas e problemas verificados nos meios/instrumentos utilizados para realização dos trabalhos (NEFFA & DENDA, 2017).

Dentre esse leque de precariedade, é comum a oscilação entre a vontade de ter um emprego para sair da situação de rua e a negação ao tipo de trabalho precário que pode conseguir em decorrência da baixa qualificação profissional. Josenildo, por exemplo, ao comparar sua circunstância, de trabalhar preponderantemente puxando carroças, com a de pessoas que têm a carteira assinada, argumenta que este último caso não é garantia de satisfação. Ele diz: "tem gente que já trabalhou num sei quantos tempo de carteira assinada, de, quase cinco, sei, sete ano. E sai fora! Sem direito de receber nada! E é carteira registrada, viu?!". Outrossim, reconhece que o trabalho de carteira assinada não assegura uma boa rentabilidade.

> Querer trabalhar eu quero, realmente, eu gosto de trabalhar. Trabalho é o que supera o dia-a-dia da gente. Mas (...) eu acho que uma oia[136] (...) fazer uma olha assim (...) puxar uma carroça, essa coisa, ganha mais do que realmente trabalhar no dia-a-dia, segunda, terça, quarta, quinta, sex... e ter o, realmente, o a carteira fichada pra receber o dinheiro (Josenildo).

[136] "Oia" ou "olha" é uma forma de se referir a trabalhos passageiros e sem vínculo formal

Este posicionamento de Josenildo assemelha-se à situação de indivíduos que preferem trabalhar para si mesmo, seguindo seu ritmo, a fim de evitar a subordinação a patrões/patroas, como identificado em Machado (2003). “Porque eu acho melhor trabalhar na minha arte, que é maneiro” (Romão). O trabalho atual também foi apontado como vantajoso pelo maior controle no recebimento da renda. “Porque com a água eu ganho pra mim. Pros outro eu trabalho pros outro. E tem que esperar o mês todinho. Todo dia eu tenho dinheiro da minha água.” (Rita). Porém, por mais que haja escolhas nesse processo, é importante mencionar que o mercado de trabalho não garante boas oportunidades de empregos formais a todos/as os/as trabalhadores/as que o desejarem e, tal como já pontuou Prandi (1978) esta “opção” pela informalidade pode mascarar a expulsão do mercado de trabalho, a qual se baseia em condições físicas e habilidades do/a trabalhador/a, aspectos relativos a depender de variáveis como sexo e gênero, bem como da localidade e da própria condição de produção e do serviço.

O trabalho, pelo seu caráter dialético, pode, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento humano e prejudicar a autonomia dos indivíduos. De acordo com as avaliações do PNUD (2015), um trabalho tende a ser positivo quando proporciona segurança, equilíbrio entre a vida profissional e a privada, dignidade.

Assim, o trabalho informal e assistemático de Josenildo, motivado pela satisfação de necessidades imediatas, também pode ser entendido como uma forma de resistência, mesmo que não seja consciente, a se submeter à precarização do trabalho formal capitalista. “Trabalhei hoje, bebi, me diverti, comi, num sei o que! (...) O que eu quiser fazer eu faço. Aí já, negócio de trabalho de carteira assinada, num sei o que (...) aí já, se faltar, oh! Desconto, num sei o que, isso, aquilo”. Essa maneira de viver, por sua vez, é considerada moralmente errada pelo padrão vigente em nossa sociedade.

De modo geral, as pessoas em situação de rua são dispostas a trabalhar em diferentes funções. “Eu trabalho em qualquer coisa, sabe?!” (Laura). “Qualquer um, minha fia. E hoje em dia ninguém escolhe pra, pra emprego? A pessoa quando tem força de vontade pra trabalhar, limpa até merda de gente veio. Mair!” (Piedade). Esses posicionamentos demonstram a falácia da meritocracia, pois não há oportunidades iguais a todos/as. “Eu tenho, eu tenho curso de técnico, éé, de manutenção de computador, eu sou motorista profissional, pintor, auxiliar de escritório. Eu tenho várias profissões. O problema é que, oportunidade que falta. Dificuldades estão aí.” (Moisés).

6.2.5.1 Impedimentos para trabalhar em outra função

A perspectiva de mudança laboral, ao mesmo tempo em que está atrelada à esperança por vivências consideradas melhores em termos de qualidade de vida, também está vinculada a dificuldades em diferentes graus. O reconhecimento objetivo dos obstáculos que vivenciam para acessar oportunidades de trabalho é um forte causador de sofrimento moral, agravado devido à sua inserção em trabalhos precários.

A própria condição de rua foi apontada como um empecilho para mudança de função laboral. Fernando, ao dizer o tipo de trabalho que gostaria de desempenhar, inicia da seguinte maneira: “Rapaz, pra mim mermo, que eu tô morando na rua ...”. Ou seja, para ele a situação de rua age como uma condição que o impede de conseguir algo melhor, em que realmente ele gostaria de trabalhar. Por essa sua fala é como se, ao estar em situação de rua, devesse aceitar apenas o mínimo. A situação de rua também se relaciona à insegurança no exercício da profissão, conforme discutido anteriormente no caso de Bruno.

Dentre os impedimentos apontados, destacaram-se os seguintes: carência educacional e profissional, envolvimento com álcool, ausência de capital inicial e rede de conhecimento.

A exigência de certos **níveis educacionais** para inserção empregatícia nem sempre é compatível com esta, pois muitas funções são desempenhadas competentemente por trabalhadores/as que não estudaram até determinado nível. Excetuando-se as habilidades técnicas necessárias para o desempenho dos trabalhos, muitas exigências educacionais são motivadas por ausência de postos de trabalho para todos/as que necessitam. Alexandre disse que não trabalha como operador de caminhão Munck porque lhe falta estudo. Ele disse que mesmo já tendo trabalhado nesta função sem ter o estudo comprovado, atualmente não adianta apenas sua experiência.

É possível que haja locais de trabalho que não exijam comprovação rígida de estudo, mas Alexandre compõe um grupo de pessoas já desestimuladas em buscar trabalho contando apenas com a experiência, pois sabem que, para ocupar a maioria dos postos de trabalho, têm que cumprir com a exigência de apresentar níveis de estudo escolares específicos para o cargo pretendido.

Jerônimo também aponta a ausência de estudos como principal dificuldade: “primeiro, eu num tenho estudo. Sem documento! Minha profissão é só essa mermo que eu tenho. Eu num sei fazer nada, só sei isso aí!”

Logo após dizer que gostaria de trabalhar “fichado”, Leandro diz: “eu penso também assim, a profissão que eu num tenho” (Leandro). Também apresentou a ausência de

documentação como empecilho para busca de emprego. Essa ausência também dificulta a continuidade dos estudos, como é o caso de Jerônimo, que afirmou já ter providenciado seus documentos por três vezes e depois tê-los perdido, motivo pelo qual não estuda.

Nesse sentido, a dificuldade em buscar outro emprego está diretamente relacionada à carência educacional e ao preparo técnico. Como a maioria aponta a ausência de estudos, o Estado deveria investir em políticas públicas nesse sentido.

O **envolvimento com o álcool** também foi apontado como uma dificuldade para o exercício de uma função diferente, bem como a inserção em trabalhos de modo geral. Agostinho e Gilberto são dois exemplos dessa questão. O segundo afirmou que, além da idade, não trabalha como jogador de futebol por causa da "cana". Ele costuma tomar Pitú e qualquer outro tipo de álcool que estiver disponível. Disse que toma todos os dias e o tempo todo.

A **ausência de capital inicial** para investir em outra função também foi apontada como um impedimento para a mudança de função.

> A situação financeira. Porque no meu caso, eu queria trabalhar pra mim, tipo assim, botar, eu num quero botar um restaurante, eu sei que eu num vou chegar lá. Mas tipo assim, um quiosque, que venda almoço, café da manhã, janta. Mas que fosse pra mim, entendeu? O que impede é a situação financeira, que eu num tenho condições. Que até pra botar um negocinnho você tem que ter um freezer bom, mesas e cadeiras. (Rita).

As **redes de conhecimento** e o modo de inserção social influencia significativamente as possibilidades de êxito empregatício, até mesmo em algumas seleções públicas vistas como imparciais. "E só arruma também trabalho, hoje em dia, se a gente tiver conhecimento" (Josenildo).

> Assim, só que pra ter trabalho, tem que, tem que ter conhecimento. Porque nem todo mund-, eu mermo, eu passei 30 anos pra ter o primeiro emprego, o primeiro trabalho. Foi numa peixaria- Porque como eu era da rua, ninguém queria me dar emprego, aí eu tinha que me virar do jeito que eu fazi-, do jeito que eu sabia (Bertoleza).

A própria situação de rua age como uma barreira para a inserção laboral. "Você querer uma oportunidade de trabalho e as pessoas não lhe dá, que acham que você num mereece, porque você mora na rua" (Moisés). Diante da falta de rede de conhecimentos, a capacitação técnica não é o bastante para a inserção empregatícia. "Então eu fui tendo o conhecimento, básico, fui aprendendo, aprendendo e fui desenvolvendo. E quando eu desenvolvi, né, eu fui estudar e fiz curso na Microlins, aí desenvolvi e estou aqui, né?" Nesse linha de raciocínio, o verbo desenvolver, que durante quase toda a frase passa uma ideia de

avanço/melhorias/progresso, está entranhado na teia que conduz à situação de rua, o oposto dessa condução evolutiva.

Igualmente, esta circunstância dificulta o planejamento futuro, no qual está incluída a possibilidade de trabalhar numa função diferente. “É porque eu moro na rua, bença. Num tem como eu sair e deixar minhas coisinha, porque aqui o pessoal fica tudo mexendo. Mexe em tudo. Ói, levaram 25 reais meu. Esse foi o dinheirinho do meu, da, do meu frete, poxa!” (Ana). Esse exemplo de Ana mostra a dificuldade diária de pessoas em situação para ingressarem em um trabalho, diante ausência efetiva e suficiente do Estado. Além dessa dificuldade no planejamento, a situação de rua também propicia baixo ânimo para continuar na busca por emprego.

6.3 Relações de trabalho através de controles multidimensionais

Com o aumento da flexibilização, da precariedade do trabalho e até mesmo do desemprego, os/as trabalhadores/as, como não podem ficar parados/as diante da necessidade de sobrevivência, lançam-se às ruas para desempenharem infinitos trabalhos, através de graus variados de criatividade. Assim, o *lócus* de trabalho cada vez mais tem sido as ruas propriamente ditas e demais espaços públicos, como praias, parques, praças, campi universitários, ônibus, metrôs, etc. Essa tendência para o aumento de atividades laborais realizadas nas ruas também já foi identificada por pesquisadoras como Gorbán (2004).

Uma vez que as atividades são realizadas na rua, num espaço aberto e público, é inevitável a observação por parte de diferentes agentes. A teorização mais clássica da Sociologia do Trabalho priorizava os espaços fechados, semelhantes ao de fábricas, em que é maior a probabilidade de conhecer as possíveis interferências e, portanto, o trabalho é mais facilmente controlado, tanto porque o padrão de realização de atividades é mais previsível, quanto pela fonte do controle já ser esperada (DE LA GARZA, 2011a). Desse modo, os estudos sobre o controle no processo de trabalho também eram restritos a esses contextos.

Nas ruas, o processo de trabalho também tende a seguir um padrão, por mais que haja uma maior margem de manobra e de alterações. No entanto, quando o quesito é controle, há uma diferença substancial entre os trabalhos clássicos e os não clássicos, pois, enquanto nos primeiros há um maior grau de previsibilidade, nos segundos é aberta uma janela de múltiplas possibilidades.

Nos trabalhos não clássicos o controle não é exercido apenas por quem é responsável pelo oferecimento do trabalho, os indivíduos que também podem ser denominados de

patrões/patroas, nem mesmo apenas pelo contexto laboral, o qual inclui outros/as trabalhadores/as. Os trabalhos não clássicos são controlados por diferentes agentes, incluindo categorias do serviço público, tais como a polícia e o/a guarda de trânsito, ou mesmo os/as transeuntes, os/as quais são diferentes a depender do dia, do horário e da localidade.

A seguir, aborda-se como a multidimensionalidade do controle, operacionalizada por meio de diversos vetores, é expressa nas modalidades de trabalho aqui estudadas.

6.3.1 Controle pelos/as clientes

No atendimento na praia de Boa Viagem, a complementação do serviço não depende do/a cliente, condição importante para caracterizar um trabalho como não clássico, verificada em processos de trabalho de empresas como McDonalds e Walmart (De la Garza, S/D). Ao considerar essa complementação como um trabalho, De la Garza o denomina como taylorização do trabalho do/a cliente (De la Garza S/D; De la Garza, 2010).

No atendimento aos/às clientes, o controle é exercido de modo mais direto, através da exigência de rapidez e precisão no serviço prestado. Nesse caso, apesar da complementação do serviço não depender do/a cliente, este/a exerce controle através de sua observação atenta ao desempenho do trabalho e também pressionando pela boa qualidade do serviço prestado. Bertoleza comentou que os/as clientes exigem que o tratamento seja rápido, de modo que ela deve estar atenta a todos os pedidos para evitar esquecê-los.

No que se refere à coleta de latas de alumínio, especificamente em Boa Viagem, como grande parte da catação é realizada nas mesas e cadeiras instaladas pelos/as barraqueiros/as na areia, tanto o/a cliente quanto o/a barraqueiro/a controlam o momento da catação. Como exemplo, se o/a cliente ainda não efetuou o pagamento pelo seu consumo, as latas não podem ser coletas porque servirão para fazer as contas. Os/as catadores/as precisam ter uma média aproximada do tempo em que podem realizar esta atividade porque nem pode ser logo no início da chegada dos/as clientes, nem ao final do expediente porque, neste último caso, correm o risco de não encontrar as latas, pois são muito disputadas. Neste caso, o horário habitual para realizarem esta tarefa costuma ser por volta das 13h.

Nesse processo de catação de latas de alumínio, as pessoas em situação de rua priorizam o respeito ao espaço de lazer do/a cliente, especialmente porque sabem que, se forem respeitosos/as, além do ganho das latas, podem receber alguma doação em dinheiro, como explicou Jerônimo:

> Tem que chegar educadamente. Os cliente são bacana, têm muitos que ainda dá dinheiro. Além de você pegar a latinha, ele pergunta: "quanto é que é o quilo? Isso aí dá pra tu ganhar quanto?" [...] "5, 6 conto". Aí têm uns que diz: "venha cá, tome aqui pra ajudar". Aí dá 10 conto, tem uns que dá 20. (...) Vê você batalhano no sol quente, catano latinha, aí têm alguns que: "Tome!" Aí, quee, [...] eu acho uma cerveja cheia. O pessoal dá um gole e deixa lá. (Jerônimo).

6.3.2 Controle pelo local de armazenamento do material

Em relação ao transporte das carroças, o controle já inicia pelos/as próprios/as moradores/as do Edif. Holiday, os/as quais, principalmente através do/a síndico/a, controlam onde a carroça pode ser armazenada. Este local, por sua vez, interfere diretamente no processo de trabalho do transporte de carroças, pois é o ponto de partida e de chegada do trabalho. Como mencionado anteriormente, o local de armazenamento das carroças é sobremaneira sujo e insalubre, um dos piores locais do edifício, o qual, além de causar incômodo pelo mau cheiro, é um foco de propagação de doenças e causador de ferimentos por excelência.

6.3.3 Controle pelos/as "patrões/patroas"

O controle por parte das pessoas que oferecem o trabalho, ou por quem assume o lugar destas tende a ser um dos mais notáveis e sentidos pelos/as trabalhadores/as. No caso de Bertoleza, apesar de ter enfatizado que a barraca é de responsabilidade de sua patroa, é o esposo desta quem mais controla seu trabalho. Na primeira observação do trabalho de Bertoleza, foi constatado que o patrão costumava reclamar com ela porque ela não carrega muitos materiais, como guarda-sóis, de uma única vez. Seu objetivo, com esta reclamação, é que o trabalho seja finalizado mais rapidamente. Além do mais, constantemente ele diz para Bertoleza as atividades que ela tem que fazer, de modo que ela quase não fica parada durante seu turno de trabalho.

No centro do Recife, uma das fontes de controle na catação de latas de alumínio consiste nos/as donos/as e/ou empregados/as de restaurantes, os/as quais determinam o horário e o modo em que estas podem ser coletadas. "Um pouco meio assim, D., mas dá pra levar ele. (...) Num quer que deixe os saco rasgado e pra evitar também daa, a fiscalização num bater em cima, né?!" (...) "Fica tudo sujo ali, aí é chama de rato" (Ana).

6.3.4 Controle pelo Estado

As ações do Estado, geralmente através da Prefeitura, exercem controle sobre a prática de trabalho dessas pessoas. “A prefeitura é o babado”. (Rita). Uma das regras estatais é a proibição de comércio no calçadão, num ponto fixo, para além dos quiosques, que já são registrados. Quanto ao comércio ambulante não há restrições. “Porque minha água é no carrinho, num carrinho que puxa assim. Se eu parar aqui não pode. Eu sei a hora que eu paro, que eu num sou doida, né?! (...) "Oh Rita, tira esse negócio da calçada!" Não pode nada aqui na orla (...) Se ele ver um carrinho...” (Rita). “Mas só que, pra gente num ficar sem fazer nada, a gente vai pra lá pra ganhar nosso pão, né?! Mas só que quando a gente tava trabalhando eles chegam, toma a mercadoria” (Fernando[137]).

É frequente as ações do Estado contra os/as trabalhadores/as por conta própria, para que deixem de trabalhar em determinada zona, considerando que seu trabalho torna o espaço feio e desorganizado (PRANDI, 1978). “Quer trabalhar, num pode. Se roubar, vai preso” (Fernando[138]). “O próprio Estado ele barra a gente” (Moisés).

> Estes pequenos e pobres trabalhadores, contrastando com as vitrinas do comércio estabelecido, são vistos como forma de mendicância e na sociedade capitalista não há lugar para os mendigos. São excrescências que devem ser escondidas, ou afastadas para as periferias dos grandes centros (PRANDI, 1978, p. 74).

Essa conduta estatal é baseada no pressuposto higienista, segundo o qual as cidades devem ser limpas como parte de uma lógica da modernidade, embasada no avanço e no progresso. A pobreza e todas suas adversidades, a exemplo da necessidade a se submeter a vender produtos de maneira extenuante com um saldo monetário reduzido, por mais que ainda persista em nossas cidades, não deve ser exposta em zonas definidas pelas autoridades governamentais.

Desse modo, o trabalho das pessoas em situação de rua, e dos/as demais que circulam por este espaço, é controlado por essas regras do Estado, representado em instituições como a Prefeitura, a qual busca operacionalizá-las por meio de constantes fiscalizações. Esse *modus operandi* do Estado também favorece a criação de uma prática de trabalho dos/as trabalhadores/as e influencia a relação entre eles/as. “Os menino já dá o toque. Aí eu já desço o carro pra cá” (Rita).

Quando as regras são desobedecidas, têm que arcar com as sanções. “Mas tem hora que eu esqueço e deixo o carro aqui cheio de coisa. Uma vez levaram com tudo. O carro cheio

[137] Intervenção de Fernando na entrevista realizada com Moisés.
[138] Intervenção de Fernando na entrevista realizada com Moisés.

de coisa, cheio de roupa. fui buscar lá na Prefeitura, tem que pagar uma taxa. Eles levam mermo.” (Rita).

6.3.5 Controle por transeuntes

No percurso de deslocamento das carroças do depósito até a praia, há possibilidade de interferência por parte de diferentes atores/atrizes: moradores/as do entorno, vigilantes dos prédios (residenciais, hotéis e outros estabelecimentos comerciais), transeuntes e o/a próprio/a dono/a da carroça.

Os/as transeuntes e moradores/as dos entornos dos depósitos também exercem controle sobre as atividades dessas pessoas. Foram relatados alguns casos em que a carroça que estava sendo transportada bateu em carros e/ou pessoas, gerando situações nas quais foi necessária a intervenção policial. Nesses casos, por mais que defendam sua inocência, com argumentos de que o/a transeunte/morador/a estava na passagem da carroça, não é fácil convencer as autoridades, de modo que a presença dessas pessoas já funciona como um controle, para que tenham mais atenção e evitem acidentes. “Uma veia com um cachorro ia passando ali, quando dei a volta na carroça, aí pra eu num matar a véia, eu quase que perdia a minha perna. Foi meu tornozelo. Ficou um monte de dia inchado” (Alexandre – GF).

6.3.6 controle pelo próprio/a trabalhador/a

Uma vez que o/a trabalhador/a não apenas segue ordens, nem age passivamente diante de todas as interferências externas, ele/a próprio/a também é responsável pelo controle do seu trabalho. No caso do transporte das carroças, a rota é decidida pelo carregador, o qual busca o melhor caminho para si. Para a realização desse trajeto de modo mais satisfatório para o carregador, dois aspectos principais são levados em consideração: atravessar a avenida onde há semáforo e rampa de acesso da avenida para o calçadão. Desse modo, as ruas percorridas do depósito até a praia são escolhidas de modo a facilitar o acesso a essas duas condições.

No que se refere à reparação dos materiais de trabalho dos/as barraqueiros/as, Romão, como único entrevistado implicado nessa função, exerce maior controle sobre esse trabalho, com base em seu saber técnico e também tácito, este advindo da prática constante do primeiro. Conquanto haja interferência do/a barraqueiro/a na compra dos materiais, Romão interfere diretamente ao demandar um tipo de material específico para que possa executar seu trabalho.

Esse controle do/a próprio/a trabalhador/a também pode ser analisado como uma postura de resistência aos controles sofridos durante o processo de trabalho.

6.3.7 Aspectos simbólicos e construção do espaço social no controle dos trabalhos das pessoas em situação de rua

A prática e a efetividade do controle sobre o processo de trabalho, em seus diferentes vetores, são movidas por aspectos simbólicos. Em todo trabalho os indivíduos estão envolvidos não apenas pela dimensão técnica consciente, como se tivessem pleno controle de todas as etapas das atividades e apresentassem rápida destreza para lidar com os imprevistos. Aspectos subjetivos, incluindo os conscientes e os não conscientes, também fazem parte do processo do trabalho.

A teorização sobre trabalho não clássico reconhece a relevância das questões simbólicas para compreensão da dinâmica de trabalho, ao discuti-las em suas diferentes expressões, considerando que o sistema capitalista, por reconhecer a importância da subjetividade para eficiência no desempenho das tarefas e fomentação de lucros, tratou de manejá-la em seu benefício. Ao analisar o trabalho em sua circunstância não clássica e em sua relação com as questões simbólicas, De la Garza (2017a) considerou, no âmbito da dimensão subjetiva, as questões cognitivas, emocionais, estéticas e morais.

Nos trabalhos analisados nesta investigação, tais aspectos foram observados, seguindo o que já havia sido teorizado por De la Garza (2017a), ou seja, que, embora os aspectos cognitivos, morais, emocionais e estéticos estejam presentes em todos os trabalhos, apresentam-se de modo peculiar de acordo com a modalidade do trabalho.

Nesta pesquisa, foi constatado que o trabalho de atendimento ao/à cliente na praia de Boa Viagem, realizado por Bertoleza, exige destacado manejo da **dimensão emocional**. Nessa atividade, a exigência não se refere apenas para que ela seja educada e respeitosa, mas que também saiba controlar seus sentimentos, mesmo em momentos em que for ofendida por clientes. Ao relatar sobre como aprendeu a manejar os assédios no trabalho por parte de clientes homens, ela disse: “mas hoje em dia em num me preocupo não, que eu tenho medo de perder o trabalho. Porque querendo ou não é meu trabalho, né? Tenho que ter paciência, né? Chega gente de toda, de todo tipo. Chega maconheeiro, chega noiaado” (Bertoleza). Como estava impossibilitada de modificar a situação, desenvolveu habilidades para se resignar e continuar no trabalho, ou seja, controlar suas emoções. “Eu num posso tá brigando (...). Senão eu perco meu trabalho” (Bertoleza).

Outra face dessa dimensão emocional refere-se à necessidade permanente de se apresentar com um sorriso para demonstrar simpatia. Ela explicou que não tem o costume de sorrir em todas as vezes devido à falta de dentes, postura que gera comentários dos/as clientes sobre o porquê de ela não sorrir.

A identificação das emoções enquanto elemento fundamental no processo de trabalho já vem sendo constatado em diferentes estudos, sendo Hochschild (1983) uma das pioneiras. Em seus estudos iniciais, ela verificou que, em trabalhos como os de aeromoças, o/a trabalhador/a maneja suas emoções para expressar o que se espera de sua função, independentemente de seus reais sentimentos, numa dinâmica em que se constata o "trabalho emocional".

> *Trabalho emocional* significa a administração dos sentimentos para criar uma exposição facial ou corporal publicamente observável; trabalho emocional é vendido por um salário e, portanto, tem valor de troca. Os termos *trabalho emocional* e *administração das emoções* se referem a esses mesmos atos num contexto privado em que eles têm valor de uso[139] (HOCHSCHILD, 1983, p. 7).

Não se trata apenas de uma atuação, como se fosse um teatro, pois através do trabalho emocional o indivíduo age sobre si mesmo para expressar um sentimento ideal, num processo em que diferentes instâncias psíquicas são modeladas. Essa especificidade laboral tende a tornar o trabalho ainda mais precarizado e aumentar a sensação de estranhamento de si durante a realização do trabalho. Nesses trabalhos, como de atendimento aos clientes, a geração de emoções específicas é parte central do trabalho, e não um acréscimo dispensável.

Segundo Hochschild (1983), os sentimentos não estão instalados nos indivíduos como se fossem originados individualmente. Ao contrário, as emoções são criadas e expressas na interação, através das expectativas de reconhecimentos mútuos.

Nos demais trabalhos das pessoas em situação de rua, aqui analisados, o manejo das emoções também consiste numa habilidade requerida constantemente, pois a própria "situação de rua" faz com que esses indivíduos precisem se esforçar ainda mais para se adequar ao padrão esperado de um/a trabalhador/a, o qual geralmente não é visto pela sociedade, incluindo até mesmo pesquisadores/as da Sociologia do Trabalho, como sendo formado por pessoas em situação de rua. Assim, diariamente essas pessoas utilizam a estratégia de mostrar aos/às clientes, patrões/patroas, ao Estado (incluindo agentes repressores e trabalhadores/as da assistência social e da saúde, com quem mais interagem) e à sociedade em geral que, além de

---

[139] "I use the tern] *emotional labor* to mean the management of feeling to create a publicly observable facial and bodily display; emotional labor is sold for a wage and therefore has *exchange value.* I use the synonymous terms *emotion work* or *emotiorz management* to refer to these same acts done in a private context where they have *use value".*

pessoas em situação de rua, são também trabalhadores/as ou, em alguns casos, que são trabalhadores/as, sem a necessidade do adjetivo "situação de rua".

De acordo com a perspectiva teórica do Trabalho não Clássico, as emoções, como um componente importante da subjetividade, estão presentes em todos os trabalhos e não apenas em alguns específicos, como se houvesse uma dicotomia entre trabalho emocional e trabalho não emocional. "Não apenas há trabalho emocional em certos tipos de trabalhos de serviços, mas é uma dimensão de todo trabalho como relação social e com os meios de produção[140]," (DE LA GARZA, 2017c, p. 19).

Ademais, os/as clientes não são receptores/as passivos/as das emoções manejadas, pois, conforme o pressuposto teórico-metodológico não clássico do trabalho, confirmado nos dados empíricos aqui analisados, os/as clientes exercem papel ativo na relação de trabalho, inclusive no processo de controle.

Outro aspecto simbólico identificado no processo de trabalho das pessoas em situação de rua consiste na estética, que se refere ao modo como o trabalho e o trabalhador devem ser apresentados, com prioridade para causar impressões positivas e harmoniosas nos sentidos, com destaque para a visão. Nesse quesito laboral, há pressões tanto de clientes quanto de patrões/patroas para que o/a trabalhador/a esteja de acordo com normas de beleza e limpeza, ambas difíceis de serem seguidas em situação de rua.

Os aspectos subjetivos não se apresentam de forma isolada, mas integrados no processo de trabalho, por mais que possa haver sobressaliência de algum a depender da modalidade laboral. Ainda no exemplo de Bertoleza, seu problema dentário, além de prejudicar o manejo de suas emoções para dar conta da aparência de simpatia que deve manter durante a execução de seu trabalho, compromete outra face exigida em seu trabalho, ou seja, a **estética**. Nesse caso, os aspectos emotivos e estéticos agem de maneira integrada e mutuamente influenciáveis. No geral, ela considera que seu atendimento é satisfatório, denotado no constante retorno dos/as clientes ao espaço e das gorjetas que costuma receber.

No âmbito da configuração sociotécnica, a partir da análise das dimensões perfil da mão de obra, relações laborais e organização laboral, este estudo constatou que o processo de trabalho das pessoas em situação de rua, com foco nos eixos analíticos "situação de rua", "controle sobre o trabalho" e "identidade", ocorre em um espaço-tempo específico, ou seja, um espaço social. Para Lefebvre,

[140] "Que no solo hay trabajo emocional en ciertos trabajos de servicios, sino que es una dimensión de todo trabajo como relación social y con los medios de producción".

> espaço (social) não é uma coisa entre outras coisas, nem um produto entre outros produtos: antes, ele inclui coisas produzidas e abrange suas inter-relações em sua coexistência e simultaneidade - sua ordem (relativa) e / ou desordem (relativa). É o resultado de uma seqüência e um conjunto de operações e, portanto, não pode ser reduzido à classificação de um objeto simples (LEFEBVRE, 1991, p. 73)[141].

O espaço consiste numa dimensão que é, simultaneamente, efeito e causa da reprodução social, sendo o lugar de reprodução das relações capitalistas, manifestadas em diferentes conflitos e contradições (LEFEBVRE, 1991).

De acordo com Santos, em comparação ao espaço natural, que é movido pelas transformações da natureza, na construção do espaço social um elemento basilar consiste na divisão social do trabalho. Em decorrência da globalização, todos os lugares estão interconectados e a divisão do trabalho se dá em todos os níveis, desde os locais ao internacional, pois a lógica do capital também o é. É nesse sentido que os trabalhos em torno dos/as barraqueiros/as não estão isolados da divisão internacional do trabalho, por mais que tenham sua lógica interna própria. Essa divisão, por sua vez, não ocorre de forma pacífica, pois há constante disputa pelo espaço (SANTOS, 2006).

O espaço, enquanto produto social, é peculiar de cada localidade. "Cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais" (SANTOS, 2006, p. 213).

Os indivíduos seguem a tendência humana de se socializarem a partir de um lugar, através do qual vivenciam conflitos e pertencimentos (LINDÓN, 2012). As pessoas em situação de rua também estão constantemente interagindo com outros/as em espaços sociais, ainda que tenham a errância como uma de suas características e, por isso, a frequência de mudanças dessas pessoas seja maior em relação às demais.

Essa dinâmica de vinculação e identificação com o espaço é mediada através do próprio corpo, especificamente da corporeidade. Esta, segundo Lindón, consiste no movimento em que o indivíduo, através do corpo e com base em suas biografias individuais, apropria-se do espaço e lhe atribui sentidos, numa dinâmica em que o tempo também se apresenta como uma categoria importante para compreender a dinâmica do sujeito. Para a autora, esse processo de apropriação do espaço, que o torna social, está intimamente atrelado às emoções (LINDÓN, 2012).

---

[141] "(Social) space is not a thing among others things, nor a product among other products: rather, it subsumes things produced, and encompasses their interrelationships in their coexistence and simultaneity - their (relative) order and/or (relative) disorder. It is the outcome of a sequence and set of operations, and thus cannot be reduced to the rank of a simple objet."

Através dessa dinâmica da corporeidade, as pessoas em situação de rua configuram o espaço de acordo com suas exigências diárias, em busca de atender suas necessidades de alimentação, descanso e dormida, higiene pessoal, trabalho, lazer etc. Como não existe uma separação entre a casa e a rua, identificou-se que essas dimensões da vida ocorriam de maneira mutuamente influenciável em um mesmo espaço. Espaço que não é só físico, mas social. No caso das pessoas em situação de rua que viviam ao redor do Edif. Holiday, a circulação maior se dava em torno do prédio e no trecho da orla que vai da Av. Ernesto de Porfiro Santos até o Edif. Acaiaca. No centro do Recife, verificou-se que a construção do espaço social se centrava nos arredores das praças Dezessete, Independência e Maciel Pinheiro, bem como da Rua do Imperador.

A dinâmica de construção desse espaço social é movida por uma divisão do trabalho cujo processo tanto pode ser realizado individual quanto conjuntamente, através de solidariedade e ajuda mútua. O nível de compartilhamento aumenta à medida que os laços sociais são mais fortes. No exemplo da catação de latas de alumínio recicláveis, quando esta atividade é realizada coletivamente, todas as etapas, incluindo catação, transporte e rendimento, são divididas quando se trata de casal. Já numa relação apenas de amizade, cada trabalhador/a carrega seu saco de latas e a renda obtida é individual.

Tomando-se os serviços associados ao lazer na praia de Boa Viagem como um todo, constatam-se diversas divisões do trabalho que se entrecruzam em diferentes pontos. Por mais que o foco seja apenas os serviços executados na areia da praia, ainda assim é grande a multiplicidade de tarefas, dentre as quais este estudo se voltou ao trabalho em torno dos/as barraqueiros/as, sem nem mesmo analisar o trabalho propriamente destes/as. Tal divisão, operacionalizada de forma nem sempre consciente e planejada, é a causa do êxito da acumulação de capital e prosperidade do setor turístico da cidade.

Nesse espaço social, o processo de trabalho dessas pessoas tem seu ritmo próprio, o qual é poliforme e, portanto, um polirritmo. Cada ritmo tem sua própria medida (rapidez, frequência e consistência) e é rápido ou lento a depender do parâmetro ao qual se compara, obedecendo a uma lógica própria (LEFEBVRE, 2004). "Ritmos escapam da lógica e, no entanto, contém uma lógica[142]" (LEFEBVRE, p. 11, 2004). O ritmo é formado pela interação entre lugar, tempo e energia, composto pela repetição, de gestos, ações, movimentos, bem como pela interferência de processos cíclicos e lineares. Nesse sentido, a polirritmia, assim como a eurritmia e a arritimia é uma forma de expressão do ritmo (LEFEBVRE, 2004).

[142] "Rhythms escape logic, and nevertheless contain a logic."

A assistematicidade e a imediaticidade com que as tarefas são demandas são características que impregnam no ritmo de trabalho uma frequência incerteza e de difícil previsibilidade. Ainda que haja acordos prévios, a exemplo do caso dos "oficiais" transportadores de carroças, as atividades em torno dos/as barraqueiros/as também demandam inclinação do/a trabalhador/a para estar à disposição destes/as durante longas jornadas de trabalho, pois em momentos os mais diversos possíveis pode surgir uma oportunidade de trabalho, nomeadamente os "mandados", que são ainda mais assistemáticos e imprevisíveis, em termos de início, duração e qualidade.

A transformação de Boa Viagem em uma zona de lazer, conforme identificou Araújo (2007), é a raiz fundamental para a proliferação do trabalho dos/as barraqueiros/as, cuja presença influi em que este território seja ainda mais consagrado ao lazer, pois as pessoas tendem a buscar áreas de divertimento onde possam ser servidas, o que é realizado pelos/as barraqueiros/as. As bebidas e comidas que costumam ser comercializadas, por sua vez, são produzidas por grandes empresas, fortemente beneficiadas por essas vendas. Esse fervilhar na areia da praia também tende a atrair turistas a se hospedarem nos arredores, fomentando os lucros de empresários/as de hotéis e pousadas. O trabalho das pessoas em situação de rua é fundamental para o êxito do funcionamento de toda esta cadeia laboral. Semelhante complexidade ocorre no caso da coleta de latas de alumínio recicláveis no centro do Recife.

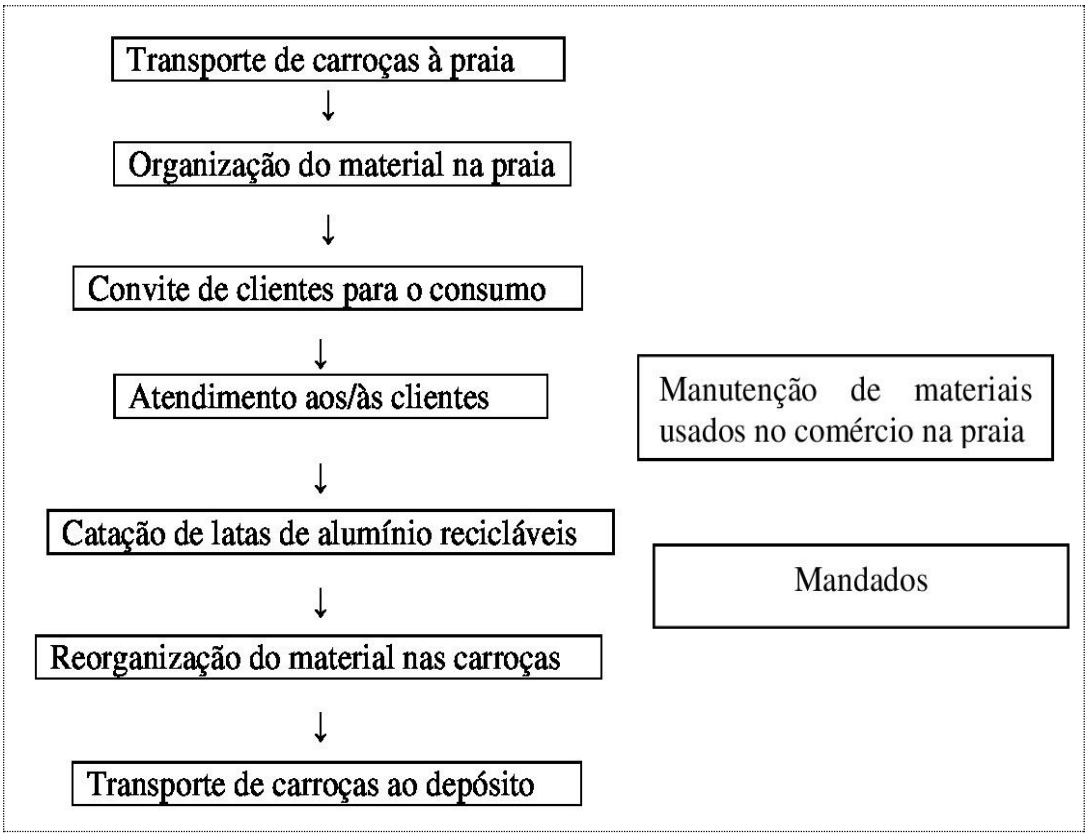
Toda a teia de relação involucrada a este fenômeno é responsável pela criação do espaço social em que ocorre o processo de trabalho das pessoas em situação de rua. Espaço social, portanto, que, segundo Lefebvre (1991), é um produto social. Esse aspecto relacional confere ao espaço uma peculiaridade única, através do envolvimento dos sujeitos com todas as suas dimensões e do tempo com seus condicionamentos históricos. É nesse contexto espacial, em que o espaço é social, que o trabalho dessas pessoas, pode melhor ser compreendido através da abordagem teórico-metodológica do "trabalho não clássico", considerando que é um trabalho desterritorializado, realizado no ambiente da rua, involucrado em aspectos simbólicos, suscetível a interferências de clientes e submetido a controles multidimensionais.

6.4 "Xingação" – precariedade como *modus operandi* do trabalho das pessoas em situação de rua

Ao analisar a configuração sociotécnica dos trabalhos desempenhados pelas pessoas em situação de rua, constatou-se que todas as modalidades de trabalho estão articuladas. Em

Boa Viagem, local onde mais modalidades de trabalho foram analisadas, a dinâmica articulatória também se apresentou em formato de sequencia, de acordo com o esquema a seguir:

Figura nº2: Sequência de realização dos trabalhos



Fonte: Elaboração própria

De acordo com o esquema, observa-se que existe uma sequencia na execução das atividades ao longo do dia. A manutenção e os mandados foram postos ao lado porque podem ser realizados em qualquer momento, sem necessariamente depender da execução de outra atividade. No caso da catação de latas recicláveis, conquanto tenha sido posta logo após o atendimento aos/às clientes, também pode ser realizada em diferentes momentos do dia. O motivo para esta alocação, portanto, deve-se ao fato de muitos/as entrevistados/as de Boa Viagem terem relatado que costumam trabalhar na catação de materiais recicláveis depois de um tempo que os/as clientes são servidos/as e, desse modo, as latas já estão desocupadas.

Todas essas atividades, sobre as quais, em princípio, poderia se concluir que conformam um quantitativo elevado de atividades para serem analisadas em uma tese, estão articuladas para um objetivo único: produzir serviços de consumo aos/às clientes na praia de

Boa Viagem. Ou seja, além da realização das tarefas, a integração das mesmas é indispensável para esta finalidade.

A única modalidade de trabalho que poderia ser dispensada consiste na catação de materiais recicláveis. Nesse caso, outra possibilidade seria que as latas fossem destinadas ao lixo, alterando o processo de trabalho na praia, mas não o afetando significativamente o processo de trabalho da reciclagem, pois muito provavelmente esse material seria coletado por outras pessoas.

Quanto à reciclagem realizada no centro do Recife, esta, sim, não interfere no referido processo de trabalho em Boa Viagem. No entanto, novamente se afirma que o estudo da catação de latas de alumínio por pessoas em situação de rua no centro do Recife foi importante à compressão dessa modalidade de trabalho também realizada por esta população em Boa Viagem.

Malgrado a informalidade e a precariedade não sejam condições sempre correlacionadas, muito menos sinônimas, a análise das modalidades de trabalho das pessoas em situação de rua, estudadas aqui, mostra profunda ligação entre essas duas condições. Tanto nas atividades realizadas em torno dos/as barraqueiros/as, quanto na catação de materiais recicláveis, foram constatados, ao mesmo tempo, elementos informais e precários.

Dentro dessa informalidade, foram identificados apenas alguns traços do que se encontra na modalidade formal, no que se refere à manutenção da jornada laboral, por mais que esta seja bastante flexível. Um mínimo de vínculo laboral também foi identificado, como no exemplo do carregador “oficial”. No entanto, são as características da informalidade que predominam.

Ao analisar os trabalhos que realiza, Brunoresumidamente agregou-os sob o termo “xingação”, pois se sente humilhado diante de todas as situações precárias a que é submetido: renda, jornada de trabalho, grande esforço físico, processo de trabalho, relação com clientes e com patrões/patroas etc. Na mesma direção, ao comentar sobre a execução de seu trabalho, Leandro conlui: “uma mola da porra que eu boto”.

Mesmo com toda essa precariedade, não há garantia de trabalho para todos/as que buscam, nem de continuidade do vínculo laboral, sendo necessária a frequente busca, o estar atento às oportunidades constantemente. “Por onde eu passo eu pergunto se tem oia pra mim” (Gilberto). Ele costuma pedir emprego nas casas, geralmente serviços domésticos, como pintura, limpeza e capinação.

As pessoas em situação de rua, diante da necessidade de ter que se submeter a esses trabalhos para garantir um mínimo de sobrevivência, tendem a aceitar esses trabalhos e,

consequentemente, desenvolvem estratégias para realizar as tarefas da melhor maneira possível, numa postura que aparentemente naturaliza a precariedade. No entanto, trata-se apenas de uma aparência, pois estas pessoas reconhecem o alto grau de precariedade a que são submetidas.

De modo geral, os/as entrevistados/as avaliaram a oferta de trabalho que lhes era oferecida como sendo algo positivo, visto que, a despeito da "xingação" desta, era uma forma através da qual podiam ganhar alguma renda, inclusive em contraposição à realidade anterior de afastamento do trabalho, como no caso de Bruno, que disse preferir esta vida do que a antecedente em que esteve cumprindo penas sob privação de liberdade, em instituições como o Presídio Aníbal Bruno[143], por mais que seja uma "xingação" é marcada pela intensa precariedade.

Bruno, especificamente sobre o transporte das carroças, considerou uma atividade importante para ele e para seus colegas, pois é o que lhes garante a sobrevivência.

> É uma ajuda, né?! É uma ajudinha (...) Porque a gente traz essas carroça, a gente depende dessas carroça aqui. Num tem outro serviço pra fazer! (...) Quando aparece uma óia assim pra lavar um caarro, pra fazer uma mudança, a gente, até que a gente vai, mas, por enquanto fica nessas carroça mermo. (...) Que a gente tem muito ganho aqui, com esses barraqueiro aqui, que esses barraqueiro conhece a gente, né?!" (Bruno).

Por isso, ele conclui afirmando que a praia, sem o trabalho vinculado aos/às barraqueiros/as, seria uma "tristeza".

Dentre as possibilidades de trabalho na praia de Boa Viagem, Brunoconsidera o carregamento de carroças como sua atividade principal, que é a mais vantajosa rentavelmente. "Quando] num tem carroça pra mim levar, num tem nada pra mim fazer, eu me acordo, pego um saco de latinha, saiu catando latinha por aí. É." (Bruno). Essa fala denota que a catação de latas de alumínio pode ser uma atividade secundária em relação ao carregamento de carroças, bem como uma complementação de renda de modo geral. "De vez em quando vai eu e minha mulê. De vez em quando vai eu e meu cunhado, que é o irmão dela." (Bruno).

Como as pessoas em situação de rua sabem que a praia de Boa Viagem costuma ser próspera para elas em termos de oportunidades de trabalho, é comum pontuarem a necessidade de esforço e disciplina constante, bem como a adoção de condutas que facilitem o

[143] Atualmente, este presídio é denominado Complexo Prisional Prof. Aníbal Bruno, depois que passou por reformas incentivas por denúncias a órgãos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Após as reformas, o grande presídio foi divido em três menores: Frei Damião de Bozzano, Juiz Antônio Luiz e Agente Marcelo Francisco de Araújo.

aproveitamento destas. Uma dessas é evitar a ingestão de álcool em excesso para conseguir benefícios de clientes que estão na orla.

> Não beber muito. Não beber muito, pra não ficar embriagada. Saber tratar bem as pessoas que tão nas mesa, porque a gente ganha até, um dinheirinho a mais, que as pessoas dão. Vai catando a latinha, ele vai, pega a carroça, aí um cliente olha pra gente assim: "poxa, ah tarefa difícil ficar no sol o tempo todo!" Aí vai: "minha filha, venha cá". Fico feliz. "Tome 20 real, tome 10, tome 5." Tô trabalhando, ao mesmo tempo tô ganhando, né?!" (Rita).

Ao constatar que a informalidade é uma das modalidades de trabalho mais precarizadas no momento atual do capitalismo, Antunes (2011, 2013, 2018) separa os/as trabalhadores/as informais entre os/as mais estáveis e os/as mais instáveis. Geralmente, há uma tendência para que os/as últimos/as sejam subempregados/as pelos/as primeiros/as. No âmbito dessa investigação, os/as barraqueiros/as da praia de Boa Viagem, por mais que também estejam envolvidos/as em trabalhos informais e precários, estão em maior estabilidade em comparação com as pessoas em situação de rua.

Em geral, os/as trabalhadores/as instáveis não têm um rendimento mensal fixo, pois recebem diariamente de acordo com os serviços prestados. Não há uma regularidade na contratação do trabalho, por mais que haja alguma sistematicidade, como foi identificado no trabalho em torno dos/as barraqueiros/as.

No meio dessas incertezas, é possível verificar, excepcionalmente, algumas experiências diferenciadas, como é o exemplo de Bertoleza. Conquanto ela seja uma trabalhadora informal instável, executa seu trabalho dentro de certa estabilidade, pois todos os dias em que sua patroa vende na praia, Bertoleza trabalha com ela, nas funções já previamente acordadas: atendimentos aos/às clientes, armação de bar e organização de material para levar ao depósito, convite de clientes etc. Mesmo assim, não há nada formal que garanta este trabalho de Bertoleza, a qual fica totalmente à mercê da vontade da dona da barraca e, caso um dia seja demitida, não terá direito algum. Trata-se, portanto, de uma incerteza certa.

Portanto, a baixa renda e a não garantia de direitos são características próprias do trabalho informal (ALVES & TAVARES, 2006). Caso deixem de trabalhar, ficam ainda mais desprotegidos/as e comprometem o sustento básico diário, pois uma das funções principais desses trabalhos é garantir a sobrevivência, ainda que de modo precarizado e limitado. “Eu sobrevivo, agora tô lavando carro, né, lavando, carro, éé, vendendo água mineraal, é, pipoca, éé, fazendo os serviços básico que a gente pode adquirir um dinheiro, não muito, mas que possa, pelo menos pra sobreviver, ter um almoço ao meio-dia eee, tocar a vida, né?” (Moisés). Muitos/as entrevistados/as relataram situações em que tiveram sua sobrevivência ainda mais

comprometida nos dias em que não puderam trabalhar, seja por motivo de doença ou por não conseguirem trabalhos.

Ainda de acordo com Antunes (2013), os trabalhos informais tendem a ser executados mormente pela força física e requerem baixa qualificação, tal como observado nos trabalhos aqui analisados. Por mais que nem todos os trabalhos informais sejam precários, a precariedade, tal como já apontado por Alves e Tavares (2006), Antunes (2013), Brito (2000), Druck (2011), é uma marca notável da informalidade.

O trabalho informal, mais clássico ou menos clássico, mais precário ou menos precário, mais estável ou mais instável, contribui ao processo de acumulação capitalista, em termos de produção, circulação e consumo de mercadorias e serviços. Em concordância com a argumentação já defendida por Yazbec (1999), os trabalhos informais contribuem à acumulação capitalista na medida em que, como consequência do desemprego, contribuem para o rebaixamento dos salários dos/as trabalhadores/as que estão empregados/as. Esses trabalhos também contribuem significativamente para a circulação de produtos capitalistas. Como exemplo, tem-se o fato dos guarda-sóis propagandearem grandes marcas capitalistas. No dia da primeira observação do trabalho de Bertoleza, foram observadas as seguintes marcas, apenas na barraca onde ela trabalha: Itaipava[144], Jerônimo Cidrim[145] e Hipercard[146]. No caso da reciclagem, em seção anterior já foi discutido que as grandes empresas que trabalham com reciclagem de lata de alumínio economizam significativamente, sob o discurso de defesa do meio ambiente, a despeito das péssimas condições de trabalho dos/as trabalhadores/as implicados/as nesse trabalho.

Segundo Antunes (2013), o capital tem utilizado a força de trabalho informal para intensificar e ampliar a produção de valor, num processo em que contribui à "precarização estrutural do trabalho". Desse modo, "os mais distintos e diversos *modos de ser da informalidade* parecem assumir, ao contrário do que afirmam os desconstrutores da teoria do valor, um importante elemento de ampliação, de potencialização e mesmo de realização do *mais-valor*" (ANTUNES, 2013, p.17, grifos do autor). Mais-valor, ou mais-valia, que é produzida através de trabalhos árduos, com graves prejuízos à saúde física e mental.

[144] Marca de uma das mais vendidas cervejas brasileiras.
[145] Um dos maiores laboratórios de análises clínicas do Nordeste.
[146] Uma das maiores empresas de cartão de crédito do Brasil.

7 – SENTIDOS DO TRABALHO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: INFLUÊNCIA MÚTUA ENTRE A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E O PROCESSO DE TRABALHO

Até o momento, esta tese tem analisado o trabalho das pessoas em situação de rua a partir do que é manifesto, do que é observado e do que foi dito e, desse modo, foi possível constatar que essas pessoas são trabalhadoras. Além deste aspecto, considerando que para compreender o processo dos trabalhos é fundamental analisar a postura subjetiva de quem os executa, isto é, como os sujeitos estão implicados nesse processo, este capítulo trata de como as pessoas em situação de rua percebem seu trabalho, em termos de atribuição de sentidos, bem como algumas consequências advindas dessa dinâmica, a exemplo da análise sobre a autopercepção dessas pessoas enquanto trabalhadoras ou não trabalhadoras, considerando as múltiplas nuances existentes entre essas duas categorias e a concretude do processo de trabalho tanto em níveis práticos quanto subjetivos. Desse modo, tem-se uma compreensão mais ampla a respeito da dimensão **perfil laboral** dos trabalhos aqui analisados, na perspectiva da configuração sociotécnica. Apresenta-se, portanto, o ponto de vista dessas pessoas sobre si mesmas diante das atividades que realizam, o que contribui ao entendimento dos efeitos do processo de trabalho sobre a identidade dos/as trabalhadores.

Através da dinâmica de incertezas na (re)construção de interações entre os/as atores/atrizes e entre esses/as e as estruturas, são construídos os mais diversos significados, numa relação considerada não apenas como rede, mas como configuração (HERNÁNDEZ, 2017). É desse modo que as pessoas em situação de rua constroem significados em torno de seu trabalho.

A maneira como as pessoas em situação de rua consideram a si enquanto trabalhadores/as, e às suas atividades como um trabalho, está intimamente relacionado ao significado que atribuem tanto ao trabalho quanto ao/à trabalhador/a. Nesse processo, essas pessoas relacionaram o pertencimento à categoria “trabalhador/a” com o tipo de trabalho que executam, de modo que a condição de trabalho precário tem impacto relevante na (não)identificação à categoria “trabalhador/a”.

Nessa atribuição de sentido ao trabalho e ao/à agente que o executa, o aspecto da moralidade esteve presente em diferentes níveis de argumentação, pois o trabalho foi avaliado por todos/as como uma dimensão positiva, associado à honestidade e à dignidade, em oposição a aspectos como criminalidade e preguiça, vistos como negativos. Essa postura

avaliativa considerou tanto o trabalho em sua dimensão concreta, que contribui ao processo de socialização humana, quanto o abstrato, explorado sob o capitalismo.

A partir da compreensão de que o processo identitário não está limitado aos trabalhos clássicos, de acordo com a defesa de muitas abordagens teóricas, a perspectiva teórica do "trabalho não clássico" contribui de forma significativa para melhor compreensão da maneira como as pessoas em situação de rua se consideram trabalhadoras, a partir da perspectiva de que os trabalhos que realizam não são clássicos.

7.1 Mosaico em transformação: a identidade do/a trabalhador/a

A identidade de algo ou de alguém é formada pelo conjunto de características que o definem, de modo que o reconhecimento de um determinado objeto e/ou pessoa é um processo que leva em consideração tal conjunto. Assim, apreender a identidade do/a trabalhador/a é compreender as características que o conformam e o fazem ser como tal. Esta tese não trata propriamente de analisar os fatores que contribuem à formação identitária do/a trabalhador/a, mas, no âmbito da análise do processo do trabalho, compreender como tais indivíduos percebem a si mesmos nesse universo laboral. As pessoas em situação de rua consideram a si mesmas como trabalhadoras? Consideram as atividades que executam como um trabalho?

Durante muito tempo, as análises sociológicas priorizaram a compreensão da identidade como algo articulado ao universo do trabalho, especificamente ao trabalho assalariado em que há uma relação de venda e troca da força de trabalho mediada pelo salário, geralmente num ambiente de fábrica, de acordo com a visão neoclássica. No âmbito marxista, por mais que o conceito de trabalho também abrangesse outras modalidades responsáveis pela produção de riqueza material, sem se deter apenas ao assalariado, este último também é priorizado como dimensão para compreender o mundo do trabalho. Nesse caso, trata-se de um conceito em que havia esperança de que as mudanças sociais em benefício dos/as trabalhadores/as viriam a partir da organização destes/as, tomando como ponto de partida a constatação da precariedade laboral a que estavam submetidos/as (DE LA GARZA, 2009, 2010).

Esta esperança esteve vinculada ao projeto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o qual, teoricamente, baseava-se em princípios socialistas de Marx, que, contundentemente, apontavam o caráter alienado do trabalho verificado na maioria das relações trabalhistas. E, contra esta situação, havia uma defesa e um estímulo para que os/as

trabalhadores/as do mundo, enquanto classe social, unissem-se e fizessem a “revolução”. No entanto, à exceção da fase inicial, o transcorrer do tempo demonstrou que nem a prática da URSS era condizente com um socialismo, considerando que houve uma forte burocratização do Estado e um ambiente em que as decisões não eram tomadas democraticamente, nem a identidade se constitui somente a partir do mundo do trabalho.

Com o colapso da URSS e muitas esperanças socialistas atreladas a ela, a noção de identidade vinculada principalmente à classe social perdeu forças explicativas no meio acadêmico, embora este posicionamento continue a ser defendido (DE LA GARZA, 2012b). Até a década de 1970, o tema da identidade não era central nas teorizações da Sociologia e, quando surgia, tendia a ser sob o viés das estruturas, diante de posicionamentos generalizados de que a personalidade era formada através da interiorização da cultura (DE LA GARZA, GAYOSSO, & HORÁCIO, 2010).

A partir do desenvolvimento de teorias baseadas na hermenêutica, com forte crítica ao estruturalismo, o tema da subjetividade entrou em evidência no cenário acadêmico. Como forma de combate ao estruturalismo, ganhou destaque e se alastrou a defesa de que a identidade é constituída de modo fragmentado e não vinculada ao mundo do trabalho, com base em pressupostos do que se convencionou denominar “pós-modernidade”, ou seja, uma nova fase em que a razão, característica marcante da modernidade, não seria mais aceita como fator explicativo à dinâmica social. Nesse caso, passou-se a haver uma maior ênfase a aspectos subjetivos como a linguagem, numa defesa de que a realidade é construída pelo sujeito, pela linguagem, e não algo dado sem interferência deste. Como exemplo, constata-se a diversidade de estudos baseados nas teorias de Análise do Discurso.

No entanto, por mais que as perspectivas ditas “pós-modernas” teçam críticas à noção de que a identidade seja formada principalmente com base na classe social, tais posicionamentos focam apenas na questão da intersubjetividade, opondo-se à necessária consideração das estruturas. Portanto, o posicionamento pós-moderno também não tem robustez argumentativa para explicar como se dá o processo de formação identitária (DE LA GARZA, GAYOSSO, & HORÁCIO, 2010).

Diferentemente do enfoque individualista, o foco na subjetividade tem se mostrado importante pela sua capacidade de servir como mediação entre estruturas e ações. Considerar a subjetividade não é dar atenção apenas ao que aparece no interior dos sujeitos, mas na construção de significados, a qual envolve a relação com as diferentes modalidades de estruturas, tais como a cultura, a economia, a política, bem como com as práticas sociais. Ademais, o modo como as estruturas contribuem à formação de significados pode envolver

valores morais, éticos, estéticos, emotivos etc. Assim, os sujeitos são construídos em função do contexto concreto no qual está inserido, envolvendo estruturas objetivas, subjetivas interações e ações sociais (DE LA GARZA, GAYOSSO, & HORÁRIO, 2010).

Além da agência individual, e mesmo coletiva, existem condicionamentos concretos que influenciam as possibilidades e, portanto, a identidade (DE LA GARZA, GAYOSSO, & HORÁCIO, 2010). Aqui, tomando como referência o Configuracionismo Latino-americano, considera-se que a identidade é formada tanto por aspectos objetivos e concretos, quanto por elementos simbólicos, dentre os quais assumem relevância os sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua realidade, bem como a relação intersubjetiva estabelecida nos vínculos em que estão inseridos.

Semelhantemente, Ciampa (2001) defende que o processo de formação da identidade, realizado através de constantes metamorfoses, envolve aspectos tanto subjetivos quanto objetivos, em que, neste último caso, destacam-se os constrangimentos histórico-sociais. No âmbito de tais constrangimentos, segundo Dubar (2005), há o envolvimento ativo da linguagem. Ou seja, não existe identidade *a priori*, nem a identidade é uma essência, pois sua formação depende das interações sociais em que o indivíduo está inserido. A identidade não é dada no início da vida e, como uma essência, segue o indivíduo durante toda sua trajetória. Mas, é a partir das múltiplas socializações, em diferentes fases da vida, que a identidade do eu é formada, no âmbito de intensas e variadas interações sociais, em que o/a outro/a exerce significativa influência.

A identidade, por ser eminentemente social, é mais bem compreendida a partir dos laços sociais em que o indivíduo está inserido, pois são através desses que os indivíduos expressam os desdobramentos de suas múltiplas possibilidades de ser. Nas interações sociais os indivíduos se relacionam mutuamente apresentando sua totalidade, por mais que cada relação específica demande papéis também específicos. As identidades, a partir dessas interferências mútuas, ao mesmo tempo em que são influenciadas pelas estruturas sociais também exercem reações sobre as mesmas, podendo conservá-las ou transformá-las (CIAMPA, 2001).

O processo identitário enquanto construção social se constitui através da interação dos sujeitos com o meio em que estão inseridos, incluindo aspectos simbólicos e concretos, sem determinismos unilaterais. “A identidade, como concreto, está sempre se concretizando” (CIAMPA, 2001, p. 198). Consoante Dubet (1989, p.536),

> a identidade social não está dada, nem é unidimensional, mas resulta do trabalho de um ator que administra e organiza as diversas dimensões de sua experiência social e

> de suas identificações. O ator social é o que reúne os diversos níveis da identidade de maneira que se produza uma imagem subjetivamente unificada de si mesma[147].

É a realidade socialmente compartilhada que dá sentido aos acontecimentos e, desse modo, o indivíduo vai moldando a sua identidade (CIAMPA, 2001). No caso dos sujeitos aqui analisados, a experiência compartilhada de pobreza é um ingrediente importante que constrói o sentido de ser trabalhador/a e cria uma narrativa para compreender e interpretar as atividades que realizam, ao ponto de considerá-las um trabalho ou um não-trabalho. Por isso que a análise das pessoas em situação de rua, enquanto agentes trabalhadores, levou em consideração tanto o seu trabalho si, com suas manifestações precárias expressas em diferentes dimensões, quanto a percepção que tais trabalhadores/as têm de si e de suas atividades, através da maneira como constroem sua identidade em torno do trabalho.

Uma das teorias da identidade que vem adquirindo notoriedade nos últimos tempos é a que defende a "fragmentação" da identidade/dos indivíduos/da vida, cujo protagonismo teórico é remetido a autores como Bauman e Sennet. São essas teorias, inclusive, que embasam muitas perspectivas que defendem o fim da centralidade do trabalho, por considerar que, diante dessa fragmentação, não é mais possível que a identidade seja constituída a partir do mundo do trabalho, conforme a discussão apresentada ao final deste capítulo (DE LA GARZA & GAYOSSO, S/D; DE LA GARZA, 2009, 2016; DE LA GARZA, GAYOSSO & HORÁCIO, 2010; DE LA GARZA et al., 2008a, 2011d).

Ao considerar a identidade como algo fragmentado, é como se o indivíduo tivesse diferentes identidades, a depender de qual de suas inserções seja tomada como referência. Nesse caso, não existe uma coesão no modo de ser do indivíduo, uma integração. Porém, por mais que cada lugar enseje uma maneira diferente de ser, existe uma relação entre as diferentes dimensões originadas da especificidade de cada forma.

A identidade vai se construindo e se afirmando de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido, através do confronto com outras identidades e com os limites socioestruturais que se depara constantemente, num processo que pode envolver rupturas, mudanças e continuidades, através de oposições e reconhecimentos. Esse processo abrange diferentes ambientes, dentre os quais se destaca o laboral, quer seja de maneira estável quer instável, com ou sem carteira de trabalho assinada, pois a identidade construída através do trabalho não está vinculada apenas à modalidade de trabalho formal, assim como nem apenas

[147] "La identidad social no está ni dada, ni es unidimensional, sino que resulta del trabajo de un actor que administra y organiza las diversas dimensiones de su experiencia social y de sus identificaciones. El actor social es el que reúne los diversos niveles de la identidad de manera que se produzca una imagen subjetivamente unificada de sí misma".

à informal. Embora esta tese defenda que o trabalho é importante para a formação de identidade, individual e coletiva, reconhece que o indivíduo se constitui enquanto tal mediante outras dimensões, conforme já constatado por De la Garza (2009) e Dubar (2005).

As identidades não são formadas apenas a partir de perspectivas particularistas, mas também com o vínculo social de modo geral. Segundo De la Garza, (2009), na perspectiva para-pós-moderna, como a de Beck, a constituição da identidade é verificada apenas em âmbito individual, sem haver a formação de um ser social, ou seja, de uma formação identitária na qual o indivíduo se reconheça enquanto integrante de uma coletividade, pois, em sua concepção, as mudanças recentes trazidas pela pós-modernidade não têm mais a capacidade de promover uma coesão. Sennet (2005) também é um dos que defendem que as condições atuais têm gerado a fragmentação de identidades.

Não é foco desta tese analisar a relação da identidade coletiva das pessoas em situação de rua com o modo como se organizam coletivamente em torno do trabalho. Apenas, enquanto dado relacionado a este aspecto, apresenta-se que através da pesquisa de campo constatou-se que o grupo investigado não fazia parte de alguma organização coletiva relacionada ao seu trabalho. Salienta-se que, conforme já destacada, a organização coletiva das pessoas em situação de rua em Recife ainda é incipiente.

Ao analisar a relação entre o processo de trabalho e a formação identitária, muitas questões são levantadas, cada qual com maneiras peculiares de se manifestarem no concreto e, portanto, com potenciais analíticos diversos. Qual a relação entre o sentido do trabalho e o processo de trabalho? Em que medida o sentir-se ou não se sentir trabalhador/a influencia no processo de trabalho? De que maneira os aspectos subjetivos interferem na relação do/a trabalhador/a com seu trabalho? É possível que alguém não se sinta trabalhador/a e ainda assim trabalhe? Mais ainda, é possível que alguém não se sinta trabalhador/a, mas trabalhe e não considere que sua atividade seja um trabalho? Como todas as questões impactam no processo de trabalho? É necessário pontuar que uma dimensão analítica consiste em investigar como o processo de trabalho influencia na identidade e outra é como a identidade influencia nesse processo. Ainda que separadas didaticamente, considera-se que essas duas dinâmicas são mutuamente influenciáveis.

Com base no exposto acima, considera-se que a formação identitária é influenciada por todos os contextos de inserção do indivíduo, através de processos multidimensionais. Além do espaço laboral, contribuem a esta formação os espaços familiares, amistosos, religiosos, políticos, estudantis, recreativos etc. Para o que aqui interessa, importa saber os principais feixes de relação entre o processo de trabalho e a formação da identidade.

A partir da análise configuracional das subjetividades implicadas na formação identitária das pessoas em situação de rua, através do trabalho, constata-se a predominância da dimensão ética, considerando que existe um padrão moral compartilhado coletivamente de certo e errado, positivo e negativo, de maneira que a concepção moral é construída com base na oposição entre trabalho e trabalhador/a, por um lado, e não-trabalho e não trabalhador/a, por outro. Tais dimensões foram agrupadas em torno de três eixos fundamentais, os quais foram formulados pelas pessoas em situação de rua a partir de sua vivência no mundo do trabalho e em seu contexto mais amplo: o modo como essas pessoas atribuem significado às categorias "trabalho" e "trabalhador/a"; a maneira como se veem enquanto trabalhadores/as ou não-trabalhadores/as; a análise de suas atividades como estando mais próximas ou mais distantes do que consideram que seja um trabalho. Assim, esses eixos são analisados com base em duas categorias principais: oposição e ambiguidade.

7.2 Formação identitária através da oposição

Os significados consistem em atributos condensados a respeito de uma dada realidade, que pode ser material e/ou simbólica. A operacionalização para produzir um significado decorre da imbricação e influência mútua entre processos mentais e sociais, sem a menor possibilidade de ocorrer em apenas alguma dessas esferas. De acordo com Ciampa (2001), a interação entre os seres humanos se dá a partir da cocriação de sentidos à realidade, a qual é compartilhada. Portanto, os significados são construídos e reforçados coletivamente, mesmo quando há um processo contra-hegemônico para instituir um novo significado a respeito de algo.

A categoria "trabalhador/a" compõe o imaginário de diferentes indivíduos e culturas, afetando diferentes gerações, pois o trabalho é um ingrediente chave no processo de transformações sociais. O/a trabalhador/a, por sua vez, tende a considerar a si mesmo/a, e aos/às demais em condições semelhantes, de modo positivo, demonstrando orgulho, como se estivesse cumprindo uma exigência social. Por outro lado, essa mesma categoria tem um significado considerado negativo, geralmente atrelado a dispêndio de energia física e mental com o objetivo de adquirir recursos financeiros para a sobrevivência. Segundo Zaluar (2000, p.145), ao passo que a ética do trabalho é "fonte de satisfação material e moral do trabalhador", existe um conflito entre essa ética "e a concepção negativa do trabalho que o associa à escravidão". Trata-se do duplo aspecto do trabalho já problematizado por Marx (2009), concreto no primeiro caso e abstrato no segundo.

No âmbito dessa concepção moral do trabalho, as pessoas em situação de rua tendem a se afirmarem enquanto trabalhadores/as a partir da oposição com outros/as que não o são. Ao serem requisitados/as para explicarem sua percepção do termo "pessoa trabalhadora", as pessoas em situação de rua mesclaram a percepção referente a um/a trabalhador/a genérico/a com a sua própria realidade, partindo da premissa de que são trabalhadores/as e de que as atividades que realizam são um trabalho. Atribuíram as mesmas características tanto para quem está em situação de rua quanto para as demais pessoas no geral, considerando que todas deveriam se esforçar para conseguir desempenhar algumas atividades rentáveis. "Eu acho assim, que, eu num sei não, num posso dizer nada porque eu num sei da vida de ninguém. Mas, eu acho assim, que cada um tem que fazer alguma coisa, né?!" (Laura).

Os diversos estudos sobre identidade (ZALUAR, 2000; COELHO JÚNIOR & FIGUEIREDO, 2004; MAHEIRIE, 2002; DUBAR, 2005) nos mostram que o processo de subjetivação ocorre por mecanismos psicossociais, em que o indivíduo constrói sua identidade a partir do reconhecimento do/a outro/a e da maneira como interpreta que esse/a outra o/a o analisa. Esse processo ocorre tanto pela identificação com o/a outro/a como pela oposição a este/a. Em ambos os casos, o/a outro/a é tomado/a como referência, quer seja para aceitá-lo/a, quer seja para negá-lo/a.

Essas dinâmicas de aceitação e negação podem, e geralmente o são, ocorrer simultaneamente. É assim que as pessoas em situação de rua se afirmam enquanto trabalhadoras, através de um processo de oposição a outras pessoas que também compartilham semelhantes condições de pobreza às suas e, no entanto, estão distantes do universo laboral.

Por um lado, o termo "trabalhador/a" é definido pela negação de seu oposto que é representado por expressões pejorativas, como "vagabundo/a", "bandido/a", "desonesto/a", "preguiçoso/a", "parasita", "drogado/a", um caleidoscópio de termos estigmatizados empregados para denominar alguém que, na concepção dos/as entrevistados/as, deseja o ganho fácil e que prefere desfrutar de prazeres, a exemplo do vício em drogas. São os/as "outros/as." Ao/à trabalhador/a, por outro lado, atribui-se a coragem e a inclinação para o exercício de tarefas duras como características principais, através de categorias como "lutador/a", "batalhador/a", "guerreiro/a", "pessoa valorizada". Esses/as outros/as foram agrupados/as em torno de duas categorias principais: preguiçoso/a e criminoso/a. Neste último caso, o roubo foi destacado, através do adjetivo "ladrão/ladra".

Semelhantemente, Zaluar (2000) constatou que os /as entrevistados/as de sua pesquisa identificavam-se com a categoria trabalhador/a através de uma oposição à categoria "bandido/a". Para ela,

> toda identidade social constrói-se opondo-se a outras num caleidoscópio de identificações que ficam longe da idéia de identidade como algo igual a si mesmo, uno, completo e definitivo. A identidade de trabalhador, que é parte de um caleidoscópio de inúmeros arranjos possíveis, tem inúmeras refrações em torno de uma característica central (ZALUAR, 2000, p.87).

Tal como Zaluar (2000) e Telles (2001) identificaram para os/as pobres de modo geral, aqui também se identificou uma ética presente na conduta das pessoas em situação de rua que as fazem buscar o trabalho honesto para se diferenciarem dos indivíduos adjetivados negativamente e considerados marginais, num processo de constante reafirmação, para si mesmas e para os/as demais, enquanto trabalhadoras. Segundo Romanelli (1993, p.11 *apud* LAGO, 1994, p. 37), "a condição de trabalhador estabelece fronteiras sociais e simbólicas entre o mundo do trabalho e o dos ociosos".

Trata-se de uma atitude baseada numa concepção moral de que o sustento e a sobrevivência, de si e de sua família, devem ser garantidos através do trabalho. Este invólucro moral também contribui para o processo de ingresso e permanência na situação de rua, pois, em busca de emprego, indivíduos se deslocam entre cidades e, perante o fracasso de seus objetivos e a consequente frustração, ingressam e/ou permanecem nas ruas para evitar a vergonha e a desonra em se apresentar à família sem trabalho e numa situação considerada pelo grupo em que estão inseridos como um fracasso. Ou seja, por não contribuir com a obrigação moral de sustentar a família, a rua se apresenta com uma alternativa para o escape dessa vergonha que é estar na casa da família sem condições financeiras para contribuir com o sustento da mesma.

Durante o grupo focal, após as pessoas em situação de rua serem questionadas se se consideravam como trabalhadoras, seguiu-se o seguinte diálogo:

> Rita: A maioria. Mas têm uns que Deus me perdoe, viu!. Que até pra buscar uma água pra beber depende das pessoa.
> Patrícia: Ah, é?
> Rita: Né não, Alexandre?
> Rita: Têm muitos trabalhador na rua, mas têm uns né
> Botelho: [É preguiçoso
> Rita: Fica esperando], num quer pegar um sorvete, num quer pegar, [uma água
> Botelho: Parasita], é parasita. Só quer, só quer vem a nós, a vosso reino nada.
> Porfiro: É parasita.
> Botelho: É parasita.
> Alexandre: A vida de rua né assim não. Né todo mundo que sabe viver não. A rua é uma escola pra quem, pra quem num sabe ler e nem escrever. Tem que saber viver. Porque se você for mexer no que é dos outro [...].

Quando são questionadas se se veem como pessoas trabalhadoras, há uma forte tendência para associarem a percepção que têm de si com o significado do que acreditam ser uma pessoa trabalhadora, conforme se verifica no trecho a seguir do grupo focal.

> Jerônimo: A gente trabalha, trabalha, muito. Faz de tudo pra sobreviver. Porque a gente depende de nós mesmos.
> Alguém: Éé.
> Jerônimo: Se a gente não se mexer, a gente num consegue nada. Tem que correr prum lado, correr pro outro.
> Alguém: Verdade.
> Jerônimo: Fazer qualquer coisa pra poder seguir a vida.
> Alguém: É mermo.
> Rita: E acordar cedo.
> Jerônimo: Se você ficar parado, você num ganha nada na vida.
> Alguém: Num consegue nada.
> Jerônimo: Você num consegue nada, você vai morrer é de fome.
> Alguém: A gente acorda bem cedo.
> Alguém: Desenrolar.
> Jerônimo: Tem que correr muito, procurar qualquer coisa pra fazer, pra poder tomar uma cachaça, pra poder fumar um cigarro, poder comer uma comida. Se você num conseguir o dinheiro, você tem que pedir. Se num pedir, num consegue nada.
> Porfiro: [Claro que sim!
> Alexandre: Eu me considero], trabalhador. Trabalhador demais!

Assim, o ato de sentir-se trabalhador/a está associado à proatividade para execução de tarefas, conforme exemplificou Alexandre: "graças a Deus. Não tenho medo de, de, de, de trabalhar não". Ao considerarem que o mundo do trabalho requer coragem, uma pessoa trabalhadora foi definida como sendo destemida, intrépida.

> Alexandre: É que ele num tem medo de nada!
> Rita: Dorme de meia noite e acorda de cinco!
> Alexandre: Carrega uma brita, faz um cimento, sobe em cima de um prédio, se for possível-
> Porfiro: Se for por isso, ele bebe mijo e come merda. Num tem [medo de serviço.

Essa ausência de medo, atrelada à preparação imediata para enfrentar situações que exigem esforços e grande dispêndio de tempo, foi associada ao ato de encarar a precariedade na qualidade de vida como algo inevitável ou bastante difícil de superar e, além do mais, que deve ser estimulada para que o indivíduo não se afaste da identificação com a categoria "trabalhador/a". "Uma pessoa trabalhadora, meu amor, é uma pessoa que num fica parada, parasita num canto, se acorda esperto. Depois que você toma um banho, aquela água gelada, frIa não, se amostrando, que a gente acorda muito cedo" (Rita).

O trabalho é visto enquanto tal quando está associado ao dispêndio de energia física, "porque é suado. Tudo que derrama suor é trabalho. Se você num suar então você num trabalhou" (Jerônimo). Este "suor" pode ser entendido tanto em sua acepção material, referente à expulsão de fluidos, contendo sais minerais, pelo corpo durante o exercício de atividades que demandam grande dispêndio de energia, quanto em sentido figurado para fazer

menção à necessidade de empreendimento de grandes esforços para realização de um determinado trabalho. Este é o "saber viver" referido acima por Alexandre.

Nesse processo de reflexão identitária, a disposição constante para fazer diferentes tipos de trabalho, através de esforço, dedicação, arduidade e perseverança, consiste numa característica principal do significado do termo "pessoa trabalhadora". "Significa uma pessoa que se alevanta de manhã ceedo, quee trabaalha, pra ter o seu pãozinho, de cada diia. Só que o governo não reconheceu ainda. Porque não existe emprego, mas trabalho tem. É só procurar". (Bertoleza). "Uma pessoa trabalhadora é uma pessoa que batalha na vida, né? No caso, né? Que batalha, que não precisa nada, pedir nada a ninguém." (Agostinho).

Ou seja, apresentaram uma versão de "pessoa trabalhadora" cujo imaginário e reconhecimento de pertença a esta identidade é formado por um *processo moral de oposição*, numa dinâmica em que a "disposição" é defendida empedernidamente como um polo oposto à "preguiça", ao descanso e ao relaxamento.

Ao ouvirem o termo "pessoa trabalhadora", uma das primeiras expressões ecoadas pelos/as entrevistados/as foi: "oxe, é osso!" (Alexandre - GF). Ou seja, metaforicamente, o trabalho é um osso, duro de roer e que exige dentes fortes para ser mastigado. Uma pessoa trabalhadora, por sua vez, precisa ter disposição para enfrentar essa realidade, cotidianamente.

> Porque assim, muitos não trabalham porque num quer, né?! Tem disposição, tem saúde, mas num quer ir à guerra. Fica sentado esperando. Do céu só cai água, meu amor! E a bênção de Deus. Só que Jesus dá disposição ao homem. Ele fez o homem com disposição. Só que muita gente num acredita nele e fica ali, parasita. Eu me amo por isso. (Rita).

Essa perspectiva também é notada quando se referem ao pouco tempo que têm para dormir, como na fala de Rita apresentada acima e na que segue. "5h da manhã, quatro e pouca, já tem um nego de oi assim (refere-se ao olho aberto). Aí acorda um, acorda todo mundo" (Rita). Diferentemente, as pessoas consideradas preguiçosas foram identificadas a partir do hábito de dormir muito. Portanto, os/as trabalhadores/as em situação de rua sabem da necessidade de acordarem cedo para garantirem seu sustento. "Aí começa os trabalho, né?! Porque na rua aparece sempre um biquinho, pra gente fazer, né?!" (Rita).

Nesse sentido, o não trabalhar é visto como um desvio negativo do padrão normal e associado a posturas reprováveis. "Eu penso que a pessoa num trabalha porque é um cara preguiçoso e quer se escorar no outro" (Alexandre). "Parisita! Preguiçoso! Preguiçoso" (Porfiro). "Agora têm uns parasita que é parasita mermo, que num quer trabalhar" (Moisés). "Eu penso que são preguiçoso" (Ana). "Preguiçoso!" (Jerônimo).

> Libório: (...) E aqui carroça é o seguinte: cada um tem que fazer os corres. Esperar um aqui, num ganha dinheiro se num quiser, né!?

> Alguém: É.
> Libório: Se ficou parado assim aqui ninguém num ganha dinheiro não.
> Alexandre: Porque Boa Viagem é o lugar pra [...]
> Libório: Aí vem pro lugar mais bom que tem, é Boa Viagem. (...)
> Alexandre: Só num ganha dinheiro é o preguiçoso.
> Libório: Só os preguiçoso que num ganha dinheiro, né?! Parasita, fica paralisado.
> Alguém: Tem que se mexer.
> (...)
> Libório: Aqui tem que se mexer!]
> Patrícia: Tu puxa muita carroça?
> Libório: Eu mermo, hoje eu puxei três carroça hoje. Duas pra aqui, [duas, uma lá pro Acaiaca, né?
> Domingos: Eu sou ajudante dele. Vai eu e ele].
> Patrícia: Tu é ajudante [dele?
> Libório: Éé]

Com base no autoreconhecimento de seu esforço, as pessoas em situação de rua demonstraram acreditar que, de modo geral, os/as demais percebem positivamente as atividades que realizam e as consideram como um trabalho. “Acham legal demais” (Alexandre). “É bom” (Bertoleza). “Todo mundo dá valor a gente. Acha bonito, né?! (...) A maioria. Tanto eu como outras pessoa. Os menino que vende amendoim, os menino que vende castanha, os menino que vende, como é?” (Rita). Acreditam, igualmente, que sociedade as vê como trabalhadoras. Essa percepção positiva esteve relacionada a dois aspectos principais, em que o primeiro se refere ao grande esforço empreendido por essas pessoas. “Vêê! Vê. Vê porque euu, uma pessoa que se acorda cedo, né?, bota carroça. Pra eles são trabalhadoras” (Bertoleza). Dos/as dez entrevistados/as que foram diretamente questionados/as sobre essa questão, oito (Agostinho, Rita, Jerônimo, Porfiro, Bertoleza, Alexandre, Gilberto, Laura) e todos/as do grupo focal se posicionaram desse modo. Os outros dois (Bruno e Ana) não relacionaram essa percepção aos seus esforços. Dos demais, oito (Firmo, Josenildo, Piedade, Leandro, Fernando, Moisés, Lucas, Romão) não foram diretamente questionados sobre o que pensavam a respeito da percepção das demais pessoas sobre seu trabalho e um (Samuel) não trabalhava.

As pessoas em situação de rua entrevistadas afirmaram acreditar que um dos indícios que denotam o quanto os indivíduos avaliam positivamente seu trabalho é o fato de constantemente receberem doações, geralmente dinheiro e alimentos como almoço, enquanto executam suas atividades, sob a justificativa de que são merecedores/as por estarem trabalhando, por serem vistos/as como trabalhadores/as, “batalhadores/as”.

> Chama a gente de batalhadeira. (...) “É uma batalhadeira”. Muitos aí diz. Dá o dinheiro sem comprar água às vezes, porque diz assim: "venha cá". Dá uma quentinha. "Moço! Bota uma quentinha pra ela aí!" Aí eu dou valor ao que eu faço, né?! Eu ganho as coisa só com o gosto, porque a turma tá vendo que eu tô no sol quente suada.” (...) Muitos valorizam. Valorizam. (Rita).

> As pessoas, eles dá valor e têm orgulho, porque vê que a pessoa tá batalhano. (...) Trabalhador!] Ficar no sol, tá puxano a carroça, tá com a mão cheia de calo, aí as pessoa dão valor. É por isso quee, a gente, de vez em quando tem gente que a gente nem pede, aí chega assim e: "toma aí pra ajudar vocês!" "Toma 10 conto, vai!" "Toma o dinheiro do almoço!" "Toma o dinheiro do café!" Sem a gente pediir! O pessoal ajuda porque vê a gente suano. "Tá na rua, mas num tá robano. Tá batalhano" (Jerônimo).

Este trecho da entrevista de Jerônimo demonstra falas costumeiramente ouvidas por essas pessoas em sua jornada de trabalho. Observa-se que a sociedade, representada principalmente pelos/as barraqueiros/as, as pessoas que lhes fazem doações durante sua jornada de trabalho e demais atores/atrizes com quem convivem diretamente, ao ver essas pessoas trabalhando, tende a se inclinar para ajudá-las, como se identificasse nelas graus de merecimento advindos de seu esforço, num contexto em que o discurso da meritocracia está presente na maioria das relações sociais, por mais que na realidade haja práticas contrárias como nepotismo, clientelismo e outras também injustas.

Por ser muitas vezes considerado um ato passivo e indicador de ausência de disposição para o exercício de tarefas árduas, o pedir consiste em outra dimensão que também foi apresentada (por Agostinho, Fernando e Bertoleza) como ato oposto ao significado de "pessoa trabalhadora", por ser o trabalho considerado algo moralmente positivo e que deve ser realizado por todos/as que estejam em situação de rua. O pedir foi associado à mendicância, ao ficar "pedindo de porta em porta" (Agostinho). "A oposição trabalho/mendicância configura-se quando, a partir do trabalho, dicotomiza-se os indivíduos em 'vagabundos' e 'não-vagabundos'" (STOFFELS, 1977, p.174, grifo da autora).

Nesse sentido, identificou-se o rechaço de algumas dessas pessoas à prática dos pares em lhe pedirem dinheiro, comida ou coisas semelhantes, considerada expressão da "preguiça". Tal postura é oriunda da premissa de que o esforço de quem trabalha não deve ser empenhado para beneficiar quem não se esforça para realizar algum trabalho. A fala a seguir denota este aspecto.

> Vê, quando eu chego, muitas pessoa, eu chego, né?! Trabalho, quando eu chego cansado, conheço muitas pessoa: "ei boy, vem cá!" "O que foi?" "Me arruma uma pipoca aí, uma água!" Eu: "eu ralo o dia todinho pra te dar uma pipoca?" Sabe por que eu num dou? Porque, muitas pessoa, num tem o pensamento que eu e o cara tem não. Aí vai, tá na rua, né?! Em vez de fazer o que? "Pow, vou trabalhar!" Mas não. Quer pedir, pegar o dinheiro e usar droga. Só quer pedir, pedir, pedir, aquele dinheiro vai pra onde? Cola, droga, crack, peda. E aí? E o lucro do cara fica aonde, se o cara der muito? (Fernando).

Ademais, foi constatada reprovação no comportamento da mendicância sob a justificativa de que é uma atividade que, a partir da renda adquirida, não traz compensação.

> Ahh, porque a rua é cansativa! Você, já pensou você passar o dia todinho sentada, pedindo ermola? Eu já pedi. Só ganha 10, 20 real por dia! Aí você tá ali sentaado, cansa a língua, de tanto pedir, aí tem que beber água, às vei tá andando. Num tempo mermo de chuva tem que andar. Porque todo mundo abre as loja, aí num tem onde se deitar, pra descansar. Aí tem que tá andando. Aí quando é de meio dia pega o rango, é 10 conto, vai se embora a metade do dia. Eu não, pedia pra noiar! Às vei eu comia, sabe! Às vei eu comia, mas... (Bertoleza).

Por outro lado, o pedir também foi apresentado (Josenildo, Rita, Jerônimo, Porfiro, Alexandre, Gilberto, Lucas e todos do grupo focal) como prática complementar ao trabalho, principalmente em situações extremas em que precisam evitar a fome, sem haver contradição entre essas duas ações. Também foi identificado no caso de Samuel, que não trabalhava. Mesmo os/as que disseram não pedir ativamente, externaram que costumam receber doações, a exemplo das "comunidades" (Piedade, Bruno, Moisés, Ana, Laura, inclusive Agostinho que contrapôs essa prática ao trabalho). Romão e Leandro não mencionaram esta questão.

Como variação do ato de pedir, que também contribui para fomentar o processo de ambiguidade em relação ao trabalho, identificou-se o termo "encharcador[148]". "Aqui eu sobrevivo através de meu trabalho aqui, que é encharcador tá entendendo? Que eu falo "isso aqui é o encharcador"" (Lucas). Ele poderia dizer que trabalha com a venda de pulseiras, mas considerá-las como "encharcador" é atribuir-lhe a função de servir como meio/instrumento para conseguir dinheiro das pessoas, tanto pela venda em si quanto pelo recebimento de alguma ajuda por parte de quem não pode e/ou não tem interesse na compra. Ou seja, trata-se de uma atividade que é, ao mesmo tempo, trabalho e "encharcador". Ele considerou como "encharcador" porque apelava, "encharcava", utilizando como estratégia principal a comoção, mais do que a relação mercantil de compra e venda.

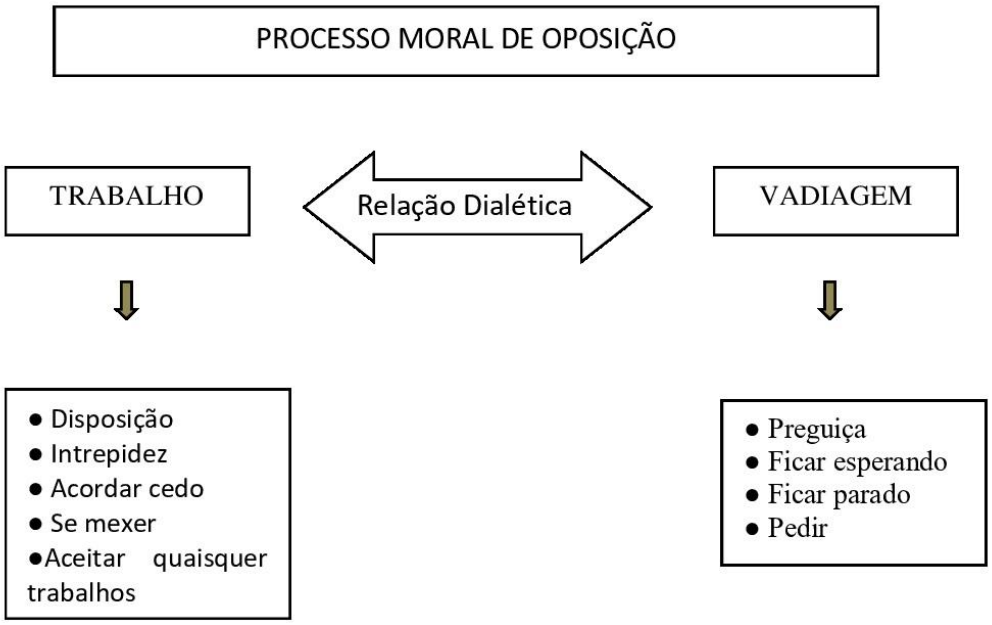
> É uma sobrevivência de eu ganhar minhas moeda. Através disso aqui que eu ganho minhas moeda (...) Chego na educação, no povo. Quando o povo num tem o dinheiro pra comprar a pulseira na minha mão, me abençoa. O que eles puder me ajudar, né?! (...) Quando eles num têm, eles me dão uma moedinha (Lucas).

É na mescla entre trabalhar e "encharcar" que ele também disse: "Eu consideero. Eu considero um trabalho, porque é o jeito da gente, né?! Da gente viver." (Lucas).

No que se refere ao *processo moral de oposição,* esta primeira parte constatou que o trabalho, o trabalhar e o/a trabalhador/a são categorias definidas pela relação dialética entre trabalho e preguiça, conforme representado na figura a seguir:

[148] Encharcar é uma gíria que se refere ao ato de conseguir coisas por meio de pedidos.

Figura nº 3: Processo Moral de Oposição - Vadiagem



Fonte: Elaboração própria

Enquanto oposição à categoria "vagabundo", o termo "trabalhador" é utilizado "para indicar o valor moral superior da pessoa assim referida. "'Ele é trabalhador'" é uma afirmação sempre feita com o respeito de quem fala e que busca o respeito dos demais" (ZALUAR, 2000, p.88, grifo da autora).

Considerando o contexto a partir de seus elementos político, econômico, cultural, social, religioso, histórico etc, tem-se um conceito compartilhado do que seja o trabalho e do sentido que o mesmo tem para as pessoas, dinâmica que possibilita compreender o lugar ocupado pelo trabalho na realidade das pessoas em situação de rua e, mais amplamente, na sociedade como um todo. É a partir desse processo que é construída a representação de quem trabalha e de quem não trabalha e, consequentemente, o conceito de trabalho é reafirmado, reforçado e modificado através das práticas cotidianas, mais ou menos conscientes.

Desse modo, como o trabalho foi associado à dignidade e envolto por uma capa moral de positividade, em consonância com o pensamento comum predominante em nossa sociedade, o ato de não trabalhar foi encarado com, no mínimo, suspeita, e, em geral, como um comportamento reprovado e que não deveria ser estimulado. "Conheço, várias que num trabalha, só quer viver na rua, num quer nem pegar um balde de água. (...). Éé. vivem na rua, que num gostam de trabalhar." (Ana).

Ao analisar os aspectos sócio-históricos do Brasil, constata-se que neste país, desde os primórdios, existe uma cultura forte de valorização do trabalho como uma das dimensões da

vida mais próximas da dignidade. No entanto, esta valorização é direcionada a um público específico, os/as pobres, os/as quais são constantemente estimulados/as a trabalharem, por mais que vivessem apartados da quase totalidade da riqueza produzida, ganhando o mínimo para sua produção. Isso em se tratando de trabalho livre, porque na escravidão os/as trabalhadores/as, por serem destituídos/as da condição de igualdade aos outros seres humanos, trabalhavam como se fossem máquinas pertencentes aos/às seus/suas donos/as. A legislação brasileira, inclusive, reforçou essa associação do trabalho à vadiagem, ao estabelecer um marco legal[149] para punir quem se encontrava em situação de "vadiagem", a despeito de um contexto de pós-abolição em que, segundo Fernandes (1978), havia poucas oportunidades laborais para os/as escravos/as.

Perante esses aspectos, identificou-se a atribuição da característica honestidade ao significado da categoria "trabalhador/a", bem como às atividades que realizam, por quase todos/as os/as entrevistados/as incluindo os/as do grupo focal, à exceção de Piedade, Romão, Samuel, Leandro e Moisés. Desse modo, um indivíduo trabalhador é uma "pessoa honesta", "quem tem coragem de trabalhar" (Alexandre).

> Pra mim, significa assim, uma pessoa assim, uma pessoa honesta, uma pessoa que gosta de trabalhar, uma pessoa que num é preguiçoso. Ocupar sua mente, entendeu? Eu num olho pra minha dificuldade, minha dor, vou me embora, enfim, faço meu trabalho na maior honestidade, alegre, sorrindo, contente. É, é. Como se eu tivesse um emprego de, assim, numa firma, numa casa de família. (Ana).

A honestidade, característica prontamente identificada ao/à trabalhador/a, foi apontada como uma oposição ao crime, considerando que o trabalho está no polo oposto, como sendo moralmente positivo. Trabalhar "significa, assim, uma honra, né, tipo uma honra de trabalho, né?! É um ramo, né?! É um ramo pra num tá mexendo com coisa errada" (Lucas). "Tudo honestamente, honestamEnte!" (Porfiro – GF). Na maioria das vezes, conforme Telles (2001) já havia constatado, o/a pobre é visto/a e vê-se a si mesmo/a como cidadão/ã quando se reconhece como trabalhador/a, numa clara oposição ao/à criminoso/a.

No âmbito dessa criminalidade, destacaram-se o roubo, o furto e o tráfico, com maior destaque para o primeiro, mencionado por Josenildo, Rita, Jerônimo, Bruno, Porfiro, Alexandre, Gilberto, Fernando, Moisés, Lucas, Ana, Laura e os/as do grupo focal. Pessoa trabalhadora "significa honestidade. Todos que trabalham são honesto. O camarada que num é

[149] Trata-se do decreto-lei 3.688 de 1941, em cujo artigo 59 diz ser proibido "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita" (BRASIL, 1941). "Apenas em 2012, foi aprovado um projeto na Câmara dos Deputados para revogar este artigo. Porém, como ainda não foi aprovado no Congresso Nacional, até o momento este artigo vige, embora seja apreciado como inconstitucional pelos juristas e em grande desuso, sobremodo depois da constituição de 1988" (SILVA, 2015, pp. 33-34).

honesto ele num trabalha, ele rouba" (Jerônimo). "É um monte de ladrão ou traficante. Tá corrido da, da, da políicia." (Alexandre). O ato de roubar, como oposição à inclinação ao trabalho, foi apontado como uma característica das pessoas que não trabalham. "Num tem coragem de trabalhar. Tem coragem de roubar. E num tem coragem de trabalhar" (Porfiro). Bruno, tomando como exemplo sua experiência pessoal, ratificou que o indivíduo que não trabalha está envolvido com o crime. "Tristeza, né?! Que nem muito eu pensava nisso também. Eu só fazia fazer besteira, roubar, roubar, roubar, roubar. Roubar pra eu me, me, como é? Se manter no vício da droga" (Bruno).

> Num é mui]to que tem pensamento que eu tenho não. Tem muito que já quer baratinar, só porque num tem pai, num tem mãe. "Oxe, vou roubar!" "Quer isso aqui, fazendo o que, boy?" "Roubando!" "Por que tu roubasse?" "Porque eu num tenho pai, num tenho mãe, porque eu tô morrendo de fome. É por isso que eu roubei." Num existe isso. Porque se o cara for roubar o celular, chega uma pessoal, um policial e diz: "ei, boy, por que tu roubasse?" "Não, eu roubei porque eu tava com fome. Aí eu tive que roubar pra sustentar, meu alimento. Tinha vergonha de pedir, fui roubar." Aí o policial vai fazer o que? "Por que você num, ia ali, pedia? Por que você num ia ali, trabalhava, em vez de ficar roubando? É ou num é?" Aí é isso. (Fernando).

Esta honestidade foi relacionada ao recebimento de consideração por parte de atores/atrizes que fornecem oportunidade de trabalho e/ou outros benefícios a essas pessoas em situação de rua, a exemplo dos/as barraqueiros/as de Boa Viagem e outros/as comerciantes, também no centro do Recife, cujo ponto de trabalho é localizado nas proximidades por onde circulam essas pessoas, situação considerada qualitativamente melhor do que mesmo o dinheiro, porque é ela que possibilita o recebimento de ajudas como alimento ou até um trabalho no futuro.

Atrelado à honestidade, o elemento "respeito" também foi agregado, por Bruno, Alexandre e Porfiro, ao significado da pessoa trabalhadora, ao se pontuar que esta é respeitada pelo seu esforço laboral: "honesta, trabalhador, todo mundo respeita, uma pessoa que é respeitada, trabalha. "Tá trabalhando!" "Saiu daquela vida, tá trabalhando!" Aí sim" (Bruno).

No processo de associação do trabalho com a honestidade, há uma ênfase em valorizar o trabalho pela sua característica aceitável, como se esta fosse a mais positiva, diante de tantos outros aspectos negativos, como o grande esforço e a curta renda. É como se o trabalho fosse positivo por estar ao lado da dignidade, enquanto que o roubar, assim como a preguiça, é reprovado e inaceitável, por mais que este ato possa gerar maiores benefícios econômicos imediatos.

Por isso, ao passo que reconhecem que estes trabalhos são mais inseguros, assistemáticos e geradores de renda reduzida do que os formais e sistemáticos, normalmente

representados pela Carteira de Trabalho assinada, asseguraram que é melhor realizar estas atividades do que se envolver com práticas consideradas reprovadas/imorais/ilícitas, como o roubo. “Quando a pessoa, daqui na beira da praia, aí fala: ‘Alexandre, vai ali, pega uma carroça minha ali!’ ‘Vai pegar uma cerveja!’ ‘Vai pegar um gelo’. Mas, aí, num é um emprego. Isso daí, mais meior a pessoa falar, assim, ‘eu vou pegar!’, de que a pessoa roubar o que é dos outro. É muito ruim demais. A polícia ficar atrás do cara”. (Alexandre). Mais uma vez, ratifica: “e sempre a gente num pega nada de ninguém, pra gente sobreviver, né?” (Alexandre).

Uma das argumentações, apresentada por Firmo, em defesa da aproximação ao trabalho e distanciamento do crime, com base no caráter honesto do primeiro, é que o ato de trabalhar é uma tarefa fácil. “É fácil. Num mexer no que é dos outro. Ee, andar honesto.” (Firmo). Ele se referiu à sua atividade de reciclagem, salientando que, mesmo com a violência nas ruas, a situação de rua é tida como fácil quando o indivíduo se propõe a trabalhar e a ficar distante de práticas desonestas e criminosas.

Por esta alocação moral do trabalho no polo extremo em relação ao crime, as pessoas em situação de rua acreditam que seu trabalho também é visto como algo positivo pelas demais pessoas. Portanto, este é o segundo aspecto relacionado à percepção positiva das demais pessoas sobre seu trabalho, mencionado por Agostinho, Brunoe Alexandre. “Pensa assim, né véi! Por exemplo (...), a gente trabalha, né?! (...) Eles pensam o que? "Não, tá trabalhando e tal! Num tá roubando o que é de ninguém, num tá fazendo nenhuma besteira, pronto!"” (Bruno). Como Brunoestivera envolvido em práticas de criminalidade, disse que é apenas na atualidade que as pessoas o veem como trabalhador: “agora sim. Me vê como trabalhador.”

Mesmo defendendo que a alternativa do trabalho se apresenta como a mais viável e aceita, alguns/mas (Piedade, Leandro, Fernando, Moisés, Roberta, Laura e os/as do grupo focal) admitiram que haja pessoas em situação de rua que, dentre as opções que lhes são oferecidas, inclinam-se a práticas criminosas.

> Mas né todas pessoas que mora na rua que trabalha não, né? Têm uns que é um ratinho, que chama, um ladrãozinho, né não? Uns nu dar uma força pra você puxar um, pra empurrar um, uma carroça. Só quer viver "venha a nós". Aí só quer pegar no, no que é dos outros. E a gente aqui não. Né todos eles da rua que é certo não. (Alexandre – GF).

“Veja só, a maioria, é, gosta de trabalhar. E outras gosta sabe de que? De caçar as pessoa, éé, quando as pessoas tá no melhor do sono, acordar e roubar a pessoa, no caso. Entendeu?” (Botelho, GF).

Já pressupondo que o afastamento do trabalho conduz a tais práticas, há advertências do tipo: “se num trabalha, num roube. (...) Procurar fazer qualquer coisa.” (Porfiro). É como se, além do distanciamento do mundo do trabalho ser reprovado, as pessoas em situação de rua, a despeito de sua circunstância, devessem se esforçar para mostrarem que trabalham e não ficam no ócio, nem praticando crimes.

> Eu acho que num é certo, devia trabalhar, né?! Devia fazer alguma coisa na vida, pra pelo menos mostrar, né, às pessoas, que tá na rua, mas tá se vivendo de alguma coisa. Aí aqueles que num trabalham pensam o que? Ah, num trabalha, num trabalha, quando for de noite tá roubando, porque de dia tem dinheiro pra comer, né?! De noite vai fazer a ação deles. (Roberta).

Considerando que a pobreza já é estigmatizada na sociedade e associada à violência, ao crime e à desordem, existe um consenso entre os/as pobres de que devem se esforçar para aparentar aspectos relacionados à positividade, como honestidade, limpeza e disposição para o trabalho (TELLES, 2001). Nesse caso, como as pessoas em situação de rua já são ainda mais estigmatizadas por exporem publicamente as dificuldades mais cruas da pobreza, a exemplo da dificuldade para garantir a limpeza, resta-lhes o empenho para *provarem* que são honestas e, portanto, trabalham. Nesse caso, o trabalho figura-se como o distintivo da moralidade e da aceitação, num contexto em que a rejeição e a discriminação são práticas correntes.

Embora com a ressalva de que o desemprego está alto e que os empregos formais estão escassos e difíceis de conseguir, argumentaram que nas ruas não falta ofertas de trabalhos, por mais que estas sejam precárias, de maneira que as pessoas em situação de rua não trabalham por escolha. “Porque num quer. Porque tudo tem pra fazer. Seja lá o que for, tem pra fazer, sem ser roubar, sem ser usar droga, sem ser essas coisa. Mas tem gente que num sai do lugar. Num quer se amar.” (Rita). “Só num tem] chance pra quem realmente num quer nada com a vida. Mas quem quer alguma coisa com a vida, ói, sempre aparece uma oportunidade” (Josenildo). Firmo, Romão, Leandro, Lucas não trataram deste assunto.

Dentro desse universo em que o trabalho foi apresentado como fator importante nas interações sociais e que, portanto, deveria ser realizado por todos/as, algumas exceções foram apresentadas. “Porque, se for casada, depender no marido, só do marido, aí tá certo, aí, eu num digo assim, né, trabalha em casa, tem o marido, tem condição. Mas, se num tiver condição, assim, eu acho assim quee, tem que trabalhar, fazer alguma coisa, foora” (Laura). Em seu posicionamento, é justificável que uma mulher não trabalhe fora de casa se, seguindo a lógica machista e patriarcal de posições determinadas para homens e mulheres, ela cumpra bem seu papel como “dona de casa”. Ainda assim, é necessário fazer os serviços domésticos, ou seja, trabalhar.

Além desse caso, concebe-se que pode ser liberado/a do trabalho quem for deficiente e/ou idoso/a. “Se não for, se não for velhinho, se for jovem... Se for deficiente ainda vá lá, viu!? Mas se for, bom das duas pernas, de toda parte do corpo, e num trabalha, é preguiçoso.” (Gilberto). Excetuando-se as condições de deficiência e velhice, o indivíduo que não trabalha é geralmente associado à práticas ilícitas, como explicou Jerônimo: “se num for deficiente é porque gosta de pegar fácil, ou roubar ou traficar.”

Também houve o reconhecimento de que há casos em que as pessoas não trabalham por falta de oportunidade. “Porque muita gente tá nessa porque nunca terminou o estudo” (Samuel). Caso não seja a falta de oportunidade, a explicação recai na preguiça. “Ou é porque não tem. Que às veis eu não trabalhava. Era porque eu não tinha oportunidade. E às veis é porque são preguiçosa mermo” (Bertoleza).

Ao reconhecerem que algumas pessoas em situação de rua agem de modo diferente do seu, defendem que o caminho do trabalho se apresenta como uma das alternativas mais aceitas e, além de reprovarem a vida sem trabalho, apontaram algumas possibilidades para mudar essa circunstância, a partir da premissa de que há diferentes modalidades de trabalho que podem ser realizados no ambiente das ruas.

> Trabalho num falta não. Lava caarro, frete, éé, negociar, agora, esse negócio agora de negociar tá aberto pra todo mundo. Vender pipoca, nos ônibus, nas parada de ônibus, mineral, esse, éé́é, Cremosinho, né? Pronto. Essas, essas abertura de Cremosinho por aí, só é chegar lá, falar com o rapaz e pronto. Sai pra vender, quando chega, chega com o dinheiro. O que ganhar, eles lá, é, divide lá. Paga à pessoa e fica com o dele. Entendeu? É assim que eles fazem. (Laura).

Portanto, tendem a exortar às demais pessoas em situação de rua com quem convivem a buscarem um trabalho ao invés de inserirem-se na prática do roubo.

> Eu digo assim: "ói, vocês num peguem nada de ninguém não. Ói, o que você ganhar com a latinha, uma garrafa, tudo, ali você vai ganhar seu pão, vai comprar seu cigarro, seja lá o que for que você queira. [...] (...) Junte latinha, juntando quando você pensar que não você tem o dinheiro do seu pão, o dinheiro do seu ganho do seu almoço e do seu cigarro". Que hoje em dia a maioria fuma, né? (...) Então vá juntar latinha, porque num faz vergonha não. Num faz vergonha. Vergonha faz você apanhar da polícia, ser desmoralizado na frente de todo mundo e depois ir pro COTEL e aí? E você trabalhando, em garrafa e latinha, tudo é dinheiro". (Roberta)[150].

Também surgiu alternativa laboral para quem não está em situação de rua e vive numa casa. “Não, essas pessoas que têm casa que num trabalha devia arrumar alguma coisa, pra

[150] Em complemento à sua argumentação moral, Roberta tomou como exemplo a realidade de pessoas, conhecidas suas, que estavam em situação de rua e eram usuárias de droga e que, ao decidirem trabalhar como catadoras de latas recicláveis, saíram dessas duas condições e atualmente continuam trabalhando, mas numa modalidade que ela considera melhor.

trabalhar, botar alguma coisa pra eles. Se tiverem uma casa, se tiver um, assim, um pontozinho que dá pra botar uma barraquinha, vender uma pipoca, um bombom.” (Roberta).

Para os/as entrevistados/as, todas as pessoas deveriam trabalhar, ser definidas pelo termo “pessoa trabalhadora”, o que denota que esse grupo de pessoas em situação de rua acredita que o trabalho é uma categoria central tanto como uma forma de conseguir renda quanto como uma maneira de socialização. Ou seja, espera-se que o trabalho faça parte da vida de todas as pessoas. Sobre as pessoas que não trabalham, os/as entrevistados/as se posicionaram com posturas tais como: “aí é difícil, porque todo mundo tem que trabalhar” (Laura).

Ao passo que afirmam a existência de tarefas variadas que podem ser executadas em troca de dinheiro, explicitam que o trabalho deve ser um objetivo primordial para as pessoas em geral, incluindo as que estão em situação de rua, através de uma postura que reconhece a centralidade do trabalho. “É, tem que ter disposição. Muita gente num tem. Você vai ficar só olhando o sol nascer e apagar, é?” (Rita).

Por mais que haja um intento significativo em deixar explícito que existem limites demarcados entre o/a “trabalhador/a” e o/a “criminoso/a”, a realidade também revela que tais fronteiras podem ser borradas. “Mermo que trabalha, aqueles que faz as atividades dele, faz a merma coisa [referindo-se à prática de roubo]. Faz a merma coisa! É só, ei, ele, ele, visar, visar a condição do seu bolso, já mete, vai lá ee mexe mermo” (Botelho – GF). Ou seja, não necessariamente há uma oposição entre “trabalhador/a” e “criminoso/a”. Ao contrário, é possível que uma identidade seja constituída por essas duas categorias, que nem são contraditórias nem excludentes. Esse mesmo aspecto também foi verificado por Zaluar (2000) ao constatar a complexidade e a ambiguidade entre os/as ditos/as “bandidos/as” e os/as “trabalhadores/as”.

Semelhantemente, os dados revelam que não há uma oposição do uso de drogas (lícitas e ilícitas) ao ato de trabalhar, como se a seriedade dependesse necessariamente da sobriedade. “Mas eu só trabalho bebendo” (Porfiro). “Tem muita gente que pra sustentar seu vício tem que trabalhar, né?” (Fernando). Embora admitam o envolvimento com práticas consideradas reprovadas pela maioria da sociedade, ainda assim acreditam que são vistas como trabalhadores/as. “Do mesmo jeito que as pessoas me, é, me, me, me vê como cachaceiro, me vê como trabalhador, é. "É cachaceiro, mas é trabalhador!" "Cachaceiro, mas é trabalhador!" (Porfiro). Por outro lado, também foi identificado nas fala dos/as

entrevistados/as que há casos em que as pessoas se envolvem demasiadamente com as drogas, ao ponto de não terem coragem para realizar outras atividades[151].

A autopercepção de um indivíduo também é composta pelo modo que ele percebe como é reconhecido pelo/a outro/a. Segundo Ciampa (2001), os seres humanos tendem a se ver como possuidores de características que são atribuídas por outros/as. Nesse processo, importa mais a maneira como o indivíduo percebe, e todos os processos subjetivos que elabora em decorrência desse ato, do que a percepção, de fato, do/a outro/a. É a partir do modo como o indivíduo se observa no mundo, em todas as suas interações sociais e reflexões mentais, que são traçadas suas ações, consciente ou inconscientemente.

É nas relações com os/as outros/as que os indivíduos recebem identificações e, a partir de seu repertório formado ao longo de sua trajetória, decide se endossa ou recusa tais identificações. A forma como o indivíduo identifica-se e se reconhece enquanto ser único na sociedade depende da maneira que consegue articular as possibilidades de identidade que recusou, somando-se às que aceitou e às características que herdou, em conexão íntima com a dinâmica de (não)reconhecimento por parte de instituições legítimas e pelos sujeitos com quem interage (DUBAR, 2005).

Dessa maneira, a construção da identidade é a resultante do modo como os sujeitos se afirmam a si mesmos e de como interpretam que são qualificados pelos demais sujeitos, numa dinâmica caracterizada pela mudança permanente, o que decorre da plasticidade e não rigidez da identidade. O processo de construção identitária dessas pessoas através do trabalho é realizado tanto pela sua autopercepção quanto pela aceitação e rejeição da sociedade a respeito das atividades que realizam. Ou seja, a identidade não consiste numa marca essencial do sujeito, nem num atributo que lhe é intrínseco e imutável. Analisar como as pessoas em situação de rua percebem a maneira que os/as demais veem o seu trabalho, além do modo como definem suas atividades laborais e sua condição enquanto trabalhadoras, é fundamental para melhor compreender como se inserem no processo de seus trabalhos e como se percebem no universo do mundo do trabalho.

7.3 Formação identitária através da ambiguidade

Além da categoria **oposição**, debatida na seção anterior, este estudo identificou que a identidade das pessoas em situação de rua também é formada pela ambiguidade, em que, dado

[151] Sobre o uso de drogas por pessoas em situação de rua, consultar RUI, MARTINEZ & FELTRAN (2016).

sua situação de extrema precariedade de vida e de trabalho, em alguns momentos oscilavam entre considerarem-se trabalhadoras e não trabalhadoras, bem como avaliar suas atividades realizadas como trabalho ou não trabalho. “A constituição da identidade tem a marca da ambigüidade, da síntese inacabada de contrários, daquilo que é individual e coletivo, daquilo que é próprio e alheio, daquilo que é igual e diferente, sendo semelhante a uma linha que aponta ora para um pólo, ora para outro” (MAHEIRIE, 2002, p.41).

É fundamental refletir sobre por que ocorre a ambiguidade e os principais elementos que influem nessa autopercepção de si enquanto trabalhadores/as e de suas atividades como um trabalho. Nesse sentido, constatou-se que a ambiguidade é uma característica intimamente vinculada ao processo de trabalho aqui analisado, no que se refere ao fato da precariedade ser uma característica inseparável deste, a qual tem o poder de, ao menos por um instante, fazê-los/as duvidar de sua identidade de trabalhador/a.

A oscilação entre considerar e não considerar suas atividades como um trabalho está diretamente relacionada à precariedade de suas atividades, a qual, expressa na jornada, no vínculo, no rendimento e na instabilidade, também foi identificada como um elemento ocasionador de ambiguidade na formação da identidade laboral das pessoas em situação de rua, por impactar na autopercepção dessas pessoas e, algumas circunstâncias, fazer com que elas nem se considerem trabalhadores/as.

No caso de Rita, ao ser questionada diretamente se se sentia uma trabalhadora, respondeu que sim. Mas, no decorrer da entrevista, expressou essa dubiedade. Em um dado momento, perguntei se ela trabalhava sozinha ou na companhia de alguém, ao que prontamente ela me respondeu: “Trabalho em que, mulê?” Só depois de lhe citar suas atividades laborais foi que ela respondeu ao meu questionamento, confirmando que se sentia uma trabalhadora, conforme dissera. Alexandre, ao ser questionado se se sentia um trabalhador, respondeu: “me sinto, sem trabalho, sem a pessoa me dá uma chance, eu acho que eu me sinto muito triste demais. Só olhando pros outros e olhando comida e a, e a pessoa sem dinheiro no bolso.” (Alexandre).

Esta situação também foi contraposta ao vínculo formal. “Importante que é teja trabalhando de carteira assi-, fichada, carteira assinada” (Alexandre). Ao ser questionado se já ficou sem trabalhar, respondeu que estava nesta situação naquele momento porque considerou o que fazia como um “bico” e não um trabalho.

> Patrícia: Você já ficou sem trabalhar alguma vez?
> Alexandre: Já. Estou sem trabalhar.
> Patrícia: Então o que você faz não é um trabalho?
> Alexandre: Não. É um bico.

Telles (2001) também identificou que muitos/as trabalhadores/as na modalidade informal não se reconhecem enquanto trabalhadores/as, mas como realizadores/as de atividades como “bicos” e “viração”.

No entanto, nos demais encontros, Alexandre esforçou-se bastante para demonstrar que tanto ele quanto as demais pessoas com quem convivia eram trabalhadoras e desempenhavam diferentes atividades durante todo o dia. O fato de haja um reconhecimento das atividades desempenhadas como um trabalho não impede o desejo por um trabalho mais sistemático e, de preferência, formal.

> Eu me sinto trabalhadora, eu me sinto. Eu gosto de trabalhar, eu gosto, eu queria que Deus me abençoasse, que ele já me abençoa, né, ele Deus, esse problema da minha perna. E me desse um emprego, que eu sou doente das mão, eu num posso pegar muitas coisa pesada, mas eu ainda faço uma faxina ainda. Dáá (Roberta).

Como na maioria das vezes os trabalhos que essas pessoas executam são precários, elas já encaram que uma das características principais de uma pessoa trabalhadora é a humildade, reconhecendo a necessidade de ter que executar trabalhos nem sempre satisfatórios e ainda modelarem sua personalidade para se aparentarem como uma pessoa “legal” (Gilberto). É, sobretudo, esta precariedade que condiciona as pessoas em situação de rua a acreditarem que se faz necessário adjetivar seus trabalhos mediante categorias complementares, denotando que o termo “trabalho”, sozinho, seria insuficiente para nominar suas atividades.

Nesse sentido, estes trabalhos são caraterizados por adjetivos que denotam simplicidade. “É um trabalho humilde” (Porfiro – GF). Porfiro, depois de ter afirmado que considerava suas atividades de montagem de bar como trabalho, foi questionado sobre o porquê e prontamente respondeu: “porque é trabalho, trabalho humilde. Igual, trabalhar com reciclagem. É outro trabalho humilde”. Ele também considerou as demais atividades que realiza como um trabalho. Consideram-se trabalhadores/as, mas segundo uma perspectiva em que seus trabalhos são humildes. Não basta dizer que o que fazem é um trabalho, pois é preciso adjetivá-lo: “trabalho humilde”.

A dubiedade presente na formação identitária a partir das modalidades de trabalho aqui analisadas também se deve à discriminação e ao menosprezo a que são submetidas. “"Por que você num vai arrumar um emprego de carteira assinada?" Eu disse: "tô me sentindo bem aqui!"” (Rita). Por mais que essas pessoas se esforcem para se diferenciarem de categorias negativas relacionadas à criminalidade e à vadiagem, reconhecem que existe uma dinâmica na sociedade que tende a atribuir características pejorativas às pessoas que executam as tarefas mais rejeitadas na sociedade, tais como as atividades que fazem. Ladrão/ladra é uma dessas

características. Por serem trabalhos vistos como qualitativamente inferiores, as pessoas que os executam estão sujeitas à discriminação e humilhação. “Num sei, acham bonito meu trabalho. Outros já ficam criticando, chamam de lixeira, num sei o que.” (Roberta). Esse mesmo aspecto foi identificado no estudo de Salvitti et al (1999), em relação à discriminação sofrida pelos camelôs.

Por isso, as pessoas em situação de rua advertem que essa prática não é bem-vinda e deve ser rechaçada, tomando como justificativa a oposição moral entre trabalho e criminalidade.

> Caçar reciclagem, quem discrimina é uma pessoa burra. (...) Quem discrimina, a pessoa cantando latinha, muita gente discrimina, discrimina. Mas tudo um trabalho humilde. Feio é roubar. O feio é roubar. Roubar que é feio. Até caçar papelão, até ajuntar papelão é um trabalho humilde, trabalho humilde. (Porfiro – GF).

Ao mesmo tempo em que a precariedade incita a ambiguidade entre ser e não ser trabalhador/a, concluíram que, ainda que as atividades realizadas sejam precárias, é melhor realizar tais tarefas do que praticar atos ilícitos como o roubo, tal como no estudo de Zaluar (2000), que concluiu que “os que se negam a buscar “dinheiro fácil” ou a “botar arma na cintura” trabalham” (ZALUAR, 2000, p. 87, grifos da autora).

Como a realidade de trabalho, para essas pessoas, está presente em sua vida desde a infância, o pertencimento à identidade trabalhadora é sentido desde cedo, como é o caso de Agostinho que enfatizou sentir-se trabalhador desde que nascera.

É através do *processo moral de oposição* que as pessoas em situação de rua se aproximam da identidade trabalhadora, através da qual demonstram orgulho por não pertencer a categorias moralmente inferiores e estigmatizadas na sociedade. “Rapaz, eu me sinto feliz! Sabe por que eu me sinto feliz em fazer isso? É que, eu num [...] meu pegado, por causa que ficaa, atrás de droga, e, maconha…” (Alexandre). Aqui, há uma clara oposição entre o trabalho e as drogas, sendo o primeiro colocado numa posição positiva e as segundas associadas a comportamentos inadequados.

Esse processo também foi identificado na comparação com uma vivência anterior. No exemplo de Bruno, ele opôs sua vida do momento a uma pregressa em que estivera envolvido em práticas criminosas.

> Me sinto um trabalhador. Agora eu me sinto um trabalhador! Porque Deus me tirou dessa vida de fazer coisa errada. (...). Trabalho! A gente tá... Eu sai dessa vida, que eu fazia muita besteira. Mas, eu me sinto melhor assim, bem, mais aliviado, vou dormir tranquilo, num vou dormir pensando naquele negócio que eu fazia. Éé, besteira. Eu num go-, num gosto de falar pra outra pessoa não, mas, besteira. Aí eu vou dormir sossegado, num pensando nada, esses negócios, nada. (Bruno).

Mais à frente, ao ser questionado de forma específica como se sente ao transportar as carroças, Bruno respondeu: “eu me sinto como um trabalhador”. Essa é uma conclusão a que chega mesmo considerando precárias as atividades que realiza, numa circunstância denominada por ele de “xingação”. Semelhantemente, ao ser questionada sobre como se sente em seu trabalho, Bertoleza respondeu: “Uma pessoa, assim, trabalhadeera, booom, no trabaalho. Eu gosto. Pena que não é todo dia.” (Bertoleza).

Ao considerar o significado do trabalho e do/a trabalhador/a como um exercício de honestidade e distanciado de categorias estigmatizadas, há modalidades de trabalho que, além da precariedade, estão envoltas em uma capa moral ainda mais densa, o que produz um abalo mais forte sobre a identidade laboral dessas pessoas. Por essas atividades estarem envolvidas em aspectos morais de cariz negativo, não provocam consenso sobre seu caráter honesto ou errado, nem mesmo se se consiste em um trabalho, motivo pelo qual são menosprezadas e discriminadas. Nesse sentido, a prostituição foi problematizada por alguns/mas entrevistados/as (Bertoleza, Laura e Gilberto). Bertoleza, por exemplo, desconsiderando todo o tempo em que trabalhou na prostituição, avaliou que suas atividades na peixaria e nas faxinas foram seu primeiro trabalho e, por isso, uma experiência positiva. “Eu gostei porque foi o meu primeiro trabalho. Eu nunca tinha trabalhado, pra ter o meu dinheiro honestamente”. Trata-se de uma postura que denota desassociação entre o ato de se prostituir e o trabalho, e, se houver, não é sob o prisma da honestidade. Considerando a relação entre trabalho e moralidade, constata-se que este não deve macular o senso moral da sociedade. A prostituição, por sua vez, quebra essa regra da moralidade.

Laura e Gilberto consideraram suas práticas de prostituição como um trabalho, conquanto sob uma postura não automática, inclusive atrelando-as ao lazer. Ao serem questionados/as sobre as atividades realizadas para conseguir renda, a prostituição não foi revelada de modo tranquilo, muito menos no início da entrevista.

“De vez em quando, pronto, eu faço programa, de vez em quando…” (Laura). Esse “pronto” é um indicativo de que é justamente nesse momento que alguém assume uma condição que estava tentando esconder, no caso dela, sua condição de prostituta. Ela legitimou esta atividade dizendo que é apenas para conseguir dinheiro. “Eu quero o dinheiro dele! Eu quero lá saber! Vou pra cama com ele, vou pro chão, vou pra onde ele quiser. Me deito onde ele quiser, transo aonde ele quiser, pronto! E ninguém manda na gente, a gente faz o que a gente quiser!” E disse se sentir feliz e agradecida por esta oportunidade de obter uma renda. “É um tipo de ganhar pão, né?! (...) a gente tem vez que tá lisa e éé bom, Deus manda, a pessoa lucra e pronto. De-Deus é quem manda” (Laura). Ao mencionar que é Deus quem

manda, é como se ela quisesse justificar que não busca a prostituição por iniciativa própria, isentando-se dessa responsabilidade, mas que recebe os clientes por uma divindade como alternativa para satisfazer suas necessidades e garantir sua sobrevivência.

No caso de Gilberto, quando ele estava falando que contratava o serviço de prostitutas como um cliente, disse que "quando é um franguinho, ele tem que me pagar (risos) (...) Eu num vou mentir, eu sou doido (risos) (...) Só num quero andar roubando, nem matando, nem estuprando (risos). Deus me livre!".

Em sua postura ambígua entre considerar e não considerar a prostituição como um trabalho, defendeu que se trata de uma atividade que não deveria ser realizada por outras pessoas por não ser importante e que, inclusive, depois que faz se arrepende, porque não poderia se relacionar sexualmente com outro homem. E que, portanto, não sente prazer na prática desta atividade. Porém, disse depois:

> **Gilberto:** Na merma hora eu considero, sabe por quê?
> **Patrícia:** Hum?
> **Gilberto:** Num tem filme?
> **Patrícia:** Filme?
> **Gilberto:** Sim?
> **Patrícia:** Sim.
> **Gilberto:** DVD de filme de sexo?
> **Patrícia:** Tem.
> **Gilberto:** E então? Ali é um trabalho!

Logo em seguida, ele disse que é um trabalho porque os atores e as atrizes estão ricos/as "só gravando, filmando". Ou seja, ele se vale de algo já legitimado na sociedade, que são os filmes pornográficos, para justificar que sua atividade é um trabalho, desconsiderando toda a exploração que gira em torno da indústria do sexo.

Tanto em Gilberto quanto em Laura, o discurso oscilou entre considerar a prostituição como lazer e como trabalho, assim como entre uma atividade moralmente reprovável e como um trabalho digno, em consonância com a visão que têm da perspectiva das demais pessoas. Assim, tendem a considerar que uma pessoa que trabalha na prostituição "fica mal vista, assim, um pouquinho" (Laura). A gravidade aumenta se a prostituição for realizada com alguém do mesmo sexo, como é o caso de Gilberto, que demonstrou preocupação pelas pessoas pensarem que ele é homossexual, como se a homossexualidade fosse um problema.

Ainda assim, consideraram a possibilidade das demais pessoas a verem como trabalhadoras por esta atividade. "Me vê (...) Apesar que eu sou um pouco falha, eu gosto de, de arrumar, assim, de vez em quando, aparece uma pessoa assiim, eu tenho meu dinheiro por fora, né?!" Laura recorre ao termo "falha" para explicar que também trabalha como prostituta.

Quando as demais atividades foram comparadas à prostituição, argumentaram que esta era um complemento à renda, não reconhecendo que se tratava de "um trabalho oficial" (Gilberto), por mais que o tempo dispendido fosse semelhante ou superior a estas.

Embora a prostituição seja moralmente inaceitável e vista como uma prática incorreta, ainda assim não foi considerada no mesmo patamar que a criminalidade, a exemplo do roubo, e, ao contrário, está mais próxima do outro polo, o trabalho. "Agora, a gente num pode entrar em termos graves, matar, roubar, essas coisa né comigo não." (Laura)[152].

O reconhecimento da precariedade laboral também se deu a partir da comparação das atividades que realizavam com uma profissão, sendo estas associadas à precariedade e esta última a um trabalho desejado, de modo que esta dinâmica também consiste num elemento que contribuiu para a presença da ambiguidade na formação identitária das pessoas em situação de rua. "A gente leva muita xingação aqui" (Bruno). Essa fala refere-se às condições não adequadas para exercer seu trabalho, a exemplo da sujeira no local de armazenamento das carroças, dos maus tratos por parte de barraqueiros/as e do não pagamento sistemático e imediato pelas carroças transportadas.

O carregamento de carroças, enquanto etapa fundamental para a organização de uma estrutura que oferece serviços na praia de Boa Viagem, é uma atividade que gera valor, contribuindo ao lucro tanto de barraqueiros/as quanto de grandes empresas de cervejas, refrigerantes e outras relacionadas às bebidas e comidas oferecidas nesse espaço. Mas, para Bruno, esta atividade é tão aviltante que nem pode ser considerada trabalho. Inclusive, ao comparar os serviços que faz na praia com o trabalho como pedreiro, conclui que

> puxar carroça num é como um trabalho, é como dizer assim, né, trabalha assim só pra se manter, assim, pega um dinheiro vai tomar cachaça, pra comer, entendeu? Agora trabalho mermo eu trabalho como trabalho de pedreiro. Aí eu ganho um dinheirinho bom, melhor, né?! Assentar uma cerââmica, fazer um negócio de eletricidade, fazer um reboquinho assim, uma alvenaria, subir uma alvenaria, pronto, só. É um dinheirinho. (Bruno).

Diferentemente do trabalho com as carroças, a atividade de pedreiro, além de ser tida como um trabalho, é considerada uma profissão.

> Pedreiro é um trabalho profissão, né?! É uma profissão, é uma profissão que a pessoa tem, né?! Assim, eu nunca estudei como pedreiro, sabe?! Mas eu trabalho porque aprendi com meu irmão e meu primo, que é pedreiro. Tenho dois primo que é pedreiro, meu irmão é empeleitero [Empreiteiro - refere-se ao contrato por empreitada], ele contrata o pedreiro. Aí eu sempre trabalhei com ele, sempre fiquei observando o serviço de pedreiro e até hoje eu aprendi, sei fazer. (Bruno).

[152] Para um debate sobre a relação entre prostituição e trabalho, consultar Rodrigues (2008), Tirado (2011).

No entanto, posteriormente, quando ele está falando de seu pertencimento identitário à categoria "trabalhador", ao novamente ser questionado se se sentia assim pelas atividades de carregamento de carroça, respondeu: "sim. Também, né?"

Tanto o significado do termo "pessoa trabalhadora" quanto o (não)sentir-se trabalhador/a estão associados ao conceito de profissão, o qual se refere a uma função exercida socialmente relacionada ao mundo do trabalho, na qual há um conjunto de atividades e procedimentos prescritos. O/a trabalhador/a, ao decidir por uma determinada profissão, necessariamente não pode fugir dos requisitos inerentes a esta. O exercício de uma profissão geralmente está relacionado ao ganho financeiro, um salário, o que não impede que a mesma seja exercida voluntariamente, contanto que suas exigências sejam cumpridas.

Segundo Machado (1995), o campo teórico clássico sobre profissão compartilha a ideia de que a mesma é definida a partir de dois atributos básicos, que se referem a um corpo de conhecimentos e a orientação para um padrão ideal de execução de serviços. "Profissão é uma ocupação cujas obrigações criam e utilizam de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas postulados por um cliente (tanto individual como coletivo)" (MACHADO, 1995, p. 18). Em Dubar (2005), observa-se que a teorização das profissões remonta ao contexto inglês, em que profissão diferencia-se de ocupação, sendo a primeira considerada hierarquicamente superior à segunda, por estar mais associada ao um conjunto de saber legitimado pela universidade. Seguindo essa divisão, a atividade de pedreiro estaria mais próxima da ocupação.

Aqui, a referência à profissão apareceu no sentido negativo, para demarcar o afastamento desse universo, pois embora os/as entrevistados/as tenham se reconhecido como trabalhadores/as, demarcaram o distanciamento do universo profissional, sob os argumentos de que não tiveram oportunidades de estudar nem de se formarem em alguma profissão. O fato de não se reconhecerem como profissionais de algum ofício não os impede de reconhecer que suas atividades se aproximam de alguma profissão.

A profissão "pedreiro", sendo uma das citadas nas entrevistas, merece destaque. Em Recife, no Brasil e em diversos países de modo geral, é comum que muitos homens aprendam atividades relacionadas a essa profissão, sem necessariamente ser um profissional formal, sobretudo pela cultura machista na qual as mulheres pouco têm oportunidades de aprender essas tarefas, sendo mais instruídas a realizarem as tarefas domésticas relacionadas ao cuidado[153]. Nesse sentido, muitos homens trabalham como "ajudantes de pedreiro", por não

[153] Para melhor entendimento do "trabalho de cuidado", consultar Arango (2015) e Guimarães (2016).

saber e/ou não querer responsabilizar-se pela construção de modo geral. Bruno, referindo-se a essa profissão, disse que sabe executar apenas algumas tarefas da mesma. “Eu trabalho como pedreiro assim. Tenho um-, uma profissão. Não uma profissão assiim [...] sei botar uma cerâmica, rebocar uma parede, fazer instalação de energia, tudo eu sei isso aí. Eu aprendi com meu primo e meu irmão. Trabalhar como pedreiro”. (Bruno).

O fato de não terem uma profissão, e estarem cientes dessa circunstância, faz com que considerem as atividades que têm para fazer como uma oportunidade. “Porque é um trabalho humilde, né? E tem gente que num tem profissão nenhuma. De montar um bar (...) todo mundo sabe” (Porfiro). Embora ele próprio tenha dito que aprendera a montar bar com seu ex-cunhado, simplificou esta tarefa para argumentar que se trata de algo possível de ser realizado por qualquer pessoa, para justificar que, mesmo sem profissão, é possível desempenhar diversas outras atividades e adquirir uma renda.

Nesse sentido, os/as trabalhadores/as entrevistados/as se identificaram, antes, como trabalhadores/as, numa categoria genérica, como pessoas dispostas a fazerem as mais diversas atividades em troca de uma renda mínima para garantirem sua sobrevivência. E não necessariamente com alguma profissão.

> Rapaz, sei não, isso aqui né trabalho não, né, bênça, isso aqui é só pra num ficar com a mente vazia, né?! Porque trabalho mermo é, ser um advogado, né? Seer, qualquer coisa assim, né? Que o cara imaginar no futuro, né? Porque isso aí é só pra pessoa ganhar o pão do cara, levar o pão pra casa, pra num ficar sem fazer nada. Porque se a pessoa ficar sem fazer nada aí a pessoa vai querer roubar, né? Aí pra pessoa num fazer isso, a pessoa, é melhor a pessoa trabalhar, né? Se emprego tá difícil? É melhor a pessoa trabalhar assim mermo, honestamente, pipoca, água. Quando aparecer emprego a pessoa já cai pra dentro já. [Abandona isso daí. (Fernando).

No mesmo sentido, Zaluar (2000), em seus estudos, verificou que os pobres/as de Cidade de Deus se identificaram como trabalhadores/as, não como profissionais. Trabalho enquanto atividade criadora e libertadora está presente em um nível reduzido na vida das pessoas entrevistadas. Ao contrário, trata-se, em consonância com o que Yazbek (1999) aferiu em suas investigações, de trabalhos estritamente associados à sobrevivência, que não são resultados de uma escolha profissional nem encarados como uma atividade à qual haja um empenho de dedicação como na construção de uma carreira. “Ainda assim, apesar de desqualificado, monótono, repetitivo e sem criatividade, o trabalho configura-se como uma forma de ser, uma forma de inserção digna na vida social, um caminho para ‘ganhar a vida’, uma identidade social” (YAZBEK, 1999, p. 98, grifos da autora).

De modo geral, observou-se que um ingrediente definidor para que essas pessoas se sentissem trabalhadoras foi a associação de suas atividades ao dispência de energia, através de

um *processo moral de oposição* que opõe sua prática laboral ao termo vadiagem, conforme já discutido anteriormente.

Entre os/as entrevistados/as existe um imaginário do que seja um modelo de trabalho aceitável, geralmente associado ao dispêndio de força física. “Eu me sinto alegre. Que eu eu sei que eu tô trabalhando ali num trabalho suado, apedado mermo. (...) Eu me sinto alegre, que é um serviço pesado mas eu fico alegre quando eu termino” (Gilberto).

> Mas eu sinto orgulhosa do meu trabalho, porque Deus me dá força pra eu trabalhar do que eu gosto, né, que num tenho, num aparece emprego de casa de família. Tem, mas eu num tenho condições de trabalhar. Mas já apareceu. Mas acontece que eu faço o que eu posso fazer, o que tiver no meu alcance. Entendeu? Pra pelo menos eu tô ganhando meu trocado. Num tô parada aqui chupando tempero, espero uma pessoa passar, "já vai um gadinho ali, tal". Aí já vou avançar em cima daquele gadinho! Tomar os pertences do cara! (Roberta).

Esse empenho está relacionado ao foco e à concentração no trabalho que deve ser realizado para que, após ser concluído, o indivíduo possa, simultaneamente, apartar-se da criminalidade e receber uma renda.

> O cara já tá focado no trabalho, tá focado de chegar e "porra, oh lá, o bicho com celular, vou botar!" Nãão! O cara já tá focado o que? "Óia a pipoca, olha a água, aqui, oh." Só, entretido de receber o dinheiro e tal ee, focado naquilo, trabalhando bem, porque isso aí é tipo uma atividade pro cara, pra pessoa que mora na rua, que tem interesse (Fernando).

Inclusive, o uso de medicação psiquiátrica, por causa de seus efeitos em termos de respostas mais lentas, foi apontado, por Bertoleza, como condição para que usuários/as, como ela, sintam-se pouco ou nada trabalhadoras. “Um pouco. Um pouco. Porque quando eu tomo minha medicação eu fico um pouco aérea.” Essa postura foi baseada na concepção de que um/a trabalhador/a deve ser mais ativo/a e produzir de modo mais rápido. “Porque eu sou, quando eu tomo a medicação eu tô preguiçosa, mas num é que eu fique preguiçosa, é o remédio que num deixa, entendeu?” (Bertoleza). Como exemplo, relatou que em seu trabalho de assar peixe era proibida de se medicar, pela patroa, para que o efeito do remédio não prejudicasse a condução do trabalho. Em contrapartida, disse que em seu trabalho na praia sua patroa lhe permitia tomar seus remédios e lhe dava dinheiro para buscá-los no CAPS.

É neste sentido que a aproximação à identidade trabalhadora se baseou na importância conferida ao trabalho como um colaborador ao autossustento. A forma como avaliam o significado do termo “pessoa trabalhadora”, a modalidade dos trabalhos que realizam e o sentimento ao realizarem o seu trabalho são aspectos intimamente relacionados ao grau de importância que conferem ao seu trabalho. Esta importância também foi mencionada quando os/as entrevistados/as refletiram sobre a possibilidade e necessidade de outras pessoas

realizarem sua atividade, concluindo que “com certeza!” (Jerônimo), suas atividades deveriam ser realizadas por outras pessoas.

Todos/as os/as entrevistados/as consideraram o trabalho que fazem como sendo importante. Um dos aspectos principais desta importância está vinculado ao **autossustento**. “Porquee, é daí que eu tiro meu pão de cada dia” (Jerônimo). “Porque é daí que eu tenho meu dinheirinho”. (Bertoleza). “É importante porque, por mais que eu sofra no sol quente, por mais que eu ande, eu sei que eu vou ficar cansada, mas eu tenho o meu total, eu não preciso pedir a ninguém, eu num preciso tá me expondo” (Rita).

A associação das atividades ao ganho de dinheiro é, inclusive, um dos fatores principais que influencia no processo analítico de considerar, ou não, tais atividades como um trabalho. Por contribuir ao autosssustento, trata-se de uma circunstância considerada promotora de maior autonomia, em que o indivíduo não precisa esperar por ajudas alheias.

> Porque é o dinheiro que a gente ganha pra solucionar nossas coisas, uma janta, às vez num passa uma quentinha, num passa uma comunidade. Tem dia que num passa nada, como eu disse, tem semana que num passa nada. Mas você num tá com seu trocadinho ali? Aí você vai e compra. É um trabalho. E dos menino, eles são os trabalhadores da praia (...). Eu me sinto sim. Num espero por ninguém não” (Rita).

Gera-se, portanto, satisfação nas atividades realizadas. “Eu me sinto feliz porque sei que meu dinheiro já tá garantido.” (Jerônimo). “Eu me sinto aliviado. Que eu sei quee, eu vou ganhar um dinheirinho depois que terminar de catar latinha” (Gilberto). “É cansativo, mas é honesto. O dinheiro mais tarde num tem?” (Rita). Em trabalhos moralmente inaceitáveis, como a prostituição, a alegria pelo dinheiro é mesclada com o sentimento de culpa. “A alegria é só pelo dinheiro, mas, depois vem o arrependimento” (Gilberto).

Esse bem-estar, por sua vez, age como um motivador para permanência nas atividades, com significativa influência no processo de trabalho.

> Eu me sinto legal. Sabe por que? Porque quando eu num faço nada eu fico aperreado. E pe, penso muita besteira. E eu com a cabeça ocupada, com alguma coisa, eu num penso nada. Só penso em terminar, eu trabalho tão alegre, pra terminar logo, pra eu ganhar meu trocado. Igual você tá trabalhando, você recebe por mês, aí você tá trabalhando, trabalhando, trabalhando, você doido que chegue aquela-. (Porfiro).

Sob a justificativa de que o trabalho que realizam é importante à manutenção de seu autossustento, a defesa da continuidade da realização manual de suas atividades foi mantida mesmo perante uma possibilidade da execução destas ser facilitada pelo uso de tecnologias, diante da ameaça de perderem seu vínculo laboral e, consequentemente, sua aquisição de renda. Nesse caso, quando confrontado com a alternativa das carroças serem transportadas através de reboque, Bruno reconheceu que esta seria a melhor maneira de transportar o

material à praia, embora tenha demonstrado preferência pela continuidade do transporte manual de carroças para não perder o seu serviço. “Porque se, tivesse reboque aqui aí ninguém ia dar, os barraqueiro num ia deixar a gente levar carroça. E como é que a gente vai ganhar o nosso dinheiro? Se tivesse reboque.” (Bruno).

A despeito do trabalho realizado por essas pessoas ser extremamente precário, com baixíssimas garantias de renda e de continuidade, foi possível identificar aspectos de satisfação no exercício das atividades, bem como espaços para diversão e interação social. Em suma, para esses/as trabalhadores/as, o trabalho, além de ser um importante meio para o atendimento de necessidades morais, também foi considerado um promotor de saúde, bem estar e felicidade.

“É. Até pra minha saúde. Porque quando eu tomo a medicação, que eu tô trabalhando na praia, eu me sinto uma pessoa normal, no meio das outras pessoas. Mas quando eu tomo a medicação no a- no X (nome do CAPS onde fazia atendimento), eu me sinto doente”. (Bertoleza).

“Eu me sinto feliz, é uma anarquia danada, pra lá, "oh Fulano", "oh, Sicrano". [A brincadeira” (Rita).

> Eu me sinto bem, pra mim é uma terapia, sabia?” (...). “Porque é um trabalho honesto, certo, porque as pessoas, olhe, veja só, num tem emprego, mas trabalho tem demais, se você procurar você encontra, todo dia você ter seu dinheirinho na mão, todos os dias, todo dia mermo”. (...). “Porque é importante, eu acho muito boniito, né?! É um trabalho bonito. Um trabalho digno, certo, é um trabalho honesto, pra mim” (Roberta).

Estas pessoas fizeram questão de afirmar que a modalidade de trabalho que realizavam, atrelada ao seu estilo de vida, lhes proporcionava oportunidade para o desfrute do lazer viabilizado pela praia.

> Patrícia: E como vocês se sentem fazendo esse trabalho?
> Alguém: [Feliz.
> Rita: Feliz], que é muita anarquia, na ida, na vinda. Na ida é uma anarquia, voltando é outra anarquia. (risos)
> Porfiro: Nós fica brincando.
> Rita: E a gente faz amizade.
> (...)
> Jerônimo: Esse trabalho que a gente faz, vou dizer a você-
> Rita: É muito engraçado.
> Jerônimo: Além da gente ganhar um trocadinho, tem uma coisa aqui outra ali, a gente se diverte e curte a vida.
> Rita: E faz amizade, viu! Com as pessoas.
> Jerônimo: E o camarada que mora na cobertura de um prédio desse aí num tem o lazer que a gente tem aqui na beira da praia.
> Alguém: Nem tem saúde.
> Jerônimo: Que ele tem medo de descer de lá pra vir pra cá.
> Alguém: Que lazer vei, legal!
> Jerônimo: E a gente tá aqui, ói, curtindo o vento da natureza. O ar-condicionado é o ar livre, só pra nós.

> Porfiro: E anda sem medo. E eles anda com segurança.
> Jerônimo: E a gente faz muita amizade. Então a vida da gente-
> Rita: A gente fica conhecido.
> Jerônimo: A vida da gente, ela é trabalhosa, mas também é muito divertida. E a gente curte, aproveita.
> Rita: E a gente fica conhecido, né Jerônimo? Quando você passa o cara chama.
> Porfiro: E num paga aluguel, num paga energia, num paga nada. Água de coco.
> Jerônimo: E outra coisa, olha aquilo ali, óia pra aí que coisa gostosa.
> Alguém: Lugar legal.
> Jerônimo: E o ricão num tem esse direito
> Porfiro: [...]
> Rita: Diz a ela! Tem dia que a gente faz até luau.
> Patrícia: Luau?
> Rita: Faz. Quando a gente cirma. Luau não, Alexandre, na beira da praia?
> Alexandre: [...]
> Rita: A gente amanhece o dia, compra carne, faz uma churrasqueira.
> Alexandre: Compra carne, faz uma churrasqueira. Passa a noite todinha.
> Rita: Conversando. Quando pensa que não o dia faz, assim, tão bonito o sol nascendo, visse! Né não, Jerônimo, né lindo?

A linha que percorre todas essas questões levantadas, atinentes ao sentimento durante a realização do trabalho, consiste na dignidade, sentimento alusivo ao sentir-se tranquilo e realizado enquanto ser humano, bem como saber que é reconhecido pelos pares nesses mesmos termos. Ao refletir sobre seu trabalho, Moisés disse: “eu tô me sentindo super bem, tô me sentindo digno, porque o trabalho dignifica o homem”. E acrescenta que, pelo fato de proporcionar dignidade, o trabalho e os aspectos que o rondam deveriam ser alvos de maiores investimentos.

> A sociedade, ela deveria ver isso aí, deveria dar trabalho pras pessoas, não criticarem. Porque se existe pessoas de rua, se existe mendigo, é porque a so-, é reflexo do, espelho da sociedade egoísta, certo? Porquee eu acho que existe meio das pessoas, éé, fazer lugares, albergues, pra aquelas pessoas que querem trabalhar ficarem naquele lugar. Trabalham durante o dia e vai descansar naquele lugar. Num custa nada, pras pessoas fazer isso! Mas, infelizmente, as pessoas esquecem dos menores, dos pequenos. (Moisés).

Por outro lado, ao refletirem sobre seu distanciamento do trabalho no passado, apresentaram sentimentos negativos como tristeza e humilhação, diante de limites impostos pela realidade de não terem condições mínimas de promover seu autossustento. Até mesmo para comprar um “picolé”, um “sorvete”, não se tinha “1 real” (Roberta). “Muito mal. Sem trabalhar e com fome!” (Jerônimo). “É muito ruim. Você quereer, tomar um guaraná e num ter dinheiro. (...) A humilhação uma pessoa que tá sem emprego, sem trabalhar. Aí os colega diz: "oh, tá liso!" É mermo! Eu já passei por isso já.” (Gilberto). “Horrível. Por motivo de saúde, eu tive febre reumática. (...) Eu me senti mal”. (Rita). Ela ficou se sentindo dependente das pessoas de sua família, até mesmo para fazer as atividades básicas em casa. Salienta-se que apenas Laura disse que nunca ficou sem trabalhar.

> A privação de trabalho é um sofrimento íntimo, um golpe na auto-estima tanto quanto uma perda de relação com os outros: uma ferida identitária geradora de

> desorganização social. Inversamente, o fato de ser reconhecido em seu trabalho, de travar relações – mesmo conflituosas – com os outros e de poder se empenhar pessoalmente em sua atividade é, ao mesmo tempo, construtor de identidade pessoal e de criatividade social (DUBAR, 2005, p. XXII).

No que se refere ao sentimento de distância do trabalho, por mais que os serviços atuais sejam considerados como alternativas para aquisição de uma renda, é sobre a atualidade que muitos/as refletem, uma vez que vivem sem garantia de conseguir trabalhos diários. “Assim, triste né, porque a gente vai, quer um emprego, a gente quer arrumar um emprego. Um emprego hoje tá difícil. A gente tá numa crise daquele jeito, numa crise. A gente pega um serviço ali, pega um serviço ali, outro ali, outro ali, outro ali, pronto. Já ganha um dinheirinho, né?!” (Bruno).

Apenas um entrevistado, Samuel, não estava trabalhando no momento da realização da entrevista, o qual, ao ser questionado como se sente diante desta situação, respondeu: “Nu!”. Essa conotação, “nu”, foi utilizada para se referir à ausência de recursos para o autossustento. “Eu quero ter uma coisa pra comer agora e num ter. (...) Às vezes] eu boto minha cabeça num, na bolsa e digo: "senhor, será que isso aqui é pra mim?" Às vezes eu fico com nojo de mim mermo, de tá na rua.” (Samuel). Disse que o nojo se refere ao seguinte: “eu tendo uma casa e tá nessa (...) na sarjeta”. O “nu” também foi relacionado à falta de documentação.

A dignidade, associada ao modelo ideal de trabalho, também está relacionada à possibilidade do trabalho proporcionar uma renda que contribua ao autossustento e, ao mesmo tempo, evitar a associação do indivíduo a práticas inseridas no extenso leque da “vadiagem” e da “criminalidade”, dimensões que se expressam na realidade de modo interligado.

Nesse sentido, constata-se que a percepção que um indivíduo desenvolve a respeito de seu trabalho está relacionada às suas atividades em si, à maneira como está envolvido nelas e ao significado que atribuem ao termo “pessoa trabalhadora”, dinâmica que é pressionada pela conexão mutuamente influenciável entre as estruturas e os aspectos simbólicos dos sujeitos, conforme a perspectiva do Configuracionismo latino-americano (DE LA GARZA, 2012b). Assim, a análise que fazem de seus próprios trabalhos consiste em fonte significativa para conferirem sentidos a esse termo e à maneira como se autopercebem.

A partir dos dados levantados na elaboração desta tese, conclui-se que, conquanto as pessoas em situação de rua expressem ambiguidades e dubiedades quanto a perceber as atividades que realizam como um trabalho, bem como reconheçam a dificuldade para conseguir trabalho, mais ainda quando se trata de emprego formal, o fato é que elas se consideram trabalhadoras. “Com certeza” (Jerônimo). “Sou trabalhador, rapaz!” (Alexandre – GF). “Me siinto. Me sinto feliz.” anda). “Eu me sinto sim. Me sinto muito mais! Eu tenho

meu di, di, dia de trabalhar. É porque tá sem emprego, poxa! Tá rim demais de emprego. E eu perdi meu documento, perdi minha carteira, só tenho só aa, a xérox, tá lá na, na minha mãe". (Alexandre). "Nós tudinho aqui, nós come comida do lixo, nós pede ermola, mas somos tudo trabalhador, tudo honesto" (Porfiro – GF). O uso enfático do "mas" indica que, independentemente do que sejam e do que façam, identificam-se com a categoria "trabalhador/a".

Porfiro: Nós faz, nós faz tudo o que for ao nosso alcance. Nós lava carro.

Rita: Cata [latinha.

Igualmente, em relação às atividades laborais que realizavam, todos/as as consideraram, em diferentes momentos e através de diferentes modos, como um trabalho, embora inicialmente alguns/mas tenham dito que não. "Claro" (Agostinho). "Até demais, é o meu trabalho" (Rita). "É, porque todos os trabalhos são dignos, né? Seu suor, e tal, é. Eu considero" (Roberta). Tais atividades, enquanto sinônimo de trabalho, também são nomeadas, devido à sua precariedade, como "óia", "gancho", "pulos", "corres", "bico", "biquinho" ou mesmo "encharcador" etc. Trata-se de termos que remetem a acepções negativas e inferiores numa escala de importância laboral.

Esse reconhecimento de si quanto pessoas em situação de rua trabalhadoras, está atrelado ao entendimento de que a importância de seu trabalho, para além de cooperar ao seu autossustento, contribui ao processo geral de acumulação capitalista. Desse modo, um dos reconhecimentos desses indivíduos foi que os/as barraqueiros/as dependem de seu trabalho, ao facilitar a atuação comercial destes/as. "Precisa. Que nem, a maioria dos barraqueiro num leva carroça não. (...) Se num for a] gente, puxador de carroça, eles tava lascado. Porque nem os, nem os funcionários dele, nem os ba-, nem os dono, os próprios dono da carroça num leva carroça não. Eles paga pra gente levar" (Bruno).

Outro elemento definidor da importância do trabalho refere-se à contribuição ao meio ambiente e à sociedade de modo geral. "Porque é bom, fazer limpeza na cidade! Trabalhando, catando reciclagem" "A gente tá ajudando o meio ambiente. Tá cuidando da natureza (...) É reciclagem. Tá limpando, você tá limpando a rua. (...) Isso aí nós estamos ajudando o meio ambiente, pra manter praia limpa, rua limpa. (...) E tá ajudando nós mesmo" (Manuel – GF). "fazer a limpeza na cidade, andar catando latinha. Reciclagem" (Gilberto).

> Além do trabalho ser honesto, você ainda ajuda no meio ambiente. Pelo menos você tá catando reciclagem, você tá limpano a rua. Tá puxano uma carroça, tá ajudano o próximo. Tá estacionano o carro ou lavano, tá ajudano o dono do carro. É honesto. Tá ajudano a própria natureza. Todo ser humano fizesse isso num tinha tanto lixo (Jerônimo).

Assim, uma atividade é considerada trabalho por ser associada a algo já legitimado na sociedade, no caso, o cuidado ao meio ambiente. Nesse entendimento, além da comparação do trabalho com um ato de solidariedade, este foi considerado como uma responsabilidade, conforme explicação de Laura apresentada no capítulo 5º, para justificar que a catação de latas recicláveis é uma responsabilidade porque consiste em tomar posse de algo que outra pessoa comprou, ao escolher comprar o líquido que é vendido na lata.

O bem-estar do/a cliente também foi apresentado como característica importante do trabalho. “Claaro, né?! Porque tãão, montano, é tão importante pras, pra os dono da, da barraca, como pra os pessoal, os cliente. Que têm as cadeira alta, que é pa mais, pessoa idoso, cadeira alta. Têm as cadeira, que deita, pra quem quer ficar de, deitado. A cadeira alta ela num deita, né, pra o pessoal, assim, idoso, igual esse que tava aqui conversando, num tem? Proonto.” (Porfiro).

“Éé! Porque é um, é umm, é um ponto turístico, né? Que vem pessoas de longe, conhecer, a praia é bonita, o mar é lindo. E tem que ter um bom atendimento, né, pra o pessoal voltar de novo, porque tem muita gente que volta.” (Bertoleza).

Esses exemplos são reveladores da inextrincável relação entre o setor formal e o informal (OLIVEIRA, 2013). Ou seja, no âmbito da galáxia (CARDOSO, 2017) do mercado de trabalho, as pessoas em situação de rua contribuem significativamente ao fomento dos lucros no setor do turismo em Recife, inclusive o conforto da contemplação da beleza da praia de Boa Viagem.

7.3.1 Vergonha como ingrediente importante na formação identitária do/a trabalhador/a

Por defender um dos polos da oposição, a vergonha foi apontada como um ingrediente que deve ser evitado, com base na certeza de que estão no caminho certo, realizando uma atividade moralmente aceitável na sociedade.

A formação da identidade do/a trabalhador/a está diretamente relacionada ao modo como o trabalho é percebido no grupo em que ele/a está inserido/a. É comum os trabalhos aqui analisados serem percebidos como atividades causadoras de vergonha por quem os executa. Durante a pesquisa de campo, os/as entrevistados/as não foram questionados/as diretamente se sentiam vergonha pelas tarefas que desempenhavam, mas este sentimento surgiu sobremodo nas perguntas: Você acha que outras pessoas deveriam fazer a sua atividade? Por quê?; Você reconhece sua atividade como sendo importante? Em que sentido?; Você já encontrou pessoas conhecidas quando estava nesta atividade?; Se sim, falou com esta

pessoa? E como se sentiu? Dentre as respostas, houve quem mencionasse a vergonha como um sentimento que não deve ser sentido, pois os trabalhos que realizam são “honestos” e “dignos”.

“É um trabalho humilde. É um trabalho humilde! Tem muita gente, tem muita gente que tem vergonha de caçar reciclagem.” (Porfiro - GF).

“Massa! Num me envergonho não, de catar essas latinha, não” (Domingos – GF)

“E eu num tenho vergonha! Já encontrei o pai da minha filha. O bicho: "oh, a tua mãe tá catando latinha lá em Boa Viagem". Foi dizer à minha filha. É umm, seboso dali. Mas eu num tenho vergonha não. Boto a sandália aqui. Agora quando o sol tá quente, o pé arde, visse!” (Rita – GF).

Semelhantemente, Brunodisse que já encontrou vizinhos do bairro Coelhos e que se sentiu “normal. Num tá trabalhando? Num tá roubando, num tá fazendo nada.” (Bruno). Ele apresentou, como motivo principal para não sentir vergonha, o fato de sua atividade ser considerada um trabalho. “Não envergonhado. Eu sei que eu tô fazendo um serviço, trabalhando, né?! Trabalhando, num tô, num envergonhado. É trabalhando. Então, um trabalho! (...) Só num gosto de ficar em casa, parado.” (Bruno). Mais uma vez, ele se identifica como um trabalhador, diferenciando-se de sua postura inicial quando disse que carregar carroças não consiste num trabalho.

Roberta disse que costuma encontrar pessoas conhecidas e cumprimentá-las. “Eu me senti assim, né, orgulhosa, né, enfim, porque as pessoas se, chegou perto de mim pra conversar comigo e eu dei atenção àquela pessoa (...). Minhas conhecida. Tem gente que fica com vergonha, eu não! Eu falo com todo mundo e tal” (Roberta).

Algumas pessoas em situação de rua, também, por mais que reconheçam a dignidade de seus trabalhos e os demais aspectos mencionados acima, carregam um sentimento de vergonha por essas atividades. Em alguns casos, a vergonha se menifesta sobretudo quando há uma ameça da família descobrir sua situação atual. “Saí logo de perto, pra num falar pra minha mãe, né?” (Alexandre). Em outros casos, por mais que a família saiba a modalidade de trabalho do indivíduo, a vergonha também se estende para demais pessoas, como se este tivesse o dever de conseguir uma inserção empregatícia considerada de sucesso.

> Eu me acho assim vergonhoso, mas é o jeito, né? Quando eu vejo a pessoa que eu conheço, aí baixo a cabeça, né? Boto o boné assim. Lá onde eu moro[154], a turma pergunta: "trabalha de que?" "Trabalho de segurança na cidade". Segurança de loja, num tem seguran[ça de loja? (rsrsrs) (...) Eu num vou dizer que eu puxo carroça que eu tenho vergonha (A família sabe de sua modalidade de trabalho) (Leandro).

[154] Como já mencionado, ele passa os finais de semana na casa de um irmão e durante os outros dias dorme nas ruas no centro do Recife.

A análise do sentimento vergonha traz subsídios para a identificação de conflitos na construção da identidade. Desse modo, embora as pessoas em situação de rua se identifiquem como trabalhadoras, a partir do reconhecimento de que as atividades realizadas são consideradas trabalho, em algumas vezes buscam se afastar da associação com esses trabalhos, por motivo de vergonha. É como que este sentimento se expressasse na dificuldade para continuar a realização das atividades diárias, atrelado a uma fuga de pessoas e locais que possam assinalá-las quem são e o que fazem.

A vergonha, portanto, tende a promover a atitude de fuga, na tentativa de apresentar-se na sociedade de uma maneira diferente do eu. Por isso, a identificação com a categoria trabalhador/a, através de trabalhos com baixa reputação social, pode ser tumultuosa e conflituosa. Quando não, as pessoas demonstram a necessidade de se afirmarem como o oposto do que acreditam ser esperado para quem exerce tais trabalhos, como se estes necessariamente afloracem esse sentimento. É o caso de dizerem que não sentem vergonha de seu trabalho diante das perguntas supremencionadas.

Estudos como o de Miura (2004) apontam que as pessoas que trabalham com catação de materiais recicláveis são incluídas no universo do trabalho de maneira perversa, uma vez que esta atividade já traz em si mesma uma associação perversa com a discriminação, o que tende a causar em quem as executa sentimentos de humilhação e mesmo fracasso por não ter conseguido atividades consideradas melhores.

Trata-se de uma dinâmica laboral de grande precariedade, que também é provocada pelas condições insalubres e de periculosidade em que o trabalho é realizado, com grandes prejuízos à saúde e num contexto de ausência de direitos trabalhistas. Essa situação, portanto, acarreta efeitos formados pela articulação entre aspectos subjetivos e objetivos, dentre os quais se destaca a vergonha.

Assim, o sujeito identifica-se com o seu trabalho a partir da simbiose entre o reconhecimento da sociedade sobre o mesmo e a identificação individual. Por isso, no caso da catação de latas de alumínio e papelão, é comum o/a trabalhador/a lidar com a percepção negativa a respeito do trabalho que desempenha, por mais que esteja envolto pela necessidade de realizá-lo para garantir sua sobrevivência.

A partir do reconhecimento da associação entre os trabalhos que realizam e o sentimento de vergonha, há a justificativa de que as pessoas em situação de rua, por não terem oportunidades de trabalho suficientes, devem encarar a catação de latinhas como uma possibilidade de trabalho e não sentir vergonha por ela. “O povo num quer levar não [refere-

se ao transporte de bacias contendo frutas], tem vergonha. Eles num querem meter a mão no lixo ali não, têm vergonha [refere-se à catação de latas de alumínio]. Mas num têm vergonha de apanhar! Me diz aí! Tá roubando por aí, sair correndo, a polícia atrás." (Roberta).

Desse modo, a catação também gera sentimento de dignidade ao ser considerada um meio legítimo para conseguir uma renda, quando analisada de modo oposto à vadiagem e à criminalidade. "É mais melhor juntar latinha do que roubar, né?" (Alexandre – GF).

O mesmo processo se verifica nas outras modalidades de trabalho analisadas nesta investigação.

7.3.2 Continuação da ambiguidade na formação identitária a partir da perspectiva futura: distância e proximidade matizadas em incertezas

O pensamento sobre o futuro, a respeito de como estará sua condição em alguns anos à frente, é uma dinâmica psicológica do modo como o eu se apresenta no presente e, portanto, relacionada à construção da identidade. O indivíduo reconhece-se a si mesmo tanto através da memória, do que acredita ter sido e feito, quanto das perspectivas futuras. Para Ciampa (2001), o processo de formação identitário, através de constantes metamorfoses, é expresso no concreto, o qual sintetiza variadas determinações, pois as infinitas possibilidades que se apresentam ao ser humano estão relacionadas aos múltiplos aspectos a que estão vinculadas.

A identidade, enquanto aspecto concreto, condensa temporalidades do passado, do presente e do futuro. "Ficar só no ontem é tão absurdo quanto ignorá-lo. O mesmo vale para o hoje e para o amanhã" (CIAMPA, 2001, p. 199). Embora o futuro não possa ser acessado, porque, quando o for, será presente, diz-se que a identidade também se constitui pelo tempo futuro em termos de possibilidades, tendências, desejos, projetos etc. (CIAMPA, 2001). As expectativas de futuro, portanto, exercem significativa influência sobre as escolhas e decisões no presente, com base nos aprendizados do passado.

Nesse sentido, questionar às pessoas em situação de rua como elas se veem depois de cinco anos, e também na velhice, foi uma alternativa utilizada para ampliar a compreensão de como essas pessoas se autopercebem, através de uma articulação entre o passado, o presente e o futuro.

As condições precárias de trabalho, atreladas à baixa escolaridade, à escassa formação profissional, à frágil inserção em redes sociais que possibilitem inserção laboral/empregatícia e à ausência de políticas públicas eficazes, consistem em ingredientes fundamentais para a formação de identidades baseadas na incerteza. A própria situação de rua, por seu caráter

transitório e errante, com novidades inesperadas surgidas em qualquer momento, contribui para esse processo de imprevisibilidade quanto ao futuro. Ainda assim, o tempo vindouro, ainda que existente apenas no plano imagético e simbólico, é capaz de deixar marcas nos indivíduos e guiar suas ações e maneiras de perceberem-se enquanto sujeitos no mundo.

A perspectiva futura também marcou com características ambíguas a formação identitária em torno do trabalho, o qual foi considerado, por todos/as entrevistados/as, como condição necessária para garantia de uma sobrevivência futura. A ambiguidade se presentificou tanto em um/a mesmo/a entrevistado/a quanto entre os/as diferentes entrevistados/as, a respeito das certezas e incertezas quanto ao futuro. No âmbito das incertezas, as respostas se inclinaram para cenários positivos e negativos; da mesma forma, dentre os/as que se posicionaram com maior segurança quanto ao futuro, os posicionamentos oscilaram entre perspectivas positivas e negativas. Os aspectos negativos estiveram relacionados à permanência da situação atual.

Dos/as 19 entrevistados/as, 12 (Agostinho, Rita, Jerônimo, Bruno, Porfiro, Bertoleza, Alexandre, Gilberto, Samuel, Lucas, Roberta, Laura) responderam às questões a respeito da perspectiva futura. Duas pessoas (Josenildo e Piedade) trouxeram elementos sobre o futuro sem serem questionadas de acordo com o roteiro atualizado. Em relação ao grupo focal, todos/as os/as nove participantes (Rita, Jerônimo, Porfiro, Alexandre, Libório, Alex, Miranda, Domingos e Botelho) trataram de aspectos do futuro.

Foram identificadas semelhanças nos padrões de (in)certeza referentes à perspectiva de vida depois de cinco anos e na velhice, com o agravamento de que nesta última as incertezas eram maiores, inclusive sobre a própria chegada a esta fase da vida.

Essa percepção incerta não se apresenta de modo uniforme entre as pessoas em situação de rua, considerando que a heterogeneidade é justamente uma das principais características desse grupo. No geral, incluindo todas as entrevistas e o grupo focal, as pessoas em situação de rua demonstraram incerteza quanto ao seu futuro, afirmando ausência de controle sobre seu destino, inclusive sobre a própria manutenção da vida. “Aí, agora, fiquei sem resposta” (Josenildo). “Se eu tiver vivo!” (Alexandre – GF). “Meu sonho é chegar em casa com vida” (Lucas). Este último refere-se à possibilidade de retornar a Salvador, de onde veio e onde vive sua família.

Muitas vezes, a responsabilidade do destino é atribuída a elementos divinos, tomados em situações de extrema dificuldade ou mesmo impossibilidade para planejar e visualizar o que se espera do futuro. No caso dos/as entrevistados/as desta pesquisa, a divindade consiste no Deus cristão (do catolicismo e do protestantismo).

“É pra botar na mão de Deus” (Alexandre – GF).

“Até Deus permitir, né, no caso, né?” (Botelho – GF).

“Minha vida? (...) O destino... (...) Na mão de Deus” (Porfiro – GF) “Sei lá, quem sabe é Deus. Se eu morrer daqui, daqui pra lá de cachaça! Eu bebo muito. Né brincadeira não!” (...) Aí eu num sei dizer não, quem sabe é Deus” (Porfiro).

“Só pertence a Deus” (Gilberto).

“A minha vida, rapaz, só Deus sabe. Num sei se eu vou estar vivo, vou estar aqui com a galera. Mas se daqui pra lá eu estiver vivo, eu agradeço a Deus” (Manuel – GF).

“O dia de amanhã só que sabe é Deus, né? Nós num sabe não” (Domingos – GF).

São trabalhadores/as que vivem uma vida precária, sem perspectiva de mudança positiva no futuro, o que tende a fazê-los/las dizer que não têm planos para o futuro. E talvez não tenham mesmo. Trabalham no agora, sem planejamento mínimo, buscando a sobrevivência imediata. Trabalhadores/as que contribuem ao processo de acumulação de capital e, ao contrário dos lucros e da segurança que estas atividades proporcionam aos/às grandes capitalistas, não conseguem desfrutar de uma vida minimamente segura e tranquila, nem no presente e tampouco esperam essa condição no futuro.

Uma vez que, em consonância com Ciampa (2001), os sentidos que os seres humanos atribuem à sua vida estão relacionados aos objetivos que possuem, parece que essas pessoas vivem apenas o aqui e o agora, em que as esperanças são circunscritas a um curto prazo. A fala a seguir demonstra essa imediaticidade, pois, diante das festas juninas de 2018 que estavam se aproximando, o entrevistado demonstrou mais interesse em afirmar que gostaria de comer as comidas típicas desse período do que refletir sobre questões difíceis de sua vida. “E vamo comer agora nesse São João, com fé em Deus, muita pamonha, muita canjica, muito milho e muita tapioca. Eu e meus colega” (Porfiro).

Nessa incerteza, tendem a gerar brincadeira com a própria situação.

> Jerônimo: Minha vida daqui a cinco anos? Eu num sei se nem vou chegar lá.
> (risos)
> Jerônimo: Mas se eu chegar daqui a cinco anos lá, eu espero tomar mais cachaça ainda.
> Rita: Inchar mais ainda o rosto!
> (risos)
> (...)
> Domingos: Engordar mais um pouquinho, né! (risos)

Como consideram que a mudança positiva é difícil, a brincadeira continua quando mencionam que para lograrem êxito terão que se envolver amorosamente com uma pessoa muito mais velha que tenha dinheiro e, assim, ser possível desfrutar de uma vida melhor.

“Antes de cinco anos eu quero arrumar uma veia de 95 pra tomar conta de mim. (...) Pra sair da rua, né?” (Alexandre – GF).

Ao refletirem sobre um futuro próximo, cinco anos à frente, alguns/mas consideraram que já estarão na velhice. Desse modo, a incerteza sobre seu futuro esteve atrelada à postura cômica de atribuir à velhice características preconceituosas e pejorativas, como se nesta etapa da vida, em função das maiores dificuldades para manter a rotina de anos anteriores, o indivíduo fosse incapaz de assumir tarefas, desenvolver projetos e, portanto, tivesse que viver em dependência quase completa de outras pessoas. “Sem dente (risos). E caducando (risos)” (Manuel – GF). “Um velhinho! (risos)” (...) “Um velhinho. Vou me sentir um velhinho, né?! Não tão acabado. Feio eu sou, né?! Sou feio! (risos)” (Bruno). Nesta feiura, ele destacou a ausência de dentes, ressaltando que não usa dentaduras porque, como já possuiu várias e as perdeu, deixou de providenciá-las. De forma humorística, Alexandre também disse que quando estiver na velhice iria estar numa “cadeira daquela de mola” se balançando, junto a uma companheira amorosa. “Num sei, o pessoal diz que eu vou ser uma, uma velha muito chata. (risos)” (Roberta).

Também foram destacadas caraterísticas óbvias da velhice, tomadas como negativas e como uma das poucas certezas sobre sua vida neste período. “Meu Deus, como é que eu vou ser daqui a cinco anos, hein? Muito cabelo branco! Neto, já tenho quatro. Tenho cinco agora” (Rita - GF).

Além da incerteza quanto à qualidade de vida durante a velhice, os posicionamentos incertos se referiram à dúvida se chegarão à esta etapa da vida. “Se eu chegar, né, 80 ano, né!” (Alexandre – GF).

> Alexandre: Oxe!
> Manuel: Rapaz!
> Alexandre: Quem [vai chegar mais?
> Manuel: Se brincar] vou [tá de bengala
> Alexandre: Chega não]
> Rita: Tá morto
> (falas com riso)

Para os/as mais novos/as, a velhice pareceu algo muito distante e com alta possibilidade de não ser vivenciada. Já para os/as que tinham por volta de 40 anos, a velhice se apresentou como algo próximo ou mesmo atual, por considerarem que seu corpo já não apresentava a mesma vitalidade de outrora. Essa é uma das consequências da vida na rua, ou seja, uma vida que apresenta uma periculosidade intensa e frequente, degradando os corpos de quem a vivencia.

"Olha, eu vou dizer a você, na velhice, eu acho que eu num vou chegar na velhice não. Já tô vei já, eu vou fazer 40 ano". (Jerônimo) "Eu velha? Já tô velha, mulher! Óia que cabelo branco! Comprei a tinta, já. Falta pintar o cabelo. Mas eu na velhice? Eu sei não. Eu acho que eu me vejo a merma pessoa. Eu sou assim mermo." (Rita).

Diante da autopercepção de que já estão na velhice, tendem a apresentar desestímulo para realizar algumas mudanças na vida, conforme se verifica no diálogo abaixo provocado pelo questionamento sobre a vontade de estudar.

> Alexandre: É lógico que eu tenho vontade de estudar.
> Patrícia: E por que você não estuda?
> Alexandre: Já cheguei já, minha velhice já, 40 ano, já tô coroa. Já perdi, já perdi a esperança.

A incerteza esteve atrelada à ausência de perspectivas para esta fase da vida. "Eu vou fazer mais o que depois de velho? Tem que ficar em casa mermo. Uma casa, qualquer canto" (Alexandre – GF). Aqui, novamente, foi apresentada como possibilidade o envolvimento amoroso com uma pessoa mais velha: "Eu vou arrumar é um vei, sabe!" (Rita).

A aposentadoria também foi uma das questões levantadas quando refletiram sobre sua vida durante a velhice. Todos/as demonstraram interesse em conseguir se aposentar. "Eu quero tá aposentado" (Manuel – GF).

Porém, entre este querer e a possibilidade efetiva, tensões, contradições, medos e ansiedades fizeram parte das respostas, sendo poucos/as que demonstraram confiança que irão se aposentar, em conexão nítida com o estilo de vida mantido por essas pessoas, ou seja, sem vínculo de trabalho formal, o que possibilitaria uma contribuição ao INSS, além da ausência de planejamento pessoal e familiar para o período da velhice.

"Rapaz, eu num sei, né, por causa quem sabe é o governo[155], né? O que tá agora, até pra se aposentar tem que cortar duas pernas e dois, dois braço, pra se aposentar, né, tô mentindo?" (Alexandre). Esta incerteza está atrelada ao próprio desconhecimento de como funciona a Previdência Social no Brasil. "Sei lá! Sei dizer não, entendo dessas coisa não" (Porfiro). "Eu acho que sim, viu?! Porquee, eu ainda trabalho, mas, num sei não, daqui pra frente não. Mas eu penso assim, né, em me aposentar porque esses emprego todinho em casa de família! Né?" (Laura). Embora ela acredite que possa se aposentar, disse que nunca teve sua Carteira de Trabalho assinada.

Gilberto disse que acredita que vai conseguir se aposentar e, com o dinheiro da aposentadoria, pensa em alugar ou comprar uma casa para si. Quando questionado sobre a

[155] Ele estava se se referindo ao Governo Temer, que havia posto em prática uma Reforma da Previdência, através da PEC nº 287.

idade que conseguirá se aposentar, disse que não existe idade certa pra isso, mas que a situação ficou pior depois que o presidente Temer assumiu a presidência, demonstrando saber alguns aspectos do contexto político, embora não em detalhes para que pudesse dizer se poderá ou não se aposentar.

As pessoas em situação de rua, por mais que estabeleçam múltiplas interações em espaços públicos, o que poderia lhes facilitar uma compreensão mais densa e crítica a respeito da realidade social, ainda estão distanciadas dos principais debates no país, em consonância com as demais pessoas que também vivenciam situações de pobreza e que, por isso, ao viveram em busca constante pela sobrevivência, pouco refletem sobre assuntos que, conquanto afetem sua vida diretamente, pareçam distantes. Por outro lado, não se pode afirmar que estas pessoas estejam apartadas da política, pois, de algum modo, conseguem problematizar sua situação e refletir sobre estratégias de mudanças, o que demonstra que acompanham minimamente as principais transformações ocorridas no país. Em termos de articulação coletiva, destaca-se a participação deste público no Movimento Nacional da População em Situação de Rua, mencionado no capítulo 2.

Dentre os/as entrevistados/as, 11 mencionaram a aposentadoria, dos/as quais dois (Jerônimo e Bruno) apresentaram certeza de que não conseguirão se aposentar, quatro (Agostinho, Rita, Roberta, Lucas) que conseguirão e cinco (Porfiro, Bertoleza, Gilberto, Laura, Alexandre) permaneceram na incerteza. “Porque eu não pago nada” (Bertoleza).

Das que demonstraram certeza quanto ao recebimento da aposentadoria, Rita e Roberta basearam-se na possibilidade de serem contempladas com o BPC. Há uma tendência para considerar o BPC, tanto por invalidade quanto por velhice, como uma aposentadoria, motivo pelo qual, ao serem questionados/as sobre a possibilidade de se aposentarem, algumas respostas foram referentes a este benefício. “Tô lutando pro problema da perna. (...) Vou, em nome de Jesus. Eu já profetizei a minha aposentadoria.” (Roberta). Mesmo com essa certeza, ela ainda não havia formalizado o pedido do benefício, sob a justificativa de que estava aguardando seu documento de identificação (Carteira de Identidade) ser produzido. Disse que não iria contar às pessoas que irá receber o benefício, para evitar ser roubada.

No caso de Rita, além de acreditar que possa se aposentar por ter Carteira de Trabalho assinada em dois vínculos trabalhistas e também porque existe a possibilidade de consegui-lo como autônoma, acredita que possa se “aposentar” em decorrência de ser diagnosticada como tendo febre reumática, no caso, ser beneficiada pelo BPC.

Ao contrário dessa incerteza, a situação vivida no presente, com base nas experiências passadas, leva alguns/mas a demonstrarem certeza de que não irão conseguir se aposentar,

como foi o caso de Jerônimo e Bruno. “Eu nunca paguei INSS! Nunca trabalhei fichado! Sem documento! Como é que eu vou me aposentar? Num tem como”. (Jerônimo).

Uma das faces verificadas nessa incerteza se refere ao atrelamento da dúvida quanto ao futuro com a ideia de permanência de aspectos da situação vigente ou mesmo do que se acredita ser sua totalidade. “Se brincar, daqui a cinco anos eu num tô nem vivo! E se eu tiver vivo, meu futuro vai ser o mermo! A vida, do jeito que ela quer. Do jeito que tá vai continuar. Nem vai baixar e nem vai subir. Vai ser do mermo jeito! ” (Jerônimo).

A não perspectiva de mudança, baseada na crença de que a vida continuará da mesma maneira, coincide com o desejo de permanecer trabalhando na mesma função, devido à dificuldade de vislumbrar outras possibilidades. “Eu num penso nada, eu penso, sei lá, em trabalhar, no feijão mermo, onde Deus abriu minha porta. Meu dinheiro é garantido ali” (Laura). O apego a este “garantido”, por mais que seja pouco, conforma-se como um alento diante da extrema pobreza e das consequências negativas advindas dela, as quais impactam tanto na sobrevivência quanto na formação da identidade.

Uma vez que o leque de possibilidades laborais oferecidas às pessoas em situação de rua costuma exigir esforço físico intenso e constante, elas tendem a contar com a constância de sua disposição para o trabalho, calcadas na certeza de que, perante as incertezas futuras, sua sobrevivência dependerá primordialmente de sua iniciativa laboral. “Sei lá, como é que eu me vejo. Eu peço a Deus que eu teja na mesma disposição que eu tenho. Eu peço a Deus, né?! Nem sei como é que vai ser.” (Rita).

Considerando que a identidade é formada por constantes metamorfoses (CIAMPA, 2001), o modo de encarar o futuro e as perspectivas a ele atreladas também sofrem frequentes modificações, pois as expectativas do vir-a-ser em tempos vindouros dependem do ser que é, no aqui e agora. Como exemplo, tem-se o caso de Alexandre, que, enquanto no momento do grupo focal afirmou não ter certeza quanto ao seu futuro, inclusive fazendo piadas sobre o mesmo, conforme se verifica nas citações supracitadas, já havia mencionado na entrevista que tem expectativas positivas à sua condição de vida no futuro: “rapaz, minha vida eu acho que vai táá, muito boa demais”. (Alexandre). Essa suposta mudança pode ser tanto em função de metamorfoses que vivenciou no intervalo de tempo entre a entrevista (abril/2018) e o grupo focal (junho/2018), quanto à adequação de seu discurso para torná-lo mais pertinente de acordo com seus interesses.

A ambiguidade numa mesma pessoa também foi identificada em Porfiro, o qual utilizou a fala para demonstrar um ponto de vista e, logo em seguida, expressou-se corpóreo-fisiologicamente de modo aparentemente contraditório. “Eu? Eu me vejo ótimo, maravilhoso”

(Porfiro). Mas, logo em seguida, mencionou que a mãe é diabética e começou a chorar, demonstrando tristeza, angústia e incertezas pelo futuro da mãe e pelo seu, que está atrelado ao dela.

As incertezas referentes à relação entre a dinâmica laboral atual e a formação da identidade com base em perspectivas futuras oscilam entre acreditar na permanência da situação vigente e numa perspectiva de melhoria. Três entrevistados (Alexandre, Samuel e Agostinho) e um participante (Botelho) do grupo focal foram mais enfáticos em dizer que sua vida estaria em melhores condições no futuro. Outras três pessoas (Rita, Lucas e Roberta) demonstraram uma perspectiva mais oscilante em relação ao futuro, em posição que vai da incerteza a uma espera de melhoria. “O que eu tenho a dizer, veja só. (...) Daqui a cinco ano. Eu num sei se realmente eu estou, éé, vivo, entendeu? Mas eu espero que numa vida bem melhor” (Botelho – GF).

A associação entre a incerteza e a esperança por uma vida melhor também foi verificada nas frases abaixo.

> E eu sei! Eu num sei. Eu sei lá, bênça! Eu queria que a minha idade ficasse sempre nova, renovar minha idade, né, eu queria assim, sei lá, eu queria assim, é, viajar, conhecer outros lugares. Eu queria, assim, ter minha casa, né. Eu tô tentando aqui as coisa aqui, mas se eu ver que o negócio tiver piorando eu vou me embora pro Rio (Ficar com a mãe e o pai. Ela nem sabe se ainda vivem). (Roberta).

> Alexandre: Só quem sabe é Deus. Pode dar um revide na vida da pessoa, aí você diz assim: "porra!" [...] Passei tanto tempo morando na rua, agora eu tô agora numa casa boa, com uma mulher [...] Ninguém sabe o dia de amanhã, né! Tanto faz você tá dormindo na rua, que nem no mermo tempo...
> Rita: Tá morando num apartamento [desse aí.
> Alexandre: Tá morando] num apartamento, numa casa, normal. [...] com sua esposa, tal, etc. Que daqui a cinco ano é muito tempo, né!
> Botelho: Assim, vê só, do jeito que os tempo tá passando, é rapidinho.
> Alexandre: Éé.
> Botelho: É vapit vupt!

> Eu tenho fé em Deus de arrumar um emprego e sair da rua e procurar um cantinho pra morar, nem sequer que caiba uma cama de solteiro, visse?! Pra sair da rua, pelo menos pra descansar a cabeça, que a minha idade já tá chegando mermo! 48 aano. Eu num quero ficar veia na rua não. A pessoa novo já sofre- (...) Eu tenho. Graças a Deus eu tenho. (Piedade).

Nesta fala, em que é possível observar um conteúdo moral, Piedade considera uma virtude o fato de ter vontade de sair da rua, pois, se ela não tivesse essa vontade, seria analisada, por ela mesma, como tendo uma inclinação errada e que precisaria ser corrigida.

Mesmo que para alguns/mas a perspectiva futura esteja mesclada entre incerteza e elementos de positividade, para outros/as a esperança de melhoria ganhou mais destaque. “Nem todo tempo tá na rua” (Samuel). Ele disse que pretende ter uma casa daqui a cinco anos

e que, para alcançá-la, seguirá o seguinte princípio: “Objetivos, sonhando, que nada para Deus é impossível. Porque o homem que sonha Deus realiza. Eu sempre tive isso comigo”.

A perspectiva de habitação, que possibilita estruturar a vida para facilitar o cumprimento de compromissos e a realização de desejos, também está atrelada à constituição de família e à inserção num trabalho mais sistemático. “Rapaz, eu quero arrumar um emprego, trabalhar, trabalhar, trabalhar e arrumar uma, uma, realmente uma mulher que seja uma, que seja minha companheira.” (Josenildo).

O esforço empreendido na busca pela mudança de vida e na realização do trabalho atual tende a fazer com que algumas pessoas em situação de rua se apeguem à esperança de que a situação futura será melhor e, desse modo, deixam-se influenciar significativamente pela perspectiva de concretização de uma realidade futura. “Eu tô tirando meus documento pra trabalhar, pra trabalhar fixado já. (...) Num é todo tempo que eu vou ficar nisso não, hum” (Leandro).

Com base na certeza de que a vida atual é extremamente difícil e insustentável, a esperança de melhoria se volta não apenas ao emprego e à moradia, mas até mesmo à possibilidade de inserção em instituições voltadas ao tratamento de drogas.

> Ee, um emprego melhor do que essa vida sofrida. É uma sofrência, essa vida. Mas me vejo dentro de uma casa, né, também. Ou senão voltar pra uma casa de recuperação, que já fui já. [...] já participei já de projeto deee mudança de vida, tá entendendo? Mas, Jesus tá com nós e a gente veve, entendeu? (Domingos – GF).

Diante do cenário em que muitos/as são usuários/as de drogas, a possibilidade de estar numa “casa de recuperação” foi apontada como algo positivo em um cenário em que o Estado não tem sido eficiente no oferecimento de tratamentos adequados. Embora não tenha ficado evidente, no grupo focal, qual o tipo de instituição a que Domingos se referiu, é importante salientar que muitas dessas instituições, no Brasil, denominadas Comunidades Terapêuticas, que objetivas tratar indivíduos em uso ou abuso de substâncias psicoativas, sob a Resolução – RDC nº 101 (2001), têm suas práticas baseadas em tratamento por abstinência e de cunho religioso, o que não viabiliza um tratamento que leve em consideração as reais necessidades dos sujeitos (FOSSI & GUARESCHI, 2015).

As esperanças de positividade para a vida futura e a consequente influência no processo de formação da identidade são responsáveis por tornar o agora/presente mais palatável e favorecer a emergência de sentimentos otimistas e, portanto, diminuir os estresses diante das inúmeras dificuldades provocadas pela pobreza. “Espero, não só da minha vida, da vida de todos, todo mundo, no caso, uma vida bem melhor. Que eu penso pra mim de bom, de bom pra mim, eu penso pra os outro também, entendeu?” (Botelho - GF).

A perspectiva de cenários de positividade também foi projetada para o momento da velhice. “Num vou chegar 80 ano direto na rua não” (Alexandre – GF). “Rapaz, quando tiver na velhice eu tô com a minha casinha, né? Com a minha casa, coom, com a minha, meus netinho, né? Meus neto, graças a Deus.” (Alexandre). O estar com um/a companheiro/a amoroso/a também foi apontado como uma esperança positiva.

Diante da constatação do alto grau de pobreza em que estavam inseridas, fomentado pela conjugação de fatores que envolvem a carência de políticas públicas efetivas, os profundos níveis de desigualdades sociais e as altas taxas de desemprego, a percepção de incerteza dessas pessoas também oscila com o sentimento de que a vida estará em piores condições, com base em sua situação presente e nas experiências do passado. Dos/as entrevistados/as, três (Jerônimo, Bertoleza e Gilberto) se posicionaram dessa maneira.

Uma dessas pessoas é Gilberto que, inicialmente, disse que não sabia de seu destino e, posteriormente, afirmou: “daqui a cinco anos, se eu tiver vivo, eu acho que, eu acho não, tô, tô velho, tô acabado”. A vida de rua, sem descanso e em constante vulnerabilidade, é propícia para o oferecimento de uma condição futura não compatível com uma vida saudável.

“Vai ser mais rim, né? Que as coisa vai tá mais difícil! Aí vai ser mais rim. (...) Às veis eu sinto vontade de me matar, mas eu acho que isso é a solução não. Porque minha filha precisa de mim” (Bertoleza). Nesse caso, o sentimento de a vida estará em piores condições foi apresentado com maior grau de certeza.

Ao refletirem sobre a velhice, a incerteza também esteve relacionada a um estado pior que o atual. “Eu nem sei se eu vou chegar a ficar velho! Pode ser que eu morra antes. Mas na velhice? Eu me vejo que eu num vou ter nada! Eu vou ficar um velho pedindo ermola.” (Jerônimo). “Eu acho assim, que eu tô... Eu acho assim, sabe, que eu tô, assim, (demora em completar a frase), na ruua, longe da minha família. Eu acho que ninguém vai me ajudar não. Internado num hospital psiquiátrico. Fazendo cocô nas calças e apanhando até da enfermeira.” (Gilberto). Ele remete à sua experiência de ter ficado internado num hospital psiquiátrico em Alagoas. Nesse sentido, pontou que seria importante que a “Prefeitura” desse a cada pessoa em situação de rua uma casa, “uma barraquinho”.

Bertoleza: Horrível. (risos)
Patrícia: Você acha horrível? que [vai, acha
Bertoleza: Eu acho!]
Patrícia: Que vai ser horrível? Horrível como?
Bertoleza: Hum?
Patrícia: Como horrível? O quê que você diz mermo de horrível?
Bertoleza: Eu vou passar muita necessidade.
Patrícia: Que tipo de necessidade?
Bertoleza: Comida.
Patrícia: [Você acha-

> **Bertoleza:** Eu já passo!]
> **Patrícia:** Você acha que vai continuar passando necessidade de comida?
> **Bertoleza:** É-é. Dependendo do governo, né? Porque eu recebo Bolsa Família, mas quem fica com o dinheiro é minha família.

Diante dessas diferentes possibilidades de (in)certezas, sabem que a garantia de sua integridade física e uma melhoria em sua qualidade de vida não são compatíveis com a situação de rua. "O negócio é a gente tá com saúde e disposição pra trabalhar, somente. E tá dentro de uma casa, né! Que a rua o negócio num é muito bom não. Veve na rua, o negócio é, é louco na rua. Tem que ser esperto pra sobreviver, tá entendendo?" (Domingos – GF).

7.3.3 Continuidade do trabalho na velhice: permanência do atual, não! Mas em outros *mais leves*, sim!

A formação identitária dessas pessoas com base em perspectivas futuras também revela ambiguidades ao refletirem sobre a continuidade de sua condição enquanto trabalhadores/as. Quando refletiram sobre sua velhice, em comparação com sua vida atual e a passada, o trabalho foi uma dimensão mencionada para avaliarem sua vida no futuro. Nesse sentido, a incerteza sobre o futuro do trabalho na velhice predominou. "Até, até um tempo, né!? Até onde Deus permitir. Sei que num tô ganhando nada mermo. Mais tarde, mais tarde, que eu sei que vai chegar minha velhice, né?!" (Josenildo). Josenildo não demonstrou expectativa positiva em relação ao seu futuro no mundo do trabalho. Com seu pensamento focado no agora, na imediaticidade, o entrevistado expressou apenas três certezas. Primeiro, que continuará trabalhando, sem demonstrar expectativa de até quando trabalhará. Depois, referiu-se à continuidade do trabalho apenas com o objetivo de continuar mantendo sua sobrevivência, pois outra certeza é que também não obterá ganhos financeiros significativos através do trabalho que realiza.

O reconhecimento da dificuldade para continuar executando os mesmos trabalhos refere-se ao entendimento das limitações físicas que são agravadas paulatinamente. "Quando eu tiver uns 40 anos já era, né? (...) 40, 45 pra 50 ano num aguenta, num aguenta mais não." (Leandro). Ele também acrescentou que as pessoas mais velhas costumam lhe falar o seguinte: "com o tempo tu vai, num vai aguentar puxar isso mais não!" Diante dessa constatação, ele pensa em mudar de emprego.

Considerando que a velhice não pode ser tomada como uma fase uniforme, a continuidade do trabalho nesta etapa depende da fase em que o indivíduo estará. "Depende,

né? Da idade" (Gilberto). Quando pergunto até quantos anos ele trabalhará, disse que já viu muitos idosos, "velhinho", – catando latinha.

> Dependendo da idade da velhice, né! Porque chega uma certa idade da velhice que você num vai conseguir trabalhar mais. (...) Vamos supor, você passou dos 70, 75, 80 ano. Você num consegue mais trabalhar. Você já fica dependendo dos outros (...) Tem uma velhice que até uma certa idade você consegue trabalhar, mas tem uma certa idade que, quando vai avançando, você num trabalha não (Jerônimo).

A possível continuidade do trabalho na velhice também foi marcada pela incerteza. "Num sei, isso quem sabe é Deus. Mas de qualquer coisa" (Bertoleza). "Eu num sei não, visse! Porque essa, esse feijão aí foi Deus que abriu essa porta pra mim. Eu tô de parabéns por essa porta que Deus abriu. Minha patroa é doida por mim. Tô esperando me recuperar no braço, que eu tô sentindo dor ainda, tô passando vick" (Laura).

Rita, durante o grupo focal, posicionou-se da seguinte maneira:

> Rita: E vei trabalha, menina?
> (...)
> Rita: Eu mermo num vou trabalhar depois de veia não.
> (...)
> Rita: Eu num trabalhei de nova, vou trabalhar depois de veia! Não, fazer um picolé pra vender... Já pensou depois de veia arrastando aquele carrinho d'água, menina, um pesado danado!? Num aguento não. Depois de veia, eu acho que vou me aposentar. Eu tenho febre reumática, de todo jeito vou me aposentar. Entendeu?

Já em sua entrevista individual, posteriormente, seu posicionamento foi o seguinte:

> Creio que sim. Porque eu olho, quando eu passo, num lugar, e eu vejo uma senhora velhinha vendendo água- Uma passa por aqui direto. Ela é disposta. Eu sou aí. Eu me vejo trabalhando." (...) "Vendendo água, qualquer coisa. Já vendi lanche. Mas eu sou, tô sempre, eu nunca tô parada. Paro quando eu quero. Mas quando eu cirmo. Vou fazer isso. Eu faço! (Rita).

Com Alexandre se passou uma situação semelhante. Na entrevista individual, demonstrando orgulho pelo seu trabalho, respondeu o seguinte: "É lógico! Eu nunca vou deixar de, de, de trabalhar. É o meu trabalho." (Alexandre). Depois, no grupo focal, afirmou: "com 80 ano tô trabalhando mais não. (...) Na velhice ninguém num vai mais pegar, 80 ano, ficar na rua?"

Como a velhice é uma condição na qual o corpo não consegue mais realizar satisfatoriamente as tarefas de tempos anteriores, é comum os/as entrevistados/as afirmarem que nesta fase realizarão apenas tarefas leves, por reconhecerem a necessidade de dinheiro para o autossustento e para realização de atividades de seu interesse, a exemplo do uso de bebida alcóolica.

> Veja só, porque eu num tenho mais condições de trabalhar. Assim, naquele, que eu tinha aquele pique e tal, num tenho mais. Posso trabalhar, quero trabalhar num negócio **mais leve**. Posso arrumar uma casa, tomar conta de uma criança, entendeu?

> Mas num posso passar muito tempo em pé como eu passava antes, entendeu bênça? Passar uma roupa, assim, passar aquele tempo em pé, por causa da canseira da perna. (Roberta).

"Acho que não [...]. Na velhice mermo num dá pra aguentar esse trabalho não porque é muito pesado. " (Jerônimo). Ao ser questionado se iria trabalhar em outra função na velhice, que não envolvesse peso, respondeu: "só vai dar pra lavar carro e catar latinha".

"Não. Eu acho que não, né? Quero arrumar um biquinho, fazer uma coisinha assim, tal, mas... Pego umas latinha, que é mais maneirinho, pronto!" (Bruno).

Para a maioria dos/as entrevistados/as, a continuidade do trabalho no futuro, inclusive na velhice, foi apresentada como uma condição atrelada à continuidade da pobreza, e mesmo da situação de rua. As modalidades de trabalho apresentadas como possibilidade de serem realizadas no futuro, ainda que não exijam grandes esforços, por serem "maneiras", em comparação com as que realizavam no momento, eram trabalhos precarizados, pois é comum que as pessoas tendam a buscar trabalho dentro das possibilidades que sua realidade lhes oferece, de modo que muitas outras atividades nem passam pela mente. Alguns trabalhos mencionados foram catação de latas de alumínio recicláveis, lavagem de carro, venda de picolé, os quais já fazem parte do contexto dessas pessoas.

A continuidade do trabalho também foi apresentada como uma possibilidade para ocupação, socialização e distração mental.

> Tem que se ocupar em alguma coisa, né! (...) A questão na velhice, veja só. Eu acredito que, eu possa me ocupar em alguma coisa, me ocupar em alguma coisa. Mas, é, porque eu num vou viver, éé, parado, parado totalmente. Porque a mente da gente (...) tem que se ocupar, em alguma coisa. Fazer qualquer, tipo de atividade, entendeu? Pra poder, éé, a mente funcionar normal e justamente, éé, ter uma vida mais e-, elegante, mais feliz, entendeu? Eu acredito nisso aí, entendeu? Eu vou ter que me ocupar, na velhice, entendeu? Fazer qualquer coisa. (Botelho – GF).

"Eu acho que sim, quando a gente gosta de trabalhar num para não. Aí tenho amor ao trabalho, eu gosto muito de trabalhar. Eu amo arru-, fazer arruamação. Eu sou doente por limpeza" (Roberta).

Como, para essas pessoas, a manutenção da vida está relacionada ao trabalho, ao refletirem sobre a velhice e constatarem que não mais poderão continuar a desempenhar as suas atividades laborais costumeiras, a esmola também se apresentou como uma alternativa. "Mas já que eu num tenho documento eu peço esmola. Éé. Na velhice vai ser assim. A velhice eu já, eu já peço de novo, na velhice é que eu vou pedir mermo! Que o pessoal vê o vei, ajuda o senhor. (risos)" (Jerônimo – GF).

7.4 Aportes sobre a centralidade do trabalho na formação identitária

Assim como Ramalho identificou, para o caso da pesca em Pernambuco, que o/a trabalhador/a é definido/a a partir de seu modo de trabalhar, a "pescaria" (RAMALHO, 2016, p. 392), as pessoas em situação de rua aqui analisadas também se avaliaram enquanto trabalhadoras a partir de suas atividades laborais.

Uma vez que os trabalhos realizados por essas pessoas são extremamente precários, com sérios prejuízos à saúde física e à mental, a maneira como esses/as trabalhadores/as se identificaram à categoria "trabalhador/a" foi marcada por aparentes contradições convertidas na ambiguidade de ser ou não ser trabalhador/a. Essa identificação também foi fomentada pelo ímpeto moral em distanciarem-se de realidades consideradas opostas ao trabalho e marcadas com o selo pejorativo e adverso perpetrado pelo senso comum da sociedade em que estão inseridas, como a preguiça. Para o caso do crime, esse aspecto torna-se ainda mais intenso porque abrange práticas legalmente reprovadas, cujas sanções não se dão apenas nas relações sociais próximas, mas também em instâncias burocrático-jurídicas.

Todo o processo de identificação laboral dessas pessoas é marcado por estratégias de lida com o estigma (GOFFMAN, 1982) a que são submetidas, por serem, já de partida, peremptoriamente discriminadas por estarem em situação de rua, motivo pelo qual vivem numa constante busca para superar o vínculo a categorias estigmatizadas e as desvantagens advindas deste, apegando-se a outra categoria, a de "trabalhador/a".

Na pesquisa de campo, o tempo todo elas buscaram afirmar essa identidade para mim, frequente e insistentemente me convocando para "ver" e "tirar foto" dos trabalhos que faziam, para que eu deixasse registrado neste estudo que não há contradição epistêmico-metodológica de que elas são, ao mesmo tempo, pessoas em situação de rua e trabalhadores/as. Alexandre, de Boa Viagem, é um dos exemplos mais notáveis da insistência nessa busca por transparecer que ele e todas as demais pessoas com quem convivia eram trabalhadores/as. As fotos a seguir demonstram um desses momentos.

Fotografia nº 56 – Alexandre - Flanelinha.



Fonte: Foto da autora, 12/05/18, às 17h16.

Fotografia nº 57 - Porfiro - latas de alumínio.



Fonte: Foto da autora, 12/05/18, às 17h23.

No âmbito de seus trabalhos, ainda precisam enfrentar diariamente o estigma porque suas atividades são consideradas hierarquicamente inferiores, tanto pelo procedimento das mesmas quanto pelo baixo rendimento advindo delas. Assim, ser trabalhador/a, além de considerar-se e afirmar-se como tal, também é marcar posição como sujeito positivamente integrado na sociedade.

Portanto, o perceber-se como trabalhador e analisar as atividades realizadas como um trabalho consiste numa operação que, de acordo com o Configuracionismo latino-americano (DE LA GARZA, 2012b), traz à baila a inextrincável articulação entre estruturas e subjetividades. Por um lado, têm-se as estruturas de precariedade em todas as modalidades de trabalho aqui analisadas, por outro, observa-se o modo peculiar com as pessoas em situação de rua transitam por esses trabalhos, numa dinâmica em que está em jogo a realização técnica dos trabalhos e o modo como o sujeito se percebe nessa teia. Foi justamente nesse processo que o componente "moral" da dimensão simbólica foi identificado com maior força, tanto referente ao momento em que as atividades eram realizadas quanto em relação às expectativas futuras.

Atrelado à precariedade, ao desemprego, à informalidade e ao próprio conceito de trabalho, tem-se o debate a respeito da centralidade do trabalho. Ao analisar a história das teorizações sobre o trabalho, De la Garza (2016) identificou que as teorias sobre o fim e a centralidade do trabalho podem ser agrupadas de três maneiras: as associadas à pós-modernidade, as para-pós-modernas e as inovações sem trabalho.

Segundo este autor, as análises sobre o futuro do trabalho são divididas entre as otimistas e as pessimistas. As primeiras defendem que a inserção da tecnologia é capaz de liberar o ser humano do trabalho alienado e propiciar uma relação conciliadora entre o capital

e o trabalho. Nesse sentido, a automatização dos processos produtivos era percebida de maneira otimista, especialmente por volta da década de 50 do século XX, na medida em que contribuiria à formação de uma nova classe trabalhadora, com maior controle sobre seu trabalho e que haveria enriquecimento de suas tarefas. Serge Mallet foi um dos principais formuladores e defensores dessas ideias, sobretudo em seu livro *La nouvelle classe ouvrière*[156] – 1963 (De La GARZA, 2016).

Posteriormente, com a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa e o início de conflitos entre capital e trabalho, processo iniciado no final dos anos 60, as visões otimistas sobre a conciliação de interesses entre trabalhadores/as e patrões/patroas foram substituídas por tendências que constatavam a desqualificação do trabalho. Braverman, sobretudo em seu livro *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*[157] – 1974, foi um representante desse posicionamento (DE LA GARZA, 2016).

Assim, as análises pessimistas enfatizam as novas segmentações do mercado laboral e o aumento do trabalho precário, bem como analisam que o toyotismo se apresentou como um modo superior de controlar o trabalho. É neste grupo que são agregadas as posturas pós-modernas e para-pós-modernas (DE LA GARZA, 2016).

Os posicionamentos teóricos sobre o fim do trabalho, com base em ideias pós-modernas de fragmentação do sujeito e crença no fim das ideologias, defendiam que as mudanças no modo de produção fragmentavam as identidades dos/as trabalhadores/as, impossibilitando-os/as de se articularem coletivamente. Dessa maneira, esse foi um contexto fértil para críticas ao trabalho enquanto categoria central no processo de subjetivação dos indivíduos e como articulador de ações coletivas (DE LA GARZA, 2016).

Os argumentos sobre o fim do trabalho, até a metade da década de 90 do século XX, podem ser divididos em quatro teses principais. A **primeira** defende que, diante da diminuição dos trabalhos na indústria e aumento nos serviços, os trabalhos precários se expandiram, assim como houve aumento do desemprego na Europa e da informalidade nos países considerados de "Terceiro Mundo". Toda essa dinâmica gera heterogeneidade entre os/as trabalhadores/as, o que dificulta a constituição de identidades em torno do trabalho e prejudica a possibilidade de se articularem em movimentos coletivos. Portanto, é a Revolução Tecnológica que ocasiona o fim do trabalho (DE LA GARZA, 2016).

Rifkin (1995) é um dos autores que defende a relação entre a inovação tecnológica e o aumento do desemprego, através do conceito "desemprego tecnológico". Ele diz: "estamos

[156] A nova classe trabalhadora.
[157] Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no Século XX.

entrando numa nova fase na história do mundo – em que cada vez menos trabalhadores serão necessários para produzir bens e serviços para a população global" (RIFKIN, 1995, p. xviii).

Porém, a diminuição de postos de trabalho em indústrias está atrelada à geração de empregos em outros setores (DE LA GARZA, 2016). Os serviços, por exemplo, constituem-se num setor que tem aumentado significativamente na contemporaneidade (DE LA GARZA, 2016, S/D). Em concordância com Antunes (2007), pode-se afirmar que, por nossa sociedade ainda se destacar por ser produtora de mercadorias, nomeadamente de valores, o trabalho continua assumindo uma centralidade.

Ademais, embora haja concordância que a dinâmica atual do trabalho gere heterogeneidades, "é simplista atribuir às posições no mercado laboral a determinação de normas, valores e atitudes[158]", pois é necessário considerar a articulação entre estruturas, subjetividades, identidades e ações coletivas. Uma vez que existem outras dimensões da vida e das relações sociais que interferem na constituição humana, houve heterogeneidade em toda história da classe trabalhadora (DE LA GARZA, 2016, p. 222).

Na **segunda** tese, considera-se que a fragmentação dos mundos de vida, sendo o mundo do trabalho apenas um destes, influenciou diretamente no processo de formação identitário, de modo que não se poderia mais considerar o trabalho como formador de identidades coletivas. Inclusive, o mundo fora dele, com destaque para o consumo, passou a ser tido como mais importante na constituição de identidades (DE LA GARZA, 2016).

Contra este posicionamento, De la Garza defende que essa fragmentação não é peculiar ao período dito pós-moderno, pois a noção de um todo articulado só pode ser verificada teoricamente. "Talvez a fragmentação, articulações parciais e rearticulações dinâmicas sejam processos históricos não próprios das sociedades pós-modernas, mas de toda a história da humanidade[159]" (DE LA GARZA, 2016, p. 222).

Uma das principais críticas das teorias da pós-modernidade é direcionada à ideia moderna de totalidade, contra a qual defendem a heterogeneidade e a fragmentação dos sujeitos, das ideias, da sociedade, com base em teorias elaboradas no contexto da Virada Linguística, em que a linguagem passou a ser concebida como um elemento importante para compreensão das relações sociais, através da qual se constatou que a ideia de razão como sustentáculo da sociedade não poderia mais ser defendida. Em meio à insurgência de diversos movimentos sociais com reivindicações concernentes a aspectos da vida diferentes da relação

158 "Es simplista atribuir a las posiciones en el mercado laboral la determinación de normas, valores y actitudes."
159 "tal vez la fragmentación, articulaciones parciales y rearticulaciones dinámicas sean procesos históricos no propios de las sociedades postmodernas sino de toda la historia de la humanidad".

laboral, tais como meio ambiente e gênero, por volta da década de 1960 e 1970, esse foi um período em que se manifestaram as críticas mais veementes contra a ideia de que a classe trabalhadora seria protagonista no processo de mudanças sociais.

No entanto, por mais que se aceite que o trabalho não seja a única via de mobilização social, tampouco ele deixou de sê-lo. Além disso, a heterogeneidade e a fragmentação não inviabilizam a articulação coletiva.

A **terceira** tese está relacionada à emergência do capital financeiro na contemporaneidade, não expresso em indivíduos palpáveis, pois opera de modo anônimo e global. Considera-se, portanto, que a riqueza social não depende mais da atividade laboral e que o fim do trabalho está relacionado à decadência de sua função geradora de valor. Ao contrário desta tese, em acordo com De la Garza, embora se reconheça a emergência da financeirização do capital e de sua influência na geração de riquezas, parte significativa do desenvolvimento mundial ainda se baseia nas produções. Os bens e serviços para satisfação de necessidades humanas, animais e, também, do próprio circuito financeiro como os computadores, são oriundos do trabalho produtivo. "Estes circuitos da produção e circulação de bens e serviços ainda necessitam de homens. Tais circuitos podem ser mais ou menos automatizados, mas a fábrica sem homens de maneira universal é uma utopia que não encontra bases reais na atualidade[160]" (DE LA GARZA, 2016, p. 224).

A **quarta** tese defende que a reestruturação produtiva, atrelada à emergência do neoliberalismo, sequenciou o enfraquecimento do conflito entre trabalhadores/as e patrões/patroas. Desse modo, considerou-se que ao invés dos embates políticos dos/as trabalhadores/as com as empresas, o foco passou a ser as relações entre estas, num contexto macroeconômico internacional. Contra essa perspectiva, considera-se que as crises e o refluxo dos sindicatos não são fenômenos apenas do período pós-moderno (DE LA GARZA, 2016).

Claus Offe foi um dos primeiros que se basearam em ideias pós-modernas para defender o fim do trabalho (DE LA GARZA et al, 2008). Para ele, é "improvável" que o trabalho continue "a desempenhar um papel central como uma norma que integra e dirige a existência pessoal", considerando que as inovações tecnológicas aumentarão o tempo livre dos/as trabalhadores/as, e, assim, estes/as terão condições para investirem em outras dimensões de suas vidas. Porém, as análises da contemporaneidade evidenciam aumento dos

[160] "Estos circuitos de la producción y circulación de bienes y servicios ocupan hombres, pueden ser más o menos automatizados, pero la fábrica sin hombres de manera universal es una utopía que no encuentra bases reales en la actualidad"

trabalhos precários com vários prejuízos à saúde física e mental do/a trabalhador/a, causados sobretudo pela grande dedicação de seu tempo ao trabalho.

Na mesma direção, Gorz (1982) afirma que a automatização sequencia o fim dos empregos, e que, por isso, a "abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se" (GORZ, 1982, p.11). Nesse caso, os sujeitos não mais se reconhecem no trabalho e, portanto, não há formação de identidades e sim a "não-classe de não trabalhadores", o que sequencia o fim da luta de classes (GORZ, 1982, p.11). Quanto a esta questão, por mais que os trabalhos tenham um alto grau de alienação, os trabalhadores/as continuarão sendo trabalhadores/as.

Ao contrário dessa postura gorziana, Antunes (2007) defende que na dinâmica do trabalho ainda existe uma "classe-que-vive-do-trabalho", a qual ainda tem a possibilidade de se organizar e lutar pela emancipação humana. Diferentemente da visão de Gorz, ainda não é possível abolir o trabalho porque a maioria das pessoas vive dele, sobretudo em suas modalidades precárias. "Nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, *o que é fundamental*, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho"* (ANTUNES, 2007, p.62, grifos do autor).

Continuando com a classificação de De la Garza (2016), os/as para-pós-modernos/as, são autores/as que não se dizem "pós-modernos", mas, por suas posições, são aproximados/as da pós-modernidade. Seu discurso é focado no trabalho, especificamente para se opor a este, diferentemente dos pós-modernos, que têm críticas mais amplas.

Os/as para-pós-modernos/as argumentam que a heterogeneidade do trabalho, aspecto já observado nas teorias pós-modernas, não deve ser a única dimensão explicativa do trabalho, uma vez que é a flexibilidade que merece destaque. Esta provoca desestruturação nas relações de trabalho, provocada por fatores como as constantes mudanças de emprego e a grande alternância entre desemprego e vínculo empregatício. O grau de prejuízo é maior quando os deslocamentos são também geográficos, bem como os elos familiares e/ou comunitários são fragilizados (DE LA GARZA, 2016). Sennet é uma das vozes nessa direção, ao avaliar esta realidade como promotora de "corrosão de caráter", o qual afirma que "talvez o aspecto da flexibilidade que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal" (SENNET, 2005, p. 10).

Contra essa perspectiva para-pós-moderna, considera-se que as identidades não são formadas apenas a partir do trabalho, numa determinação estrutural. Mas, as estruturas, que não são formadas apenas pela ocupação, tendem a pressionar a formação identitária. Ou seja,

o indivíduo se forma a partir de todo o contexto social em que está inserido, independentemente de seu trabalho ser heterogêneo, pois

> não é impossível a identidade e a constituição de sujeitos sociais entre trabalhadores de ocupações heterogêneas. A heterogeneidade sempre existiu e não foi um obstáculo absoluto no passado e nem mesmo as relações face a face são uma condição imprescindível à formação identitária[161] (DE LA GARZA, 2016, p. 227-228).

É importante salientar que entre um todo desarticulado, como consideram os pós-modernos, e um todo articulado, existem muitas possibilidades, dentre as quais há a centralidade do trabalho para muitos indivíduos (DE LA GARZA, 2016).

Ademais, segundo De la Garza (2016), os textos e posições para-pós-modernos, por mais que teçam algumas críticas ao neoliberalismo, defendem a reformação deste, ao contrário de propostas que envolvam a participação efetiva do Estado em executar políticas públicas efetivas.

Outro conjunto de teorias sobre o fim do trabalho foca nas inovações tecnológicas no ambiente empresarial, considerando que a principal inovação ocorre no processo de trabalho e que o crescimento da economia e da produção é realizado por meio da aprendizagem, especialmente o conhecimento tácito. Nessas teses da inovação, a tecnologia é reduzida à aprendizagem tecnológica, com foco na cognição. No entanto, nem o conhecimento é formado apenas por esta dimensão, pois também envolve a moral, a estética, as emoções etc., nem ela é a mais importante (DE LA GARZA, 2016, S/D). Essas teorias da aprendizagem tecnológica, ao reduzirem a produção ao conhecimento e sem desenvolver uma posição clara sobre o trabalho, agem na negação deste (DE LA GARZA, 2016).

Autores como Claus Offe, André Gorz e Jürgen Habermas também criticam a perspectiva ontológica do trabalho, sob o argumento de que este não tem um grau de importância na constituição humana. Em seu lugar, outros elementos são postos em destaque, a exemplo da comunicação, por Habermas (ANTUNES, 2007). No entanto, por mais fetichizado que seja o trabalho desempenhado nas teias do capitalismo, a dimensão concreta e criativa do trabalho ainda não foi abolida, pois este é um aspecto importante no processo de subjetivação dos indivíduos.

Em suma, considera-se que, mesmo diante de transformações tecnológicas em diversos âmbitos do mundo do trabalho, atreladas a mudanças socioculturais, não se trata do fim do trabalho, mas da transformação do mesmo, inclusive mediante a articulação entre

[161] "No es imposible la identidad y la constitución de sujetos sociales entre trabajadores de ocupaciones heterogéneas, la heterogeneidad siempre existió y no fue un obstáculo absoluto en el pasado, tampoco es una condición lo sólido de las relaciones cara a cara."

momentos laborais e reprodutivos, o que é importante para constatar que as identidades não são estáticas e sim formadas num dinamismo que não segue um padrão hegemônico de subjetivação (DE LA GARZA, 2016).

Pode-se considerar que o trabalho ainda é central na sociedade contemporânea porque é através dele que grande parte da riqueza mundial é produzida. O processo de flexibilização, que tem gerado diferentes modos de precariedades, atinge principalmente os indivíduos que circulam na pobreza, que, além de não terem amparo do Estado em questões básicas como saúde e educação, enfrentam grandes dificuldades para se vincularem ao trabalho e desfrutarem da renda advinda deste. Quando conseguem, em sua grande maioria é no âmbito da precariedade, independentemente de ser formal ou informal.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a sociedade como um todo, inclusive as relações na esfera internacional, observa-se que a grande maioria da população é submetida a uma vida de dedicação extenuante ao trabalho, para garantir o mínimo de sobrevivência para si e para os/as que dela dependem. Além de excessivas horas trabalhadas, as atividades, em sua maioria, são marcadamente precárias devido à repetição e ao pouco espaço para desenvolvimento da criatividade. As escolas, e a educação de modo geral, tendem a preparar os indivíduos para se acomodarem a essa dinâmica de vida, num contexto em que há poucas possibilidades de manobras. Estar em situação de rua, portanto, é romper com muitos padrões, mas não em relação à vivência no trabalho, por mais que este seja assistemático e mais próximo das experiências informais, conforme tem se verificado ao longo de toda esta tese.

Para apreensão de sua complexidade, a análise da relação entre as pessoas em situação de rua e o trabalho não deve ser realizada de modo apressado e superficial, pois requer a observância atenta de inúmeras filigranas. Se, por um lado, a maioria das pessoas em situação de rua não tem vínculo formal de trabalho, não significa que esta mesma maioria viva sem trabalhar, pois exerce trabalhos os mais diversos possíveis no ambiente das ruas.

O trabalho executado por essas pessoas não é isolado na dinâmica de trabalho, como se estivesse inserido numa modalidade de trabalho inferior e de pouca influência no processo geral de acumulação do capital. Ao contrário, tais trabalhos contribuem diretamente a esse processo, na medida em que cada atividade realizada está vinculada à complexa cadeia de produção de lucros.

Foi com base nesse pressuposto que esta investigação se propôs a analisar o processo de trabalho das pessoas em situação de rua, indo além da constatação de que os trabalhos executados por essas pessoas são para garantir sua sobrevivência e que exigem pouca ou nenhuma qualificação e geram baixo rendimento. Esta investigação foi regida pelo seguinte problema de pesquisa: como se configura o processo de trabalho das pessoas em situação de rua, considerando que a pobreza extrema, e as consequências prejudiciais da desigualdade socioeconômica a que estão vinculadas, influenciam direta e intensamente tal processo, o qual está diretamente associado à identidade laboral dos/as trabalhadores/as?

No universo laboral, as pessoas em situação de rua, em consonância com sua realidade heterogênea, realizam as mais diversas atividades, dentre as quais, nesta pesquisa, foram identificadas as seguintes: flanelinha, venda de pipocas e água mineral em transportes públicos, venda de água mineral no calçadão da praia de Boa Viagem, venda de facas nas ruas

do centro do Recife, auxílio a vendedor de livros, auxílio a vendedor em fiteiro, venda de pulseiras, prostituição, realização de faxinas, coleta de papelão, garrafas PET e outros materiais recicláveis.

Além desses trabalhos, os/as entrevistados/as estão envolvidos/as em outros que foram o foco desta tese, agrupados sobre o termo “trabalhos em torno do/a barraqueiro/a”, que se referem às seguintes modalidades: transporte de carroças, organização do material na praia, convite de clientes para o consumo, atendimento aos/às clientes, reorganização do material nas carroças, mandados ao longo do dia, manutenção e fabricação de materiais usados no comércio da praia, catação de latas de alumínio recicláveis. Salienta-se que a última atividade também foi analisada a partir da realidade do centro do Recife. Esses trabalhos, na contramão de sua aparente simplicidade, foram analisados em sua complexidade como geradores de valor e não apenas como meio para esses/as trabalhadores/as garantirem sua sobrevivência.

Desse modo, esta pesquisa colabora ao entendimento da relação entre pessoas em situação de rua e a dinâmica do trabalho, em se tratando se apresentar as principais bases que fundamentam a defesa de que as pessoas em situação de rua são trabalhadoras, tanto pela análise de seus trabalhos quanto pela maneira como se identificam com eles, constatando-se que os trabalhos que realizam são considerados não clássicos.

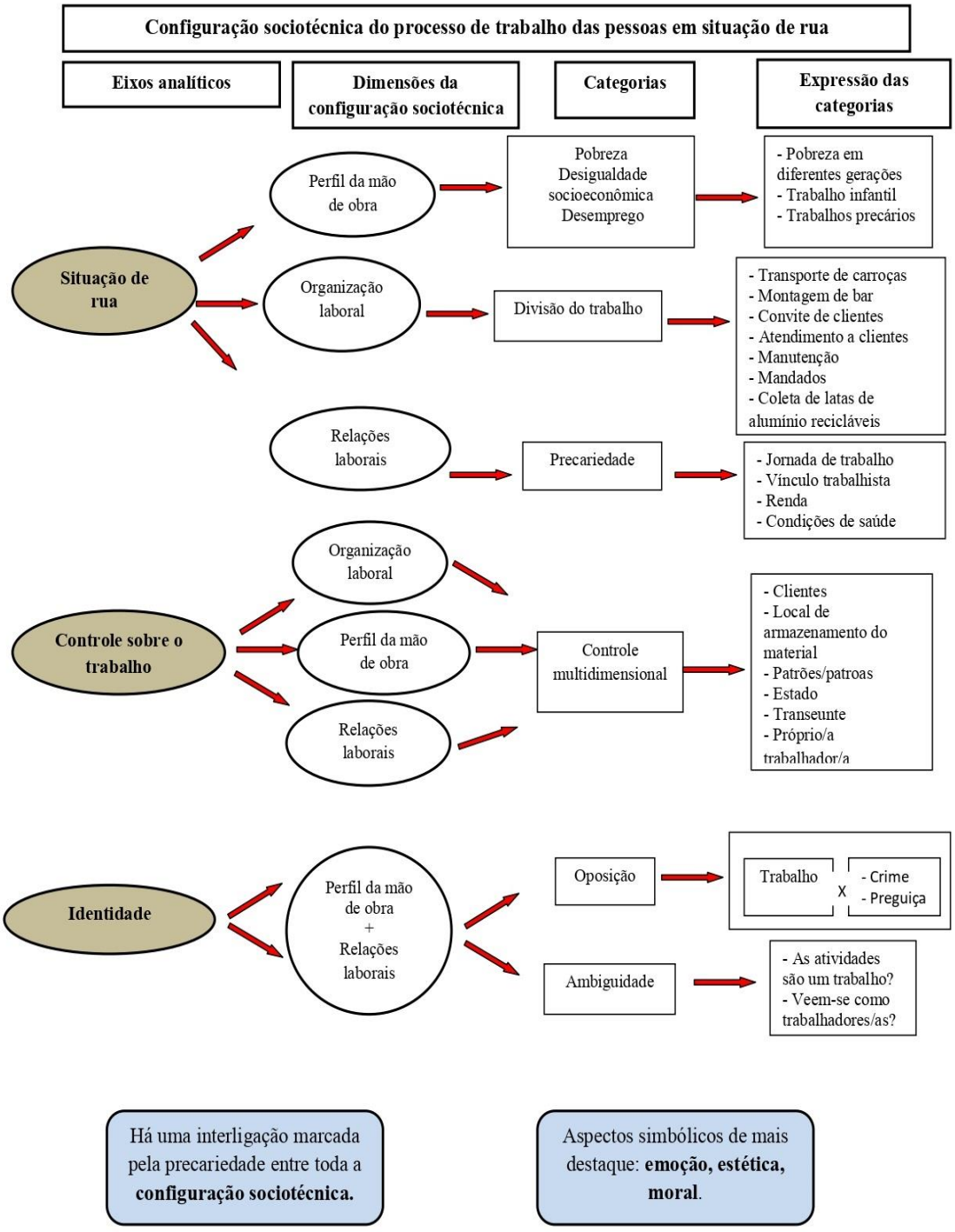
Esse processo de trabalho, analisado enquanto uma configuração sociotécnica (DE LA GARZA, 2001, 2012a), evidenciou peculiaridades na articulação entre esses trabalhos e as pessoas em situação de rua que os executam, o que permitiu verificar três principais eixos analíticos que influem nesse processo: situação de rua, controle sobre o trabalho e identidade. Estes são perpassados e articulados pela precariedade em todo o conjunto da dinâmica laboral, com prejuízos significativos, a partir do que é possível concluir que todos os trabalhos desempenhados pelas pessoas em situação de rua, aqui analisados, são precários.

A imersão no campo e na teoria, de forma articulada do começo ao fim desta investigação, concede-me ferramentas para defender a tese de que as condições de pobreza vivenciadas pelas pessoas em situação de rua, num contexto de grande desigualdade social, ao longo de sua trajetória e no momento de realização desta pesquisa, impactam no processo de seus trabalhos, não clássicos, em todas as suas dimensões, formando uma configuração sociotécnica, inclusive no modo como se autopercebem enquanto trabalhadores/as.

As dimensões da configuração sociotécnica (DE LA GARZA, 2001, 2012a) do processo de trabalho das pessoas em situação de rua se apresentaram de modo articulado e peculiar a depender do eixo analítico. Em cada dimensão e em cada eixo constatou-se a influência de aspectos estruturais e subjetivos, integrados como uma rede, em que os dados

analisados se apresentaram com fluidez, dando-se e não dados, confirmando a pertinência do Configuracionismo latino-americano enquanto perspectiva teórico-metodológica (DE LA GARZA, 2012b). No que se refere à subjetividade, foram identificados aspectos morais, emocionais e estéticos envolvidos no processo de trabalho. A figura a seguir resume esta perspectiva.

Figura nº 4: Configuração sociotécnica do processo de trabalho das pessoas em situação de rua



Fonte: Elaboração própria

Ao tomar a situação de rua como eixo analítico, esta pesquisa não considerou que esta característica estivesse ausente nos demais eixos, porque a situação de rua é o aspecto teórico-metodológico central da dimensão "perfil de mão de obra" na configuração sociotécnica do processo de trabalho aqui analisado. Ou seja, numa análise do trabalho importa sobremaneira saber quem é o/a trabalhador/a. Quando se trata do processo de trabalho das pessoas em situação de rua, saber quem são elas não consiste apenas em análise sociodemográfica, pois estas pessoas compõem um grupo que agrega características específicas que interferem diretamente no modo como executam seus trabalhos.

Malgrado seja um grupo heterogêneo, as pessoas em situação de rua compartilham a pobreza extrema como uma característica em comum, o que proporciona uma espécie de liga que une as mais diversas experiências vivenciadas por esses sujeitos. Tal compartilhamento é, na maioria das vezes, desde o período da infância, envolvendo diferentes gerações, incluindo situações-limite tais como a ausência de alimentação.

Essa circunstância, portanto, foi decisiva para a formação de um habitus precário (Souza, 2012a), através do qual os indivíduos são significativamente condicionados a não desenvolverem habilidades necessárias à inserção em espaços de sucesso no capitalismo, a exemplo de empregos não precários e formação educacional que possibilite melhores oportunidades empregatícias. Assim, a situação de rua, além de ser um dos eixos, consiste numa linha que perpassa toda a compreensão analítica deste estudo.

A análise da pobreza no Brasil, por sua vez, precisa atrelar os elementos das desigualdades sociais, considerando que estas se apresentam em níveis elevados neste país. Salienta-se que para os estudos desta tese só foi possível atrelar a pobreza à desigualdade socioeconômica, de modo que fica em aberto a possibilidade de estudos que abordem as desigualdades de gênero e de raça, por exemplo, para compreender o processo de trabalho das pessoas em situação de rua.

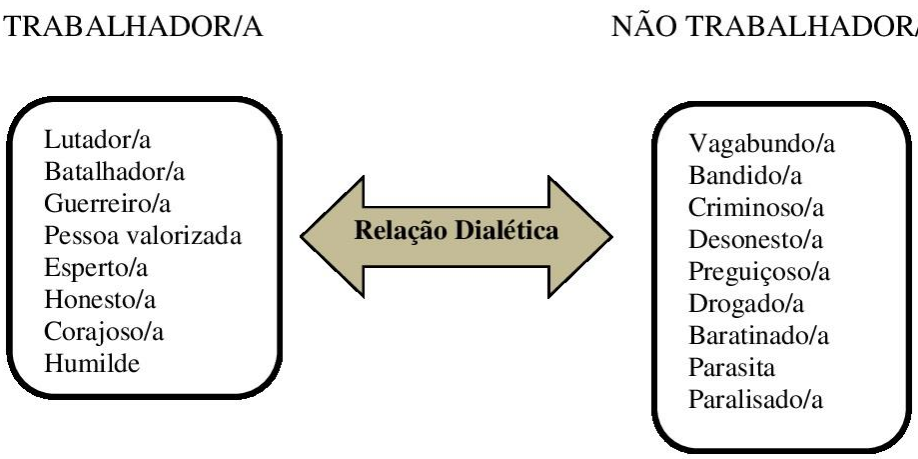
Ainda na dimensão "perfil da mão de obra", a própria maneira como as pessoas em situação de rua percebem a si mesmas como trabalhadoras e as suas atividades como trabalho, por meio das categorias gerais "oposição" e "ambiguidade", é um dado importante que exerce influência significativa no processo de trabalho, motivo pelo qual um dos eixos analíticos da investigação é "identidade".

Analisar como os trabalhos realizados pelas pessoas em situação de rua estão articulados ao modo como constroem sua identidade foi fundamental para compreender a configuração do processo de trabalho destes indivíduos, pois as pessoas agem, no ambiente de

trabalho e nos demais, de acordo com o sentido que atribuem a si mesmas e às suas ações. O procedimento do trabalho, incluindo conflitos, negociações, procedimentos técnicos e interações sociais no geral, está intimamente relacionado à autopercepção das pessoas em situação de rua, especificamente no tocante ao universo laboral.

Os significados atribuídos ao trabalho, pelas pessoas em situação de rua, consistem em resultados de arranjos possibilitados pela peculiaridade da inserção social desses sujeitos. Os sentidos do trabalho, a partir do *processo moral de oposição*, apresentaram-se como um resultado de cocriação que envolveu diferentes termos, representantes tanto de um lado quanto de outro, de acordo com a figura a seguir:

Figura nº 5: Sentidos do trabalho a partir do *processo moral de oposição*



Fonte: Elaboração própria

A partir dessa oposição, considerando que a identidade social é construída em oposição a outras (ZALUAR, 2000; COELHO JÚNIOR & FIGUEIREDO, 2004; MAHEIRIE, 2002; DUBAR, 2005), o trabalho foi apresentado como uma atividade árdua e um sinônimo de dispêndio de energia, "suado", um "osso", para o qual o/a trabalhador/a precisa ter frequente "disposição" e estar preparado/a para "ir à guerra", sem "medo", em busca de lograr êxito em se afastar de categorias estigmatizadas negativamente.

Nessa dinâmica, a própria precariedade foi vista de modo ambíguo, pois, à medida que foi criticada ao ponto de conduzir essas pessoas a defenderem que suas atividades não consistem num trabalho, pois seriam apenas um "bico", um "encharcador" e outros termos de semelhante natureza pejorativa, a precariedade também foi naturalizada no sentido de que o trabalho foi visto como uma atividade que requer o empreendimento de grande esforço físico.

Essa ambiguidade se manifestou inclusive nas fronteiras entre ser trabalhador/a e não trabalhador/a, considerando que é possível que um indivíduo tenha características atribuídas às duas dimensões, a exemplo da articulação entre roubo/furto e trabalho, bem como ingestão alcoólica e trabalho.

Desse modo, esta pesquisa constatou que a identidade laboral das pessoas em situação de rua é construída através de constantes metamorfoses (CIAMPA, 2001), influenciadas pelas interações com o/a outro/a, num processo em que a formação identitária é condicionada pelo reconhecimento deste/a, mais precisamente pela maneira como o sujeito interpreta a percepção do/a outro/a (DUBAR, 2005), com base nos significados que têm a respeito do trabalho, os quais são uma cocriação de sentidos, ao invés de aspectos imanentes aos indivíduos (CIAMPA, 2001).

Em todos os trabalhos realizados pelas pessoas em situação de rua deste estudo, a precariedade é tão intensa que esses indivíduos encontram dificuldades para converter a experiência de trabalho em real oportunidade de saída das ruas. Consoante Telles (2001), a modernização no mundo do trabalho, sem uma formação igualitária efetiva, condena grande parte da população, incluindo jovens sem amparo, à inserção em trabalhos precários, os quais não têm o potencial de tirar o/a trabalhador/a da situação de pobreza.

É difícil sair da rua através desses trabalhos porque a renda é baixa e a periodicidade é assistemática, atrelado ao desamparo por parte do Estado para oferecer saídas à situação de rua. A própria condição de rua interfere no modo como o indivíduo percebe a realidade e se percebe dentro da mesma, em termos de limites e alcances referentes às possibilidades de mudança de vida. Essa dificuldade é agravada devido ao fato de todos/as os entrevistados/as compartilharem trajetórias de pobreza e serem partes de famílias que têm a pobreza intergeracional como uma característica marcante.

Mesmo os/as que têm acesso a políticas públicas mais diretas, como o Centro POP, há pouco estímulo efetivo do Estado no oferecimento de alternativas diferentes da circunstância em que eles/as já se encontram, a saber, a situação de rua. Anos após a implementação da LOAS, em 1993, muito do que havia sido prometido ainda não foi cumprido e milhares de pobres padecem de inúmeras necessidades cotidianamente. O momento atual é de maior agravamento porque, além das intensas dificuldades em manter os direitos já conquistados, através da permanência de serviços, atendimentos e benefícios, uma forte onda conservadora tem ganhado espaço no país, a exemplo da atual proposta de reforma previdenciária. Uma vez que no Brasil há uma deficiência nítida referente à consolidação dos direitos, o agravamento da situação não se refere apenas à perda de direitos, mas, de acordo com Telles (2001), à

paulatina perda de esperança num horizonte em que a efetivação dos mesmos seja possível. Igualmente, Martins (2002) aponta que, além da ausência de condições materiais básicas à sobrevivência, falta, muitas vezes, essa esperança.

Dessa maneira, o trabalho precário, que deveria ser combatido e evitado, consiste, geralmente, numa das vias potencializadoras de exercício da cidadania, na medida em que propicia uma renda que, ainda que pouca, contribui à sobrevivência dos indivíduos. A dificuldade de inserção laboral das pessoas em situação de rua, ao longo de toda sua vida, está associada às experiências frustrantes decorrentes da pobreza, em se tratando de poucas oportunidades, desestruturação familiar e submissão a trabalhos degradantes. Essa circunstância consiste num esteio a partir do qual as pessoas em situação de rua percebem a si mesmas, o trabalho que realizam e a ideia de trabalho de modo geral. É através dessa percepção que geram expectativas quanto ao futuro, tanto um próximo quanto um mais distante em se tratando da velhice.

É desse modo que muitas dessas pessoas concluem que continuarão trabalhando na velhice, ainda que seja em atividades que demandem menor esforço em comparação com as que estão acostumadas a desempenhar. Essa expectativa, por sua vez, também compõe o modo como as pessoas em situação de rua formam sua identidade, considerando que o indivíduo se subjetiva a partir da articulação entre a memória do passado, as vivências do presente e a esperança de futuro.

Ao longo desse estudo, ficou evidente que o trabalho, ainda que fragmentado e assistemático, contribui à formação identitária dos indivíduos, particularmente das pessoas em situação de rua, evidenciando a permanência de sua centralidade nesse processo, sem, contudo, ignorar que outras dimensões da vida também cooperam à essa formação. Salienta-se que, devido à grande precariedade laboral, há uma baixa identificação com a atividade em si, mas com a categoria “trabalhador/a”, em consonância com a clássica divisão entre trabalho abstrato e trabalho concreto já teorizada por Marx (2009) .

Quando se tratam de atividades moralmente não aceitas, tendem a não se considerarem trabalhadores/as. Por isso, caberia um estudo dessas atividades, tomando como exemplo a prostituição, o que não foi objetivo desta pesquisa.

Através da pesquisa de campo não foi constatada uma participação politicoorganizativa das pessoas em situação de rua entrevistadas a partir da formação de identidades coletivas referentes aos trabalhos executados, nem esse consistiu num dos objetivos desse estudo. No entanto, foram identificadas ações de outras pessoas em situação de rua da RMR, em torno do início da articulação em torno do MNPR, bem como a participação desses sujeitos em fóruns,

comitês e reuniões político-admnistrativas no estado. Portanto, esta consiste em outra questão de pesquisa significativa que é importante ser analisada em estudos posteriores.

Através da dimensão "relações laborais" da configuração sociotécnica, foi possível investigar o eixo analítico "controle", em cuja empreitada o conceito *trabalho não clássico* (DE LA GARZA, 2005, 2009, 2010, 2011a, 2012a, 2017a, 2017c) permitiu constatar as diferentes fontes do controle, do que se conclui que o trabalho das pessoas em situação de rua não é hermético e facilmente previsível, pois depende diretamente do espaço-tempo em que é realizado, considerando as múltiplas possibilidades de influências simbólicas e estruturais. A partir da complementação teórica de Lefebvre (1991, 2004), Lindón (2012) e Santos (2006), compreendeu-se, de forma mais significativa, a articulação entre controle e espaço social. Ademais, a perspectiva conceitual não clássica permitiu observar o trabalho sob múltiplas faces, articulando as interações micro, em diferentes subjetividades, com a perspectiva macro de produção de valor.

Após circular por muitas perspectivas conceituais e deparar-me com diferentes possibilidades de análise, constato que a compreensão do trabalho das pessoas em situação de rua e do fenômeno situação de rua em si ainda carece de muitas investigações, principalmente diante de um contexto em que o quantitativo dessas pessoas tem aumentado e tende a continuar se elevando. Um dos aspectos que merece investigação refere-se a um dos *lócus* empíricos deste estudo, a saber: o Edifício Holiday.

Diante da interdição sofrida por este prédio, no final de minha pesquisa de campo, não foi possível apreender as principais mudanças ocasionadas por esta medida, de modo que muitas questões precisariam ser investigadas. O Holiday consiste num prédio que funcionava como palco de múltiplas interações sociais envolvendo diferentes atores/atrizes: moradores/as; donos/as de lojas; comerciantes da praia que lá guardavam seus materiais de trabalho; pessoas em situação de rua que trabalhavam no transporte desse material; pessoas que moravam no térreo do edifício; outras que dormiam nas calçadas de algumas dessas lojas. Toda essa teia relacional também atraia a vizinhança, por meio de aproximações opostas. A que residia mais perto, em censura dessa realidade, com práticas discriminatórias e intuitos de acabar com o Holiday e tudo o que ele representava. Já a outra vizinhança que se aproximava do prédio consiste em pessoas oriundas das comunidades dos arredores que fomentavam o comércio e colaboravam para a aura típica do local.

Com o Holiday interditado, todas as relações tiveram que ser refeitas e, portanto, caberia uma volta ao campo para investigar as mudanças e continuidades, bem como as razões

para as mesmas. Certamente, a variação nos dados, que já sofrem modificações a depender do período em que são levantados, seria ainda mais significativa diante dessas transformações.

No caso específico das pessoas em situação de rua que viviam por lá e trabalhavam no transporte das carroças, agora têm que fazer o transporte a partir de outros depósitos da localidade. Assim, será que essa mudança de trajeto também provocou mudança no valor recebido? O cansaço aumentou? Como estão se processando os controles a que são submetidas no trajeto? Essas são apenas algumas indagações, diante de uma infinidade de mudanças ainda não identificadas a respeito das atuais condições de trabalho dessas pessoas.

Embora o foco maior da pesquisa tenha recaído sobre Boa Viagem, a pesquisa de campo no centro do Recife foi fundamental para se obter uma visão mais alargada e complexificada do mundo do trabalho das pessoas em situação de rua e, inclusive, identificar a necessidade de direcionar o olhar analítico mais para Boa Viagem, a fim de compreender a dinâmica própria daquele lugar, aproveitando que aquele espaço social, por seu ritmo próprio, proporcionava elementos mais contundentes e adensados para compreensão do processo de trabalho das pessoas em situação de rua.

Constatou-se que em Boa Viagem, na altura do Edif. Holiday, havia uma dinâmica que atraia as pessoas em situação de rua a permanecerem neste local, por mais que também houvesse um fluxo de chegada e saída de novas pessoas. O próprio dinamismo do trabalho nesta localidade facilitou a aproximação ao grupo, principalmente no que se refere aos "mandados", para os quais as pessoas em situação de rua tendiam a permanecer no mesmo local, calçadão da praia, à espera de oportunidades laborais.

No âmbito da Sociologia do Trabalho, área em que este estudo está inserido, tem-se uma notável contribuição à análise teórico-metodológica do trabalho na atualidade e sem limitar-se ao contexto sociogeográfico em que a pesquisa foi realizada, por considerar que a mesma dialoga com outros estudos que também contribuem à compreensão do trabalho atual.

Por fim, constata-se que essa pesquisa, ao notabilizar os processos de trabalho das pessoas em situação de rua, atrelados às dificuldades vivenciadas nesse contexto, contribui à formulação de políticas públicas, na medida em que o conhecimento dessa realidade é fundamental às ações estatais.

REFERÊNCIAS

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio. *Índice de Reciclagem de Latas de Alumínio para Bebidas – 2003 a 2016.* 2017. Disponível em: < http://abal.org.br/estatisticas/nacionais/reciclagem/latas-de-aluminio/>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

ABRALATAS – Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade. *História da lata de alumínio para bebidas.* 2018a. Disponível em: < http://www.abralatas.org.br/wp-content/themes/abralatas/docs/historiaConteudo.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

_____. *Latas para bebidas*. 2018b. Disponível em: < http://abal.org.br/aplicacoes/embalagens/latas-para-bebidas/>. 2018b. Acesso em 06 de novembro de 2018.

_____. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e Cultura*, vol. 58, nº 4, São Paulo, Oct./Dec., 2006.

ABRAMO, Laís. *Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social.* Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2015.

AGUIRRE, Igor Israel Gonzáles. (Re)pensar el desarrollo. Una mirada al horizonte jalisciense. In: *Ixaya*. Revista Universitaria de Desarrollo Social, 2011, pp. 85-105. Disponível em: <http://www.ixaya.cucsh.udg.mx/sites/default/files/2_fletes.pdf> Acessado em 01 de julho de 2016.

ALBUQUERQUE, Cintia. *Loucos nas ruas: um estudo sobre o atendimento à população de rua adulta em sofrimento psíquico na cidade do Recife.* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 137p. 2009.

ALMEIDA, Janusy Mara de Alencar. A história de jovens com experiência de acolhimento institucional, tendo como pano de fundo o conceito de natalidade em Arendt. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco. 114p. 2018.

ÁLVAREZ, Rafael Sandoval.; SERRANO, Rocío Salcido. *El problema y el sujeto en la investigación. Metodología y epistemología crítica.* Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006

ANDERSON, Parry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.*) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *ADeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo. (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 28 (81), 2014.

_____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p.405-419, jul./set. 2011.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy; NOGUEIRA, Leandro Mazzei. Et Al. (Orgs). *Infoproletários*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n.87, p.335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> Acesso em 22 de Novembro de 2017.

ARANGO, Luz Gabriela. Cuidado, trabajo emocional y mercado: los servicios estéticos y corporales. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, 7, 99-120, 2015.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social da praias do Recife e de Olinda.* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

BAIRRO, Luiza; CASTRO, Nadya Araújo; SÁ BARRETO, Vanda. Vivendo em sobressalto: composição étnica e dinâmica conjuntural do mercado de trabalho. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 2, pp.21-49, 1990.

BARATTINI, Mariana. El trabajo precário en la era de la globalización. ¿Es posible la organización? *Polis*, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 8, Nº 24, 2009, p. 17-37.

BLAU, Joel. *The Visible Poor: Homelessness in the United States.* New York: Oxford University Press, 1992.

BORON, Atilio. Aula Inaugural: Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 33-50.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. *RBCS*, Vol. 23 nº 67, junho/2008.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.* São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Código Penal. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 138 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf>. Acesso em 20 de Setembro de 2018.

_____. *Decreto-lei nº 3.688*, de 3 de Outubro de 1941.

_____. *Decreto n. 8.794 de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências.* Brasília, DF, junho 2016. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8794-29-junho-2016-783290-publicacaooriginal-150682-pe.html>. Acesso em: 4 de novembro de 2018.

_____. *Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.* Brasília, DF, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 4 de novembro de 2018.

_____. *Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.* Brasília, DF, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *LOAS Anotada. Lei Orgânica de Assistência Social.* Brasília. 2009a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf>. Acesso em 12 de Março de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Série WWP (World Without Poverty – Mundo Sem Pobreza) Relatos de Uso de M&A – Série de relatos de uso das pesquisas de avaliação e das ferramentas produzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS/Brasil). A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação.* Brasília. 2015. Disponível em: <https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP-_-PORT.pdf> Acesso em 10 de Abril de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua.* Brasília, 2008a.

_____. *Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua Para Consulta Pública.* Brasília. 2008b. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf> Acesso de 01 de Abril de 2017.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 7.053*, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em 20 de Janeiro de 2017.

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16(1): 195-204, jan-mar, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade* (Campinas), nº14, jun., 152-174, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina.; HIRATA, Guilherme Issamu. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda – Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. Est. Econ., São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, out/dez, 2005.

CAIRE, Guy. Précarisation des emplois et régulation du marché du travail. *Sociologie du Travail,* 24e année, nº 2, Avril-juin 1982.

CAIXA. *Bolsa Família.* Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 26 de outubro de 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. El Capitalismo Global Dominado por las Finanzas y la "Economía Informal". *Trabajo,* año 9, nº 14, Enero-Junio de 2017.

_____. Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho.* 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do Salário.* Tradução de Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. *Ricos, podres de ricos.* 2ª ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Marcavisual/Tomo Editorial, 2018.

_____. Riqueza e Desigualdades. *Caderno CRH, Salvador,* v. 22, n. 57, p.547-561, Set./Dez., 2009.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Latas de Alumínio. 2018. Disponível em: < http://cempre.org.br/artigo-publicacao/ficha-tecnica/id/5/latas-de-aluminio>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.

CIAMPA, Antonio da Costa. A estória do Alexandre e a História da Severina. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO JÚNIOR, Nelson E.; FIGUEIREDO, Luís C. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações.* Vol. IX. nº 17, pp. 9-28, jan-jun, 2004.

CORONA, Ricardo Fletes. Apuntes para el desarrollo social. In: *Ixaya*. Revista Universitaria de Desarrollo Social, 2011, pp. 27-37. Disponível em: <http://www.ixaya.cucsh.udg.mx/sites/default/files/2_fletes.pdf> Acessado em 05 de setembro de 2017.

CONSTANTINO, Vera. Et al. Preparação de compostos de alumínio a partir da bauxita: considerações sobre alguns aspectos envolvidos em um experimento didático. *Quim. Nova*, Vol. 25, Nº. 3, 490-498, 2002.

COSTA, Décio Bessa. *Cidadãos e Cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social.* Brasília. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 347p. 2009.

COSTA, Mônica Hallak Martins da. *As categorias lebensäusserung, entäusserung, entfremdung e veräusserung nos manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844.* 1999. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Minas Gerais, 177p. 2015.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro. (org.) *La cultura em las crisis latinoamericanas.* Buenos Aires: Clacso, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf> Acessado em: 31 de Março de 2019.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento:* experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 243p. 2007.

DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. In: *Estudos Econômicos,* São Paulo, nº 27, 1998.

DE LA GARZA, Enrique. Crítica del Concepto de Informalidade y la Propuesta de Trabajo no Clásico. *Trabajo,* año 9, nº 14, Enero-Junio de 2017a.

_____. Configuraciones Productivas y Circulatorias y Trabajo no Clásico en los Servicios. In: DE LA GARZA, Enrique; HERNÁNDEZ, Marcela. (Coord). Configuraciones Productivas y Circulatorias en los Servicios y Trabajo no Clásico. S/D.

_____. Del concepto ampliado de trabajo al de sujeto laboral ampliado. In: *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina.* (Compilador). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. El Trabajo no clásico y la ampliación de los conceptos de la Sociología del Trabajo. *Dinámica del trabajo en el marco de la incertidumbre global. Revista de Trabajo. Nueva Época*, Año 8 – Nº 10. Julio / Diciembre 2012a, pp. 109-123.

_____. En los límites del trabajo. In: SUÁREZ, Hugo. (Coord.). *Las formas de pertenecer. Institución, individuo y sociedad*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 2014.

_____. Hacia un concepto ampliado de trabajo. In: NEFFA, Julio César; DE LA GARZA, Enrique; TERRA, Letícia Muñiz. (Comp.). *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales.* 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: CAICyT, 2009.

_____. *Hacia un concepto ampliado de trabajo. Del concepto clásico al no clásico*. Ciudad de México: Anthropos, 2010.

_____. Fin del trabajo o trabajo sin fin. In: DE LA GARZA, Enrique. (Coord.) *Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollos y perspectivas.* Barcelona: Anthropos editorial; Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2016.

_____. La epistemología crítica y el concepto de configuración. *Revista Mexicana de Sociología*, vol 63, núm 1, enero-marzo, 2001, pp. 109-127.

_____. *La metodología configuracionista para la investigación social.* Ciudad de México: Gedisa Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2018.

_____. La metodología marxista y el configuracionismo en América Latina. In: DE LA GARZA, Enrique; LEYVA, Gustavo. (Orgs). *Tratado de metodologia de las ciencias sociales: perspectivas actuales.* Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2012b.

_____. Los ejes problemáticos en el estudio de las multinacionales. In: DE LA GARZA, Enrique; HERNÁNDEZ, Marcela. (Coords). *Configuraciones productivas y relaciones laborales en empresas multinacionales en América Latina*. Ciudad de México: UAM – Iztapalapa e Gedisa editorial, 2017b.

_____. Qué es el Trabajo no clásico? *Revista Latinoamerica de Estudios del Trabajo*. Vol. 22, Núm 36, Dossier Trabajo y Educación, 2017c, pgs. 5-44.

_____. Trabajo no clásico, organización y acción colectiva. In: DE LA GARZA, Enrique. (Coord.). *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomo II. México. D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, Plaza y Valdés, 2011a.

_____. (Coord.). *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomo I. México. D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, Plaza y Valdés, 2011b.

_____. (Coord.). *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomo II. México. D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, Plaza y Valdés, 2011c.

DE LA GARZA, Enrique *Et al*. Crítica de la razón para-postmoderna. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Vol. 13, nº 19, 2008.

DE LA GARZA, Enrique *Et al.* Crítica de la razón para-posmoderna (Sennet, Bauman, Beck). In: DE LA GARZA, Enrique. *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomo I. México. D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, Plaza y Valdés, 2011d.

DE LA GARZA, Enrique; GAYOSSO, José Luis; HORÁCIO, Saúl. La Querella de las Identidades: ¿pasado sistemático, presente fragmentario? In: De la Garza, Enrique; NEFFA, Julio César. (Coords). *Trabajo, identidad y acción colectiva.* México. D.F.: CLACSO, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, Plaza y Valdés, 2010.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

DIEESE; SEADE. Os negros no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, nov. 2018.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Véras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Orgs). João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François. De la sociologia de la identidade a la sociología del sujeto. In: *Estudios Sociológicos*, v. VII, nº 21, 1989.

ESCOREL, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.* Rio de Janeiro: Fiocruz.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations – et al. *State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition.* Rome: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

FEANTSA & FOUNDATION ABBÉ PIERRE. *3ème Regard sur le mal-logement en Europe – 2018.* 2018. Disponível em: <http://www.fondation-abbe-pierre.fr/documents/pdf/3e_regard_sur_le_mal-logement_en_europe_2018.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes:* O Legado da "Raça Branca", Vol 1. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) *Neoliberalismo y sectores dominantes – tendências globales y experiências nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça.; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. In: *Caderno CRH,* Salvador, v. 17, n.41, p.211-229, Mai./Ago. 2004.

FONTANA, Andrea.; FREY, James. The Interview: From Structured Questions to negotiated text. In: DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*. Thousand Oaks/London/New Dheli: Sage Publications, 2003.

FOSSI, Luciana Barcelos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação dos sujeitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 94-115, 2015.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.* São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FUNPAPA – Fundação Papa João Paulo XXIII. *Uma breve análise das pessoas em situação de rua no Município de Belém/PA nos anos de 2015-2016*. 2018.

GAYOSSO, José Luis. *Trabajo, Identidad y Acción colectiva en el Trabajo no clásico: Los vendedores de Tianguis en el D.F*. 624 p. Doutorado. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa. Ciudad de México, 2012.

GARCÍA, Brígida. La situación laboral precaria: marcos conceptuales y ejes analíticos pertinentes. *Trabajo*, año 2, nº 3, julio-diciembre de 2006.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes; revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Gilberto Eduardo. *Et al*. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 481-511, maio-agosto 2019.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. RAP, Rio de Janeiro 40(2): 201-36, Mar./Abr. 2006.

GORBÁN, Débora. (2004), Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina: el caso de los cartoneros. *e-l@tina - Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, vol. 2, núm. 8, 3-15, Buenos Aires, jul./set, 2004.

GORZ, André. *ADeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOUGH, Ian Roger. *The Needs of Capital and the Needs of People: Can the Welfare State Reconcile the Two?* Lecture at The Chinese University, 19 November 1999. Disponível em: < http://www.iso.cuhk.edu.hk/weilun/en/gough/gough_fulltext1.html> Acesso em 20 de Março de 2015.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos Estudos*, 85, novembro 2009.

_____. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Cadernos pagu* (46), janeiro-abril de 2016: 59-77.

HASENBALG, Gilberto Alberto. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HENRIQUE, Regis Albuquerque; SANTOS, Clara Lucas; VIANNA, João Jackson Bezerra. Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. *Psicología para América Latina* (2013), 24, 109-120.

HERNÁNDEZ, Marcela. Crítica del neoinstitucionalismo y alternativas teóricas para el análisis de las multinaciones. In: In: DE LA GARZA, Enrique; HERNÁNDEZ, Marcela. (Coords). *Configuraciones productivas y relaciones laborales en empresas multinacionales en América Latina*. Ciudad de México: UAM – Iztapalapa e Gedisa editorial, 2017.

HISATUGO, Erika; MARÇAL FERNANDO, Oswaldo. Coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para conservação ambiental: um estudo de caso em Uberlândia, MG. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 19 (2): 205-216, dez, 2007.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ática, 1980.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The managed heart: commercialization of human feeling*. London: University of California Press, 1983.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. *Decent Work in the Informal Sector: Latin America.* Geneva, International Labour Office, 2002.

ILO. International Labour Office; Walk Free Foundation. *Global Estimates of Modern Slavery: Forced labour and forced marriage.* Geneva: ILO, 2017. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_575479.pdf> Acesso em 15 de Agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. 2018a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em 29 de outubro de 2018.

_____. *Desocupação cai para 12,3% no ano com recorde de pessoas na informalidade.* IBGE, 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23652-desocupacao-cai-para-12-3-no-ano-com-recorde-de-pessoas-na-informalidade>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua. Comentários Sintéticos – Brasil - 1º Trimestre de 2019.* IBGE, 2019b. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=23841&t=downloads>. Acesso em 17 de maio de 2019.

_____. *PNAD Contínua – 1º trimestre de 2017.* Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201701_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em 25 de Junho de 2017.

_____. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 29 de outubro de 2018.

_____. *Sinopse do Censo Demográfico – 2010.* Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018.* Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c.

IVO, Anete Brito Leal. *Viver por um fio: pobreza e política social.* São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.* Escritório da OIT no Brasil. Brasília, OIT, 2010.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LACERDA, Leonardo Mamede de. *O Lixo do Capital: Uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas.* 2015. 167p. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29072015-124534/pt-br.php>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

LAGO, Mara C. de S. Modos de Vida e Escolaridade: Aspectos do Processo de Urbanização da Ilha de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 12, n.16, pp. 27-42, 1994.

LEFEBVRE, Henri. Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life. Translated by Stuart Elden and Gerald Moore. London, New York, 2004.

_____. The production of Space. Translated by Donald Nicholson-Smith. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1991.

LEITE, Marcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária.* São Paulo: Scritta e FAPESP, 1994.

LIMA, Jacob Gilberto; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez 2002.

LIMA, Jacob Gilberto; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. La sociologia del trabajo en un contexto de transformaciones: uma revisión de producción brasileña de las últimas décadas. In: *Los Estudios Laborales en América Latina: Orígenes, desarrollo y perspectivas.* TOLEDO, Enrique de la Garza (Editor). Barcelona: Anthropos Editorial; Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2016.

LINDÓN, Alicia. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado betweenness. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção,* v. 11, n. 33, dez. 2012.

LONGO, Julieta; BUSSO, Mariana. Precariedades. Sus heterogeneidades e implicâncias em el empleo de los jóvenes en Argentina. *Estudios del Trabajo.* Nº 53, Argentina, enero-junio 2017.

MACHADO, Maria Helena. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In: *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, pp. 13-33.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. Interações. Vol. VII, n.13, pp. 31-44, jan-jun, 2002.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos.* Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Os Economistas – O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Para a crítica da economia política.* Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MATTOS, Ricardo; HELEONAI, Roberto; FERREIRA, Ricardo. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental.* V.6 n.10, Barbacena, jun. 2008.

MELLO, Almeri Bezerra de. *Nas ruas que não são deles... Meninos e meninas em situação de rua na cidade do Recife e na sua Região Metropolitana (RMR),* CIELA, Olinda, 1999.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. *A rua e a sociedade:* articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento. 2011. 194p. Dissertação (Mestrado em Antropologia

Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____. *Da rua pra rua:* novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. (orgs). São Gilberto, EduFSCar, 2016.

_____. *Política dos "improváveis":* percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). 2017. 341p. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal fluminense, 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – TEM. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3ª ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

MIURA, Paula Orchiucci Cerantola. *Tornar-se catador: uma análise psicossocial.* 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 165p. 2004.

MOLLAT, Michel. La notion de pauvreté au Moyen Âge: position de problèmes. In: Revue d'histoire de l'Église de France, tome 52, nº 149, 1966, pp. 5-23.

_____. *Os pobres na Idade Média*. Tradução de Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOTTA, Daniele Cordeiro. *Desvendando mitos: as relações entre "raça" e classe na obra de Florstan Fernandes.* 2012. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 146p. 2012.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. *Mercado de Trabalho.* N. 41, p.21-24, 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. (p. 56-87). In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.* Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (Texto para Discussão).

NEGRI, Antonio.; LAZZARATO, Maurizio. Trabajo Inmaterial y Subjetividad. In: NEGRI, Antonio.; LAZZARATO, Maurizio. Trabajo Inmaterial: Formas de vida y producción de subjetividad. Traducción: Juan González. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NEFFA, Julio Cesar; DENDA, Elena. (Coords). Trabajo y salud de los no docentes de la UNLP: Los riesgos psicosociales en el trabajo y su prevención. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 2017. Libro digital, PDF.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS* Vol. 18 nº 53 outubro/2003.

NUN, José. La marginalidad en América Latina. El concepto de masa marginal. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Márgara. (Compiladores). *La Teoría Social Latinoamericana. Textos Escogidos. Tomo II – La teoría de la dependencia.* México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

O'DONNELL, Guillermo. Pobreza y desigualdad en América Latina. Algunas reflexiones políticas. In: *Pobreza y desigualdad en América latina. Temas y nuevos desafíos.* Traducción de Cristina Piña y Leandro Wolfson. Paidós: Buenos Aires, Barcelona y México, 1999.ua

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política.* 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Combate ao Trabalho Escravo: um manual para empregadores e empresas. Brasília: OIT, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto.* Conselho de Direitos Humanos. 31º período de sessões. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf> Acesso em: 24 de Outubro de 2018.

_____. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasil, 2016.

ONU BRASIL. *Documentos Temáticos – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1,2,3,5,9,14*. Brasília, 2017. Disponível em: < https://docplayer.com.br/50745867-

Documentos-tematicos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-brasilia-junho-de-2017.html> Acesso em: 26 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. *Se essa rua fosse minha: um Estudo sobre a Trajetória e Vivência dos meninos de Rua do Recife.* Recife: Massangana, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2013.

ORWELL, George. Como morrem os pobres e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OXFAM Brasil. País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em: < https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2019.

PAUGAN, Serge. Le salarié de la precarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *Ser Social*, Brasília, n.18, p. 229-252, jan./jun., 2006.

PERES, Miranda Brandão. Informalidade: um conceito em busca de teoria. *Revista da ABET*, v.14, n.2, Julho a Dezembro, 2015.

PÉREZ-SÁINZ, Juan Pablo. ¿Es necesário aún el concepto de informalidad? In: *Perfiles Latinoamericanos*, n. 13, pp. 55-71, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, Costa Rica, diciembre, 1998.

_____. Globalización y neoinformalidad en América Latina. In: *Nueva Sociedad*, n. 135, Enero-Febrero 1995, pp36-41.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI.* Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas et al. *Informe sobre la desigualdad global.* Resumen Executivo. WORLD INEQUALITY LAB, 2018.

PINTO, Solange Maria Alves. *Essa rua também é nossa: a territorialidade da população de rua na região central da cidade do Recife.* Dissertação (Mestrado em Ciências Geográficas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Geográficas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 113p. 2000.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil mantém tendência de avanço no desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem. 2018a. Disponível em: < http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano--mas.html>. Acesso em 02 de março de 2019.

_____. *Human Development Report. Human Development for Everyone*. 2016. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em 02 de março de 2019.

_____. Human Development Indices and Indicators. 2018 Statistical Updates. 2018b. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em 02 de março de 2019.

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência*, 2014. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em 02 de março de 2019.

PORTES, Alejandro; HALLER, William. La economía informal. *Serie políticas sociales.* Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL, 2004.

PRANDI, José Reginaldo. O Trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

PROJETO AXÉ – Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente. *Cartografias dos Desejos e Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Síntese dos Resultados da Pesquisa.* 2017.

QUIJANO, Aníbal. Dependencia e marginalidad. El concepto de polo marginal. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Márgara. (Compiladores). *La Teoría Social Latinoamericana. Textos Escogidos. Tomo II – La teoría de la dependencia.* México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cien. Hum., Belém, v.11, n.2, p. 391-414, maio-ago. 2016.

RANIERI, Jesus José. *Alienação e estranhamento em Marx: dos manuscritos econômico-filosóficos de 1844 à ideologia alemã.* 2000. Doutorado (Tese de Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 258p. 2000.

_____. A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

REYNALS, Cristina. De cartoneros a recuperadores urbanos. In: *Seminário Internacional "Respuestas de la Sociedad Civil a la Emergencia Social: Brasil y Argentina Comparten Experiencias"*. 2002. Disponível em: < http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/reynals.pdf>. Acesso em 06 de dezembro de 2018.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.* Tradução de Ruth Gabriela Bahr; revisão técnica Luiz Gilberto Merege. São Paulo: Makron *Books*, 1995.

RIZZINI, Irene; BUTLER, Udi Mandel. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In: RIZZINI, Irene (org). *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? Revista Katálysis, vol. 12, núm. 1, jan./jun, 2009, pp. 68-76.

ROSA, Paula Cecília. ¿Cuántos son, quiénes son los habitantes de la calle? Acercamientos a las cifras. *Trabajo y Sociedad*, Núm. 21, 2013, pp. 563-577.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. Novas faces da vida nas ruas. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

SALAMA, Pierre. Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2002.

SALVITTI, Adriana. Et al. O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1999, 2 (1), 1-23.

SÁNCHEZ, Fabiola. *Configuración sócio-tecnica del proceso de trabajo de un grupo de franeleros en el centro de Coyoacán*. 284 p. Mestrado. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa. Ciudad de México, 2015.

SANTOS, Elisabete Figueiroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, 63, pp. 26-37, 2011.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Pobreza Urbana.* Com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Miranda. *Refazer-se: dignidades em meio às ruas. Um estudo em antropologia das moralidades e emoções.* Mestrado (Dissertação de mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2017.

SÃO PAULO. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, 2015.

SCHMITT, Aline Alflen; SCHWEITZER, Lucas. População em situação de rua: relato de experiência. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Volume 7, n. 1, 2016.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) & Instituto Pereira Passos (IPP). *Somos todos cariocas – Levantamento da população em situação de rua do Rio de Janeiro.* 2018. Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/b228e77d360842d3896c85891273a7d9>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* Tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e Apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.* Tradução Marcos Santarrita. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Cláudia Lúcia da. *Estudos sobre a população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?* 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 123p. 2012.

SILVA, Joselina da. Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n.1, 19-36, jan./jun. 2010.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Orgs). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA. Maria Lúcia. *Trabalho e População de Rua no Brasil.* São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SILVA, Patricia Marilia Felix da. *Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa.* 2015. 174p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua.* Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOTO, Hernando de. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana.* Tradução Jerônimo Schwartz. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.

_____. *Ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Laura de Mello. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.* 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, 378p. 2016.

STANDING, Guy. *The precariat: The New Dangerous Class.* London: Bloomsbury Academic, 2011.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

STRICKLAND, Rebecca Danielle. Poblaciones callejeras: de la asistencia a la represión. *Desacatos*, núm. 38, enero-abril 2012, pp. 105-120. Disponível em: < http://www.scielo.org.mx/pdf/desacatos/n38/n38a8.pdf> Acessado em 12 de agosto de 2016.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. *Revista Outubro*, n.7, 2002. Disponible en: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ymGuATNV1WoJ:www.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=mx> 05 de Julio de 2017.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania.* São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa II. A maldição de Adão.* Tradução de Renato Busato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum.* Revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRADO, Misael. Implicações do trabalho sexual como atividade legalmente reconhecida: um acercamento ao trabalho sexual desde suas dimensões sociológicas e econômicas. Revista Prolegómenos – Derechos y Valores, pp. 247-263, 2011.

TOKMAN, Víctor E. *Una voz en el camino. Empleo y equidad en América Latina: 40 años de búsqueda.* Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2004.

TOWNSEND, Peter. The Meaning of Poverty. *The British Journal of Sociology*, v.13, n.3, September, 1962.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. *Report of the Human Rights Council*. Thirty-seventh sesión (26 February-23 March 2018). General Assembly. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/258/79/PDF/G1825879.pdf?OpenElement>, Acesso em 24 de Outubro de 2018.

VAN DER LINDEN, Marcel. San Precario: A New Inspiration for Labor Historians. *Labor: Studies in Working-Class History of the Americas*, Volume 11, Issue 1.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbano: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade* v. 13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/07> Acessado em: 19 de julho de 2016.

VARUSSA, Rinaldo José. Coleta seletiva e reciclagem: algumas reflexões a partir de Marechal Cândido Rondon –PR. *Espaço Plural* – Marechal Cândido Rondon, Ano VII, Nº 15, 2º Semestre 2006.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VEGAR, Dasten Julián. Trabajo, precariedade y “habitus precario”. Aproximaciones al estudio de la(s) precariedad(es) en América Latina. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 18, nº30, 2013, 185-210.

VELASCO, Edith Marcela Losantos. *Podemos dejar la calle ¿pero la calle nos dejará a nosotros?: voces sobre la permanência de niños, adolescentes y jóvenes en la situación de calle*. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia. Universidad Católica San Pablo. Vrije Universiteit Brusel, 2015.

VERAS, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. En OLIVEIRA, Roberto Véras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Orgs.) *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens.* João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

VIEIRA, M. A.C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. (Orgs.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WORLD BANK GROUP. *Piecing together the Poverty Puzzle.* World Bank Group, 2018. Disponível em: < https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf> Acesso em 26 de outubro de 2018.

WRIGHT, Erik Olin. (Org.) *Análise de classe: abordagens.* Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZALUAR, Alba. A máquina e revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SITES:

ARAÚJO, Mirella. Pernambuco ganha comitê para proteger pessoas em situação de rua. *Folha PE*, 04 dez. 2018. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/direitos-humanos/2018/12/04/NWS,89409,70,702,NOTICIAS,2190-PERNAMBUCO-GANHA-COMITE-PARA-PROTEGER-PESSOAS-SITUACAO-RUA.aspx>. Acesso em 14 mar. 2019.

FONTES, Letícia. ‘Cidade paralela’ cresce 40% em meio à crise da economia. *O tempo,* 16 jul. 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/cidade-paralela-cresce-40-em-meio-%C3%A0-crise-da-economia-1.2001192>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FREITAS, Luiza. Holiday é um prédio-pessoa. *Jornal do Comércio*, Recife, 13 set. 2015. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/suplementos/jc-mais/noticia/2015/09/13/holiday-e-um-predio-pessoa-198693.php>. Acesso em: 10 set. 2017.

LEITE, Hellen. Número de pessoas em situação de rua no DF cresce 20% em um ano. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 mai. 2018. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna_cidadesdf,680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2019.

TV Jornal. Edifício Holiday: 62 anos de história e abandono. *TV Jornal*, Recife, 02 mar. 2018. Disponível em: < https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2018/03/02/edificio-holiday-62-anos-de-historia-e-abandono-39866.php>. Acesso em: 02 jan. 2018.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – Pessoas em situação de rua

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS GERAIS

1. - Nome -
2. - Sexo e gênero -
3. – Como você define sua raça/cor?
4. - Idade e data de nascimento
5. - Local de nascimento
6. - Escolaridade- Você estudou até que série?
7. - Você estudou quantos anos?
8. - No momento, você está estudando?
9. - Você tem desejo de estudar mais? Por quê?
10. - Se sim, por que não estuda?
11. – Em qual local (locais) você morou antes de ir à situação de rua?

FAMÍLIA (Investigar os antecedentes familiares, para compreender a relação da família com a pobreza)

12. - Até quantos anos você ficou com sua família?
13. – E quem eram essas pessoas da família?
14. - Você morou com alguém que não são seus pais? Se sim, quem?
15. - Como era a sua relação com sua família neste período? (considerando família biológica e afetiva, caso haja diferença)
16. - Onde estão essas pessoas agora?
17. - Você costuma vê-los/las?
18. - Se sim, com que frequência?
19. - Se não, por qual motivo?
20. - E agora, você convive com pessoas de sua família? Quem? Por quê?
21. - Você tem companheiro/a?
22. - Você tem filhos/as?
23. - Como é a relação com sua família? (Considerar a família que convivia quando era criança e a família atual. Laços biológicos e afetivos – Deixar a pergunta aberta para observar qual família será mencionada)
24. - Quais as pessoas da família que mais você tem/teve contato?
25. - Se não tem/teve contato, por que?
26. - E como você se sente com esse distanciamento? (Se tiver este distanciamento)
27. - Como era que sua família fazia para sobreviver quando você era criança?
28. - Seu pai e sua mãe trabalhavam?
29. - Se sim, qual era a atividade deles?
30. - Você trabalhava quando era criança?
31. - Se sim, de que maneira?
32. - Você tinha alguma renda desse trabalho?
33. - Se sim, o que fazia com ela?

SITUAÇÃO DE RUA

34. - Há quanto tempo você está em situação de rua?
35. - O que levou/leva você a esta situação?
36. – Como é para você estar nesta situação?
37. - Você vivencia alguma dificuldade nas ruas?
38. - Você já ficou nas ruas de outra cidade? Estado?
39. - Se sim, qual? E por que veio a Recife?
40. -Você dorme geralmente em qual parte do Recife? (Qual rua, bairro)
41. - Você está com alguém nas ruas?
42. - Onde você costuma dormir nas ruas? (Se calçada, banco, praça, parque etc.)
43. - Dorme com mais alguém?
44. - Como é para você dormir na rua?
45. Como é seu dia-a-dia nas ruas
46. - Como você se alimenta?
47. - Você costuma pegar as comidas que são dadas nas ruas, chamadas de “comunidade”?

48. - Como faz as higienes pessoais?
49. - Você tem algum problema de saúde?
50. – O que você pensa sobre a saída das ruas?

CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO

51. - Como você sobrevive nas ruas?
52. - Você considera a atividade que realiza um trabalho?
53. - Se sim, por quê?
54. - Se não, por quê?
55. - Para você, o que significa uma pessoa trabalhadora?
56. - Você se sente um/a trabalhador/a?
57. - Poderias falar sobre a(s) atividade(s) que realiza nas ruas?
58. - O que você deve fazer para cumprir bem tais atividades?
59. - Há quanto tempo você a(s) realiza?
60. - Como começou a trabalhar dessa maneira?
61. - Como foi a primeira vez em que você realizou esta atividade?
62. - Há quanto tempo você desenvolve esta atividade?
63. - Você trabalha quantos dias por semana?
64. - (Carroças Boa Viagem) Geralmente, você puxa quantas carroças por dia?
65. - Como você garante o transporte das carroças? Há um acordo anterior com o dono das mesmas?

TRAJETÓRIA EMPREGATÍCIA

66. - Você já trabalhou em outra função?
67. - Se sim, qual? Quanto você ganhava?
68. - Você já trabalhou em emprego com carteira assinada?
69. - Se sim, como era? Quanto tempo passou? Quanto recebia?
70. - Se não, já procurou? Por quê?
71. -Você tem vontade de trabalhar em outra função?
72. - Se sim, qual? Por quê?
73. - O que impede de você trabalhar em outra função?

INTERAÇÕES NO TRABALHO

74. - Você trabalha sozinho?
75. - Você trabalha com alguém?
76. - Se sim, como é esta relação?
77. - Durante o seu trabalho, como você se relaciona com outras pessoas?
78. - Quem são essas pessoas?
79. - Qual o tipo de relacionamento?
80. - Como você considera estas pessoas?
81. - Algumas dessas pessoas são clientes? Se sim, como é a relação com estas?
82. - Você se relaciona com a polícia e/ou outros funcionários do Estado?
83. - Como são estas relações? (Tipo, onde, maneira)
84. - Você tem amigos no local de trabalho?
85. - Se sim, como é a relação entre vocês?
86. - Vocês já se encontraram em momentos diferentes daquele do de trabalho?
87. - Você já teve algum conflito durante seu trabalho?
88. - Se sim, qual foi?
89. - Você poderia dizer como aconteceu?
90. - Como você se envolveu?
91. - Faz tempo?
92. - Foi mais de um?
93. - Você se relaciona com a pessoa com quem teve o conflito? Se sim, como é a relação? Se nao, por quê?
94. - Você já mudou de trabalho?
95. - Se sim, quantas vezes? Por qual motivo?
96. - Você pertence a alguma organização relacionada ao seu trabalho?

RELAÇÃO COM POSSÍVEL PATRÃO/PATROA

97. - Você tem alguém que dirige seu trabalho?
98. – Você trabalha para alguém?
99. - Se sim, é uma única pessoa?

100. – Como você considera esta pessoa?
101. Considera esta(s) pessoa(s) seu/sua patrão/patroa?
100. – É(são) a(s) mesma(s) pessoa(s) desde o início?
101. - Como é a relação com esta(s) pessoa(s)?

RENDA

102.- Você recebe algum dinheiro pelo que faz?
103.- Se sim, é por dia, semana, a cada 15 dias, por mês ou de outra maneira?
104.- Se sim, quanto você recebe?
105.- (Carroças Boa Viagem) Quanto você ganha em cada carroça?
106.- O que geralmente você costuma fazer com este dinheiro?
107.- O que você ganha é suficiente para sua manutenção?
108.- Voce ajuda alguém com o que você recebe?
109.- Se sim, quem? Com que frequencia?

PERCEPÇÃO DO TRABALHO (Investigar se o entrevistado sente vergonha de seu trabalho)
110.- Como é sua atividade?
111.- Você acha que outras pessoas deveriam fazer a sua atividade? Por quê?
112.- Você reconhece sua atividade como sendo importante? Em que sentido?
113.- Você já encontrou pessoas conhecidas quando estava nesta atividade?
114.- Se sim, falou com esta pessoa? E como se sentiu?
115.- Como você se sente ao realizar seu trabalho?
116.- Como você acha que as pessoas analisam seu trabalho?
117.- Você acha que essas pessoas te veem como trabalhadora?
118.- O que você pensa das pessoas que não trabalham?
119.- O que você pensa das pessoas em situação de rua que não trabalham?
120.- Você já ficou sem trabalhar alguma vez?
121.- Se sim, como se sentiu?

CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO

122. - Como você se sente durante este trabalho?
123. - Como você se sente após este trabalho?
124. - Sente cansaço?
125. - Se sim, como é este cansaço?
126. - Você sente alguma dor no corpo por causa do trabalho?
127. - Se sim, como é esta dor? Em qual parte do corpo?
128. - Você já adoeceu por causa do trabalho?
129. - Se sim, como foi para você esta situação?
130. - Qual foi a doença?
131. - Você foi trabalhar mesmo estando doente?
132. - Se sim, como se sentiu?
133. - Já aconteceu de você não poder trabalhar por alguma doença?
134. - Se sim, como você resolveu seu sustento neste dia?

PLANEJAMENTO PARA O FUTURO (verificar relação com aposentadoria / relação da velhice com o trabalho precário)
135.- Como você se vê daqui a 5 anos?
136.- Você tem vontade de trabalhar em outra área?
137.- Se sim, por qual motivo você não trabalha?
138.- E na velhice, como você se vê?
139.- Você acha que continuará trabalhando neste período?
140.- Você tem algum plano para sua aposentadoria?
141.- Você está poupando para este momento?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista – Barraqueiro da praia de Boa Viagem

1. Nome
2. Idade

INÍCIO DA MODALIDADE DE TRABALHO

3. Como iniciou o comércio na praia de Boa Viagem?
4. Qual foi a década?
5. Como as pessoas costumavam iniciar o comércio?

RELAÇÃO COM OUTRAS MODALIDADES DE TRABALHO NA PRAIA

6. Quando começaram os quiosques?
7. Já houve conflito entre os quiosques e as barracas?
8. Quando teve início o comércio de pessoas móveis?
9. Já houve algum conflito com essas pessoas?
10. Houve algum outro tipo de conflito?

PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS

11. Quais os primeiros produtos a serem comercializados na praia?
12. Desde o início, até os dias atuais, quais as principais mudanças nos produtos e serviços ofertados na praia?

PERFIL DOS/AS BARRAQUEIROS/AS

13. Geralmente são mais homens ou mulheres que trabalham nesta função?
14. Qual a média de idade desses/as trabalhadores/as?

O TRABALHO ESPECÍFICO DO ENTREVISTADO

15. Como foi o início do seu trabalho?
16. Como foi a escolha do seu ponto fixo?
17. Você trabalhou em um ponto fixo por quanto tempo?
18. Como foi a primeira vez que você trabalhou neste ponto?
19. Como se define um determinado ponto para cada barraqueiro?

TRANSPORTE DE CARROÇAS

20. Qual a principal maneira de transportar as carroças até a areia?
21. Quando se contrata alguém para trazer a carroça, além da possibilidade de puxá-la, há outros mecanismos, como um reboque, por exemplo?
22. Como é estabelecido o contrato para o transporte da carroça?
23. Quando as pessoas em situação de rua começaram a transportar as carroças?
24. Os/as barraqueiros/as tendem a confiar no trabalho das pessoas em situação de rua?
25. Quando a carroça é transportada manualmente, qual a média de preço desse serviço?
26. Como é a forma de pagamento?
27. O pagamento é realizado em que momento? (caso a resposta não seja clara, perguntar especificamente se o pagamento é realizado após cada trajeto ou ao final do dia)
28. É comum os/as barraqueiros/as deixarem de pagar pelo serviço realizado pelas pessoas em situação de rua?
29. Existe outra maneira de pagar por esse serviço além do dinheiro?
30. Há mulheres em situação de rua que transportam as carroças?
31. Há barraqueiras que transportam suas carroças?
32. Qual o peso, em média, de cada carroça?

DEPÓSITO DE CARROÇAS

33. Quais os principais depósitos que atendem aos/às barraqueiros/as da praia de Boa Viagem?
34. Quando o Holiday começou a ser um depósito de carroças?
35. Desde o início foi cobrada uma taxa para deixar a carroça armazenada?
36. Desde o início a taxa era paga ao/à síndico/a?
37. Quanto se paga ao/à síndico do prédio para armazenar as carroças?

MANUTENÇÃO DAS CARROÇAS

38. Como é realizada a manutenção das carroças?
39. As pessoas que trabalham no transporte das carroças costumam reclamar de algum problema das mesmas?
40. Existem pessoas em situação de rua que auxiliam a manutenção das carroças?

RELAÇÃO COM O ESTADO

41. Como tem sido a relação dos/as barraqueiros/as com o Estado?
42. Como se iniciou essa relação?

43. Há uma busca do Estado para normatizar o trabalho?
44. O Estado concede algum auxílio aos/às barraqueiros/as?
45. Como são recebidos os guarda-sóis com propaganda de empresas?
46. O Estado costuma auxiliar os barraqueiros/as com a entrega de algum kit?
    46.1. Se sim, como é este processo?
47. Por que o Estado proibiu a manipulação e o preparo de alimentos na praia?
48. Quais os impactos desse decreto de proibição para o trabalho dos/as barraqueiros/as?
49. Após essa proibição, onde são elaborados os alimentos do cardápio?
50. O/a barraqueiro/a pode permanecer na areia até que horas?
51. Há horário estabelecido para o início do trabalho, também?

RELAÇÃO DOS/AS BARRAQUEIROS COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

52. Em geral, como é a relação dos/as barraqueiros/as com as pessoas em situação de rua?
53. Quais as formas de trabalho das pessoas em situação de rua em torno dos/as barraqueiros/as?
54. Os/as barraqueiros costumam contratar pessoas em situação de rua para atenderem aos/às clientes?
    54.1. Se sim, como é a relação dessas pessoas com os/as clientes?

Qto paga por dia para esse serrviço

55. Qual o período do ano em que há mais trabalho na praia de Boa Viagem?

APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Entre desemprego e errância: o cotidiano do trabalho desenvolvido pelas pessoas em situação de rua em Recife**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Patrícia Marília Félix da Silva (Endereço: II Travessa da rua Tupanatinga, nº1B, Cidade Tabajara, Olinda-PE, CEP: 53350-460 - Telefone: 81 9 9930 8653 (inclusive ligações a cobrar); Email: patricia-marilia@hotmail.com) e do seu orientador Remo Mutzenberg (Telefone 9 9664 2222; email: remutz@gmail.com).

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Objetivos da pesquisa:

  Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as táticas de sobrevivência que as pessoas em situação de rua de Recife utilizam diante do desemprego e da possibilidade de trabalhar no mercado informal, observando as principais características dos trabalhos que estas pessoas desenvolvem nas ruas. Diante disso, será verificado se as histórias de vida das pessoas em situação de rua estão relacionadas ao fato de ficarem perambulando pelas ruas e às estratégias que utilizam para sobreviver no dia a dia. Também será investigado se a maioria dos trabalhos que essas pessoas desenvolvem é informal. E se a realidade de pobreza, desigualdade social e desemprego dessas pessoas está ligada aos tipos de trabalho que fazem nas ruas.

- Para saber dessas questões, esse estudo fará entrevistas com as pessoas em situação de rua como você, podendo as entrevistas ser individuais ou em grupo. Também serão realizadas algumas fotografias e filmagens para analisarmos a vivência dessas pessoas.

- Se você aceitar ser voluntário (a) dessa pesquisa, poderá participar da mesma mais de vez, caso concorde, para que a pesquisadora possa entender sua história de vida e tirar dúvidas. Cada encontro terá uma duração aproximada de 1 (uma) hora.

- Sua participação como voluntário (a) não lhe trará nenhum tipo de risco físico. Em questões psicológicas, é possível que você sinta alguma timidez por estar sendo observado (a), além de se emocionar com alguma conteúdo que fale, podendo se sentir desconfortável, principalmente por causa das gravações. Mas, se isso acontecer, você pode estar seguro (a) de que eu, enquanto pesquisadora, pausarei as atividades e lhe darei apoio neste momento. Além disso, a continuidade das entrevistas, das fotografias, da filmagem, da observação só será possível se você consentir,

tanto no mesmo dia quanto em outro. Por essas considerações, conclui-se que os riscos desta pesquisa são mínimos.

- Quanto aos benefício desta pesquisa, tanto os diretos quanto os indiretos são superiores aos mínimos riscos mencionados acima. Esta pesquisa pode beneficiar você ao lhe fazer refletir sobre sua história de vida, fazendo com que você possa se conhecer melhor. É importante que você saiba que esta pesquisa pretende ajudar na compreensão da realidade das pessoas em situação de rua no Brasil, focando na relação destas com o mundo do trabalho. Também, espera-se que esta pesquisa traga contribuições ao desenvolvimento de políticas públicas às pessoas em situação de rua no Brasil.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens e áudios), ficarão armazenados em pastas de arquivo e em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço II Travessa da rua Tupanatinga, nº1B, Cidade Tabajara, Olinda-PE, CEP: 53350-460, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

_____
(assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Entre desemprego e errância: o cotidiano do trabalho desenvolvido pelas pessoas em situação de rua em Recife**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____
Assinatura do participante: _____

Impressão digital (opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE – D – Roteiro de entrevista - Grupo Focal

1. Como é a vida de vocês na rua?
2. O que vocês fazem pra sobreviver na rua?
3. Vocês trabalham?
4. Como é este trabalho?
5. Quanto recebem?
6. O que fazem com esse dinheiro?
7. Com o dinheiro que recebem é possível se sustentar?
8. Como você começou a trabalhar dessa maneira?
9. Há quanto tempo você está trabalhando dessa maneira?
10. Quanto se ganha por cada carroça?
11. Quanto é o quilo da latinha?
12. Como é vender a latinha no depósito?
13. O que vocês acham do trabalho que fazem?
14. Como se sentem ao realizar este trabalho?
15. O que significa uma pessoa trabalhadora?
16. Você se considera um trabalhador/a?
17. Como é a relação com o/a dono/a da carroça?
18. Como era a vida de vocês quando eram criança?
19. Vocês trabalhavam?
20. Se sim, como era o trabalho que faziam quando eram criança?
21. Consequências do trabalho: adoecimento/acidentes
22. O que vocês pensam das pessoas em situação de rua que não trabalham?
23. Como vocês veem sua vida daqui a cinco anos?
24. E na velhice?
25. Vocês acham que vão continuar trabalhando na velhice?